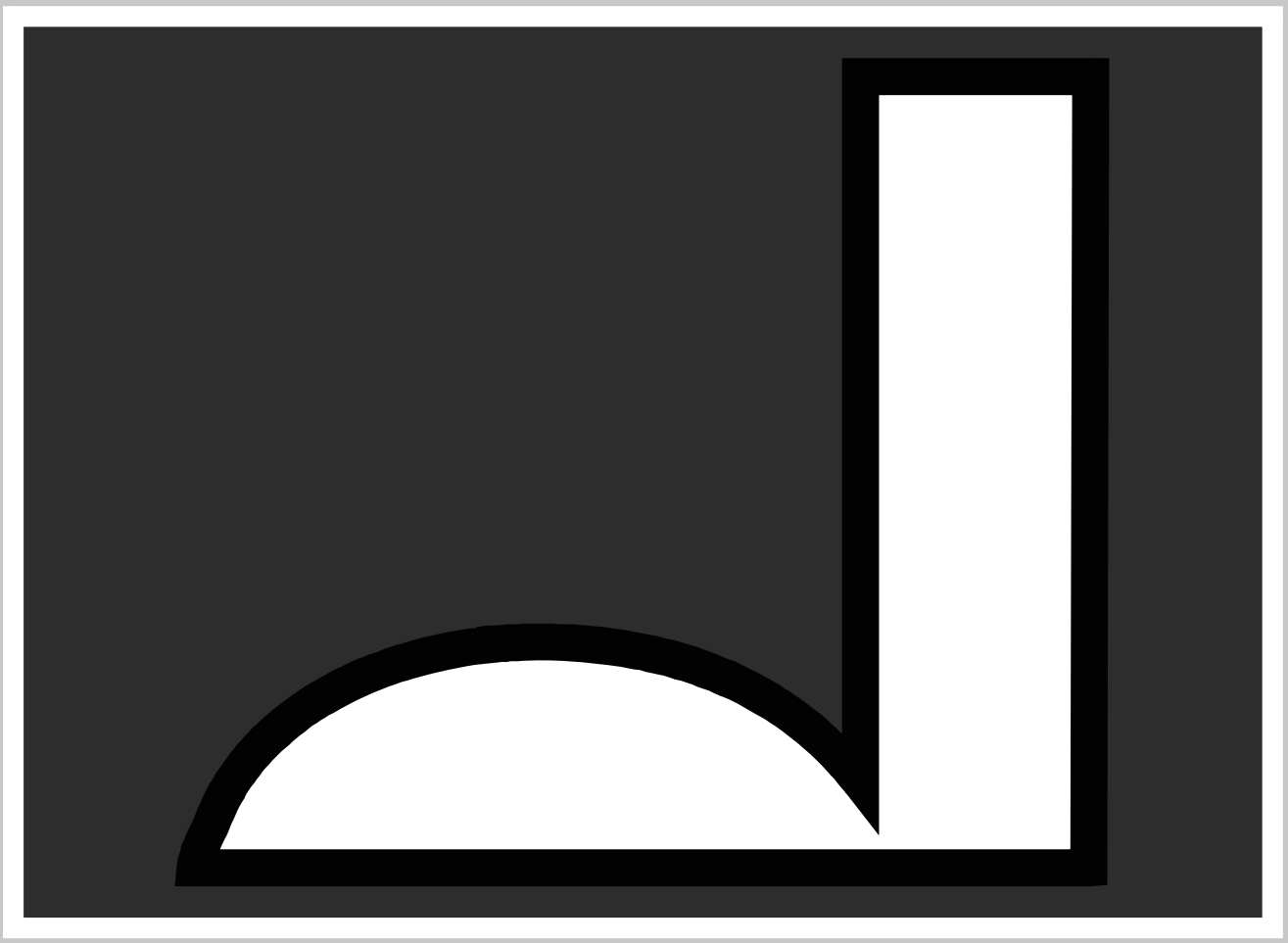
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 122, DE 2007-CN
(nº 678/2007, na origem)

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO 2004-2007 (ANO BASE 2006)

VOLUME I/IV
TOMO I

ANO LXII - SUP. "A" AO Nº 146 - QUARTA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES
3º Secretário
César Borges – DEM-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM[1]/PSDB) – 29
LÍDER	**LÍDER** **Ideli Salvatti – PT**	**LÍDER** **Demóstenes Torres**
VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles	VICE-LÍDERES
..... **LÍDER DO PMDB – 19** **Valdir Raupp**	..... **LÍDER DO PT – 12** **Ideli Salvatti**	..... **LÍDER DO DEM – 16** **José Agripino**
VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns **LÍDER DO PTB – 6** **Epitácio Cafeteira** VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi **LÍDER DO PR – 3** **João Ribeiro** VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior **LÍDER DO PSB – 3** **Renato Casagrande** VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares **LÍDER DO PC do B – 1** **Inácio Arruda** **LÍDER DO PRB – 1** **Marcelo Crivella** **LÍDER DO PP – 1** **Francisco Dornelles**	VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves **LÍDER DO PSDB – 13** **Arthur Virgílio** VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 4 **Jefferson Péres** VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	**LÍDER DO P-SOL – 1** **José Nery**	**LÍDER DO GOVERNO** **Romero Jucá - PMDB** VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

[1] Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal	**Cláudia Lyra Nascimento** Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	**Maria Amália Figueiredo da Luz** Diretora da Secretaria de Ata
José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	**Denise Ortega de Baere** Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

MENSAGEM Nº 122, DE 2007- CN

Mensagem nº 678

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, encaminho a Vossas Excelências o relatório de avaliação do Plano Plurianual para o período 2004-2007.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

00001.010258/2007-99

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
Secretaria de Administração
Coordenação-Geral de Documentação e Informação
CONFERE COM O ORIGINAL
Paulo Roberto Magalhães Mesquita
Brasília, 14/09/2007 Hs 15:42

EM nº 00218/2007/MP

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à superior consideração de Vossa Excelência o anexo Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007, em cumprimento ao que estabelece o artigo 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004.

2. O Relatório Anual de Avaliação, ano base 2006, está estruturado em quatro volumes, a seguir identificados:

a) O Volume I, constituído pela avaliação do PPA, apresenta o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano Plurianual, mostrando as razões das eventuais discrepâncias verificadas entre o cenário previsto e a realidade econômica brasileira no exercício de 2006. Nele foram incluídas a avaliação da gestão do plano, que consiste na análise agregada das informações obtidas a partir da avaliação de cada um dos programas e da avaliação setorial de cada órgão, bem como os principais resultados alcançados em 2006 pelos programas, considerando os aspectos relacionados à concepção, implementação e recomendações para o aperfeiçoamento dos mesmos;

b) Os Volumes II e III contemplam a programação plurianual prevista para o período 2004-2007 e a execução física e financeira das ações no exercício de 2006, na forma do Anexo I. O documento traz ainda os índices alcançados, por indicador e por programa, ao término do exercício de 2006, bem como a avaliação da possibilidade de alcance dos índices finais previstos e os esclarecimentos relativos à programação e execução de projetos de grande vulto, na forma do Anexo II, quando da ocorrência das situações previstas nos incisos V, VI, e VII do art. 9º da Lei nº 10.933/2004.

c) O Volume IV, na forma dos Anexos III, IV e V, compreende os programas de governo do PPA 2008-2011 classificados por programas de tipos finalísticos (Anexo III) e Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais (Anexo IV), além das ações não orçamentárias (Anexo V), conforme o Projeto de Lei nº 031/2007, encaminhado ao Congresso Nacional em 31 de agosto do corrente ano.

3. Por fim, cabe ressaltar que o conjunto de informações contido neste Relatório fornece subsídios ao Congresso Nacional para apreciação dos Projetos de Lei Orçamentária Anual de 2008 e do Plano Plurianual 2008-2011 encaminhados pelo Poder Executivo em 31 de agosto último, bem como oferece transparência à sociedade brasileira quanto à aplicação dos recursos públicos federais.

Respeitosamente,

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
Secretaria de Administração
Coordenação-Geral de Documentação e Informação
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
CONFERE COM O ORIGINAL
Paulo Rogério Magalhães Mesquita
Brasília, 14/09/07 Hs 15:41

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.

.....

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
(Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

~~Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2004/2007, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição.~~
~~§ 1º Integram o Plano Plurianual:~~
~~I - Anexo I - Orientação Estratégica de Governo;~~
~~II - Anexo II - Programas de Governo;~~
~~III - Anexo III - Órgão Responsável por Programa de Governo; e~~
~~IV - Anexo IV - Programas Sociais.~~
~~§ 2º (VETADO)~~

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2004/2007, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição.(Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

Parágrafo único. Integram o Plano Plurianual: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

I - Anexo I - Orientação Estratégica de Governo; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

II - Anexo II - Programas de Governo; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

III - Anexo III - Órgão Responsável por Programa de Governo; e (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

IV - Anexo IV - Programas Sociais. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

~~Art. 2º Os Programas, no âmbito da Administração Pública Federal, para efeito do art. 165, § 1º, da Constituição, são os integrantes desta Lei.~~

Art. 2º Os Programas, no âmbito da Administração Pública Federal, para efeito do disposto no art. 165, § 1º, da Constituição, são os integrantes desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

CAPÍTULO II

DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS
(Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

~~Art. 3º As metas físicas dos projetos de grande vulto, estabelecidas para o período do Plano Plurianual, constituem-se, a partir do exercício de 2005, em limites a serem observados pelas leis de diretrizes orçamentárias e pelas leis orçamentárias e seus créditos adicionais, respeitada a respectiva~~

~~regionalização.~~

~~§ 1º Para efeito desta Lei, entende-se por projetos de grande vulto os que tenham valor total estimado superior a sete vezes o limite estabelecido no art. 23, I, "c", da Lei nº 8.666/93, para os projetos constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, e de 5% (cinco por cento) do total de investimentos da entidade no exercício, para os projetos constantes do orçamento de investimento das empresas estatais.~~

~~§ 1º Para efeito desta Lei, entende-se por projetos de grande vulto: (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

~~I - aqueles constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social que tenham valor total estimado superior a sete vezes o limite estabelecido no art. 23, I, "c", da Lei nº 8.666, de 1993; (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

~~II - aqueles financiados com recursos do orçamento de investimento das empresas estatais, cujo valor total estimado represente mais de 5% (cinco por cento) do total de investimentos da entidade no exercício em que ocorrer sua inclusão no PPA, desde que superior ao valor previsto no inciso I. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

~~§ 2º Os projetos de grande vulto somente poderão ser executados, a partir do exercício de 2005, à conta de crédito orçamentário específico, vedado o empenho de valores a eles destinados em outra dotação.~~

~~§ 3º O Poder Executivo encaminhará, até 31 de agosto de 2004, projeto de lei contendo a programação, na forma do Anexo II desta Lei, dos projetos de grande vulto, ainda não especificados.~~

~~§ 4º A extrapolação dos limites de que trata o **caput** condicionará a continuidade da execução física do projeto de grande vulto à alteração de sua meta prevista no Plano Plurianual.~~

~~§ 5º Os órgãos centrais dos sistemas de programação financeira e de administração de serviços gerais assegurarão, no âmbito do Siafi e do Siasg, o cumprimento do disposto no § 2º.~~

~~§ 6º As limitações deste artigo, bem como o disposto no **caput** do art. 5º, combinado com o inciso II do § 6º do mesmo artigo, não se aplicam aos créditos extraordinários.~~

Art. 3º As metas físicas dos projetos de grande vulto, estabelecidas para cada ano do período do Plano, constituem-se, a partir do exercício de 2006, em limites a serem observados pelas leis de diretrizes orçamentárias e pelas leis orçamentárias e seus créditos adicionais, respeitada a respectiva regionalização. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 1º Para efeito desta Lei, entende-se por projeto de grande vulto: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

I - os financiados com recursos do orçamento de investimento das estatais, de responsabilidade de empresas de capital aberto ou de suas subsidiárias, cujo valor total estimado seja superior a quarenta e cinco vezes o limite estabelecido no art. 23, I, "c", da Lei nº 8.666, de 1993; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

II - os financiados com recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade ou com recursos do orçamento das empresas estatais que não se enquadram no disposto no art. 3º, § 1º, I, cujo valor total estimado seja superior a sete vezes o limite estabelecido no art. 23, I, "c", da Lei nº 8.666, de 1993. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

~~§ 2º A partir do exercício de 2007, a obra de valor total estimado superior aos limites estabelecidos no § 1º deverá constituir projeto orçamentário específico, vedada, para a sua execução, a utilização de dotações consignadas em outro crédito orçamentário. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)~~

§ 2º A obra de valor total estimado superior ao limite estabelecido no § 1º deverá constituir projeto orçamentário específico, no nível de título, vedada, para sua execução, a utilização de dotações consignadas em outro crédito orçamentário. (Redação dada pela Lei nº 11.450, de 2007)

§ 3º Para efeito deste artigo, aplica-se a definição de obra constante do art. 6º, I, da Lei nº 8.666, de 1993. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 4º A extrapolação dos limites de que trata o caput condicionará a continuidade da execução física do projeto de grande vulto à alteração de sua meta prevista no Plano. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 5º Os órgãos centrais dos sistemas de programação financeira e de administração de serviços gerais assegurarão, no âmbito do Siafi e do Siasg, o cumprimento do disposto no § 2º. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

~~Art. 4º Os valores financeiros estabelecidos para as ações orçamentárias são estimativos, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais.~~

~~Art. 4º Os valores financeiros estabelecidos para as ações orçamentárias são estimativos, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais, ressalvado o disposto no § 2º do art. 7º. (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

Art. 4º Os valores financeiros estabelecidos para as ações orçamentárias são estimativos, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais, ressalvado o disposto no § 2º do art. 7º. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

CAPÍTULO III

DAS REVISÕES E ALTERAÇÕES
(Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

~~Art. 5º A alteração ou a exclusão de programas constantes do Plano Plurianual, assim como a inclusão de novos programas, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico, observado o disposto no art. 6º desta Lei.~~

~~Art. 5º A alteração ou a exclusão de programas constantes do Plano Plurianual, assim como a inclusão de novos programas, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico, ressalvado o disposto nos §§ 11, 12 e 13 deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

~~§ 1º Os projetos de lei de revisão anual serão encaminhados ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto dos exercícios de 2004, 2005 e 2006.~~

~~§ 2º As dotações orçamentárias condicionadas à aprovação dos projetos de lei previstos no **caput** serão canceladas pelo Poder Executivo, até 30 dias após a sanção da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, caso o projeto não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data da aprovação do projeto de lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais.~~

~~§ 2º É vedada a execução orçamentária de programações alteradas enquanto não aprovados os projetos de lei previstos no **caput**, ressalvado o disposto nos §§ 11, 12 e 13 deste artigo.(Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

~~§ 3º A proposta de alteração de programa ou a inclusão de novo programa, que contemple despesa obrigatória de caráter continuado, deverá apresentar o impacto orçamentário e financeiro no período do Plano Plurianual, que será considerado na margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, constante das leis de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias.~~

~~§ 4º A proposta de alteração ou inclusão de programas, conterá, no mínimo:~~

~~I - diagnóstico do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida;~~

~~II - demonstração da compatibilidade com os megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual;~~

~~III - identificação dos efeitos financeiros e demonstração da exeqüibilidade fiscal ao longo do período de vigência do Plano Plurianual.~~

~~§ 5º A proposta de exclusão de programa conterá exposição das razões que a justifiquem e o seu impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual.~~

~~§ 6º Considera-se alteração de programa:~~

~~I - adequação de denominação ou de objetivo e modificação do público-alvo, dos indicadores ou dos índices;~~

~~II - inclusão ou exclusão de ações orçamentárias, ressalvado o disposto no art. 6º;~~

~~III - alteração do tipo, do título, do produto, da unidade de medida e das metas das ações orçamentárias;~~

~~IV - alteração dos valores estimados para cada ação, no período do Plano Plurianual, respeitada a~~

~~respectiva regionalizaçao.~~

~~I - adequação de denominação ou do objetivo e modificação do público-alvo; (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

~~II - inclusão ou exclusão de ações orçamentárias; (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

~~III - alteração do título, do produto e da unidade de medida; (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

~~IV - alteração da meta física de projetos de grande vulto. (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

~~§ 7º As alterações no Plano Plurianual deverão ter a mesma formatação e conter todos os elementos presentes nesta Lei.~~

~~§ 8º Os códigos e os títulos dos programas e ações do Plano Plurianual serão aplicados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais e nas leis que o modifiquem.~~

~~§ 9º Excepcionalmente, em função de possível alteração do conceito de ação orçamentária a ser definido na lei de diretrizes orçamentárias para 2005, o projeto de lei previsto no **caput** poderá propor agregação ou desmembramento de ações, alteração de seus códigos, títulos e produtos, desde que não modifique a finalidade das ações e não prejudique o disposto no art. 3º, § 3º, desta Lei.~~

~~§ 10. O projeto de lei previsto no **caput** incorporará os ajustes decorrentes da compatibilização prevista no art. 11 da lei orçamentária para 2004.~~

~~§ 11. As alterações de que trata o inciso III do § 6º deste artigo poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e de seus créditos adicionais, desde que mantenha a mesma codificação e não modifique a finalidade da ação ou a sua abrangência geográfica. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

~~§ 12. As inclusões de ações orçamentárias poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e de seus créditos adicionais, quando decorrentes de fusões e desmembramentos de atividades do mesmo programa, hipótese em que deverá ser apresentado, a partir de 2006, o alinhamento da série histórica dessas alterações e os respectivos atributos, bem como as justificativas.(Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

~~§ 13. Excepcionalmente, para os exercícios de 2004 e 2005, tanto a inclusão de que trata o inciso II quanto a alteração de que trata o inciso IV, ambos do § 6º deste artigo, poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e de seus créditos adicionais. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

~~§ 14. A continuidade da execução, a partir do exercício de 2006, das ações incluídas no Plano Plurianual na forma do § 13, quando se tratar de ações plurianuais, fica condicionada à alteração deste Plano. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

~~§ 15. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações dos indicadores e índices dos programas deste Plano. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

Art. 5º A alteração ou a exclusão de programa constante do Plano, assim como a inclusão de novo programa, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico, ressalvado o disposto nos §§ 9º, 10 e 11. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 1º Os projetos de lei de revisão anual serão encaminhados ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto dos exercícios de 2004, 2005 e 2006. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 2º É vedada a execução de ação orçamentária constante do Plano, cuja alteração esteja sendo proposta, antes da aprovação do respectivo projeto de lei. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 3º A proposta de alteração ou inclusão de programa, conterá, no mínimo: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

I - diagnóstico do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

II - demonstração da compatibilidade com os megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

III - estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício de sua apresentação e nos três exercícios subseqüentes. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 4º A estimativa de que trata o inciso III do § 3º, no caso de proposta que contemple despesa obrigatória de caráter continuado, será considerada na margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, constante das leis de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 5º A proposta de exclusão de programa conterá exposição das razões que a justifiquem e o seu impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 6º Considera-se alteração de programa: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

I - alteração do megaobjetivo ou do desafio associados ao programa; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

II - adequação de denominação ou do objetivo do programa e modificação do seu público-alvo; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

III - inclusão ou exclusão de ações orçamentárias; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

IV - alteração do título, do produto e da unidade de medida das ações orçamentárias; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

V - alteração da meta física de projetos de grande vulto. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 7º As alterações no Plano deverão ter a mesma formatação e conter todos os elementos presentes nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 8º Os códigos e os títulos dos programas e ações orçamentárias do Plano serão aplicados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais e nas leis que o modifiquem. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 9º As alterações de que trata o inciso IV do § 6º poderão ocorrer por meio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que mantenha a mesma codificação e não modifique a finalidade da ação ou a sua abrangência geográfica. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 10. A inclusão de ação orçamentária, quando decorrente de fusão e desmembramento de atividades do mesmo programa, poderá ocorrer por meio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, hipótese em que, a partir do exercício de 2006, deverão ser apresentados, em anexo à mensagem que encaminha o respectivo projeto de lei: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

I - o alinhamento da série histórica das alterações decorrentes da fusão ou do desmembramento das atividades; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

II - os atributos dessas atividades; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

III - as justificativas. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

~~§ 11. A inclusão de ação orçamentária, se plurianual, poderá ocorrer por meio de crédito especial ou extraordinário, desde que esses apresentem, a partir do exercício de 2006, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano.~~ (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 11. A inclusão de ação orçamentária, se plurianual, poderá ocorrer por meio de crédito especial, desde que esse apresente, em anexo específico, as informações

referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano. (Redação dada pela Lei nº 11.450, de 2007)

§ 12. Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, no que se refere aos programas constantes do Plano: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

I - o órgão responsável; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

II - os indicadores e os índices; e (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

III - os órgãos responsáveis pela execução das ações orçamentárias. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

CAPÍTULO IV

DO CONTEÚDO
(Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

~~Art. 6º (VETADO)~~

~~Art. 6º-A. Ficam dispensadas de discriminação no Plano Plurianual as ações cuja execução restrinja-se a um único exercício financeiro. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

~~Art. 7º Somente poderão ser contratadas operações de crédito externo para o financiamento de ações integrantes desta Lei.~~

~~§ 1º As operações de crédito externo que tenham como objeto o financiamento de projetos terão como limite contratual o valor total estimado desses projetos.~~

~~§ 2º Os desembolsos das operações de crédito externo limitar-se-ão, no período de vigência do Plano Plurianual, aos valores financeiros previstos para as ações nesta Lei.~~

~~§ 2º Os desembolsos decorrentes das operações de crédito externo de que trata o **caput** limitar-se-ão, no período de vigência do Plano Plurianual, aos valores financeiros previstos para as ações constantes deste Plano. (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

Art. 6º Ficam dispensadas de discriminação no Plano: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

~~I - as ações orçamentárias cuja execução restrinja-se a um único exercício financeiro; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)~~

I - as ações orçamentárias cuja execução restrinja-se a um único exercício financeiro, observado o disposto no § 1º; (Redação dada pela Lei nº 11.450, de 2007)

II - as atividades e as operações especiais cujo valor total para o período do Plano seja inferior a cinqüenta vezes o limite estabelecido no art. 23, I, "c", da Lei nº 8.666, de 1993. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

III - os projetos cujo custo total estimado seja inferior aos limites estabelecidos no art. 3º, § 1º. (Incluído dada pela Lei nº 11.450, de 2007)

§ 1º Os projetos de grande vulto deverão ser obrigatoriamente discriminados no Plano, observado o disposto no art. 3º. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

~~§ 2º As ações orçamentárias que se enquadrarem no critério estabelecido nos incisos I e II comporão o 'Somatório das demais ações detalhadas no Orçamento/Relatório Anual de Avaliação', constante de cada programa, observado o disposto no § 1º. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)~~

§ 2º As ações orçamentárias que se enquadrarem em um dos critérios estabelecidos nos incisos I, II e III comporão o 'Somatório das ações detalhadas no Orçamento/Relatório Anual de Avaliação', constante de cada programa, observado o disposto no § 1º. (Redação dada pela Lei nº 11.450, de 2007)

Art. 7º Somente poderão ser contratadas operações de crédito externo para o financiamento de ações orçamentárias integrantes desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 1º As operações de crédito externo que tenham como objeto o financiamento de projetos terão como limite contratual o valor total estimado desses projetos. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 2º Os desembolsos decorrentes das operações de crédito externo de que trata o caput limitar-se-ão, para o quadriênio 2004/2007, aos valores financeiros previstos, para o mesmo período, para as ações orçamentárias constantes deste Plano. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

CAPÍTULO V

DA DIVULGAÇÃO
(Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

~~Art. 8º (VETADO)~~

~~Art. 8º-A. O Poder Executivo publicará, no prazo de até 60 dias após a aprovação do Plano Plurianual ou suas revisões anuais, o seu texto atualizado, com as adequações das metas físicas aos valores das ações orçamentárias aprovadas pelo Congresso Nacional e os novos valores de atividades fundidas ou desmembradas, na forma do § 12 do art. 5º, podendo incorporar as ações não orçamentárias que contribuam para os objetivos dos programas. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

~~Art. 8º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão divulgará, no prazo de noventa dias contados da publicação do Plano ou de suas revisões anuais: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)~~

Art. 8º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão divulgará, pela internet, no prazo de até noventa dias contados da publicação do Plano e suas revisões anuais: (Redação dada pela Lei nº 11.450, de 2007)

I - o seu texto atualizado; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

~~II - os anexos atualizados, com as adequações do valor total estimado, dos valores financeiros previstos para as ações, das metas físicas e das datas de início e de término dos projetos, bem como das metas físicas das atividades e das operações especiais, em função dos valores das ações aprovadas pelo Congresso Nacional, inclusive aquelas constantes da lei orçamentária anual, com as devidas justificativas.(Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)~~

II - Os anexos atualizados, com as adequações do valor total estimado, dos valores financeiros previstos para as ações. das metas físicas e das datas de início e de término dos projetos, bem como das metas físicas das atividades e das operações especiais, em função dos valores das ações aprovadas pelo Congresso Nacional, com as devidas justificativas. (Redação dada pela Lei nº 11.450, de 2007)

Parágrafo único. As ações não-orçamentárias que contribuam para os objetivos dos programas, poderão ser incorporadas aos anexos a que se refere o inciso II ou apresentadas em anexo específico, devidamente identificadas. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

CAPÍTULO VI

DA AVALIAÇÃO
(Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

~~Art. 9º O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional, até o dia 15 de setembro de cada exercício, relatório de avaliação do Plano Plurianual, que conterá:~~

~~I - avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano Plurianual, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;~~

~~II - demonstrativo, na forma do Anexo II desta Lei, contendo, para cada ação:~~

~~a) os valores previstos nesta Lei e suas modificações;~~
~~b) a execução física e orçamentária nos exercícios de vigência deste Plano Plurianual;~~
~~c) as dotações constantes da lei orçamentária em vigor e as previstas na proposta orçamentária para o exercício subseqüente;~~
~~d) as estimativas das metas físicas e dos valores financeiros, tanto das ações constantes desta Lei e suas alterações como das novas ações previstas, para os três exercícios subseqüentes ao da proposta orçamentária enviada em 31 de agosto;~~
~~III - demonstrativo, por programa e por indicador, dos índices alcançados ao término do exercício anterior e dos índices finais previstos;~~
~~IV - avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas, relacionando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias;~~
~~V - justificativa, por projeto de grande vulto, da ocorrência de execução orçamentária acumulada ao final do exercício anterior, em valor superior ao valor financeiro previsto para o período do Plano Plurianual;~~
~~VI - justificativa, por projeto de grande vulto, em 2005, 2006 e 2007, da ocorrência de execução orçamentária acumulada ao final dos exercícios anteriores, em valor inferior a 15%, 30% e 50%, respectivamente, do valor financeiro previsto para o período do Plano Plurianual;~~
~~VII - justificativa da não inclusão, na proposta de lei orçamentária para o exercício subseqüente, de projetos já iniciados ou que, de acordo com as respectivas datas de início e de término, constantes do Plano Plurianual, deveriam constar da proposta, e apresentação, para esses últimos, de nova data prevista para o início;~~
~~VIII - demonstrativo da execução física e orçamentária, na forma do Anexo II desta Lei, das ações que, por força do art. 6º, ficaram dispensadas de serem discriminadas no Plano Plurianual.~~
~~§ 1º Para atendimento ao disposto no **caput**, o Poder Executivo instituirá Sistema de Avaliação do Plano Plurianual, sob a coordenação do Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal. (Vide Decreto nº 5.233, de 2004)~~
~~§ 2º O Congresso Nacional terá acesso irrestrito ao Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual - Sigplan, para fins de consulta.~~
~~§ 3º O Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal disponibilizará, pela Internet, resumo das informações constantes do Sigplan, em módulo específico, para fins de consulta pela sociedade civil.~~
~~§ 4º Fica dispensada, para o relatório de avaliação a ser enviado até 15 de setembro de 2004, a apresentação das informações previstas nos incisos II, "b", III, IV, V, VIII, deste artigo.~~
~~Art. 10. Os Órgãos do Poder Executivo responsáveis por programas, nos termos do Anexo III desta Lei, deverão:~~
~~I - registrar, na forma padronizada pelo Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, as informações referentes à execução física das ações constantes dos programas sob sua responsabilidade, até 31 de março do exercício subseqüente ao da execução;~~
~~II - elaborar plano gerencial e plano de avaliação dos respectivos programas, para apreciação pelo Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal;~~
~~III - adotar mecanismos de participação da sociedade e das unidades subnacionais na avaliação dos programas.~~
~~§ 1º O Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal deverá elaborar e divulgar, pela Internet, o relatório de avaliação do Plano Plurianual até o dia 15 de setembro de cada exercício.~~
~~§ 2º O Poder Executivo poderá atualizar os Anexos II e III desta Lei, em decorrência de alteração dos órgãos responsáveis pelos programas e pela execução das respectivas ações.~~
~~Art. 11. Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, responsáveis por programas, deverão elaborar e enviar ao Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, plano gerencial e plano de avaliação dos programas sob sua responsabilidade.~~
~~Parágrafo único. Aplica-se aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, responsáveis por programas, o disposto no inciso I do art. 10.~~

Art. 9º O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional, até o dia 15 de setembro de cada exercício, relatório de avaliação do Plano, que conterá: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

I - avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

~~II - demonstrativo, na forma do Anexo II desta Lei, contendo, para cada ação: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)~~

~~a) a execução física e orçamentária das ações orçamentárias nos exercícios de vigência deste Plano; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)~~

~~b) as dotações correspondentes às ações orçamentárias da lei orçamentária em vigor e as previstas na proposta orçamentária enviada em 31 de agosto; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)~~

~~c) as estimativas das metas físicas e dos valores financeiros, para os três exercícios subseqüentes ao da proposta orçamentária enviada em 31 de agosto, das ações orçamentárias constantes desta Lei e suas alterações, das novas ações orçamentárias previstas e das ações não orçamentárias; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)~~

II - demonstrativo, na forma do Anexo II desta Lei, contendo, para cada programa a execução física e orçamentária das ações orçamentárias nos exercícios de vigência deste Plano; (Redação dada pela Lei nº 11.450, de 2007)

III - demonstrativo, por programa e por indicador, dos índices alcançados ao término do exercício anterior e dos índices finais previstos; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

IV - avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas, indicando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

V - justificativa, por projeto de grande vulto, da ocorrência de execução orçamentária acumulada ao final do exercício anterior, em valor superior ao valor financeiro previsto para o período do Plano; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

VI - justificativa, por projeto de grande vulto, da ocorrência de execução orçamentária acumulada ao final do exercício anterior, em valor inferior a 15%, 30% e 50%, do valor financeiro previsto para o período do Plano, para os relatórios apresentados em 2005, 2006 e 2007, respectivamente; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

VII - justificativa da não-inclusão, na proposta orçamentária enviada em 31 de agosto, de projeto de grande vulto já iniciado ou que, de acordo com as respectivas datas de início e de término, constantes do Plano, deveriam constar da proposta, e apresentação, para esses últimos, de nova data prevista para o início; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

VIII - demonstrativo da execução física e orçamentária, na forma do Anexo II desta Lei, das ações orçamentárias que, por força do disposto no art. 6º, ficaram dispensadas de serem discriminadas no Plano. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 1º Para atendimento ao disposto no caput, o Poder Executivo instituirá Sistema de Avaliação do Plano, sob a coordenação do Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 2º O Congresso Nacional terá acesso irrestrito ao Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano - Sigplan, para fins de consulta. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 3º O Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal permitirá o acesso, pela Internet, ao resumo das informações constantes do Sigplan, em módulo específico, para fins de consulta pela sociedade civil. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

Art. 10. Os Órgãos do Poder Executivo responsáveis por programas, nos termos do Anexo III desta Lei, deverão: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

I - registrar, na forma padronizada pelo Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, as informações referentes à execução física das ações orçamentárias e não-orçamentárias

constantes dos programas sob sua responsabilidade, até 31 de março do exercício subseqüente ao da execução; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

II - elaborar plano gerencial e plano de avaliação dos respectivos programas, para apreciação pelo Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

III - adotar mecanismos de participação da sociedade e das unidades subnacionais na avaliação dos programas. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

Parágrafo único. O Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal deverá elaborar e divulgar, pela Internet, o relatório de avaliação do Plano até o dia 15 de setembro de cada exercício. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

Art. 11. Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, responsáveis por programas, deverão elaborar e enviar ao Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, plano gerencial e plano de avaliação dos programas sob sua responsabilidade. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

Parágrafo único. Aplica-se aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, responsáveis por programas, o disposto no inciso I do art. 10. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

CAPÍTULO VII

DA PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES SUBNACIONAIS E DA SOCIEDADE CIVIL
(Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

~~Art. 12. O Poder Executivo poderá firmar compromissos, agrupados por sub-regiões, com Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma de pacto de concertamento, definindo atribuições e responsabilidades das partes, com vistas à execução do Plano Plurianual e de seus programas.~~
~~§ 1º O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade civil organizada na avaliação e nas alterações do Plano Plurianual.~~
~~§ 2º Os pactos de concertamento, de que trata o **caput**, abrangerão os programas e ações que contribuam para os objetivos do Plano Plurianual, em nível estadual e sub-regional, e definirão as condições em que a União, os Estados e o Distrito Federal, os Municípios e a sociedade civil organizada participarão do ciclo de gestão deste Plano.~~

Art. 12. O Poder Executivo poderá firmar compromissos, agrupados por sub-regiões, com Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma de pacto de concertamento, definindo atribuições e responsabilidades das partes, com vistas à execução do Plano e de seus programas. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 1º O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade civil organizada na avaliação e nas alterações do Plano. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 2º Os pactos de concertamento, de que trata o caput, abrangerão os programas e ações orçamentárias que contribuam para os objetivos do Plano, em nível estadual e sub-regional, e definirão as condições em que a União, os Estados e o Distrito Federal, os Municípios e a sociedade civil organizada participarão do ciclo de gestão deste Plano. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

Art. 13. As metas e prioridades da Administração Pública Federal, para o exercício de 2004, correspondem aos projetos de grande vulto que, em 31 de dezembro de 2003, apresentaram execução orçamentária superior a 50% (cinqüenta por cento) do seu valor total estimado e às atividades e operações especiais dos programas sociais constantes da lei orçamentária para 2004.

Parágrafo único. O Poder Executivo publicará, no prazo de até 60 dias após a aprovação desta Lei, as metas e prioridades da Administração Pública Federal para o exercício de 2004. (Vide Decreto nº 5.248, 2004)

Art. 14. Para efeito do disposto no § 4º do art. 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, os programas sociais são os constantes do Anexo IV.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2004.

Brasília, 11 de agosto de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guido Mantega

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 12.8.2004 - Edição extra

ANEXO I
(Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

A Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo

MEGAOBJETIVO I: Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais

Desafios:

1. Combater a fome visando a sua erradicação e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo o caráter de inserção e cidadania.

2. Ampliar a transferência de renda para as famílias em situação de pobreza e aprimorar os seus mecanismos.

3. Promover o acesso universal, com qualidade e eqüidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência).

4. Ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação e ao patrimônio cultural do país.

5. Promover o aumento da oferta e a redução dos preços de bens e serviços de consumo popular.

6. Implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente.

7. Reduzir a vulnerabilidade das crianças e de adolescentes em relação a todas as formas de violência, aprimorando os mecanismos de efetivação dos seus direitos sociais e culturais.

8. Promover a redução das desigualdades raciais, com ênfase na valorização cultural das etnias.

9. Promover a redução das desigualdades de gênero, com ênfase na valorização das diferentes identidades.

10. Ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital e garantindo a formação crítica dos usuários.

MEGAOBJETIVO II: Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais

Desafios:

13. Alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego.

14. Ampliar as fontes de financiamento internas e democratizar o acesso ao crédito para o investimento, a produção e o consumo.

15. Ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a informação e a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade.

16. Implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, levando em consideração as condições edafo-climáticas nas diferentes regiões do país.

17. Coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa.

18. Ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases culturais, científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso.

19. Impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável.

20. Reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), valorizando as identidades e diversidades culturais e estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local.

21. Melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.

22. Ampliar a participação do País no mercado internacional preservando os interesses nacionais.

23. Incentivar e fortalecer as micro, pequenas e médias empresas com o desenvolvimento da capacidade empreendedora.

MEGAOBJETIVO III: Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia

Desafios:

25. Fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas.

26. Garantir a integridade dos povos indígenas respeitando sua identidade cultural e organização econômica.

27. Valorizar a diversidade das expressões culturais nacionais e regionais.

28. Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.

29. Valorizar a identidade e preservar a integridade e a soberania nacionais.

30. Promover os valores e os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional.

31. Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

32. Combater a corrupção.

33. Democratizar os meios de comunicação social, valorizando os meios alternativos e a pluralidade de expressão.

Download para anexos:	Alterações dos anexos:
~~Anexo I - Orientação Estratégica do Governo~~	~~Lei nº 11.044, de 2004~~
Anexo II - Ações Orçamentárias	Lei nº 11.194, de 2005 Lei nº 11.168, de 2005 Lei nº 11.099, de 2005 Lei nº 11.071, de 2004 Lei nº 11.070, de 2004 Lei nº 11.068, de 2004 Lei nº 11.067, de 2004 Lei nº 11.066, de 2004 Lei nº 11.065, de 2004 Lei nº 11.064, de 2004 Lei nº 11.045, de 2004 Lei nº 11.044, de 2004 Lei nº 11.043, de 2004 Lei nº 11.450, de 2007
Anexo III - Órgãos Responsáveis por Programa	Lei nº 11.450, de 2007
Anexo IV - Programas Sociais	Lei nº 11.450, de 2007
Anexo V - Ações com Recursos Não Orçamentários	

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007

Exercício 2007

Ano Base 2006



VOLUME I

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PLANO PLURIANUAL 2004-2007

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO

Volume I

EXERCÍCIO 2007

ANO BASE 2006

Brasília, setembro de 2007

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva
Vice-Presidência da República
José Alencar Gomes da Silva
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Dilma Rousseff
Ministro de Estado da Justiça
Tarso Genro
Ministro de Estado da Defesa
Nelson Jobim
Ministro de Estado das Relações Exteriores
Celso Luiz Nunes Amorim
Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega
Ministro de Estado dos Transportes
Alfredo Pereira do Nascimento
Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Reinhold Stephanes
Ministro de Estado da Educação
Fernando Haddad
Ministro de Estado da Cultura
Gilberto Passos Gil Moreira
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Carlos Lupi
Ministro de Estado da Previdência Social
Luiz Marinho
Ministro de Estado da Saúde
José Gomes Temporão
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Miguel Jorge
Ministro de Estado de Minas e Energia
Nelson Hubner
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva
Ministro de Estado das Comunicações
Hélio Costa
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
Sergio Machado Rezende
Ministra de Estado do Meio Ambiente
Marina Silva
Ministro de Estado do Esporte
Orlando Silva Junior
Ministra de Estado do Turismo
Marta Suplicy
Ministro de Estado da Integração Nacional
Geddel Vieira Lima
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Guilherme Cassel
Ministro de Estado das Cidades
Márcio Fortes de Almeida
Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Patrus Ananias
Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
Luiz Soares Dulci
Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Jorge Armando Felix
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social
Franklin Martins
Advogado-Geral da União
José Antônio Dias Toffoli
Ministro de Estado do Controle e da Transparência
Jorge Hage Sobrinho
Secretário Especial de Direitos Humanos
Paulo de Tarso Vannuchi
Secretária Especial de Políticas para as Mulheres
Nilcéa Freire
Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca
Altemir Gregolin
Secretário de Relações Institucionais da Presidência da República
Walfrido dos Mares Guia
Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Matilde Ribeiro
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo
Roberto Mangabeira Unger
Secretário Especial de Portos
Pedro Brito do Nascimento

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PLANO PLURIANUAL 2004-2007

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO

Volume I

EXERCÍCIO 2007

ANO BASE 2006

Brasília, setembro de 2007

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K
FONE: 55 (61) 3429.4080
FAX: 55 (61) 3226.8122
Site: www.planejamento.gov.br
CEP: 70040-906 – Brasília – DF

© 2007, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Normalização Bibliográfica: DIBIB/CODIN/SPOA

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI.
Plano Plurianual 2004-2007: relatório anual de avaliação - exercício 2007 - ano base 2006. Brasília: SPI, 2007.

1554p. : il

1. Planejamento Público.

CDU: 338.26 “2007” (047)

SUMÁRIO

VOLUME I

Apresentação . . . . . .
Introdução . . . . . .
Avaliação do Cenário Macroeconômico . . . . . .
Avaliação da Gestão do Plano . . . . . .
Avaliação dos Programas . . . . . .
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento . . . . . .
Ministério da Ciência e Tecnologia . . . . . .
Ministério da Cultura . . . . . .
Ministério da Defesa . . . . . .
Ministério da Educação . . . . . .
Ministério da Fazenda . . . . . .
Ministério da Integração Nacional . . . . . .
Ministério da Justiça . . . . . .
Ministério da Previdência Social . . . . . .
Ministério da Saúde . . . . . .
Ministério das Cidades . . . . . .
Ministério das Comunicações . . . . . .
Ministério das Relações Exteriores . . . . . .
Ministério de Minas e Energia . . . . . .
Ministério do Desenvolvimento Agrário . . . . . .
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome . . . . . .
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . . . . .
Ministério do Esporte . . . . . .
Ministério do Meio Ambiente . . . . . .
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão . . . . . .
Ministério do Trabalho e Emprego . . . . . .
Ministério do Turismo . . . . . .
Ministério dos Transportes . . . . . .
Presidência da República . . . . . .
Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca . . . . . .
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial . . . . .
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres . . . . . .
Secretaria Especial dos Direitos Humanos . . . . . .
Poderes Legislativo e Judiciário e TCU . . . . . .

VOLUME II

Anexo I (1ª parte) . . . . . .

VOLUME III

Anexo I (2ª parte) - Continuação. . . . . .
Anexo II . . . . . .

VOLUME IV

Anexo III - Programas Finalísticos - PPA 2008-2011 . . . . . .
Anexo IV - Programas de Apoio às Políticas
Públicas e Áreas Especiais - PPA 2008-2011 . . . . . .
Anexo V - Ações Não Orçamentárias - PPA 2008-2011 . . . .

ÍNDICE GERAL POR ÓRGÃO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Abastecimento Agroalimentar . . . . . .
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário . . . . . .
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico . . . . . .
Desenvolvimento da Avicultura . . . . . .
Desenvolvimento da Bovideocultura . . . . . .
Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura . . . . . .
Desenvolvimento da Economia Cafeeira . . . . . .
Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta. . . . . .
Desenvolvimento da Horticultura . . . . . .
Desenvolvimento da Suideocultura . . . . . .
Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais . . . . . .
Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas . . . . .
Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro . . . . . .
Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural. . . . . .
Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau . . . . . .
Manejo e Conservação de Solos na Agricultura . . . . . .
Minimização de Riscos no Agronegócio. . . . . .
Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social . . . . . .
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio . . . . . .
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários . . . . . .
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas . . . . . .
Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários. . .

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social. . . . . .
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) . . . . . .

Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima . . . . . .
Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa. . . . . .
Nacional de Atividades Espaciais - PNAE . . . . . .
Nacional de Atividades Nucleares. . . . . .
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

MINISTÉRIO DA CULTURA . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Brasil Patrimônio Cultural . . . . . .
Brasil, Som e Imagem. . . . . .
Cultura Afro-Brasileira . . . . . .
Cultura, Educação e Cidadania . . . . . .
Engenho das Artes . . . . . .
Identidade e Diversidade Cultural- Brasil Plural . . . . . .
Livro Aberto . . . . . .
Monumenta . . . . . .
Museu Memória e Cidadania . . . . . .

MINISTÉRIO DA DEFESA. . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas . . . . . .
Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica . . . . . .
Adestramento e Operações Militares da Marinha. . . . . .
Adestramento e Operações Militares do Exército . . . . . .
Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil . . . . . .
Calha Norte . . . . . .
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos . . . . . .
Desenvolvimento da Aviação Civil . . . . . .
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária. . . . . .
Ensino Profissional da Aeronáutica . . . . . .
Ensino Profissional da Marinha . . . . . .
Ensino Profissional do Exército . . . . . .
Mobilização para Defesa Nacional . . . . . .
Proantar . . . . . .
Produção de Material Bélico. . . . . .
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira . . . . . .

Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil. . . . . .
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro . . . . . .
Recursos do Mar. . . . . .
Segurança da Navegação Aquaviária. . . . . .
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. . . . . .
Serviço de Saúde das Forças Armadas. . . . . .
Tecnologia de Uso Aeroespacial . . . . . .
Tecnologia de Uso Naval . . . . . .
Tecnologia de Uso Terrestre . . . . . .

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos . . . . . .
Brasil Escolarizado . . . . . .
Desenvolvimento da Educação Especial . . . . . .
Desenvolvimento da Educação Infantil . . . . . .
Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica . . . . . .
Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação
e da Pesquisa Científica . . . . . .
Desenvolvimento do Ensino Fundamental. . . . . .
Desenvolvimento do Ensino Médio . . . . . .
Educação para a Diversidade e Cidadania. . . . . .
Universidade do Século XXI. . . . . .
Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores
da Educação Básica. . . . . .

MINISTÉRIO DA FAZENDA . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais . . . . .
Banco para Todos. . . . . .
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários . . . . . .
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional. . . . . .
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros,
Previdência Complementar Aberta e Capitalização . . . . . .
Educação Fiscal. . . . . .
Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes. . . . . .

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada. . . . . .
Desenvolvimento da Faixa de Fronteira . . . . . .
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – Conviver .
Drenagem Urbana Sustentável . . . . . .
Eficiência na Agricultura Irrigada. . . . . .
Integração de Bacias Hidrográficas. . . . . .
Organização Produtiva de Comunidades - Produzir. . . . . .
Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres . . . . . .
Proágua Infra-estrutura . . . . . .
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso .
Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões – Promover. . . . . .
Resposta aos Desastres . . . . . .
Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação . . . . . .

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Assistência Jurídica Integral e Gratuita. . . . . .
Combate à Criminalidade . . . . . .
Combate ao Crime Transnacional . . . . . .
Defesa do Consumidor. . . . . .
Defesa Econômica e da Concorrência. . . . . .
Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal . . . . . .
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas. . . . . .
Migração e Acordos Internacionais. . . . . .
Modernização da Polícia Federal . . . . . .
Modernização do Sistema Penitenciário Nacional . . . . . .
Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial
e Etnodesenvolvimento. . . . . .
Reforma do Judiciário. . . . . .
Segurança Pública nas Rodovias Federais . . . . . .
Sistema Único de Segurança Pública - SUSP . . . . . .

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Educação Previdenciária . . . . . .

Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União . . . . . .
Previdência Complementar . . . . . .
Previdência de Inativos e Pensionistas da União. . . . . .
Previdência Social Básica . . . . . .
Qualidade dos Serviços Previdenciários . . . . . .
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. . . . . .

MINISTÉRIO DA SAÚDE. . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Alimentação Saudável. . . . . .
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos . . . . . .
Assistência Suplementar à Saúde . . . . . .
Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas . . . . . .
Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos. . . . . .
Atenção Básica em Saúde . . . . . .
Atenção Especializada em Saúde. . . . . .
Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde . . . . . .
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde . . . . . .
Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase . . . . . .
Educação Permanente e Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde. . . . . .
Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde. . . . . .
Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis . . . . . .
Saneamento Rural . . . . . .
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue . . . . . .
Vigilância Ambiental em Saúde . . . . . .
Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis . . . . . .
Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis . . . . . .
Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis . . . . . .
Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue . . . . . .
Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes . . . . . .

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Sumário Executivo
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros
Financiamento Imobiliário Habitacional
Fortalecimento da Gestão Urbana
Habitação de Interesse Social
Mobilidade Urbana.
Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H.
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais
Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos
Serviços Urbanos de Água e Esgoto
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Sumário Executivo
Aprimoramento dos Serviços Postais
Inovação Tecnológica em Telecomunicações
Oferta dos Serviços de Telecomunicações.
Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica
Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Sumário Executivo
Análise e Difusão da Política Externa Brasileira
Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular
Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional
Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior
Ensino Profissional Diplomático
Promoção das Exportações
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros

Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos Organismos Internacionais. . . . . .

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis . . . . . .
Atuação Internacional na Área de Petróleo . . . . . .
Brasil com Todo Gás . . . . . .
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia . . . . . .
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis . . . . . .
Eficiência Energética. . . . . .
Energia Alternativa Renovável . . . . . .
Energia na Região Nordeste . . . . . .
Energia na Região Norte. . . . . .
Energia na Região Sul. . . . . .
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste . . . . . .
Energia nos Sistemas Isolados. . . . . .
Geologia do Brasil . . . . . .
Indústria Petroquímica. . . . . .
Luz para Todos. . . . . .
Mineração e Desenvolvimento Sustentável. . . . . .
Oferta de Petróleo e Gás Natural . . . . . .
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural . . . . . .
Qualidade do Serviço de Energia Elétrica. . . . . .
Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Refino de Petróleo . . . . . .
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados . . . . . .
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados . . . . . .

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Agricultura Familiar - Pronaf . . . . . .
Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais . . . . . .
Crédito Fundiário. . . . . .

Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais . . . . . .
Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária . . . . . .
Educação do Campo (Pronera) . . . . . .
Paz no Campo . . . . . .
Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária . . . . . .

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Acesso à Alimentação . . . . . .
Erradicação do Trabalho Infantil . . . . . .
Proteção Social Básica. . . . . .
Proteção Social Especial . . . . . .
Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família . . . . .

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Arranjos Produtivos Locais . . . . . .
Artesanato Brasileiro . . . . . .
Competitividade das Cadeias Produtivas . . . . . .
Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte . . . . . .
Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora . . .
Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental . . . . . .
Metrologia e Qualidade Industrial . . . . . .
Pólo Industrial de Manaus . . . . . .
Propriedade Intelectual. . . . . .

MINISTÉRIO DO ESPORTE . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Brasil no Esporte de Alto Rendimento . . . . . .
Esporte e Lazer da Cidade . . . . . .
Inserção Social pela Produção de Material Esportivo . . . . . .
Rumo ao Pan 2007 . . . . . .
Segundo Tempo . . . . . .

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Amazônia Sustentável . . . . . .
Áreas Protegidas do Brasil . . . . . .
Combate à Desertificação . . . . . .
Comunidades Tradicionais . . . . . .
Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros . . . . . .
Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos . . . . . .
Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas . . . . . .
Desenvolvimento Sustentável do Pantanal . . . . . .
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis . . . . . .
Nacional de Florestas . . . . . .
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer . . . . . .
Proambiente . . . . . .
Probacias . . . . . .
Qualidade Ambiental . . . . . .
Recursos Pesqueiros Sustentáveis . . . . . .
Resíduos Sólidos Urbanos . . . . . .
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental . . . . . .
Zoneamento Ecológico-Econômico . . . . . .

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Governo Eletrônico . . . . . .
Inclusão Digital . . . . . .
Recenseamentos Gerais . . . . . .

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Democratização das Relações de Trabalho . . . . . .
Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda . . . . . .
Economia Solidária em Desenvolvimento . . . . . .
Erradicação do Trabalho Escravo . . . . . .

Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda. . . . .
Microcrédito Produtivo Orientado. . . . . .
Primeiro Emprego . . . . . .
Qualificação Social e Profissional . . . . . .
Rede de Proteção ao Trabalho . . . . . .
Segurança e Saúde no Trabalho . . . . . .

MINISTÉRIO DO TURISMO. . . . . .
Sumário Executivo . . . . . .
Brasil: Destino Turístico Internacional. . . . . .
Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos . . . . . .

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES . . . . . .
Sumário Executivo . . . . . .
Corredor Araguaia-Tocantins . . . . . .
Corredor Fronteira Norte . . . . . .
Corredor Leste . . . . . .
Corredor Mercosul . . . . . .
Corredor Nordeste . . . . . .
Corredor Oeste-Norte . . . . . .
Corredor São Francisco. . . . . .
Corredor Sudoeste . . . . . .
Corredor Transmetropolitano . . . . . .
Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário . .
Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante
e da Indústria Naval . . . . . .
Infra-estrutura de Transportes . . . . . .
Manutenção da Malha Rodoviária Federal . . . . . .
Manutenção de Hidrovias . . . . . .
Navegação Interior . . . . . .
Serviços de Transporte Aquaviário . . . . . .
Serviços de Transporte Rodoviário . . . . . .

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA . . . . . .
Sumários Executivos . . . . . .
Certificação Digital. . . . . .

Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental . . . . . .
Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural . . . . . .
Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica . . . . . .
Informações Integradas para Proteção da Amazônia. . . . . .
Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem . . . . . .

SECRETARIA ESPECIAL DE AQÜICULTURA E PESCA . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura. . . . . .
Desenvolvimento Sustentável da Pesca. . . . . .

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Brasil Quilombola . . . . . .

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho . . . . . .
Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres . . . . . .

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas. . . . . .
Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei .
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes .
Direitos Humanos, Direitos de Todos . . . . . .
Nacional de Acessibilidade . . . . . .
Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente . . . . . .
Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência . . . . . .
Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional . . . . . .

PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO E TCU . . . . . .

Câmara dos Deputados

Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados . . . . . .

Tribunal de Contas da União

Controle Externo . . . . . .

Superior Tribunal de Justiça

Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça . . . . . .

Justiça do Trabalho

Prestação Jurisdicional Trabalhista . . . . . .

ÍNDICE EM ORDEM ALFABÉTICA DE PROGRAMAS

Abastecimento Agroalimentar . . . . . .
Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural
e Biocombustíveis . . . . . .
Acesso à Alimentação . . . . . .
Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas . . . . . .
Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica . . . . . .
Adestramento e Operações Militares da Marinha . . . . . .
Adestramento e Operações Militares do Exército . . . . . .
Agricultura Familiar - Pronaf . . . . . .
Alimentação Saudável . . . . . .
Amazônia Sustentável . . . . . .
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais . . . . .
Análise e Difusão da Política Externa Brasileira . . . . . .
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário . . . . . .
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios
de Médio e Grande Porte . . . . . .
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios
de Pequeno Porte . . . . . .
Aprimoramento dos Serviços Postais . . . . . .
Áreas Protegidas do Brasil . . . . . .
Arranjos Produtivos Locais . . . . . .
Artesanato Brasileiro . . . . . .
Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais . . . . . .
Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior
e Atendimento Consular . . . . . .
Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas . . . . . .
Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil . . . . .
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos . . . . . .
Assistência Jurídica Integral e Gratuita . . . . . .
Assistência Suplementar à Saúde . . . . . .
Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências,
Violências e outras Causas Externas . . . . . .

Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos
Atenção Básica em Saúde
Atenção Especializada em Saúde
Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde
Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei
Atuação Internacional na Área de Petróleo
Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados
Banco para Todos
Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos
Brasil com Todo Gás
Brasil: Destino Turístico Internacional
Brasil Escolarizado
Brasil no Esporte de Alto Rendimento
Brasil Patrimônio Cultural
Brasil Quilombola
Brasil, Som e Imagem
Calha Norte
Certificação Digital
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)
Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima
Combate à Criminalidade
Combate à Desertificação
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
Combate ao Crime Transnacional
Competitividade das Cadeias Produtivas
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas
Comunidades Tradicionais
Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros
Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos
Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas

Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase . . . . . .
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos . . . . . .
Controle Externo . . . . . .
Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional . . . . . .
Corredor Araguaia-Tocantins . . . . . .
Corredor Fronteira Norte . . . . . .
Corredor Leste . . . . . .
Corredor Mercosul . . . . . .
Corredor Nordeste . . . . . .
Corredor Oeste-Norte . . . . . .
Corredor São Francisco. . . . . .
Corredor Sudoeste . . . . . .
Corredor Transmetropolitano . . . . . .
Crédito Fundiário . . . . . .
Cultura Afro-Brasileira . . . . . .
Cultura, Educação e Cidadania . . . . . .
Defesa do Consumidor. . . . . .
Defesa Econômica e da Concorrência. . . . . .
Democratização das Relações de Trabalho . . . . . .
Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental . . . . . .
Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural . . . . . .
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros . . . . . .
Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda . . . . . .
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada. . . . . .
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico . . . . . .
Desenvolvimento da Aviação Civil . . . . . .
Desenvolvimento da Avicultura . . . . . .
Desenvolvimento da Bovideocultura . . . . . .
Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura . . . . . .
Desenvolvimento da Economia Cafeeira . . . . . .
Desenvolvimento da Educação Especial . . . . . .
Desenvolvimento da Educação Infantil . . . . . .
Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica . . . . . .

Desenvolvimento da Faixa de Fronteira . . . . . .
Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta. . . . . .
Desenvolvimento da Horticultura . . . . . .
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária. . . . . .
Desenvolvimento da Suideocultura . . . . . .
Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes
e Outras Espécies Vegetais . . . . . .
Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas
e Plantas Fibrosas . . . . . .
Desenvolvimento de Microempresas e Empresas
de Pequeno e Médio Porte . . . . . .
Desenvolvimento do Comércio Exterior e
da Cultura Exportadora . . . . . .
Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro . . . . .
Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural. . . . .
Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e
da Pesquisa Científica. . . . . .
Desenvolvimento do Ensino Fundamental. . . . . .
Desenvolvimento do Ensino Médio . . . . . .
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários . . . . . .
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional. . . . . .
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência
Complementar Aberta e Capitalização . . . . . .
Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal . . . . . .
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – Conviver .
Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura. . . . . .
Desenvolvimento Sustentável da Pesca. . . . . .
Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau . . . . .
Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais . . . . . .
Desenvolvimento Sustentável do Pantanal . . . . . .
Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária. . . . . .
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia . . . . . .
Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior . . . . . .
Direitos Humanos, Direitos de Todos . . . . . .
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool
e Outros Combustíveis. . . . . .
Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica. . . . . .
Drenagem Urbana Sustentável . . . . . .

Economia Solidária em Desenvolvimento . . . . . .
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. . . . . .
Educação do Campo (Pronera). . . . . .
Educação Fiscal. . . . . .
Educação para a Diversidade e Cidadania. . . . . .
Educação Permanente e Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde . . . . . .
Educação Previdenciária . . . . . .
Eficiência Energética. . . . . .
Eficiência na Agricultura Irrigada . . . . . .
Energia Alternativa Renovável . . . . . .
Energia na Região Nordeste . . . . . .
Energia na Região Norte. . . . . .
Energia na Região Sul. . . . . .
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste . . . . . .
Energia nos Sistemas Isolados. . . . . .
Engenho das Artes . . . . . .
Ensino Profissional da Aeronáutica . . . . . .
Ensino Profissional da Marinha . . . . . .
Ensino Profissional Diplomático . . . . . .
Ensino Profissional do Exército . . . . . .
Erradicação do Trabalho Escravo . . . . . .
Erradicação do Trabalho Infantil . . . . . .
Esporte e Lazer da Cidade . . . . . .
Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário
Financiamento Imobiliário Habitacional . . . . . .
Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval . . . . . .
Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa. . . . . .
Fortalecimento da Gestão Urbana . . . . . .
Geologia do Brasil . . . . . .
Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes. . . . . .
Governo Eletrônico . . . . . .
Habitação de Interesse Social . . . . . .
Identidade e Diversidade Cultural- Brasil Plural . . . . . .
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas. . . . . .
Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho.
Inclusão Digital . . . . . .

Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União . . . . .
Indústria Petroquímica . . . . . .
Informações Integradas para Proteção da Amazônia. . . . . .
Infra-estrutura de Transportes . . . . . .
Inovação Tecnológica em Telecomunicações . . . . . .
Inserção Social pela Produção de Material Esportivo . . . . . .
Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda. . . . .
Integração de Bacias Hidrográficas . . . . . .
Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental . . . . . .
Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde . . . . . .
Livro Aberto . . . . . .
Luz para Todos . . . . . .
Manejo e Conservação de Solos na Agricultura . . . . . .
Manutenção da Malha Rodoviária Federal . . . . . .
Manutenção de Hidrovias . . . . . .
Metrologia e Qualidade Industrial . . . . . .
Microcrédito Produtivo Orientado . . . . . .
Migração e Acordos Internacionais. . . . . .
Mineração e Desenvolvimento Sustentável. . . . . .
Minimização de Riscos no Agronegócio . . . . . .
Mobilidade Urbana. . . . . .
Mobilização para Defesa Nacional . . . . . .
Modernização da Polícia Federal . . . . . .
Modernização do Sistema Penitenciário Nacional . . . . . .
Monumenta . . . . . .
Museu Memória e Cidadania . . . . . .
Nacional de Acessibilidade . . . . . .
Nacional de Atividades Espaciais - PNAE . . . . . .
Nacional de Atividades Nucleares . . . . . .
Nacional de Florestas . . . . . .
Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem . . . . . .
Navegação Interior . . . . . .
Oferta de Petróleo e Gás Natural . . . . . .
Oferta dos Serviços de Telecomunicações. . . . . .
Organização Produtiva de Comunidades - Produzir. . . . . .
Paz no Campo . . . . . .

Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social . . . . . .
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio. . . . . .
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural . . . . . .
Pólo Industrial de Manaus . . . . . .
Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça . . . . . .
Prestação Jurisdicional Trabalhista . . . . . .
Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres . . . . . .
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer . . . . . .
Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis . . . . . .
Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres . . . . . .
Previdência Complementar . . . . . .
Previdência de Inativos e Pensionistas da União. . . . . .
Previdência Social Básica . . . . . .
Primeiro Emprego . . . . . .
Proágua Infra-estrutura . . . . . .
Proambiente . . . . . .
Proantar . . . . . .
Probacias . . . . . .
Produção de Material Bélico. . . . . .
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico . . . . . .
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso . .
Promoção das Exportações . . . . . .
Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente . . . . . .
Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência . . . . . .
Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões – Promover . . . . . .
Propriedade Intelectual. . . . . .
Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional . . . . . .
Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento
Proteção Social Básica. . . . . .
Proteção Social Especial . . . . . .
Qualidade Ambiental . . . . . .
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários . . . . . .
Qualidade do Serviço de Energia Elétrica. . . . . .

Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Qualidade dos Serviços Previdenciários
Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H
Qualificação Social e Profissional
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira
Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro
Recenseamentos Gerais
Recursos do Mar
Recursos Pesqueiros Sustentáveis
Rede de Proteção ao Trabalho
Refino de Petróleo
Reforma do Judiciário
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal
Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros
Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos Organismos Internacionais
Resíduos Sólidos Urbanos
Resposta aos Desastres
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental
Rumo ao Pan 2007
Saneamento Rural
Segundo Tempo
Segurança da Navegação Aquaviária
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Segurança e Saúde no Trabalho
Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários
Segurança Pública nas Rodovias Federais
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue
Serviço de Saúde das Forças Armadas
Serviços de Transporte Aquaviário

Serviços de Transporte Rodoviário . . . . . .
Serviços Urbanos de Água e Esgoto . . . . . .
Sistema Único de Segurança Pública - SUSP . . . . . .
Tecnologia de Uso Aeroespacial . . . . . .
Tecnologia de Uso Naval . . . . . .
Tecnologia de Uso Terrestre . . . . . .
Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação . . . . . .
Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família . . . . . .
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados . . . . . .
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados . . . . . .
Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos . . . . . .
Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica . .
Universalização dos Serviços de Telecomunicações. . . . . .
Universidade do Século XXI. . . . . .
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários . . . . . .
Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica. . . . . .
Vigilância Ambiental em Saúde . . . . . .
Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis . . . .
Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis . . . .
Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis . . . . . .
Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue . . . . . .
Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes . . . . . .
Zoneamento Ecológico-Econômico . . . . . .

APRESENTAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 e suas alterações, o Governo Federal apresenta ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira os resultados da avaliação do exercício de 2006, do PPA 2004-2007.

A Avaliação Anual do PPA constitui-se em importante instrumento gerencial para o aperfeiçoamento da formulação e da gestão dos programas que integram o Plano e os orçamentos anuais. A prática da avaliação fortalece o planejamento e a aprendizagem nas organizações governamentais, mediante a geração de informações qualificadas sobre as metas alcançadas e as restrições enfrentadas na implementação dos programas, fornece ainda recomendações para subsidiar os processos decisórios. Nesse sentido, a Avaliação Anual contribui para a melhoria da qualidade do gasto público e para a verificação do atendimento das demandas da sociedade.

Ao longo dos últimos anos, o Governo Federal tem obtido avanços na implantação de uma cultura de avaliação, requisito fundamental para a gestão pública orientada para resultados. Permanecem, no entanto, vários desafios, entre eles: a necessidade de aperfeiçoamento dos sistemas de monitoramento dos programas do PPA com a inclusão da participação social; a geração de informações tempestivas e confiáveis sobre a execução física e a evolução de indicadores dos programas; a instituição de mecanismos de incentivo aos gerentes de programas, aos coordenadores de ação e à capacitação em avaliação de equipes técnicas em todos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

O funcionamento do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PPA, instituído em 2004, tem contribuído para o fortalecimento da função avaliação nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal (APF). Formado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA) do PPA e pelas Unidades de Monitoramento e Avaliação nos órgãos da APF, conforme estabelecido no Decreto nº 5.233/04, o Sistema tem propiciado maior integração dos processos de monitoramento e avaliação às demais etapas do ciclo de gestão, especialmente, no que se refere à alocação de recursos no orçamento e à mensuração do desempenho dos programas do PPA. A estratégia de consolidação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PPA nos próximos anos deverá ter como foco o fortalecimento, nos Ministérios e nas Secretarias Especiais, das Unidades de Monitoramento e Avaliação, mediante a formação de equipes qualificadas; o desenvolvimento de metodologias de avaliação e a implantação de sistemas de monitoramento dos programas com mecanismos de controle social.

Os resultados da Avaliação Anual do PPA, referente ao exercício de 2006, ora apresentados, subsidiaram a elaboração dos Projetos de Lei Orçamentária Anual para 2008 e de Elaboração do Plano Plurianual 2008-2011, ambos encaminhados ao Congresso Nacional em 31 de agosto de 2007.

INTRODUÇÃO

A fim de atender o disposto no art. 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 e suas alterações, o Relatório Anual de Avaliação está estruturado em quatro volumes, que trazem a avaliação do PPA e os respectivos demonstrativos da programação apresentados na forma dos Anexos I e II.

O Volume I é constituído pela avaliação do PPA e compreende:

a) avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas, que embasaram a elaboração do PPA, mostrando as razões das eventuais discrepâncias verificadas entre o cenário previsto e a realidade econômica brasileira no exercício de 2006;
b) análise agregada das informações obtidas a partir da avaliação de programas e da gestão de órgãos setoriais, incluindo tratamento aos temas transversais relativos a raça, gênero, criança e juventude e pessoas com deficiência;
c) avaliação de cada programa e órgão de governo, abrangendo os resultados obtidos em 2006, identificando os fatores que afetaram o desempenho dos programas e as recomendações para seu aperfeiçoamento.

As avaliações referem-se aos programas de tipo finalístico, agrupadas por órgão setorial, obtidas a partir da percepção dos gerentes de programas e suas equipes, sob a ótica de auto-avaliação. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com os atores diretamente envolvidos no processo de avaliação, sendo estes: gerências dos programas; Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA); Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs); Secretarias Executivas dos órgãos setoriais e equipes técnicas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Secretaria de Gestão - SEGES, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI e Secretaria de Orçamento Federal - SOF).

As informações são obtidas por meio de roteiros de questões respondidas no Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan). Os documentos incluem uma avaliação quanto à possibilidade de alcance dos índices finais previstos para cada indicador de programa e um demonstrativo de execução orçamentária e não-orçamentária. Esse demonstrativo inclui os valores referentes às ações desenvolvidas tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. As avaliações dos programas de cada Ministério e das Secretarias Especiais são precedidas de um Sumário Executivo que contém informações sintéticas dos resultados e dos principais aspectos da avaliação da concepção e da implementação do conjunto de programas. Inclui, ainda, um quadro informativo quanto aos recursos previstos e realizados do conjunto de ações orçamentárias e não-orçamentárias de responsabilidade do órgão.

Os Volumes II e III contemplam os Anexos I e II. O primeiro anexo refere-se à programação plurianual 2004-2007 e a execução física e financeira das ações realizadas no exercício de 2006. O documento contém ainda: índices alcançados, por indicador e por programa, nos exercícios de 2004, 2005 e 2006; índices de referência; índices previstos para 2007 e avaliação da possibilidade de alcance dos valores ao final do PPA.

O Anexo II, por sua vez, compreende esclarecimentos relativos à programação e à execução de projetos de grande vulto quando da ocorrência de situações previstas nos incisos V, VI e VII do art. 9º da Lei nº 10.933/2004 e suas alterações.

O Volume IV, na forma dos Anexos III, IV e V, compreende os programas de governo do PPA 2008-2011 classificados por tipos finalísticos (Anexo III) e Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais (Anexo IV), além das ações não-orçamentárias (Anexo V), conforme o Projeto de Lei nº 031/2007, encaminhado ao Congresso Nacional em 31 de agosto do corrente ano.

Compõem esse conjunto as ações orçamentárias cuja execução refere-se a um único exercício financeiro, exceto os projetos de grande vulto, as atividades e as operações especiais cujo valor total para o período do Plano seja inferior a R$ 75 milhões e os projetos cujo custo total estimado seja inferior aos limites estabelecidos para os projetos de grande vulto.



AVALIAÇÃO DO CENÁRIO MACROECONÔMICO

AVALIAÇÃO DO CENÁRIO MACROECONÔMICO

INTRODUÇÃO

Conforme determina o artigo 9º, inciso II, da Lei nº 10.933/2004, apresentamos a avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano Pluarianual (PPA) 2004-2007 e as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados.

Essa avaliação trata do crescimento econômico ocorrido no ano de 2006 e de suas perspectivas para 2007, a partir da análise dos componentes que integram o Produto Interno Bruto –(PIB), pela ótica da demanda e da oferta agregada. Além disso, analisa-se a política fiscal por meio da comparação entre as estimativas de receita e de despesa, o cenário fiscal realizado e o comportamento da poupança e dos investimentos agregados.

A Estratégia de Crescimento e a Evolução do Ano de 2006

Em 2007, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou nova metodologia para o cálculo das contas nacionais, tendo como referência inicial o ano de 2000. Foram incorporadas ao cálculo do PIB informações tributárias e de diversas pesquisas setoriais do IBGE, o que permitiu aperfeiçoar a qualidade das informações e atender às recomendações das Nações Unidas.

Com a nova metodologia o crescimento do PIB de 2006 foi revisto de 2,9% para 3,7%. A taxa de crescimento, em 2006, ficou abaixo da prevista no PPA 2004-2007, embora a alteração na distribuição dos pesos dos componentes da Demanda e da Oferta tenha alterado significativamente o quadro sobre o qual foram realizadas as previsões. O peso do setor Serviços na Oferta, por exemplo, subiu em quase 10 pontos percentuais, entre a metodologia nova e a antiga e a participação do Consumo das Famílias na Demanda aumentou em cinco pontos percentuais.

A tabela a seguir ilustra, segundo a ótica da demanda, os valores projetados e os efetivamente realizados no período de 2004-2007.

Tabela 1. Crescimento Real do PIB 2004-2007, segundo a ótica da demanda agregada (previsto* e realizado) - (%a.a)

	2004		2005		2006		2007	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	PPA	LOA
PIB	3,5	5,7	4,0	2,9	4,5	3,7	5,0	4,75
Consumo das Famílias	3,2	3,8	3,5	4,7	4,5	4,3	5,0	4,7
Consumo do Governo	3,0	4,1	3,5	1,9	4,0	3,6	4,5	3,0
Investimento	4,5	9,1	6,0	3,6	7,0	8,7	8,0	11,0
Exportação de bens e serviços	8,5	15,3	7,0	10,1	6,0	4,6	7,0	7,0
Importação de bens e serviços	9,2	14,4	8,0	9,3	9,0	18,1	10,2	15,0

*** Os valores previstos referem-se às projeções quando da elaboração do PPA 2004-2007, não considerando a nova metodologia de cálculo das contas nacionais**

Em 2006, a expansão do investimento (8,7%) ficou acima da previsão original do PPA (7%) e foi resultado:

a) da redução da Taxa over-Selic, que teve uma média de 15,3%, ao ano ante 19,1% ao ano,em 2005;
b) do aumento de 4,6% na indústria da construção civil;
c) do aumento de 5%, em termos reais, nos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
d) da melhora das expectativas com relação à evolução futura da economia.

O setor externo reverteu sua trajetória de contribuição positiva à expansão do PIB, com as exportações crescendo 4,6% e as importações 18,1%. O consumo das famílias aumentou 4,3%, valor próximo do previsto (4,5%) e contribuiu com 2,6 pontos percentuais para a expansão do PIB. A expansão do emprego, da renda real e o incremento do volume de crédito para a pessoa física, especialmente do crédito consignado, contribuíram para o desempenho do consumo das famílias.

A análise da composição do PIB, pela ótica do produto (oferta agregada), evidencia o crescimento da agropecuária (4,1%), próximo ao da projeção do PPA (4,4%), e mostra a recuperação deste setor após o modesto crescimento de 1%, em 2005, em virtude de quebras de safra e de ocorrência de febre aftosa. A indústria também apresentou expansão (2,8%) abaixo da prevista (5%), destacando-se positivamente o crescimento de 6% da indústria extrativa mineral e de 4,6% da indústria da construção civil.

A produção de bens intermediários (2,1%) e de bens de consumo não-duráveis (2,7%) foram as principais categorias de uso que refrearam o maior crescimento da produção industrial. Os setores que tiveram maior impacto negativo sobre o desempenho da indústria foram Vestuário e Acessórios (-5,1%) e Calçados e Artigos de Couro (-2,7%). Por sua vez, o setor de bens de capital apresentou uma expansão de 5,7% em conseqüência do aumento do investimento, o que possibilitou a ampliação da capacidade instalada da economia brasileira. Em relação ao setor de bens de consumo duráveis, houve um crescimento de 5,8%, resultado do aumento do rendimento médio das pessoas ocupadas, das transferências do governo e da expansão do crédito.

O crescimento de serviços (3,7%), por sua vez, ficou abaixo do previsto (4,2%), conforme evidenciado pela Tabela 2.

Tabela 2. Crescimento Real do PIB segundo a ótica da oferta agregada (previsto* e realizado) - (%aa)

	2004		2005		2006		2007	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	PPA	LOA
PIB	3,5	5,7	4,0	2,9	4,5	3,7	5,0	4,75
Agropecuária	3,7	2,3	4,0	1,0	4,4	4,1	4,9	4,0
Indústria	4,1	7,9	4,6	2,1	5,0	2,8	5,6	7,0
Serviço	3,2	5,0	3,6	3,3	4,2	3,7	4,6	3,6

*** Os valores previstos referem-se às projeções quando da elaboração do PPA 2004-2007, não considerando a nova metodologia de cálculo das contas nacionais**

O comércio (4,8%), a intermediação financeira (6,1%) e a administração pública (3,1%) impulsionaram o crescimento do setor de serviços em 2006. O crescimento de serviços decorre, em grande medida, do aumento de 4,3% no consumo das famílias, o qual se traduziu em uma elevação de 6,4% nas vendas do comércio varejista ampliado em 2006. Outro fator que contribuiu para o aumento do consumo foi a expansão do volume de crédito na economia, que teve como conseqüência o aumento de sua participação em relação ao PIB em 2,7 pontos percentuais, entre dezembro de 2005 e de 2006.

Para 2007, os dados do segundo trimestre confirmam a continuidade da trajetória de elevação da atividade econômica com base na expansão da demanda doméstica. Diversos fatores respaldam esse cenário, particularmente: a) a redução da Taxa over-Selic ao longo de 2007, atingindo, em setembro, 11,25% ao ano; b) reajustes salariais e aumento do salário mínimo que têm garantido a recuperação real da massa salarial; c) redução da vulnerabilidade externa com reflexos na queda do risco-país e na estabilidade da taxa de câmbio; d) ampliação das famílias atendidas por programas sociais; e) ampliação dos investimentos, particularmente em máquinas e equipamentos. Esses fatores levaram a um aumento do PIB de 5,4% no segundo trimestre de 2007, em relação ao mesmo trimestre de 2006, e de 4,8% no acumulado de quatro trimestres.

Essa expansão, por outro lado, não deverá afetar a tendência de queda da inflação, uma vez que vem se mantendo em patamar crescente a taxa de investimento da economia, que atingiu 17,7% no segundo trimestre de 2007. Dessa forma, a maturação dos investimentos já realizados, elevando a capacidade produtiva, e a safra recorde prevista para 2007 afastam possíveis restrições de oferta e pressões estruturais de preços.

Demanda Agregada

A previsão de crescimento do PIB para 2007 foi ajustada para 4,7%, adequando-se as taxas de crescimento às observadas, em 2006, e as alterações nos pesos decorrentes da mudança de metodologia.

O consumo das famílias apresentará expansão maior em 2007 em conseqüência do aumento real nos salários e no volume de crédito para aquisição de bens. A redução da inflação tem permitido que os reajustes nominais de salários se transformem em aumentos reais, o que em conjunto com a expansão dos empregos tem elevado a massa real de salários da economia. Em 2007, no período de janeiro a julho, o rendimento médio real do trabalho cresceu 4,2% e a massa salarial real 7,2%, em relação ao mesmo período de 2006.

A redução na taxa de juros básica da economia diminui o custo do crédito e cria as condições para o financiamento do consumo em condições mais favoráveis. Nos primeiros sete meses de 2007, o volume de novas concessões de crédito para pessoa física aumentou 8,8% em termos reais. Como resultado da evolução desses dois fatores: mercado de trabalho e de crédito e dos programas de transferência de recursos para famílias mais pobres, as vendas reais no varejo cresceram 13,6% no primeiro semestre de 2007, em relação ao mesmo semestre de 2006.

A redução nas taxa de juros de mercado, e a redução, ainda mais acentuada, na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a ampliação dos financiamentos do BNDES e a perspectiva de aumento na demanda têm garantido a expansão do investimento privado, o qual deverá ser complementada e impulsionada pelas medidas adotadas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

No segundo trimestre de 2007, a formação bruta de capital fixo cresceu 13,8%, em relação ao mesmo período do ano anterior, em decorrência da maior aquisição de máquinas e equipamentos e da forte expansão do setor da construção civil.

A recuperação da renda e da atividade, por outro lado, tende a elevar as importações de bens e serviços. Entre janeiro e julho de 2007, o *quantum* importado de bens cresceu 23,2%, em comparação com o mesmo período de 2006, sendo mais relevante em bens de capital (30,3%) e em bens de consumo duráveis (46,1%). Os gastos com serviços também deverão se elevar em conseqüência da ampliação da renda e do volume de comércio do País.

Considerando o maior ritmo de crescimento das importações de bens (27,9%), em relação ao das exportações (16,9%), o saldo da balança comercial deverá se reduzir, porém, mantendo-se em patamar positivo e assegurando a solidez das contas externas.

As exportações de bens e serviços, por seu turno, cresceram 9,5% no acumulado do ano, até o segundo trimestre de 2007, taxa significativamente maior do que a verificada no mesmo período de 2006 (3%), e as importações de bens e serviços, também elevaram a velocidade de expansão, com aumento de 19,3%, ante 14,4% no segundo trimestre de 2006. Apesar desse comportamento ter gerado uma contribuição negativa do setor externo para o crescimento do PIB, contrapartida de um aumento mais acentuado do consumo e do investimento, o ritmo de crescimento das exportações está se acelerando enquanto o das importações mostra uma tendência a se estabilizar. Ao longo do tempo, com a maturação dos investimentos, que já vem ocorrendo, e a continuidade de aumento da poupança doméstica, o setor externo poderá voltar a contribuir liquidamente para a expansão do PIB.

Projeta-se um crescimento do consumo do governo pouco menor do que o verificado no ano de 2006. A expansão da economia tem permitido uma ampliação da arrecadação tributária, mesmo com a estabilidade das alíquotas e, até mesmo, com a redução da carga tributária sobre setores estratégicos para o crescimento econômico. A gestão responsável da política fiscal, a trajetória cadente da dívida pública, como percentual do PIB, e a superação das metas de *superavit* primário permitem a expansão dos investimentos sociais e em infra-estrutura resguardando-se o equilíbrio das contas públicas. Como resultado da ampliação dos programas sociais e de ações direcionadas, estará garantida a maior eqüidade na distribuição dos resultados do crescimento econômico. Adicionalmente, os investimentos em infra-estrutura removerão os gargalos na estrutura produtiva, com redução dos custos de logística, contribuindo para a estabilidade dos preços, e o aumento da produtividade e da competitividade da economia brasileira.

Oferta agregada

Para 2007, projeta-se que o crescimento da atividade econômica volte a ser liderado pelo setor industrial. No caso da indústria de transformação, que subiu 7,2% no segundo trimestre de 2007, em relação ao mesmo período de 2006 (na medida das contas nacionais), essa estimativa é ancorada nos seguintes fatores: o expressivo aumento da demanda interna por bens de consumo em conseqüência do aumento da massa salarial e do crédito para as famílias; a elevação dos investimentos em máquinas e equipamentos, decorrentes das condições favoráveis de financiamento e para atender ao aumento do consumo e a recuperação da renda da atividade agropecuária, o que se traduz em maiores investimentos e demanda nesse setor.

Com relação à construção civil, espera-se a manutenção do crescimento do setor, como resultado das medidas tributárias e financeiras de incentivo a este ramo, da trajetória de redução das taxas de juros e do aumento da renda da população.

A atividade extrativa deverá manter sua tendência de alta, dada as vantagens comparativas do País e a crescente demanda mundial por *commodities* metálicas e agrícolas, particulamente as relacionadas à produção de energia. No caso de combustíveis minerais, os investimentos em andamento e previstos para ampliação da produção de petróleo e gás deverão compatibilizar a produção, com as necessidades do crescimento projetado do PIB.

Em 2007, deverá se consolidar a recuperação do setor agropecuário. As estimativas realizadas em junho indicam uma safra recorde que deverá ser 14% superior à de 2006, beneficiada pela alta de preço dos produtos agrícolas e pelas condições climáticas favoráveis.

Setor Externo

No setor externo, em 2007, projeta-se uma redução do *superavit* em transações correntes, compatível com o crescimento da atividade econômica. Apesar do declínio no resultado da conta corrente, esta deverá permanecer superavitária, refletindo o aumento da poupança doméstica.

O aumento da taxa de crescimento do PIB em 2007 e a taxa de câmbio menos volátil e em menor patamar têm incentivado o aumento das importações de bens e serviços. As estimativas de mercado indicam que as importações de bens devem atingir US$ 113 bilhões, aumento de 23,6% em relação ao ano anterior.

Com o aumento das importações, o saldo comercial deverá ter uma redução de cerca de 8%, atingindo um valor próximo a US$ 43 bilhões para o ano de 2007, com as exportações somando US$ 156 bilhões, um aumento de 13% em relação ao ano anterior. O aumento das exportações ocorre, apesar da valorização cambial, como resultante do aumento dos preços e, especificamente, no caso de produtos básicos da ampliação do *quantum*.

Os *superavits* em transações correntes obtidos desde 2003 permitiram a ampliação das reservas internacionais, que atingiram US$ 161 bilhões em agosto de 2007. A manutenção do *superavit* em conta corrente em 2007, embora decrescente, permitirá a manutenção da trajetória de aumento das reservas, o que é um importante fator de segurança para a economia brasileira frente à volatilidade nos mercados financeiros internacionais.

A Tabela 3 apresenta o saldo em transações correntes, como porcentagem do PIB.

Tabela 3. Saldo em Conta Corrente 2004-2007 (em % do PIB)

	2004	2005	2006	2007 (*)
Conta Corrente	1,4	1,1	0,8	0,8
Exportações de Bens e Serviços	16,4	15,1	14,7	14,7
Importações de Bens e Serviços	-12,5	-11,5	-11,7	-12,1
Rendas	-3,0	-2,9	-2,5	-2,1
Transferências Unilaterais	0,5	0,4	0,4	0,4

(*) acum 4 trimestres até o 2º trim/07

Setor Público

A política fiscal continua a ser norteada por três objetivos principais: redução gradual da relação dívida/PIB por meio da geração de *superavits* primários, expansão dos investimentos na área social e retomada dos investimentos públicos em infra-estrutura.

Tabela 4. Saldo em Conta Corrente 2004-2007 (em % do PIB)

	2004		2005		2006		2007	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	PPA	Dec 6173
I. RECEITA TOTAL	23,23	21,89	23,00	22,85	23,00	23,48	23,03	24,17
I.1 - Receita Administrada	15,84	14,77	15,81	15,50	15,78	15,46	15,79	16,07
I.2 - Arrec. Líquida do INSS	5,35	4,83	5,30	5,05	5,34	5,32	5,36	5,45
I.3 - Receitas Não Administradas	2,05	2,29	1,89	2,30	1,88	2,71	1,88	2,65
II. TRANSF. A EST. E MUNICÍPIOS	3,48	3,30	3,44	3,74	3,44	3,89	3,47	3,96
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	19,76	18,59	19,56	19,11	19,56	19,59	19,56	20,21
IV. DESPESAS	17,31	16,03	17,11	16,66	17,11	17,45	17,11	18,56
IV.1 - Pessoal e Encargos Sociais	4,85	4,57	4,65	4,34	4,48	4,57	4,31	4,69
IV.2 - Benefícios da Previdência	7,17	6,48	7,10	6,80	7,10	7,13	7,04	7,23
IV.3 - Outras despesas correntes e de capital	5,29	4,99	5,36	5,53	5,53	5,75	5,76	6,64
V. PRIMÁRIO FISCAL E SEGURIDADE	2,45	2,70	2,45	2,60	2,45	2,21	2,45	1,65

Fonte: MP/SOF.
*** Os valores previstos referem-se às projeções quando da elaboração do PPA 2004-2007, não considerando a nova metodologia de cálculo do PIB.**

Em 2006, as receitas elevaram-se aproximadamente 0,63% do PIB em relação a 2005. As variações positivas das receitas de dividendos das estatais (+ 0,19% do PIB) e das receitas com cota-parte de compensações financeiras (+ 0,10% do PIB) foram as que mais contribuíram para esse aumento no ano passado.

No que concerne às despesas de 2006, verifica-se, para todos os itens, uma execução maior do que a do ano anterior. Houve um aumento, em proporção do PIB, das despesas de pessoal, dos benefícios previdenciários, de outras despesas correntes e de capital e das despesas discricionárias dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e do Ministério Público da União (MPU). Apesar disso, o desempenho das receitas assegurou que se alcançasse um *superavit* primário de 2,21% do PIB. Em 2007, no intuito de garantir o espaço fiscal necessário à ampliação dos investimentos em áreas sociais e de infra-estrutura, encaminhou-se ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar para limitar as despesas com pessoal e encargos sociais à variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescida de um aumento real de 1,5% ao ano, durante o período de 2007 a 2016.

No que se refere ao exercício de 2007, a meta de *superavit* primário do Governo Central foi fixada em 1,65% do PIB. Destaque-se que essa meta já considera os recursos para o Projeto-Piloto de Investimento (PPI), que estão orçados em 0,45% do PIB. Esse projeto assegura espaço fiscal para garantir a execução de investimentos em infra-estrutura com elevado retorno sócio-econômico.

Além da redução no endividamento público como percentual do PIB e a melhora da qualidade do gasto público, o PAC prevê investimentos da ordem de R$ 503,9 bilhões em infra-estrutura para eliminar os gargalos ao crescimento econômico, durante o período de 2007 a 2010. Além dos recursos do PPI, esse montante de investimentos se baseia na melhoria do espaço fiscal, em virtude da trajetória de redução da relação dívida/PIB, da taxa de juros e da inflação, que criam um cenário favorável à expansão do consumo e dos investimentos privados.

É válido mencionar que a nova metodologia do PIB influenciou positivamente as expectativas das trajetórias dessas variáveis macroeconômicas. Ademais, essa nova metodologia, ao revisar para maior o valor efetivo do PIB, propiciou uma melhora sensível na trajetória efetiva da relação dívida/PIB, permitindo que se superassem as previsões constantes do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007. Para essa trajetória também contribuiu o cumprimento das metas anuais de *superavit* primário e o comportamento declinante da inflação, que, em 2006, ficou abaixo da meta central estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Outro fator positivo para a queda da inflação e para a redução da relação dívida/PIB foi a apreciação da taxa de câmbio ao final do período.

Tabela 5. Principais parâmetros que condicionam o endividamento do setor público em 2004-2007

Variáveis	2004	2005	2006	2007
	Realizado	Realizado	Realizado	Previsto*
Taxa real de crescimento do PIB	5,7	2,9	3,7	4,5
Inflação IGP-DI Acumulada em 12 meses (% aa)	12,1	1,2	3,8	4,0
Inflação IPCA Acumulada em 12 meses (% aa)	7,6	5,7	3,1	4,5
Taxa de câmbio R$/US$ (valor ao final do ano)	2,7	2,3	2,1	2,2
Dívida Líquida do setor público (em % do PIB)	47,0	46,5	44,9	43,9

*** Valores previstos para 2007 no PLDO para 2008.**

Investimento e Poupança

As taxas de investimento e de poupança registradas em 2006 atingiram 16,8%, não podendo ser comparadas com as previsões devido às mudanças metodológicas ocorridas em 2007, que afetaram de forma diferenciada os componentes do PIB.

No entanto, deve-se ressaltar a trajetória ascendente tanto da taxa de poupança quanto da taxa de investimento, ao longo dos últimos anos, o que se confirma no segundo trimestre de 2007. A recuperação da poupança, especialmente a pública, assegura o financiamento da infra-estrutura e dos investimentos sociais em condições sustentáveis, possibilitando que o crescimento da economia seja duradouro e sem a volatilidade observada nas décadas passadas.

A Tabela 6 apresenta os valores observados para o consumo, poupança e investimento no período do PPA 2004-2007.

Tabela 6. Consumo Poupança e Investimento em % do PIB

Variáveis	2004	2005	2006	2007
	Realizado	Realizado	Realizado	até 2º trim
Absorção Doméstica	96,1	96,4	97,1	97,4
Consumo Final	79,0	80,4	80,3	80,1
Investimento	17,1	16,0	16,8	17,3
Saldo em Bens e Serviços	3,9	3,6	2,9	2,6
Rendas e Transf Correntes	-2,5	-2,5	-2,1	-1,8
Saldo em Conta Corrente	1,4	1,1	0,8	0,8
Poupança	17,1	16,0	16,8	17,3
Poupança Interna	18,5	17,1	17,6	18,1
Poupança Externa	-1,4	-1,1	-0,8	-0,8

O PAC implementado no início de 2007 visa especificamente a priorizar a alocação de recursos e a disponibilizar os meios para que o País possa, alcançada a estabilidade de preços e garantida a trajetória de equilíbrio das contas públicas, direcionar seus esforços para ampliar a capacidade produtiva e acelerar a redução das desigualdades pessoais e regionais.



AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO PLANO

AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO PLANO

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Avaliação da Gestão do Plano visa a subsidiar a aferição da capacidade do Governo Federal na implementação de seus programas. Dada a abrangência dos temas abordados pela metodologia adotada, é possível avaliar a necessidade de aperfeiçoamento da atuação do Governo na gestão dos recursos – humanos, materiais, logísticos, de tecnologia da informação e financeiros, entre outros – para o alcance dos resultados, além de subsidiar os processos de revisão do Plano e a elaboração dos orçamentos anuais.

Essa avaliação da gestão do Plano foi construída a partir da análise das informações fornecidas pelos órgãos setoriais e está dividida de acordo com os principais temas que compõem a Avaliação Anual do PPA. É adotada uma visão sistêmica do desempenho dos programas, com base nas informações obtidas pela avaliação dos seus resultados, da sua concepção e da sua implementação incluindo uma análise relativa aos temas transversais (raça, gênero, criança e juventude e pessoas com deficiência).

Visão Sistêmica do Desempenho dos Programas

A tabela abaixo mostra a composição do PPA 2004-2007 e dos orçamentos anuais, por tipo de programa, nos exercícios 2004, 2005 e 2006.

Tabela 1. Comparativo da Quantidade de Programas segundo sua classificação

Programas do PPA por Tipo[1]	2004	%	2005	%	2006	%
Apoio Administrativo	2	0,5%	2	0,5%	2	0,5%
Finalístico	313	79%	317	81%	318	81%
Gestão de Políticas Públicas	50	13%	46	12%	47	12%
Operações Especiais	10	2,5%	10	2,5%	10	2,5%
Serviços ao Estado	19	5%	17	4%	16	4%
Total de Programas	394	-	392	-	393	-

Fonte: SIGPlan

Em 2006, havia 393 programas, sendo 318 do tipo finalístico, quantitativo semelhante ao que vem sendo observado nos exercícios anteriores, conforme se verifica na tabela acima. Dos 393 programas, 382 são de responsabilidade do Poder Executivo, sete do Poder Judiciário, dois do Legislativo e um para cada instituição do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União.

1. Estão incluídos na contagem de programas, em todos os exercícios, aqueles que constituem apenas despesas inscritas em restos a pagar. Em 2006, estes representam 26 programas finalísticos, três de Gestão de Políticas Públicas e um de Serviços ao Estado.

Os programas vigentes em 2006 compreendiam 4.236 ações financiadas com recursos do orçamento da União (ações orçamentárias), o que apresenta um acréscimo de 316 ações em relação a 2005. Destas ações, 2.168 (51%) eram atividades, ou seja, um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, do qual resulta um produto necessário à manutenção da ação de Governo. As operações especiais, despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do Governo Federal, somavam 695 (16,4%). Os projetos, que consistem um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, somavam 1.373 ações (32%), representando uma redução de 30 ações em relação a 2005.

Há também um universo de ações que não utilizam recursos orçamentários da União, mas que contribuem também para o alcance dos objetivos dos programas. Essas ações, denominadas não-orçamentárias, somam 344, enquanto, em 2005, eram 383. As ações não-orçamentárias referem-se a recursos disponíveis do setor privado, das agências oficiais de crédito, do terceiro setor, dos incentivos fiscais, dos fundos constitucionais de financiamento regional, dos fundos administrados pelo Governo Federal e dos dispêndios correntes das empresas estatais, bem como de parcerias e contrapartidas de Estados e Municípios.

De acordo com o modelo de planejamento adotado na formulação dos programas do Plano, a principal maneira de aferição dos resultados dos programas é o uso de indicadores que medem a evolução do problema e o alcance do objetivo estabelecido. A tabela abaixo ilustra o uso de indicadores no PPA.

Tabela 2.

Indicadores de Programas do Plano Plurianual 2004-2007	2004	2005	2006
Total de Indicadores	635	798	812
Número de programas com pelo menos um indicador	287	315	297
Percentual de Programas do PPA com indicadores	73%	80%	76%
Percentual de Programas Finalísticos e de Serviços ao Estado com Indicadores	85%	94%	88%

Fonte: SIGPlan

A presença de indicadores é considerada obrigatória nos programas finalísticos e de serviços ao Estado, sendo que alguns programas de Gestão de Políticas Públicas também os têm utilizado. Do universo dos programas para os quais os indicadores devem necessariamente constar da programação, 88% apresentam indicadores, o que representa uma redução em relação a 2005 (94%). Percebe-se, todavia, uma evolução na quantidade total do número de indicadores, que somavam no primeiro exercício do plano, em 2004, 635, tendo alcançado 812 em 2006.

Tão importante quanto a existência de indicadores para se avaliar os resultados de cada um dos programas de governo é a regularidade de sua apuração. A avaliação dos

programas do Plano no exercício de 2006 revela progressos quanto a esses dois últimos aspectos. Observa-se que, embora grande parte dos programas finalísticos e de serviços ao Estado disponha de indicadores (88%), apenas 62% foram efetivamente apurados em 2006. Todavia, identifica-se um avanço em relação ao total de indicadores apurados em 2004 (43%) e em 2005 (55%). Verifica-se ainda um avanço ao se considerar o aumento no número de programas que apresenta todos os indicadores apurados, passando de 144 (2004) para 215 (2006). Destaca-se, todavia, uma deficiência na estimativa dos índices ao final do PPA, conforme se observa em tópico específico deste documento.

Tabela 3.

Apuração de Indicadores	2004	%	2005	%	2006	%
Número total de indicadores apurados	270	43%	440	55%	505	62%
Programas com todos os indicadores apurados*	112	34%	158	47%	178	53%
Programas com pelo menos um indicador apurado*	144	43%	190	57%	215	64%
Programas sem nenhum indicador apurado*	143	43%	125	37%	80	24%

*** Programas Finalísticos e de Serviços ao Estado -**
Fonte: SIGPlan

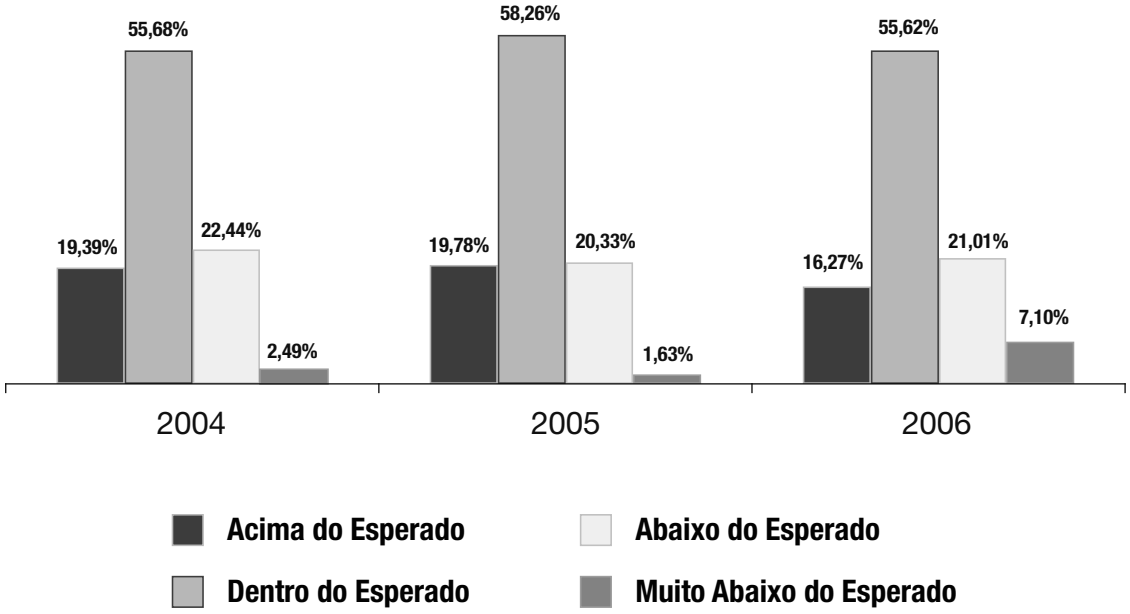
A seguir, serão apresentados os tópicos relativos aos temas considerados relevantes para a gestão do PPA, segundo a percepção das equipes responsáveis pelo seu gerenciamento.

PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS

• Os resultados obtidos em 2006 foram considerados 'acima do esperado' por 16% dos gerentes, o que representa uma redução comparativamente aos percentuais registrados em 2005 (20% das opiniões do gerentes) e em 2004 (19%). Conforme demonstra o gráfico a seguir. Também se verifica, a partir das informações consolidadas no conjunto dos programas em 2006, que 7% dos gerentes consideraram os resultados alcançados como sendo 'muito abaixo do esperado', em contraste com 1,6%, em 2005, e 2,49%, em 2004. Não houve variação significativa no decorrer dos anos em relação aos gerentes que consideraram os resultados como 'abaixo' ou 'dentro do esperado', registrando respectivamente 21% e 56% em 2006.

• Os órgãos da administração federal em que pelo menos 80% dos gerentes de programas consideraram os resultados obtidos em 2006 como sendo 'dentro' ou 'acima do esperado', são: Ministério da Ciência e Tecnologia (8 programas - 100%), Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (3 programas - 100%), Ministério da Educação (11 em 12 programas - 91,7%), Ministério do Trabalho e Emprego (10 em 11 programas - 90,9%), Ministério do Meio Ambiente (18 em 20 programas - 90%), Ministério das Relações Exteriores (9 em 10 programas - 90%), Ministério de Minas e Energia (22 em 25 programas - 88%), Ministério da Fazenda (14 em 16 programas 87,5%), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (5 em 6 programas - 83,3%), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (10 em 12 programas - 83,3%), Presidência da República (8 em 10 programas - 80%) e Ministério da Cultura (8 em 10 programas - 80,00%).

Gráfico 1. Principais Resultados Obtidos



Fonte: SIGPlan

Por outro lado, encontram-se os Ministérios nos quais grande parte dos gerentes considerou os resultados como sendo 'abaixo' ou 'muito abaixo do esperado': das Comunicações (5 em 6 programas - 83,3%), dos Transportes (14 em 17 programas - 82,3) e da Integração Nacional (9 em 14 programas - 64,3%).

Gerentes do Ministério da Integração Nacional sinalizaram, como causas para o alcance dos resultados 'abaixo' ou 'muito abaixo do esperado', o contingenciamento de recursos, limitações orçamentárias ou liberação dos recursos apenas no final do exercício em programas como: Desenvolvimento da Agricultura Irrigada; Drenagem Urbana Sustentável; Eficiência na Agricultura Irrigada; Organização Produtiva de Comunidades – Produzir; Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres; Proágua - Infra-estrutura; Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso e Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação. Também houve problemas relativos a licenciamento ambiental no programa que trata da integração do rio São Francisco. Outro aspecto relevante registrado refere-se aos problemas enfrentados na celebração de convênios, como ocorreu com o Programa Resposta aos Desastres.

Prejuízos ao alcance dos resultados dos programas do Ministério das Comunicações ocorreram, por exemplo, devido a dificuldades na aquisição de máquinas e mobiliários no Programa de Aprimoramento dos Serviços Postais; falta de tempo hábil para realização de Pregão Eletrônico e convênios no programa de gestão, além de contingenciamento e liberações tardias de fluxo de recursos em outros programas.

No caso do Ministério dos Transportes, os Programas Manutenção da Malha Rodoviária Federal, Infra-estrutura de Transportes e aqueles relativos aos corredores Araguaia-Tocantins, Fronteira Norte, Leste, Mercosul e Nordeste tiveram o alcance dos resultados previstos prejudicados em virtude da significativa execução orçamentária na modalidade de restos a pagar[2] o que impactou os limites financeiros disponíveis em 2006; da existência de algumas obras paralisadas pelo TCU e de demora para aprovação das licenças prévias concedidas pelos órgãos ambientais. Foram identificados também problemas relativos a contingenciamento ou decorrentes da limitação orçamentária em programas como Serviços de Transporte Rodoviário, Gestão da Política dos Transportes e Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário. No Programa Serviços de Transporte Aquaviário houve atraso nas deliberações por falta de quorum legal na composição da diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), devido à inexistência de diretores indicados. Finalmente, nos programas como os Corredores São Francisco, Sudoeste e Transmetropolitano foram relatadas como causas para o alcance dos resultados 'abaixo' ou 'muito abaixo do previsto' a demora no repasse de recursos para convênios e dificuldades no gerenciamento do grande número de editais de concorrência para a realização de obras.

A insuficiência de recursos orçamentários contribuiu para que os resultados fossem considerados como 'abaixo' ou 'muito abaixo do esperado' nos Ministérios dos Transportes (14 em 17 programas - 82,3%); da Integração Nacional (10 em 14 programas - 71,4%); e das Comunicações (3 em 6 programas - 50%).

Indicadores - Viabilidade de Alcance dos Índices Previstos ao Final do PPA (em 2007)

As avaliações dos programas enviadas ao Ministério do Planejamento, relativas ao exercício de 2006, compreendem um universo de 783 indicadores. Destes, 627 que representam 80% do total dos indicadores, apresentam índice previsto ao final do PPA (2007), cerca de 80% do total. Esse número constitui-se em avanço, tendo em vista que, em 2004, apenas 401 indicadores, cerca de 63% do total, apresentavam índice previsto ao final do PPA.

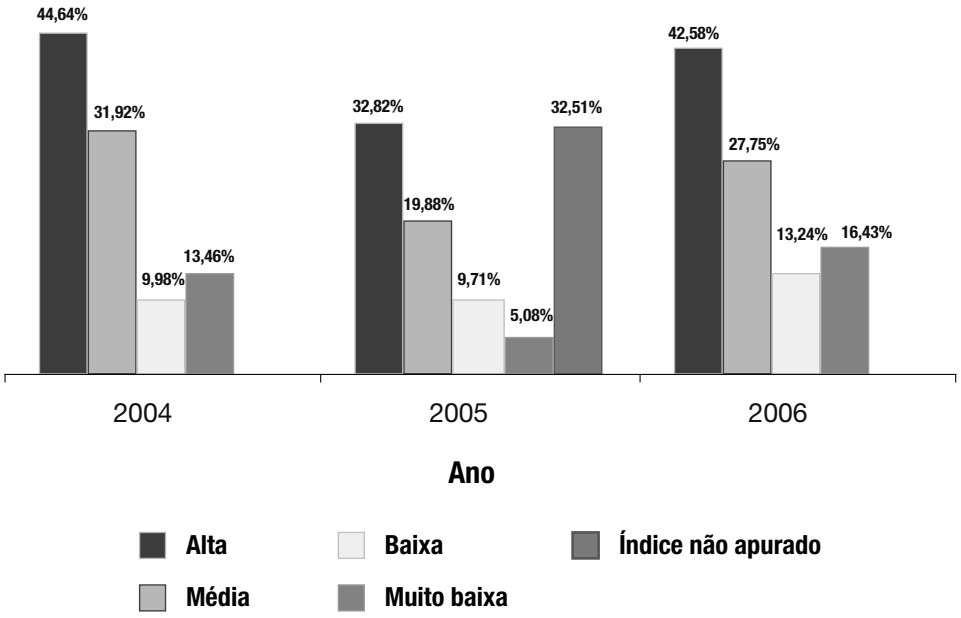
Em 2006, os Ministérios, nos quais a grande maioria dos indicadores apresentava índice previsto para 2007 são: da Ciência e Tecnologia (todos os 32 indicadores – 100%), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (69 em 70 indicadores - 98%), do Meio Ambiente (25 em 26 indicadores - 96%), da Defesa (37 em 39 indicadores - 95%) e da Saúde (75 em 80 indicadores - 94%).

Por outro lado, os Ministérios com número reduzido de indicadores com previsão de índice para 2007 são: dos Transportes (1 em 34 indicadores - 0,3%); do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (6 em 26 indicadores - 23 %); da Integração Nacional (16 em 33 indicadores - 49%); da Cultura (11 em 20 indicadores - 55%) e da Justiça (17 em 26 indicadores - 65%).

2. O artigo 36 da Lei nº 4.320/64 define como restost a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro.

Em 2006, cerca de 42% dos gerentes consideraram alta a viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA, enquanto, em 2004 e 2005[3], esses valores representavam 44% e 32%, respectivamente. Em 2006, a previsão de viabilidade de alcance do índice estimado para o final do PPA (2007) foi de 27,7%, 13,24% e 16,43% relativa às opões média, baixa e muito baixa, respectivamente. Ressalta-se o Ministério de Minas e Energia, em que cerca de 84% dos 63 indicadores foram considerados com viabilidade de alcance alta ou média. O mesmo percentual é observado no Ministério da Saúde, o que corresponde a 63 dentre 75 indicadores que apresentam índice previsto ao final do Plano.

Gráfico 2. Viabilidade de Alcance dos Índices Previstos ao Final do PPA



Fonte: SIGPlan

Diversos fatores são apontados como causa para a dificuldade do alcance do índice do indicador ao final do PPA, tais como problemas orçamentários e financeiros e fatores externos, cuja atuação da gerência do programa em sua solução é restrita. No índice Volume Exportado de Café do Programa de Desenvolvimento da Economia Cafeeira, por exemplo, estudos do Conselho Nacional do Café (CNC), revelam que o Brasil não terá como repetir na safra 2007/2008 os valores exportados nos últimos anos, tendo em vista a redução da área plantada associada à alta demanda do consumo interno.

Outros indicadores com baixa perspectiva de alcance do valor previsto ao final do plano são: Taxa de Erradicação da Febre Aftosa de Bovídeos; Taxa de Participação do Mercado de Previdência Privada Complementar Aberta no Produto Interno Bruto (PIB); Percentual da População na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais com Escolaridade Inferior a

3. Ressalta-se que, em 2005, o roteiro de questões apresentava uma opção adicional de resposta (índice não apurado), diferentemente dos anos de 2004 e 2006. Dessa forma, em 2005, não havia necessidade de verificação da viabilidade de alcance do índice ao final do PPA para aqueles 32,51% dos indicadores que não haviam apurado o índice naquele ano.

4ª Série; Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais; Prazo de Concessão de Patentes; Coeficiente de Incidência de Dengue; e Produção Média de Gás Natural.

Por outro lado, encontram-se indicadores cuja previsão de alcance do índice, estimado para 2007, foi considerada alta, como por exemplo: Valor das Exportações de Aves; Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 15 a 17 Anos; Capacidade de Processamento de Petróleo Anual Total; Energia Elétrica Economizada; Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde Bucal e Saúde da Família; e Coeficiente de Mortalidade Infantil.

Dentre as causas para a não apuração do índice em 2006 são citados fatores como a inexistência periódica de dados que compõem a fórmula de cálculo do indicador e a inadequação do indicador na medição do alcance do objetivo do programa. Nesta situação, encontram-se indicadores que já foram substituídos para os exercícios seguintes, na revisão/elaboração do PPA. Alguns programas possuem resultados que não podem ser alcançados ou mensurados anualmente como, por exemplo, os programas da área de Ciência e Tecnologia. O Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) apresenta como justificativa para a não apuração do indicador em 2006 o tempo necessário para gerar uma nova tecnologia, que geralmente ultrapassa o período adotado para o Plano Plurianual.

CONCEPÇÃO DE PROGRAMAS

O desenho dos programas consiste em elemento fundamental para sua gestão. Por isso, a análise da concepção tem como proposta rever a consistência do desenho dos programas, evidenciando ajustes que se mostram necessários. As propostas de alterações apresentadas nessa análise são utilizadas nos processos de revisão anual dos programas do PPA. O exame da concepção abrange, ainda, uma visão das perspectivas de raça, gênero, pessoa com deficiência, criança, adolescente e juventude na implementação dos programas e as possíveis dificuldades para que estes recortes sejam considerados na gestão dos programas.

Dessa forma, os tópicos a seguir apresentam uma abordagem sistêmica do desempenho dos programas em 2006, no que se refere à concepção, segundo a percepção das equipes gerenciais responsáveis pelo gerenciamento dos programas.

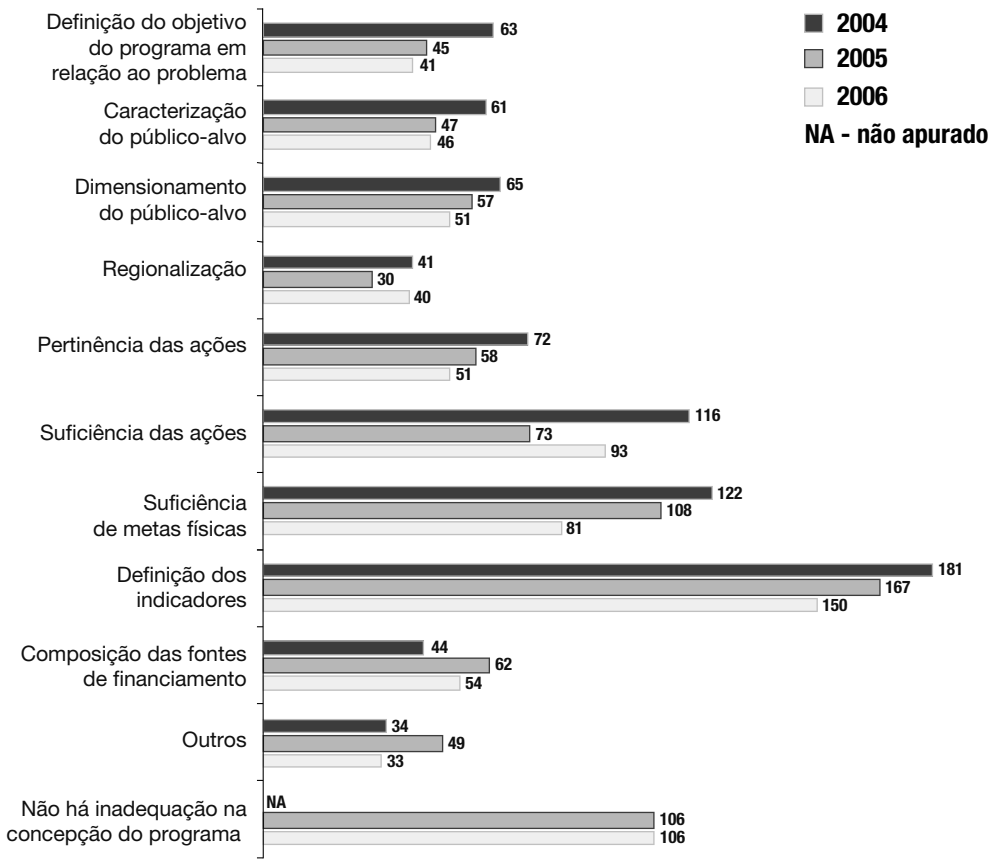
Aspectos Inadequados da Concepção dos Programas (ano 2006)

Ressalta-se, primeiramente, que em 2006, a quantidade de respostas obtidas no SIGPlan para essa questão foi menor que nos anos anteriores.

Em 2004, 361 gerentes de programas responderam a essa questão, enquanto, em 2005, foram 369. Em 2006, foram 338 gerentes de programa que responderam às questões relativas à concepção dos programas, incluindo o Programa 1246 - Rumo ao PAN, de

caráter temporário. Dessa forma, para uma análise mais qualitativa, são apresentados dois gráficos com os motivos apontados, o primeiro em valores absolutos e o segundo em percentuais. Percebe-se uma discreta diminuição dos programas que apontaram algum problema na concepção, de 71,3% para 68,6%.

Gráfico 3. Aspectos Inadequados da Concepção



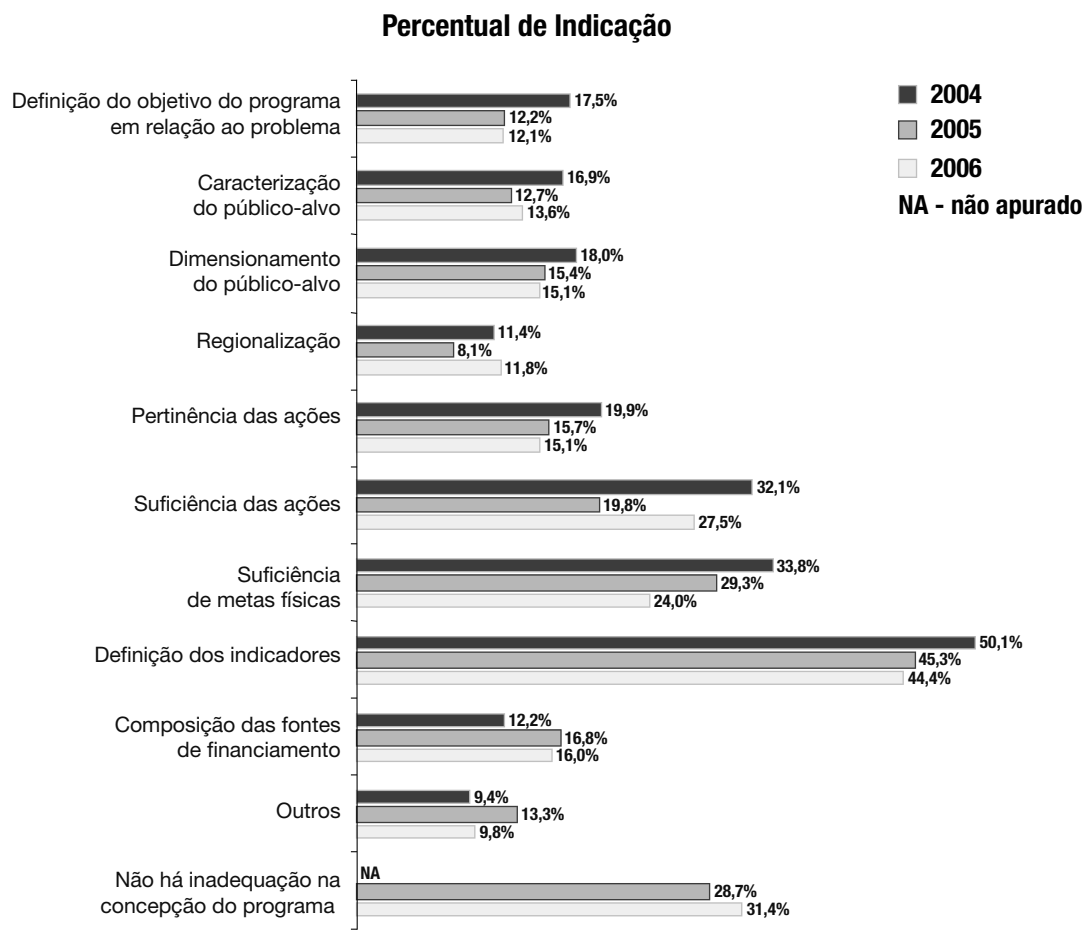
Fonte: SIGPlan
*** Pode ter sido declarado mais de um aspecto inadequado de concepção em um mesmo programa.**

O motivo mais freqüentemente apontado para a inadequação do desenho dos programas foi, como nos anos anteriores, a definição dos indicadores. Do ano de 2005 para o de 2006, praticamente não houve melhoria percentual, com apontamento próximo a 45% do total dos programas. Foram indicados como causa dessa inadequação a impropriedade dos indicadores frente ao objetivo do programa e as dificuldades de apuração dos mesmos.

Os Ministérios que mais perceberam esse problema são: do Desenvolvimento Agrário (em 8 de seus 9 programas – 89%), de Ciência e Tecnologia (em 6 de seus 8 programas – 75%), da Justiça (em 11 de seus 15 programas – 73%), dos Transportes (em 12 de seus 18 programas – 67%) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (em 2 de seus 3 programas – 89%).

Os Ministérios nos quais verificou-se reduzido número de declaração das equipes gerenciais relativa a deficiências em indicadores foram: do Turismo (0% de seus programas); da Fazenda (19% de seus programas); das Relações Exteriores; e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (20% de seus programas).

Gráfico 4. Aspectos Inadequados da Concepção



Fonte: SIGPlan

Outro problema a ser considerado diz respeito à suficiente previsão das metas físicas das ações para a garantia do alcance do objetivo dos programas. Nota-se a evolução decrescente desse índice comparado com o ano de 2004, no qual 33,8% dos gerentes dos programas identificaram a quantificação das metas físicas como insuficiente para a gestão dos programas. Em 2006, foi apontada como segunda causa mais freqüente para a inadequação da concepção dos programas a percepção de que as ações programáticas não são suficientes para o alcance dos objetivos. Esse fator, que teve uma queda significativa de 2004 para 2005, tornou a aumentar em 2006 (27,5%) e esteve presente nas respostas de 93 gerentes de programas, indicando que, nesses programas, as ações previstas em sua modelagem não contemplam o enfrentamento de todas as causas do problema que originou o programa.

Esse problema foi mais percebido por gerentes de programas dos seguintes órgãos: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (em 4 de seus 6 programas – 67%); Presidência da República (em 6 de seus 11 programas – 55%); Ministério da Educação (em 6 de seus 12 programas – 50%); e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (em 1 de seus 2 programas – 50%).

As ações componentes dos programas foram consideradas suficientes para o alcance dos objetivos previstos em todos os programas dos seguintes Ministérios: da Previdência Social, das Comunicações e do Turismo.

De modo geral, à exceção das condições comentadas acima, houve semelhança das respostas relativas aos aspectos inadequados no desenho dos programas nos anos de 2004, 2005 e 2006.

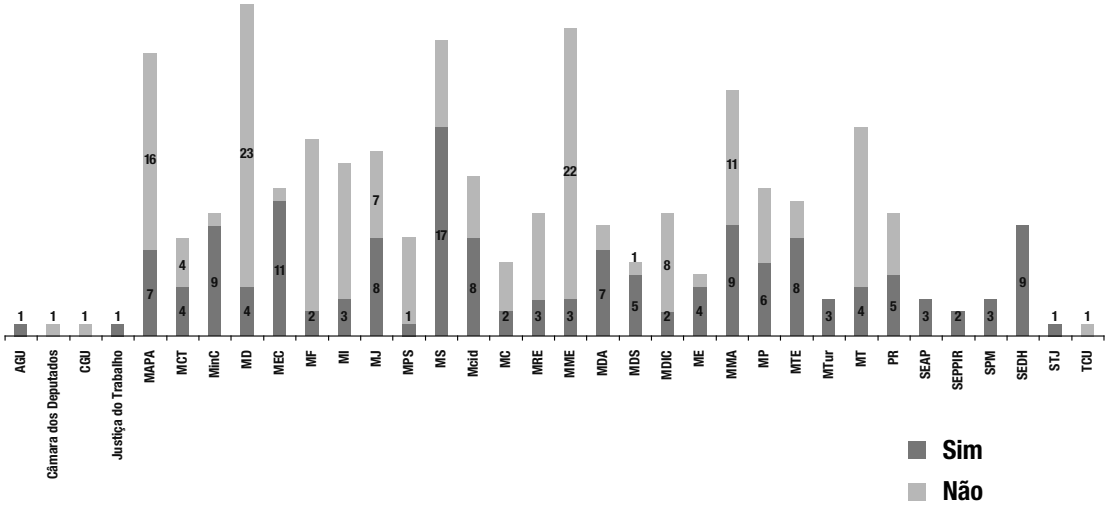
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO À TRANSVERSALIDADE

A transversalidade constitui uma forma de atuação horizontal, não-hierárquica que busca construir políticas públicas integradas por meio de ações articuladas que ultrapassam o tratamento tradicionalmente setorial das políticas públicas. Neste documento, a transversalidade está refletida no planejamento, no monitoramento e na avaliação de programas e políticas que considerem as perspectivas de gênero, raça, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e jovens com o objetivo de reduzir as desigualdades existentes.

No roteiro de avaliação dos programas do PPA disponibilizado aos gerentes dos programas em 2006, a questão relacionada à transversalidade foi transferida da avaliação setorial para a avaliação de programas com o objetivo de evidenciar melhor o grau de inserção do enfoque transversal na gestão dos programas de governo. Por meio deste detalhamento, procurou-se extrair dados que permitem analisar a contribuição de cada Ministério na construção dessas políticas públicas integradas para recortes específicos. O Gráfico abaixo apresenta a quantidade de programas por órgão cujos gerentes apontaram ou não a existência de ações nas quais pelo menos um dos temas transversais estava presente.

Em 2006, 155 programas constantes do PPA (45%) indicaram algum tipo de abordagem dos temas transversais. Essa abordagem não se refere necessariamente à existência de ações específicas com recortes relativos aos temas raça, gênero, portadores de deficiência ou crianças adolescentes e jovens. A ação transversal no planejamento e na implementação dos programas não requer necessariamente uma ação estritamente focada nesses temas, o que resultaria em pulverização de recursos e, conseqüentemente, em dificuldades para a gestão do programa. Pelo contrário, considera-se que a efetiva inclusão das temáticas pode ser mensurada por intermédio dos indicadores, identificada no público-alvo, ou na priorização destes temas na estratégia de implementação das ações, que apresentam na maioria das vezes finalidades mais abrangentes. Esse recorte quando presente nesses atributos permite o monitoramento da cobertura e o atendimento das demandas desses grupos específicos, evitando sobreposições ou fragmentação das intervenções.

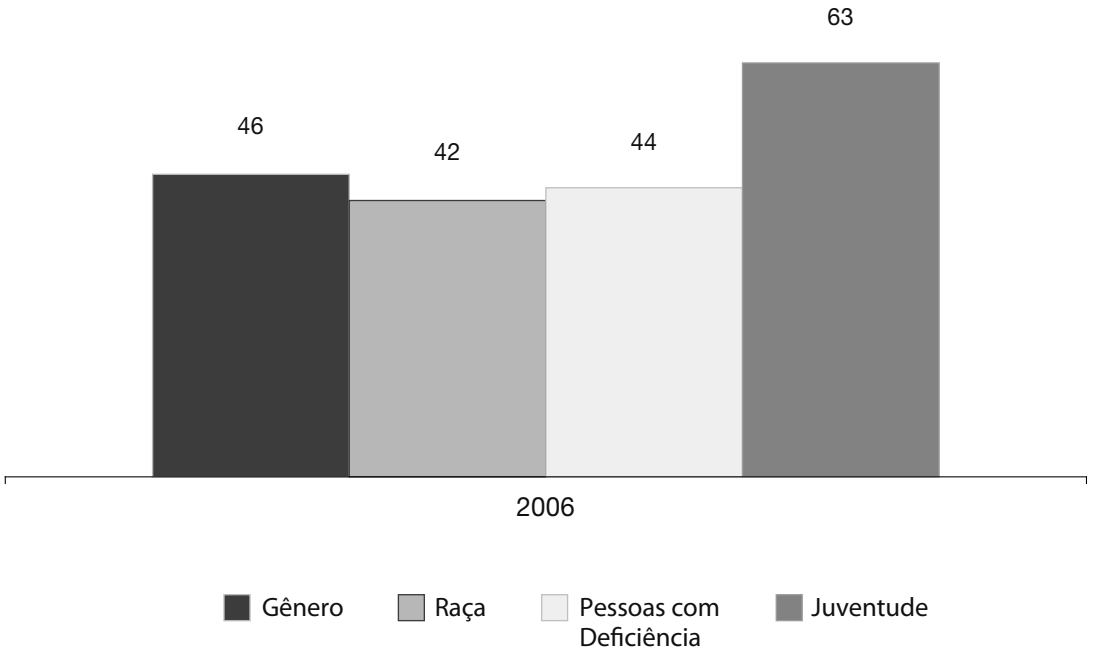
Gráfico 5. Avaliação quanto à transversalidade por Ministério em 2006



Fonte: SIGPlan

Uma análise mais detalhada nas justificativas relatadas pelos gerentes evidenciou, em alguns casos, o pouco conhecimento das gerências dos programas em relação ao conceito de transversalidade. Este fato foi verificado, por exemplo, em programas que possuem um público-alvo muito amplo (incluindo os grupos apresentados na questão), tendo influenciado a gerência a, equivocadamente, deduzir que a abordagem transversal estava sendo contemplada pelo programa. Essa análise das respostas subjetivas à questão revela que o número de programas em que a transversalidade é efetivamente contemplada é aproximadamente 20% menor, ou seja, o universo se restringe de 155 programas para 128 programas.

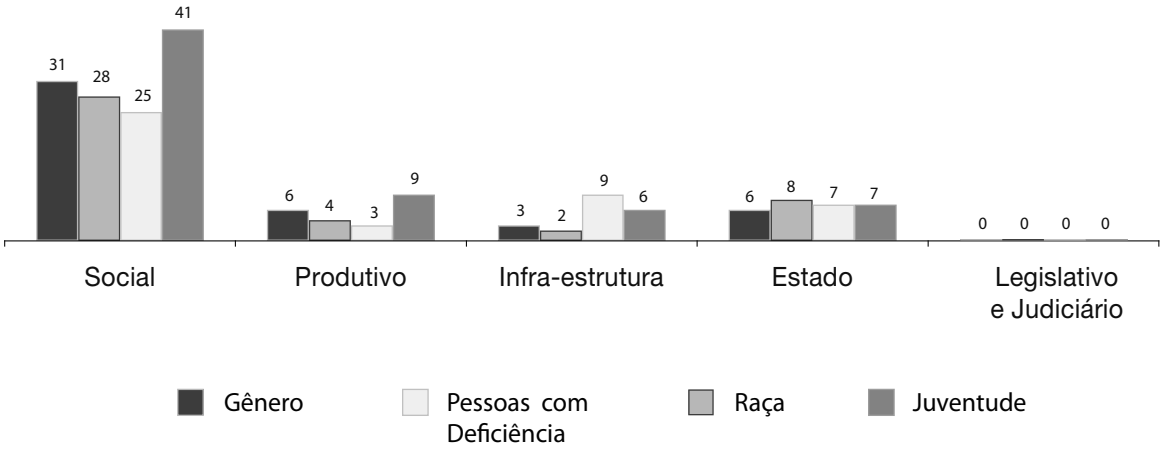
Gráfico 6. Avaliação da Transversalidade nos Programas



Fonte: SIGPlan

O exame das informações por tema, considerando apenas os programas cujos gerentes demonstraram, em sua justificativa, a incorporação do tema transversal na implementação do programa, evidencia que do grupo de programas analisados: 32% contemplam os temas criança e juventude; 24%, o tema gênero; 23%, pessoas com deficiência e 22%, o tema raça.

Gráfico 7. Avaliação da Transversalidade nos Programas – em 2006*



Fonte: SIGPlan
*** Devido à mudança no roteiro de avaliação quanto à transversalidade, no ano de 2006, não é possivel a comparação desse quesito com os resultados da avaliação dos programas obtidos em 2005.**

A análise por setor[4] demonstra uma considerável participação da área "Social" na incorporação da transversalidade na sua programação (60%). Esse elevado percentual é influenciado pelo fato de que os Ministérios e Secretarias Especiais que compõem o setor possuem grande número de programas finalísticos. Neste setor, destacam-se os Ministérios da Educação, da Cultura e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, onde o enfoque transversal é considerado de alguma forma em grande parte dos programas sob sua responsabilidade (entre 83% e 90% da programação total destes órgãos). No setor "Produtivo" o Ministério do Desenvolvimento Agrário apresenta 6 programas com enfoque transversal o que corresponde a 75% do total de programas do órgão. No setor de "Infra-estrutura", o Ministério das Cidades indicou a existência de 8 programas (62% da sua programação total). O setor "Estado" apresentou resultados menos expressivos. Neste grupo o enfoque transversal ficou entre 12% e 50% das respectivas programações dos órgãos que compõem esse grupo.

A questão relativa à transversalidade tem, ainda, a finalidade de mapear as ações específicas, constantes do PPA, que priorizam estes grupos específicos visando à obtenção de uma base de dados que possa ser utilizada para maior transparência, por meio da divulgação

4. A análise por setor considerou a seguinte classificação, a partir dos órgãos que realizaram a avaliação da sua programação: 1) Social: Ministérios da Cultura, Educação, Justiça, Previdência Social, Saúde, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Esportes, Meio Ambiente e as Secretarias Especiais de Direitos Humanos, Política para as Mulheres e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; 2) Produtivo: Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, Turismo e Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca; 3) Infra-Estrutura: Ministérios da Integração, Cidades, Comunicações, Minas e Energia e Transportes; 4) Gestão do Estado: Advocacia-Geral da União, Controladoria-Geral da União, os Ministérios da Defesa, Fazenda, Relações Exteriores, Planejamento, Orçamento e Gestão e Presidência da República e 5) Legislativo e Judiciário: Câmara dos Deputados, Justiça do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas de União.

das políticas públicas já existentes e para o planejamento da intervenção governamental. As informações são úteis para o órgão central de planejamento e para as Secretarias Especiais (SEPPIR, SPM, Secretaria Geral e SEDH) na coordenação das iniciativas de forma a evitar as possíveis sobreposições de ações/programas, reforçar as complementaridades e a integração entre órgãos. Contudo, as respostas à questão permitiram parcialmente o alcance do objetivo almejado, porque várias respostas se referiam apenas ao que se convencionou denominar 'iniciativas', assim entendidas as atividades realizadas no âmbito do programa que priorizam ou realizam recortes na implementação de suas ações. Dessa forma, em vários programas a informação refletia muito mais o tratamento transversal da política do que propriamente a sua programação. Neste aspecto a análise das respostas subjetivas da questão demonstrou que das 195 ações indicadas apenas 65% eram realmente ações orçamentárias do PPA (126 ações).

Foram registradas, ainda, 185 "iniciativas", que contemplam os mencionados temas das mais variadas formas, tais como: operações policiais de combate à pedofilia pela internet, implementadas no âmbito do programa Combate à Criminalidade/MJ; priorização do monitoramento do estado nutricional de crianças menores de 7 anos, gestantes e mulheres em idade fértil pela ação de Monitoramento da Situação Nutricional da População Brasileira, do programa Alimentação Saudável/MS; definição da mulher como preferencialmente responsável legal pela posse do cartão distribuído no âmbito do programa Bolsa Família/MDS, contribuindo para o "empoderamento" das mulheres, conforme demonstrado em avaliações do programa[5]; o projeto de Ações Afirmativas para a População Negra nas instituições públicas de Educação Superior – que tem como objetivo apoiar os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) das Universidades Públicas no desenvolvimento de programas e projetos educacionais de promoção da igualdade racial – desenvolvido no programa Universidade do Século XXI/MEC; ou a disponibilização pelo programa Governo Eletrônico/MP, do "Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG)[6], que visa melhorar o acesso de pessoas com deficiência aos serviços e informações disponibilizados pelos sítios do governo federal, entre outros.

Outro fator que prejudicou a análise, por não permitir que fosse retratado o universo das ações de governo implementadas, foi o fato de várias ações atualmente existentes voltadas para esses temas não terem sido mencionadas. Dessa forma, considerando as limitações mencionadas, o exame das informações em 2006, por tema, demonstra um maior número de ações no PPA voltadas para os temas raça e gênero (48 e 29 ações, respectivamente), seguidos dos temas concernentes à criança e à juventude (28 ações) e pessoas com deficiência (21 ações). O nível de distorção existente pode ser verificado pela comparação destes resultados com os apresentados em 2005, em que foram registradas 239 ações para o tema gênero; 382 ações para o tema raça; 183 para os temas criança e juventude e 61 ações voltadas para pessoas com deficiência.

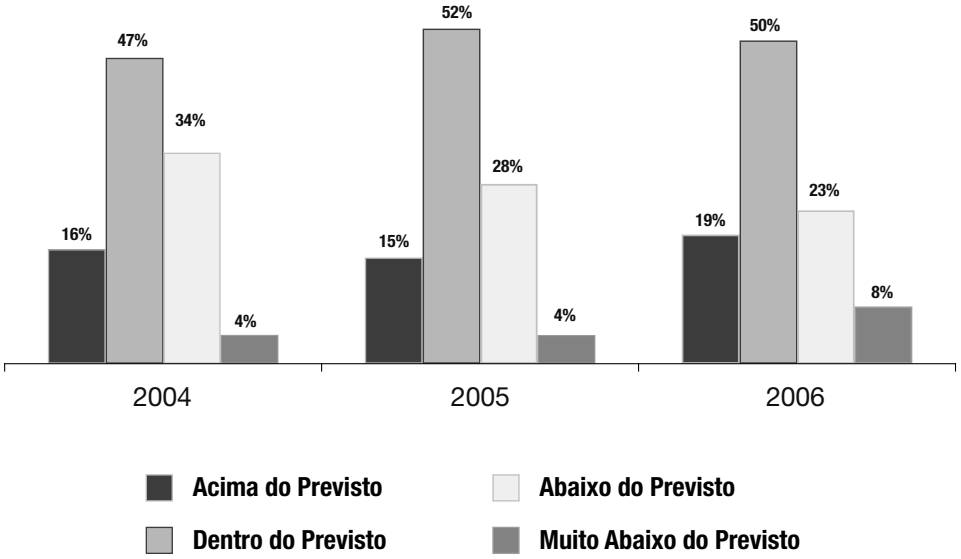
5. De acordo com a gerência do Programa, resultados preliminares da pesquisa O Programa Bolsa Família e o Enfrentamento das Desigualdades de Gênero, realizada pela Agende/MDS evidenciam efeitos positivos do programa em relação ao acesso das mulheres ao crédito, à previsibilidade da renda, ao planejamento orçamentário doméstico, à melhora da auto-estima das mulheres, à redução da dependência em relação ao parceiro, e à redução dos conflitos domésticos que leva à diminuição da violência contra as mulheres.

6. Disponível no sítio eletrônico: <http:// www.governoeletrônico.gov.br>.

IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS

Atendimento das Metas Programadas

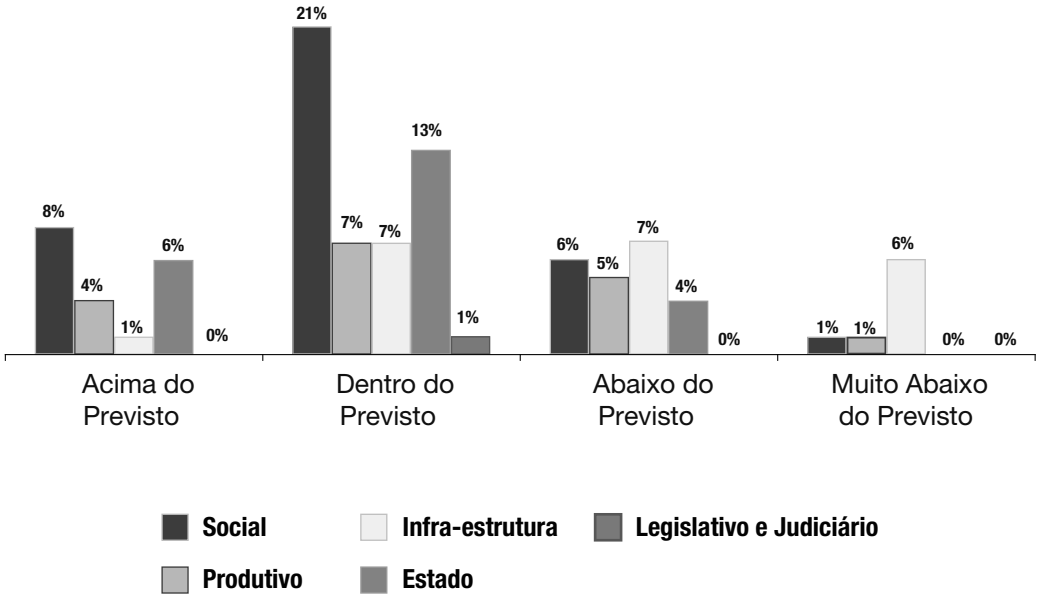
Gráfico 8. Avaliação da Transversalidade nos Programas



Fonte: SIGPlan

A avaliação dos programas quanto ao cumprimento das metas físicas mostra que, em 2006, houve melhoria nos resultados considerados acima do previsto em comparação aos anos anteriores. O cumprimento das metas físicas foi considerado dentro do previsto em 50% dos programas avaliados. Observa-se um decréscimo nos resultados dos programas cujo cumprimento de metas físicas ficou abaixo do previsto. Contudo, ressalta-se que o percentual de programas que tiveram cumprimento de metas físicas muito abaixo do previsto foi maior que o índice verificado nos anos anteriores.

Gráfico 9. Cumprimento de Metas Físicas por Setor – em 2006



Fonte: SIGPlan

A análise dos percentuais apresentados no gráfico anterior, por setor[7], demonstra que o cumprimento de metas físicas acima do esperado foi maior nas áreas Social (8%) e Gestão do Estado (4%), enquanto o percentual de programas com o cumprimento de metas físicas abaixo e muito abaixo do esperado foi maior no setor Infra-estrutura (7% e 6%, respectivamente). Neste setor, merece atenção especial o Ministério dos Transportes que indicou o cumprimento de metas físicas muito abaixo do previsto em 11 dos 17 programas sob sua responsabilidade.

De acordo com o informado pelo órgão, os fatores que prejudicaram o desempenho de sua programação foram: existência significativa de restos a pagar, relativo a exercícios anteriores, mencionado em 50% dos programas; paralisação de algumas obras pelo Tribunal de Contas da União (TCU), apontado em vários programas, dentre eles o Corredor Araguaia-Tocantins; demora na aprovação das licenças prévias e de instalação concedidas pelos órgãos ambientais, justificativa recorrente nos programas relativos aos Corredores (Araguaia-Tocantins, Fronteira Norte, Leste, Mercosul, Nordeste); dificuldades no monitoramento da execução física de obras realizadas por meio de convênio, fato mencionado em várias ações, como a de Dragagem e Melhoramento na Infra-estrutura do Porto de Suape; e suspensão dos contratos terceirizados da área de informática e conseqüente transferência do serviço para o SERPRO, exigindo um considerável período de adaptação, entre outros.

O registro das metas físicas realizadas pelos coordenadores das ações no SIGPlan referentes ao ano de 2006, demonstram a existência de um alto percentual de localizadores[8] com execução física entre 0% e 40% no módulo de monitoramento. Dessa forma, verificou-se que, em 2006, o Ministério dos Transportes, por exemplo, apresentou 326 localizadores (80% do total de localizadores deste órgão) com execução física entre 0 e 40%. Da mesma forma, a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Integração Nacional apresentaram um alto percentual de localizadores situados na faixa de execução física mencionada (65%, 60% e 58%, respectivamente). Dentre exemplos de justificativas mais citadas pelos gerentes na avaliação dos programas foram: dificuldade no licenciamento ambiental e contingenciamento orçamentário, pela SEAP; e restrições orçamentárias e atraso na liberação do fluxo de recursos, prejudicando consideravelmente a realização das obras pelo Ministério da Integração Nacional.

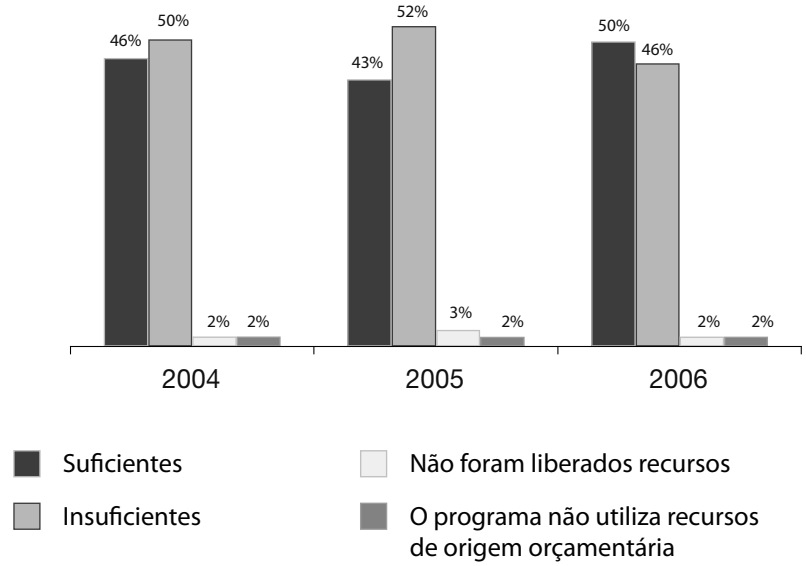
7. A análise por setor considerou a seguinte classificação, a partir dos órgãos que realizaram a avaliação da sua programação: 1) Social: Ministérios da Cultura, Educação, Justiça, Previdência Social, Saúde, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Esportes, Meio Ambiente e as Secretarias Especiais de Direitos Humanos, Política para as Mulheres e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; 2) Produtivo: Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior, Turismo e Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca; 3) Infra-Estrutura: Ministérios da Integração, Cidades, Comunicações, Minas e Energia e Transportes; 4) Gestão do Estado: Advocacia-Geral da União, Controladoria-Geral da União, os Ministérios da Defesa, Fazenda, Relações Exteriores, Planejamento, Orçamento e Gestão e Presidência da República e 5) Legislativo e Judiciário: Câmara dos Deputados, Justiça do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas de União.

8. De acordo com o Manual Técnico de Orçamento (MTO 2007), localizador de gasto é um detalhamento utilizado para especificar a localização física da ação. Uma ação pode apresentar um ou mais localizadores. Nesta análise, foram considerados, apenas, os localizadores que possuem produto e unidade de medida.

Outro aspecto que merece ser analisado é a tendência das gerências dos programas utilizarem como parâmetro para avaliação do cumprimento das metas físicas, o montante de recursos financeiros disponibilizados para a sua execução e não a previsão inicial dos recursos planejados. Esta é uma prática reiterada nas auto-avaliações que busca evidenciar o esforço da gerência do programa na obtenção de resultados - dado o contexto desfavorável, verificado pelo contingenciamento de recursos, dificuldade de celebração dos contratos, entre outros - ao invés da utilização da comparação em relação à meta inicialmente planejada. Dessa forma, o resultado apresentado reflete muito mais a percepção do gerente em alcançar as metas previstas tendo por referência os recursos disponibilizados e não os inicialmente planejados.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E NÃO-ORÇAMENTÁRIA

Gráfico 10. Recursos Orçamentários Executados

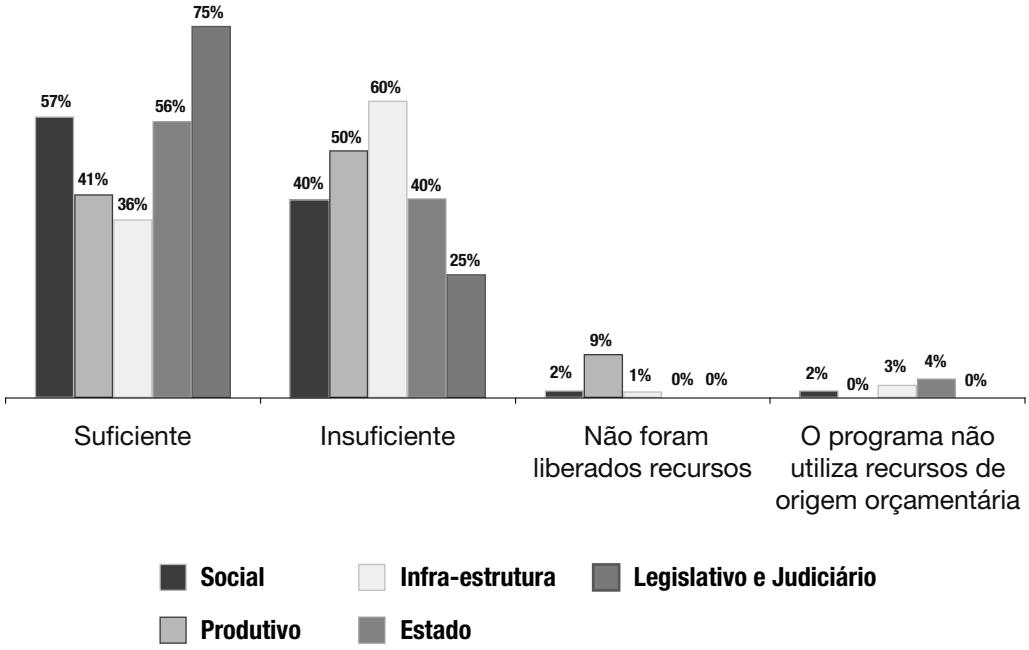


Fonte: SIGPlan

Os recursos orçamentários executados em 2006, em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), foram considerados suficientes por 50% dos programas (167), localizados principalmente no Ministério da Saúde, órgãos da Presidência e Ministério da Educação. Os recursos orçamentários executados foram considerados insuficientes para 46% dos gerentes de programas. A análise dos três anos do PPA 2004-2007 apresenta um ligeiro decréscimo na marcação deste item.

O maior percentual de registros da insuficiência de recursos para a execução dos programas reside no grupo Infra-estrutura (60% de seus programas, 45 programas do Plano). Neste setor, sobressai o Ministério dos Transportes pela indicação deste item em 82% dos programas sob a sua responsabilidade. Ressalte-se que a suficiência de recursos neste órgão foi mencionada apenas em ações constantes do Projeto-Piloto de Investimentos (PPI) que congrega um conjunto de ações com processo seletivo dos projetos, gestão do fluxo de recursos orçamentários e financeiros, além do monitoramento da execução física e financeira.

Gráfico 11. Execução Orçamentária, por setor – em 2006



Fonte: SIGPlan

Os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Justiça e as Secretarias Especiais de Política para as Mulheres e de Aqüicultura e Pesca indicaram nas respostas a insuficiência de recursos orçamentários executados entre 64% e 100% da programação total, acarretando a impossibilidade de atendimento das demandas existentes. Análise mais detalhada dessas questões aponta os seguintes fatores que contribuíram para a inadequada execução de recursos orçamentários: atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA de 2006; contingenciamento orçamentário; e demora na tramitação de créditos.

COMPATIBILIDADE DE LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

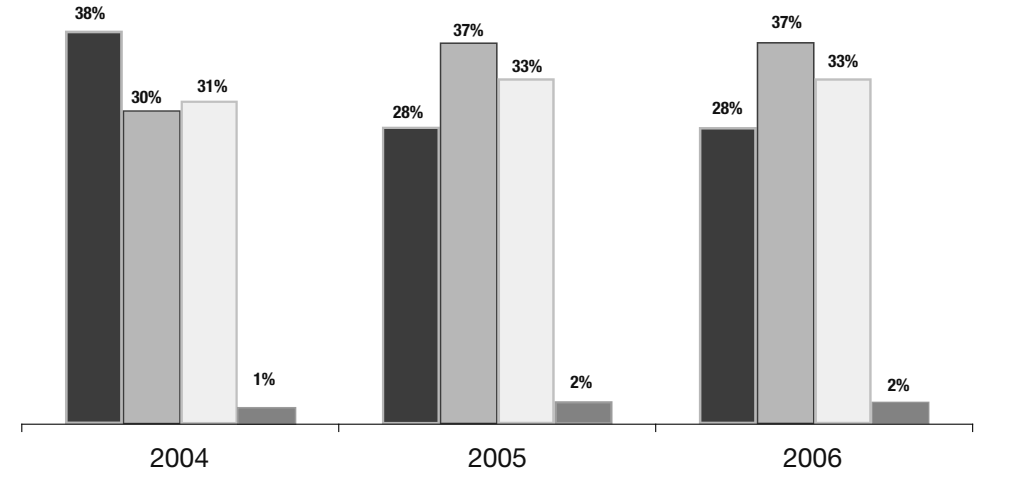
A análise da execução dos recursos orçamentários deve considerar, também, a compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, uma vez que a execução da dotação orçamentária prevista depende da liberação dos recursos financeiros durante o exercício.

A análise dos gerentes quanto à compatibilidade de liberação de recursos financeiros com as metas físicas previstas em 2006 revelou comportamento próximo ao verificado em 2005, conforme ilustra o gráfico 12 na próxima página.

Os Ministérios pertencentes ao denominado setor Estado evidenciaram maior compatibilidade de liberação do fluxo de recursos durante o exercício de 2006. Mesmo tendo sido apontada a descontinuidade na liberação de recursos, as gerências afirmaram não ter havido prejuízo de execução para aproximadamente 77,7% de seus programas (correspondente ao universo de 60 programas). No setor Social, este percentual é de 65,6% (82 programas), no setor de Infra-estrutura 58,7% (44 programas) e no Produtivo, este percentual é de 53,6% (30 programas).

A liberação de recursos financeiros foi considerada, em geral, adequada pelos gerentes de programas dos Ministérios da Saúde, Educação, Planejamento, Orçamento e Gestão, Defesa e Relações Exteriores. No entanto, os gerentes de programa dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Cidades, bem como a Secretaria de Aqüicultura e Pesca declararam que a descontinuidade de fluxo de recursos prejudicou decisivamente a implementação de 61%, 77% e 67% dos programas, respectivamente. Nestes órgãos, algumas gerências mencionaram reiteradamente que o recebimento de recursos financeiros ao final do exercício prejudicou sobremaneira a implementação das ações. No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por exemplo, a execução da Ação Prevenção e Controle de Doenças foi prejudicada uma vez que, segundo o gerente do programa, as atividades de prevenção devem ser realizadas sem interrupção durante todo o exercício.

Gráfico 12. Compatibilidade do Fluxo de Recursos



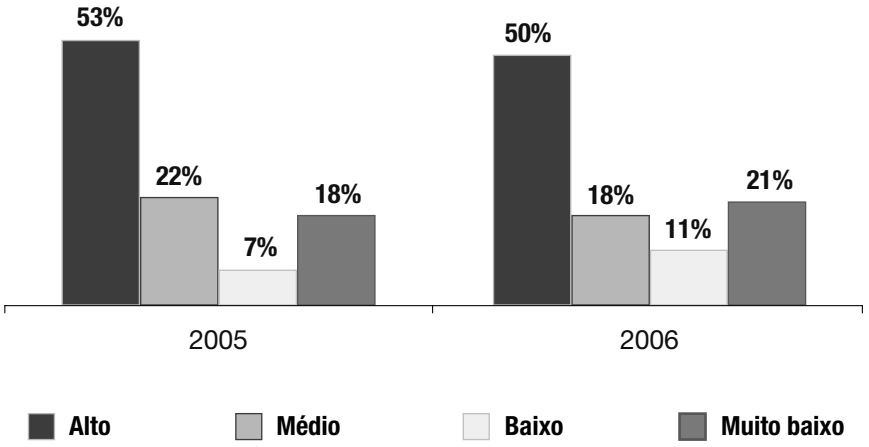
Fonte: SIGPlan

EXECUÇÃO NÃO-ORÇAMENTÁRIA

A execução não-orçamentária trata de recursos que não transitam pelo Orçamento Geral da União. Em geral, são recursos relevantes para a execução dos programas do PPA cujas fontes são das contrapartidas de Estados e Municípios, das parcerias com o setor privado, das fontes de financiamento e empréstimos bancários, dos incentivos fiscais, dos fundos administrados pelo Governo Federal e dos dispêndios correntes das empresas estatais.

Os órgãos que tradicionalmente apresentam volume expressivo deste tipo de recursos são os Ministérios da Fazenda, Cidades, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Trabalho e Emprego e de Minas e Energia (MTE), cujas principais fontes de financiamento são: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Brasil (BB), além do setor privado.

Gráfico 13. Impacto das ações que utilizam recursos de origem não-orçamentária



Fonte: SIGPlan

O total previsto de recursos não-orçamentários no PPA atingiu cerca de R$ 160,15 bilhões dos quais R$ 143,32[9] foram executados, representando uma execução registrada no sistema de 89,50% do previsto. O financiamento dos programas do PPA por recursos não-orçamentários pode ser bem maior que o encontrado no SIGPlan, pois as informações relativas tanto à execução física quanto à financeira dependem exclusivamente da inserção de tais informações pelos coordenadores de ação do programa e muitas vezes essas ações não contam com coordenadores de ação cadastrados, impedindo o preenchimento dos dados realizados. Essa situação tem ocorrido com ações de programas dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Minas e Energia e das Cidades.

Em 2006, a utilização destes recursos foi indicada em 21% dos programas (72 programas), contra 22% (83 programas) em 2005. Dos 72 programas de 2006, 68% consideraram alto ou médio o impacto destes recursos na implementação dos programas, destacando-se Ministérios como os de Minas e Energia, Cultura e Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O desempenho do programa Abastecimento Agroalimentar/MAPA, por exemplo, é composto por seis ações não-orçamentárias, sendo cinco sob responsabilidade do Banco do Brasil e uma do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), diretamente vinculadas ao desenvolvimento e à comercialização da produção agrícola.

9. Fonte: SIGPlan.

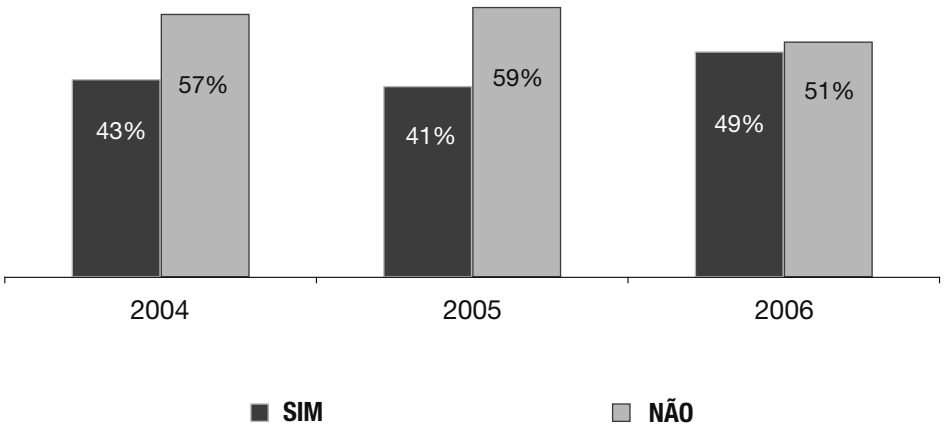
No Ministério do Trabalho, os programas Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda e Microcrédito Produtivo Orientado avaliaram como alto o impacto dos recursos não-orçamentários na sua implementação. São programas constituídos, essencialmente, de ações não-orçamentárias que apresentam como fontes de financiamento o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), BNB e BNDES e que contribuem sobremaneira para o alcance do objetivo do programa. Os montantes executados nestes programas por meio das fontes de financiamento mencionadas foram de R$ 12,2 bilhões e R$ 658 milhões, respectivamente, em 2006.

De forma análoga, alguns programas do Ministério da Fazenda (Banco para Todos, Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes e Produção de Moeda e Documentos de Segurança), totalmente constituídos por ações não-orçamentárias, também avaliaram como alto o impacto destes recursos na implementação dos programas. Estes programas executaram cerca de R$ 1,14 bilhão, em 2006.

Adequação dos Recursos Materiais e da Infra-estrutura

A pergunta objetiva dessa questão refere-se à adequação e à disponibilidade de recursos materiais e de infra-estrutura para a implementação dos programas. Em caso de resposta negativa, foi oferecida a oportunidade aos gerentes de localizar, se as inadequações verificadas referiam-se às equipes gerenciais ou às equipes executoras dos programas.

Gráfico 14. Adequação dos Recursos Materiais e Infra-estrutura

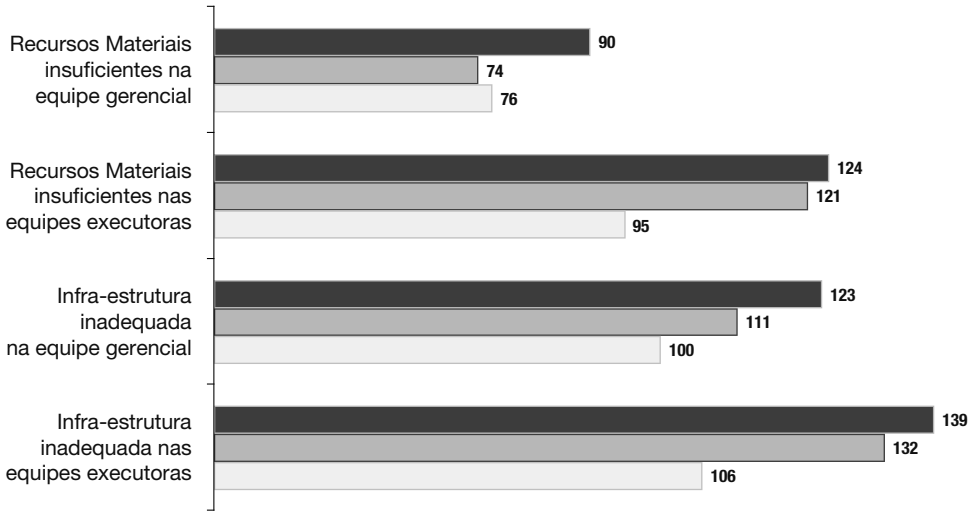


Fonte: SIGPlan

Ao se comparar os resultados de 2006 e 2005, identifica-se uma melhoria de respostas positivas, com um quase equilíbrio entre estas e as respostas negativas. Em 2006, dos 377 programas avaliados, 165 gerentes indicaram adequação dos recursos, enquanto 172 apontaram alguma deficiência ou inadequação, quer em recursos materiais, quer em infra-estrutura. A estes últimos foi dada a oportunidade de discriminar o tipo de necessidade verificada.

Devido ao número de respostas menor em 2006, em relação aos anos anteriores, é exibido um gráfico percentual, além dos valores absolutos, de forma a permitir análise mais equilibrada dos resultados da avaliação.

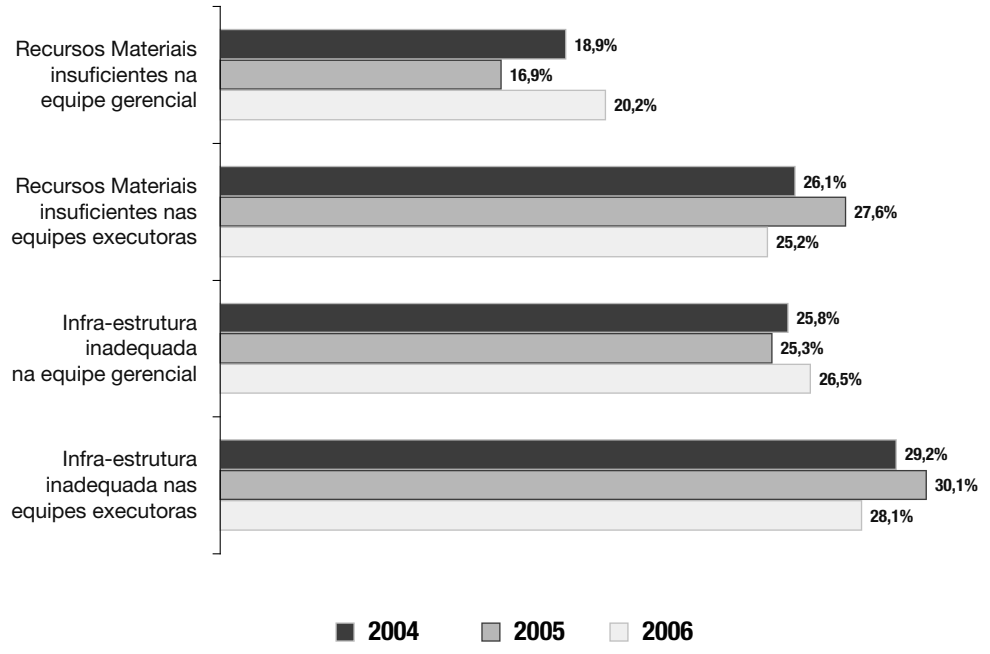
Gráfico 15. Inadequação de Recursos Materiais e Infra-estrutura
Quantidade Respostas



Fonte: SIGPlan

Enquanto, em 2004, foram produzidas 476 respostas negativas específicas, em 2005, obteveram-se 438, diminuindo para 377 no ano de 2006.

Gráfico 16. Inadequação de Recursos Materiais e Infra-estrutura
Percentual de Respostas



Fonte: SIGPlan

Nos 172 programas cujas gerências perceberam inadequações, praticamente todos apontaram mais de uma das quatro situações (recursos materiais insuficientes na equipe gerencial e nas executoras e infra-estrutura inadequada nas equipes gerenciais e executoras), o que explica a falta de concentração percentual em uma ou outra área das quatro apresentadas no gráfico 16.

Os Ministérios dos Transportes (88%), da Justiça (87%), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (83%), do Esporte (80%) e das Cidades (77%) foram os órgãos cujos gerentes de programas apontaram maior percentual de necessidades. Além desses, as Secretarias Especiais de Políticas de Promoção de Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres, apesar de possuírem uma quantidade pequena de programas, diagnosticaram insuficiência desses recursos em todos eles.

Nos Ministérios da Cultura, Defesa, Relações Exteriores, Minas e Energia e Desenvolvimento Agrário foi evidenciado menor percentual de ocorrência da inadequação de recursos materiais e de infra-estrutura, em torno de 30% dos programas. Foram apontados como restrições de recursos materiais para implementação dos programas os seguintes exemplos: falta de equipamentos que facilitem o monitoramento; deficiente informatização dos processos; insuficientes investimentos em melhorias tecnológicas; frota de veículos inapropriada ou deficiente; e carência de instrumentos de aplicação/medição de resultados.

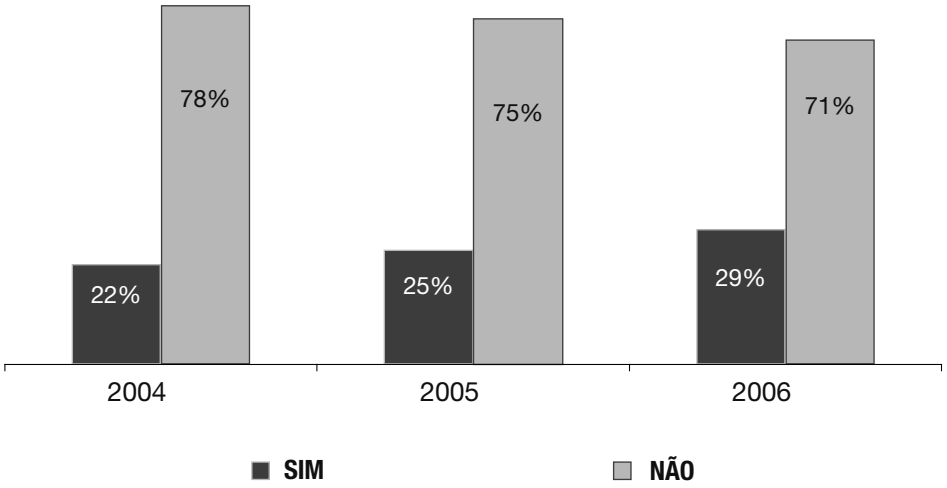
Como inadequação ou insuficiência de infra-estrutura, os maiores problemas apontados foram: espaço reduzido para a acomodação do pessoal responsável pela gerência ou execução dos programas; inadequação de estruturas físicas das gerências regionais; falta de estrutura apropriada para a guarda de material necessário à implementação das ações; e deficiência generalizada na estrutura de comunicação de dados entre os diversos atores desses programas.

Adequação e Necessidades de Recursos Humanos

A pergunta objetiva dessa questão diz respeito à adequação e à disponibilidade de recursos humanos para a implementação dos programas. Em caso de resposta negativa, era oferecida a oportunidade aos gerentes de localizar, de forma mais específica, em quais equipes as inadequações de recursos humanos, tanto qualitativas quanto quantitativas, eram mais freqüentes.

Grande parte dos gerentes percebe a inadequação de recursos humanos como um fator limitante à implementação dos programas. Embora com tendência de melhoria nessa percepção, a diferença percentual entre a satisfação e o sentimento de inadequação é alto (29% positivo contra 71% negativo). Dos 337 programas avaliados, apenas 99 gerentes expressaram satisfação com os recursos humanos à disposição de seus programas, enquanto 238 apontaram inadequações quantitativas e/ou qualitativas nesses recursos.

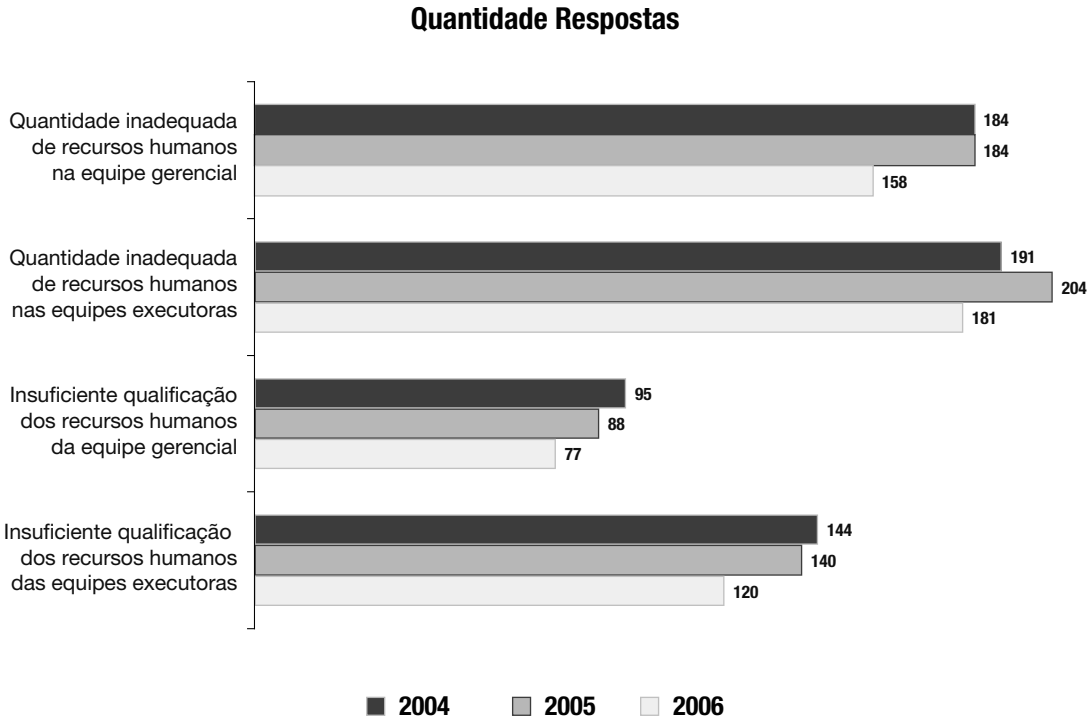
Gráfico 17. Adequação dos Recursos Humanos



Fonte: SIGPlan

Devido ao número de respostas menor em 2006, em relação aos anos anteriores, é exibido um gráfico percentual, além dos valores absolutos, de forma a permitir análise mais ajustada dos resultados da avaliação.

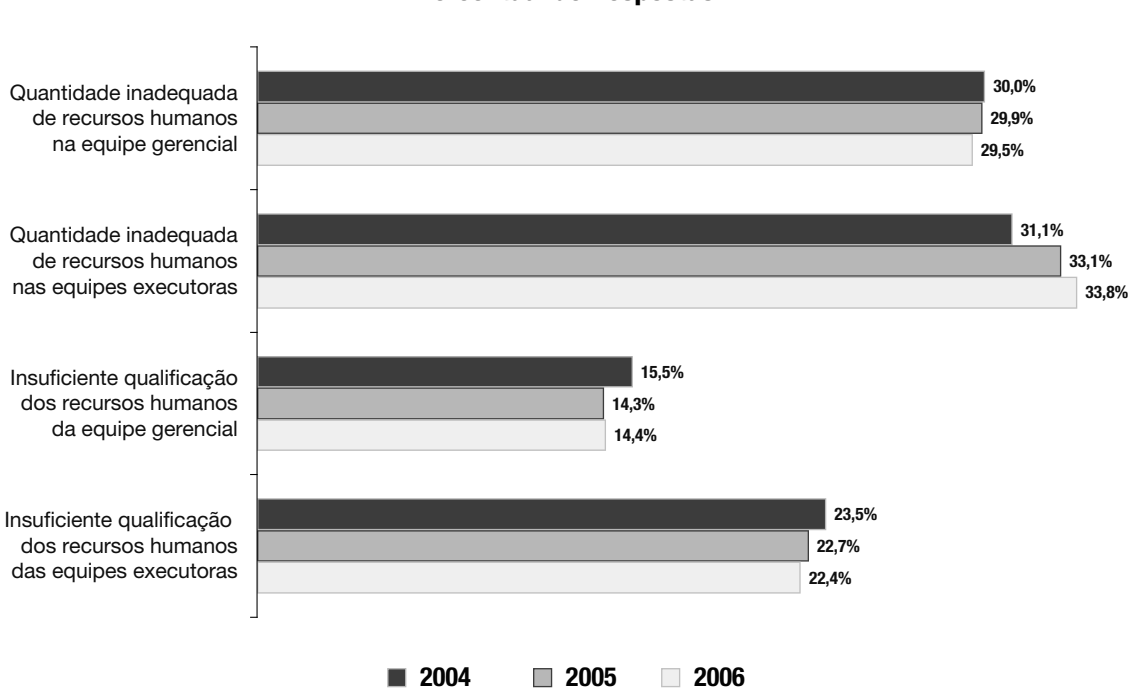
Gráfico 18. Inadequação de Recursos Humanos



Fonte: SIGPlan

Enquanto, em 2004, foram produzidas 614 respostas negativas específicas, em 2005, obteve-se 616, diminuindo para 536 no ano de 2006.

Gráfico 19. Inadequação de Recursos Humanos



Fonte: SIGPlan

Os motivos que levaram os gerentes a apontar a inadequação dos recursos humanos disponíveis para a implementação de 238 programas foram múltiplos, o que explica a distribuição quase eqüitativa das respostas entre as quatro opções apresentadas no SIGPlan.

A insuficiência quantitativa foi percebida fortemente como inadequada tanto nas equipes gerenciais quanto nas executoras e a inadequação qualitativa (capacidade dos recursos) foi retratada com maior freqüência nas equipes executoras.

De modo geral, o gráfico percentual mostra certa constância nos percentuais que vem sendo verificados na gestão dos programas, ao longo desses anos.

Os gerentes dos programas do Ministério dos Transportes e do Ministério da Justiça, registraram insuficiência de recursos humanos em 100% de seus programas (17 programas no primeiro e 15 no segundo), seguidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (indicações em 90% dos programas), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (ambos com respostas em 89% dos programas) e pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (88% dos programas).

Apesar do número reduzido de programas, as equipes gerenciais do Ministério do Turismo e das Secretarias Especiais de Aqüicultura e Pesca, de Políticas para as Mulheres, e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial também registraram insuficiência de recursos humanos em 100% deles.

Entre os problemas apontados com maior freqüência pelos gerentes como causas para insuficiência ou inadequação de recursos humanos, encontram-se:

a) ausência de plano de carreira ou salários pouco atraentes, conduzindo ao desestímulo e aumento da rotatividade;
b) falta de quadro de pessoal próprio, o que acarreta utilização de terceirizados, estagiários, consultores externos e pessoal comissionado em caráter temporário;
c) migração de funcionários, principalmente, dos órgãos centrais para órgãos setoriais;
d) capacitação prejudicada pelos fatores acima descritos, além da falta de uma política de capacitação permanente na maior parte da estrutura governamental;
e) ausência de capacitação – tempestiva e de longo prazo – para funcionários que desempenham tarefas com nível maior de profundidade ou de cunho especial;
f) deficiência quantitativa crônica de recursos humanos, que impede a participação em cursos de capacitação, pela impossibilidade de interrupção dos trabalhos em andamento.

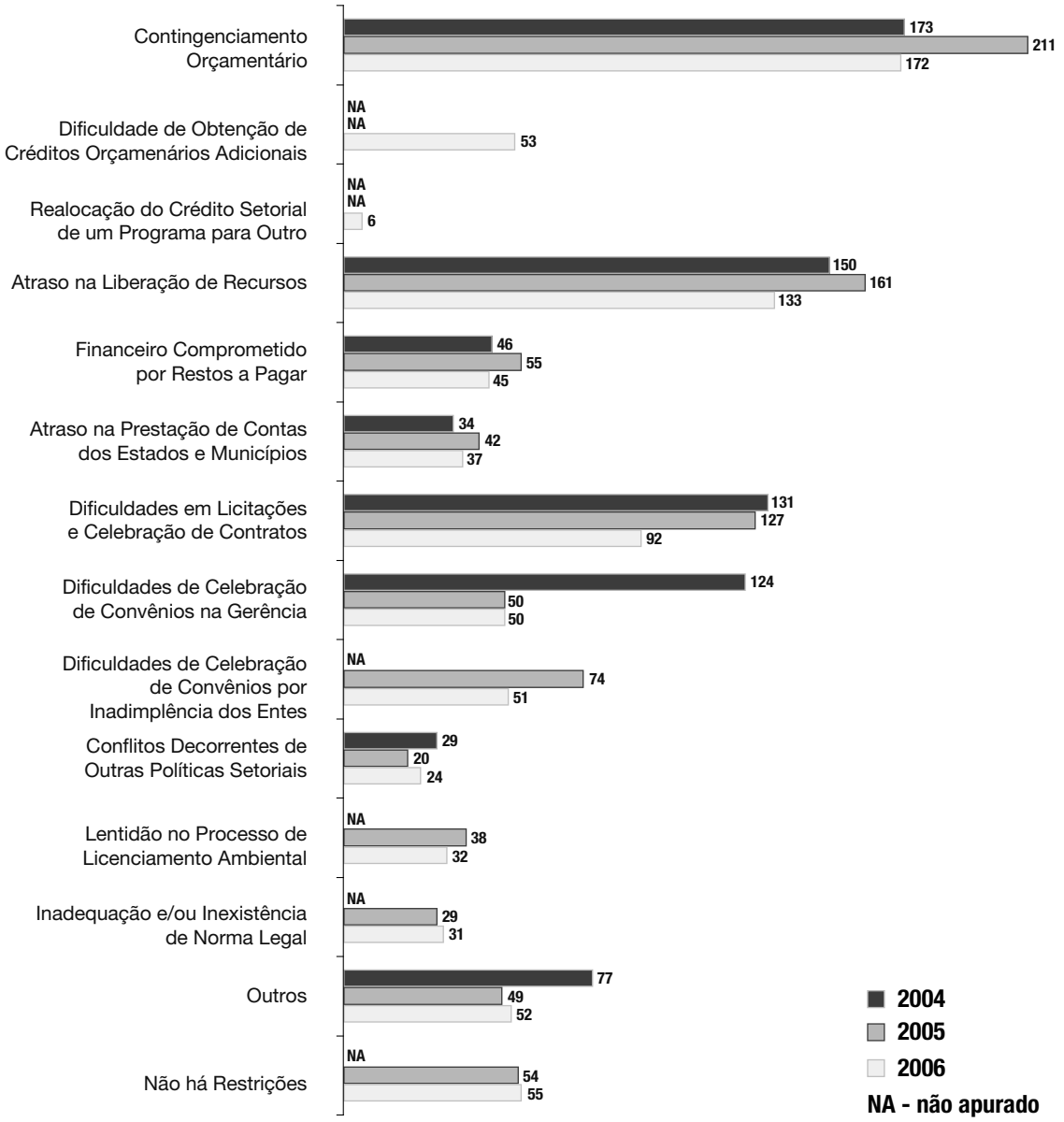
Restrições ao Desempenho dos Programas

Restrições são fatores que dificultam ou impedem a execução dos programas, sinalizando a necessidade de intervenção interna ou externa à sua gerência. Em 2006, as gerências de programa informaram que 55 programas não apresentaram restrições dentre as opções apresentadas, praticamente o mesmo valor dos dois anos anteriores (54 programas). Em relação ao número total de programas, isso revela que 16% dos programas não sofreram nenhuma restrição em 2006, contra 14% no ano anterior.

O principal tipo de restrição mencionada tanto em 2006 quanto nos anos anteriores de execução do PPA é o contingenciamento orçamentário. No ano de 2006, 172 programas apresentaram essa restrição ao desempenho dos programas representando uma redução de 18% em relação ao ano de 2005. Essa restrição interferiu em 49% dos programas do PPA. Os órgãos relacionados a seguir identificaram esse problema em todos os seus programas: Ministério da Cultura (10 programas), Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (3 programas), Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (3 programas), Superior Tribunal de Justiça (1 programa).

Os Ministérios em que o problema foi percebido na maior parte da programação foram: da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (78% dos programas), do Desenvolvimento da Industria e Comércio Exterior (70%), da Integração Nacional (79%) e da Justiça (67%).

Gráfico 20. Restrições



Fonte: SIGPlan

Quanto ao atraso na liberação de recursos, a principal causa apontada em diversos programas, foi a aprovação tardia da Lei Orçamentária para 2006 e a conseqüente edição do decreto de programação financeira, bem como a concentração da liberação de recursos ao término do exercício. No entanto, o número de programas em que essa restrição foi apontada se reduziu (de 161 para 131) comparando o ano de 2006 com o de 2005. Em 78% dos programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, os gerentes apontaram o atraso na liberação de recursos como restrição ao desempenho dos programas.

Em 2006, gerentes de 45 programas (13% dos programas do Plano) relataram o comprometimento da disponibilidade de recursos financeiros pelo volume expressivo de restos a pagar numa redução de 2% em relação ao exercício anterior. Os Ministérios mais afetados foram: de Ciência e Tecnologia (63% dos programas); da Justiça (40% dos programas); e das Cidades (38% dos programas).

Ainda em relação aos aspectos de natureza orçamentária e financeira, a dificuldade de obtenção de créditos adicionais foi registrada por gerentes de 53 programas. As justificativas apresentadas apontam, em sua maioria, a morosidade no processo de obtenção e a exigência de compensações orçamentárias, no caso de créditos suplementares. Em relação aos créditos adicionais especiais, em apenas dois programas foi registrado como problema a demora em serem aprovados pelo Congresso Nacional. Já a dificuldade na realocação de crédito setorial de um programa para outro, foi identificada em apenas seis programas.

A realização de licitações e celebração de contratos significou restrição para 92 programas (26% do total de programas do PPA), numa redução de 8% em relação ao ano anterior. Em suas justificativas, muitas gerências fazem críticas à própria aplicação da legislação brasileira para licitações. Há casos em ora que o atraso na execução financeira é justificado pelos atrasos em licitações, e ora a realização de licitações é atrasada pelo fluxo de liberação de recursos. Os entes federados beneficiários de recursos do Governo Federal também possuem dificuldades na realização de licitações no âmbito de convênios firmados com a APF. Esse tipo de restrição foi retratado nos seguintes Ministérios: das Minas e Energia (60% dos programas), da Justiça (60%), das Cidades (46%), da Cultura (40%) e de Ciência e Tecnologia (38%).

As dificuldades de celebração de convênios observadas no âmbito das gerências se mantiveram estáveis, atingindo 50 programas (14% do total). As equipes gerenciais que mais enfrentaram essa dificuldade estão localizadas nos programas de responsabilidade dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (56% dos programas), da Integração Nacional (43%) e do Meio Ambiente (38%).

A dificuldade de celebração de convênio por inadimplência dos entes federativos, foi relatada por gerentes de 51 programas em 2006 (14%) em contraste com 74 no ano de 2005 (20% dos programas do Plano). O atraso na prestação de contas de Estados e Municípios, em 2006, foi apontado em 11% dos programas, percentual igual ao registrado no ano anterior.

A ocorrência de conflitos decorrentes de outras políticas setoriais foi registrada em 24 programas (7% do total). Os comentários exemplificam situações variadas que abrangem desde críticas à interferência de obras de infra-estrutura na paisagem e no patrimônio arqueológico (Programa Brasil Patrimônio Cultural - MinC) até constrangimentos da política econômica às necessidades do setor agropecuário (Programa Abastecimento Agroalimentar – MAPA). Em muitos casos, é ressaltada a falta de coordenação entre setores que executam políticas afins.

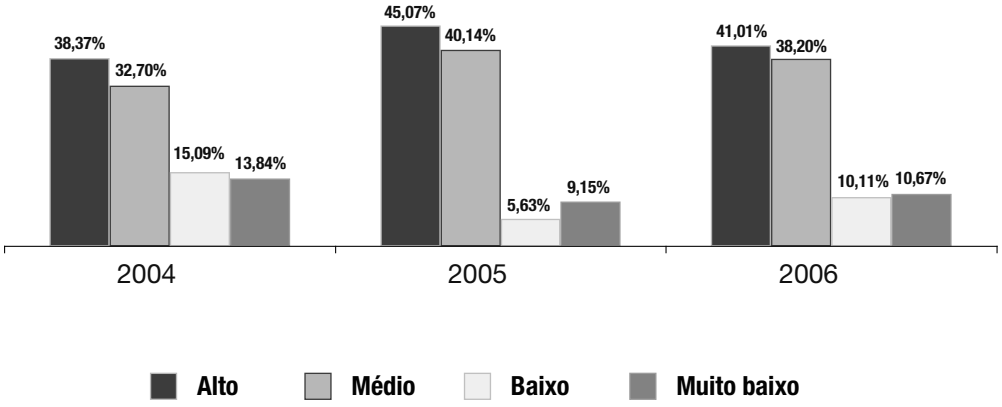
Em 2006, a lentidão no processo de licenciamento ambiental afetou 32 programas, frente a 38 no ano anterior, sendo que o problema foi mais evidente nos Ministérios de Minas e Energia (44% dos programas), da Integração Nacional (36%) e das Cidades (31%). Foram recorrentemente mencionados problemas decorrentes de conflito de competências entre União e demais entes federativos em relação ao licenciamento ambiental.

A inexistência ou inadequação de norma legal é uma restrição que afetou 31 programas em 2006, dois programas a mais do que no ano anterior. Foram citados dois casos em que se faz necessária a regulamentação de dispositivo constitucional. Além de problemas ligados à legislação em sentido estrito, foram também relatados pelos gerentes de programa problemas relacionados a atos normativos do Poder Executivo.

Por fim, 52 programas (15%) indicaram enfrentar outros tipos de restrições que, em sua ampla maioria, refletem temas relacionadas aos tópicos anteriores ou a outros aspectos abordados na avaliação da implementação de programas, sobretudo, quanto à disponibilidade de recursos financeiros.

Desempenho dos Programas com Ações de Execução Descentralizada

Gráfico 21. Desempenho dos Programas com Ações de Execução Descentralizada



Fonte: SIGPlan

O desempenho das ações com execução descentralizada foi considerado baixo ou muito baixo em cerca de 21% dos programas em 2006 e 15% em 2005. Já em 2004, esse percentual foi de 29%. O universo desses programas que, em 2006, consistia em 178, abrangeu os programas com ações do tipo atividades e projetos cuja forma de implementação seja descentralizada e as operações especiais do tipo transferências obrigatórias ou transferências voluntárias, tendo em vista que implicam o repasse de recursos da União a Estados, Municípios e Distrito Federal.

De uma forma geral, o desempenho das ações com execução descentralizada foi considerado satisfatório em grande parte dos órgãos no ano de 2006, tendo em vista que cerca de 79% dos programas indicaram a opção alto ou médio, conforme se observa nos exemplos a seguir: Ministério da Educação (10 em 12 programas - 83,3%), Ministério

do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (3 em 4 programas 75%) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (5 em 7 programas - 71,43%). Não foram considerados aqueles Ministérios que contêm número muito reduzido de programas com ações que possuem forma de implementação descentralizada.

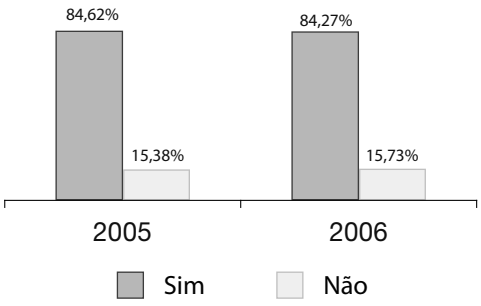
Dentre os órgãos que consideraram o desempenho das ações descentralizadas como baixo ou muito baixo citam-se os Ministérios das Cidades (5 em 9 programas - 55,5%) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (8 em 19 programas - 42,11%).

No caso do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento houve problemas, por exemplo, em relação aos Programas Desenvolvimento da Bovideocultura e Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura, nos quais houve prejuízos às ações de defesa sanitária realizada por órgãos estaduais, tendo em vista os atrasos na liberação de recursos aos Estados. Já no programa Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau, as liberações de recursos não foram coerentes com o calendário agrícola. Nas atividades relativas a trânsito internacional e interestadual do Programa Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, nas quais os recursos são repassados às Superintendências Federais de Agricultura e a governos estaduais, houve prejuízos relativos à inadequação de pessoal, infra-estrutura e recursos orçamentários.

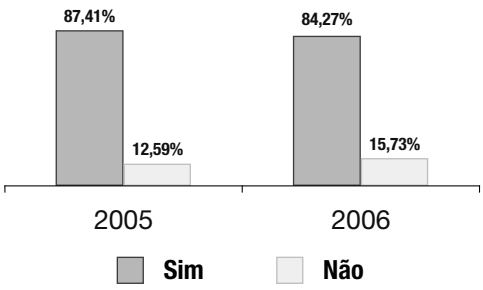
Em relação ao Ministério das Cidades, foram citadas algumas questões que prejudicaram o desempenho das ações de execução descentralizada. Registrou-se baixa capacidade gerencial em alguns entes da federação nos Programas Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais e Serviços Urbanos de Água e Esgoto. Também não houve limite orçamentário suficiente para o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), prejudicando a realização de estudos e convênios no Programa Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos.

Gráfico 22.

A informação foi disponibilizada pelos entes executores das ações de execução descentralizada?



Houve integração entre a gerência do programa e os executores das ações de execução descentralizada?

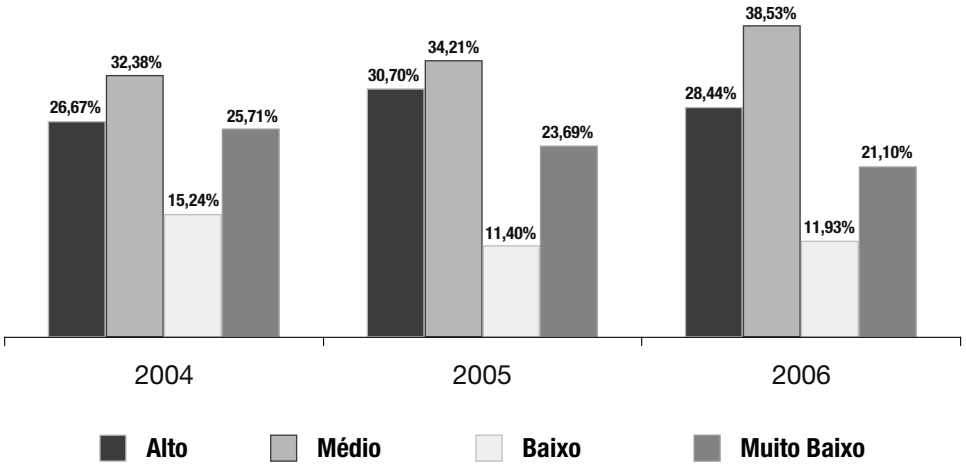


Fonte: SIGPlan

De uma forma geral, os órgãos com ações executadas de forma descentralizada apresentam integração entre gerência e executores, o que permitiu a disponibilização de informações em cerca de 84% dos casos. No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento houve integração entre os entes executores e a gerência, permitindo disponibilização das informações em 74% dos programas (14 programas). No caso do Ministério das Cidades houve integração com as gerências em 89% dos programas (8 programas), sendo a informação disponibilizada em 67% dos programas (6 programas). O Ministério da Justiça foi um dos órgãos que apresentou maiores dificuldades na obtenção de informações pelos órgãos responsáveis pela execução de ações descentralizadas, problema manifestado por quatro dos sete gerentes de programas (57%). Ressaltou-se nesse órgão a necessidade de melhoria dos sistemas informatizados para captação de informações nos Programas Combate à Criminalidade e Sistema Único de Segurança Pública.

Desempenho das Ações Executadas em outros Ministérios (Programas Multissetoriais)

Gráfico 23. Desempenho das Ações Executadas em outros Ministérios (Programas Multissetoriais)



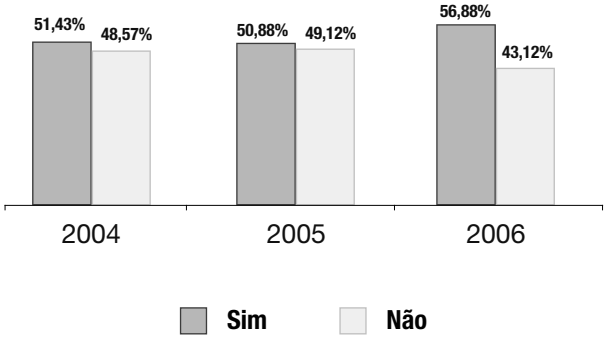
Fonte: SIGPlan

Um programa é classificado como multissetorial quando possui pelo menos uma ação de unidade administrativa de órgão diverso ao que detém a responsabilidade pelo programa[10]. A multissetorialidade é um importante elemento dos programas uma vez que os mesmos devem ser desenhados a partir de um problema ou demanda da sociedade que ultrapassa as fronteiras de um único Ministério. O número de programas multissetoriais tem sofrido pouca variação ao longo dos anos. Em 2006, foram 109, enquanto que, em 2004 e 2005, foram 105 e 114, respectivamente. A percepção dos gerentes quanto ao desempenho das ações executadas por outros Ministérios tem-se mantido estável ao longo do PPA, sendo considerado alto em 28,44% das ações dos programas em 2006, 30,7% em 2005 e 26,7% em 2004. A porcentagem dos gerentes de programas que considerou o desempenho das ações sob responsabilidade de outro órgão como baixo ou muito baixo foi de 33% em 2006.

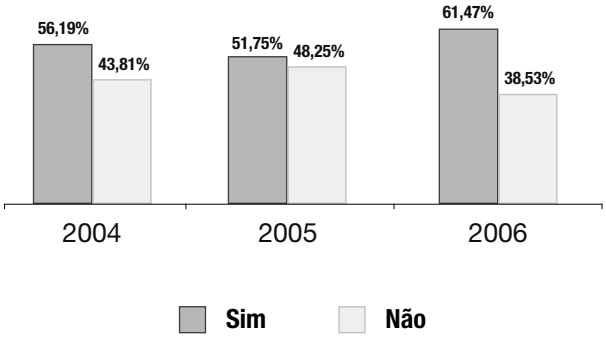
10. Ver conceito no glossário do Decreto nº 5.233 de 6 de outubro de 2004.

Gráfico 24.

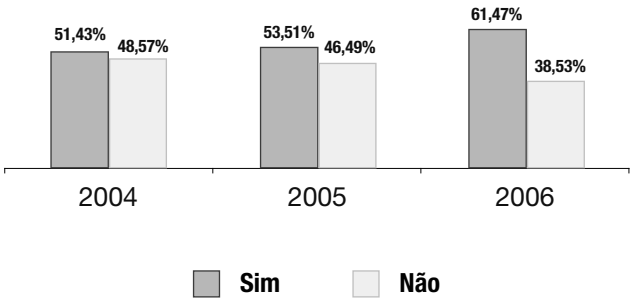
A alocação de recursos pelo ministério executor da ação foi suficiente?



O Ministério executor da(s) ação(ões) disponibilizou informações?



Houve integração entre a gerência do programa e a coordenação da(s) ação(ões)?



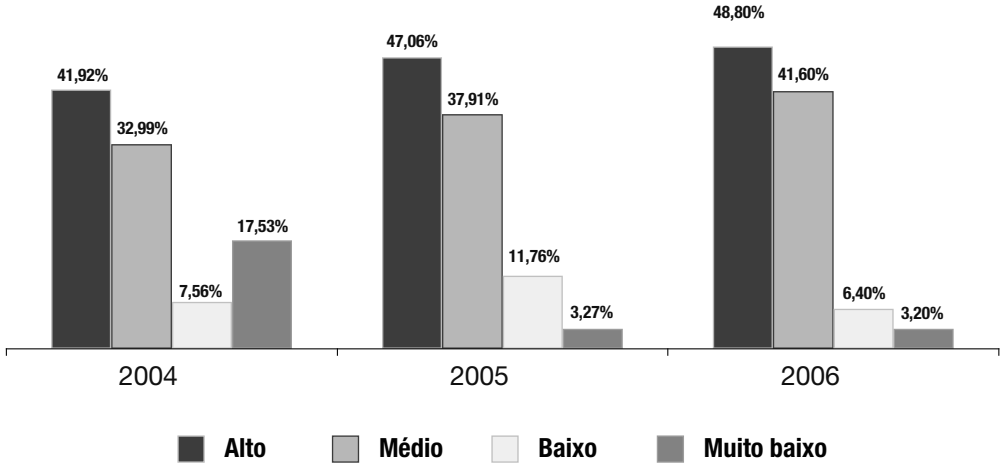
Fonte: SIGPlan

No que se refere à aplicação de recursos pelos Ministérios executores das ações pertencentes a programas multissetoriais, registrou-se suficiência de recursos executados em 57% dos programas. Em 2005 e 2004, esse patamar estava próximo a 51% dos programas multissetoriais. No que se refere à disponibilização de informações pelas unidades executoras e a integração com a gerência do programa, registrou-se 61,5% em 2006 para ambos os quesitos. Para exemplificar os dados apresentados, nota-se que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento considerou a existência de integração com as unidades executoras de seus sete programas multissetoriais, embora não tenha havido suficiência na alocação dos recursos em cinco deles, tendo em vista fatores como dotação orçamentária insuficiente, contingenciamento e reduzidos limites para empenho. Fato semelhante relacionado à boa integração com a gerência ocorreu no Ministério do Meio Ambiente, registrando-se, todavia, que a alocação de recursos pelo Ministério executor da ação foi considerada insuficiente em cinco dentre 11 programas. O Ministério da Cultura, por sua vez, considerou todos os quesitos satisfatórios para seus quatro programas multissetoriais.

Registra-se que algumas justificativas utilizadas para a questão demonstram pouco conhecimento do gerente de programa sobre o conceito de multissetorialidade, sendo, por exemplo, em alguns casos, confundido com intra-setorialidade[11]. Tal fato pode ter prejudicado a análise dos dados.

Desempenho de Ações Executadas em Outras Unidades Administrativas (Programas Intra-Setoriais)

Gráfico 25. Desempenho de Ações Executadas em Outras Unidades Administrativas (Programa Intra-Setoriais)



Fonte: SIGPlan

Os programas intra-setoriais, ou seja, aqueles que possuem ações de responsabilidade de mais de uma unidade administrativa do mesmo órgão tiveram seu número reduzido, tendo sido computados 125 em 2006, 153 em 2005 e 291 em 2004, o que corresponde a 37,1%, 41,5% e 80,6%, do total de programas, respectivamente, conforme informado pelas gerências. É possível que a redução no número desses programas seja decorrência da imprecisão dos gerentes ao declarar a condição de intra-setorialidade dos programas.

Dentre o universo de programas declarados como intra-setoriais em 2006, apenas 9,6% consideraram o desempenho das ações executadas nas demais unidades como sendo baixo ou muito baixo, o que corresponde a 12 programas. Esse número variou de 25,1% em 2004 para 15% em 2005, refletindo significativa melhora no desempenho dessas ações ao longo dos três anos do PPA.

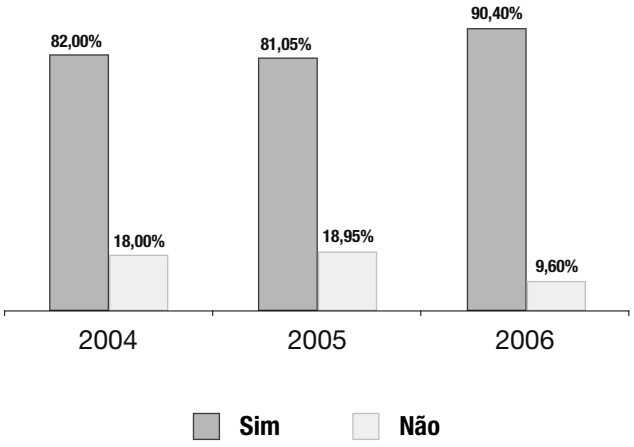
Melhorou a percepção dos gerentes quanto à disponibilidade de informações por parte da unidade executora das ações, passando de 82% dos programas em 2004 para cerca de 90,4% em 2006. Diversos instrumentos têm sido utilizados para a disponibilização das informações. Cita-se, como exemplo, o Relatório Mensal de Assistência Prestada (Remap) e do Processo Eletrônico de Assistência Jurídica (e-PAJ) do programa Assistência Jurídica Integral e Gratuita, além do Sistema de Informações Gerenciais do Ministério da Ciência e

11. Segundo o Decreto nº 5.233/2004, programa intra-setorial é o que possui ações de responsabilidade de mais de uma unidade administrativa do mesmo órgão.

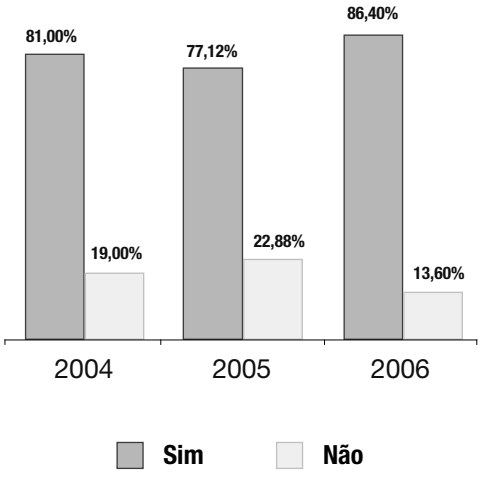
Tecnologia (SigMCT). Como fatores que dificultaram a obtenção de dados, tem-se trocas sucessivas de coordenadores de ação, não preenchimento das metas alcançadas no sistema pelos coordenadores de ação, envolvimento precário entre unidades executoras das ações nos Estados e Municípios e número excessivo de executores. Neste último caso, tem-se o exemplo do Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União, que compreende 350 localizadores distribuídos em todos os órgãos da administração direta e indireta.

Gráfico 26.

Houve disponibilidade de informações por parte da unidade executora da(s) ação(ões)?



Houve integração entre a gerência do programa e a coordenação da(s) ação(ões)?



Fonte: SIGPlan

No que se refere à existência de integração entre a gerência do programa e a coordenação das ações, por sua vez, a percepção foi positiva para 86,4% dos programas em 2006, contra 77% em 2005. Um exemplo dessa boa integração ocorre entre a gerência do Programa Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico e as Superintendências Federais de Agricultura, de forma que são realizadas diversas reuniões e disponibilizadas informações referentes aos resultados alcançados pelos entes executores, além do desenvolvimento de mecanismos que promovam a melhora do tempo de resposta e da qualidade dos dados recebidos.

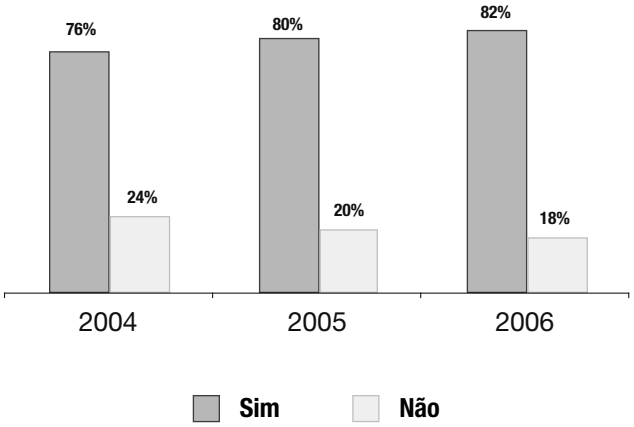
PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Mecanismos de participação social

Os resultados da avaliação mostram que, em 277 programas finalísticos ou de serviços ao Estado, existem mecanismos de participação social. O percentual de programas que possuíam estes mecanismos em 2006 (82%) foi praticamente o mesmo do que em 2005 (80%). Cabe destacar que em 13 órgãos todos os programas possuíram alguma forma de participação da sociedade em 2006, contra 11 no ano anterior[12].

12. Os órgãos em que todos os programas possuem algum mecanismo de participação social são: Câmara dos Deputados, Justiça do Trabalho, Controladoria-Geral da União, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior,

Gráfico 27. Existência de Mecanismos de Participação Social



Fonte: SIGPlan

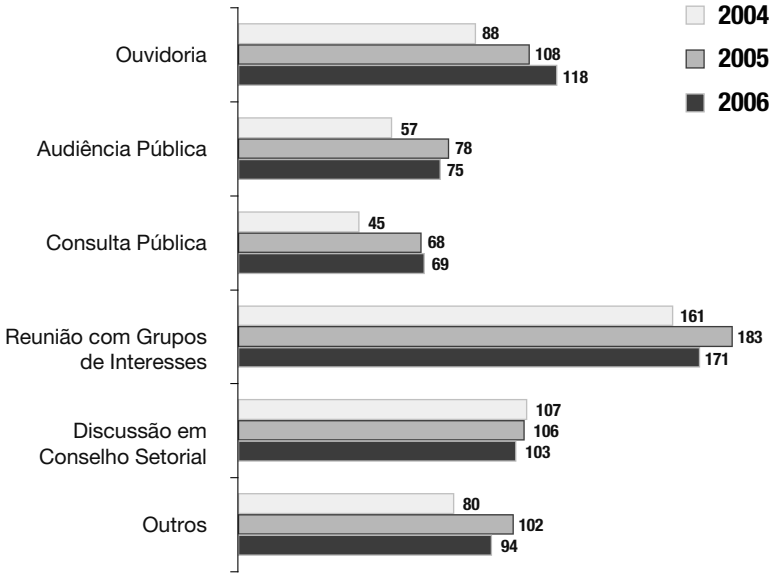
As gerências foram questionadas, ainda, quanto ao tipo de mecanismo de participação social adotado na gestão dos seus programas. Quarenta e nove por cento destes promoveram reuniões com grupos de interesses, a modalidade mais utilizada de interação com a sociedade, congregando diversos tipos de evento, de caráter permanente ou mediante demanda das entidades representativas de beneficiários e executores de programas, para discussão de objetivos, aperfeiçoamento da coordenação de programas e também para solução de conflitos ou simplesmente para a divulgação de ações. Essa forma de participação foi seguida do funcionamento de Ouvidorias que atendem a 34% dos programas do PPA, modalidade que apresentou aumento em sua utilização, num incremento de 9% em relação ao total de programas. As Ouvidorias em geral se valem de diversos meios de comunicação para prestar informações, solucionar dúvidas e receber críticas, sugestões e denúncias do público. O mais comum é que haja apenas uma instituição desse tipo em cada órgão ou entidade públicos, mas também há casos em que uma Ouvidoria atende apenas a um programa ou política setorial, como a Ouvidoria do Sistema Único de Saúde e a Central de Atendimento Fome Zero.

A realização de consultas públicas tem sido utilizada para colher contribuições do público e identificar interesses, sobretudo, quando da elaboração de políticas e proposição de inovações em normas e regulamentos para a implementação de programas. Seu grau de utilização se manteve estável, sendo adotada por 20% do total de programas, num discreto aumento em relação ao ano de 2005 (18% dos programas). A realização de Audiências Públicas se manteve estável (utilizada em 20% dos programas) e são parte integrante de alguns procedimentos estabelecidos em lei, como é o caso do licenciamento ambiental e licitação de obras que interferem no bem-estar da sociedade e implicam discussão aberta ao público, ao passo que as consultas públicas muitas vezes são realizadas por meios de comunicação. A avaliação mostra que há casos em que ocorrem por demanda do Ministério

Ministério do Turismo, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas da União.

Público e também do Congresso Nacional, além da iniciativa dos próprios órgãos.

Gráfico 28. Número de Programas por Mecanismos de Participação Social Adotados



Fonte: Sigplan
***Pode ter sido informado mais de um mecanismo de participação social em um mesmo programa.**

Também se manteve estável a discussão no âmbito dos conselhos setoriais, como mecanismo de participação social para cerca de 19% dos programas do PPA 2004-2007.

As equipes gerenciais informaram, ainda, a adoção de outros mecanismos de participação em 94 programas (27%), tais como canais de contato na Internet, seminários e fóruns de debates, comissões, comitês gestores e câmaras setoriais, centrais de atendimento e ações sócio-educativas, entre outros.

CONCLUSÃO

Este relatório apresentou uma visão agregada das avaliações dos Programas no exercício de 2006. No período de 2004 a 2006, verifica-se uma evolução nos resultados alcançados, permanecendo, no entanto, muitos desafios pertinentes ao desenho e à gestão dos programas e dos órgãos da administração pública federal.

Procurou-se fazer poucas alterações no roteiro de avaliação adotado nos anos de 2004, 2005 e 2006, de forma a propiciar uma visão evolutiva dos resultados e problemas apresentados.

Alguns quesitos de importância para a gestão por resultados mostraram pouca evolução ao longo desses anos como, por exemplo, a definição de indicadores. O desenvolvimento de bons indicadores que possam mensurar os resultados dos programas, a um custo razoável, não é tarefa simples. As causas para a não apuração dos índices dos indicadores em 2006 apontam para a inexistência periódica de dados que compõem a fórmula de cálculo do indicador e a sua inadequação na medição do alcance do objetivo do programa. Alguns Ministérios têm recorrido a estudos específicos e outros necessitam de informação com apuração mais freqüente para poderem contar com indicadores mais apropriados na programação.

Uma outra questão retratada com certa freqüência pelas gerências dos programas refere-se à insuficiência das ações para o enfrentamento do problema ou da demanda da sociedade que originou o programa. Essa dificuldade refere-se ao desenho do programa e vem sendo vislumbrada em anos anteriores. Em vista disso, o Ministério do Planejamento tem desenvolvido esforços em conjunto com as equipes gerenciais na construção do modelo lógico dos programas, permitindo uma análise mais detalhada sobre a teoria do programa e as relações de causalidades entre as ações e as causas do problema que as originou e a mensuração por indicadores.

Além da insuficiência das ações, têm sido relatadas dificuldades que prejudicam o cumprimento das metas físicas previstas, tais como paralisações de obras pelo órgão de controle externo, demora na aprovação de licenças ambientais e dificuldades na celebração de convênios.

Deve-se observar o desempenho na execução das ações descentralizadas, que têm sido prejudicadas, por exemplo, por atrasos na liberação de recursos aos Estados. Da mesma forma, é preciso atentar para a implementação dos programas intra-setoriais, embora tenha aumentado gradualmente a percepção positiva sobre o desempenho das ações executadas em outras unidades administrativas. O aspecto mais sensível, todavia, refere-se a multissetorialidade, tendo em vista que a execução das ações executadas por outros Ministérios foi considerada baixa ou muito baixa em cerca de 33% dos programas em 2006, ainda que tenha havido evolução em relação a 2004. Tais fatos constituem-se em desafios ao modelo de gestão do PPA no tratamento de temas como a descentralização, intra-setorialidade e multissetorialidade.

A questão da transversalidade, sob a ótica das equipes gerenciais, apresentou uma evolução, com destaque para os Ministérios da área social, embora pela análise qualitativa das respostas se evidenciou pouco conhecimento em relação ao conceito de transversalidade por parte dos gerentes dos programas. Como procedido em 2005, as respostas dos gerentes sobre essa questão são enviadas aos órgãos responsáveis pelos temas transversais para subsidiar a gestão e implementação das políticas que considere as perspectivas de gênero, raça, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e jovens, objeto dessa avaliação.

Algumas restrições à implementação dos programas ainda persistem nas avaliações dos anos 2004, 2005 e 2006, em grande parte dos programas do Plano, como exemplo o contingenciamento orçamentário e o fluxo de liberação de recursos financeiros ao final do exercício.

A análise das respostas relativas à adequação ou não de recursos humanos, materiais e de infra-estrutura disponíveis nas equipes gerenciais e executoras auxilia a gestão dos recursos nos órgãos setoriais e a atuação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Enfim, esses são alguns dos aspectos que são evidenciados nessa visão abrangente do conjunto dos programas avaliados e de cada órgão setorial. A leitura deste documento pode ser complementada e melhor ilustrada com a leitura das avaliações de cada programa de responsabilidade dos Ministérios e das Secretarias Especiais.

Com as informações fornecidas pelas gerências de cada programa, o Governo e a sociedade podem conhecer os resultados, as dificuldades e os avanços obtidos na implementação das políticas públicas no ano de 2006.



AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Abastecimento Agroalimentar

Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Orgânico

Desenvolvimento da Avicultura

Desenvolvimento da Bovideocultura

Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura

Desenvolvimento da Economia Cafeeira

Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta

Desenvolvimento da Horticultura

Desenvolvimento da Suideocultura

Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais

Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas

Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro

Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural

Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau

Manejo e Conservação de Solos na Agricultura

Minimização de Riscos no Agronegócio

Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social

Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio

Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), foram utilizados **R$ 4.493.654.093,00** na execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 6.078.966.678,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 4.493.654.093,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**-**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 6.078.966.678,00**	**Total realizado:**	**R$ 4.493.654.093,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MAPA não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 323.379.360,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 270.035.927,00**.

PRINCIPAIS RESULTADOS

AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

• O agronegócio brasileiro é eficiente e competitivo. Responde por um em cada três reais de renda gerados no País e contribui decisivamente para o *superavit* da balança comercial. O setor abrange 28% do PIB, 36% das exportações e 37% dos empregos. Este setor tem sido o alavancador da melhoria de vida das populações do interior do País e baluarte da conquista efetiva do Território Nacional, especialmente das regiões de fronteira agrícola do Centro-Oeste e do Norte do País. Em 2006, o agronegócio brasileiro foi responsável pelo abastecimento regular (em quantidade e preço) do mercado interno de alimentos, fibras, madeira e agroenergia;

• O aumento da eficiência produtiva pelos produtores rurais, com o apoio do MAPA, permitiu que os preços dos alimentos permanecessem em níveis baixos, favorecendo o consumo das camadas mais pobres da população brasileira. Contribuiu também para o controle da inflação;

• Em relação à produção de grãos, embora com menor intensidade em relação a 2005, ocorreram problemas climáticos em algumas regiões do Brasil, o que afetou a produção. Entre 2005 e 2006, a produção elevou-se em 5,3%. Esse aumento foi proporcionado exclusivamente pela produtividade cujo crescimento foi de 9,1%, enquanto a área sofreu redução de 3,55% entre 2005 e 2006;

• Os preços agrícolas nestes dois anos não foram favoráveis para os produtores, o que se refletiu na renda agrícola, medida em termos de valor bruto da produção. O decréscimo de renda agrícola real foi de 0,42% entre 2005 e 2006, sendo que este comportamento deveu-se especialmente ao decréscimo dos preços;

• A pecuária apresentou crescimento elevado na produção de carnes de bovinos e suínos. A produção de carne bovina cresceu 10,23% entre 2005 e 2006, enquanto a carne suína teve aumento de 5,76%. Este crescimento reflete, nos dois casos, o crescimento do mercado interno e das exportações desses produtos;

• Além disso, são setores que têm passado pela incorporação de novas tecnologias que permitiram ganhos de produção e de produtividade. A carne de frango teve comportamento mais modesto que as demais, mas isso se deveu à reação dos mercados internacionais à influenza aviária;

• As exportações do agronegócio em 2006 totalizaram US$ 49,42 bilhões, recorde histórico para o setor. Em relação a 2005, as exportações apresentaram um aumento de US$ 5,83 bilhões, representando uma taxa de crescimento de 13,4%. Com isso, as exportações do agronegócio corresponderam a 36% das exportações totais brasileiras no período, de US$ 137,4 bilhões. As importações totalizaram US$ 6,9 bilhões em 2006, apresentando uma variação de 31% em relação a 2005. A balança comercial do agronegócio registrou um *superavit* de US$ 42,73 bilhões em 2006, recorde histórico. Ainda em termos de contribuição para o aumento das exportações em 2006, destacaram-se os acréscimos das vendas externas dos seguintes setores:

a) produtos florestais (9,4%; de US$ 7,2 bilhões para US$ 7,9 bilhões);
b) carnes (5,5%; de US$ 8,2 bilhões para US$ 8,6 bilhões);
c) café (14,8%; de US$ 2,9 bilhões para US$ 3,4 bilhões);
d) cereais, farinhas e preparações (147%; de US$ 292 milhões para US$ 722 milhões);
e) couros e produtos de couro (13,7%; de US$ 3,1 bilhões para US$ 3,5 bilhões);
f) sucos de frutas (32,4%; de US$ 1,2 bilhão para US$ 1,6 bilhão);

• No que se refere às importações, em 2006 houve um crescimento de 31%, passando de US$ 5,11 bilhões para US$ 6,69 bilhões. Os produtos que se destacaram pelo incremento das importações foram:

a) trigo (52%; de US$ 649 milhões para US$ 989 milhões);
b) borracha natural (43%; de US$ 269 milhões para US$ 385 milhões);
c) arroz (35%; de US$ 129 milhões para US$ 174 milhões);
d) algodão (144%; de US$ 41 milhões para US$ 101 milhões);
e) milho (37,80%; de US$ 57 milhões para US$ 79 milhões).

ABASTECIMENTO INTERNO

• Para a melhoria do abastecimento interno e a redução dos entraves à comercialização, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) utiliza os seguintes instrumentos de intervenção: o Valor de Escoamento do Produto (VEP), o Prêmio de Escoamento do Produto (PEP), Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP), Prêmio para Equalização do Valor de Referência da Soja em Grãos (PESOJA) e Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO);

• Em 2006, o desempenho dos diversos instrumentos de intervenção foi:

a) VEP: negociadas 386 mil toneladas no montante de R$ 106,7 milhões para abastecimento de alguns dos Estados do Norte (AM, PA e TO), Sudeste (ES e MG) e Nordeste (AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN e SE);
b) PEP: negociadas 3,98 milhões de toneladas de algodão, arroz, milho e trigo no valor de R$ 330,6 milhões, atendendo às Regiões Sul e Centro-Oeste, dos quais R$ 181,8 milhões já foram pagos, negociados, ainda, via PEP, 5,5 mil litros de vinho vinífera, resultando em desembolso de R$ 3,6 milhões;
c) PROP: negociadas na Região Sul, Sudeste (SP e MG), Centro-Oeste, Nordeste (BA, MA, e PI) e Norte (PA, RO), 3,98 milhões de toneladas de arroz, milho, raiz de mandioca e soja no valor de R$ 329 milhões, sendo liquidado o montante de R$ 173,4 milhões;
d) PESOJA: as regiões atendidas foram o Sudeste (MG), o Centro-Oeste (MS, GO, DF e MT), o Norte (RO, TO e PA) e Nordeste (BA, MA e PI) com um total negociado de 5,2 milhões de toneladas, no valor de R$ 360,2 milhões, liquidados R$ 81,3 milhões;
e) PEPRO: negociadas 6,03 milhões de toneladas de algodão, milho e soja no valor de R$ 658,4 milhões, nas Regiões Sudeste (SP e MG), Centro-Oeste, Norte (RO, TO e PA) e Nordeste (BA, MA e PI), sendo liquidado R$ 80,7 milhões;

• Quanto à formação dos estoques públicos, as aquisições em 2006 foram de 2,6 milhões de toneladas de produtos agrícolas, sendo que os custos de aquisição e manutenção dos estoques atingiram um montante de R$ 938,5 milhões. No que tange à venda dos produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), foram colocadas no mercado cerca de 2,88 milhões de toneladas de produtos agrícolas por meio de leilão eletrônico, arrecadando R$ 680,5 milhões. Pelo Programa Vendas em Balcão foram comercializadas 98,9 mil toneladas de milho em grãos e 631 toneladas de arroz em casca, beneficiando diretamente 27,2 mil pequenos produtores rurais e agroindústrias de pequeno porte;

• O Governo Federal desembolsou mais de R$ 2,7 bilhões no apoio direto à comercialização de 21,7 milhões de toneladas de algodão, arroz, feijão, milho, semente de soja, soja, sisal, sorgo, fécula de mandioca e trigo. Os desembolsos incluíram R$ 938,5 milhões em aquisições do Governo Federal (AGF) e manutenção de estoques, R$ 330,6 milhões por meio do PEP, R$ 329 milhões em PROP, R$ 658,4 milhões em PEPRO e R$360,2 milhões para o PESOJA. A atuação do Governo Federal no apoio à comercialização contribuiu para minimizar a queda de renda resultante dos baixos preços dos produtos agrícolas;

• Na função de agente operacional Programa Fome Zero, a Conab vem atuando decisivamente em ações de combate à insegurança alimentar e nutricional nos mais diversos segmentos. Dentre essas atividades desenvolvidas em 2006 merecem destaque:

a) distribuição de mais de 1,8 milhões de cestas de produtos, equivalentes a 40.900 toneladas de alimentos básicos, atendendo comunidades indígenas,

remanescentes de quilombos, comunidades de terreiros, atingidos por barragens, famílias acampadas, populações vitimadas por calamidades públicas, incluindo ajuda humanitária internacional;

b) doação de 25.200 toneladas de produtos básicos, originários de aquisições da agricultura familiar, para suprimento de programas e ações de suplementação alimentar desenvolvida por agentes públicos, entidades assistenciais e bancos de alimentos;

c) aquisição, guarda e distribuição de 20 *kits* banco de alimentos aos Municípios selecionados pelo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), incluindo supervisão quanto à sua instalação e operação.

• Foram desenvolvidas ações voltadas à organização e ao fortalecimento do comércio varejista de pequeno porte por meio da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos (REFAP) e do alinhamento sistêmico de mercados atacadistas que atuam com produtos hortigranjeiros por meio do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort);

• Até dezembro de 2006, a Conab executou R$ 200,4 milhões com as operações do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Destes, R$ 132,2 milhões foram repassados à Conab por meio de Convênio firmado com o MDS e R$ 68,2 milhões foram repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), autorizados pela Portaria nº 02/2006. Com esses recursos, a Conab adquiriu 46.000 toneladas de produtos, beneficiando 87.000 agricultores familiares e cerca de 4,2 milhões de pessoas que receberam a doação de alimentos.

POLÍTICA AGRÍCOLA

• Estruturalmente, uma das prioridades da Política Agrícola para fomentar a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio nacional tem sido elevar a oferta de crédito à produção, com destaque para o Plano Agrícola e Pecuário. O montante de recursos do crédito rural oficial mais do que dobrou nos três últimos anos, atingido a marca de R$ 50 bilhões na Safra 2006-2007, sem contar os R$ 10 bilhões destinados ao financiamento da agricultura familiar. O volume de recursos para custeio e comercialização, a juros controlados, superou em 44% o da safra 2005-2006, atingindo 73% de todo o crédito rural oficial disponível para essas finalidades;

• Na Safra 2006-2007, 81% do total de recursos disponibilizados pelo crédito rural à agricultura (empresarial e familiar) possuem taxas de juros controladas, contra 77% na Safra passada. Além do reforço ao crédito rural oficial, medidas estão sendo adotadas para ampliar a capacidade de financiamento privado à produção;

• No aprimoramento das políticas de apoio à comercialização, o Governo tem promovido um conjunto de ações para estreitar a cooperação e a coordenação entre os elos das cadeias produtivas, com o fim de garantir preços e renda aos produtores rurais. O objetivo é modernizar os instrumentos de intervenção no mercado, proporcionando a máxima eficiência na aplicação dos recursos públicos e a atração de recursos privados para o apoio à comercialização. Nesse sentido, com o amparo da Lei nº 8.427 de 27.5.1992,

Lei nº 9.848 de 26.10.1999 e da Lei nº 11.076 de 30.12.2004, foi instrumentalizado o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO), que é uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência Estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador Arrematado em Leilão, obedecida a legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço (ICMS) em cada Estado da Federação.

MINIMIZAÇÃO DE RISCOS RURAIS

• Na Política de Gestão e Minimização de Riscos Rurais Associados às Adversidades Climáticas, deu-se continuidade às ações de meteorologia e climatologia, ao zoneamento agropecuário e ao seguro rural. As ações de meteorologia e climatologia se caracterizam por maior acurácia e celeridade na coleta dos dados, melhorando o monitoramento das ocorrências meteorológicas e climáticas, das previsões do tempo e clima, bem como a disseminação antecipada de alertas e avisos. Buscando o aprimoramento da meteorologia nacional, os recursos oriundos do orçamento do MAPA, em conjunto com os recursos do Projeto-Piloto de Investimentos (PPI/MCT/INMET), viabilizaram a aquisição de 420 novas estações meteorológicas automáticas por meio de processo licitatório internacional, com substancial redução de custos para o País; estão em fase de instalação no exercício de 2006 e finalização do processo de instalação e operacionalização no exercício de 2007. A Rede passará a contar com 400 Estações Convencionais e mais 500 Estações Meteorológicas Automáticas, além das 12 Estações de Radiossondagens. O citado incremento tecnológico permitirá a ampliação em oito vezes da coleta e transmissão de dados, com medições em tempo real, 24 horas por dia (uma a cada hora), com dados transmitidos diretamente pelo satélite Brasilsat;

• O zoneamento agropecuário de risco climático visa a indicar a melhor época de plantio das culturas para cada Município, correlacionada ao ciclo das cultivares e ao tipo de solo, com o objetivo de minimizar a chance de que as adversidades climáticas coincidam com a fase mais sensível das culturas. Esses estudos foram ampliados em 2006, tendo sido realizados 220 zoneamentos. As culturas que possuem zoneamento agrícola são: algodão, arroz, banana, café, caju, cevada, feijão, feijão caupi, mamona, mandioca, maçã, milho, soja, sorgo, trigo e uva;

• O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural foi ampliado de forma a amparar, além da modalidade agrícola, as modalidades de seguro pecuário, de florestas e aqüícola. De sete culturas beneficiadas em 2005, o Programa passou a amparar todas as culturas desenvolvidas pelos produtores rurais que contam com produtos de seguro aprovados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Os limites financeiros, que, em 2005, eram de R$ 12.000,00 para frutas e de R$ 7.000,00 para as demais culturas, foram elevados para R$ 32.000,00 em 2006, possibilitando ao produtor que tem atividades diversificadas ser beneficiado com subvenção de até R$ 192 mil. Ao Programa de Subvenção foram destinados, em 2006, recursos da ordem de R$ 60,9 milhões.

NEGOCIAÇÕES E COMÉRCIO INTERNACIONAL

• O País marcou presença em reuniões da Organização Mundial de Comércio (OMC), nas Reuniões Ministeriais do G-20 e do Grupo de Cairns;

• Nos acordos comerciais bilaterais, houve avanços significativos nas negociações do Mercosul relativas a:

a) área de livre comércio com Israel e com o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG);
b) acordo de preferências com a União Aduaneira Sul-Africana (SACU) e aprofundamento do acordo com a Índia;
c) retomada das negociações com a União Européia (UE), sendo a agricultura o tema central;

• No âmbito da integração regional, fortaleceram-se reuniões de monitoramento de comércio bilateral com Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Peru, no intuito de solucionar problemas que dificultam o aumento do comércio do Brasil com esses países. A Venezuela incorporou-se em 2006 como membro pleno do Mercosul. Sua adesão aos compromissos do Bloco está sendo negociada por um grupo *ad hoc*;

• O MAPA participou da elaboração das alterações do decreto que trata do registro de agroquímicos por equivalência, visando a aumentar a competitividade do agronegócio e da agricultura familiar. Também, criaram-se e consolidaram-se fóruns bilaterais de discussão de temas agropecuários, os Comitês Consultivos Agrícolas (CCA). Em 2006, foram criados CCAs com Índia, África do Sul e Canadá. Propostas foram igualmente encaminhadas para Rússia, Israel e Indonésia. Houve negociações para superar barreiras de natureza sanitária. Como resultado, obteve-se acesso a mercados diversos, dentre outros, dos Estados Unidos da América (carne suína processada e mamão papaia); China (lácteos, carne bovina e de aves); Equador (algodão); Colômbia (sêmen e embriões); Ucrânia (carnes bovina e suína). Houve sucesso, também, em gestões realizadas junto à Rússia para liberação à exportação de carne bovina e suína para aquele país. O MAPA recebeu, ainda, missões estrangeiras de inspeção visando à habilitação de estabelecimentos brasileiros à exportação;

• Promoveu-se aproximação estratégica com Portugal e Espanha visando a entender a aplicação dos requisitos sanitários europeus nos Estados Membros da UE, incluindo-se estreitamento da colaboração entre técnicos de ambos os países e desenvolvimento de projetos de cooperação técnica, sendo dois especialmente importantes: laboratórios e pescado;

• No âmbito multilateral, destaca-se a defesa da implementação do princípio da regionalização das questões sanitárias. O MAPA divulgou os controles em exercício sobre os recentes focos de febre aftosa e nas barreiras criadas por parceiros internacionais na comercialização de produtos do agronegócio brasileiro. No Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC, foram notificados mais de 100 regulamentos nacionais;

• As atividades de promoção comercial focalizaram produção e divulgação de informações sobre comércio exterior, organização interna para exportação e realização de eventos no exterior. Desenvolveu-se também sistema de informação do comércio

exterior do agronegócio brasileiro, o AgroStat Brasil, o qual já conta com mais de 1.600 usuários cadastrados;

• A área de integração para exportação intensificou o desenvolvimento do Programa de Integração do Agronegócio para Exportação, composto dos projetos:

a) Fomento da Exportação - AgroEx;
b) Formação da Cultura de Integração Contratual;
c) Manual de Procedimentos para Exportação;
d) Desenvolvimento da Integração Contratual;

• Na realização de eventos externos, cabe citar:

a) Campanha de Promoção do Alimento Brasileiro na Copa do Mundo na Alemanha;
b) eventos sobre biocombustíveis na Holanda: mesa redonda técnica para instituições públicas e universidades e seminário para empresários e imprensa;
c) missão prospectiva à França por ocasião do Salão Internacional de Alimentação (Sial), com representantes de setores exportadores do agronegócio brasileiro;
d) apoio ao seminário sobre energias renováveis, em Lyon, França, em parceira com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), para divulgar a experiência brasileira com biodiesel e etanol;

• Publicou-se também material para promoção institucional do agronegócio brasileiro no exterior, em particular, a sistematização de dados, especialmente nas questões ambientais e sociais, de forma a municiar as Representações Diplomáticas do Brasil com informações sobre a sustentabilidade do agronegócio brasileiro.

DEFESA AGROPECUÁRIA

• Para manter a produção e a exportação de produtos de origem animal e vegetal, destinados a quaisquer fins, é preciso forte investimento nos serviços governamentais de defesa, inspeção e fiscalização sanitária e fitossanitária e no apoio laboratorial, qualidade de produto, agregação de valor e desenvolvimento tecnológico. Nos últimos três anos, o reconhecimento da qualidade do Serviço de Inspeção Federal (SIF) por autoridades sanitárias internacionais - Canadá, UE e Estados Unidos - assegurou o aumento das exportações. O esforço da área vegetal garantiu a manutenção das exportações de soja para a China e de manga para o Japão e Estados Unidos. Hoje o Brasil é responsável por 38% da soja, 82% do suco de laranja, 29% do açúcar, 28% do café em grãos, 44% do café solúvel e 23% do tabaco consumidos mundialmente;

• No momento, é muito importante a continuidade das ações direcionadas à manutenção do *status* sanitário vigente nas áreas vegetal e animal, frente à ameaça de doenças não existentes. Nesse sentido, serão intensificadas medidas preventivas contra a entrada no País de enfermidades como a doença da vaca louca (BSE), influenza aviária e demais pragas e doenças exóticas de animais e vegetais por meio do fortalecimento dos sistemas de fiscalização e de inspeção do trânsito internacional de animais, vegetais e de produtos agropecuários. Foram implantadas 113 Unidades de Vigilância Agropecuária nos portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais.

• No que tange ao combate à febre aftosa, em 2006, salienta-se que o governo destinou R$ 58 milhões para as ações de controle sanitário e de apoio à população das áreas atingidas. Toda região com animais suspeitos de infecção pela febre aftosa foi isolada. Foram montadas dezenas de postos de fiscalização e 35 equipes técnicas foram deslocadas aos Municípios afetados. O abate dos animais doentes e suspeitos foi realizado, bem como o pagamento das indenizações e dos auxílios financeiro e alimentício às famílias que sofreram restrições econômicas em razão do combate à doença;

• Outro aspecto positivo na defesa agropecuária brasileira é a manutenção de um adequado sistema laboratorial agropecuário. Com infra-estrutura, equipamentos, metodologias e gestão condizente, o Brasil mantém um serviço laboratorial competitivo, garantindo o atendimento à demanda interna e o cumprimento dos acordos internacionais;

• Foi implantado em 2006 um laboratório de alta segurança para pesquisa animal. Considerado o mais moderno do País, a Unidade de Segurança Biológica Nível 3+ foi inaugurada em Pedro Leopoldo, na região metropolitana de Belo Horizonte (MG). A comercialização de carne brasileira sem riscos de embargo é o principal motivador dessa implantação, que teve investimentos da ordem de R$ 24 milhões. É fundamental aos países em processo de erradicação de doenças como a febre aftosa, peste suína clássica, doença de Newcastle e a prevenção da influenza aviária, que se constituem nas principais barreiras não-tarifárias ao comércio internacional de animais e seus produtos. Constitui-se em um marco para o Brasil.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

• O fomento à pesquisa, à produção e à geração de novas tecnologias são áreas priorizadas pelo Governo Federal. A biotecnologia, a nanotecnologia, a engenharia genética e a agroenergia formaram bases para mecanismos de competitividade, importantes diferenciais do País, que, aplicados às cadeias agroindustriais, são capazes de agregar valor aos produtos finais, beneficiando fortemente as indústrias alimentar, farmacêutica, energética e química. Em 2006, o Governo Federal envidou esforços para o estabelecimento de nova política institucional sobre inovação tecnológica e propriedade intelectual na agropecuária nacional. Pesquisas para aplicações de biotecnologia e nanotecnologia na agricultura alimentar e energética são prioritárias, assim como aquelas que auxiliem a prevenção e o controle de pragas e doenças exóticas;

• Em 2006, o Governo Federal trabalhou com uma carteira de 808 projetos de P&D em temas estratégicos e inovadores. Por meio de parcerias, a Embrapa manteve o pioneirismo em áreas como a biotecnologia, a clonagem de animais, o seqüenciamento genético e o lançamento de cultivares adaptadas às diversas regiões do País. Até o momento, foram geradas 47 novas cultivares, realizados 136 monitoramentos e zoneamentos agropecuários, lançadas 47 novas metodologias científicas de trabalhos, criados 39 novos processos agropecuários, lançados 46 novos *softwares*, além de sete novas estirpes ou variedades de microorganismos. Também por meio das ações de pesquisa, contribuiu-se para o desenvolvimento do agronegócio em bases sustentáveis, bem como para o planejamento de ações voltadas para o desenvolvimento territorial;

• Ainda em 2006, foram desenvolvidos temas da maior importância para o cenário nacional e internacional. Agroenergia é o principal deles. Ressalta o papel da Embrapa em relação à nova matriz energética mundial. A Embrapa tem um papel claro nesta questão e não pode ficar de fora das discussões. Levando isso em consideração, foi criada a Embrapa Agroenergia, cuja missão é a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação de produtos tecnológicos para a nova matriz energética com base na agricultura;

• No desenvolvimento da agroenergia, o principal desafio da Embrapa é a criação das Empresas de Propósito Específico (EPE). É uma necessidade para a estruturação de redes, como a rede do Etanol e a rede do Biodiesel. Destaca-se ainda a criação do Marco Referencial em Agroecologia, a plataforma de agroecologia, as pesquisas em biologia avançada, os trabalhos em aqüicultura, o sistema de integração lavoura-pecuária-floresta e a participação da Embrapa no banco de proteção de cultivares, que representa cerca de 31%;

• As Ações em Transferência de Tecnologia, Difusão e Cooperação Internacional, também tiveram ênfase em 2006. Nesse último tópico, destaque para a criação do escritório da Embrapa na África e dos Labex Europa na França e Holanda,

• No que diz respeito ao desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau, destaca-se como principais ações desenvolvidas em 2006, o lançamento de 18 clones de cacau resistentes ao fungo *Crinipellis perniciosa*, causador da doença vassoura-de-bruxa, assim como a implantação do Centro de Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica de Frutas Tropicais, que tem difundido e treinado o agricultor/empresário no aproveitamento integral do cacau e outras frutas. Referente à qualificação tecnológica dos recursos humanos, concretizou-se a formação de 406 profissionais de nível médio (técnicos em Agropecuária, Tecnologia de Alimentos/Agroindústria, Agrimensura, Hotelaria e Turismo e Ensino Médio) através das Escolas Médias de Agropecuária Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac/EMARCs) nos Estados da Bahia e de Rondônia. Realizaram-se também o treinamento para 32.028 agricultores, gerentes, administradores e trabalhadores.

FOMENTO AGROPECUÁRIO

• Outro exemplo de medida governamental de promoção da competitividade da agropecuária é o Programa de Desenvolvimento da Fruticultura, que objetiva elevar os padrões de qualidade das frutas ao patamar de excelência requerido pelos mercados, tais como: sustentabilidade econômica, social e ambiental, rastreabilidade, racionalização do uso de agroquímicos, água e combustível. No contexto desse Programa, institucionalizaram-se 14 Normas Técnicas Específicas de Produção Integrada (PIF) das seguintes espécies: maçã, manga, uva, melão, citros, mamão, banana, caju, maracujá, figo, goiaba, coco, pêssego e caqui;

• Além dos projetos de PIF estão implantados e em andamento os projetos de:

a) Produção Integrada de Soja no Paraná;
b) Arroz Irrigado no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins;
c) Café Arábica em Minas Gerais; Amendoim em São Paulo, Ceará e Paraíba;
d) Tomate Indústria em Goiás e Minas Gerais;
e) Tomate Mesa no Espírito Santo;

f) Batata em Minas Gerais;
g) Bovinos de Leite no Paraná;
h) Bovinos de Corte no Mato Grosso do Sul e São Paulo;
i) Bovino de Corte (Integração Lavoura/Pecuária) em Goiás;
j) Caprinos/Ovinos no Ceará;
k) Apicultura em Santa Catarina;

• A implantação do Sistema Agropecuário de Produção Integrada (SAPI) reflete a preocupação do Brasil em ofertar alimentos seguros produzidos de acordo com parâmetros e sistemas de produção sustentável;

• Outra ação do Governo Federal consiste em agregar valor à produção agropecuária por meio da conferência de atributos de sustentabilidade ambiental, social e de outras características que atendam às necessidades e às exigências dos consumidores. Nessa direção, destacam-se: certificação e rastreabilidade de produtos agropecuários, indicação geográfica, produção orgânica e produção integrada;

• Quanto à agricultura orgânica, apesar de ainda responder por tão-somente 3% da área agricultável no mundo, o Brasil possui um grande potencial para ocupar a liderança nesse mercado. O País possui hoje, mais de 15 mil produtores agropecuários numa área aproximada de 800 mil hectares em manejo orgânico;

• Em relação à sustentabilidade ambiental, merece também destaque a inclusão da possibilidade de financiamento de projetos de adequação ao meio ambiente no crédito rural oficial. Nesse sentido, como estímulo à produção rural, podem ser elevados em até 15% os limites dos créditos de custeio para os produtores que comprovem a existência de reserva legal e áreas de preservação permanente previstas na legislação ou que apresentem plano de recuperação com anuência das Secretarias Estaduais do Meio Ambiente ou do Ministério Público. Esse benefício também alcança os produtores rurais que comprovem a prática de integração de lavoura com pecuária.

COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO

• Com o crescimento das exportações do complexo sucroalcooleiro na ordem de 63,9% e o aumento da demanda interna de álcool combustível impulsionada pelas vendas dos veículos do tipo bicombustível, as linhas da atuação do MAPA para 2006 basearam-se em articulação no plano internacional (difusão da experiência brasileira com a produção e uso do álcool combustível), no monitoramento da expansão interna da produção, especialmente os novos projetos que estão sendo instalados e na atuação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Álcool. Na Câmara, um dos assuntos prioritários está relacionado à necessidade de incentivos à co-geração de energia elétrica por meio do bagaço de cana-de-açúcar, buscando privilegiar a adoção de tecnologias mais eficientes;

• Outra área de importante atuação do MAPA é a da agroenergia, com ações de suporte ao desenvolvimento da produção agrícola de biodiesel. Embora na fase atual do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel haja incentivos especiais para a mamona e a palma, consideradas matérias-primas que podem ser produzidas pela agricultura familiar, o MAPA vem se articulando para identificação de alternativas com

potencial para produção em grande escala. Além disso, o MAPA vem mantendo contato com empresas produtoras de equipamentos e empresas do setor sucroalcooleiro, no sentido de apoiar a instalação de produtos de produção de biodiesel em plantas para produção de álcool. Como as unidades sucroalcooleiras são grandes consumidoras de óleo diesel, a produção de biodiesel para autoconsumo seria um meio de reduzir as despesas com o combustível mineral.

EXCELÊNCIA ADMINISTRATIVA

• Dando prosseguimento à reforma administrativa do ano anterior, em 2006, o MAPA concluiu o seu plano estratégico, definindo como missão: promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira. Além da missão, estabeleceu-se uma visão de futuro e 25 objetivos estratégicos para direcionar as ações do Ministério no período de 2006-2015. O objetivo é conduzir o processo de transformação do MAPA em uma organização pública que atenda, eficiente e efetivamente, as demandas de seus públicos de interesse e à sociedade brasileira. O plano foi elaborado segundo a metodologia do *Balanced Scorecard*. Derivados do plano estratégico, o MAPA elaborou um Programa de Capacitação dos seus funcionários e iniciaram-se cursos de treinamento, objetivando a melhoria dos profissionais do MAPA. O objetivo é maximizar a contribuição de todos para o engrandecimento da agricultura e do agronegócio. Foi ativada a comunicação interna, para que todos os funcionários se sintam partícipes dos objetivos e resultados do MAPA.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

De um modo geral, a estrutura programática do PPA adere à atual estrutura organizacional do Ministério. Contudo, verificam-se algumas imperfeições quanto ao alinhamento das duas estruturas, o que se refere às suas competências e responsabilidades, quais sejam:

a) a distribuição dos programas levando em consideração as cadeias produtivas dificultou a execução das ações de algumas áreas do órgão que têm a responsabilidade por determinados assuntos. Por exemplo, para a área de prevenção e controle de pragas dos vegetais foram criadas ações para pragas específicas, que poderiam ser executadas em uma única ação;

b) após a última reorganização da estrutura funcional do MAPA, foi criada uma área específica para tratar de assuntos relativos à negociação internacional voltada ao agronegócio. Considera-se que a atual estrutura gerencial (número de ações) não retrata adequadamente as atividades desenvolvidas pelo setor, em face da importância do tema para o agronegócio;

c) ainda sob a ótica da recente reestruturação do MAPA, algumas questões não foram devidamente solucionadas no que concerne à delimitação da atuação do MAPA, referendada no atual regimento interno, em comparação com algumas responsabilidades delineadas nos regimentos internos de algumas das empresas vinculadas (superposição);

d) o fato de não se ter algumas funções importantes da agricultura atreladas especificamente aos programas de desenvolvimento das cadeias produtivas traz, como conseqüência, dificuldades na execução de ações e no gerenciamento desses programas (extensão rural, pesca, florestas);

e) a distribuição de limites orçamentários, levando em consideração a estrutura funcional do órgão, sem que se tenha a visão gerencial da alocação e aplicação dos recursos, é incompatível, na maioria dos casos, com qualquer possibilidade de gestão para o alcance dos resultados esperados;

f) o gerenciamento das ações sob a responsabilidade da sua secretaria, bem como a articulação com unidades externas com as quais mantém relações programáticas, cabem ao Secretário Nacional, embora não tenha gerência sobre os recursos referentes a essas ações. Na estrutura gerencial do PPA, no entanto, o gerente do programa é o responsável por todas as ações do programa, independentemente das unidades organizacionais onde as ações estão localizadas.

ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR

OBJETIVO

Contribuir para a expansão sustentável da atividade agropecuária, pela implementação de políticas e mecanismos de apoio à produção, à comercialização, ao armazenamento e ao consumo. Formar e manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno e para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

PÚBLICO-ALVO

Segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, assentados da reforma agrária e famílias em situação de risco nutricional, comunidades tradicionais e do setor varejista.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 7.064.100.112,00	Empenho Liquidado:	R$ 4.364.143.380,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 4.364.143.380,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
R$ 16.391.184.668,00	R$ 18.872.384.430,19	

INDICADORES

1. MARGEM DE DISPONIBILIDADE DE ALGODÃO EM PLUMA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 43
Índice previsto ao final do PPA: 16

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice apurado em 2006 de 43% apresentou um aumento em relação a 2005, uma vez que o consumo aparente de algodão em pluma equivalente a 850 mil toneladas foi inferior e o estoque de passagem (366 mil toneladas) foi superior. Em relação aos estoques públicos, em 31.12.2006, estes representavam 1,36% do estoque final (4,9 mil t) correspondendo a dois dias de consumo.

2. MARGEM DE DISPONIBILIDADE DE ARROZ EM CASCA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 9
Índice previsto ao final do PPA: 9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Em 2006, o consumo de arroz em casca foi de 13 milhões de toneladas contra 12,9 milhões de toneladas em 2005. Os estoques finais registravam 1,2 milhão de toneladas, ou seja, 45% a menos que em 2005. O estoque governamental de 1,1 milhão de toneladas representava 94% do total e corresponde a 31 dias de consumo aparente.

3. MARGEM DE DISPONIBILIDADE DE MILHO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 12
Índice previsto ao final do PPA: 10

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice apurado em 2006 apresentou um aumento em relação a 2005, uma vez que o estoque de passagem (4,5 milhões de toneladas) foi superior. Em relação aos estoques públicos, em 31.12.2006, estes representavam 70,6% do estoque final correspondendo a 31 dias do consumo aparente.

4. MARGEM DE DISPONIBILIDADE DE TRIGO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 4
Índice previsto ao final do PPA: 3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Em 2006, o consumo de trigo em grãos foi de 11 milhões de toneladas apresentando um acréscimo quando comparado a 2005 (6%). Os estoques de passagem registraram um decréscimo correspondente a 62%. Os estoques governamentais (476 mil t) representavam 1,2% do estoque final, correspondendo a menos de um dia de consumo.

Apesar da redução na área cultivada de trigo, impulsionada pelos baixos preços do produto e pelas condições climáticas adversas na época da implantação da cultura (estiagem) e no período de floração e frutificação (geadas), o índice projetado para o final do PPA deverá ser atingido.

5. PRODUÇÃO NACIONAL DE GRÃOS

Unidade de medida: Milhão de toneladas
Índice apurado em 2006: 119,9
Índice previsto ao final do PPA: 152,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

A produção nacional de grãos da safra 2005-2006 foi de 120 milhões de toneladas, contra uma previsão, revisada em maio de 2005, de 121 milhões. A variação, a menor, de 1,25%, foi conseqüência principalmente de problemas climáticos.

Na revisão efetuada, em meados de junho de 2006, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) procedeu a um ajuste nos números previstos indicando que a produção nacional de grãos safra 2006-2007 ficaria em torno de 127 milhões de toneladas. O último levantamento realizado pela Conab, em fevereiro de 2007, registrou uma produção equivalente a 126 milhões de toneladas de grãos, confirmando assim o alcance do número revisado. A previsão do índice ao final do PPA não será alcançada, em função principalmente das questões climáticas e da grave crise agrícola dos dois últimos anos. Apesar disso, a safra 2006-2007 está sendo considerada um recorde de produção de grãos.

6. TAXA DE VARIAÇÃO DA RENDA DOS PRODUTORES AGROPECUÁRIOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: - 3
Índice previsto ao final do PPA: 7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

O índice previsto para o final do PPA não será alcançado, uma vez que o PIB agropecuário apurado nos dois últimos anos apresentou uma redução considerável, não havendo expectativa de reversão que leve ao alcance do número estimado.

7. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 3,79
Índice previsto ao final do PPA: 8,38

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

O índice de referência inicial informado foi de 0,48%, sendo, na oportunidade, elaboradas metas para os anos de 2004 a 2007 (3,3% para 2004; 3,15% para 2005; 5,7% para 2006 e 8,38% em 2007). A partir de 2006, as ações orçamentárias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vinculadas à aquisição de produtos da agricultura familiar foram transferidas para o Programa Acesso à Alimentação, tendo sido criadas, no âmbito do Programa Abastecimento Agroalimentar, duas novas ações sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a mesma finalidade. Considerando que esta alteração foi aprovada após a revisão dos indicadores do PPA para 2006, as projeções ainda levam em conta somente as ações do MDS, cujo volume de recursos destinados às aquisições da Agricultura Familiar é superior ao do MDA. Em 2006, o índice apurado foi de 3,79%, sendo que o total de aquisições da agricultura familiar realizadas pela Conab, via convênio com o MDA, foi de 102 mil toneladas e as demais aquisições governamentais, via Aquisição do Governo Federal (AGF), envolveram 2,6 milhão de toneladas de diversos produtos agrícolas. A expectativa é que o índice do indicador projetado para o final do PPA seja parcialmente atingido.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A agropecuária é uma atividade de risco, sujeita a indefinições climáticas. Além do risco na produção, há também muitas incertezas quanto à comercialização, atingindo mais de perto os segmentos que produzem em menor escala e de forma menos organizada, devido à concorrência dos grandes produtores e criadores e do mercado externo. A presença do governo é fundamental para garantir a permanência do homem no campo, reduzindo o êxodo rural e as tensões sociais, além de disponibilizar maior quantidade de alimentos para suprir carência alimentar, e ainda contribuir para a estabilidade do sistema econômico e a oferta de alimentos para a população, além de assegurar aos produtores rurais preços mínimos de comercialização.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aquisição de 2,6 milhões de toneladas, via AGF, sendo:

a) 387 t de algodão em pluma;
b) 307,41 mil toneladas de arroz em casca;
c) 2,22 milhões de toneladas de milho em grãos;
d) 17.148 t de sorgo;
e) 968 t de fécula;
f) 382 t de sisal;
g) 31.894 t de trigo em grãos;
h) 2.992 toneladas de feijão;

• Aquisições de Alimentos da Agricultura Familiar, 102 mil toneladas de produtos por meio de convênio do MDA com a Conab, tendo sido beneficiados 13.983 agricultores familiares pela aquisição de 45.661 toneladas de alimentos pelo instrumento da Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) utilizadas para a formação de estoque estratégico. Pela Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar, foram adquiridas 56.656 toneladas de produtos, envolvendo 13.271 agricultores familiares;

• Valor de Escoamento do Produto (VEP): negociadas 386 mil toneladas no montante de R$ 107 milhões para abastecimento de alguns Estados do Norte (AM, PA e TO), Sudeste (ES e MG) e Nordeste (AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN e SE);

• Prêmio de Escoamento do Produto (PEP): negociadas 4 milhões de toneladas de algodão, arroz, milho e trigo no valor de R$ 330 milhões, atendendo às Regiões Sul e Centro-Oeste, dos quais R$ 182 milhões já foram pagos; negociados, ainda, via PEP, 5.500 litros de vinho vinífera, resultando em desembolso de R$ 3,6 milhões;

• Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP): negociado na Região Sul, Sudeste (SP e MG), Centro-Oeste, Nordeste (BA, MA, e PI) e Norte (PA, RO), 4 milhões de toneladas de arroz, milho, raiz de mandioca e soja no valor de R$ 329 milhões, sendo liquidado o montante de R$ 173 milhões;

• Prêmio para Equalização do Valor de Referência da Soja em Grãos (PESOJA), as regiões atendidas foram Sudeste (MG), Centro-Oeste (MS, GO, DF e MT), Norte (RO,

TO e PA) e Nordeste (BA, MA e PI) com um total negociado de 5,2 milhões de toneladas, no valor de R$ 360 milhões, liquidados R$ 81 milhões;

• Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO): negociadas 6 milhões de toneladas de algodão, milho e soja no valor de R$ 658 milhões, nas Regiões Sudeste (SP e MG), Centro-Oeste, Norte (RO, TO e PA) e Nordeste (BA, MA e PI), sendo liquidado R$ 81 milhões;

• As ações do Banco do Brasil superaram a programação em 8%, em termos financeiros, encerrando 2006 com R$ 16,4 bilhões. O maior volume de recursos foi aplicado na concessão de crédito rural, quando foram firmados 225 mil contratos ao custo total de R$ 9,5 bilhões. Também se destacaram as Operações com Cédula do Produtor Rural, que envolveram a comercialização de 37.372 contratos e R$ 2,5 bilhões;

• O Banco do Nordeste S.A. firmou 609 mil contratos de concessão de crédito rural, envolvendo R$ 2,4 bilhões o que representou um acréscimo de 203% na programação financeira inicial.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Em relação à obtenção dos resultados alcançados, o ano de 2006 foi marcado pelo agravamento da crise agrícola vivenciada nos dois últimos anos-safra, sendo que os resultados obtidos pelo Programa contribuíram para que esta situação fosse amenizada, com ênfase nas ações de concessão de crédito rural e de apoio à comercialização de produtos agropecuários, promovendo a garantia e sustentação de preço e renda ao produtor rural.

Quanto à formação dos estoques públicos, as aquisições em 2006 foram de 2,6 milhões de toneladas de produtos agrícolas, sendo que os custos de aquisição e manutenção dos estoques atingiram um montante de R$ 939 milhões. No que tange à venda dos produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), foram colocadas no mercado cerca de 2,88 milhões de toneladas de produtos agrícolas, por meio de leilão eletrônico, arrecadando R$ 681 milhões. Pelo Programa Vendas em balcão foram comercializadas 99 mil toneladas de milho em grão e 631 toneladas de arroz em casca, beneficiando diretamente 27 mil pequenos produtores rurais e agroindústrias de pequeno porte.

O Governo Federal desembolsou mais de R$ 2,7 bilhões no apoio direto à comercialização de 22 milhões de toneladas de algodão, arroz, feijão, milho, semente de soja, soja, sisal, sorgo, fécula de mandioca e trigo. Os desembolsos incluíram R$ 939 milhões em AGF e manutenção de estoques, R$ 330 milhões por meio do PEP, R$ 329 milhões em PROP, R$ 658 milhões em PEPRO e R$ 360 milhões para o PESOJA. A atuação do governo no apoio à comercialização contribuiu para minimizar a queda de renda resultante dos baixos preços dos produtos agrícolas.

Na função de agente operacional do Programa Fome Zero, a Conab vem atuando decisivamente em ações de combate à insegurança alimentar e nutricional nos mais diversos segmentos. Dentre essas atividades desenvolvidas em 2006 merecem destaque:

a) distribuição de mais de 1,8 milhões de cestas de produtos, equivalente a 41 mil toneladas de alimentos básicos, atendendo comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, comunidades de terreiros, atingidos por barragens, famílias acampadas, populações vitimadas por calamidades públicas, incluindo ajuda humanitária internacional;
b) doação de 25 mil toneladas de produtos básicos, originários de aquisições da agricultura familiar, para programas e ações de suplementação alimentar desenvolvidas por agentes públicos, entidades assistenciais e bancos de alimentos;
c) aquisição, guarda e distribuição de 20 kits banco de alimentos aos Municípios selecionados pelo MDS, incluindo supervisão quanto à sua instalação e operação.

Foram desenvolvidas ações voltadas à organização e ao fortalecimento do comércio varejista de pequeno porte por meio da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos (REFAP), e o alinhamento sistêmico de mercados atacadistas que atuam com produtos hortigranjeiros por meio do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort). Até dezembro de 2006, a Conab executou R$ 200 milhões com as operações do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Destes, R$ 132 milhões foram repassados a Conab por meio de convênio firmado com o MDS e R$ 68 milhões foram repassados pelo MDA, pela Portaria nº 02/2006. Com esses recursos a Conab adquiriu 46.000 toneladas de produtos, beneficiando 87.000 agricultores familiares e cerca de quatro milhões de pessoas que receberam a doação de alimentos.

Computadas as ações não-orçamentárias do Banco do Brasil (BB) e do Banco do Nordeste (BNB), a execução foi de 99%, equivalentes a R$ 23,2 bilhões. Considerando somente as ações da Conab, MDA e MF, a execução representou 62% dos recursos disponibilizados, ou seja, R$ 4,3 bilhões do total de R$ 7 bilhões. A não execução total deve-se principalmente ao contingenciamento de recursos impostos ao MDA, e no caso da Conab e do Ministério da Fazenda (MF), as dotações relacionadas às atividades vinculadas à execução da PGPM, quais sejam: Formação de Estoques Públicos (Conab), Equalização de AGF e Garantia e Sustentação de Preços, que têm sua atuação vinculada a vários fatores, especialmente, à conjuntura de mercado dos produtos agropecuários e à disponibilidade financeira do Tesouro Nacional.

As seis ações não-orçamentárias que integram o Programa, sendo cinco sob responsabilidade do BB e uma do BNB, estão diretamente vinculadas ao desenvolvimento e comercialização da produção agrícola. Em 2006, o volume de recursos financeiros aplicados no Programa correspondeu a 81% do total executado, ou seja dos R$ 19 bilhões, R$ 16 bilhões referem-se às ações do BB e R$ 2,4 bilhões ao BNB. As metas programadas para o exercício foram praticamente superadas. No âmbito do BBB, foram comercializados 37.372 contratos relacionados às Operações com Cédula do Produtor Rural, alavancando recursos na ordem de R$ 2,5 bilhões. Visando a minimizar os riscos causados pelas variações de preços agrícolas, o BB comercializou 19.111 contratos via

mercados futuros e de opções, dando a oportunidade ao produtor rural de planejar melhor sua atividade, pela garantia antecipada de preços de comercialização. Por meio do sítio Agronegócios-e promoveu-se a comercialização de 75.866 contratos, envolvendo recursos da ordem de R$ 2,2 bilhões. Para os negócios com cooperativas, o volume foi de 14.932 contratos no valor total de R$ 1,8 bilhão. No que se refere à concessão de Crédito Rural, o BB firmou 225 mil contratos, correspondendo a R$ 9,5 bilhões e o BNB realizou 609 mil contratos envolvendo R$ 2,4 bilhões.

RECOMENDAÇÕES:

- Não há recomendações.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

OBJETIVO

Apoiar projetos que dêem suporte a ganhos de competitividade e melhoria do bem-estar social dos envolvidos em todos os estágios da cadeia produtiva do agronegócio. Permitir o atendimento de demandas direcionadas a resolver problemas emergentes de amplo efeito socioeconômico como a construção e modernização de instalações físicas para beneficiamento de produtos agrícolas, agregação de valor, infra-estrutura rural, escoamento da produção e promoção da atividade produtiva.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, agroindústrias e demais agentes da cadeia produtiva do agronegócio.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 292.607.635,00	Empenho Liquidado:	R$ 217.556.808,00
	Pago Estatais:	Não-aplicável
	Total:	R$ 217.556.808,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
Não-aplicável	Não-aplicável	

INDICADORES

1. VOLUME DE PRODUTOS AGRÍCOLAS EXPORTADOS PELOS PORTOS BRASILEIROS

Unidade de medida: Milhão de ton
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 48,83

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
Indicador não apurado.

2. CUSTO MÉDIO DO TRANSPORTE DE GRÃOS

Unidade de medida: R$/ton
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 145,04

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
Indicador não apurado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil é um dos poucos países do mundo com possibilidades de responder à demanda mundial por alimentos. Com um clima diversificado, que vai do temperado ao tropical, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o País dispõe de 388 milhões de hectares de terras agricultáveis. Desse número, cerca de 100 milhões ainda não explorados. Em que pese o bom desempenho da produção agropecuária brasileira nos últimos 10 anos, o baixo nível de investimento em infra-estrutura e logística já está interferindo de forma negativa na competitividade e no crescimento do setor.

As condições precárias das rodovias e a utilização inadequada dos modais de transporte estão dificultando o escoamento das safras e impactando de forma significativa os custos de fretes das regiões produtoras até os portos, ao mesmo tempo em que alguns portos brasileiros estão apresentando prêmio negativo na exportação de produtos agrícolas, significando um menor preço final para o produtor rural. Da mesma forma, a defasagem da capacidade estática de armazenagem, o alto percentual de perdas pós-colheita e a não garantia da qualidade dos produtos comprometem a competitividade do agronegócio.

É nesse contexto que a infra-estrutura e a logística da produção surgem como insumos indispensáveis ao desenvolvimento rural, oferecendo condições imprescindíveis para o aumento da produção e produtividade, implantação das cadeias produtivas, com a geração de empregos, melhoria do bem-estar das populações rurais e viabilização do escoamento das safras.

O Programa deve ser um processo articulado do governo e da sociedade civil, direcionando as suas ações políticas, programas e projetos para o espaço rural ampliando a competitividade do setor agropecuário, viabilizando opções duradouras de progresso e desenvolvimento sustentável, utilizando eficientemente as potencialidades existentes na sua dimensão econômica, social, política, espacial, cultural, ambiental e institucional. Uma das preocupações do Programa se refere também ao desenvolvimento sustentável dos corredores de exportação com agregação de valor ao produto agropecuário, ou seja, o desenvolvimento de alternativas com base nos potenciais produtivos de cada região a partir de ações integradas no âmbito do MAPA e de ações transversais com outros órgãos do Governo Federal, quais sejam, ações de cooperativismo, energia elétrica, mecanização, agroindustrialização e armazenagem que podem ampliar as alternativas de produção das regiões, em especial, para os pequenos e médios produtores rurais. O sucesso do agronegócio é estratégico para o Brasil, uma vez que, além de grande gerador e absorvedor de mão-de-obra, viabiliza a economia da maioria dos Municípios, permitindo o abastecimento alimentar do País e gerando excedentes para a exportação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Não há indicadores apurados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) neste Programa, que permitam avaliar os resultados obtidos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A execução física da ação de Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário de 2006 ficou abaixo da meta estabelecida, porém atendeu a alguns projetos de importância, como nos Estados do Acre e de Sergipe. Já a execução física da Ação Mecanização Agrícola em 2006, ficou muito abaixo da meta, devido ao elevado custo das patrulhas mecanizadas, o que torna impossível o atendimento. A ação de Fiscalização de Contratos de Repasse é nova e sua execução foi baixa pelo elevado custo de cada fiscalização, pois implica liberação de passagens e diárias. A baixa execução física é decorrente do número de Municípios indicados pelos parlamentares, autores das emendas, tendo em vista o custo atual da mecanização agrícola e dos projetos agropecuários que é superior ao estabelecido pela meta física, impossibilitando que a mesma seja atingida. Importante salientar que a execução física somente será confirmada ao final da execução de todos os contratos de repasse na Caixa Econômica Federal (CEF), pois há ainda necessidade de liquidação e pagamento.

As metas físicas estabelecidas para as ações não foram alcançadas. Por exemplo, para o cumprimento da meta física estabelecida na ação de Mecanização Agrícola, ter-se-ia que disponibilizar cerca de R$ 20.600,00 para cada Município. Ocorre que o valor das patrulhas mecanizadas varia entre R$ 80 mil e R$ 600 mil.

Na Ação de Apoio a Projetos de Desenvolvimento Agropecuário, ter-se-ia que disponibilizar cerca de R$ 101 mil para cada Município, sendo que há projetos como mercados do produtor, agroindústrias e frigoríficos municipais, cujo custo é superior a esse valor. Na Ação Fiscalização de Contratos de Repasse, o valor disponibilizado é insuficiente para cumprir integralmente o objetivo e, mesmo não atingindo a meta, atenderemos cerca de 1.573 Municípios.

A liberação de recursos ao fim do exercício sempre prejudica a execução, por falta de tempo hábil para operacionalizar as ações.

Os recursos materiais são insuficientes para a equipe gerencial e executora. Falta um sistema de acompanhamento específico para convênios e contratos de repasses que seja unificado no âmbito do Poder Executivo, que possibilite acompanhar o orçamento, a liberação e do repasse, que forneça relatórios variados e seja de fácil manejo, e que possa estar disponível ou integrado a Controladoria-Geral da União (CGU) e ao Tribunal de Contas da União (TCU), facilitando o acompanhamento e a fiscalização. Em alguns Ministérios ainda trabalha-se com planilhas Excel, encaminhadas de setores ou órgãos diferentes, redigitadas, levando a falhas e erros.

A equipe executora é reduzida para a quantidade de convênios celebrados. Com o atraso na liberação do orçamento, que fica concentrado ao final do exercício, ocorre uma carga de trabalho pesada para a equipe. Também é insuficiente a qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial e executora, devido à dificuldade de acesso a cursos de capacitação e de atualização de servidores.

O contingenciamento orçamentário prejudica a programação de celebração dos convênios, levando ao acúmulo de serviço ao fim do ano e inviabilizando o atendimento de parte da demanda. A liberação de recursos ocorre somente ao final do exercício.

A inadimplência dos Municípios tem sido um sério problema não somente para o empenho, bem como para o pagamento dos convênios e contratos de repasse.

Nas descentralizações de recursos, efetuados às Superintendências Federais da Agricultura (SFA) para cumprimento das ações de fiscalização, o resultado é bastante positivo. Como exemplo, cita-se o acompanhamento dos convênios de custeio realizados na Ação de Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário. Nas demais descentralizações, não temos ainda o resultado das ações de 2006.

A gerência do Programa acompanha a execução física das ações por meio de:

a) acompanhamento *in loco* em todos os convênios de custeio realizados na Ação de Apoio a Projetos de Desenvolvimento Agropecuário. Os contratos de repasse realizados com recurso de investimento são acompanhados pela CEF, sendo que o MAPA acompanha os contratos de repasse apontados nos relatórios de gestão por meio de um plano de fiscalização do contrato de prestação de serviços entre o Ministério e a CEF;
b) resposta às informações solicitadas pelo Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan) anualmente;
c) relatórios de gestão encaminhados mensalmente ao MAPA pela CEF, que são analisados e subsidiam as respostas das demandas do controle interno;
d) controle de órgãos federais, que encaminham as demandas por meio de relatórios de fiscalização, de gestão, plano de providência e solicitações de auditoria. É elaborado um plano de ação, as demandas são respondidas por intermédio das análises e das justificativas da CEF, podendo ou não haver fiscalização *in loco*.

Houve integração entre a gerência do Programa e os executores da ação quando da liberação dos recursos, com relação aos itens de despesa que seriam atendidos com recursos descentralizados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No Programa, houve celebração de convênios com entidades privadas de fins não lucrativos. A maior parte dos convênios foi liberada no mês de dezembro e ainda não temos o seu resultado. Alguns eventos ocorridos no início atingiram seu objetivo, porém, não temos conhecimento da análise das prestações de contas. O MAPA conta com Ouvidoria que presta informações aos convenentes quando acionada.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA - PRÓ-ORGÂNICO

OBJETIVO

Aumentar a oferta de produtos orgânicos e sua exportação.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, processadores, distribuidores e consumidores de produtos orgânicos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.284.575,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 1.954.210,00**
	Pago Estatais:	**Não-aplicável**
	Total:	**R$ 1.954.210,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 9.700.000,00	**R$ 2.236.901,00**	

INDICADORES

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS ALIMENTOS ORGÂNICOS NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 0,21
Índice previsto ao final do PPA: 0,16

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

A determinação dos índices está condicionada ao cumprimento das exigências previstas na regulamentação da Lei nº 10.831/03, portanto, não é suficiente a publicação do Decreto e dos Atos Normativos, pois nestes está previsto um prazo de dois anos para o setor se ajustar às novas normas. A taxa é calculada pela relação percentual entre o número de hectares com produção orgânica e o número total de hectares com produção agropecuária convencional.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO ORGÂNICA NO TOTAL DE UNIDADES DE PRODUÇÃO NACIONAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 0,40
Índice previsto ao final do PPA: 0,60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

A determinação dos índices está condicionada ao cumprimento das exigências previstas na regulamentação da Lei nº 10.831/03, portanto, não é suficiente a publicação do Decreto e dos Atos Normativos, pois nestes está previsto um prazo de dois anos para o setor se ajustar às novas normas. A taxa é calculada pela relação percentual entre o número de unidades de produção orgânica e o número total de unidades de produção agropecuária no Brasil. Considerou-se para a estimativa do índice o número de estabelecimentos produtores orgânicos de 13.000 e o número de estabelecimentos produtores brasileiros de 1,9 milhões.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A explosão do consumo de produtos orgânicos começou na década de noventa tornando-se nessa década, a atividade de maior crescimento na agricultura mundial. Segundo informações do *International Trade Center* (ITC), da Confederação das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), as vendas combinadas de alimentos e bebidas orgânicas nos principais mercados consumidores passou de apenas US$ 2 bilhões em 1989 para US$ 16 bilhões em 1999 e US$ 19 bilhões em 2000.

Hoje a agricultura orgânica é desenvolvida, em maior ou menor intensidade, por mais de 130 países que produzem uma larga variedade de produtos orgânicos. Atualmente pode-se dizer que para cada produto convencional existe uma versão orgânica. A produção orgânica representa uma forma de reduzir a dependência em recursos não-renováveis, evitar o impacto negativo do uso de fertilizantes e pesticidas sintéticos, preservar a diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se inserem as propriedades rurais, utilizando-se produtos e processos que garantam a sustentabilidade social, ambiental e econômica da atividade agropecuária.

Os produtos orgânicos não podem ser diferenciados dos produtos convencionais pela sua aparência, mas pela forma como é produzido e processado. Daí a necessidade de um sistema de certificação que possa dar ao consumidor a garantia de que está comprando produtos que foram de fato produzidos de acordo com as normas para produção orgânica. Para que o Brasil possa inserir-se efetivamente no mercado internacional de produtos orgânicos, precisa implementar ações, de forma articulada, que permitam superar entraves existentes atualmente.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Crescimento de 66,7% da Taxa de Participação das Unidades de Produção Orgânica no total de unidades de produção nacional;

• Crescimento de 133,3% da Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Congresso Nacional aprovou a Lei nº 10.831/03, que foi sancionada pelo Presidente da República em 23 de dezembro de 2003. Por decisão do MAPA, coube à Câmara Setorial da Agricultura Orgânica (CSAO), o estabelecimento do cronograma e da aprovação dos textos referentes à regulamentação. Os textos foram construídos coletivamente, envolvendo cerca de 120 representantes de diferentes setores da rede de produção orgânica em mais de 48 reuniões de grupos de trabalho desde 2004. Após a elaboração, os textos foram analisados e aprovados pela CSAO em reunião ocorrida em 3 e 4 de abril, em seguida, o Decreto foi encaminhado à consultoria jurídica do MAPA e, posteriormente à Casa Civil, de onde retornou ao MAPA para ajustes e onde se encontra até a presente data.

Com o processo de regulamentação ainda em curso, não foi possível a execução de procedimentos previstos no Decreto e nos Atos Normativos e Anexos. Entre estes a implementação de sistema informatizado que conterá as informações da produção orgânica brasileira, tanto do Sistema Brasileiro de Avaliação da Qualidade Orgânica (dados das certificadoras credenciadas) como do processo de cadastro pelos agricultores familiares em venda direta. Assim sendo, não estão sendo gerados de forma sistematizada os indicadores do Programa, mas está sendo realizado uma estimativa dos dados. Para a elaboração desta estimativa, são coletados os dados junto às Comissões da Produção Orgânica nos Estados, certificadoras e grupos organizados de produtores da rede de produção orgânica. Cabe salientar que não tem havido obtenção dos dados de todos os Estados e que nem todas as certificadoras têm contribuído para este levantamento. Paralelamente às ações voltadas à regulamentação da Lei nº 10.831/03, têm-se executado diversas atividades fundamentais ao desenvolvimento do setor e da estruturação interna do MAPA para atuar e atender o setor de produção orgânica, como a realização da Campanha do Alimento Orgânico, em 2004 e 2005, implementação de 24 Comissões da Produção Orgânica nos Estados, realização de três cursos de capacitação para técnicos do MAPA, e implementação de 25 Núcleos da Produção Orgânica nas Superintendências Federais de Agricultura (SFA). Cabe salientar que, na estimativa do indicador apresentada, considerou-se a adequação do indicador para a área de agricultura orgânica de 591,8 mil hectares e a área total de agropecuária brasileira de 284,8 milhões de hectares.

Entre as principais atividades do Programa citam-se:

a) publicação do Decreto que regulamentou a Lei nº 10.831/03, que trata da produção orgânica no Brasil;
b) realização de duas reuniões da Câmara Setorial da Produção Orgânica, nas quais ocorreu apreciação e aprovação dos textos referentes à regulamentação da Lei nº 10.831/03;
c) articulação para a ampliação de pessoal técnico para trabalhar com Agricultura Orgânica no MAPA, Coordenação de Agroecologia (Coagre)e SFA, garantindo 30 vagas do concurso em andamento;

d) implantação da Comissão da Produção Orgânica (CPOrg) nas 27 unidades da Federação, sendo 24 formadas em 2005 e três em 2006. A Comissão funciona como órgão de assessoramento técnico do Pró-Orgânico nas unidades da Federação;

e) realização de seminários nos 27 Estados da Federação, com a finalidade de introduzir conceitos de Agroecologia para técnicos do MAPA;

f) articulação para a implantação de 28 núcleos internos de agricultura orgânica, formados com técnicos do MAPA e das SFA nos Estados;

g) realização do segundo Encontro Nacional de Capacitação, como objetivo de capacitar 67 técnicos do MAPA quanto às especificidades da produção vegetal e animal orgânica, do processamento de bebidas, carne e leite, da regulamentação da Lei nº 10.831/03 e a troca de experiências e atualização das ações do Pró-Orgânico desenvolvidas na sede e nos Estados, no período de 6 a 10 de novembro;

h) realização de eventos nos Estados pelas CPOrg, incluindo as atividades da II Semana de Alimentos Orgânicos, beneficiando 11.018 produtores;

i) realização da II Semana do Alimento Orgânico, campanha de esclarecimento a um público de 167, 2 mil consumidores urbanos sobre o que de fato é um produto orgânico, em nível nacional, envolvendo a articulação e formação de parcerias, com o objetivo de execução de trabalho articulado do Governo Federal (ações interministeriais) e maximização do uso de recursos públicos, através de parcerias com quatro Ministérios em 2006. Para a realização da II Semana do Alimento Orgânico, ocorreu a captação de recursos externos do Pró-Orgânico no valor total de R$ 292 mil, sendo: R$ 100 mil (MDA), R$ 97.000,00 (MDS), R$ 90.000,00 (MMA), R$ 15.000,00 (Sebrae Nacional);

j) apoio à realização de cinco eventos regionais e nacionais (feiras, encontros, seminários ou *workshops*), visando à disseminação de informações técnico-científicas e de experiências dos produtores, quanto aos processos, métodos e produtos alternativos de uso em sistemas orgânicos de produção;

k) realização de eventos técnicos, administrativos e gerenciais das organizações sociais atuantes no segmento orgânico brasileiro, sendo:

   i) com o Sindicato de Produtores Orgânicos do Distrito Federal, que tem como objetivo o apoio à divulgação da agricultura Orgânica por meio da produção e veiculação de programas televisivos, e a implantação, organização e capacitação de pessoal para cooperativa de comercialização de produtos orgânicos. A estimativa é que sejam beneficiadas 7.160 pessoas, entre produtores orgânicos e consumidores;

   ii) convênio firmado entre MAPA e Instituto Centro Vida com o objetivo de apoiar os produtores associados da Cooperativa Coopernova em técnicas de pecuária orgânica e manejo ecológico de pastagens;

l) realização de palestras, seminários, visitas técnicas e exposições na II Semana de Alimentos Orgânicos, com as Prefeituras Municipais de Santa Vitória do Palmar (RS), de Vitória da Conquista (BA), de Paulo Lopes (SC), de Praia Grande (SC) e de Campo Grande (MS). A estimativa é que foram atingidos diretamente nesses eventos 33.538 produtores, estudantes, professores e consumidores e, indiretamente, 126,2 mil pessoas;

m) revitalização da ação de Financiamento para Produção sem Uso de Agrotóxicos (Agricultura Orgânica), com a revisão e adaptações ocorridas no Programa BB Agricultura Orgânica no âmbito do BB;
n) reconhecimento como certificadoras de produtos orgânicos: Associação de Agricultura Orgânica (AAO), Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), APAN Certificadora, ECOCERT Brasil, Fundação Mokiti Okada (MOA), Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD), Control do Brasil S/C Ltda (IMO), Associação Mineira de Certificação de Produtos Orgânicos (Minas Orgânica), Organização Internacional Agropecuária - Agricontrol S/A (OIA BRASIL), Associação de Certificação de Produtos Orgânicos (Sapucaí), Skal Internacional do Brasil, Instituto de Tecnologia do Paraná (TecPar) e BCS Öko-Garantie.

As metas físicas de pessoa atendida, produtor atendido e tecnologia transferida foram atingidas, porém, o controle das unidades produtoras está condicionado ao cumprimento de exigências previstas na regulamentação da Lei nº 10.831/03. Com o processo de regulamentação ainda em andamento não foi possível atingir plenamente esta meta em 2006.

O monitoramento do desempenho físico das ações ocorreu ao longo do ano, através de reuniões técnicas, visitas técnicas e alimentação das informações em planilhas eletrônicas. As planilhas foram elaboradas para acompanhar a programação e execução das atividades.

O contingenciamento de recursos, durante o ano de 2006, impediu o cumprimento dos cronogramas previamente estabelecidos, tendo como conseqüência, em vários casos, a inviabilização de algumas atividades por perda de prazos. Cabe ressaltar que a liberação total dos recursos só ocorreu em dezembro, impossibilitando a utilização de maior parte destes recursos.

A Ação de Financiamento para Produção sem Uso de Agrotóxicos (Agricultura Orgânica), executada pelo Banco do Brasil, recebeu R$ 9,7 milhões e liquidou R$ 2,2 milhões de janeiro a maio de 2006. Em decorrência de limitações tecnológicas, o volume de recursos aplicados no período de junho a dezembro ainda não foi disponibilizado pelo sistema de informações gerenciais do BB.

A Ação de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Produção Orgânica de Alimentos é executada pela Embrapa e as demais ações são executadas pelo MAPA. Estas ações receberam R$ 2,3 milhões e liquidaram R$ 2 milhões. Não foram utilizados R$ 330,4 mil do orçamento do Programa, em função de corte interno de recursos financeiros, da ordem de R$ 150 mil; e de recursos descontingenciados em tempo não-hábil para a execução de atividades como também por conta do contingenciamento e da limitação da cota de deslocamento, exceto as de fiscalização, que no Programa são executadas pela ação de Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica.

Outra estratégia utilizada para a realização de reuniões gerenciais é o aproveitamento de momentos como os dos Encontros Nacionais de Capacitação para os técnicos do MAPA e a utilização de espaços em reuniões realizadas pelas gerências de outros Programas, com executores internos comuns. A Ação de Gerenciamento do Programa é muito importante para a articulação, contato, adequação e ampliação das atividades planejadas, e a alocação de recursos específicos para estas atividades é essencial para uso eficiente e eficaz do orçamento público.

Em 2006, todos os técnicos da Coagre receberam computadores novos, com capacidade compatível com as exigências das atividades executadas. Parte dos recursos para investimento foi utilizado na aquisição de materiais que serão distribuídos e utilizados pelas SFA nas ações de controle das unidades de produção orgânica. A Coagre possui infra-estrutura e recursos materiais adequados, mas as SFA precisam de adequações, pois não existem recursos materiais e de infra-estrutura suficientes.

Os recursos humanos ainda são insuficientes para a execução das atividades, mas tem-se utilizado o apoio de estagiários para suprir parte desta deficiência.

Um dos aspectos importantes, quanto a restrições, reside no fato de que os insumos orgânicos alternativos ainda não podem ser registrados como insumos apropriados e de baixa toxicidade. Está sendo buscada articulação política para viabilizar o registro simplificado de produtos de baixa ou nenhuma toxicidade, junto ao Congresso Nacional. Com o processo de regulamentação da Lei nº 10.831/03 (Lei de Agricultura Orgânica), ainda em curso, entendem-se como Restrição Administrativa o fato dos procedimentos previstos no Decreto, nas Instruções Normativas e nos Anexos, ainda serem impeditivos para a execução de tarefas inerentes ao escopo de atuação do MAPA. Os textos estão sofrendo ajustes solicitados pela Consultoria Jurídica da Casa Civil, com assinatura do Decreto e envio dos textos das Instruções Normativas para Consulta Pública prevista no primeiro semestre de 2007.

A integração entre a gerência do Programa e os executores das ações têm melhorado a cada ano. As duas unidades executoras externas, BB e Embrapa, participaram da oficina, que ocorreu em 3 e 4 de abril de 2007, para a revisão do Pró-Orgânico para o PPA 2008-2011.

Considerando as atividades executadas com recursos descentralizados para as SFA, que também são unidades internas descentralizadas de execução do Programa, pode-se considerar que o desempenho foi excelente, e que, a cada ano, ocorre maior interesse e ampliação das atividades desenvolvidas, o que tem gerado grande demanda de recursos financeiros acima do limite liberado na LOA 2006-2007. Em função do contingenciamento não foi possível a alocação dos recursos no momento solicitado, mas todos os envolvidos no processo foram esclarecidos da situação, e foram tomadas medidas emergenciais para o cumprimento das atividades consideradas estratégicas.

A integração entre a gerência do Programa e os executores internos descentralizados (SFA) é ótima. Os dois Encontros Nacionais de Capacitação para os técnicos do MAPA, assim como os espaços disponibilizados para reuniões realizadas entre gerencias de outros programas e seus executores, foram utilizados para realização de reuniões gerenciais do Pró-orgânico. As SFA têm disponibilizado as informações referentes aos resultados alcançados, mas algumas ainda precisam melhorar o tempo de resposta e a qualidade da informação. Para isto estão sendo organizadas planilhas para os Estados, visando orientar a coleta e disponibilização das informações.

Um dos princípios agroecológicos que regem a agricultura orgânica é a fixação do homem no campo, através da transferência de conhecimento e costumes locais às crianças e jovens na tentativa de que estes dêem continuidade à atividade agropecuária. A aplicação dos princípios agroecológicos permite mudanças nas relações familiares e comerciais, utilizando-se de mecanismos alternativos de produção e comercialização. A comercialização dos agricultores familiares ocorre basicamente em relação direta com os consumidores em feiras locais, que permite um intercâmbio cada vez maior entre as comunidades e famílias agricultoras e que também favorece mudanças nas relações entre homens e mulheres e criam possibilidades de um futuro melhor para a juventude no meio rural. A diversificação de produtos tem levado à inserção das mulheres e jovens no processo. As mulheres têm realizado o beneficiamento de produtos, aumentando a oferta e diversificação na comercialização. Mulheres e jovens têm tido acesso à renda proveniente da comercialização dos produtos gerados pela família, o que promove a valorização do trabalho das mulheres e jovens.

Um outro ponto é o trabalho realizado na campanha II Semana do Alimento Orgânico, com crianças e jovens nas cidades, por considerá-los importantes no processo de transformação dos hábitos de consumo da sociedade, onde é apresentado que a escolha do alimento pelo consumidor influi diretamente na conservação do meio ambiente. Este processo de conscientização sobre a importância do consumo responsável para um desenvolvimento sustentável faz com que o consumidor passe a valorizar aspectos relacionados à saúde humana, ao meio ambiente e à justiça social, na hora de decidir pelos produtos que vai comprar, neste sentido, o consumidor urbano se torna um aliado dos produtores que já trabalham com sistemas orgânicos de produção e na persuasão da conversão de um número cada vez maior dos que ainda utilizam os sistemas convencionais.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias não-governamentais apresentaram resultados, como abaixo:

a) as Comissões da Produção Orgânica nas unidades da federação, criadas pela Portaria 158/04 do MAPA, tem por objetivo o assessoramento técnico do Pró-Orgânico e o direcionamento de políticas públicas para o setor. Foram formadas 24 em 2005 e três em 2006. As comissões operam de forma paritária entre o setor público e o privado, podendo ter de oito a 20 membros. As

instituições participantes devem ter reconhecida atuação no setor orgânico e ser representativas de algum dos seus segmentos, como: produção, processamento, certificação, comercialização, pesquisa ou assistência técnica. As comissões instaladas possuem a participação de mais 398 organizações governamentais e não-governamentais;

b) a Câmara Setorial da Agricultura Orgânica foi instalada em 15 de março de 2004 e faz parte da estrutura funcional do Conselho do Agronegócio, e tem por objetivo a aproximação das partes envolvidas com a agricultura orgânica para que, juntas, possam propor medidas e orientar as políticas públicas destinadas a esse segmento do agronegócio. A Câmara é composta por representantes de entidades empresariais e de trabalhadores, de organizações não-governamentais e de órgãos públicos relacionados com os diferentes segmentos da cadeia produtiva orgânica.

Em todas as etapas da execução do Programa ocorreu a participação do setor, cabendo colocar que o Programa foi avaliado e aprovado em reunião da Câmara Setorial, em 2004. A Câmara Setorial da Agricultura Orgânica e as Comissões da Produção Orgânica nas unidades da federação são fóruns constantes de assessoramento da execução e avaliação do Programa.

Não há avaliação direta e formal, mas considerando o envolvimento do setor através dos fóruns de assessoramento do Programa, os beneficiários avaliam e contribuem para a execução das atividades.

Apesar da existência dos Programas como base do planejamento, a administração dos recursos se dá por setores do organograma do MAPA. A distribuição dos recursos financeiros é feita pelos dirigentes em função da sua percepção de prioridades, independentemente da atividade prevista para cada Programa. Este fato é agravado quando são estabelecidos os contingenciamentos, ou seja, na hora de se liberar recursos financeiros, não há correlação entre os valores da LOA de cada Programa com os valores financeiros liberados, pois o MAPA define quotas por secretarias, segundo determinadas prioridades. As secretarias subdividem os recursos que lhe cabem entre os departamentos que novamente subdividem a quota segundo outras prioridades. Nestas divisões, também não se levam em conta os programas que não podem ser contingenciados.

Os coordenadores de ação e os responsáveis técnicos são obrigados a refazer inúmeras vezes suas propostas de trabalho em função de que, a cada momento, são repassados novos valores disponibilizados para o Programa. Esse retrabalho, além do tempo perdido, leva os técnicos a desacreditarem da validade do planejamento e passam a desconsiderar valores e metas previstas. A falta de previsibilidade de dispor dos recursos aprovados na LOA provoca a impossibilidade de programar antecipadamente as ações que dependem de recursos financeiros gerando, em cascata, a cobrança de demandas, sempre de forma urgente, dificultando o trabalho dos coordenadores de ação, dos responsáveis técnicos e dos coordenadores estaduais. A transferência para a área técnica da responsabilidade

pela administração dos recursos liberados, principalmente, o que é descentralizado para os Estados, tem sobrecarregado os técnicos com uma atividade meio.

A inexistência de um único programa informatizado do Governo Federal que reúna todas as informações necessárias à gestão e, principalmente, ao bom acompanhamento do que está sendo executado com os recursos dos Programas dificulta, ainda mais, o trabalho dos responsáveis técnicos e dos coordenadores de ação. Este mesmo sistema único poderia ser utilizado para a elaboração dos relatórios de acompanhamento e avaliação dos Programas (trimestrais e anuais), e também poderia ser utilizado pelo MAPA, TCU, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MP) e outros. Hoje há a necessidade de o alimentar SIPLAN (MAPA) e realizar relatórios no Sistema Integrado de Planejamento (SIPLAN), Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan), Balanço Geral da União (BGU) e TCU.

RECOMENDAÇÕES

• Com o propósito de promover o alinhamento estratégico entre o objetivo setorial do MAPA, definido em seu mapa estratégico, e a programação vigente para o PPA 2008-2011, propõe-se a exclusão do Programa, de maneira a que as ações sejam fundidas ou remanejadas para o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio, de forma a se mudar o enfoque da matriz de programas atuais do PPA 2004-2007 de Cadeias Produtivas para Prestação de Serviços.

DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA

OBJETIVO

Elevar a performance dos rebanhos avícolas mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, industriais da avicultura, fabricantes e comerciantes de produtos de uso veterinário.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 30.087.416,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 28.183.001,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 28.183.001,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE AVES

Unidade de medida: US$
Índice apurado em 2006: 3.203.413.957,00
Índice previsto ao final do PPA: 2.856.851.000,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O valor das exportações *Free on Board* (FOB) em 2006 já ultrapassou o índice previsto ao final do PPA em 12%.

2. PESO MÉDIO DE CARCAÇA DE FRANGOS

Unidade de medida: kg
Índice apurado em 2006: 2,10
Índice previsto ao final do PPA: 2,37

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Em função do melhoramento genético e nutrição que visa animais de ciclo mais curto, o resultado é um peso de carcaça constante.

3. QUANTIDADE DE AVES EXPORTADA

Unidade de medida: tonelada
Índice apurado em 2006: 2.712.959
Índice previsto ao final do PPA: 3.620.828

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
A demanda internacional diminuiu em função da ocorrência da influenza aviária.

4. TAXA DE CONTROLE DA DOENÇA DE NEWCASTLE NOS PLANTÉIS AVÍCOLAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 97
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
Em 2006, houve a ocorrência de um foco da doença de *Newcastle*, mas foram tomadas todas as providências pertinentes para isolamento da área.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A competitividade no setor de aves a nível internacional exige que o Brasil mantenha a cadeia de avicultura bem articulada e provida de todos os meios para suplantar a concorrência internacional, incluindo a disponibilidade de novas tecnologias.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Manutenção do processo de vigilância às doenças de controle oficial em 100% das propriedades avícolas do sistema de produção comercial;

- Certificação da sanidade do plantel avícola nacional, mediante o controle das doenças de importância para saúde pública e saúde animal, como doença de Newcastle, influenza aviária, salmoneloses e micoplasmoses aviárias.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A avicultura comercial brasileira é considerada uma das mais modernas e produtivas do mundo. Em 2006, a produção de carne de frango teve comportamento modesto. Assim, o Departamento de Saúde Animal instituiu e implantou o Plano Nacional de Prevenção à Influenza Aviária e doença de *Newcastle*, alicerce de um complexo programa sanitário que tem por finalidade assegurar a sanidade do plantel avícola e oferecer as garantias necessárias para o comércio internacional.

A destinação da produção de carne de frango ao mercado interno em 2006 foi de 6,6 milhões de toneladas, com uma variação positiva de 1,4% em relação a 2005, com 6,5 milhões de toneladas. As exportações de carne de frango em 2006 foram de 2,7 milhões

de toneladas contra 2,9 milhões de toneladas em 2005, o que significou uma queda de 4,67%. Com relação a valores, o setor amargou uma queda de 8,7%, com US$ 3,2 milhões em 2006 contra US$ 3,5 milhões em 2005.

A manutenção do País como livre de influenza aviária, o controle e a erradicação de doenças avícolas com elevado impacto econômico são metas que devem ser estabelecidas e perseguidas para suportar os elevados índices de produtividade e de exportação que foram atingidos em 2006.

Além disso, a oferta de produtos de qualidade tem estimulado o aumento de consumo *per capita* de carne de frango no Brasil, que em 2006, cresceu 2,7%, atingindo a marca de 36,7 kg.

Coube ao MAPA desenvolver ações de prevenção à entrada de agentes infecciosos, nocivos ao desenvolvimento da atividade pecuária no Brasil. Durante o ano de 2006, foi realizado um programa amplo de treinamento dos médicos veterinários oficiais que atuam na execução de programas sanitários e de técnicos de laboratório, para operar os equipamentos de diagnóstico de última geração. O objetivo foi capacitar os agentes do governo a efetuar análises que garantam a detecção de doenças das aves com mais agilidade.

A ocorrência da *influenza* aviária de alta patogenicidade na Ásia, e mais recentemente na Europa e África, além dos focos ocorridos nos Estados Unidos e no Canadá, em 2006, alertou o País para a possibilidade de detecção da doença em Território Nacional (principalmente em épocas de migração de aves do Hemisfério Norte para o Hemisfério Sul). Ações preventivas foram preparadas para que haja respostas rápidas e adequadas frente à hipotética situação.

Além do iminente risco da detecção de *influenza* aviária, o País tem enfrentado o problema da ocorrência de doença de *Newcastle* em seu território. Recentemente, ocorreram focos da doença nos Estados do Rio Grande do Sul (junho de 2006), Amazonas (agosto e 2006) e Mato Grosso (outubro de 2006). A doença foi detectada e as medidas de erradicação foram rapidamente aplicadas, evitando sua disseminação e a aplicação de sanções comerciais por parte dos países importadores.

O Sistema de Vigilância Agropecuária (Vigiagro) recebeu R$ 4,3 milhões para investimento. Com os recursos foram adquiridos 100 veículos, 50 detectores de gases, 46 leitores de *microchips*, 36 *notebooks*, 120 computadores, 70 impressoras, e outros equipamentos que possibilitam a atividade de vigilância à *influenza* aviária nos pontos de fronteira do País. Os equipamentos permanentes foram distribuídos entre as 110 unidades do Vigiagro, em portos, aeroportos e postos de fronteiras.

Foram disponibilizados, para os sistemas estaduais de defesa sanitária animal, a importância de R$ 6,8 milhões para estruturação dos serviços, com ênfase em vigilância para *influenza* aviária. As unidades adimplentes com a União se beneficiaram com a oferta de recursos, mediante assinatura de convênio com a Secretaria de Defesa Agropecuária.

O MAPA investiu, na aquisição de diversos equipamentos permanentes e de consumo, para adequar a atividade de vigilância para *influenza* aviária nas Superintendências Federais de Agricultura, R$ 3,5 milhões na aquisição de veículos, computadores portáteis, material de divulgação de ações de vigilância à *influenza* aviária e material utilizado no atendimento às suspeitas de doenças de aves.

RECOMENDAÇÕES

• Para um alinhamento estratégico entre o objetivo setorial do Ministério e a programação vigente para o PPA 2008-2011, propõe-se a exclusão do Programa, fundindo ou remanejando suas ações para outros programas, de forma a mudar o enfoque da matriz atual de Cadeias Produtivas para a Prestação de Serviços. Sendo assim, a Ação de Transferência de Tecnologia será executada em outra ação agregada de transferência de tecnologia da Embrapa. A Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças também será realizada em outra ação agregada para este fim no Programa 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, renomeado e ampliado em seu escopo.

DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA

OBJETIVO

Elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

PÚBLICO-ALVO

Criadores de gado de leite e de corte e indústrias do ramo de laticínios e de frigoríficos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 134.745.639,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 85.911.847,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 85.911.847,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA EM BOVÍDEOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 9,98
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Com a ocorrência de febre aftosa nos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, foi suspenso temporariamente pela Organização Internacional de Epizootia (OIE), o reconhecimento internacional de zona livre de febre aftosa com vacinação dos Estados do PR, MS, MT, GO, MG, SP, ES, RJ, BA, SE e TO.

2. PRODUTIVIDADE LEITEIRA BOVINA

Unidade de medida: Litro por animal.ano
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 1.500

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Índice não aferido pelo gerente do Programa.

3. TAXA DE DESFRUTE DE BOVINOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 22
Índice previsto ao final do PPA: 24

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

4. TAXA DE OBTENÇÃO DE PELES BOVINAS DE PRIMEIRA QUALIDADE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 23

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não aferido pelo gerente do Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil possui um dos maiores rebanhos bovinos do mundo. Apesar do grande potencial gerador de renda e de empregos desse setor, os índices de produtividade são muito baixos. Há necessidade de incrementar a pesquisa e o desenvolvimento para alterar essa situação. O País insere-se no mercado como um histórico importador de produtos lácteos para abastecimento da sua população. Tal situação decorre, sobretudo, da baixa produtividade do rebanho, que tem sido responsável pela fraca competitividade do setor leiteiro nacional frente a um mercado internacional cada vez mais competitivo e globalizado. O desenvolvimento de programas de melhoramento zootécnico, alicerçados em técnicas de inseminação artificial e transferência de embriões, constitui a forma mais eficaz para promover a melhoria dos sistemas de produção e, conseqüentemente, o fortalecimento da cadeia produtiva de leite. Contudo, o aumento da produtividade e da competitividade do setor somente será possível se, associado a isso, houver rigoroso controle da incidência de doenças dos animais e melhoria na tecnologia utilizada.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Crescimento da produção de carne bovina de 10,23% entre 2005 e 2006;

• Manutenção e ampliação das ações de defesa sanitária animal, possibilitando atendimento a suspeitas e focos de enfermidades, visando à melhoria na condição sanitária do rebanho nacional bovino e bubalino;

• Exportação de carne bovina para 150 países, totalizando 1,5 milhão de toneladas no valor de US$ 3,68 bilhões;

• Exportação de 250 mil animais vivos, no valor de US$ 73 milhões.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A pecuária apresentou crescimento elevado na produção de carnes de bovinos. A produção de carne bovina cresceu 10,23% entre 2005 e 2006. Este aumento reflete-se no crescimento do mercado interno e das exportações desse produto. Além disso, o setor tem passado por elevada incorporação de novas tecnologias que permitiram ganhos de produção e de produtividade. Apesar dos problemas causados pela incidência da febre aftosa, a ação do governo evitou maiores danos para a economia brasileira e para os produtores. Neste aspecto, o desempenho do Programa foi satisfatório. Em 2006, o Programa recebeu crédito extraordinário no valor de R$ 4,5 milhões para apoiar a população residente em áreas afetadas pela febre aftosa. Também foram liberados para a mesma finalidade R$ 2,65 milhões de restos a pagar de 2005.

As reduções das exportações provenientes dos Estados comprometidos pela febre aftosa foram compensadas e superadas pelos Estados que se mantiveram livres da enfermidade.

O Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA) foi elaborado visando à divisão de responsabilidades entre o setor público e privado. Compete ao setor privado a aquisição de vacinas contra febre aftosa e sua aplicação. No ano de 2006, mais de 370 milhões de doses de vacinas foram vendidas, com o setor privado disponibilizando recursos na ordem de 480 milhões de reais para aquisição e aplicação da vacina.

As ações de defesa sanitária animal do Brasil, em sua totalidade, são executadas pelos Estados através de delegação de competência do MAPA para este fim. No âmbito dos órgãos executores estaduais, ocorreram treinamentos em áreas como, emergência sanitária e educação sanitária, ainda com deficiência quantitativa e qualitativa de cursos específicos na área de programas sanitários em saúde animal. O esforço de capacitação, no entanto, foi insuficiente no que se refere ao gerenciamento de programas sanitários em saúde animal. Outro agravante é representado pela deficiência de escolas e de profissionais com formação adequada para realização dos treinamentos necessários.

O atraso na liberação de recursos para os Estados comprometeu a execução descentralizada das atividades de defesa sanitária animal. A execução destas ações depende necessariamente da participação dos órgãos estaduais. A situação da grande maioria dos Estados é crítica, e nos últimos anos o apoio do Governo Federal, como mencionado, foi insuficiente, extemporâneo e descontínuo. Apesar das metas físicas terem sido cumpridas, observa-se grande fragilidade das estruturas estaduais, o que poderá, em curto espaço de tempo, comprometer os avanços alcançados.

RECOMENDAÇÕES

• Manter cadastro censitário atualizado de propriedades com bovídeos, para o melhor dimensionamento do público-alvo;

• Melhorar o conhecimento dos dados cadastrais e censitários de cada unidade da

Federação, de forma a promover a melhor regionalização possível e dimensionamento de meta física;

• Melhorar a infra-estrutura de defesa sanitária animal nos Estados da Região Norte e Nordeste;

• Envidar esforços para a apuração dos indicadores do Programa, sem os quais qualquer análise de resultado fica comprometida;

• Criar um único programa que envolva a defesa sanitária animal e vegetal, reduzindo a pulverização de recursos orçamentários, em função da orientação estratégica estabelecida para o MAPA, centrada na prestação de serviços, excluindo-se o dos programas abertos por cadeia produtiva;

• Centralizar as ações de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais em uma única ação em um novo desenho de Programa.

DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, DA EQÜIDEOCULTURA E DA OVINOCULTURA

OBJETIVO

Elevar a performance dos caprinos, ovinos, eqüídeos e de pequenos e médios animais mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

PÚBLICO-ALVO

Cooperativas, associações de produtores, pecuaristas e agroindústrias.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.540.656,00	Empenho Liquidado:	R$ 834.265,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 834.265,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. TAXA DE RENDIMENTO DE CARCAÇA DE CAPRINOS E OVINOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 46
Índice previsto ao final do PPA: 48

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Este índice está relacionado com a avaliação dos filhos dos animais selecionados nas provas de Ganho de Peso e Teste de Progênie. Desta forma, o alcance do índice é obtido de forma gradativa e constante. Outro fato relevante é o baixo número de animais envolvidos com as provas de melhoramento genético em relação à população de animais. Isto é devido, principalmente, ao baixo número de convênios firmados. Desta forma, os resultados esperados para este indicador demorarão mais a aparecer.

2. TAXA DE REFUGO DE PELES DE CAPRINOS E OVINOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 28
Índice previsto ao final do PPA: 20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Este indicador é altamente influenciado pela capacitação dos agentes envolvidos na cadeia produtiva. No entanto, é preciso criar dispositivos para que este produtor seja favorecido financeiramente por este melhor manejo, incentivando desta forma as boas práticas agropecuárias. Como a Ação de Transferência de Tecnologia obteve boas execuções físicas e financeiras, existe a expectativa de viabilidade deste índice.

3. TAXA DE DESFRUTE DE CAPRINOS E OVINOS DE CORTE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 28
Índice previsto ao final do PPA: 35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Este índice também está relacionado com a avaliação dos filhos dos animais selecionados nas provas de Ganho de Peso e Teste de Progênie. Desta forma, os resultados esperados para este indicador demorarão a aparecer. A diferença para este indicador é que ele sofre influência da capacitação e organização dos produtores, os quais, por meio do maior entendimento das técnicas de manejo, nutrição, melhoramento, sanidade, etc podem elevar a Taxa de Desfrute.

4. TAXA DE OBTENÇÃO DE PELES CAPRINAS E OVINAS DE PRIMEIRA QUALIDADE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 25
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Este indicador tem alcance maior devido à relação com a mudança de postura dos agentes envolvidos na cadeia produtiva. Esta mudança está relacionada com o alcance das Ações de Capacitação e Organização, ou seja, quanto maior o número de capacitações ou criação de Pólos de Desenvolvimento, maior a produção de peles de primeira qualidade. É preciso lembrar também da necessidade de um dispositivo de vantagem financeira para estes produtores, através da busca de um mercado comprador, estimulando esta forma de manejo.

5. PRODUTIVIDADE LEITEIRA CAPRINA

Unidade de medida: Litro por animal.ano
Índice apurado em 2006: 160
Índice previsto ao final do PPA: 189

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Este índice está relacionado com a avaliação dos filhos dos animais selecionados no Teste de Progênie (Convênio MAPA/Embrapa-Caprinos). Desta forma, o alcance do índice é obtido de forma gradativa e constante. Outro fato relevante é o baixo número

de animais envolvidos com as provas de melhoramento genético em relação à população de animais. Outro problema é a falta de recursos para apoiar este Teste de Progênie em Caprinos Leiteiros. Desta forma, os resultados esperados para este indicador podem demorar a aparecer.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A demanda por produtos diferenciados de leite, carne e pele de caprinos com qualidade superior vem crescendo significativamente, o que implica uma necessidade cada vez maior de tecnologias adequadas para a caprinocultura. O setor da ovinocultura no Brasil apresenta um enorme potencial de produção de carne, pele e lã, tanto para abastecimento do mercado interno como para atendimento do mercado internacional. Um esforço adicional de pesquisa e desenvolvimento para o setor deverá ser realizado. Muitas são as espécies de animais da fauna brasileira com potencial de domesticação ou de exploração racional e que dependem de estudos específicos para tornarem seu aproveitamento uma atividade economicamente sustentável.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aumento na produtividade leiteira caprina de 154 litros por animal/ano em 2005 para 160 litros por animal/ano;

• Aumento na Taxa de Desfrute de Caprinos e Ovinos de Corte de 25 em 2005 para 28 em 2006;

• Aumento na Taxa de Obtenção de Peles Caprinas e Ovinas de Primeira Qualidade de 20 em 2005 para 25 em 2006;

• Aumento na Taxa de Rendimento de Carcaça de Caprinos e Ovinos de 45 em 2005 para 46 em 2006.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

De uma forma geral, as Ações que compõem este Programa tiveram uma boa execução, apesar da falta de regularidade na liberação dos recursos, o que pode prejudicar a qualidade do resultado esperado. O ponto negativo foi a não celebração de convênio entre o MAPA e o CNPq, o que determinou a não-liberação dos recursos para a implementação de novos Pólos de Produção Integrada. Os recursos usados nesta ação foram utilizados apenas para a manutenção daqueles já em andamento.

O Programa de Desenvolvimento da Caprinocultura e Ovinocultura tem impacto surpreendente nas camadas sociais mais pobres, visto que as ações a ele vinculadas pretendem, principalmente, capacitar, treinar e buscar alternativas de desenvolvimento, gerando qualidade de vida para os produtores e seus familiares. A eficiência do Programa somente aparecerá com a participação efetiva do público-alvo. Desta forma, as ações têm buscado trabalhar nos principais gargalos da produção para que possam, definitivamente, interferir nos indicadores do Programa.

A elevação da Taxa de Rendimento de Carcaça ainda é muito tímida, visto que as ações de melhoramento demandam longo tempo para que possam, efetivamente, imprimir suas características melhoradas aos rebanhos. Outro fato é que o número de animais em Provas de Ganho de Peso ou Teste de Progênie é muito pequeno em relação ao montante total do rebanho, o que também restringe o impacto dos resultados. Quanto à organização da cadeia, os resultados deste trabalho também podem influenciar neste indicador, no entanto, o número de Pólos de Produção Integrada ainda é muito baixo, visto a dificuldade da celebração de convênio.

Em relação à Taxa de Desfrute de Caprinos e Ovinos de Corte, um dos mais difíceis índices de serem conseguidos, visto que a informação real de animais abatidos não é verdadeira, pois existe uma enorme quantidade de animais abatidos sem fiscalização municipal, estadual ou federal. Acredita-se que 90% dos abates de caprinos e ovinos acontecem de forma clandestina. Sendo assim, cria-se uma expectativa do indicador, de base empírica, assim como das informações quanto ao número de peles processadas.

A Taxa de Obtenção de Peles Caprinas e Ovinas de Primeira Qualidade é indicador também influenciado por ações de capacitação e organização. Infelizmente, estas atividades ainda são poucas para a demanda de crescimento do setor. Seriam necessários mais recursos humanos e financeiros para disseminar estas informações para as mais diferentes localidades, permitindo aos produtores, na maioria de pequeno porte, uma atrativa fonte de renda para a família.

A elevação do índice da produtividade leiteira caprina se deve ao aumento na demanda do produto pela comunidade em geral. Tanto pelas características organolépticas, o que lhe permite ser substituto do leite de vaca para os lactentes, bem como pela boa aceitação dos produtos gerados, tais como queijos, doces, dentre outros.

O cumprimento das metas físicas do Programa ficou entre 40% e 80% do previsto na LOA 2006. A Ação Fiscalização de Conformidade das Atividades Turfísticas e Hípicas teve uma realização de 125%. Foram realizadas mais fiscalizações que o previsto, visto que algumas despesas foram liquidadas a preços inferiores aos orçados no momento do empenho.

Para a Ação Assistência Financeira a Associações de Criadores de Eqüinos e Entidades Turfísticas a realização foi de 17%. O baixo valor foi devido à totalidade do recurso ter sido disponibilizada somente no final do ano, o que determinou a utilização do recurso com apenas uma Entidade. Quanto à Ação Fomento ao Uso de Material Genético Melhorado para a Ovinocaprinocultura e na Criação de Pequenos e Médios Animais houve uma superestimativa no número de pessoas capacitadas pela quantidade de recurso disponibilizado. O custo individual de capacitação aumentou e, por isso, há a necessidade de um futuro redimensionamento das metas físicas.

Em relação à Ação Organização e Capacitação de Agentes Atuantes na Ovinocaprinocultura e na Criação de Pequenos e Médios Animais, significativa quantidade

de recursos foram repassados ao CNPq, via Destaque, para a continuidade dos Pólos de Produção Integrada, prejudicando, desta forma, a meta física da Ação.

Para a Ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças, o alto valor deve-se ao lançamento de atividades que não fazem parte do produto. Na realidade, a meta física ficou por volta de 90%.

Finalmente, a Ação de Transferência teve uma realização de 93,75%, valor que não foi mais alto devido ao aumento do custo de capacitação, visto que todo o recurso disponibilizado foi utilizado.

A execução orçamentária de um modo geral foi boa. As Ações tiveram em média uma execução de 80%. Somente a Ação de Gestão e Administração ficou muito aquém, isto devido ao estabelecimento de limites para gastos com diárias e passagens, o que prejudicou a realização de algumas atividades. Um maior volume de recursos poderia acontecer sem prejuízo para a execução orçamentária, se esta liberação ocorresse de forma contínua ao longo do ano.

Como em outros anos, a maioria dos recursos foi liberada ao final do ano. Isto prejudica muito algumas ações como, por exemplo, aquelas que trabalham com Provas de Ganho de Peso e Teste de Progênie. Isto porque estes animais precisam estar com idades pré-determinadas para o início do projeto. Outra Ação prejudicada pela descontinuidade é a de Prevenção e Controle de Doenças, isto porque, prevenção deve ser feita rotineiramente, e não somente nos meses em que existe recurso. Um período sem prevenção pode prejudicar todo o trabalho anteriormente realizado.

A execução das ações de defesa sanitária animal depende necessariamente da participação dos órgãos estaduais de defesa sanitária animal. A situação da grande maioria dos Estados é crítica e nos últimos anos o apoio do Governo Federal foi insuficiente, extemporâneo e descontínuo. Apesar das metas físicas terem sido cumpridas, observa-se grande fragilidade das estruturas estaduais, o que poderá em curto espaço de tempo comprometer os avanços alcançados.

Quando se faz convênio com as entidades representativas, sugere-se que os benefícios gerados com os resultados alcançados atinjam várias pessoas, podendo gerar crescimento social da comunidade envolvida. Desta forma, o desenvolvimento da comunidade beneficiada servirá de estímulo para a agregação de novos participantes. Além disso, a execução das Ações de Transferência de Tecnologia, através da realização de dias de campo, palestras, treinamentos e vitrines tecnológicas, constituem-se em atividades que promovem a participação social, o levantamento de expectativas e demandas e a troca de experiências entre os diversos segmentos de produtores rurais em um ambiente participativo e dinâmico.

RECOMENDAÇÕES

• Para um alinhamento estratégico entre o objetivo setorial do Ministério da Agricultura e a programação vigente para o PPA 2008-2011, propõe-se a exclusão do Programa, fundindo ou remanejando sua ações para outros programas, de forma a mudar o enfoque da matriz atual de Cadeias Produtivas para a Prestação de Serviços. Sendo assim, a Ação de Transferência de Tecnologia será executada em outra ação agregada de transferência de tecnologia da Embrapa. A Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças também será realizada em outra ação agregada para este fim no Programa 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, renomeado e ampliado em seu escopo.

DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA

OBJETIVO

Gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de divisas e empregos.

PÚBLICO-ALVO

Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.660.407.380,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 1.602.595.387,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 1.602.595.387,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. CONSUMO INTERNO DE CAFÉ

Unidade de medida: milhão de sacas
Índice apurado em 2006: 16,5
Índice previsto ao final do PPA: 14,4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Levantamento realizado pela área de pesquisa da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) mostra que, no período compreendido entre novembro de 2005 e outubro de 2006, foram consumidas 16,5 milhões de sacas de café, o que representa um aumento da demanda da ordem de 6,2% em relação a novembro de 2004 e outubro de 2005, quando o volume apurado havia sido de 15,5 milhões de sacas. No mundo, segundo dados da Organização Internacional do Café (OIC), o crescimento nesse período ficou em 1,5% ao ano, na média. O mercado brasileiro ganha cada vez mais destaque, e já representa 14% da demanda mundial. Os 16,5 milhões de sacas representam mais de 50% do consumo interno de todos os 57 países produtores de café, estimado pela OIC em 31 milhões de sacas/ano.

2. VOLUME DE PRODUÇÃO DE CAFÉ

Unidade de medida: milhão de sacas
Índice apurado em 2006: 42,51
Índice previsto ao final do PPA: 25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A disponibilidade de café verde não será suficiente para a demanda conjunta da exportação e do mercado interno porque, além do *deficit* potencial de 6 a 8 milhões de sacas na próxima safra, os estoques físicos brasileiros estão em nível baixo e os estoques oficiais antigos de café, de 1,9 milhão de sacas, serão inteiramente consumidos. Em função desse desequilíbrio e considerando a apreciação dos preços do grão cru no mercado mundial e no mercado físico brasileiro, a ABIC estima que os preços do produto, para 2007, aumentem entre 20% e 25% para os consumidores, na média.

O índice apurado em 2006 foi de 42,5 milhões de sacas de café e a previsão do índice para o final de 2007 é de 31,7 milhões de sacas, ou seja, de baixa, em razão da característica da bianualidade do volume produzido pelas lavouras de café.

3. VOLUME DE EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

Unidade de medida: milhão de sacas
Índice apurado em 2006: 27,62
Índice previsto ao final do PPA: 24

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O índice apurado em 2006 foi de 27,62 milhões de sacas de café e a previsão do índice para o final de 2007 é de 20 milhões de sacas. Segundo estudos do Conselho Nacional do Café (CNC), "o Brasil não terá como repetir no próximo ano (safra 2007-2008) os volumes exportados nos últimos anos. Ainda que o primeiro semestre de 2007 conte com o saldo da boa safra de 2006, o volume disponível para o segundo semestre estará fortemente comprometido, seja pela safra menor que será colhida (em razão da bianualidade), seja pela demanda do consumo interno".

CONTEXTUALIZAÇÃO

Historicamente, a produção, a industrialização e o comércio de café têm representação significativa para a economia brasileira. Atualmente, o café é cultivado em aproximadamente 300 mil propriedades rurais, em 1.850 Municípios distribuídos em 14 Estados da Federação, onde ocupa uma área cultivada correspondente a 2,7 milhões de hectares. Este significativo parque produtivo tem uma intrincada rede de impactos econômicos 'para frente' e 'para trás' da produção agrícola. Ao todo, estima-se que esta cadeia produtiva gera sete milhões de empregos diretos e indiretos e é responsável pela geração de riquezas que representam 2,2% da pauta de exportação brasileira e 5,4% do agronegócio. A produção brasileira de café ocupa, hoje, posição de destaque no mercado

mundial, sendo o primeiro produtor, representando 39,8% da produção mundial, e o primeiro exportador, representando 31,8% das exportações mundiais de café, com uma geração de divisas de 1,4 bilhão de dólares.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Líder mundial na exportação de café, com 27,6 milhões de sacas exportadas em 2006, com acréscimo de 6% em relação ao ano anterior;

• Líder mundial na produção de café, com 42,5 milhões de sacas produzidas em 2006, apresentando acréscimo de 29% em relação ao ano anterior;

• Crescimento do consumo interno de café de 6,2% em 2006, atingindo a marca de 16,5 milhões de sacas, o que significou 38% da safra colhida naquele ano.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Em 2006, o consumo interno de café foi de 16,5 milhões de sacas e a previsão do índice final para 2007 é de 17,4 milhões de sacas. A ABIC atribui o crescimento do consumo a um conjunto de fatores que se repete há anos, de forma consistente e duradoura. Entre estes fatores estão:

a) melhoria contínua da qualidade do café oferecido aos consumidores, ampliada com o Programa de Qualidade do Café (PQC), lançado pela ABIC no final de 2004 e que, atualmente, já certifica mais de 160 marcas em todo o Brasil;
b) consolidação do mercado de cafés tipo Gourmet ou Especiais;
c) melhoria significativa da percepção do café, quanto aos aspectos dos benefícios para a saúde, como resultado dos grandes investimentos no Programa Café e Saúde, que todo o agronegócio apóia, inclusive o Fundo de Desenvolvimento da Economia Cafeeira (Funcafé);
d) maiores investimentos da indústria de café em expansão do parque produtivo, em tecnologia, inovação e marketing. O ano de 2006 marcou, também, a entrada no mercado brasileiro de novas cadeias de casas de café estrangeiras e o anúncio de investimentos de empresas européias, tudo contribuindo para confirmar o interesse despertado pelo tamanho do mercado interno brasileiro, que se mostra maduro para assimilar inovações e novos produtos.

A exportação de café torrado ou moído apresentou um excelente desempenho em 2006. O valor das vendas alcançou, US$ 24,5 milhões contra US$ 16,7 milhões em 2005, isto representando um acréscimo de 46%. O preço médio do café exportado foi de US$ 4,55/kg em 2006 contra US$ 4,00/kg em 2005 (14% de aumento). Para 2007, a previsão é que as exportações alcancem US$ 32 milhões, com os EUA figurando como maior mercado comprador e o Mercosul surgindo como boa opção de negócios (5% das vendas).

Durante o exercício de 2006, o Funcafé disponibilizou linhas de crédito para o financiamento do agronegócio nos valores de R$ 337 milhões para a colheita, R$ 785 milhões para a estocagem, R$ 253 milhões para Financiamento para Aquisição de Café (FAC) e R$ 204 milhões para custeio, perfazendo o total de R$ 1,6 bilhão, cumprindo integralmente com o orçamento aprovado para tal finalidade. Com esses recursos para a colheita foram atendidas 69 cooperativas de crédito, além de 15.468 produtores individuais. O montante destinado à estocagem foi distribuído entre 88 cooperativas e 7.238 produtores. O FAC foi absorvido por cinco cooperativas e 81 mutuários entre beneficiadores, exportadores e indústrias torrefadoras de café.

Do previsto para 2006, o Programa atingiu 96%, sendo que não foi possível alcançar os 100% em razão da escassez de limites para empenho e pagamento, os quais não permitiram que algumas ações fossem realizadas. Dentre os resultados alcançados pelo Programa em 2006, destacam-se:

a) a consolidação da Política Anticiclíca para a Cafeicultura Nacional;
b) o Projeto de Aperfeiçoamento Metodológico do Sistema de Previsão de Safra (Geosafra);
c) o levantamento dos estoques públicos e privados;
d) o Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café;
e) o Programa Integrado de Marketing dos Cafés do Brasil (PIM/CAFÉ);
f) a repactuação de dívidas do setor cafeeiro;
g) a aprovação do Plano Nacional de Desenvolvimento do Agronegócio Café (PNDAC).

O CDPC, através de seus Comitês, em reuniões periódicas, procedeu a análise, discussão e aprovação de projetos que foram executados pelo Programa, bem como as propostas de orçamento e financiamento do setor, inclusive proposição de novos instrumentos creditícios. Analisou a gestão de contratos e convênios relacionados a programas e projetos promocionais de publicidade e marketing do café no País e exterior, e ainda, realizou análise, discussão, aprovação e gestão das ações, projetos e programas relacionados ao Acordo Internacional do Café e à OIC, bem como avaliou no final do ano os respectivos resultados.

As ações que tinham metas físicas previstas tiveram resultados satisfatórios. No caso da Ação Capacitação de Técnicos e Produtores a meta física foi superada. Quanto à meta física da Ação Conservação dos Estoques Reguladores de Café de quatro milhões de sacas de café, não foi atingida, em razão da venda de 2,12 milhões de sacas, efetuada através de leilões. A meta física da Ação Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-Comercialização de café, que era de 35.000 contratos, só atingiu 22.949 contratos, em razão desta quantidade de contratos ter atingido o limite de recursos previstos na LOA 2006, recursos estes disponibilizados em sua totalidade aos cafeicultores e cooperativas através de financiamentos. A Ação Prevenção e Controle de Pragas na Cafeicultura superou em 638,02% o previsto na LOA 2006.

As Ações de Gestão e Administração do Programa são implementadas a partir das negociações com os diversos parceiros componentes do Programa por meio de: aprovação de projetos pelo CDPC e definição de metas físicas, financeiras, indicadores e público-alvo, tendo como base a reavaliação do Programa ocorrida no ano anterior. Nesse sentido, cabe a esta Ação planejar o Programa: promover o acompanhamento sistemático da produção, comercialização e exportação do café brasileiro, com base nos levantamentos estatísticos efetuados pelo DCAF; proceder à análise dos relatórios dos levantamentos de safra e dos levantamentos de estoques privados, fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); verificar *in loco* as condições de armazenamento dos estoques governamentais de café, bem como avaliar se os segmentos da cadeia produtiva do café, que constituem o público-alvo do Programa, têm sido atendidos em suas expectativas.

Para tanto, em 2006, foi executado o percentual de 89% em relação ao previsto na LOA de 2006, tendo sido as ações atendidas em sua totalidade. Apresentaram-se gastos principais com diárias, passagens, descentralização de recursos à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) como forma de dar apoio à Gestão de PN&D e à Conab, para efetuar, com o apoio do Funcafé, o levantamento de estoques privados de café e as estimativas de safra para 2006, bem como demais atividades necessárias à gestão e à administração do Programa.

A Ação Remuneração às Instituições Financeiras pela Operação de Financiamentos à Cafeicultura foi parcialmente cancelada, em decorrência da escassez de limites para empenho e pagamento. Para solução do problema, sugere-se a inclusão da referida Ação, na LOA 2008, como Operações Especiais, em razão desta obrigatoriedade de pagamento estar ligada às operações de financiamentos à cafeicultura para evitar a dependência dos referidos limites. Como o débito junto ao Banco do Brasil pela dação em pagamento já perfaz o total de R$ 79,44 bilhões, conforme carta de cobrança do Banco do Brasil S.A. (BB), de 28.8.2006, é necessário que haja recursos orçamentários assegurados para que este débito seja liquidado, uma vez que o mesmo sofre correção ano a ano. Enquanto esta ação estiver incluída no rol das despesas discricionárias do Funcafé, dificilmente será paga, pois em razão da escassez de recursos, a mesma não contará, por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com a distribuição de limite de empenho e pagamento suficiente para atender a esta finalidade.

A Ação Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura sofreu maior impacto no que se refere ao atraso na liberação de recursos, tendo em vista a complexidade do processo de liberação dos recursos, pois envolve mais de 45 participantes, e os convênios só podem ser efetuados entre o consórcio e seus parceiros após a descentralização ao Consórcio dos recursos orçamentários, fato que somente ocorreu a partir de setembro de 2006. Sugere-se que a ação de pesquisa, a exemplo do que ocorre na Embrapa, não esteja sujeita a limite de empenho e pagamento, ou então que haja por parte do MAPA, ao liberar os referidos limites, maior preocupação com prazos e quantitativos a serem liberados para pesquisa, para que as mesmas sejam realizadas conforme a sua programação e alcance os resultados previstos. A ação de Pesquisa, executada pelo Consórcio conseguiu atingir a sua meta física e financeira prevista na LOA 2006.

A Ação Transferência de Tecnologia, executada pela Embrapa, atingiu 98% de sua meta financeira, sendo que a Ação Prevenção e Controle de Pragas da Cafeicultura, executada pela Secretaria de Defesa da Agricultura (SDA) só conseguiu realizar 32% de sua meta financeira e 638% de sua meta física. A Conab atendeu integralmente seu plano de trabalho, com relação ao levantamento de estoques privados e estimativas de safras previstas para 2006.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. A Ação Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura somente contou com a liberação de recursos orçamentários e financeiros a partir de setembro de 2006, provocando transtornos em sua programação, uma vez que tais pesquisas obedecem a uma sistemática junto à Embrapa e seus parceiros, ou seja, em torno de 45 entidades, com as quais os convênios são firmados somente após a liberação dos recursos. Em razão da falta de limite de recursos orçamentários e financeiros para a Ação Remunerações a Instituições Financeiras, deixou-se de cumprir com os compromissos assumidos junto ao BB. A Ação Equalização de juros nos financiamentos para custeio, investimento, colheita e pré-comercialização do café não foi executada, tendo em vista os termos constantes das Resoluções do Banco Central permitirem, na época, aos agentes financeiros procederem à dedução do valor da equalização no momento da quitação dos financiamentos.

O Programa, através de convênios firmados com entidades sem fins lucrativos, executa as ações de promoção e marketing, tendo obtido em 2006 um desempenho satisfatório por parte desses parceiros, os quais cumpriram com as metas acordadas. A maior dificuldade do Programa consiste no atraso para se liberar aos parceiros os recursos previstos na LOA, decorrente da falta de limites para empenho e pagamento.

RECOMENDAÇÕES

• Em relação à Ação de Remuneração às Instituições Financeiras pela Operação de Financiamentos à Cafeicultura, caracterizar uma ação como Operação Especial, não altera a natureza discricionária ou obrigatória da mesma. Esta ação não possui natureza de despesa obrigatória de acordo com os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal;

• Incorporar os recursos não-orçamentários para dar mais visibilidade e transparência à execução do Programa.

DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA

OBJETIVO

Elevar padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerido pelo mercado internacional.

PÚBLICO-ALVO

Agentes da cadeia frutícola: produtores, processadores, distribuidores, atacadistas, varejistas, técnicos, pesquisadores, gestores, *traders*, população de pólos frutícolas e consumidores finais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 11.498.189,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 10.152.442,00**
	Pago Estatais:	**Não-aplicável**
	Total:	**R$ 10.152.442,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
Não-aplicável	**Não-aplicável**	

INDICADORES

1. QUANTIDADE EXPORTADA DE FRUTAS FRESCAS

Unidade de medida: 1000 t
Índice apurado em 2006: 909,42
Índice previsto ao final do PPA: 1.443

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

2. QUANTIDADE EXPORTADA DE SUCOS DE FRUTAS

Unidade de medida: 1000 t
Índice apurado em 2006: 1.853,66
Índice previsto ao final do PPA: 3.017

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

3. VALOR DAS EXPORTAÇÕES DA FRUTICULTURA

Unidade de medida: US$ milhão
Índice apurado em 2006: 2.302,40
Índice previsto ao final do PPA: 2.790

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

4. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO MERCADO MUNDIAL DE FRUTAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 1,5
Índice previsto ao final do PPA: 1

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A participação nacional no mercado mundial de frutas e processados, inclusive sucos, aumentou nesses últimos anos, evidenciando a adequação do sistema produtivo do setor às exigências dos mercados internacionais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A cadeia frutícola brasileira, com produção de 43 milhões de toneladas anuais, em área plantada de 2,2 milhões de hectares, é a terceira maior produção de frutas frescas do mundo, sendo superada apenas pela China e Índia. A sua pauta de produção, caracterizada pela extensão e diversidade, é uma das mais complexas e inclui frutas de clima temperado, tropical e subtropical, além das chamadas exóticas como a graviola, cupuaçu, açaí, sirigüela, pitomba, sapoti, dentre tantas outras espécies. Em razão de intenso nível de tecnologia, que vem sendo introduzido desde a década de 80, sobretudo, em pré e pós-colheita, a fruticultura brasileira, hoje, é capaz de ofertar frutas, ao longo das quatro estações do ano, a exemplo da laranja, manga, uva, banana, inclusive, maçã. No entanto, a participação brasileira no mercado mundial de frutas frescas, atualmente, avaliada em cerca de US$ 45 bilhões, ainda deixa muito a desejar, registrando exportação no valor de US$ 248 milhões em 2002, o que reflete a tímida participação de 0,6% desse mercado.

Muitos fatores afetam o desempenho do Brasil nesse mercado, principalmente, as carências estruturais internas como as de vias de transporte, pontos estratégicos de embarque e desembarque, logística em armazenamento, acondicionamento e distribuição, estruturas de organização e gestão especializadas em comércio internacional e, na área fitossanitária, sistemas estruturados de monitoramento e controle de pragas, vigilância fitossanitária, além de barreiras fitossanitárias em fronteiras interna e externa; quanto às ocorrências de perdas, significativos índices são observados desde a produção no campo até os pontos de distribuição, como desperdícios que atingem cerca de 90% no segmento do caju e 50% no setor da banana. Dentre os fatores externos, os de maior relevância referem-se a mecanismos de proteção vigentes no segmento agrícola, fortemente subsidiado por países como os Estados Unidos da América (EUA) e membros da União Européia (EU), além de rigorosos critérios nas barreiras fitossanitárias e limites máximos de resíduos químicos, que ainda não contemplam os requisitos básicos para as frutas tropicais.

Esforços do Profruta priorizam ações para qualificação de técnicos e gestores da cadeia das frutas, em estratégicas áreas temáticas, abrangendo os principais pólos do País, e representam um dos fatores de impacto nos resultados até aqui alcançados. Compreendem atividades em processos de incorporação tecnológica no campo e tratamentos em empacotadoras, em conformidade com requisitos de mercado internacional, como o

do sistema da Produção Integrada de Frutas (PIF), que se fundamenta em princípios da sustentabilidade ambiental e agrícola, segurança alimentar e saúde humana e, sobretudo, viabilidade econômica.

Associado às ações de capacitação, outro fator de importância refere-se à organização da base produtora, que confere possibilidades de agregação de valor, escala de produção e padrões de qualidade na oferta, mediante ações de integração de diferentes agentes da cadeia das frutas. O resultado observado é a melhor competência gerencial, maior padrão qualitativo das frutas ofertadas e, conseqüentemente, mais competitividade na inserção do setor frutícola em importantes mercados interno e externo. As principais parcerias envolvidas nesta matriz de integração registram 21 órgãos federais, 19 estaduais, 13 universidades, 17 associações de produtores e cooperativas e, ainda, três instituições internacionais, totalizando 73 organismos atuantes nas áreas de biotecnologia, entomologia, fitossanidade, nutrição, solo, água, biologia, ecologia, logística em pré e pós-colheita, tecnologia da informação, gestão do agronegócio, dentre outras. A interação das atividades é processada em cada um dos 57 projetos implementados pelo convênio MAPA/CNPq, sendo 27 na área da PIF, 25 em Implantação de Viveiros Matrizes e Borbulheiras e cinco da Defesa Fitossanitária, abrangendo as espécies frutíferas de importância sócio-econômica nos principais pólos do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Crescimento de 1,3% na quantidade exportada de frutas frescas;
- Crescimento de 23,7% no valor das exportações da fruticultura.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

No estágio atual, o PIF já atingiu a consolidação de 17 espécies frutíferas em 14 Estados da Federação, estando em andamento 23 projetos de fruticultura com o envolvimento de aproximadamente 500 instituições públicas e privadas, destacando a participação e as parcerias de instituições, tais como Embrapa, CNPq, Inmetro, universidades, instituições estaduais de pesquisa, Sebrae, SENAR, CEAGESP, associações de produtores, cooperativas, certificadoras, entre outros. Em 2006, houve um aumento de 4.889 ha (incremento de 35.000 ha para 39.889 ha de área total) de área sob regime de produção integrada, com 1.521 produtores envolvidos diretamente com a produção total de 1,06 milhão de toneladas de frutas.

Atualmente 14 espécies frutíferas (banana, caju, caqui, citros, coco, figo, goiaba, maçã, mamão, manga, maracujá, melão, pêssego e uva) possuem normas técnicas publicadas com seus respectivos selos de conformidade aprovados e em condições de operacionalização. As próximas frutas a serem validadas e pólos consolidados ainda em 2007 são o abacaxi e o morango. Os projetos de PIF em andamento em vários ecossistemas do Brasil colaboraram com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), para, junto a Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), aprovar recursos para o Brasil desenvolver o projeto de Conservação e Manejo de Polinizadores para a Agricultura Sustentável através de uma abordagem ecossistêmica.

Dentre outros benefícios das ações do Programa podemos comprovar o aumento da produtividade, a alta qualidade da fruta produzida, racionalização da aplicação de agrotóxicos com até 100% de redução do uso em alguns casos, diminuição do gasto de fertilizantes em até 40%, economia do uso da água na irrigação em até 50%, aumento de infiltração de água no solo e conseqüente elevação do lençol freático, diminuição dos processos erosivos, incremento na diversidade e população de inimigos naturais das pragas e doenças e manutenção das áreas de reservas naturais.

Em 2006, foram realizados 1.334 eventos sobre produção integrada, dos quais mais de 534 foram cursos de treinamento capacitando 28.400 agentes (produtores, engenheiros agrônomos, trabalhadores rurais, extensionistas e líderes rurais envolvidos neste sistema). Além de 57 diagnósticos, 370 reuniões técnicas e 1.088 visitas técnicas. Foram instaladas 27 estações de aviso que atuam no monitoramento da ocorrência de pragas e auxiliam na tomada de decisão para seu devido controle. A maioria dos produtores que aderiram voluntariamente a PIF são pequenos produtores.

Os resultados do Programa em 2006 atingiram de 80% a 100% do previsto. Entretanto, o contingenciamento dos recursos não permitiu os avanços pretendidos. Os resultados foram parcialmente satisfatórios devido aos projetos de produção integrada de frutas contratadas em anos anteriores produziram resultados até o momento.

A execução física das ações atingiu de 80% a 100% do previsto na LOA 2006. As Ações Organização e Capacitação de Agentes Atuantes em Fruticultura e de Fomento ao Uso de Material Genético Melhorado para a Fruticultura tiveram seus recursos contingenciados e seus resultados foram parcialmente comprometidos. As metas físicas da Ação de Organização e Capacitação de Agentes Atuantes em Fruticultura estão acima do previsto pelo fato de que houve subestimação do planejado inicialmente e também porque os projetos contratados em anos anteriores (2004 e 2005) continuam a produzir resultados. A baixa execução das metas orçamentárias nestas ações ocorre devido ao fato de que os destaques orçamentários em favor do CNPq não foram levados em consideração na apuração dos resultados.

O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física programada. Em todas as ações houve atraso na liberação de recursos.

A quantidade de recursos humanos disponibilizados nas equipes executoras é insuficiente para a execução das metas físicas, sendo necessário maior número de fiscais federais agropecuários.

A gerência do Programa, em conjunto com outros órgãos do Ministério, avalia os projetos de produção integrada de frutas por meio de relatórios semestrais enviados pelos coordenadores dos referidos projetos. São realizadas visitas periódicas aos pólos de produção com reuniões dos agentes atuantes nas cadeias produtivas para averiguar o grau de satisfação e adesão, bem como apresentar dados, levantar demandas, discutir assuntos pertinentes e propor soluções. Anualmente é realizado um seminário nacioval de produção

integrada de frutas, fórum maior para apresentação dos trabalhos realizados, debater os assuntos e dificuldades e propor soluções. Todos os aspectos do Programa são avaliados e discutidos de forma regional e nacional.

Quanto à concepção do Programa, os indicadores refletem os resultados da fruticultura de exportação, mas não indicam os avanços da produção para o mercado interno, em se tratando de quantidade ofertada e, principalmente, da qualidade do produto ofertado aos consumidores nacionais. Também não reflete a melhoria das condições de produção agrícola, pois, não demonstra a evolução no sentido da sustentabilidade do setor.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A gerência do Programa promove reuniões com grupos de interesse em que os projetos de produção integrada de frutas são implementados por meio de um comitê coordenado por uma instituição parceira e este comitê congrega todos os agentes que participam da cadeia ou sistema produtivo em questão. Este comitê é o responsável por definir as boas práticas de produção e pós-colheita, bem como a adequação do processo produtivo de acordo com estas normas, as quais são validadas em campo quanto à sua aplicabilidade e à sua viabilidade econômica.

RECOMENDAÇÕES

• Com o propósito de promover o alinhamento estratégico entre o objetivo setorial, definido em seu mapa estratégico, e a programação vigente para o PPA 2008-2011, propõe-se a exclusão do programa Profruta, de maneira que as ações sejam fundidas ou remanejadas para outros programas, de forma a mudar o enfoque da matriz de programas atuais do PPA 2004-2007 de Cadeias Produtivas para a Prestação de Serviços. Sendo assim, a Ação de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Fruticultura será executada em outra ação agregada de transferência de tecnologia da Embrapa; a Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Vegetais também será realizada em outra ação agregada para este fim no Programa 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, renomeado e ampliado em seu escopo. A iniciativa da implantação do PIF será estendida à produção de outras culturas, inclusive olerícolas.

DESENVOLVIMENTO DA HORTICULTURA

OBJETIVO

Aumentar a produtividade e garantir a sanidade na olericultura, na floricultura e no cultivo de plantas medicinais e de especiarias, de forma a atender os padrões requeridos pelo mercado nacional e internacional.

PÚBLICO-ALVO

Agentes da cadeia de olerícolas, plantas medicinais, floricultura e especiarias.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.025.925,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 1.371.423,00**
	Pago Estatais:	**Não-aplicável**
	Total:	**R$ 1.371.423,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
Não aplicável	**Não-aplicável**	

INDICADORES

1. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE BATATA-INGLESA

Unidade de medida: kg/ha
Índice apurado em 2006: 21.698
Índice previsto ao final do PPA: 25.122

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

2. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE CEBOLA

Unidade de medida: kg/ha
Índice apurado em 2006: 18.710
Índice previsto ao final do PPA: 20.186

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

3. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE TOMATE

Unidade de medida: kg/ha
Índice apurado em 2006: 56.582
Índice previsto ao final do PPA: 71.087

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

CONTEXTUALIZAÇÃO

No segmento de olerícolas: preparar o horticultor para o mercado moderno por meio de organização dos produtores em comitês, consórcios, associações e cooperativas com a finalidade de proporcionar ao segmento da produção informações de pesquisa, defesa agropecuária, mercado, classificação e empacotamento.

No segmento de plantas medicinais: embora a medicina moderna esteja bem desenvolvida na maior parte do mundo, grande setor da população dos países em desenvolvimento depende dos profissionais tradicionais, das plantas medicinais e dos medicamentos fitoterápicos para a sua atenção primária (Zhang, 2000). Além do mais, durante as últimas décadas, o interesse do público nas terapias naturais tem aumentado enormemente nos países industrializados e acha-se em expansão o uso de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos (OMS, 2000).

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), 80% da população dos países em desenvolvimento utiliza-se das práticas tradicionais na atenção primária e, desse total, 85% usa plantas medicinais ou preparação destas. O mercado mundial de fitoterápicos em 2000 movimentou US$ 19,6 bilhões e há previsão de que somente a Europa registre volume de vendas de US$ 7,5 bilhões. A Alemanha lidera o uso de fitoterápicos, com vendas de US$ 2,7 bilhões, sendo o valor gasto por habitante/ano de US$ 84,00 (*Phitopharm Consulting Berlin*), significando que 40% de todos os remédios prescritos por médicos são fitoterápicos. No Brasil, as estatísticas sinalizam que os laboratórios privados produzirão mais produtos, com aumento de 20% ao ano. Enquanto os medicamentos éticos em geral, incluindo drogas sintéticas, cresceram 4% de 1999 para 2000, totalizando US$ 6,2 bilhões, os fitomedicamentos cresceram 15%, metade do valor do mercado de fitoterápicos em geral, que inclui toda sorte de produtos naturais, mas sem respaldo científico.

Atualmente, segundo a auditora internacional (IMS), comercializam-se no Brasil US$ 260 milhões em fitomedicamentos, metade do valor do mercado de fitoterápicos em geral, que inclui toda sorte de produtos ditos naturais, mas sem respaldo científico. Dois fatores relevantes animam o mercado de fitoterápicos: a *Federal Drugs Administration* (FDA), dos Estados Unidos, finaliza estudos para regulamentação de fitoterápicos, o que ajudaria a incrementar o mercado mundial; assim como a lei das patentes, mediante a Resolução nº 17 de 2000 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária contribui com as pesquisas de novos fitomedicamentos no Brasil.

Observa-se que, diante do cenário do mercado mundial de plantas medicinais que sinaliza possibilidades reais de se ampliar, a participação brasileira nesse negócio ainda é muito singela diante das condições privilegiadas que o País possui em termos de biodiversidade e de variações edafoclimáticas que favorecem o cultivo das mais variadas espécies de plantas medicinais. As oportunidades desse negócio são amplas e as chances de geração de renda e de emprego são reais, haja vista que essa atividade tem grande identidade com o modo de produção da agricultura familiar, pois, exige pequena área, possui elevada

rentabilidade econômica, precisa de muita mão-de-obra, visto que seu cultivo é basicamente com orgânicos. Hoje este cultivo vem sendo desenvolvido basicamente por agricultores familiares. Mesmo com a oportunidade de se adentrar no mercado mundial, o setor encontra-se bastante desorganizado, carece de informações sistematizadas sobre sistemas de produção, beneficiamento e comercialização. A articulação e a troca de experiência entre equipe de pesquisadores e de profissionais das ciências agrárias, principalmente, extensionistas rurais sobre o cultivo de plantas medicinais, continuam incipientes. Seu cultivo ainda é muito empírico, disperso, isolado em termos de informação. Faltam pessoas capacitadas nessa área para difundir conhecimentos tecnológicos aos produtores e orientá-los na condução dessa atividade. Praticamente, inexiste material instrucional publicado sobre esse assunto de cunho prático ao alcance dos produtores familiares.

No segmento de especiarias: especiarias são atividades lucrativas de alto valor agregado, geradoras de emprego e renda, que se encontram à margem das prioridades do MAPA a despeito de o Brasil ser membro da Comunidade Internacional de Pimenta do Reino (CIP). Há a necessidade de realização de estudos sobre a cadeia produtiva das especiarias com prioridade para a pimenta do reino, de forma a traçar um programa de desenvolvimento para o setor. Por serem produtos alimentares da pauta de exportação suscetíveis à contaminação é recomendável o posicionamento imediato sobre o assunto.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Acréscimo de 2,1% na produtividade das lavouras de cebola.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os princípios básicos da Produção Integrada estão amparados basicamente na elaboração e desenvolvimento de normas e orientações multidisciplinares de comum acordo entre os agentes de pesquisa, ensino e desenvolvimento, extensão rural e assistência técnica, associações de produtores, cadeia produtiva específica, empresários rurais, produtores, técnicos e outros. Pelo sistema, garante-se que a hortaliça foi produzida seguindo o roteiro de um sistema sustentável. O resultado é um produto garantido em toda sua cadeia, da fazenda à mesa do consumidor. Atendendo às demandas do mercado internacional, que sinaliza para a valorização do aspecto qualitativo e do respeito ao meio ambiente de qualquer produto, o Sistema de Produção Integrada (SAPI) vem se transformando no grande fiador dos produtores brasileiros na oferta de um alimento seguro, produzido de acordo com as normas ambientais, econômicas e sociais. Com a nova estrutura do MAPA, foi instituído o SAPI e o indicador proposto é a adesão do produtor ao sistema de produção integrada.

A cebolicultura nacional é uma atividade praticada, principalmente, por pequenos produtores e a sua importância sócio-econômica fundamenta-se não apenas na sua rentabilidade financeira, mas também na grande demanda de mão-de-obra. As Regiões Sul e Sudeste são as principais produtoras de cebola no País, respondendo pela quase totalidade, sendo o melhor desempenho apresentado pela Região Sul que em 2006 alcançou 59,6% da produção, todavia, com a menor produtividade média (17,50 t/ha).

Houve o decréscimo de 1,9% na produtividade das lavouras de batata-inglesa. Entretanto, a safra das águas de batata é a maior do Brasil, sendo os Estados de Minas Gerais e São Paulo os principais produtores. Nos últimos três anos, o mercado de batatas sofreu sérias oscilações de preço devido à alteração da configuração das regiões produtoras e introdução de novas variedades, ocasionando redução da área cultivada, em 2005, em todo o Território Nacional, inclusive no Estado de São Paulo. Em 2006, os resultados indicam uma recuperação na área plantada chegando a batata-inglesa na 1ª safra a 4,2%, na 2ª safra a 7,7% e na 3ª safra a 3,3%.

Houve o decréscimo de 9,1% na produtividade das lavouras de tomate. Entretanto, o Brasil encontra-se entre os maiores produtores mundiais de tomate para processamento industrial (tomate indústria), produzindo anualmente cerca de 1,4 milhões de toneladas, em 19.500 ha. Os Estados de Goiás e Minas Gerais são responsáveis por cerca de 84% da produção nacional, com 12.100 ha de área plantada e produção de 962 mil toneladas. Além do valor econômico da produção, o agronegócio tomate gera renda e empregos diretos e indiretos para trabalhadores no campo e nas cidades, a ponto de posicionar o tomate como uma das lavouras de maior importância social no Brasil. Para oferecer uma alternativa para a produção de tomate indústria de qualidade, de maneira racional e ecologicamente sustentável, utilizando práticas integradas e multidisciplinares, verificou-se a oportunidade de desenvolver um modelo de Produção Integrada de Tomate Indústria (PITI) nos Estados de Goiás e Minas Gerais, a exemplo do que vem sendo utilizado com sucesso para frutas no Brasil, desde 1996, através do Programa de Produção Integrada de Frutas (PIF).

Em relação a isso, foi realizada a 3ª Reunião do Comitê Gestor, em 8.12.2006, para avaliar e aprovar as normas técnicas para a Produção Integrada de Tomate Indústria. Foi criado um 'selo fantasia' sobre o PITI, que acompanhará as publicações referentes ao Projeto PITI, para utilização em 2007. Foi também elaborada uma planilha para o Monitoramento de Pragas de Tomate para Processamento Industrial, na qual são indicadas as pragas-chaves, os pontos de amostragem e o nível de controle.

Embora a Produção Integrada implique investimentos tecnológicos e a mudança de posturas dos agricultores, a qualidade a ser agregada ao produto assegurará competitividade e beneficiará diretamente o consumidor. Para que a implementação do sistema de PITI tenha sucesso, há necessidade de preparo profissional, atualização técnica permanente, além de treinamento e capacitação dos técnicos e produtores.

A execução do plano de trabalho conjunto com as Divisões de Análise de Risco e Quarentena da Coordenação-Geral de Proteção de Plantas (CGPP) ficou prejudicada devido à Embrapa Hortaliças ainda não ter concluído a revisão do banco de dados de brássicas e solanáceas, e às restrições orçamentárias que, de qualquer forma, teriam impedido a continuidade dos trabalhos. Ressaltamos que o produto Área Controlada é inadequado para refletir as atividades da ação de Prevenção e Controle de Pragas na Horticultura. Levando em consideração que área controlada é a área onde estão efetivamente sendo aplicadas medidas fitossanitárias para controle, supressão ou erradicação de pragas e que

área prevenida é definida como a área onde se quer prevenir a introdução ou a disseminação de pragas, a meta de 70.000 hectares de área controlada é irreal. Além disso, área controlada é um parâmetro que não reflete os resultados finais da aplicação de medidas fitossanitárias, já que não mostra a área que está sendo protegida por meio da aplicação dessas medidas.

Em relação a flores e plantas ornamentais, foi elaborada a agenda de discussão da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais, e também, executada a promoção de exportação de flores e plantas ornamentais, plantas medicinais e a publicação do Manual de Produção de Plantas Medicinais.

Apesar do contingenciamento dos recursos, a realização de cursos, reuniões, palestras, seminários e outras atividades de organização da cadeia produtiva e de capacitação tecnológica e gerencial de agentes públicos e privados, visando à difusão de métodos, técnicas e procedimentos pertinentes à horticultura e à adoção de planos integrados de desenvolvimento alcançaram resultados acima do esperado.

Para a Ação de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Horticultura, com um montante de 60,1% dos recursos financeiros liberados, foi possível executar 58,3% das metas físicas, sem prejuízos qualitativos.

O Programa de Exportações de Cucurbitáceas a partir das Áreas Livres (ALP) e dos Sistemas de Manejo de Risco (SMR) de *anastrepha grandis* está apresentando bons resultados, como início das exportações de melancia do SMR de Goiás e de melões da ALP do Ceará para a Argentina. Até o momento, foram exportados para a Argentina 11.433 t de melões, abóboras e melancias a partir do SMR de Minas Gerais, São Paulo e Goiás, que tiveram ao todo 112 unidades de produção cadastradas, com uma área total de 1.592 ha. Com relação a 2005, houve uma queda expressiva no volume de cucurbitáceas exportadas para a Argentina, todavia esse decréscimo foi devido a questões de mercado. As exportações de melões da ALP-CE e ALP-RN não foram totalizadas até o término desta avaliação. Outro aspecto importante a considerar é que os sistemas de área livre e de manejo de risco efetivamente criaram uma alternativa de mercado para os produtores.

Considera-se factível a inclusão do Sistema de Produção Integrada em qualquer política de cunho social que traga em seu bojo o desenvolvimento setorial ou regional, uma vez que incentiva o uso de mão-de-obra familiar e proíbe expressamente o uso de mão-de-obra escrava ou infantil pelos produtores que aderirem ao sistema.

Os mecanismos de monitoramento de desempenho das ações envolvem reuniões de trabalho e visitas *in loco*, com aplicação de questionário de diagnóstico da cultura em foco e coleta de informações de custo de produção, equipamentos e amostras de solo da cultura. Além disso, existem os sistemas informatizados, como o sistema interno da Embrapa e o Sistema Integrado de Planejamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SIPLAN/MAPA). As ações de transferência de tecnologia desenvolvidas também são objeto de auditoria interna da Embrapa para fins de comprovação de sua realização.

Dos recursos financeiros, 81,9% previstos foram liberados somente no segundo semestre, o que prejudicou o alcance das metas físicas. O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Em conseqüência os projetos de flores e plantas ornamentais não foram contemplados, prejudicando as ações relativas à certificação para atendimento aos mercados internacionais.

O contingenciamento do orçamento não permitiu a execução de muitas atividades programadas para 2006 e comprometeu o planejamento das ações como um todo, sendo necessário o remanejamento de recursos financeiros para viabilizar as atividades. Cabe ressaltar que a liberação total do orçamento só ocorreu em dezembro, não havendo tempo hábil para a execução das atividades previstas. A restrição não permitiu a execução de atividades descentralizadas do Pró-Orgânico para 2006.

No ano de 2006, foram beneficiados 4.305 agentes atuantes em horticultura: horticultores, técnicos, trabalhadores rurais. O valor alcançado ficou acima do esperado porque os projetos contratados em anos anteriores a 2006 estão produzindo resultados satisfatórios, deixando claro que o descontingenciamento dos recursos previstos beneficiaria um número muito maior de pessoas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa está estruturado na promoção da organização da cadeia produtiva da horticultura por intermédio de reuniões, seminários e cursos sobre a Produção Integrada e desenvolvimento da cadeia produtiva. Neste aspecto, as parcerias não-governamentais são importantes na condução do Programa.

O cenário mercadológico internacional sinaliza para grandes mudanças nos sistemas de produção de hortaliças, exigindo dos produtores a adoção de critérios de qualidade, produção certificada e cumprimento de normas internacionais relacionadas à segurança do alimento, rastreabilidade e respeito ao meio-ambiente e ao homem. A cada dia aumenta mais a conscientização dos consumidores em relação ao consumo de frutas e seus derivados sem resíduos de agrotóxicos. Com isso as grandes redes de supermercados europeus têm pressionado os produtores e exportadores para que estes adotem um sistema de certificação que garantam a qualidade dos seus produtos. O Programa de Desenvolvimento da Horticultura, que integra os programas estruturantes de governo, expressa uma das prioridades estratégicas do MAPA. Apresenta-se instituído em modelo de parceria e integração entre organismo público e privado, com o objetivo de promover a expansão da produção e renda do setor hortícola. O público-alvo do Programa é os agentes da cadeia hortícola, como os produtores, distribuidores, atacadistas e varejistas, técnicos agrícolas, *traders*, pesquisadores, gestores, viveiristas, agroindústria, sistema de crédito e finanças e consumidores finais.

A estratégia de execução multiinstitucional prevê as ações de expansão da produção e renda desenvolvidas diretamente pelo segmento privado, constituinte da base produtora hortícola, e o papel normativo e indutor de apoio e fomento atribuído ao

Estado. As iniciativas contempladas abrangem: a capacitação de fruticultores, o controle de pragas na horticultura, o controle de resíduos químicos em horticultura, a difusão de tecnologia em horticultura, o sistema de integração e qualificação da informação comercial e tecnológica, a inovação tecnológica para o semi-árido nordestino e a pesquisa e desenvolvimento em horticultura.

RECOMENDAÇÕES

• Para um alinhamento estratégico entre o objetivo setorial do MAPA e a programação vigente para o PPA 2008-2011, propõe-se a exclusão do Programa, fundindo ou remanejando sua ações para outros programas, de forma a se mudar o enfoque da matriz atual de Cadeias Produtivas para a Prestação de Serviços. Sendo assim, a ação de Transferência de Tecnologia será executada em outra ação agregada de transferência de tecnologia da Embrapa. A Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças também será realizada em outra ação agregada para este fim no Programa 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, renomeado e ampliado em seu escopo.

DESENVOLVIMENTO DA SUIDEOCULTURA

OBJETIVO

Elevar a performance dos rebanhos de suídeos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, industriais da suinocultura, fabricantes e comerciantes de produtos de uso veterinário.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 3.641.256,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 623.848,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 623.848,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE SUÍNOS

Unidade de medida: US$
Índice apurado em 2006: 1.040.000.000,00
Índice previsto ao final do PPA: 770.959.922,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

A receita das exportações recuou 11,2% para US$ 1,04 bilhão, frente a US$ 1,17 bilhão em 2005. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs), outros países aumentaram suas importações de carne suína brasileira de forma expressiva. As exportações para Hong Kong aumentaram 21%, para a Ucrânia o aumento foi de 130%, Cingapura 52% e, para a Argentina, 11%. Esses países somados à Rússia compraram 83% do total de carne suína exportada pelo Brasil em 2006 e responderam por 85% da receita gerada com essas exportações.

Ao se considerar a interferência negativa da febre aftosa sobre as exportações de produtos suínos, o desempenho do setor foi muito bom.

2. PESO MÉDIO DE CARCAÇA DOS SUÍNOS

Unidade de medida: kg
Índice apurado em 2006: 98,43
Índice previsto ao final do PPA: 98,43

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O indicador não tem valor para medir o desempenho da ação, por ser um número relativamente constante, por razões comerciais. Para manter os padrões dos cortes industriais, o peso da carcaça não pode variar muito. Assim, seriam exemplos de índices importantes para medir o desempenho:

a) idade média de abate, que expressaria os ganhos de precocidade da espécie suína;
b) taxa de conversão alimentar, que denotaria a evolução da capacidade do animal em produzir proteína nobre;
c) leitões produzidos por matriz/ano, que ressaltaria a produtividade.

3. QUANTIDADE EXPORTADA DE SUÍNOS

Unidade de medida: tonelada
Índice apurado em 2006: 528.200
Índice previsto ao final do PPA: 801.104

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

O País embarcou 528,2 mil t de carne suína *in natura* e industrializada em 2006, volume 15,5% abaixo do apurado em 2005, de 625 mil t. A retração deve-se ao embargo da Rússia, maior comprador de carne suína do Brasil, que proibiu as importações de vários Estados em 2006, em decorrência dos focos de febre aftosa ocorridos nos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná. O importador liberou as compras dos Estados de Mato Grosso, São Paulo e Rio Grande do Sul, mas mantém o embargo ao Estado de Santa Catarina, maior produtor brasileiro de suínos. Apesar dos embargos, o mercado russo seguiu como o principal destino da carne suína brasileira, respondendo por 51% do acumulado do ano. Na comparação ao ano anterior, a queda nos volumes embarcados para a Rússia foi de 33,86% (268 mil toneladas em 2006 contra 405 mil em 2005).

4. TAXA DE CONTROLE PESTE SUÍNA CLÁSSICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 51
Índice previsto ao final do PPA: 80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

A Taxa de Controle da Peste Suína considera a área livre da doença, quando deveria considerar o rebanho existente nessa área. Mais de 80% do rebanho comercial do Brasil está concentrado nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O risco de reintrodução de uma enfermidade aumenta a cada ano que se passa sem sua ocorrência.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A atividade suinícola no Brasil está presente em quase metade das propriedades agrícolas existentes no País. Essa atividade emprega mão-de-obra tipicamente familiar, sendo responsável pela colocação de 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos no mercado de trabalho, constituindo-se em importante fonte de renda e em estabilidade social. Dentre as funções sociais da suinocultura destacam-se: viabilizar o pequeno e médio produtor agrícola, gerar emprego e fixar o trabalhador no meio rural, e contribuir para o desenvolvimento das regiões produtoras de cereais. Além disso, a suinocultura deve crescer a taxas significativas e competir com produtos de qualidade para ampliar sua participação no mercado internacional. Dentro desse contexto, garantir a sanidade do rebanho suíno nacional e melhorar seus índices de produção são demandas impostas pela sociedade e pelo mercado, sendo, portanto, objeto de ação do Programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aumento da produção de carne suína de 5,76% entre 2005 e 2006;
- Contenção dos focos de febre aftosa;
- Manutenção da Zona Livre de Peste Suína Clássica (PSC);
- Abertura de novos mercados compradores.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A produção de carne suína teve um aumento de 5,76%. Este crescimento reflete o crescimento do mercado interno e das exportações desse produto. Além disso, o setor tem incorporado novas tecnologias, que permitiram ganhos de produção e de produtividade.

A manutenção do status sanitário do rebanho e a organização da cadeia produtiva foram vitais para o bom desempenho do agronegócio suinícola.

Destca-se a contenção dos focos de febre aftosa. Os focos ocorreram nos Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, levando a Organização Mundial de Sanidade Animal (OIE) a suspender a condição sanitária dos Estados do TO, GO, DF, MT, MG, ES, SE, RJ, SP e PR, pertencentes à zona livre de aftosa com vacinação existente no País, permanecendo apenas Acre, Rondônia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A manutenção da zona livre de PSC é comprovada através de monitoramentos sorológicos e atendimento de notificações de suspeitas, realizados em estabelecimentos suinícolas, nos quais não foi detectada atividade viral.

Abertura de novos mercados compradores: foram realizadas negociações para superação de barreiras sanitárias. Como resultado positivo, obteve-se acesso, entre outros, aos Estados Unidos da América e à Ucrânia. Obtiveram sucesso, também, as gestões realizadas junto às autoridades sanitárias da Rússia para a liberação de Estados brasileiros à exportação de carne suína para aquele país.

As Ações Fomento ao Uso de Material Genético Melhorado para a Suideocultura e Organização e Capacitação de Agentes Atuantes na Suideocultura foram bastante prejudicadas pelo contingenciamento.

A Ação de Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suideocultura é executada por meio de convênios com órgãos nos Estados. Na zona livre de peste suína clássica, principalmente, em Estados onde a atividade pecuária não tem expressão econômica, a infra-estrutura de defesa animal está comprometida, o que compromete a condição sanitária de todo o País. Esta é ainda a razão pela qual a Região Nordeste encontra-se sanitariamente em status inferior, inviabilizando o controle ou erradicação de algumas enfermidades.

Os atrasos na liberação de recursos prejudicaram a vigilância epidemiológica - que deve ser contínua - predispondo a atividade pecuária à disseminação de enfermidades, que causaram dificuldades na celebração de convênios, em licitações e celebração de contratos. A inadimplência dos parceiros foi outra causa das dificuldades de celebração de convênios.

RECOMENDAÇÕES

• Para um alinhamento estratégico entre o objetivo setorial e a programação vigente para o PPA 2008-2011, propõe-se a exclusão do Programa, fundindo ou remanejando suas ações para outros programas, de forma a se mudar o enfoque da matriz atual de Cadeias Produtivas para a Prestação de Serviços. Sendo assim, a Ação de Transferência de Tecnologia será executada em outra ação agregada de transferência de tecnologia da Embrapa. A Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças também será realizada em outra ação agregada para este fim no Programa 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, renomeado e ampliado em seu escopo.

DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE CEREAIS, RAÍZES E OUTRAS ESPÉCIES VEGETAIS

OBJETIVO

Elevar a produtividade no cultivo de cereais, forrageiras, raízes e outras espécies vegetais, mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, Associações de Produtores, Agroindústrias e Consumidores.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 6.755.027,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 5.246.633,00**
	Pago Estatais:	**Não-aplicável**
	Total:	**R$ 5.246.633,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
Não-aplicável	**Não-aplicável**	

INDICADORES

1. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE ARROZ

Unidade de medida: kg/ha
Índice apurado em 2006: 3.865
Índice previsto ao final do PPA: 3.757

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

2. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE TRIGO

Unidade de medida: kg/ha
Índice apurado em 2006: 2.063
Índice previsto ao final do PPA: 3.730

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
A produtividade prevista para o final desse ano é 1.270 kg/ha.

3. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE MILHO

Unidade de medida: kg/ha
Índice apurado em 2006: 3.279
Índice previsto ao final do PPA: 4.640

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
A produtividade prevista para o final desse ano é 3.652 kg/ha.

4. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE SORGO

Unidade de medida: kg/ha
Índice apurado em 2006: 2.108
Índice previsto ao final do PPA: 3.626

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
A produtividade prevista para o final desse ano é 2.216 kg/ha.

5. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE FEIJÃO

Unidade de medida: kg/ha
Índice apurado em 2006: 822
Índice previsto ao final do PPA: 920

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
A produtividade prevista para o final desse ano é 837 kg/ha.

6. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE MANDIOCA

Unidade de medida: kg/ha
Índice apurado em 2006: 13.568
Índice previsto ao final do PPA: 13.740

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

CONTEXTUALIZAÇÃO

As restrições para incorporação de novas áreas para agricultura e a crescente demanda por cereais, para o consumo humano e animal, tornam fundamental elevar a produtividade por meio da disseminação de novas tecnologias geradas pela pesquisa. O Programa é importante, pois a competitividade do agronegócio de cereais depende dos resultados da pesquisa e do efetivo controle de pragas para que, além do aumento de produtividade, haja estabilidade de produção.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Crescimento de 5,3% na produtividade das lavouras de arroz;
- Crescimento de 4,2% na produtividade das lavouras de feijão;
- Crescimento de 1,3% na produtividade das lavouras de mandioca.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Houve a implantação de viveiros, matrizeiros e sementeiras para fornecimento de material genético de qualidade melhorada e adaptada aos sistemas produtivos existentes. Em todas as ações, buscou-se fazer a promoção de cursos, reuniões, palestras, visitas técnicas e outras atividades de organização da cadeia produtiva e de capacitação tecnológica e gerencial de agentes públicos e privados, visando à difusão de métodos, técnicas e procedimentos pertinentes às culturas de cereais, raízes e outras espécies e à adoção de planos integrados de desenvolvimento.

O Programa cobriu menos de 40% do público-alvo previsto para o ano de 2006, devido à insuficiência de recursos disponibilizados. Também foi realizada avaliação interna do andamento do Programa, em termos de orçamento disponibilizado, ações realizadas, ações pendentes, resultados alcançados, e impacto nos principais agentes envolvidos com previsão de conclusão em 2007.

A gerência do Programa promove o monitoramento das metas físicas por meio de reuniões trimestrais de trabalho sobre resultados obtidos e sistemas informatizados de comunicação entre coordenador e gerente, com vistas a facilitar o trabalho de ambos.

Há acompanhamento trimestral por parte da gerência para verificar a execução física e financeira das ações.

A execução física do Programa ficou entre 40% e 80% do previsto na LOA 2006, em virtude da descontinuidade do fluxo financeiro.

Os recursos materiais são insuficientes nas equipes executoras. Há deficiências na rede de laboratórios oficiais, que não atendem adequadamente aos diversos setores. Também o quantitativo de recursos humanos não acompanha o aumento de ações e programas e há precariedade dos sistemas de informação.

É necessária maior capacitação da equipe executora devido à insuficiente qualificação dos recursos humanos disponíveis.

O contingenciamento orçamentário e o fluxo irregular de recursos financeiros foram as restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Na avaliação do produto e da unidade de medida da Ação de Prevenção e Controle de Pragas nas Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais, contabiliza-se como área controlada o local onde a praga foi detectada e onde são realizadas medidas de controle, e entende-se como área prevenida toda área controlada pelas ações realizadas.

Quanto à participação social no Programa, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), possui Ouvidoria que encaminha as dúvidas a cada setor específico, além da possibilidade de discussão dos problemas e das soluções propostas, extraídas das Câmaras Setoriais.

RECOMENDAÇÕES

• Com o propósito de promover o alinhamento estratégico entre o objetivo setorial do MAPA, definido em seu mapa estratégico, e a programação vigente para o PPA 2008-2011, propõe-se a exclusão do Programa, de maneira que as ações sejam fundidas ou remanejadas para outros, de forma a mudar o enfoque da matriz de programas atuais do PPA 2004-2007 de Cadeias Produtivas para Prestação de Serviços. Sendo assim, a Ação de Transferência de Tecnologia será executada em outra ação agregada de transferência de tecnologia da Embrapa. A Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Vegetais também será realizada em outra ação agregada para este fim no Programa 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, renomeado e ampliado em seu escopo.

DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE OLEAGINOSAS E PLANTAS FIBROSAS

OBJETIVO

Elevar a produtividade e diversificar a produção de oleaginosas e de plantas fibrosas mediante a ampliação de áreas com culturas alternativas.

PÚBLICO-ALVO

Produtores de oleaginosas e plantas fibrosas, industriais, exportadores e consumidores.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.746.541,00	Empenho Liquidado:	R$ 6.861.338,00
	Pago Estatais:	Não-aplicável
	Total:	R$ 6.861.338,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
Não-aplicável	Não-aplicável	

INDICADORES

1. ÁREA PLANTADA COM MAMONA, DENDÊ E AMENDOIM

Unidade de medida: ha
Índice apurado em 2006: 310.400
Índice previsto ao final do PPA: 350.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
O previsto para estas áreas é menor, chegando a 310.400 ha.

2. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE SOJA

Unidade de medida: kg/ha
Índice apurado em 2006: 2.403
Índice previsto ao final do PPA: 2.940

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
A produção vem aumentando devido a programas de equalização do preço da soja. A produtividade prevista para a próxima safra é de 2.755 kg/ha.

3. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE ALGODÃO

Unidade de medida: kg/ha
Índice apurado em 2006: 3.181
Índice previsto ao final do PPA: 3.692

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
A produção vem aumentando devido a programas de equalização de preço. A produtividade prevista para a próxima safra é de 3.397 kg/ha.

4. ÁREA PLANTADA COM ALGODÃO E SISAL

Unidade de medida: ha
Índice apurado em 2006: 856.200
Índice previsto ao final do PPA: 1.094.860

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
A área do algodão sofreu queda acentuada, o que prejudica o alcance da meta estipulada.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Atualmente, a produção de oleaginosas se restringe, principalmente, à cultura de soja. O crescimento da produção desse produto tem sido bastante significativo nos últimos anos, transformando-se em um dos principais produtos de exportação do País. Entretanto, o Brasil dispõe de uma diversidade de culturas de oleaginosas que podem servir de alternativa, principalmente, para os agricultores menos capitalizados, pois, além de absorver mão-de-obra em toda sua cadeia produtiva, representam um grande potencial para geração de renda. Destacam-se entre essas culturas a mamona, o dendê, o girassol e o algodão.

As condições edafoclimáticas do País são consideradas favoráveis para a produção das espécies mencionadas, que poderão ser exploradas para a produção de biomassa com fins alimentícios, químicos, energéticos e para fabricação de fertilizantes.

As oleaginosas podem servir, inclusive, de matéria-prima para produção de óleo diesel vegetal. Estudos internacionais, divulgados por diversas fontes, incluindo o *National Biodiesel Board* (NBB), relatam que o Brasil tem o maior potencial mundial de produção de biodiesel, possuindo a capacidade de substituir, com biodiesel, até 60% da demanda mundial atual de óleo diesel mineral. Ao se considerar somente a floresta de babaçu, que possui uma área nativa de 17 milhões de ha, é possível produzir 40 milhões de toneladas anuais de coco, equivalendo a 17.000 toneladas anuais de óleo, capazes de produzir 20 bilhões de litros anuais de biodiesel.

Pode-se considerar que o Brasil, através deste Programa em médio prazo passará de importador de óleo diesel mineral para exportador de biodiesel, através da transformação da

matéria-prima em produto acabado, conseqüentemente melhorando o nosso desempenho na balança comercial, além de produzir outros produtos agregados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Crescimento de 25,5% da área plantada com mamona, dendê e amendoim;
- Crescimento de 1,1% da área plantada com algodão.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Em relação à Ação Controle de Pragas, os resultados foram abaixo do previsto. A cochonilha-do-carmim continua avançando na Paraíba, em Pernambuco e agora no Ceará. As tentativas de liberação de recursos para o controle da praga foram frustradas pela inadimplência dos Estados junto à União. O Programa de Controle do Bicudo-do-algodoeiro também não foi adiante por falta de recursos das instituições parceiras e do próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O monitoramento das pragas da soja foi prejudicado pelo atraso na liberação de recursos. A safra encontrava-se terminada quando da liberação de parte dos recursos após a aprovação do orçamento. Assim sendo, não se sabe a extensão dos danos da ferrugem asiática, por exemplo.

Com relação à Ação Transferência de Material Genético, houve a promoção de cursos, reuniões, palestras, visitas técnicas e outras atividades de organização da cadeia produtiva, além da capacitação tecnológica e gerencial de agentes públicos e privados, visando à difusão de métodos, técnicas e procedimentos pertinentes às culturas de oleaginosas e plantas fibrosas e à adoção de planos integrados de desenvolvimento. Também houve o estabelecimento e a implementação de normas técnicas de boas práticas agrícolas e pós-colheita. No entanto, os recursos para o Programa foram liberados tardiamente, ao final da colheita da safra, agravado por problemas de repasse de recursos que também prejudicaram as metas.

O Programa cobriu menos de 40% do público-alvo previsto para o ano de 2006 devido à insuficiência de recursos disponibilizados. Também, foi realizada avaliação interna do andamento do Programa em termos de orçamento disponibilizado, ações realizadas, ações pendentes, resultados alcançados e impacto nos principais agentes envolvidos, com previsão de conclusão para 2007.

A gerência do Programa promove o monitoramento das metas físicas através de:

a) reuniões trimestrais para discutir os resultados obtidos;
b) sistema de comunicação entre coordenados e gerente, com vistas a facilitar o desenvolvimento do trabalho.

No Programa, a execução física ficou entre 40% e 80% do previsto na LOA 2006, em virtude da descontinuidade do fluxo financeiro.

A quantidade de recursos humanos nas equipes executoras, em alguns Estados, não está em número suficiente para a realização das ações.

Os recursos financeiros foram insuficientes e foram liberados tardiamente, ao final da safra. Isto, juntamente com a inadimplência dos Estados junto à União, impediram a celebração de convênios, gerando restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto do Programa. O desempenho das ações descentralizadas poderia ser melhor, caso houvesse um fluxo regular dos recursos financeiros.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

É incentivada a participação social por meio da Ouvidoria do MAPA, que encaminha as dúvidas ao setor específico, e também pela discussão dos problemas e das tentativas de melhoria apresentadas nas Câmaras Setoriais da cadeia produtiva.

Na avaliação do produto e da unidade de medida da Ação de Prevenção e Controle de Pragas em Oleaginosas e Plantas Fibrosas, contabiliza-se como área controlada o local onde a praga foi detectada e onde são realizadas medidas de controle, e entende-se como área prevenida toda área controlada pelas ações realizadas.

RECOMENDAÇÕES

• Promover a uniformização do entendimento do produto das ações junto às equipes executoras, para fins de apuração dos resultados alcançados, evitando assim diferentes interpretações sobre o produto gerado;

• Propor a exclusão do Programa, com o propósito de promover o alinhamento estratégico entre o objetivo setorial, definido em seu mapa estratégico, e a programação vigente para o PPA 2008-2011, de maneira que as ações sejam fundidas ou remanejadas para outros programas, de forma a se mudar o enfoque da matriz de programas atuais do PPA 2004-2007 de Cadeias Produtivas para Prestação de Serviços. Sendo assim, a Ação de Transferência de Tecnologia será executada em outra ação agregada da Embrapa e a Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Vegetais será realizada em outra ação agregada para este fim no Programa 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, renomeado e ampliado em seu escopo.

DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRO

OBJETIVO

Garantir a estabilidade de preços e o abastecimento interno de álcool e açúcar, além de aumentar as exportações de álcool combustível.

PÚBLICO-ALVO

Produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, usinas, destilarias e consumidores.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.090.082,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 1.322.555,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 1.322.555,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. VOLUME DAS EXPORTAÇÕES DE ÁLCOOL

Unidade de medida: m³
Índice apurado em 2006: 3.400.000
Índice previsto ao final do PPA: 3.000.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Já superado em 2006, com tendência à continuidade do aumento dos volumes exportados. Destaca-se o expressivo crescimento das exportações, impulsionado pela alta dos preços no mercado americano. Somente os Estados Unidos importaram mais de 1,5 bilhão de litros de álcool.

2. TAXA DE VARIAÇÃO DE PREÇOS DO ÁLCOOL ANIDRO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 17,10
Índice previsto ao final do PPA: 6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Flutuações no mercado externo, provocadas principalmente pelo movimento internacional na direção da busca por fontes renováveis de energia, deverão causar fortes instabilidades nos mercados de *commodities* agrícolas nos próximos anos. Isso se refletiu

nos preços internos do açúcar e do álcool. Houve forte elevação dos preços do álcool no mercado doméstico, a partir do último quadrimestre de 2005, em função do risco de desabastecimento. Embora a produção tenha crescido naquele ano, o reaquecimento da demanda interna *(flex-fuel)*, combinado com o aumento das exportações (aumento dos preços internos nos Estados Unidos, que absorveram quase a metade das nossas exportações), acabou gerando incertezas em relação ao atendimento da demanda interna durante a entressafra. Essa alta nas cotações persistiu ao longo de todo o primeiro semestre de 2006, ocasionado uma significativa variação positiva nos preços médios praticados ao longo da safra. A flutuação também foi elevada, uma vez que os preços durante a entressafra foram os recordes históricos para o produto.

3. TAXA DE VARIAÇÃO DE PREÇOS DO ÁLCOOL HIDRATADO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 19,20
Índice previsto ao final do PPA: 5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Flutuações no mercado externo, provocadas principalmente pelo movimento internacional na direção da busca por fontes renováveis de energia, deverão causar fortes instabilidades nos mercados de *commodities* agrícolas nos próximos anos. Isso se refletiu nos preços internos do açúcar e do álcool. O crescimento das vendas de veículos *flex-fuel*, que representaram mais de 75% dos veículos novos em 2006, contribuiu para a revitalização da demanda pelo álcool hidratado. No plano externo, houve o recorde histórico de exportações, puxado pelo aquecimento da procura pelo álcool anidro. Com isso, houve forte variação positiva nos preços ao longo do primeiro trimestre de 2006 e retração a partir da normalização do abastecimento.

4. TAXA DE VARIAÇÃO DE PREÇOS DO AÇÚCAR CRISTAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 18,10
Índice previsto ao final do PPA: 7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Flutuações no mercado externo, provocadas, principalmente, pelo movimento internacional na direção da busca por fontes renováveis de energia, deverão causar fortes instabilidades nos mercados de *commodities* agrícolas nos próximos anos. Isso se refletiu nos preços internos do açúcar e do álcool. O mercado internacional de açúcar viveu um movimento de forte alta nas cotações, que se iniciou no último trimestre de 2005, chegando ao auge nos meses de abril e maio de 2006. Com isso, a saca no mercado doméstico saltou de R$ 37,00 em dezembro de 2005, para mais de R$ 55,00 em meados de abril. Essa alta serviu como estímulo para a retomada da produção em diversos outros países e o resultado foi o aumento da oferta internacional e a retração nas cotações ao longo do segundo semestre. Internamente, os preços chegaram aos R$ 35,00 por saca no mês de dezembro. Houve uma forte oscilação, creditada a fatores externos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Com a completa desregulamentação do setor sucroalcooleiro na década de 90, o governo abdicou do controle direto sobre a produção e a comercialização tanto da matéria-prima (cana-de-açúcar) como dos produtos finais (açúcar e álcool). Entretanto, é fundamental que se disponha de mecanismos de monitoramento para identificar eventuais fatores de desequilíbrios e adotar, preventivamente, os instrumentos mais adequados à sua correção, fomentando a produção ou regulando o mercado.

Nesse contexto, o álcool combustível passou a ser o elo mais frágil da cadeia produtiva, sofrendo diretamente os reflexos dos desequilíbrios causados pela sazonalidade da produção, pelos altos custos da formação e carregamento de estoques e pelo pequeno fluxo de comércio internacional, podendo gerar crises de abastecimento interno de um produto estratégico na matriz energética do País. Como o álcool combustível não possui um produto substituto, o consumidor final torna-se cativo e tem uma chance muito limitada de reagir a eventuais manipulações de preços.

Outro problema a ser equacionado diz respeito à logística de escoamento do produto. A produção está concentrada em determinadas regiões, enquanto o consumo ocorre em todo o País, provocando uma elevação do preço do produto ao consumidor final nas localidades distantes das regiões produtoras. Além disso, nos anos de safras muito grandes há sempre os riscos de queda de preços, reduzindo a rentabilidade da atividade ou até mesmo tornando-a negativa. Isso leva à descapitalização dos produtores rurais, à redução do nível de renda dentro da cadeia produtiva, com fortes impactos sobre a geração de postos de trabalho e a remuneração dos trabalhadores e compromete a regularidade futura da produção.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aumento da produção de cana-de-açúcar, açúcar e álcool superior a 10%, registrando novos recordes históricos;

• Aumento das receitas com exportações, que atingiram mais de US$ 7,5 bilhões em 2006, fruto de exportações de mais de 19 milhões de toneladas de açúcar e de 3,4 bilhões de litros de álcool.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Levando-se em consideração o objetivo e o atendimento ao público-alvo, o desempenho do Programa foi satisfatório em 2006.

Com o crescimento das exportações do complexo sucroalcooleiro na ordem de 63,9% e o aumento da demanda interna de álcool combustível impulsionada pelas vendas dos veículos do tipo bicombustível, as linhas da atuação do MAPA para 2006 basearam-se na articulação no plano internacional, pela difusão da experiência brasileira com a produção e uso do álcool combustível e no monitoramento da expansão interna

da produção, especialmente os novos projetos que estão sendo instalados e na atuação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Álcool. Na Câmara, um dos assuntos prioritários está relacionado à necessidade de incentivos à co-geração de energia elétrica por meio do bagaço de cana-de-açúcar, buscando privilegiar a adoção de tecnologias mais eficientes.

As metas quanto às exportações foram superadas. Entretanto, a forte procura externa teve como conseqüência o aumento das flutuações de preços, inclusive com tendência ao estabelecimento de preços de equilíbrio em patamares mais elevados.

Embora não tenham sido aplicados recursos em ações finalísticas, como o financiamento à estocagem de álcool, uma parcela dos beneficiários demonstrou satisfação em relação à atuação do governo, especialmente no plano externo, para a abertura de mercado para o álcool combustível. Com isso, os consumidores vêm demonstrando preocupações em relação aos eventuais preços de equilíbrio no futuro, pressionados pelo aumento da demanda externa.

Em 2006, esse problema foi percebido no início do ano, em função do risco de desabastecimento no mercado de álcool, provocando forte elevação nas cotações do produto. Com o reinício da moagem os preços recuaram, reduzindo a tensão. Entretanto, há que se considerar as oportunidades que vêm sendo criadas para o setor no plano externo, que o transformam num dos mais dinâmicos da economia brasileira, criando postos de trabalho e gerando divisas.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. O contingenciamento no início do ano, combinado com as restrições legais impostas para o período eleitoral, não permitiu a oportuna contratação dos estudos programados.

Como o açúcar é uma *commodity* e mais de 60% da produção nacional é exportada, o produto acaba passando pelo crivo do mercado externo. Com o álcool acontece algo similar, uma vez que a inspeção da maior parte do produto é feita pela Agência Nacional do Petróleo, ao fiscalizar distribuidoras e postos de combustíveis. Há que se destacar que a falta de uma ação preventiva que monitore o processo produtivo, pode colocar em risco a posição de liderança ocupada pelo País. Problemas de contaminação em uma unidade produtora, se levados a público, podem comprometer a imagem das demais.

A Ação de Equalização à Estocagem de Álcool Combustível (Lei nº 10.453 de 2002), não recebeu dotação orçamentária em 2006.

RECOMENDAÇÕES

• O Programa está sendo aperfeiçoado no que diz respeito à sistemática de obtenção e à sistematização das informações relacionadas aos fluxos de produção e comercialização de açúcar e álcool. Embora haja a compreensão do setor em relação à necessidade de subsidiar o governo com essas informações, não há atos normativos que tornem obrigatório o seu fornecimento. Desse modo, espera-se a aprovação de uma lei, que torne compulsório esse

procedimento, bem como discipline o uso das informações por parte do governo. Esse ato normativo é de grande importância, especialmente, em função das expectativas em relação ao crescimento das exportações de álcool, o que, eventualmente, pode vir a comprometer o abastecimento interno nos próximos anos;

• Renomear o Programa para Desenvolvimento da Agroenergia e alterar o seu escopo e indicadores em função dos dados obtidos na oficina realizada em dezembro de 2006;

• Agregar os trabalhos de controle/erradicação de doenças em Ação Genérica de Controle de Doenças dos Vegetais no Programa 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, procedendo à renomeação desse Programa e à ampliação do seu escopo.

DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO RURAL

OBJETIVO

Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços.

PÚBLICO-ALVO

Associações rurais e cooperativas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.246.713,00	Empenho Liquidado:	R$ 6.704.434,00
	Pago Estatais:	Não-aplicável
	Total:	R$ 6.704.434,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
Não-aplicável	Não-aplicável	

INDICADOR

1. TAXA DE VARIAÇÃO DO NÚMERO DE COOPERADOS NO PAÍS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 16
Índice previsto ao final do PPA: 14

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Pelas avaliações efetuadas no final de 2006, o indicador já foi superado, considerando o grande número de associados que ingressaram no sistema de produção associativo ou cooperativo por meio das entidades ligadas à agricultura familiar, economia solidária e outros modelos de cooperativismo não filiados à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

CONTEXTUALIZAÇÃO

A sociedade organizada social, política e economicamente é fundamental para garantir a democracia do País. A função do cooperativismo é organizar econômica e socialmente os indivíduos na sociedade, de tal modo que os benefícios se revertam em avanços sociais e melhoria na qualidade de vida da comunidade. Apesar de se tratar de política instrumental, é um meio para, juntamente com outras iniciativas, impactar positivamente, em diversas dimensões, a vida dos seus beneficiários.

Em primeira análise, pode-se destacar que, por si só, o cooperativismo e o associativismo podem diminuir a exclusão social experimentada por grupos e redes sociais que não dispõem de acesso à plena participação social, econômica e política - conceito formulado pelo principal especialista do Banco Mundial em políticas sociais para países com desenvolvimento tardio, Deepa Narayan (1999). Trata-se, portanto, de um problema coletivo. Alejandro Portes (1998) destacou que o capital social também gera benefícios individuais, estes advêm justamente das relações que as pessoas forjam e as habilitam a coordenar ações e alcançar objetivos comuns.

Em razão disso, para Deepa Narayan (1999), o Estado pode e deve apoiar práticas de desenvolvimento inclusivo para orientar o bem-estar sócio-econômico. E é justamente em virtude disso que se revestem de singular importância as intervenções públicas no sentido de fomentar as estruturas associativas. Tanto é assim que o cooperativismo foi apontado na Orientação Estratégica do Governo como diretriz para viabilizar a transposição de vários desafios identificados para a consolidação da Estratégia de Desenvolvimento, tamanho relevo que se reconheceu no instrumento.

Antes mesmo que a atual administração reconhecesse o mérito da organização e da participação social e econômica por meio do cooperativismo, a Carta Magna já contemplava a necessidade de o governo incentivá-lo. Como agente efetivo de desenvolvimento, o cooperativismo contribui para a geração de renda e de oportunidades de trabalho; para a otimização do processo produtivo, organizando a infra-estrutura e os serviços essenciais, agregando valor aos produtos básicos e abastecendo o mercado; para o aumento da oferta interna de alimentos, contribuindo para suprir as necessidades nutricionais da população; e para melhorar a estruturação sistêmica do setor agropecuário, com a participação organizada de produtores e consumidores ao longo das cadeias produtivas e de abastecimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aumento de 56,2% na Taxa de Variação do Número de Cooperados no País. A taxa é calculada pela relação entre o percentual de pessoas cooperadas em relação à população nacional, que foi de 11% em 2004 e tem por objetivo alcançar a média internacional de 40% no período de 20 anos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Nas ações desenvolvidas no Programa, foram capacitadas 5.100 pessoas em autogestão e assistidas 28 entidades ao longo de 2006.

O atendimento de entidades, no que se refere à capacitação técnica e gerencial de seus dirigentes e colaboradores, é realizado por meio de duas ações do Programa: a de Promoção do Associativismo Rural e do Cooperativismo e a Ação de Capacitação de Técnicos e Cooperados em Autogestão. O Departamento de Cooperativismo e Associativismo (Denacoop) prioriza as metas de capacitação técnica e gerencial das cooperativas e associações rurais como meio de incrementar o desenvolvimento e a estabilidade destas

entidades e direciona os recursos de suas ações para o atendimento destas demandas. Em 2006, a demanda foi muito superior à capacidade de atendimento do departamento.

O Programa atua nas questões de gênero e juventude no apoio à execução de metas específicas. Para a juventude, o chamado Cooperjovem capacita professores da escola pública para a divulgação da doutrina cooperativista. E na questão de gênero, através do Coopergênero, promove ações de inclusão das mulheres nas atividades produtivas e gerenciais de cooperativas e associações.

No Programa, o desempenho físico das ações é verificado por meio de visitas *in loco* de acordo com cada convênio firmado. Há um técnico da Superintendência Federal de Agricultura na unidade da federação onde as metas são executadas, que é nomeado por portaria do MAPA para o acompanhamento *in loco* das metas previstas no plano de trabalho.

A execução das metas físicas foi de 80% a 100% do previsto na LOA 2006. A demanda por convênios nos Estados foi superior às metas físicas previstas no ano. Entretanto, os entraves de ordem documental dos proponentes e a liberação tardia dos recursos impediram que se atendesse a todos os pedidos. Além disso, a demanda existente para capacitação gerencial de cooperativas e associações, que é atividade essencial ao desenvolvimento de associações e cooperativas, é superior ao volume de recurso liberado.

A liberação de parte significativa dos recursos ocorreu tardiamente. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada; isso concentrou a análise dos pedidos num curto espaço de tempo e impediu o atendimento de algumas solicitações.

Com relação aos recursos previstos na ação de Gestão e Administração de Programas (GAP), os recursos liberados possibilitaram o atendimento da maioria das atividades de custeio necessárias à implementação do Programa, a não ser a questão de deslocamento, cujo limite esgotou-se no terceiro quadrimestre e dificultou o trabalho de acompanhamento de convênios, tanto na sede, como nas Superintendências Federais.

O recurso descentralizado, principalmente, para a produção de material de divulgação sobre cooperativismo e associativismo, foi executado a contento.

A comunicação entre técnicos do departamento, diretoria e gabinete tem ocorrido normalmente, o que tem facilitado a integração dos servidores.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Denacoop, cuja missão é promover o desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo rural, tem como principais parceiras as entidades de representação destes setores. As metas previstas nos planos de trabalho dos convênios têm sido atendidas, conforme demonstra a prestação de contas. Entretanto, o departamento entende que o

processo pode ser melhorado por meio da adoção de uma postura pró-ativa da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), no direcionamento dos recursos disponíveis, conforme linhas de ação bem definidas.

Os eventos de capacitação viabilizados pelo Programa possibilitaram um maior envolvimento dos associados das cooperativas e associações e maior participação na condução dos rumos destas entidades.

No Programa, a satisfação de seus beneficiários não é avaliada e o acompanhamento dos convênios visa somente à comprovação da execução das metas propostas.

RECOMENDAÇÕES

• Os recursos alocados na ação de Gestão e Administração do Programa (GAP) foram da ordem de 34,9% do previsto na LOA 2006. Tal medida é desarrazoada vez que não há sentido em se gastar mais de 1/3 do valor previsto no ano com a implementação do Programa;

• A gerência do Programa deve incentivar a criação de mecanismos de avaliação do público beneficiário com vistas à melhoria da efetividade das ações. Também deve construir linhas de ação bem definidas a serem contempladas nos convênios, direcionando recursos para atendimento específicos destas linhas;

• Redefinir o público-alvo do Programa para: associações e cooperativas rurais não filiadas à OCB;

• Com o propósito de promover o alinhamento estratégico entre o objetivo setorial do MAPA, definido em seu mapa estratégico, e a programação vigente para o PPA 2008-2011, propõe-se a exclusão do Programa, de maneira que as ações sejam fundidas e remanejadas para outro programa, de forma a mudar o enfoque da matriz de programas atuais do PPA 2004-2007 de Cadeias Produtivas para Prestação de Serviços.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU

OBJETIVO

Contribuir com o aumento da geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau por meio do desenvolvimento e da verticalização da atividade agropecuária regional, considerando-se, sobretudo, as relações de equilíbrio sócio-econômico, a capacidade de uso intensivo de mão-de-obra e a sustentabilidade ambiental.

PÚBLICO-ALVO

Produtores e trabalhadores rurais das regiões produtoras de cacau.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 22.176.649,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 17.897.969,00**
	Pago Estatais:	**Não-aplicável**
	Total:	**R$ 17.897.969,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
Não-aplicável	**Não-aplicável**	

INDICADORES

1. TAXA DE OCUPAÇÃO NA AGROPECUÁRIA DAS REGIÕES CACAUEIRAS DO BRASIL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 35
Índice previsto ao final do PPA: 36

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

No aspecto social, foi alta porque alcançou o índice programado de 35% em 2006, mantendo uma elevação gradativa da taxa com base no índice de referência de 30%. A taxa é dada pela relação percentual entre a população ocupada na agropecuária regional e a População Economicamente Ativa (PEA) regional.

2. RENDA AGROPECUÁRIA NAS REGIÕES CACAUEIRAS DO BRASIL

Unidade de medida: R$/ ha
Índice apurado em 2006: 840,26
Índice previsto ao final do PPA: 1.100,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Pela perspectiva econômica, destacou-se a elevação da renda, corporificada com a dinamização dos agronegócios, elevando-se de R$ 650,00 para R$ 1.095,95, no ano de 2005. Entretanto, no ano 2006, em virtude das dificuldades enfrentadas com a sobrevalorização cambial, a renda estimada caiu para R$ 840,26. O índice mede a relação entre o valor da produção agropecuária regional por unidade de área ocupada.

3. TAXA DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NAS REGIÕES CACAUEIRAS DO BRASIL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 36
Índice previsto ao final do PPA: 30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Houve redução das agressões ambientais, tendo a taxa de degradação ambiental reduzido de 40% para 36%. A taxa é medida pela relação percentual entre o total de área degradada nas regiões cacaueiras e a área total dessas regiões.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Recuperação da renda do produtor rural, pelo aumento da produtividade do agronegócio, em especial do cacau e dos sistemas agroflorestais, contribuindo para a elevação da competitividade da agropecuária, reduzindo as desigualdades regionais, promovendo abertura de postos de trabalho, conservando os recursos naturais e melhorando a qualidade de vida no campo. A implementação deste Programa atende às orientações estratégicas do Presidente da República para o PPA 2004 -2007 constantes dos Megaobjetivos I e II.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Redução de 2% na taxa de degradação ambiental das regiões cacaueiras;
- Manutenção da taxa de ocupação na agropecuária das regiões cacaueiras.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

As ações do Programa possibilitaram, ao longo do ano de 2006:

a) lançamento de 18 clones de cacau resistentes ao fungo *Crinipellis perniciosa*, causador da doença vassoura-de-bruxa, em especial, o pré-lançamento dos clones de cacau CCN-16 e Ipiranga-1, que apresentaram excelente comportamento produtivo e resistente à enfermidade;
b) seleção de 31 progênies de cacau resistentes à vassoura-de-bruxa em 11 bacias hidrográficas da região amazônica, 12 das quais com mecanismo de resistência diferenciado e cinco caracterizadas como altamente resistentes;
c) desenvolvimento do clone de seringueira SIAL 1005, que associa características de resistência ao mal-das-folhas e boa produção sendo que, devido ao vigor de crescimento, poderá ser aproveitada ao final do ciclo de exploração como madeira de uso comercial;

d) parceria da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) com a Petrobras, visando a contribuir com a melhoria e a otimização do agronegócio do dendê em pequenas propriedades para atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica de produção e utilização do óleo de dendê como matéria-prima;
e) implantação do Centro de Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica de Frutas Tropicais, que tem difundido e treinado agricultores e empresários no aproveitamento integral do cacau e outras frutas;
f) treinamento e capacitação de mão-de-obra rural, ambiental e associativa a 49.031 produtores, agricultores, gerentes, administradores e trabalhadores, cujos temas principais abrangem tecnologias atinentes à organização social e produtiva das populações rurais, entre outras atividades agroeconômicas;
g) viabilização de crédito rural por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em que a Ceplac elaborou e enviou aos agentes financeiros 21.577 projetos, na ordem de R$ 44 milhões. Promoveu-se também a repactuação de 21.339 projetos, perfazendo a contratação de mais de R$ 33,3 milhões;
h) conclusão, na área da produção pecuária, dos trabalhos de avaliação do capim-xaraés (*Brachiaria brizantha*), obtendo-se produção média de 17 arrobas por hectare de carcaça bovina, ligeiramente superior a encontrada para o capim-braquiarão que predomina na região baiana e no Brasil Central;
i) criação de pacas em cativeiro, contribuindo significativamente para a preservação dessa espécie ameaçada de extinção. O projeto foi iniciado com a anuência do Ibama e os resultados iniciais indicam período de gestação médio entre 93 e 100 dias, peso médio ao nascer de 800g e idade de desmama entre 55 e 60 dias, apresentou boa reprodução em cativeiro, com desenvolvimento ponderal satisfatório;
j) distribuição de 944 mil alevinos de peixes das espécies Tambaqui, Carpa Cabeça Grande, Carpa Comum, Carpa Prateada, Carpa Capim, Curimatá, Piauaçu, Pacu, Tilápia e o híbrido Tambacu, atendendo 542 famílias de pequenos produtores;
k) comprovação mediante estudos com 1.171 cultivares de mandioca que as cultivares BGM 0116, 0081 e 0876 são materiais de alta produtividade e adaptados às condições dos agrossistemas regionais de Una, Ilhéus e Buerarema na Bahia.

Em seu conjunto, os resultados possibilitaram o resgate da cidadania, sustentabilidade ambiental, segurança alimentar e melhoria da qualidade de vida dos segmentos contemplados pelas ações finalísticas da Ceplac, que apresentaram execução de 80,7%. Convém avaliar que esse percentual foi eficaz no cumprimento dos objetivos e metas, que foram reprogramadas por força dos fatores de natureza orçamentária e pelas causas naturais consideradas crises cíclicas da agricultura, como seca ou chuva.

Quanto à cobertura do público-alvo, foram desenvolvidas ações de extensão que possibilitaram atender a 49.031 produtores dos 57.384 programados na LOA.

A satisfação dos beneficiários foi avaliada de forma presencial, onde a Ceplac atua na prestação de assistência técnica aos agricultores. No entanto, convém registrar que, em 2006, os produtores debateram-se com alguns fatores atípicos na agricultura, como seca ou chuva excessiva, bem como a queda de preços do cacau praticado nas regiões que desmotivaram as práticas para o controle de doenças e pragas e o investimento na cultura, em razão das limitações no processo de contratação de projetos de créditos voltados para tais atividades ou pelas exigências dos órgãos competentes, impedindo o acesso a novas linhas de crédito.

O monitoramento do desempenho físico das ações se dá através de:

a) reuniões de trabalho, realizadas com a finalidade de apresentar o balanço de atividades nos Estados de atuação da Ceplac, assim como a discussão a respeito das ferramentas de gestão dos Sistemas de Planejamento e de Gerenciamento das Ações e seu produtos;
b) visitas *in loco*, pois a Ceplac trabalha na ponta de execução, exercendo o seu modelo integrado de pesquisa, assistência técnica, extensão rural e ensino e educação produtiva, prestando serviços diários aos produtores e demais segmentos das comunidades regionais nos Estados e Municípios em que atua;
c) Implementação de medidas visando a padronizar e instalar a versão do Sistema Informatizado de Acompanhamento da Extensão Rural do Cenex (Siscenex), que foi atualizado, justamente, para atender às novas demandas do Plano Plurianual (PPA) e do direcionamento das atividades da Ceplac. O Siscenex tem o objetivo de acompanhar as atividades de extensão desenvolvidas pelo Centro de Extensão Rural em suas unidades de campo e seus efeitos nos imóveis rurais assistidos;
d) Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan), Sistema Informatizado de Planejamento (SIPLAN) e Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras (SIOR).

A execução física das ações do Programa atingiu de 40% a 80% do previsto na LOA 2006. No entanto, em relação ao previsto na Lei Orçamentária de 2006 a execução foi de 63,4%. Para tanto, o Programa priorizou algumas ações como o atendimento à demanda da agricultura familiar com implantação de sistemas agroflorestais cacaueiros, manutenção das demais áreas produtivas e distribuição de sementes híbridas de cacau e de essências florestais. A situação climática (temperatura e chuva) se apresentou atípica, favorecendo o incremento da vassoura-de-bruxa, revelando assim, as dificuldades de realizar as atividades do controle e da prevenção de doenças e pragas da cacauicultura, com a execução de 35,7% do Programado na LOA inicial. Com a reprogramação desta ação (de 569 mil hectares para 337 mil hectares), a execução melhorou para 60,3%, ainda relativamente modesta. Outra ação finalística que não obteve o resultado esperado foi a de Geração de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau e Outros Sistemas Agrossilvopastoris que executou 57,3% das 164 pesquisas previstas, em virtude das dificuldades de desenvolver tecnologias e projetos de pesquisas durante o ano civil, pois, sendo cultivos perenes (cacau, fruteiras e essências florestais) demandam longo prazo para as suas conclusões. Além disso, a carência de pessoal técnico e o desaparelhamento da máquina operacional comprovam as

dificuldades enfrentadas no ano de 2006, que inviabilizaram seu pleno cumprimento.

O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física programada. A programação física foi prejudicada em virtude da liberação orçamentária para o desenvolvimento das ações finalísticas de pesquisa, difusão, educação e de controle da doença vassoura-de-bruxa, pela forma descompassada do cronograma e tendo como agravante uma grande concentração de liberação de recursos nos meses de maio e dezembro.

No Programa, há convênios de cooperação técnica com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Petrobras e governo nos Estados de atuação da Ceplac, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e instituições internacionais que contribuem na execução das ações do Programa, principalmente de Geração e Difusão de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau e outros Sistemas Agrossilvopastoris e Controle da Doença Vassoura-de-Bruxa.

Os recursos materiais são insuficientes nas equipes executoras. A ausência de recursos para reformas, recuperação, manutenção e conservação da infra-estrutura predial e mobiliário pode comprometer a atual estrutura da Ceplac. Parte da frota de veículos leves e pesados, como ônibus, se encontram em precário estado de conservação, e os recursos para investimentos são insuficientes (barcos, motores e adequação aos escritórios locais) o que dificultou a realização das atividades programadas, comprometendo a execução e a qualidade dos serviços prestados na realização das ações concernentes à extensão rural. Também o quantitativo de recursos humanos é inadequado; faz-se necessária a reposição de servidores técnicos e operacionais para atender às demandas nas áreas de extensão rural, pesquisa e administração e para prestar serviços dando suporte a equipe gerencial. Em 2006, completaram-se 20 anos que não se contrata novos servidores mediante concurso público.

É necessária maior capacitação das equipes executoras, principalmente, nas áreas de planejamento, acompanhamento, programação e na execução orçamentária e financeira.

Em relação à equipe gerencial, a capacitação tem esbarrado na falta de recursos específicos em atendimento às propostas do calendário de capacitação.

Entre as restrições de maior impacto na execução das ações estão:

a) o contingenciamento orçamentário e o fluxo irregular de recursos financeiros;
b) o comprometimento financeiro por restos a pagar, que chegam a gerar efeitos inclusive em 2007, em virtude da grande concentração de liberação no último mês do ano;
c) as dificuldades de celebração de convênios, pela falta de agilidade dos processos;
d) as dificuldades em licitações e celebração de contratos, pela falta de preparo dos servidores de algumas unidades nessas áreas.

O desempenho mediano da execução das ações descentralizadas é justificado na medida em que a forma de liberação de recursos, principalmente, para a agricultura, prejudica o desempenho da execução das ações que obedecem a um calendário agrícola, considerando o tempo de plantar e de colher que, conseqüentemente, não espera a aprovação dos recursos desde o Congresso Nacional até a sua liberação final. Outra conseqüência impactante é a falta de tempo suficiente para promover tais realizações seguindo os trâmites da legislação vigente, sem contar com os problemas da péssima qualidade que são auferidos por conta da descentralização de recursos, que teve grande concentração de liberação nos meses de maio e dezembro, resultando em uma diferença na emissão de empenho, no valor de R$ 3,29 milhões dos R$ 14,9 milhões que foram liquidados no exercício de 2006, ficando a referida diferença empenhada para 2007.

Houve integração entre a gerência do Programa e os executores da ação, no entanto, as unidades executoras, localizadas nos Estados de atuação da Ceplac, reclamam da tempestividade, da quantidade e da diversidade de informações solicitadas por instâncias superiores. Houve integração maior da gerência com os superintendentes e gerentes regionais, porém, é necessário ampliar o número de reuniões entre os envolvidos diretamente com a execução das atividades finalísticas do Programa.

O Programa apresenta um modelo integrado de atuação (pesquisa, extensão e ensino), necessitando ser implementadas medidas mais efetivas que venham caracterizar melhor o seu papel, principalmente, junto ao MAPA visando à prestação de serviços de fomento e suporte técnico necessário à produção agrossilvopastoril, à democratização do acesso ao crédito rural, ao incentivo, à estruturação de organizações associativas e à agroindustrialização. Também, atuar como implementador de iniciativas especiais do MAPA, entre os quais, o de conservação produtiva, via fomento dos sistemas agroflorestais, e o de agroenergia para a produção do biodiesel de dendê, como forma de ampliar a geração de renda e os postos de trabalho.

Ocorreu baixo desempenho na execução das ações de outras unidades administrativas do MAPA, considerando que a Ceplac faz parte da estrutura como órgão específico da administração direta e executa atividades de Prevenção e Controle de Pragas da Cacauicultura (SDA/MAPA) de forma precária, devido às dificuldades enfrentadas pelo descumprimento do cronograma orçamentário e pela falta de recursos suficientes para atender a atividades de inspeções fitossanitárias no campo, treinamento de mão-de-obra, desenvolvimento de materiais de apoio, análises laboratoriais, emissão de certificados, entre outras atribuições inerentes à fiscalização federal agropecuária de sistemas produtivos e de produtos agropecuários nas regiões produtoras de cacau, já que trata de segurança alimentar, qualidade de insumos e prevenção de pragas quarentenárias.

Houve integração entre a gerência do Programa e a coordenação das ações, contudo, deve-se promover a integração das unidades administrativas envolvidas no planejamento, na programação e na execução orçamentária com as unidades executoras das ações nos Estados, bem como com os coordenadores de ação estadual e nacional, para que as informações sejam coerentes com as determinações exigidas no PPA.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Houve integração entre a gerência do Programa e os executores da ação, no entanto, as unidades executoras, localizadas nos Estados de atuação da Ceplac, reclamam da tempestividade, da quantidade e da diversidade de informações solicitadas por instâncias superiores. Houve integração maior da gerência com os superintendentes e gerentes regionais, porém, é necessário ampliar o número de reuniões entre os envolvidos diretamente com a execução das atividades finalísticas do Programa.

O Programa apresenta um modelo integrado de atuação (pesquisa, extensão e ensino), necessitando ser implementadas medidas mais efetivas que venham caracterizar melhor o seu papel, principalmente, junto ao MAPA visando à prestação de serviços de fomento e suporte técnico necessário à produção agrossilvopastoril, à democratização do acesso ao crédito rural, ao incentivo à estruturação de organizações associativas e à agroindustrialização. Também, atuar como implementador de iniciativas especiais do MAPA, entre os quais, o de conservação produtiva, via fomento dos sistemas agroflorestais, e o de agroenergia para a produção do biodiesel de dendê, como forma a ampliar a geração de renda e os postos de trabalho.

Ocorreu baixo desempenho na execução das ações de outras unidades administrativas do MAPA, considerando que a Ceplac faz parte da estrutura como órgão específico da administração direta e executa atividades de Prevenção e Controle de Pragas da Cacauicultura (SDA/MAPA) de forma precária, devido às dificuldades enfrentadas pelo descumprimento do cronograma orçamentário e pela falta de recursos suficientes para atender a atividades de inspeções fitossanitárias no campo, treinamento de mão-de-obra, desenvolvimento de materiais de apoio, análises laboratoriais, emissão de certificados, entre outras atribuições inerentes à fiscalização federal agropecuária de sistemas produtivos e de produtos agropecuários nas regiões produtoras de cacau, já que trata de segurança alimentar, qualidade de insumos e prevenção de pragas quarentenárias.

Houve integração entre a gerência do Programa e a coordenação das ações, contudo, deve-se promover a integração das unidades administrativas envolvidas no planejamento, na programação e na execução orçamentária com as unidades executoras das ações nos Estados, bem como com os coordenadores de ação estadual e nacional, para que as informações sejam coerentes com as determinações exigidas no PPA.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

MANEJO E CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA

OBJETIVO

Assegurar o uso e o manejo adequados do solo e promover a recuperação de áreas degradadas com vistas a garantir a produção sustentável de alimentos e a disponibilidade de água de qualidade para consumo humano e animal.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, cooperativas e associação de produtores rurais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.458.042,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 2.226.307,00**
	Pago Estatais:	**Não-aplicável**
	Total:	**R$ 2.226.307,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
Não-aplicável	**Não-aplicável**	

INDICADOR

1. TAXA DE UTILIZAÇÃO E MANEJO ADEQUADOS DO SOLO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 27,44
Índice previsto ao final do PPA: 29,56

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Em 2006, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) lançou o Projeto Integração Lavoura-Pecuária com objetivo de promover a recuperação de áreas de pastagens degradadas, melhorar os índices de produtividade de culturas e pastagens por meio de rotação e sucessão de culturas e uso de práticas de manejo e conservação de solos, o que permite inferir que o índice previsto para o final de 2007 deverá ser alcançado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os principais desafios para se atingir uma agricultura sustentável são a busca da minimização dos impactos ecológicos decorrentes da perda da diversidade biológica pela retirada da cobertura natural; a redução da erosão e de outros processos de degradação do solo e seus reflexos sobre o ciclo hidrológico nas bacias hidrográficas, sobre as águas e, conseqüentemente, sobre as comunidades aquáticas e o controle da

utilização dos agroquímicos, os quais exercem efeitos deletérios ou cumulativo nas diversas cadeias tróficas.

A degradação do solo acontece em decorrência de uma exploração, sem a observância de sua capacidade de uso, sem a aplicação de tecnologias de manejo adequadas e do uso intensivo da moto mecanização. Dentre as práticas que vêm contribuindo com essa situação destacam-se:

a) o desmatamento de encostas, de matas ciliares e áreas de nascentes;
b) a locação e construção incorreta de estradas vicinais;
c) o desconhecimento por parte dos agricultores e do Poder Público municipal acerca dos cuidados e das tecnologias apropriadas para preservar o solo e reter a água das chuvas;
d) a escassez de crédito para investimentos em preservação ambiental;
e) a inexistência de instrumentos efetivos de política pública para a proteção de solo e água;
f) a baixa capacidade de organização dos pequenos agricultores para fazer frente às exigências relativas à gestão do negócio agrícola, manejo ambiental incluso, dentre outros.

As conseqüências se traduzem em:

a) perda do solo agricultável por meio da erosão e, conseqüentemente, de sua capacidade produtiva;
b) redução da capacidade de recarga dos lençóis freáticos, com reflexos negativos na vazão dos cursos d´água;
c) assoreamento de córregos, rios e lagos;
d) redução da vida útil de represas;
e) água de baixa qualidade para abastecimento urbano;
f) aumento dos custos dos alimentos produzidos;
g) empobrecimento do agricultor;
h) abandono da terra;
i) agravamento da situação do desemprego nos centros urbanos.

De acordo com o Instituto Agronômico de Campinas (IAC), somente o Estado de São Paulo, perde, a cada ano, 194 milhões de toneladas de terras férteis. A quantidade de nutrientes perdida nessas terras equivale, em termos de fertilizantes, aproximadamente US$ 200 milhões. Esse quadro demonstra os prejuízos econômicos relativos apenas aos nutrientes carreados para fora da propriedade, sem considerar a perda da capacidade produtiva do solo ou, mais importante, a perda da matéria orgânica, fonte primordial de nitrogênio e responsável pela Capacidade de Troca Catiônica (CTC) dos solos, além de constituir um forte indicativo dos demais impactos ambientais daí decorrentes.

Pesquisas realizadas no Estado do Paraná demonstram perdas de 15 a 20 toneladas por hectare por ano de solos em áreas intensamente mecanizadas, representando uma perda de nutrientes no valor de US$ 250 milhões. Existem evidências de que a deposição

de sedimentos, além de provocar o assoreamento dos mananciais e reduzir a capacidade armazenadora dos reservatórios, aumenta os custos de tratamento de água para o abastecimento urbano e afeta negativamente toda a ictiofauna regional.

Outro aspecto importante a ser considerado é que com a ausência de práticas conservacionistas adequadas no âmbito das bacias hidrográficas, há um incremento de 50% no custo anual de manutenção das estradas vicinais, avaliado em US$ 950 ao ano. Segundo o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), citado por Landers et. al. (2001), em 2000, o País tinha 1,26 milhão de km de estradas não pavimentadas, cujos custos de manutenção, somente para aos cofres públicos, foram estimados em R$ 538 milhões. De acordo com Ross L.C. (2000), somente na região dos Cerrados, existem cerca de 31 milhões de hectares de pastagens, quase todas consideradas degradadas ou em processo de degradação. Essas pastagens mantêm uma capacidade de suporte que varia em torno de 0,5 a 1,2 UA/ha/ano.

Dados da Fundação MS de Pesquisa demonstram que após a recuperação desses solos em um processo de Integração Lavoura Pecuária em Sistema Plantio Direto, após dois ou três anos de soja, é possível produzir 20 arrobas de carne no 1º ano, diminuindo gradativamente a produção no segundo, 3º e 4º ano, para, respectivamente, 14, 9 e 5,4 arrobas por hectare por ano de carne, o que demonstra, de forma indubitável, a importância da aplicação de tecnologia apropriada de manejo de solo para a sustentabilidade do processo produtivo e para o desempenho econômico da atividade na região.

Estimativas do Banco Mundial para o Estado do Paraná apontam para cifras de R$ 10,70 por 10.000m^3 de água tratada. A questão da água para consumo humano assumiu proporção de tamanha gravidade que hoje compõe a agenda de governos de diversos países, inclusive Brasil, onde grande parte dos sistemas hídricos encontra-se em condições críticas devido à demanda crescente, associada ao excesso de carga de poluentes domésticos e industriais. O quadro atual do desenvolvimento sócio-econômico do País, demonstra de forma inequívoca, que a sustentabilidade das atividades agropecuárias está intimamente ligada ao uso e à conservação do solo e dos sistemas hídricos, que deverão ser conduzidos num processo integrado e participativo de gerenciamento de bacias hidrográficas, tendo o setor público como definidor de políticas e de promotor de investimentos que, em uma atuação compartilhada com o setor privado, garantirá impactos positivos das inversões financeiras e de capital humano decorrente do uso sustentável dos recursos naturais renováveis, com benefícios para as gerações atuais e futuras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Incremento de 8,3% da Taxa de Utilização e Manejo Adequado do Solo. A taxa reflete a relação percentual entre a área de solo com uso e manejo adequado e a área total agricultável do País.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Na Ação de Organização e Capacitação de Agentes em Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais foram realizados cursos técnicos de capacitação, atingindo 180 técnicos e 3.600 produtores rurais. Promoção de reunião técnica envolvendo órgãos públicos e privados para elaboração de proposta de legislação sobre Uso do Solo Agrícola para disciplinar o uso do solo agrícola e atender aos preceitos da Lei Agrícola nº 8.171/91. Na Ação Fomento a Práticas de Manejo e Conservação de Solos na Agricultura foram implantadas unidades demonstrativas sobre o processo de integração lavoura-pecuária, bem como realizados Dias de Campo sobre metodologia e práticas de conservação de solos com ênfase para o plantio direto e recuperação de áreas degradadas.

Considerando o escalonamento da liberação de recursos durante o exercício, a programação prevista foi atingida. O resultado poderia ser melhor caso não houvesse atrasos na liberação dos recursos, tanto em volume quanto nas épocas de liberação.

Quanto à cobertura do público-alvo, em 2006 foi alcançado entre 80% e 100% do previsto, resultado satisfatório, considerando as limitações orçamentárias associadas ao contingenciamento de recursos e atrasos em suas liberações.

A equipe de coordenação sediada em Brasília efetua reuniões periódicas de planejamento, monitoramento e avaliação, tanto na Sede quanto nos Estados envolvidos, com os técnicos das superintendências nos Estados e demais parceiros na implementação do Programa, reajustando a programação de acordo com as necessidades levantadas.

Quanto à concepção, o desenho do Programa é considerado adequado para os fins que se propõe e permite uma grande abrangência de atividades no contexto da conservação de solo e água, base para a sustentabilidade da produção agropecuária.

Os mecanismos de monitoramento de desempenho das ações envolvem:

a) reuniões mensais da equipe de coordenação em que são monitoradas as ações em andamento e reajustada a programação com base nas avaliações efetuadas, reuniões ocasionais de planejamento e monitoramento das atividades realizadas nos Estados e reuniões de trabalho com entidades parceiras na implantação do Programa;
b) visitas aos locais em que estão sendo implantadas atividades contempladas pelo Programa, tanto com a participação de técnicos nos eventos de capacitação quanto com atividades desenvolvidas pelas entidades convenentes no âmbito do Programa;
c) sistema informatizado e de arquivo com as atividades físicas realizadas, bem como com o acompanhamento financeiro da utilização dos recursos pelas ações que são sistematicamente lançadas no Sistema Integrado de Planejamento (SIPLAN) do MAPA;
d) relatórios de gestão periódicos, em atendimento às normas do Plano Plurianual, e também relatórios gerenciais específicos para conhecimento das chefias

imediatas, para divulgação do Programa e como instrumento de monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas.

A execução física foi de 40% a 80% do previsto na LOA 2006. A liberação irregular dos recursos em valores e durante o exercício impediram a execução das atividades planejadas em tempo hábil, considerando que as ações exigem implementação em épocas definidas, relacionadas a períodos de preparo de solo para plantio.

O maior entrave para a implementação do que foi programado reside na incerteza de quanto será disponibilizado e, principalmente, na época das liberações ao longo de exercício. O maior percentual dos recursos foi liberado quase ao final do ano, quando já não havia condição de execução de atividades por falta de tempo hábil e por serem intempestivas quanto ao calendário agrícola.

Ademais, muitas ações programadas e negociadas com os executores estaduais ou parceiros e não implementadas devido ao contingenciamento ou atraso na liberação dos recursos acabam causando constrangimentos e desgaste à imagem da instituição.

Os recursos materiais são insuficientes na equipe gerencial. Há deficiência de equipamentos para uso da equipe técnica, como por exemplo, de computadores portáteis para uso nos deslocamentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas. Estas deficiências também são comuns nas Superintendências Federais de Agricultura nos Estados, dificultando o trabalho de execução.

A equipe gerencial carece de maior quantidade de Fiscais Federais Agropecuários para acompanhamento e implementação do Programa, considerando que a demanda em ações de sustentabilidade da produção agropecuária, com ênfase no manejo e na conservação do solo e da água vêm crescendo com a preocupação ambiental e as mudanças climáticas.

Faz-se necessário um maior investimento na capacitação técnica e gerencial da equipe de coordenação e dos técnicos de execução, com participação em congressos, seminários e visitas a áreas afins, tanto em âmbito nacional quanto internacional. A limitação de gastos com diárias e deslocamentos, periodicamente definidos em portaria, impedem que atividades programadas sejam executadas, mesmo que existam recursos definidos e liberados no Programa.

A execução de ações com recursos descentralizados, tanto para as superintendências nos Estados quanto para parceiros executores, via convênios, têm atingido altos índices de desempenho, por serem ações previamente negociadas e programadas com ampla participação das partes interessadas e com foco nos objetivos do Programa. Existe boa integração entre a gerência e os entes executores, de modo geral.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa tem realizado parcerias com entidades não-governamentais, como entidades sem fins lucrativos, cooperativas e associações, ainda de forma incipiente. Os resultados das parcerias têm sido satisfatórios e estas parcerias devem ser incentivadas

A participação social na implementação do Programa se dá através de reunião com grupos de interesse, tanto para divulgação dos seus objetivos, como para identificar propostas de aprimoramento das ações, bem como para buscar possíveis parcerias para sua execução, pois são importantes para identificação de prioridades definidas pelos beneficiários, pela possibilidade de ajustes às atividades programadas e pelo constante processo de avaliação dos grupos envolvidos.

Há grande demanda de Municípios, associações e sindicatos de produtores rurais por projetos de recuperação de áreas degradadas, replantio de matas ciliares, capacitação em manejo e conservação de solos e desenvolvimento sustentável, que seria atendida com bons resultados, caso houvesse uma definição antecipada do volume de recursos que o Programa poderia contar a partir do início do exercício, com um cronograma de liberação mensal que permita o atendimento desta demanda e seu respectivo monitoramento.

A satisfação dos beneficiários é avaliada ao final dos eventos de capacitação e em reuniões de trabalho, servindo para redirecionar os conteúdos dos cursos e adaptação das atividades para melhorar o desempenho do Programa.

O Programa possui características excepcionais em sua concepção, dada a importância da conservação do solo e da água para uma agropecuária sustentável. A grande preocupação global reside hoje no desenvolvimento sustentável como processo de garantia de produção continuada e segura, em quantidade e qualidade, atendendo requisitos econômicos, ambientais e sociais.

RECOMENDAÇÕES

- Para um alinhamento estratégico entre o objetivo setorial e a programação vigente para o PPA 2008-2011, o MAPA propôs a exclusão do Programa, fundindo ou remanejando sua ações para outros programas, de forma a mudar o enfoque da matriz atual de Cadeias Produtivas para a Prestação de Serviços. Sendo assim, a Ação de Transferência de Tecnologia será executada em outra ação agregada de transferência de tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças também será realizada em outra ação agregada para este fim no Programa 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, renomeado e ampliado em seu escopo.

MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NO AGRONEGÓCIO

OBJETIVO

Minimizar os riscos da atividade agrícola, decorrentes da ação de agentes biológicos e climáticos.

PÚBLICO-ALVO

Produtores agrícolas, cooperativas, agentes financeiros de crédito e seguro rural.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 117.230.008,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 68.960.907,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 68.960.907,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE ACERTO NAS PREVISÕES DO TEMPO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 86,4
Índice previsto ao final do PPA: 88

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O índice apurado em 2006 foi maior que o de 2005 e para 2007 é alta a possibilidade de atingir o previsto.

2. PERCENTUAL DE ÁREA SEGURADA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 9,2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
O indicador não foi apurado em 2006 e não será apurado em 2007, tendo em vista a dificuldade de obtenção de dados referentes à área total segurada pelo mercado segurador, particularmente, a área segurada sem a subvenção ao prêmio do seguro rural. Para o PPA 2008-2011, será proposto novo indicador, baseado no PIB agropecuário, que expressará melhor os resultados do Programa.

3. TAXA MÉDIA DE ADESÃO AO SEGURO RURAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 60,6
Índice previsto ao final do PPA: 30,8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Este indicador está limitado às adesões do seguro Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) em relação ao total de operações de custeio agrícola do Registro Comum de Operações Rurais do Banco Central (RECOR-Bacen). Portanto, será proposto novo indicador para o PPA 2008-2011 que expressará melhor o objetivo do Programa, baseado na ocorrência de perdas por eventos climáticos de operações enquadradas no Proagro ou no seguro rural privado, tendo em conta que a contratação de cobertura pelo Proagro ou pelo seguro rural privado é condicionada à observância do zoneamento agrícola.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A atividade agrícola se sujeita a um conjunto de fatores de risco que independem do domínio dos agricultores, sendo os mais relevantes os decorrentes de fenômenos climáticos adversos e a incidência de pragas e doenças, com reflexos negativos na renda do agricultor e na produção e produtividade das culturas. O zoneamento agrícola auxilia na habilitação dos produtores para enfrentarem os riscos inerentes à sua atividade, com base em informações sobre tempo, pluviometria, solo e cultivares, sugerindo os momentos de plantio e as culturas adequadas para cada região. Para tanto, há que se realizar levantamentos meteorológicos e climatológicos com elevado grau de acerto e com a escala adequada ao atendimento das necessidades de informações do setor produtivo. O zoneamento também orienta a contratação de seguro da produção, instrumento relevante para um setor com baixo nível de capitalização e que enfrenta dificuldades para suportar a totalidade dos riscos. Dessa forma, o problema recai sobre a incipiência do setor segurador privado brasileiro no segmento de seguro agrícola, requerendo ação positiva do Estado para viabilizar a superação de tamanho desafio para o setor agropecuário e, em última análise, para a auspiciosa meta de regulação do abastecimento alimentar brasileiro e mitigação da fome das camadas sociais marginalizadas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Atendimento a 16.653 produtores rurais, beneficiando 21.779 apólices de seguro, 1,6 milhão de hectares em área segurada e garantindo capital segurado de R$ 2,9 bilhões;

• Ampliação do número de culturas e Unidades da Federação amparadas pelo zoneamento agrícola, reduzindo as perdas agrícolas e diminuindo as chances de eventos climáticos adversos;

• Instalação de 91 estações automáticas no Território Nacional, ampliando a capilaridade de captação de informações meteorológicas no País;

• Produção de mais de 4.000 boletins meteorológicos, avisos meteorológicos especiais, notas técnicas, além do acesso pela página *web* do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET);

• Aumento de 11% da rede de telecomunicações de dados meteorológicos, com conseqüente aumento da área monitorada, periodicidade da coleta, e do número de dados coletados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O baixo desempenho do Programa deve-se, principalmente:

a) ao atraso na liberação dos recursos de Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural, impossibilitando a concessão do benefício no primeiro semestre de 2006;
b) ao atraso nas renegociações de dívidas dos produtores rurais;
c) à grave crise que ocorreu no setor;
d) ao atraso nas contratações, que só foram iniciadas no final do mês de outubro.

Além disso, a Ação Julgamento de Recursos de Sinistros sofreu contingenciamento, disponibilizados apenas R$ 715 mil, de R$ 2,18 milhões aprovados na LOA. Com relação ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, houve baixa utilização de recursos, devido à redução do mercado segurador no ano de 2005.

Estruturalmente, uma das prioridades da Política Agrícola para Fomentar a Competitividade e a Sustentabilidade do Agronegócio Nacional é elevar a oferta de crédito à produção, com destaque para o Plano Agrícola e Pecuário. O montante de recursos do crédito rural oficial mais do que dobrou nos três últimos anos, atingido a marca de R$ 50 bilhões na safra 2006-2007, sem contar os R$ 10 bilhões destinados ao financiamento da agricultura familiar. O volume de recursos para custeio e comercialização, a juros controlados, superou em 44% o da safra 2005-2006, atingindo 73% de todo o crédito rural oficial disponível para essas finalidades.

Na Safra 2006-2007, 81% do total de recursos disponibilizados pelo crédito rural à agricultura (empresarial e familiar) representam taxas de juros controladas, contra 77% na safra passada. Além do reforço ao crédito rural oficial, medidas são adotadas para ampliar a capacidade de financiamento privado à produção.

No aprimoramento das políticas de apoio à comercialização, o governo tem promovido um conjunto de ações para estreitar a cooperação e a coordenação entre os elos das cadeias produtivas, com o fim de garantir preços e renda aos produtores rurais. O objetivo é modernizar os instrumentos de intervenção no mercado, proporcionando a máxima eficiência na aplicação dos recursos públicos e a atração de recursos privados para o apoio à comercialização. Nesse sentido, com amparo da Lei nº 8.427 de 27.5.1992, Lei nº 9.848 de 26.10.1999 e Lei nº 11.076 de 30.12.2004, foi instrumentalizado o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO), que é uma subvenção econômica (prêmio)

concedida ao produtor rural, ou à cooperativa, que se disponha a vender um produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida à legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) em cada Estado da Federação.

Na Política de Gestão e Minimização de Riscos Rurais Associados às Adversidades Climáticas, deu-se continuidade às ações de meteorologia e climatologia, ao zoneamento agropecuário e ao seguro rural. As Ações de Meteorologia e Climatologia se caracterizam por maior acurácia e celeridade na coleta dos dados, melhorando o monitoramento das ocorrências meteorológicas e climáticas, das previsões do tempo e clima, bem como a disseminação antecipada de alertas e avisos. Buscando o aprimoramento da meteorologia nacional, com os recursos oriundos do orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em conjunto com os recursos do Projeto-Piloto de Investimentos (PPI - MCT/INMET), foi viabilizada a aquisição de 420 novas estações meteorológicas automáticas por meio de processo licitatório internacional, com substancial redução de custos para o País. Ainda em fase de instalação, no exercício de 2006, conta-se como prazo final para o processo de instalação e início de operacionalização o exercício de 2007. A Rede passará a contar com 400 estações convencionais e mais 500 estações meteorológicas automáticas, além das 12 estações de radiossondagem. O citado incremento tecnológico permitirá ampliar em oito vezes a coleta e transmissão de dados, com medições em tempo real, 24 horas por dia (uma medida a cada hora) e dados transmitidos diretamente pelo satélite Brasilsat.

O zoneamento agropecuário de risco climático visa a indicar a melhor época de plantio das culturas para cada Município, correlacionada ao ciclo dos cultivares e ao tipo de solo, com o objetivo de minimizar a chance de que as adversidades climáticas coincidam com a fase mais sensível das culturas. Esses estudos foram ampliados em 2006, com a realização de 220 zoneamentos, que contribuíram significativamente para minimizar as perdas de safras agrícolas por eventos climáticos. As culturas que possuem zoneamento agrícola são: algodão, arroz, banana, café, caju, cevada, feijão, feijão caupi, mamona, mandioca, maçã, milho, soja, sorgo, trigo e uva.

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural foi ampliado de forma a amparar, além da modalidade agrícola, as modalidades de seguro pecuário, de florestas e aqüícola. De sete culturas beneficiadas em 2005, o Programa passou a amparar todas as culturas desenvolvidas pelos produtores rurais que contam com produtos de seguro aprovados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Os limites financeiros, que em 2005 eram de R$ 12 mil para frutas e de R$ 7 mil para as demais culturas, foram elevados para R$ 32 mil em 2006, possibilitando ao produtor que tenha atividades diversificadas, o benefício da subvenção de até R$ 192 mil. Ao Programa de Subvenção foram destinados, em 2006, recursos da ordem de R$ 60,9 milhões.

Os recursos orçamentários foram suficientes para a execução do Programa. No caso da Ação Implantação de Estações Meteorológicas Automáticas, os recursos foram insuficientes para que a ação fosse desenvolvida, e assim a aquisição de novas estações foi

realizada com recursos do PPI, pois, os recursos orçamentários foram suficientes apenas para a instalação das estações automáticas adquiridas em 2005.

RECOMENDAÇÕES

• Excluir o indicador percentual de área segurada, tendo em vista a dificuldade de obtenção de dados referentes à área segurada total pelo mercado segurador, particularmente, a área segurada sem a subvenção ao prêmio do seguro rural. Para o PPA 2008-2011, será proposto novo indicador que expressará melhor os resultados do Programa, baseado no PIB agropecuário;

• Excluir o indicador Taxa Média de Adesão ao Seguro Rural. Será proposto novo indicador para o PPA 2008-2011 que expressará melhor o objetivo do Programa, baseado na ocorrência de perdas por eventos climáticos de operações enquadradas no Proagro ou no seguro rural privado, tendo em conta que a contratação de cobertura pelo Proagro ou pelo seguro rural privado é condicionada à observância do zoneamento agrícola.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL

OBJETIVO

Construir base de conhecimentos científicos e tecnológicos em atividades agropecuárias e agroindustriais voltada aos empreendimentos de pequeno porte.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, trabalhadores e comunidades ligadas à produção agropecuária e extrativista de base familiar, assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais e empreendimentos agropecuários e agroindustriais de pequeno porte, com baixa capacidade de inserção social e econômica.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 14.826.440,00	Empenho Liquidado:	R$ 13.372.859,00
	Pago Estatais:	Não-aplicável
	Total:	R$ 13.372.859,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
Não-aplicável	Não-aplicável	

INDICADOR

1. NÚMERO-ÍNDICE DA PRODUTIVIDADE DOS PESQUISADORES ENVOLVIDOS NOS PROJETOS FINANCIADOS PELO PROGRAMA

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: 99
Índice previsto ao final do PPA: 105

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice estabelecido para o Programa é coerente com a realidade financeira e de capacidade operacional da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O número-índice é calculado pela relação entre a produtividade dos pesquisadores no ano da aferição, obtido pela ponderação dos seguintes produtos: tecnologias, metodologias, protótipos e modelos disponibilizados, relatórios finais de pesquisa aprovados, e a produtividade no ano base, multiplicado por 100.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Ao mesmo tempo em que se reconhece o papel do agronegócio no desenvolvimento social e econômico do Brasil, apoiado em esforços da pesquisa científica e tecnológica nacional, fica claro que um conjunto muito importante de segmentos sociais ligados à atividade, principalmente, aqueles vinculados à produção agropecuária de base familiar e às comunidades tradicionais, ficaram à margem ou foram excluídos ao longo dos processos de desenvolvimento do País.

Embora a questão tecnológica possa ser importante para alguns estratos que compõem esse conjunto, fica evidente que a tecnologia, por si, não é suficiente para promover a inclusão social de muitos outros estratos, como os que não reúnem certas condições básicas de acesso à terra, de organização, de base técnica e social para criar meios e instrumentos para acessar, processar e utilizar informação técnica para gerar renda e outros meios de vida.

Da mesma forma, em termos espaciais, o desenvolvimento do agronegócio do País não foi equânime. Surge daí a necessidade de se promover um acordo institucional amplo, ao mesmo tempo em que promove a construção das bases sociais necessárias para qualificar esse estrato e alcançar meios de vida, e que possa potencializar o desenvolvimento territorial como forma de oferecer oportunidades para torná-los sustentáveis, do ponto de vista social e econômico.

Somente nesse âmbito o desenvolvimento científico e tecnológico passa novamente a ter papel importante como base para o desenvolvimento. Entretanto, certas condições como organização e representatividade social, capacidade gerencial e viabilidade econômica que são tomadas como pré-requisitos já atendidos para o desenvolvimento tecnológico do agronegócio comercial, não podem ser tomadas como satisfeitas para esse grupo.

Um Programa estruturante de pesquisa, com o objetivo de ofertar conhecimento necessário para promover a inclusão social devem incluir componentes fundamentais de pesquisa em ciências sociais e humanas, associadas à pesquisa tecnológica propriamente dita, com ênfase em métodos participativos.

Um Programa de pesquisa estruturante, que dê suporte ao desenvolvimento rural e promova a inclusão social e meios de vida sustentáveis deve buscar:

a) desenvolver modelos inovadores de organização e associativismo adequados aos vários estratos sociais que compõem esse conjunto, reproduzíveis e de grande efeito multiplicativo;
b) modelos de organização e desenvolvimento territorial, explorando características sociais, culturais, ambientais e econômicas para gerar meios de vida sustentáveis;
c) modelos de agregação de valor, explorando entre outros aspectos a multifuncionalidade do meio rural ou potencial de processamento agroindustrial;

d) modelos e instrumentos de gestão adaptados aos empreendimentos e propriedades de pequeno porte;
e) inovações nos processos de logística e comercialização, visando à diminuição de custos de transação;
f) intensificação técnico-científica e da inovação nos sistemas de produção;
g) modelos inovadores de capacitação e transferência de tecnologia, entre outros.

Esse Programa de pesquisa, de caráter interinstitucional e transdisciplinar, forneceria os elementos estruturantes para apoiar efetivamente políticas públicas e programas mais específicos de desenvolvimento, fomento, capacitação e transferência de tecnologia visando à inclusão social desse conjunto de segmentos em bases não-emergenciais, mas pela superação de restrições estruturais de longo prazo.

Esse Programa deve, como conseqüência, organizar os esforços, hoje dispersos, e obter sinergia transdisciplinar e interinstitucional na busca de métodos, instrumentos e meios que contribuam para dar soluções estruturais aos problemas de desenvolvimento social, inclusão e abertura de oportunidades para obtenção de meios de vida sustentáveis para enormes estratos sociais marginalizados.

Além das óbvias implicações de caráter social, o Programa pode contribuir para aliviar as pressões para ações e políticas compensatórias emergenciais, além do que, a solução estrutural do problema traria, no médio e longo prazos, benefícios econômicos, tanto pela dinamização econômica do território, quanto pela acumulação potencial de riqueza, pelo potencial de aumento da oferta de emprego e oportunidades de renda, e pela interrupção do círculo vicioso de reprodução de carências e pobreza.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Desenvolvimento do Projeto Pirarucu: criação do pirarucu (*Arapaima gigas*) por meio da geração de tecnologia para competitividade do agronegócio;

• Desenvolvimento de projeto de uso sustentável de fauna silvestre com a criação de javali, cotia e jacaré;

• Avaliação e quantificação de selênio e da contaminação por aflatoxinas para a melhoria da qualidade da cadeia agroindustrial de castanha do Brasil;

• Elaboração e difusão de sistema de produção e de processamento de banana para pequenos produtores;

• Uso de filmes comestíveis para preservar a qualidade de frutas tropicais minimamente processadas;

• Desenvolvimento de novo processo em serrarias móveis nacionais: agregação de valor para a agricultura familiar com substituição de importações;

• Desenvolvimento, avaliação, otimização e validação de um protótipo itinerante para o desfibramento automático das folhas de sisal;

• Rede de transferência de tecnologias: estratégia para a sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola em escala familiar no Estado do Pará;

• Desenvolvimento do Projeto Terra Preta Nova: sistemas indígenas de manejo do solo como base para o desenvolvimento de manejo sustentável da fertilidade de solos na Amazônia;

• Ocupação do espaço territorial e avaliação da sustentabilidade ambiental de propriedades rurais em duas regiões do Estado do Acre.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Quanto à execução física das ações, foi atingido o valor de 77,4% do previsto na LOA 2006.

Os projetos de pesquisa e desenvolvimento para a agricultura familiar contemplam as questões de gênero e raça. No Programa, são realizados estudos etnobiológicos e de conservação da agrobiodiversidade para segurança alimentar e desenvolvimento sustentável dos povos indígenas Krahô, Kaiabi e Yawalapiti.

No âmbito da gerência do Programa, os mecanismos de monitoramento e avaliação compreendem:

a) reuniões de trabalho com organização das carteiras de projetos que contemplam as diferentes ações do Programa;
b) organização dos projetos, no âmbito da Embrapa, em cinco macroprogramas. Cada um deles coordenado por um gestor que realiza visitas de acompanhamento aos projetos;
c) alimentação periódica dos sistemas informatizados e do Sistema de Acompanhamento dos Planos Anuais de Trabalho da Embrapa (SISPAT), no qual são inseridas informações sobre o andamento de todos os projetos executados pelo órgão.

Cada unidade descentralizada da Embrapa elabora, anualmente, um relatório de gestão, baseado nos sete critérios da qualidade, o qual é avaliado, tornando-se o documento responsável pelo posicionamento das unidades de acordo com a sua gestão. A corporação elabora anualmente, um relatório de gestão, que faz parte da prestação de contas anual da Embrapa. Esse relatório é baseado em decisões normativas do Tribunal de Contas da União, emitidas ao final de cada exercício financeiro.

Os recursos orçamentários foram suficientes para o alcance dos objetivos do Programa. No entanto, a atividade de pesquisa científica necessita de aporte crescente de recursos. A dinâmica dos ambientes de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, bem como de Ciência e Tecnologia são absolutamente voltados para as mudanças mundiais no setor. Sendo assim, a pesquisa não pode ficar presa a orçamentos fechados e pequenos. Portanto, quando se afirma que os recursos são suficientes, isso quer dizer apenas que foi possível fazer parte do total.

O fluxo de liberação de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Em algumas ações o fluxo financeiro teve um comportamento mais regular. Em outras, o fluxo financeiro foi irregular. Nessa última situação, houve dificuldade para a realização das metas físicas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Por meio da Ouvidoria da Embrapa, todos os participantes das ações podem se manifestar apresentando sugestões, colaborações e críticas. Esta participação permitiu a organização de espaços culturais para atividades de educação ambiental, para a construção de viveiros de mudas, para a coleta e conservação de mais de 100 espécies de plantas utilizadas na alimentação e para a recuperação de áreas degradadas.

Por meio da pesquisa de satisfação do cliente, a gerência do Programa avalia a satisfação dos beneficiários. Através do Sistema Embrapa de Gestão (SEG), os projetos que compõem as ações são freqüentemente acompanhados e avaliados pela organização.

RECOMENDAÇÕES

• Com o objetivo de promover transparência aos resultados institucionais obtidos pela Embrapa, propõem-se que sejam criados indicadores no Programa que qualifiquem diretamente os principais produtos da organização colocados à disposição do público-alvo, desenvolvidos no ano fiscal, da seguinte forma:

a) número de tecnologias geradas;
b) número de metodologias desenvolvidas;
c) número de protótipos e modelos disponibilizados;
d) número de relatórios finais de pesquisa aprovados;
e) produtividade por pesquisador: número de produtos aprovados dividido pelo número de pesquisadores em atividade na organização.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO

OBJETIVO

Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos.

PÚBLICO-ALVO

Cadeias produtivas, empreendimentos de produção agropecuária, agroindustrial e atores sociais, políticos e econômicos relacionados ao agronegócio brasileiro e formuladores de políticas para o agronegócio.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 161.625.432,00	Empenho Liquidado:	R$ 154.525.268,00
	Pago Estatais:	Não-aplicável
	Total:	R$ 154.525.268,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
Não-aplicável	Não-aplicável	

INDICADOR

1. NÚMERO-ÍNDICE DA PRODUTIVIDADE DOS PESQUISADORES ENVOLVIDOS NOS PROJETOS FINANCIADOS PELO PROGRAMA

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: 98
Índice previsto ao final do PPA: 104

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice apurado para o Programa é coerente com a realidade financeira e a capacidade operacional da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O número-índice é calculado pela relação entre a produtividade dos pesquisadores no ano da aferição, obtido pela ponderação dos seguintes produtos: tecnologias, metodologias, protótipos e modelos disponibilizados, relatórios finais de pesquisa aprovados, e a produtividade no ano base, multiplicado por 100.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O agronegócio brasileiro, notadamente estratificado em dois grandes conjuntos de segmentos, um de desempenho econômico reconhecido e socialmente integrado, e outro de grande importância social, porém, pouco ou nada integrado ao sistema econômico, tem desempenhado papéis importantes no abastecimento do mercado interno de alimentos e matérias-primas, na geração de riqueza, no equilíbrio das contas externas, na geração de emprego e renda e na estabilização de fluxos migratórios, entre outros papéis sociais e econômicos relevantes.

A capacidade demonstrada pelo aparato de pesquisa do País, formado pelo conjunto de instituições de pesquisa e universidades federais, estaduais e privadas, de produzir conhecimento científico e tecnológico para atender as demandas, solucionar problemas e abrir oportunidades, foi parte importante e necessária para alcançar esse desempenho. Sem dúvida, o agronegócio representa, no Brasil, o segmento de maior Taxa de Adoção de Tecnologia Nacional e que mais tem se distinguido, no País, pela competitividade em nível mundial.

A manutenção dessas conquistas, entretanto, exige continuado esforço para prevenir retrocessos e obter avanços. Evitar a erosão genética dos materiais em produção e os avanços de pragas e doenças, aperfeiçoar o manejo e o uso de recursos naturais e ambientais, melhorar os desempenhos de sistemas de produção, que necessitam aliar-se a avanços de produtividade, de agregação de valor, de defesa sanitária, de aumento da produtividade dos insumos e recursos, de garantia de segurança ambiental e de inocuidade. Isso exige a incorporação contínua de inovações, na forma de conhecimentos científicos e tecnológicos, de instrumentos e metodologias de pesquisa, de novos arranjos institucionais e métodos de transferência de tecnologia aos sistemas sociais e econômicos.

O sistema de produção de conhecimento, por suas características próprias, tem um ciclo de produção plurianual, de caráter contínuo, cujo cumprimento é determinado pela natureza do objeto de pesquisa, com produto relativamente intangível e seus efeitos nos sistemas produtivos se consolidam após períodos relativamente longos de validação e transferência. Exceto em casos pontuais e especiais, o produto da geração de conhecimento e de tecnologia não é contemporâneo dos seus impactos. Esses se dão com defasagem temporal significativa. Importante notar, portanto, que pelas características do seu processo de produção, as atividades de pesquisa dificilmente podem ser classificadas, acompanhadas e avaliadas como atividades de natureza finalística. Seu caráter é mais bem definido como estruturante, no sentido de fornecer a base técnica na qual se assenta a atividade produtiva do agronegócio. Como tal, ela é uma atividade de construção de futuro e não de impactos no presente.

As conseqüências de negligenciar o investimento contínuo em pesquisa têm duas vertentes: o efeito de não se realizar a atividade de pesquisa e desenvolvimento, em si, e o efeito de não se considerar as características próprias da pesquisa. Com relação ao primeiro ponto, a atividade de pesquisa voltada ao agronegócio tem tanto a característica

de manutenção da base técnica, quanto a de avanço da tecnologia para atualização dessa base técnica. Sem os investimentos de manutenção, rapidamente a competitividade do agronegócio se deteriora, pela erosão dos materiais, pela queda de produtividade dos sistemas de produção, pela perda de resistência ou superação dos meios de combate a pragas e doenças. A velocidade com que se dá essa perda, via de regra, é diretamente associada à velocidade do ciclo de produção: culturas temporárias perdem competitividade mais rapidamente que as perenes e do que a produção animal. Por sua vez, a produção de animais de ciclo curto, como aves, perdem competitividade mais rapidamente que as de ciclo mais longo, como os bovinos. Por outro lado, como os principais competidores do agronegócio brasileiro continuam investindo em avanços, o não-investimento para esse fim implica perda de competitividade de forma diretamente relacionada à velocidade dos avanços obtidos pelos concorrentes. Em um mundo de relações globalizadas, competitividade significa não só perdas de mercados externos, mas também a possibilidade de perda de mercados internos. Além da questão técnica, em si, o agronegócio é dependente da base de recursos naturais (solo, água, atmosfera) e do uso de serviços ambientais (reciclagem de nutrientes, reciclagem de poluentes, reciclagem de material orgânico e reciclagem de embalagens).

O conhecimento tecnológico é fundamental para garantir a sustentabilidade temporal da oferta desses recursos e serviços, sem os quais a capacidade de suporte do agronegócio se deteriora, sua produtividade e qualidade caem e fica inviabilizado o cumprimento dos seus papéis social e econômico. Nos casos críticos, os efeitos dessa degradação da atividade econômica vão além da questão setorial e afetam a qualidade de vida, na saúde e no bem-estar de todos os segmentos sociais, como, por exemplo, no oeste catarinense e as áreas em processo de desertificação no Rio Grande do Sul (RS). Em casos menos evidentes, o custo recai sobre as gerações futuras.

Com respeito ao segundo ponto, a não consideração da natureza plurianual e estruturante da atividade, pode provocar a descontinuidade de investimentos, ditadas não por considerações estratégicas, mas por razões meramente conjunturais. Essas descontinuidades têm um efeito devastador sobre a eficiência e eficácia da atividade de pesquisa, com conseqüências similares à decisão de não investir na atividade de pesquisa. O principal custo de decisões erradas nessa área é a não construção (ou desconstrução) do futuro.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Desenvolvimento de tecnologias agroindustriais para obtenção de biocombustíveis derivados de óleos vegetais;

• Desenvolvimento de semente de arroz Coringa e semente de soja BRS Candeias;

• Determinação da variabilidade genética da pinheira em plantios tradicionais de Alagoas;

• Avaliação de genótipos apirênicos de videira no semi-árido brasileiro;

• Desenvolvimento do Projeto Ecopeixe Fase I - Competitividade e Sustentabilidade da Aqüicultura: avaliação ambiental e sócio-econômica;

• Desenvolvimento tecnológico de sistemas orgânicos de produção agropecuária sustentáveis;

• Desenvolvimento e dinamização da Rede Nacional de Recursos Genéticos da Embrapa Renargen;

• Elaboração de estudo sobre o comércio exterior e a agropecuária brasileira;

• Processo de desenvolvimento de produção vegetal, ecologia e manejo de florestas tropicais;

• Rede de pesquisa em sanidade vegetal: análise e mitigação dos riscos na importação e exportação de produtos agrícolas;

• Realização de estudos da dinâmica de carbono e gases de efeito estufa em sistemas brasileiros de produção agropecuária, florestal e agrofloresta.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa alcançou de 80% a 100% de cobertura do público-alvo, apesar da execução física das ações ter alcançado 79,1% do total programado. A execução orçamentária do Programa foi 95,6% da dotação autorizada na LOA.

No âmbito da gerência do Programa, os mecanismos de monitoramento e avaliação compreendem:

a) reuniões de trabalho, com organização das carteiras de projetos que contemplam as diferentes ações do Programa;
b) os projetos são organizados, no âmbito da Embrapa, em cinco macroprogramas, cada um deles é coordenado por um gestor, que realiza visitas de acompanhamento aos projetos;
c) sistemas informatizados, como o Sistema Integrado de Planejamento (SIPLAN), alimentado periodicamente pelos coordenadores de ação nacional e os técnicos responsáveis com a execução física de cada ação na Embrapa, e o Sistema de Acompanhamento dos Planos Anuais de Trabalho da Embrapa (SISPAT) no qual são inseridas informações sobre o andamento de todos os projetos executados o órgão;
d) relatórios de gestão de cada unidade descentralizada da Embrapa, elaborado anualmente, baseado nos sete critérios da qualidade, submetido à avaliação, após a qual o documento torna-se responsável pelo posicionamento das unidades de acordo com a sua gestão. A corporação elabora, anualmente, um relatório de gestão, que faz parte da prestação de contas anual da Embrapa. Este relatório é baseado em decisões normativas do Tribunal de Contas da União (TCU), emitidas ao final de cada exercício financeiro.

Ocorreu a execução física de 80% a 100% do previsto na LOA 2006. Os recursos orçamentários foram suficientes para o alcance dos resultados. No entanto, a pesquisa científica necessita de aporte crescente de recursos. A dinâmica dos ambientes de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, bem como de Ciência e Tecnologia são absolutamente voltados para as mudanças mundiais no setor. Sendo assim, a pesquisa não pode ficar presa a orçamentos fechados e pequenos.

O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Em algumas ações, o fluxo financeiro teve um comportamento mais regular. Em outras, o fluxo financeiro foi irregular. Nessa última situação, houve dificuldade para a realização das metas físicas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, principalmente, por meio da Ouvidoria da Embrapa, onde todos os participantes das ações podem se manifestar apresentando sugestões, colaborações e críticas. Por intermédio desta participação foram organizados espaços culturais para atividades de educação ambiental, construídos viveiros de mudas, coletadas e conservadas mais de 100 espécies de plantas utilizadas na alimentação e recuperadas áreas degradadas. A avaliação da satisfação dos beneficiários é realizada por intermédio de pesquisa de satisfação do cliente.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal, por exemplo, o Sistema Embrapa de Gestão (SEG), por meio do qual os projetos que compõem as ações são freqüentemente acompanhados e avaliados.

RECOMENDAÇÕES

• Com o objetivo de promover transparência aos resultados institucionais obtidos pela Embrapa, propomos que sejam criados indicadores que meçam diretamente os principais produtos da organização colocados à disposição do público-alvo do Programa, desenvolvidos no ano fiscal, da seguinte forma:

a) número de tecnologias geradas;
b) número de metodologias desenvolvidas;
c) número de protótipos e modelos disponibilizados;
d) número de relatórios finais de pesquisa aprovados;
e) produtividade por pesquisador (número de produtos aprovados dividido pelo número de pesquisadores em atividade);

• Migrar a Ação de Pesquisa da Agroenergia para um novo Programa de Desenvolvimento da Agroenergia.

QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

OBJETIVO

Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e de qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.

PÚBLICO-ALVO

Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais de insumos agropecuários.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 7.672.893,00	Empenho Liquidado:	R$ 4.392.798,00
	Pago Estatais:	Não-aplicável
	Total:	R$ 4.392.798,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
Não-aplicável	Não-aplicável	

INDICADORES

1. TAXA DE IRREGULARIDADE DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Não apurado

O indicador será redefinido, bem como a sua forma de apuração. O índice, quando proposto, contemplava apenas a fiscalização da produção de agrotóxicos. Posteriormente, à definição deste índice foram agregadas as atividades da Coordenação de Agrotóxicos na fiscalização das empresas prestadoras de serviços fitossanitários. Assim, serão alterados o índice de referência e a forma de apuração.

2. TAXA DE CONFORMIDADE DE CORRETIVOS AGRÍCOLAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 86,5
Índice previsto ao final do PPA: 96

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

A Taxa de Conformidade dos Corretivos Agrícolas ficou abaixo do esperado, mas verifica-se uma pequena evolução em relação ao apurado no ano de 2005. A legislação de corretivos agrícolas foi alterada nos anos de 2004 e 2005, quando houve introdução de regras mais rigorosas para avaliação da conformidade. Verifica-se que o setor industrial passa por uma fase de adequação às novas regras. Portanto, apesar da expectativa de incremento na qualidade em 2007, pode não ser alcançado o valor previsto para o final do PPA 2004-2007. A taxa mede a relação percentual entre o número de determinações analíticas de corretivos agrícolas dentro dos padrões e o total de determinações analíticas de corretivos agrícolas executadas no ano pelas fiscalizações.

3. TAXA DE CONFORMIDADE DE FERTILIZANTES AGRÍCOLAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 83,7
Índice previsto ao final do PPA: 96

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

A legislação de fertilizantes foi alterada nos anos de 2004 e 2005, quando houve introdução de regras mais rigorosas para avaliação da conformidade. Verifica-se que o setor industrial ainda não se adequou completamente às novas regras, portanto, apesar da expectativa de incremento na qualidade em 2007, dificilmente será atingido o valor previsto para o final do PPA 2004-2007. A taxa é calculada pela relação percentual entre o número de determinações analíticas de fertilizantes agrícolas dentro dos padrões e o total de determinações analíticas de fertilizantes executadas no ano.

4. TAXA DE CONFORMIDADE DE INOCULANTES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 61,2
Índice previsto ao final do PPA: 99

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

A Taxa de Conformidade dos Inoculantes tem forte variação anual. Em 2005, houve incremento em relação a 2004, porém, em 2006, a taxa voltou a cair acentuadamente. Em relação à fiscalização de inoculantes, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) atua com rigor na fiscalização desses insumos, tanto na indústria nacional como nos produtos importados. Busca-se mediante pesquisa e junto ao setor privado, medidas para melhoria da qualidade dos inoculantes. A taxa é calculada pela relação percentual entre o número de determinações analíticas de inoculantes dentro dos padrões e o total de determinações analíticas de inoculantes executadas no ano.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do

agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do Poder Público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Incremento de 4,25% na Taxa de Conformidade de Corretivos Agrícolas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Depois de uma melhoria na qualidade dos inoculantes, comparando-se os resultados do ano de 2005 aos de 2004, a Taxa de Conformidade dos Inoculantes voltou a cair, indicando problemas de qualidade nesse insumo. Neste caso, a fiscalização atuou conforme planejado, sendo que podemos atribuir esta baixa taxa a problemas ocorridos na produção do insumo e a algumas partidas importadas que apresentaram problemas de qualidade.

Ocorreu considerável redução na Taxa de Conformidade dos Fertilizantes Minerais, ficando abaixo do resultado esperado. Podemos atribuir a redução na qualidade dos fertilizantes a alguns fatores: mudança da legislação (entre 2004 e 2005), com a introdução de regras mais rigorosas para avaliação da conformidade; crise no setor agropecuário (2005 e 2006), com alta inadimplência no pagamento aos fornecedores de insumos, que buscaram redução dos custos de produção, refletindo negativamente, em alguns casos, na qualidade dos insumos produzidos; freqüência da fiscalização a menor do que o planejado, dadas as limitações orçamentárias ocorridas nos anos de 2005 e 2006.

Avalia-se como bom o resultado alcançado, considerando a limitação orçamentária, a greve de funcionários da área meio e a distribuição irregular de recursos ao longo do exercício. Salienta-se que a fiscalização deve coincidir com a produção de insumos agrícolas, que apresenta sazonalidade. Portanto, quando os recursos orçamentários são liberados em ocasião mais próxima do final do exercício não se consegue mais recuperar o prejuízo da execução, já que a fiscalização não foi realizada com a intensidade necessária no período correto.

O MAPA envidou esforços nos anos de 2005 e 2006, buscando adequar a legislação e os processos de trabalho envolvidos na concessão de registro de produtos. Verificou-se melhor desempenho neste particular, notadamente, no caso de registro de agrotóxicos e afins e de medicamentos veterinários. Em 2006, foram efetuadas importantes alterações nas legislações de insumos agropecuários, as quais deverão propiciar maior celeridade na análise das solicitações de registro de produtos, diminuindo o tempo para concessão.

As ações do Programa apresentaram como resultados:

a) fiscalização de agrotóxicos e afins - 512 fiscalizações realizadas;
b) fiscalizações de fertilizantes, corretivos e inoculantes - 8.589 fiscalizações realizadas;
c) fiscalizações de sementes e mudas - 6.136 fiscalizações realizadas;

d) fiscalização de produtos veterinários - 2.662 fiscalizações realizadas;
e) fiscalização de insumos destinados à alimentação animal - 4.215 fiscalizações realizadas;
f) fiscalização do material genético animal - 922 fiscalizações realizadas.

O Programa foi objeto de avaliação interna da Secretaria de Defesa Agropecuária, consignada no relatório de gestão de 2006.

a) A gerência do Programa utiliza como mecanismos para avaliar o desempenho físico das ações:
b) reuniões regionais e nacionais com as superintendências do MAPA nos Estados, ocasião em que se avalia o desempenho das ações do Programa;
c) relatório de gestão anual, avalia-se o desempenho de cada ação do Programa;
d) sistema informatizado interno ao MAPA que é utilizado para o acompanhamento mensal das ações do Programa.

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na LOA 2006. Não foi possível atingir 100% das metas, dadas as dificuldades enfrentadas com a greve dos servidores e as restrições orçamentárias.

A infra-estrutura é inadequada nas equipes executoras, sendo que algumas superintendências do MAPA, que são as unidades responsáveis pela execução da fiscalização de insumos, apresentam deficiências de estrutura, como veículos e equipamentos de informática.

Tanto a equipe gerencial quanto as equipes executoras carecem de recursos humanos, vez que o MAPA não apresenta quantitativo de pessoal suficiente para o exercício de suas atribuições, seja na sede, seja nas unidades descentralizadas.

Além disso, a fiscalização envolve gastos com deslocamento dos servidores (diárias, passagens e combustível). O contingenciamento de recursos orçamentários impede que as ações fiscais sejam realizadas no momento oportuno, prejudicando assim todo o trabalho de fiscalização.

A morosidade na condução dos processos licitatórios impede que os recursos repassados para as Superintendências do MAPA, por diversas vezes, possam ser aplicados.

Houve interação entre a gerência do Programa e as coordenações das ações, entretanto, de caráter parcial, sendo muito mais efetiva nas ações que estão vinculadas regimentalmente à gerência.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os canais de participação social com o público-alvo do Programa se dão por consulta pública aos insumos agropecuários, reuniões com grupos de interesse e pela Câmara Temática de Insumos Agropecuários, fórum que conta com a participação das entidades representativas de toda a cadeia de insumos (produtores, industriais e consumidores).

A participação, por meio das câmaras temáticas das entidades representativas do setor de produção de insumos agropecuários, tem sido importante principalmente no processo de elaboração dos regulamentos técnicos e no combate aos produtos piratas e clandestinos.

O Programa carece de sistemas de informação para auxiliar na gestão e promover a automação dos processos de trabalho.

RECOMENDAÇÕES

• Criação de um indicador para a taxa de resposta às denúncias encaminhadas pela Ouvidoria do Ministério, angariando maior eficiência na atividade de fiscalização da produção de insumos e serviços agropecuários. Tal instrumento permitiria qualificar a atuação da fiscalização e serviria de canal de respostas à sociedade;

• Criação de um indicador em conformidade para sementes e mudas, ração animal e medicamentos veterinários.

SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

OBJETIVO

Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas e consumidor.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 31.717.454,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 22.533.007,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 22.533.007,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS COM CONTROLE SANITÁRIO

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 2.805
Índice previsto ao final do PPA: 3.800

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Em 2006, ocorreu contingenciamento orçamentário e inconstância na liberação de recursos, causando uma diminuição nas ações de inspeção em estabelecimentos produtores de alimentos e bebidas de origem animal com controle sanitário e ocasionando uma redução de 25% no índice apurado em 2006 em relação ao de 2005 (3.690). Há a perspectiva de que, ao final do PPA, a meta seja atingida.

2. TAXA DE CONFORMIDADE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 90,58
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Índice apurado em 2006 apresentando um valor de 90,58% de conformidade na produção de alimentos e bebidas de origem vegetal.

3. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM SISTEMA DE ANÁLISE DE PERIGOS E PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE (APPCC)

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 300
Índice previsto ao final do PPA: 300

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Em 2006, o índice apurado novamente superou em 20% o índice de referência. Há alta probabilidade de que, ao final do PPA, o índice supere o previsto.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Assegurar a inocuidade e melhoria da qualidade dos produtos e alimentos de origem animal e vegetal é de fundamental importância para a adequada proteção do consumidor, bem como para assegurar a competitividade da agroindústria brasileira, tanto para o comércio nacional como internacional, contribuindo para a redução do Custo Brasil e adequando-a, ainda, às regras e aos padrões internacionais nos termos dos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC), especialmente no que diz respeito à agricultura. Ressaltam-se ainda a influência e a interação com outras áreas e atividades, como o melhoramento da produtividade agrícola e pecuária, demanda de pesquisas aplicadas, melhor implementação dos sistemas de classificação de vegetais e de carcaças de animais, políticas de abastecimento e comercialização.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 90,58% de conformidade na produção de alimentos e bebidas de origem vegetal.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

As atividades desenvolvidas dentro do Programa são de fiscalização, portanto, são ações exclusivas do Estado. Apesar do contingenciamento orçamentário e da inadequação dos recursos humanos e infra-estrutura, o Programa atingiu resultados favoráveis nas ações que o compõem, entre as quais se destacam, Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais, Fiscalização contra a Fraude e a Clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária, Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados e Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal.

No Sistema Laboratorial de apoio à área animal, verificou-se que a execução, em 2006, aumentou 45% devido aos focos de febre aftosa, aos trabalhos de diagnóstico e seleção de animais sentinelas e principalmente ao crescimento acentuado da execução de laboratórios credenciados na área animal, tendo assim aumentado o número destes laboratórios, principalmente na área do controle de leite.

As fiscalizações realizadas por meio da Ação Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados concentraram-se, no ano de 2006, nas atividades de plantio comercial, com o objetivo de identificar áreas de plantio de Organismos Geneticamente Modificados não-autorizados. Importante citar que também foram realizadas fiscalizações em centros de pesquisa e em unidade industrial de fabricação de vacina "dna-recombinante".

Em 2006, ocorreu a implantação oficial do Plano Nacional de Controle de Resíduos na área vegetal por meio da Instrução Normativa nº 58/2006, a partir da qual, deu-se início às coletas de amostras para monitoramento de resíduos de agrotóxicos em mamão e maçã.

Importante registrar que, em 2006, ocorreram algumas restrições que prejudicaram o desempenho do Programa, como o contingenciamento orçamentário, inconstância na liberação de recursos, inadequação de recursos humanos, necessidade de equipamentos e normas oficiais para realização das ações de fiscalização, além da necessidade de aprimoramento técnico das equipes executoras.

A liberação de recursos não ocorreu de forma regular conforme previsto, o que gerou limitação nos investimentos, na execução e desempenho das ações. Ressalta-se ainda que boa parte do orçamento foi liberada apenas no último quadrimestre do ano, o que inviabilizou algumas ações previstas de inspeção, fiscalização, licitação e até mesmo de capacitação de técnicos. Dos recursos previstos para o Programa, foram liberados e liquidados 71% do orçamento de R$ 31 milhões indicados na LOA.

A Ação Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Vegetal apresentou uma execução muito acima do esperado (1,22%), pois, da previsão de 25 estabelecimentos, foram qualificados 306. Isto pode ser justificado pelo fato do produto analisado da Ação ter sido o número de novos estabelecimentos registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); devido à falta de uma base legal que estabeleça a implantação do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) em estabelecimentos produtores de alimentos e bebidas de origem vegetal, ficou inviável a apuração do real produto da Ação, que é o Estabelecimento Certificado. Sendo assim, as atividades realizadas através desta Ação foram baseadas na Instrução Normativa nº 05/2000 do MAPA, que prevê procedimentos de verificação das condições higiênico-sanitárias dos equipamentos, instalações, funcionários e boas práticas de fabricação.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

SEGURANÇA FITOZOOSSANITÁRIA NO TRÂNSITO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

OBJETIVO

Impedir a introdução e a disseminação de pragas e doenças na agropecuária, viabilizando a produção, o comércio e as exportações.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, comerciantes, importadores, exportadores, passageiros e demais envolvidos com o trânsito de animais e vegetais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 20.124.733,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 8.848.999,00**
	Pago Estatais:	**Não-aplicável**
	Total:	**R$ 8.848.999,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
Não-aplicável	**Não-aplicável**	

INDICADOR

1. TAXA DE CONFORMIDADE NO CONTROLE DE FRONTEIRAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 93
Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Em que pesem as deficiências apontadas na caracterização do indicador do Programa, o índice da Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras, mesmo que subjetivamente, permite apurar que o valor estimado para o final deste exercício será atingido, considerando que o Programa realiza efetivamente o controle de fronteiras, seja diretamente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no que diz respeito ao trânsito internacional ou, em convênio com os Estados, no trânsito interestadual. A taxa é calculada pela relação percentual entre as permissões de trânsito emitidas e o número de partidas inspecionadas, com base na percepção de enfermidades.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Para evitar a entrada de pragas e doenças exógenas no País, bem como preservar as áreas livres e os sistemas produtivos regionais da disseminação interna de agentes biológicos nocivos, é necessário identificar os pontos de risco do trânsito de produtos agropecuários e controlar as entradas, inclusive, aplicando medidas quarentenárias e emergenciais, objetivando aumentar a competitividade do setor.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Acréscimo de 1% na taxa de conformidade no controle de fronteiras.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

As ações desenvolvidas ao longo do ano permitiram o efetivo controle do trânsito de produtos e insumos agropecuários, nas importações e exportações e no trânsito interestadual. Possibilitaram a mitigação do risco de ingresso e disseminação de pragas vegetais e enfermidades animais no País, evitando, também, o risco à saúde humana por meio da contenção do ingresso de zoonose como a influenza aviária e outros organismos patogênicos ao ser humano. Foi viabilizada a contenção dos custos de produção agropecuária, que ocorreriam se ingressassem e se disseminassem as pragas ou as enfermidades exóticas no País. O Programa promoveu a manutenção e abertura de mercados internacionais para os produtos brasileiros, em razão da garantia de qualidade sanitária da produção nacional. A proteção ambiental e da saúde humana foi viabilizada pelo não-ingresso e não-disseminação de pragas e doenças exóticas, possibilitando a redução da demanda de utilização de agrotóxicos e medicamentos veterinários.

O Programa tem alcançado satisfatoriamente entre 80% e 100% do seu público-alvo. Entretanto, em razão das deficiências de infra-estrutura e pessoal, os beneficiários, eventualmente, apontam falhas no atendimento que só poderão ser sanadas com a efetiva disponibilização desses recursos em número e qualificação adequados.

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou, no ano de 2006, auditoria de natureza operacional junto às ações de fiscalização do trânsito internacional, que estão sob a responsabilidade do MAPA. Foram avaliados a infra-estrutura física, a execução financeira e orçamentária e os resultados alcançados.

As ações do Programa promovem a fiscalização do trânsito internacional e interestadual de produtos e insumos agropecuários, com vistas a coibir o ingresso de produtos capazes de veicularem pragas vegetais e enfermidades animais, que poderiam comprometer a saúde humana e animal, a sanidade vegetal, o meio ambiente e as exportações brasileiras, que receberiam sanções sanitárias impostas pelos países importadores. Entretanto, as pragas e enfermidades, eventualmente, podem se disseminar por meio natural, como águas ou ventos, bem como por meio de produtos que venham a ingressar ilegalmente no País ou transitar entre os Estados irregularmente, fugindo da possibilidade de controle da ação de fiscalização do MAPA e dos próprios Estados.

O orçamento disponibilizado para as ações do Programa é da União, sendo que para as ações do trânsito interestadual, além destes recursos, repassados aos Estados por meio de convênio, são acrescidos os provenientes das taxas cobradas pelos Estados.

Além da insuficiência dos recursos da União, o contingenciamento gera sérios problemas para o desenvolvimento das ações, comprometendo os resultados do Programa. Faz-se necessário o restabelecimento da cobrança de taxas relativas aos serviços desempenhados pelo MAPA na fiscalização do trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários, com o que agregaríamos mais recursos ao Programa.

O monitoramento do desempenho físico das ações é realizado por intermédio de Reuniões de trabalho nos vários fóruns estabelecidos, sendo semestrais como nos casos do Comitê Gestor da Vigilância Agropecuária Internacional, e dos subcomitês de portos, aeroportos, fronteiras e aduanas especiais e dos chefes de gestão do Vigiagro nos Estados, das Superintendências Federais de Agricultura (SFA). Ocorrem também reuniões regionais e reuniões técnicas para tratar de assuntos específicos. Quanto às ações relativas ao trânsito interestadual, os coordenadores nacionais promovem as reuniões de trabalho, em Brasília, na sede do MAPA e nos Estados para acompanhamento, orientação e supervisão dos trabalhos desenvolvidos em parceria com os Estados conveniados.

Regularmente são realizadas visitas *in loco* para encaminhamento de medidas específicas e discussões de trabalho.

Em relação ao apoio de informática, o MAPA dispõe do Sistema Integrado de Planejamento (SIPLAN), que é acessado pelos coordenadores estaduais, nacionais e gerentes. O sistema permite o monitoramento das metas físicas, regionalizadas do orçamento e recebimento de informações gerenciais. O SIPLAN está concebido para alimentar o Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan) e é acessado pelo gerente ou gerente-executivo para avaliação do Programa. Também por meio de relatórios de gestão, que são elaborados e encaminhados pelos gestores estaduais nas Superintendências Federais.

O monitoramento das ações fica comprometido pelo excesso de trabalho demandado frente à insuficiência do número de servidores na atividade.

Em relação ao cumprimento de metas físicas a execução foi acima de 100% do previsto na LOA 2006. A previsão se dá em relação ao histórico e às tendências de mercado, que dependem de fatores externos ao Programa. Verifica-se um número maior de partidas inspecionadas do que o previsto, considerando-se que o trânsito de produtos e insumos agropecuários teve significativo incremento em 2006 e que essas partidas foram fiscalizadas pelo MAPA, no trânsito internacional, e pelos órgãos estaduais de defesa agropecuária, no trânsito interestadual.

Considera-se a dotação orçamentária disponibilizada insuficiente frente aos objetivos do Programa e com as possíveis conseqüências da sua não realização. As atividades de capacitação técnica e reuniões de gestão foram prejudicadas. Os investimentos

necessários em equipamentos e infra-estrutura também. As deficiências de pessoal como Fiscais Federais Agropecuários, Técnicos de Nível Médio e Administrativo, associadas às limitações orçamentárias e ao contingenciamento comprometem a obtenção dos resultados do Programa.

O fluxo financeiro sofreu descontinuidade e prejudicou a execução física programada. O contingenciamento dos recursos comprometeu sobremaneira a execução das ações no primeiro semestre do ano. A disponibilização dos recursos para investimento só ocorreu no final do ano, inviabilizando os trâmites administrativos licitatórios e a aplicação dos mesmos.

As ações relativas ao trânsito internacional são executadas exclusivamente pelo MAPA, com recursos do orçamento da União. As ações relativas ao trânsito interestadual são desenvolvidas em parceria com os Estados por meio de convênios, pelos quais recursos orçamentários da União são repassados aos Estados para o desenvolvimento de atividades fins. Os Estados entram com contrapartidas no orçamento estadual e realizam a cobrança de taxas pelos serviços prestados. Via de regra, os recursos disponibilizados para os convênios com os Estados, bem como os do orçamento estadual são insuficientes para o efetivo desempenho das atividades de fiscalização do trânsito interestadual.

Os recursos materiais postos à disposição da equipe gerencial são insuficientes, considerando os recursos humanos para o desempenho gerencial das ações, bem como os equipamentos de informática e mobiliário. Também o espaço físico é inadequado para a equipe requerida.

Há carência de veículos, equipamentos de informática, material de laboratório, de equipamento de proteção individual, de comunicação e de mobiliário na maioria das unidades executoras. A infra-estrutura requerida para as atividades de fiscalização também é insuficiente ou inexistente, estando aquém do razoável.

Quanto aos recursos humanos, são críticos os aspectos da quantidade inadequada, tanto na equipe gerencial quanto nas equipes executoras; nestas últimas, são requeridas também atividades de capacitação, embora a própria dimensão inadequada do quadro provoque ausências para treinamento.

Como dificuldades adicionais, podem ser citadas:

a) atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios, fato que inviabilizou a realização de convênios, prejudicando as ações de controle do trânsito interestadual, bem como gerou dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes;

b) dificuldades em licitações e celebração de contratos, pelo atraso na disponibilização dos recursos para investimento, o que não permitiu empenho em tempo hábil.

Com relação às ações relativas à vigilância no trânsito internacional, onde ocorre descentralização de recursos para as superintendências, a execução das ações foi satisfatória, em que pesem as deficiências de pessoal e infra-estrutura. Com relação às ações relativas ao trânsito interestadual, onde ocorre descentralização de recursos por meio de convênio aos governos estaduais, em razão das deficiências orçamentárias e de infra-estrutura dos Estados, consideramos o desempenho mediano. Além disso, alguns Estados apresentaram maior dificuldade para disponibilizar informações à equipe gerencial. Os demais setores do MAPA envolvidos com as ações do Programa desempenharam satisfatoriamente os recursos descentralizados das ações.

Com algumas exceções, as informações foram disponibilizadas a contento pelas unidades administrativas executoras das ações. Houve integração entre a gerência e as coordenações, em que pese prejudicada pelo excesso de atribuições de ambas as partes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A apuração do indicador do Programa se dá de forma subjetiva, considerando a avaliação quanto à deficiência do indicador e à complexidade para definição de outro indicador capaz de apurar, objetivamente, o atendimento dos objetivos do Programa. Avalia-se que, apesar das dificuldades operacionais geradas pelas deficiências de infra-estrutura e pessoal, principalmente, de Fiscais Federais Agropecuários, técnicos de nível médio e administrativo, o Programa atinge suas metas de controle do trânsito de produtos e insumos agropecuários, mitigando o risco de ingresso e a disseminação de pragas vegetais e enfermidades animais no País. Ainda se depende de auxílio técnico especializado para aprimorar e melhorar a definição de indicador para o Programa.

No Programa existem mecanismos que promovem a participação social, utilizando Ouvidoria, Consulta Pública em atos normativos, antes de sua implementação, reuniões com grupos de interesse e discussões em Conselho Setorial, sempre que requerido.

Uma maior participação social permitiu a interação com as equipes executoras das ações e fortaleceu o cumprimento dos regulamentos implementados.

No Programa, é feita a avaliação dos serviços prestados pelos beneficiários. Sempre que procedente, busca-se aprimorar os regulamentos no sentido de atender às propostas apresentadas.

RECOMENDAÇÕES

• Renomear o Programa para Segurança da Sanidade na Agropecuária e ampliar o seu escopo;

• Alocar uma nova ação denominada Erradicação de Doenças na Agricultura e Controle da Sanidade de Vegetais;

• Alocar uma nova ação denominada Erradicação de Doenças na Pecuária e Controle da Saúde de Animais;

• Alocar a Ação de Transferência em Ação Agregada de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento do Agronegócio no Programa Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);

• Incorporar ao indicador a taxa de apuração das denúncias encaminhadas pela Ouvidoria do MAPA ao Vigiagro como forma de melhorar a efetividade das ações de vigilância e fiscalização e sua aferição, utilizando como referência a resposta aos canais de comunicação direta dos usuários com a instituição, buscando aprimorar os regulamentos no sentido de atender às propostas sugeridas;

• Estruturar a possibilidade de cobrança de taxas relativas pelos serviços desempenhados pelo MAPA na fiscalização do trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários, com o que possibilitaria maior aporte de recursos ao Programa;

• Redistribuir a outras instâncias gerenciais da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) a responsabilidade pela gerência-executiva e coordenação das ações de vigilância no trânsito internacional de animais e vegetais, uma vez que é alegada a sobrecarga de trabalho pela gerência-executiva do Programa;

• Concentrar esforços para a efetivação da contratação, já autorizada pelo MAPA, de Fiscais Federais Agropecuários e de técnicos de nível médio por meio de concurso público;

• Rever a política de cessão de pessoal técnico especializado a outros órgãos e entidades da administração, principalmente, de Fiscais Federais Agropecuários e de técnicos de nível médio e administrativo, dos quais o órgão apresenta elevada carência de efetivos nas equipes executoras;

• Estruturar plano de capacitação anual aos quadros executores da vigilância no trânsito internacional de animais e vegetais, visando suprir a deficiência técnica identificada pela equipe gestora.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social

Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima

Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa

Nacional de Atividades Espaciais - PNAE

Nacional de Atividades Nucleares

Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), foram utilizados **R$ 4.067.052.192,00** para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 5.182.745.053,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 4.067.052.192,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**-**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 5.182.745.053,00**	**Total realizado:**	**R$ 4.067.052.192,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MCT não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 587.417.937,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 462.688.301,00**.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Para o alcance da Expansão, Consolidação e Integração do Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação, houve a elevação dos investimentos na concessão de bolsas em 2006, em volume 4,7% superior a 2005, possibilitando o aumento de 2% no número total de bolsas implementadas e ainda a concessão de reajuste da ordem de 10% nas mensalidades das bolsas das modalidades Mestrado (GM), Doutorado (GD) e Produtividade em Pesquisa (PQ), atingindo cerca de 25.111 bolsistas (número verificado em dezembro), ou seja, 48% do total de 52.308 bolsistas no País. Também foi criada a bolsa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI); implementadas as primeiras 200 bolsas na modalidade Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT);

• Promoção do fortalecimento da pesquisa, da infra-estrutura técnico-científica e do incremento da produtividade dos pesquisadores por meio de ações de estímulo à pesquisa e ao financiamento de projetos através de chamadas públicas, tais como Edital Universal, Programa Institutos do Milênio, Programa Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX) e ações da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Programa de Modernização da Infra-estrutura (Proinfra) das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs);

• Ainda no âmbito da infra-estrutura para pesquisa, iniciada em 2006, implantação da Rede E-Conhecimento, por intermédio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), conectando todo o sistema nacional de educação superior, universidades, escolas técnicas, centros de pesquisa federais, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), entre outras, e é um marco de sua capilarização em todas as capitais e no Distrito Federal, interligando 300 organizações em grande velocidade, permitindo economia de recursos e uso de aplicações de colaboração a distância, principalmente para suporte à educação, na formação de professores e alunos, e à saúde,

em projetos de telessaúde;

• Destaca-se a constituição da Rede de Cooperação Latino Americana de Redes Avançadas (Rede Clara), em 2006, que integra as redes nacionais de pesquisa de 14 países, do México à Argentina. A participação e a liderança brasileira, com o apoio do MCT, foi fundamental para que isso ocorresse, permitindo que, atualmente, seja possível a comunicação regional direta entre mais de 500 universidades e centros de pesquisa. O Centro de Engenharia da Rede (NEG) está localizado no Brasil e está ligado à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP);

• Com relação às ações de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), como decorrência da aprovação da Lei da Inovação e da Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem), o MCT construiu, com ampla participação de entidades públicas e privadas, os esquemas para operacionalizar os novos instrumentos de subvenção econômica para as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica das empresas. Ressalta-se, nesse ínterim, o lançamento de três editais, sendo um para apoiar prioritariamente o desenvolvimento de projetos no âmbito da PITCE, um segundo para a montagem de uma rede descentralizada no País de instituições ou consórcios para o atendimento de demandas oriundas de empresas de pequeno porte e finalmente um terceiro para apoiar a inserção de mestres ou doutores nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica das empresas brasileiras;

• Em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), merece destaque o financiamento não-reembolsável de projetos de cooperação entre Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e empresas para desenvolvimento de *software* livre, biblioteca compartilhada de componentes, computação em grade aplicada à área de governo, inovação em *software* para segmentos emergentes, rede brasileira de visualização e projetos inovadores em *software*. Aqui cabe citar também a continuidade da implantação do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC), um centro de pesquisa e desenvolvimento especializado em projeto e produção de circuitos integrados de aplicação específica, que atuará na formação de recursos humanos, em prototipagem, fabricação e testes de circuitos integrados e sistemas;

• Em parceria com o Ministério da Saúde (MS), o MCT investiu na estruturação da cadeia produtiva do setor de fármacos e medicamentos em pesquisas para o combate de doenças como a dengue, tuberculose, hanseníase, leishmaniose e malária. Também foram realizados estudos em relação a insumos farmacêuticos diversificados a partir de algas marinhas e finalmente, no Projeto Proteoma, pesquisa das toxinas de origem animal, com destaque para o veneno do escorpião amarelo (*Tityus serrulatus*) – que serve de insumo para nova classe de drogas com ação no sistema nervoso, muscular e cardiovascular – e fatores plasmáticos recombinantes do veneno do escorpião amarelo;

• Nas áreas portadoras de futuro da PITCE, destaque para as seguintes ações:

a) no âmbito da Biotecnologia, o fortalecimento de grupos de pesquisa básica, pré-clínica e clínica para pesquisa com células-tronco, a implementação da Rede Genoprot, visando à ampliação da competência do Brasil para a elucidação de estruturas de proteínas, e a continuidade para a consolidação da Rede Nordeste

de Biotecnologia (Renorbio);

b) apoio às redes de pesquisa em nanotecnologia; apoio a projetos de pesquisa conduzidos por jovens pesquisadores; apoio a projetos de pesquisa participativa em conjunto com empresas e apoio aos projetos de incubadoras de empresas na área de nanotecnologia;

c) em Energias Renováveis, foram alcançados resultados importantes, como a realização do Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Economia do Hidrogênio (que abrange 34 laboratórios de 20 universidades e centros de pesquisa); a formação de redes de pesquisa em energias renováveis; a reestruturação e a ativação da área de ciência, tecnologia e inovação do setor de caracterização e uso do carvão na geração de energia elétrica e outras aplicações, além da constituição da Rede de Pesquisa em Hidrólise Enzimática com o objetivo de desenvolver a tecnologia para conversão da biomassa celulósica em etanol. Entre 2003 e 2007, foram investidos R$ 29 milhões provenientes dos Fundos Setoriais para o apoio à formação de redes de pesquisa e R$ 3,75 milhões no âmbito da energia de biomassa;

• No âmbito da PITCE, deu-se continuidade ao Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (PAPPE), conduzido pela FINEP e presente em 20 Estados de todas as regiões do País, assegurando o andamento de 599 projetos que envolvem 540 empresas. Dentre os projetos contratados, 34% são desenvolvidos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, enquanto os 66% restantes são realizados nas Regiões Sul e Sudeste. O PAPPE e as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) financiam conjuntamente atividades de pesquisa e de desenvolvimento de processos e produtos inovadores. Nessa mesma linha de atuação, também merece destaque o Programa Nacional de Apoio a Incubadoras e Parques Tecnológicos (PNI), desenvolvido pelo MCT com a colaboração do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (Anprotec). O foco do Programa está na demanda por capacitação, na criação de novas empresas e no apoio à estruturação de redes estaduais e regionais de incubadoras de empresas;

• Em atendimento aos objetivos estratégicos nacionais, o MCT prioriza a realização de ações cruciais para assegurar a defesa da soberania do País e a sua inserção internacional em setores estratégicos específicos. Nesse sentido, o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) concluiu com sucesso a Missão Centenário, com a realização do vôo do astronauta brasileiro, em março de 2006, levando à Estação Espacial Internacional oito experimentos, realizados em ambiente de microgravidade, selecionados pela Academia Brasileira de Ciências. Dentro do Programa Sino-Brasileiro de Observação de Recursos Terrestres (CBERS), foram realizadas a montagem, a integração e os testes elétricos do satélite CBERS 2B e mantido o desenvolvimento de 12 subsistemas e equipamentos dos satélites CBERS 3 e 4. Em maio de 2006, no Centro de Lançamento de Esrange, Suécia, foi realizado o lançamento do foguete de sondagem VSB-30 V03, portando carga útil com

experimentos em microgravidade (TEXUS 43) da Agência Espacial Européia;

• Na área nuclear, como realização do Programa Nacional de Atividades Nucleares, destacam-se:

a) a inauguração da 1ª Cascata de Ultracentrífugas da Unidade de Enriquecimento de Urânio nas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), com localização em Resende (RJ), um importante marco para o início da produção em escala industrial de combustíveis para usinas nucleares. Tal iniciativa faz parte da estratégia de se criar capacidade industrial para o suprimento de futuras expansões da geração núcleo-elétrica com um produto de alto valor agregado, além de dotar o País de autonomia tecnológica e industrial no fornecimento de combustível para as usinas nucleares Angra 1 e 2;
b) na área de saúde, a realização de aproximadamente três milhões de procedimentos médicos com radioisótopos e radiofármacos produzidos nos Institutos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) resultou em aumento de disponibilidade de cerca de 36% em relação a 2003. Nesse sentido, considerando a previsão de crescimento de demanda e buscando viabilizar o atendimento mais eficiente das diversas regiões do Brasil, encontra-se em andamento a construção de novas unidades produtoras de radioisótopos de meia-vida curta, em Minas Gerais e em Pernambuco;
c) com relação à fabricação de equipamentos para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep), concluiu com êxito a fabricação dos blocos que formarão o casco da plataforma semi-submersível P-51 da Petrobras, sendo o primeiro casco inteiramente fabricado no Brasil;

• Alinhado aos objetivos estratégicos nacionais do MCT, o Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima, ampliou as ações de ciência, tecnologia e inovação para a Amazônia, principalmente:

a) aquelas ligadas ao aprofundamento do conhecimento sobre o ciclo do carbono, o ciclo da água e as propriedades físicas das nuvens na região;
b) aquelas relacionadas ao conhecimento sobre a emissão de gás carbônico pelo desmatamento e a absorção de carbono por grande parte da floresta não perturbada dentro do Projeto de Grande Escala para Pesquisa da Atmosfera e da Biosfera (LBA);
c) a pesquisa e desenvolvimento de métodos, modelos e geoinformação pela Rede Temática em Modelagem Ambiental da Amazônia (Rede Geoma);
d) o estímulo ao uso sustentável da biodiversidade pelo Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio).

• No campo da Metereologia e Climatologia, destacam-se:

a) apoio à criação do Centro Estadual de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia em Manaus;
b) melhoria da infra-estrutura voltada ao monitoramento do tempo e clima e da Taxa de Acerto de Previsão Sazonal de Clima dos Estados do Piauí, Amazonas, Tocantins e Goiás;

c) capacitação de recursos humanos para pesquisa e desenvolvimento em Meteorologia e Clima em parceria com a Sociedade Brasileira de Meteorologia;
d) fortalecimento dos centros estaduais de meteorologia e pesquisa em fenômenos extremos;
e) apoio ao Projeto Pirata (*Plan of Implementation for a Research Moored Array in the Tropical Atlantic*), parceria do Brasil com Estados Unidos e França para ancorar bóias no Atlântico tropical para coleta de dados para previsão climática.

• Na questão da Mudança Global do Clima, destacam-se as atividades relacionadas ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), em que o Brasil, como um dos países mais organizados e estruturados para atrair esse tipo de oportunidade, conta com um total de 197 atividades de projeto em processo de validação e registro, representando 15% do total mundial. A esse respeito, a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima já aprovou 120 atividades de projeto no âmbito do MDL do Protocolo de Quioto, as quais, em conjunto com as atividades de projeto em processo de validação, representam uma redução de cerca de 2% das emissões de gases de efeito estufa brasileiras em relação ao ano de 1990.

• Em relação ao Eixo Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social, destaque para:

a) a realização de mais uma edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, em que foram desenvolvidas 8.654 atividades em 363 cidades de todos os Estados ;
b) a realização, em parceria com o Ministério da Educação, da 2ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), que contou com mais de 14 milhões de alunos inscritos, de 32.655 escolas (60,5% do total), em 5.259 Municípios (94,5% do total);
c) apoio a projetos de Arranjos Produtivos Locais (APLs), em especial aqueles com ênfase na inclusão social das comunidades envolvidas e a implementação de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) focados em cadeias produtivas locais (apicultura, artesanato, carcinicultura, fruticultura, confecções e produção de leite e de carne) e de difusão de tecnologia e equipamentos de baixo custo para agregar valor à produção de comunidades carentes, sobretudo, da agricultura familiar;
d) continuidade da realização de pesquisa no valor de R$ 3 milhões por meio de parceria entre o MCT, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC), para a avaliação do Programa da Merenda Escolar de Estudantes de Escolas Públicas que atualmente atende a 32 milhões de crianças no País.
e) ações de Inclusão Digital realizadas com o apoio técnico da Caixa Econômica Federal (CEF) para proporcionar à população menos favorecida, acesso às facilidades da tecnologia da informação, capacitando-a na prática básica de técnicas computacionais voltadas, tanto para o aperfeiçoamento da qualificação profissional quanto para a melhoria do ensino. Os recursos são originários do Orçamento Geral da União e de contrapartida dos Estados, Municípios, Distrito

Federal e entidades sem fins lucrativos. Já foram beneficiadas 976,9 mil famílias, em 209 Municípios, com a geração de 5.121 empregos.

• Em relação à Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação, foi dado novo impulso à intensificação e à diversificação de relações com outros países em desenvolvimento, no eixo Sul-Sul. Destacam-se:

a) as atividades promotoras do entrosamento das comunidades científico-tecnológicas e sua integração em redes de pesquisa; o apoio a 62 projetos de pesquisa no âmbito do Programa Sul-americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciência e Tecnologia (PROSUL);
b) a implementação da segunda etapa do Projeto Popularização da Ciência na América Latina e Caribe sob coordenação brasileira na Organização dos Estados Americanos (OEA);
c) a formulação do Programa-Quadro de Ciência e Tecnologia para o Mercosul;
d) as ações realizadas através da Rede Especializada de Ciência e Tecnologia do Mercosul (RECYT/Mercosul);
e) o Projeto Cooperação para Harmonização de Normas e Procedimentos Veterinários e Fitossanitários, Inocuidade de Alimentos e Produção Agropecuária Diferenciada (BIOTECH – Mercosul – UE);
f) a participação da área de ciência e tecnologia e inovação no fortalecimento da Comunidade Sul-americana de Nações (CASA);
g) a ampliação da cooperação espacial com a China, garantindo a continuidade do Programa do Satélite (CBERS);
h) a consolidação do Programa de Apoio à Cooperação Científica e Tecnológica Trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul (Programa IBAS);
i) o apoio a 39 projetos conjuntos de pesquisa na África, através das chamadas públicas do ProÁfrica e do Programa de Ciências Sociais na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
j) a participação da área de ciência, tecnologia e inovação na iniciativa América do Sul e Países Árabes (ASPA);
k) no âmbito multilateral, também vale registrar a defesa ativa dos interesses nacionais na área de ciência, tecnologia e inovação nas negociações sobre propriedade intelectual, normas e barreiras técnicas ao comércio e apoio estatal à pesquisa e à inovação nas negociações comerciais multilaterais (OMC) e birregionais (Mercosul - União Européia).

ASPECTOS RELEVANTES

A formulação da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação permitiu dar foco às iniciativas do governo segundo as prioridades da Política Nacional de Desenvolvimento. Destaca-se, aqui, o novo modelo de gestão integrada dos Fundos Setoriais, a ser consolidado na regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

O novo modelo permitiu integrar grande parte dos investimentos dos fundos por meio de ações transversais alinhadas com as prioridades nacionais, evitar a duplicidade ou dispersão de iniciativas e, finalmente, assegurar maior transparência e eficiência na execução dos recursos.

A contínua ampliação dos recursos do FNDCT, associada à criação das ações transversais, tem possibilitado ao Governo Federal financiar de maneira mais abrangente e sistemática o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Nos últimos anos, diante da maior regularidade dos recursos financeiros, tem sido possível realizar melhor planejamento e estabelecer cronograma de atuação, alcançando melhor nível de organização do sistema de ciência, tecnologia e inovação.

O Projeto de Lei de Regulamentação do FNDCT, elaborado em 2006 para reapresentação na legislatura que se inicia em 2007, consolida a arquitetura de gestão desse fundo, principal instrumento disponível para o financiamento da pesquisa científica no País. Na exposição de motivos que justifica essa regulamentação, o governo assume o compromisso de implementar um cronograma de redução progressiva dos recursos retidos para reserva de contingência até a sua eliminação em 2010, viabilizando a ampliação dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação.

Do ponto de vista da gestão, uma das principais ações do MCT em 2006, foi a elaboração dos Planos Estratégicos para as 23 unidades de pesquisa (UPs), com o apoio técnico do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), para alinhá-las com as políticas de governo e com a sociedade. A incorporação da gestão estratégica em suas práticas e a revisão de suas missões visa a incrementar sua eficiência e eficácia, viabilizando resultados de pesquisa de impacto, justificando a realização de investimentos públicos na área.

RECOMENDAÇÕES

• Reforçar a implementação do Comitê Gestor dos Programas de modo a garantir melhor gestão dos recursos e superação dos obstáculos;

• Qualificar permanentemente os recursos humanos, tanto da equipe gerencial, para dar suporte às atividades de monitoramento, acompanhamento e avaliação das atividades, como das equipes executoras, para a gestão orçamentária, financeira e a prática de novas formas e instrumentos de gestão;

• Melhorar a articulação com órgãos de fomento, tais como Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de modo a criar novas competências e ampliar a massa crítica em áreas estratégicas como a espacial e a nuclear;

• Definir indicadores mais adequados à mensuração de desempenho dos programas, revisar metas para os indicadores que apresentam resultados acima do previsto e buscar agregar indicadores intermediários nos casos em que há dificuldades para apuração anual;

• Instituir mecanismos mais eficazes para apurar o grau de satisfação dos beneficiários dos programas, desenvolvendo os mecanismos existentes de comunicação, no sentido de propiciar a avaliação do nível de satisfação dos usuários e a mensuração da dimensão das demandas qualificadas que não são atendidas pelos programas.

• Ampliar e sistematizar iniciativas de avaliação dos impactos da formação e capacitação de recursos humanos para pesquisa no desenvolvimento do País;

• Cadastrar no SigMCT os responsáveis por ações executadas em outros Ministérios, a fim de facilitar a prestação de informações e monitoramento da execução.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A INCLUSÃO E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

OBJETIVO

Ampliar a capacidade local e regional para gerar e difundir o progresso técnico, visando à competitividade econômica e à qualidade de vida da população.

PÚBLICO-ALVO

Instituições de ensino e pesquisa, comunidade científica, empresas, professores, alunos, prefeituras, comunidade local e a sociedade em geral.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 181.017.825,00	Empenho Liquidado:	R$ 125.127.833,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 125.127.833,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
R$ 2.870.000,00	R$ 1.149.836,56	

INDICADORES

1. NÚMERO-ÍNDICE DE ACESSOS AOS SÍTIOS DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA DO MCT

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 140

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O indicador foi excluído para 2007.

Embora esteja disponível o número absoluto de acessos aos sítios em 2006, 93,3 milhões, não está disponível o número absoluto correspondente ao índice de referência.

2. NÚMERO-ÍNDICE DE VISITAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA E MUSEUS DO MCT

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: 313
Índice previsto ao final do PPA: 140

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
Índice previsto ao final do PPA já ultrapassado em 2006.

3. NÚMERO-ÍNDICE DE DOCENTES CAPACITADOS NO ENSINO DE CIÊNCIAS COM O APOIO DO PROGRAMA

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 150

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O indicador foi excluído para 2007.
Os mecanismos para apuração não foram desenvolvidos durante o ano.

4. NÚMERO-ÍNDICE DE TECNOLOGIAS GERADAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 115

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Os mecanismos para apuração não foram desenvolvidos durante o ano**.**

5. NÚMERO-ÍNDICE DE PROFISSIONAIS CAPACITADOS EM TECNOLOGIAS DE IMPACTO SOCIAL

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 115

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Os mecanismos para apuração não foram desenvolvidos durante o ano.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A apropriação local de ciência, tecnologia e inovação, no sentido de aportar conhecimento para melhor atender às demandas sociais específicas, combater disparidades intra e inter-regionais, possibilitando uma melhor compreensão da dimensão do aprendizado, vai ao encontro da tendência de se pensar em políticas públicas que valorizem as potencialidades e especificidades regionais. Ao mesmo tempo, a percepção, muitas vezes equivocada, de que as questões científicas e tecnológicas só interessam a um círculo restrito, impede que a ciência e a tecnologia venham a desempenhar, plenamente, o seu papel para o desenvolvimento do País e a elevação da qualidade de vida da população. Assim, a difusão do conhecimento científico-tecnológico é requisito para responder ao desafio da construção de uma sociedade em que o conhecimento é o propulsor de conquistas culturais, sociais e econômicas, não ficando restrito aos círculos acadêmicos, mas chegando aos setores econômicos e sociais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Lançamento de três editais para a seleção de projetos de inovação tecnológica de empresas inseridas em Arranjos Produtivos Locais (APLs), totalizando R$ 29,5 milhões, estimando-se o apoio a cerca de 90 projetos, além de outros 17 projetos, no valor de R$ 6 milhões;

• Apoio a Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) em particular aos núcleos de apicultura, artesanato, carcinocultura, fruticultura, confecções e produção de leite e de carne, com obras de recuperação de infra-estrutura e compra de equipamentos;

• Avaliação do Programa da Merenda Escolar de Estudantes de Escolas Públicas, que atende cerca de 32 milhões de crianças no País por meio da contratação de pesquisa sobre segurança alimentar, no valor de R$ 3 milhões, em parceria entre o Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC);

• Realização da 3ª Semana Nacional de Ciência & Tecnologia, em que foram realizadas 8.654 atividades em 363 cidades de todos os Estados, envolvendo 1.014 universidades, instituições de ensino e pesquisa, escolas e entidades da área de ciência e tecnologia, com cerca de dois milhões de pessoas participando diretamente de algum desses eventos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A gerência utiliza os seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) reuniões de trabalho, tomando-se por base os relatos dos coordenadores de ações e os levantamentos dos dados constantes dos projetos aprovados;
b) visitas *in loco*, que ocorrem durante ou após a execução dos projetos, abrangendo a verificação do atingimento das metas técnicas dos projetos e a regularidade da aplicação dos recursos transferidos;
c) relatórios de gestão, abrangendo a execução das ações do Programa;
d) Sistema de Informações Gerenciais do Ministério da Ciência e Tecnologia (SigMCT) para monitorar a execução das ações.

O Programa apresentou execução física baixa, com sete de nove ações executando menos de 50% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006. Em grande parte, isso se deve a emendas parlamentares nas ações do Programa, com definição de metas físicas superestimadas.

A execução orçamentária atingiu um índice em torno de 70% de execução dos recursos autorizados na LOA 2006. O fluxo financeiro sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Os recursos alocados à Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) foram insuficientes para o monitoramento e acompanhamento adequado da execução dos projetos aprovados, especialmente, para o

pagamento de serviços terceirizados e realização de viagens e pagamento de diárias para visitas *in loco*.

Há restrições quanto a recursos materiais e infra-estrutura, à qualidade e à quantidade de recursos humanos tanto na equipe gerencial quanto nas equipes executoras. Em ambos os casos, a falta de materiais de expediente e mobiliário e equipamentos de informática adequados, o pouco espaço físico e a carência de recursos humanos não permitem um melhor desempenho. Outras restrições são: a imposição de limite de empenho; o atraso na aprovação do orçamento de 2006 e o ano eleitoral; o comprometimento de recursos financeiros em razão do alto volume de restos a pagar; atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios; e dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos proponentes.

O desempenho da execução das ações com recursos descentralizados foi alto. As informações necessárias foram disponibilizadas pelos entes executores e registradas no SigMCT, e houve integração entre a gerência do Programa e os executores, estabelecida por meio de reuniões eventuais, contatos telefônicos e outras formas de comunicação. O desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio MCT foi alto, as ações executadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) tendo superado as metas previstas, em alguns casos. As informações correspondentes foram disponibilizadas por meio de registro no SigMCT e a integração da gerência com os executores ocorreu por meio de reuniões, correio eletrônico e demais formas de comunicação.

O Programa possui diversas ações, como a implementação de CVTs, voltados para a inclusão social de jovens e de portadores de necessidades especiais. Estes são especialmente atendidos através do apoio à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa executa algumas ações em conjunto com parceiros não-governamentais, cujo desempenho na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas tem sido satisfatório, em geral.

RECOMENDAÇÕES

• Implantar mecanismos de monitoramento das ações que sejam capazes de gerar os dados necessários ao cálculo dos índices dos indicadores do Programa;

• Revisar índices de indicadores que apresentam resultados acima do previsto.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR - PITCE

OBJETIVO

Desenvolver e difundir soluções e inovações tecnológicas voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e à consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional.

PÚBLICO-ALVO

Setores industriais e de serviços (empresas estabelecidas e nascentes de nanotecnologia e biotecnologia, de química, de materiais, de eletrônica, de energias renováveis, de *software*, de fármacos, de semicondutores e microeletrônica, prestadoras de serviços tecnológicos, de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica), laboratórios nacionais e comunidade científica e tecnológica.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.156.655.910,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 920.898.839,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 920.898.839,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. COEFICIENTE DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO EM ATIVIDADES DE P&D NO TOTAL DE EMPREGADOS DAS EMPRESAS

Unidade de medida: 1/1.000
Índice apurado em 2006: 32
Índice previsto ao final do PPA: 35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O indicador tinha como fonte dados da Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (ANPEI), cujos dados deixaram de ser utilizados devido à criação da Pesquisa de Inovação Tecnológica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PINTEC/IBGE), pesquisa de maior abrangência que o levantamento anterior. Para o ano de 2003, a PINTEC registrou 9,71 técnicos em

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao total de empregados das empresas. Os dados relativos a 2005 deverão ser divulgados pelo IBGE a partir de junho de 2007. Índice apurado após o encerramento do exercício de 2006 no SIGPlan, de acordo com o Inciso I do art. 10 da Lei nº 10.933/2004.

2. NÚMERO-ÍNDICE DE CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS E FAMÍLIAS DE PRODUTOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 137,50
Índice previsto ao final do PPA: 170

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
O índice ficou abaixo do estimado para 2006.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS NO FATURAMENTO BRUTO MÉDIO DAS EMPRESAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 33
Índice previsto ao final do PPA: 35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
O indicador tinha como fonte a ANPEI, cujos dados deixaram de ser utilizados devido à criação da PINTEC/IBGE, pesquisa de maior abrangência que a anterior. Para 2007, foi sugerida a exclusão do indicador.

4. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS GASTOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO FATURAMENTO BRUTO DAS EMPRESAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 1,9
Índice previsto ao final do PPA: 2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O indicador tinha como fonte a ANPEI, cujos dados deixaram de ser utilizados devido à criação da PINTEC/IBGE, pesquisa de maior abrangência que a anterior. Para o ano de 2003, a PINTEC registrou a taxa de participação dos gastos em P&D/ Receita Líquida de Vendas de 0,6%. Este indicador foi excluído para 2007.

5. NÚMERO-ÍNDICE DE PEDIDOS DE DEPÓSITO DE PATENTES NO INPI POR PARTE DE RESIDENTES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 150
Índice previsto ao final do PPA: 180

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) não disponibilizou registros mais recentes sobre o assunto. De qualquer maneira, convém destacar que este tipo de

indicador é delicado, uma vez que patentes de produtos ou processos ligados ao tema têm um tempo de maturação grande, não sendo possível uma avaliação anual das tecnologias geradas e sua aferição no resultado.

6. NÚMERO-ÍNDICE DE TECNOLOGIAS GERADAS NA ÁREA DE BIOTECNOLOGIA

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: 115
Índice previsto ao final do PPA: 120

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Este indicador foi excluído para 2007.

7. NÚMERO-ÍNDICE DE NOVOS PRODUTOS E PROCESSOS DESENVOLVIDOS NA ÁREA DE NANOTECNOLOGIA

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: 800
Índice previsto ao final do PPA: 1000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Este indicador foi excluído para 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Até o início dos anos 90, o setor produtivo vinha aplicando muito pouco na sua capacitação tecnológica: cerca de 10% do total dos investimentos em Ciência e Tecnologia (C&T), os quais, por sua vez, não ultrapassavam 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Atualmente, tanto em termos de investimentos globais, quanto no que se refere aos investimentos do setor produtivo, há um crescimento significativo, porém, em níveis insuficientes quando se compara ao que acontece nos países industrializados, que investem em C&T algo entre 2% e 3% do seu PIB, com participação majoritária do setor produtivo.

Com a implementação do Programa, pretende-se atingir um patamar de investimentos mais compatível com as necessidades e os desafios de uma economia extremamente competitiva, aprofundando e viabilizando um efetivo Sistema Nacional de Inovação, em plena sintonia com a PITCE.

O Programa enfatiza não só a capacidade de gerar inovações tecnológicas de produtos e processos produtivos, mas, também, a capacidade gerencial das empresas brasileiras e, ainda, estimula a formação e o fortalecimento de parcerias entre os diversos atores: empresas, institutos tecnológicos, universidades e agentes financiadores. Essas parcerias contribuem para o incremento da competitividade dos bens e serviços produzidos no País, o desenvolvimento do setor de tecnologia da informação, da nanociência e nanotecnologia, da biotecnologia e outras áreas de fronteira vitais, estruturantes do futuro em uma ampla gama de atividades, com o objetivo de aumentar a competitividade da indústria nacional e inserção da economia brasileira no mercado internacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Contratação de um total de 754 projetos em diversas áreas, a saber: extensionismo tecnológico, incubadoras de empresas e parques tecnológicos, laboratórios de inovação, cooperação de instituições científicas e tecnológicas com empresas, projetos de inovação em agronegócio, energia, infra-estrutura, setor mineral e hídrico, bem como projetos voltados para a Amazônia;

• Aprovação de 113 Processos Produtivos Básicos (PPB) para a Zona Franca de Manaus, principalmente em eletroeletrônicos, eletromecânicos e plásticos;

• Contratações com recursos dos fundos setoriais no valor de R$ 300 milhões para a subvenção à inovação sendo:

a) R$ 150 milhões para subvenção ao Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (PAPPE-Subvenção), para montagem da rede descentralizada no Território Nacional de instituições ou consórcios que atendam demandas oriundas de empresas de pequeno porte;
b) R$ 60 milhões para Subvenção de Pesquisadores na Empresa, para apoiar a inserção de mestres e doutores nas atividades de P&D e inovação tecnológica das empresas brasileiras;
c) R$ 100 milhões para cooperações entre Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) e empresas com o intuito de provocar inovação nas empresas, com o financiamento de bolsas por meio do Programa de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas em Apoio à Inovação Tecnológica (RHAE Inovação), com cerca de R$ 5,4 milhões;

• Desenvolvimento de projetos em biotecnologia, ligados è pesquisa de células-tronco e de bioprodutos; fármacos e insumos farmacêuticos a partir de algas marinhas; envelhecimento populacional e saúde do idoso e doenças negligenciadas;

• Consolidação da Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio), com 18 novos projetos de inovação, utilizando a biodiversidade brasileira;

• Ampliação da competência técnica brasileira na área de elucidação de estrutura de proteínas na Rede Nacional de Biologia Molecular e Estrutural, coordenada pelo Laboratório Nacional de Luz Síncroton (LNLS) e que reúne mais 10 instituições de ciência e tecnologia;

• Operacionalização de três unidades de apoio à inovação tecnológica do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), incubadora de negócios, núcleo de informação biotecnológica e núcleo de elaboração e gestão de projetos;

• Elaboração de três programas de desenvolvimento de produtos e processos nas áreas de inseticidas naturais e repelentes, alimentos funcionais e corantes naturais;

• Ajuste da tabela de bolsas para o Programa Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), adequado a categorias de perfis profissionais que atendam às demandas do Centro;

• Intensificação da cooperação internacional com o Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGB) e da Cooperação Brasil-Argentina em Biotecnologia;

• Contribuição efetiva para o *Codex Alimentarius* do Programa Conjunto Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)/ Organização Mundial da Saúde (OMS);

• Estruturação do Centro de Intercâmbio de Informações sobre Biossegurança, *Biosafety Clearing-House* (BCH), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA);

• Contratação de projetos de nanotecnologia: 32 para jovens doutores, oito para melhoria de infra-estrutura, 10 para formação da Rede BrasilNano, e 10 de parceria ICT e empresas;

• Início das atividades do Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia (CBAN);

• Inovação e transferência tecnológica do setor de petróleo e gás natural nas regiões Norte e Nordeste, 145 projetos de pesquisa e inovação para a solução e atenuação de impactos sociais, bem como 50 projetos em óleos pesados, dutos e gás natural, apoio a Redes Cooperativas de Pesquisa, e à capacitação de recursos humanos especializados para o setor de petróleo e gás;

• Consolidação de grupos temáticos da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel (RBTB), Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel; estudos e projetos em energias renováveis para a geração de hidrogênio a partir da reforma do etanol para a célula combustível;

• Construção de protótipo de turbina para Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e para testes de veículos a biodiesel e desenvolvimento de motores a óleo vegetal para desenvolvimento da Usina Piloto para Óleo Craqueado e ainda equipamentos para a Rede de Pesquisa em Energias Renováveis;

• Desenvolvimento de 14 projetos de circuitos integrados em tecnologia da informação e concessão de bolsas de mestrado e doutorado nas áreas de *software* e microeletrônica;

• Edição da Medida Provisória nº 352 de 01/2007 que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para a TV Digital, componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias dos circuitos integrados;

• Início dos trabalhos da Rede de Tecnologias e Serviços de Qualificação e Certificação em Tecnologia da Informação;

• Constituição dos Laboratórios Virtuais na Rede GIGA em cooperação com a Rede Nacional de Pesquisa (RNP);

• Apoio ao desenvolvimento de prototipagem do circuito integrado de aplicações específicas (ASIC) GBL, a ser produzido em série em 2007;

• Alocação de recursos para projetos de cooperação entre ICTs e empresas para o desenvolvimento de *software*;

• Em metrologia, calibração de 379 instrumentos na área de radiações ionizantes e 220 instrumentos na área de nêutrons, dentro do Programa Tecnologia Industrial Básica (TIB), em metrologia, bem como produção de 562 fontes padrões de diferentes radionuclídeos;

• Manutenção do Projeto Promed que atende a entidades da área de medicina corretiva, cirurgia e de arqueologia, com o desenvolvimento de prototipagem rápida;

• Criação de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e a concessão inicial de bolsas na modalidade de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT);

• Condução do Programa Nacional de Intercomparações Ambientais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A despeito das imposições legais para gastos públicos em ano eleitoral, atraso de repasses, contingenciamentos e o não cumprimento da meta física em 100%, os resultados alcançados pelo Programa foram considerados satisfatórios. Ressalte-se que os resultados não podem ser comparados a 2005, uma vez que este Programa foi redesenhado em 2006 e recebeu outros programas e ações.

A falta de marcos legais e regulatórios, interpretações dúbias e a falta de normativas prejudicam as ações, como por exemplo, no campo da biotecnologia. Os órgãos de controle e algumas consultorias jurídicas, em especial das ICTs, têm criado alguns entraves à aplicação integral da Lei de Inovação devido a interpretações conflitantes.

Com relação aos recursos do Programa, na opinião das equipes executoras, o *deficit* de recursos humanos capacitados ainda é um problema, principalmente, quando se exige um perfil multidisciplinar.

Considerando que a execução financeira não atingiu os 100%, os recursos financeiros alocados no momento são suficientes em uma análise mais geral. Por outro lado, diante do sistema de monitoramento e avaliação, percebeu-se que o volume de recursos financeiros disponibilizados para algumas ações foi insuficiente, vindo a prejudicar seu melhor desenvolvimento, influenciando o desempenho do Programa.

Quanto aos mecanismos de monitoramento do Programa, registre-se a elaboração do Relatório de Gestão do MCT e o funcionamento do SigMCT, que contempla aspectos de planejamento, acompanhamento e avaliação, além da execução orçamentária e da Proposta Orçamentária.

Cabe ainda relatar que a execução do Programa tem sido prejudicada pela existência de problemas de sobreposição e desagregação entre ações e atividades, além da falta de colaboração e integração entre as equipes executoras.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A realização de consultas públicas e a aproximação com as Agências e as Secretarias Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação são experiências importantes de gestão pública que acabaram contribuindo para a boa execução do Programa.

A própria institucionalização pelo MCT do conceito de subprogramas e de um sistema para monitoramento, acompanhamento e avaliação também têm se mostrado um instrumento capaz de favorecer ao melhor desenvolvimento do Programa, proporcionando facilidades, não obstante a necessidade de aperfeiçoamento.

Outra prática importante tem sido a realização de avaliações *in loco*, que permitem uma verificação mais próxima sobre o direcionamento da aplicação dos recursos financeiros, atingimento de resultados alcançados e ocorrência de restrições.

A realização de reuniões com grupos de interesse é outro mecanismo importante.

A utilização da formação de Redes - pesquisa, discussões temáticas, articulações, entre outros - tem sido outra experiência eficaz.

RECOMENDAÇÕES

• Qualificar permanentemente os recursos humanos, tanto na equipe gerencial para dar suporte ao monitoramento, acompanhamento e avaliação das atividades quanto nas equipes executoras para a otimização da gestão orçamentária e financeira, além da adoção de novas formas e instrumentos de gestão administrativa;

• Aperfeiçoar o processo de liberação dos recursos, bem como promover uma revisão no volume de recursos destinados a cada Ação;

• Instituir mecanismos mais eficazes para apuração do grau de satisfação dos beneficiários do Programa;

• Modernizar, ampliar ou manter a infra-estrutura de alguns dos setores do Programa por meio de ações constantes e sistemáticas;

• Aperfeiçoar a gestão do Programa, buscando definir claramente os papéis das diversas equipes executoras e o desenvolvimento de mecanismos de colaboração e interação mais eficientes;

• Conferir maior transparência às comunicações da situação financeira e maior agilidade às transferências;

• Buscar melhor definição dos indicadores e ainda providenciar a agregação de indicadores auxiliares ou intermediários, nos casos em que há dificuldades para apuração anual;

• Criar mecanismos formais para um melhor acompanhamento dos projetos pelos coordenadores das ações.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA NATUREZA E CLIMA

OBJETIVO

Ampliar o conhecimento técnico-científico sobre as interações entre a natureza, a ciência e a sociedade, que contribuam para o entendimento das mudanças globais e para a melhoria da qualidade de vida da população.

PÚBLICO-ALVO

Comunidade científica e sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 125.235.619,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 114.107.245,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 114.107.245,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. NÚMERO-ÍNDICE DE MAPAS TEMÁTICOS GERADOS CONTENDO O CÁLCULO DA EXTENSÃO E A DISTRIBUIÇÃO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: 44,2
Índice previsto ao final do PPA: 180

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A justificativa pelo baixo índice apurado está no número de mapas, extremamente alto, no ano-base 2003, que foi de 1.145, conforme informado à época da implantação do PPA 2004-2007. Por outro lado, avaliando-se o comportamento do indicador nos últimos anos, em 2006, obteve-se um excelente resultado, gerando 506 relatórios/mapas, número bem maior ao do exercício de 2005, que foi de 140 relatórios/mapas. Isto decorre basicamente da utilização de imagens produzidas por outros satélites que não o Landsat-5 para monitorar o desmatamento na Amazônia.

2. NÚMERO-ÍNDICE DE RECURSOS BIÓTICOS E ABIÓTICOS CATALOGADOS DOS ECOSSISTEMAS MARINHOS E ANTÁRTICOS

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 200

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O indicador foi excluído na última revisão do PPA.
Os recursos orçamentários foram insuficientes para execução das atividades de pesquisa dos recursos bióticos.

3. TAXA DE ACERTO DA PREVISÃO CLIMÁTICA SAZONAL PARA O SUDESTE, CENTRO-OESTE E SUL DO NORDESTE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 45
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
O grupo de Processamento de Alto Desempenho vem preparando novos códigos e mecanismos de qualidade que estão sendo implantados tanto na área de suporte de informática, como na área de instrumentação meteorológica, para melhorar o desempenho do índice de taxa de acerto da previsão climática nessa região.

A apuração, pelo modelo do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), para alguns trimestres de 2006, apresenta taxa de acerto de tendência climática sazonal. Essa situação vem ocorrendo em função do comportamento das mudanças climáticas não só na região, como em todo o planeta, penalizando o resultado final. Na prática, o indicador não tem se revelado adequado para medir o desempenho desta atividade. Trabalha-se para a proposição de novos indicadores para o próximo PPA.

4. TAXA DE ACERTO DA PREVISÃO DA TENDÊNCIA CLIMÁTICA SAZONAL - REGIÃO AMAZÔNICA, NORTE, NORDESTE E SUL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 44
Índice previsto ao final do PPA: 80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
O grupo de Processamento de Alto Desempenho vem preparando novos códigos e mecanismos de qualidade que estão sendo implantados tanto na área de suporte de informática como na área de instrumentação meteorológica, para melhorar o desempenho do índice de taxa de acerto da previsão climática nessa região.

A apuração, pelo modelo do CPTEC, para alguns trimestres de 2006, apresentam taxa de acerto de tendência climática sazonal. De maneira geral, o indicador demonstra a razoável

destreza do modelo na previsão de clima, em particular na região Nordeste (NNE e SNE), com índices de acerto chegando a até 90%, nos últimos trimestres avaliados. A exemplo do indicador anterior, essa situação sofre influência do comportamento das mudanças climáticas não só na região, como em todo o planeta, penalizando o resultado final.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A existência do Programa proporciona melhor compreensão dos mecanismos que determinam as mudanças globais e amplia a capacidade de previsão meteorológica, climática, hidrológica e ambiental, como um instrumento de proteção da vida, de redução de custos e de perdas materiais. Através do entendimento das complexas interações entre o meio ambiente (ecossistemas e recursos naturais), o clima (em sua variabilidade natural e antropogênica) e a sociedade, assim como os impactos destas interações sobre as mudanças globais, é possível contribuir para o desenvolvimento sustentável, com aumento da produção, redução da pobreza e dos desequilíbrios regionais e proteção do meio ambiente.

O conhecimento gerado tem impactos na definição de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, possibilita o desenvolvimento de ferramentas analíticas para o planejamento regional e a expansão das fronteiras da ciência para a sustentabilidade no País. Essas ferramentas são importantes para se entender os óbices naturais, tecnológicos e institucionais, a melhoria da qualidade de vida, a proteção dos ecossistemas e do meio ambiente.

As ações a serem implementadas têm como lógica geral: montar uma infra-estrutura técnica atualizada para observações da Terra (ecossistemas, atmosfera, superfícies e oceanos), meio ambiente, meteorologia, clima, hidrologia e ecossistemas; estabelecer um mecanismo de integração institucional apoiado na execução descentralizada de atividades; integrar fornecedores de informação e usuários do sistema; ampliar o conhecimento técnico-científico sobre modelagem ambiental e simulação matemática de sistemas complexos ambiente-sociedade, previsões de tempo e clima, previsões hidrológica e ambiental, interação entre o oceano e a atmosfera, variabilidade climática, sustentabilidade do desenvolvimento regional, impactos de extremos ambientais e estrutura e funcionamento dos ecossistemas brasileiros.

Os conhecimentos obtidos, assim como o conjunto de informações originadas de múltiplos fornecedores no País e no exterior, serão tratados de forma integrada, descentralizada e multidisciplinar por meio de redes de computadores de grande porte, colocados à disposição de usuários públicos e privados, para que a sua utilização e a tomada de decisões delas decorrentes sejam feitas de forma descentralizada.

O Programa busca aumentar a eficiência econômica nos setores de agricultura e agronegócios, energia e transportes. Também é voltado para a otimização de atividades ligadas à prevenção da poluição atmosférica e hídrica, à proteção de ecossistemas, à conservação de recursos naturais, e à defesa civil, reduzindo vulnerabilidades sociais e econômicas

aos extremos ambientais. Trata-se, portanto, de um Programa prioritário não apenas por viabilizar novos conhecimentos, como também por proporcionar melhoria da eficiência da operação do sistema econômico e da proteção da sociedade e do meio ambiente.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Instalação de 79 Estações Meteorológicas, nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste;

• Implantação de redes e modernização das coleções biológicas dos Núcleos Executores (INPA-Amazônia Ocidental e Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG-Amazônia Oriental);

• Instalação do núcleo de Biogeoinformática no Instituto Nacional Pesquisas Ambientais (INPA);

• Capacitação, no âmbito da parceria Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) Centro de Pesquisa do Pantanal: 10 doutores, nove mestres e 10 monografias de conclusão de curso na Rede de Pecuária e seis doutorandos, 11 mestrandos e 22 alunos de especialização/graduação, na Rede de Pesca;

• Realização, em conjunto com a Marinha, de missão para manutenção nas oito bóias que compõem atualmente a Rede de Observação Oceanográfica do Plan of Implementation for a Research Moored Array in the Tropical Atlantic (Pirata);

• Desenvolvimento de sistema geográfico de informações em nível municipal contendo informações sobre riscos e vulnerabilidades a vários desastres naturais e com informações em tempo quase real sobre fenômenos de tempo;

• Publicação e divulgação de um manual de orientação para aproveitamento do metano gerado por efluentes líquidos no Brasil;

• Substituição de estações meteorológicas convencionais por estações automáticas, pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INM);

• Produção de 506 relatórios do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES), com imagens de satélites acompanhadas dos respectivos mapas de desflorestamento;

• Implantação do Programa computacional voltado para pesquisa e para gerenciamento de coleções botânicas (Brahms);

• Elaboração, através da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia do Projeto GEOMA, de diagnósticos detalhados ligados à:

a) mudança do padrão de uso da terra em áreas de conflitos ou de grande impacto de desflorestamento;
b) avaliação da atual política de prioridades de implementação de áreas protegidas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) (Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA);
c) estimativa de impactos sobre o asfaltamento da Rodovia BR-163;

• Levantamento da rede do semi-árido, que consta de 30 coleções de plantas e fungos macroscópicos nos nove Estados nordestinos;

• Realização de 23 expedições de coleta de plantas, fungos, invertebrados e vertebrados nas seis áreas selecionadas para inventários de biodiversidade;

• Conclusão dos diagnósticos de inventários de plantas, fungos e vertebrados realizados no semi-árido brasileiro;

• Adequação de infra-estrutura do Laboratório de Biogeoquímica e Gases Traço da Embrapa Meio Ambiente por meio de aparelhamento em cromatografia gasosa;

• Extração, em escala piloto, de óleos essenciais de duas plantas aromáticas (priprioca e estoraque) com potencial utilização na indústria de cosméticos e perfumaria;

• Implantação, em fase piloto, do Programa Nacional de Taxonomia, uma parceria MCT/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);

• Implementação de projetos de pesquisas estratégicos para os biomas brasileiros, no âmbito do Programa Integrado MCT/Embrapa (PIME), Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA) e Laboratório de Sensoriamento Remoto em Santarém-PA (LASERS);

• Recorde de acessos de usuários externos às páginas da Internet do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), monitoramento e previsão do tempo, chegando a 131 mil acessos diários;

• Apresentação do relatório parcial do Projeto Respostas Fisiológicas de Plantas às Mudanças Climáticas Globais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A gerência utiliza, para monitoramento sobre o desempenho físico das ações, o Sistema de Informações Gerenciais do Ministério da Ciência e Tecnologia (SigMCT). O monitoramento é realizado pelas informações da situação e resultados das ações lançadas pelos coordenadores de ação.

O Programa realizou execução física entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006.

A execução financeira das ações do Programa foi de 91% da dotação estabelecida. No entanto, a dotação ficou aquém das necessidades do Programa.

Quanto ao fluxo de recursos orçamentários, a execução ocorreu sem maiores problemas, não interferindo na execução física do Programa. Entretanto, a falta de um cronograma de desembolso físico-financeiro, bem como um limite de pagamento oferecido abaixo da dotação, gerou a inscrição de um volume de restos a pagar alto, que irá refletir no limite do exercício de 2007.

Os recursos materiais e a infra-estrutura são adequados para a implementação do Programa. No entanto, há quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras (nas agências de fomento, unidades de pesquisa e coordenações técnicas), que, nos últimos anos, têm sofrido baixas nos seus quadros. A reposição dessa mão-de-obra técnica não vem ocorrendo na mesma proporção, pela não realização de concurso público, trazendo sérios transtornos para o desempenho das unidades. Na verdade, a reposição de mão-de-obra tem sido realizada por meio de contratação temporária (prazo determinado).

O Programa também tem uma ação implementada no âmbito de outro Ministério, identificada respectivamente pelo código e denominação 2378 – Levantamento e Disponibilização de Dados Hidrometeorológicos, executada pela Agência Nacional de Águas (ANA). Não existe visualização da execução pelo gerente do Programa. Em que pese o empenho do gerente na busca de informações para atualização do sistema, no mais das vezes não é atendido. Também há dificuldade na identificação do coordenador da ação, em razão da constante rotatividade desses gestores na administração pública. Nessa ação, os recursos foram suficientes na execução dessas atividades.

O desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do MCT foi alto. A maior parte dos recursos do Programa foi repassada às agências de fomento, unidades de pesquisa do MCT e outras instituições de pesquisa, sendo empenhados e liquidados. Em vários casos, porém, os recursos financeiros não foram repassados, gerando certa expectativa quanto ao pagamento dos compromissos assumidos. Uma das principais preocupações da gerência, no decorrer do exercício, foi de promover a integração entre as coordenações para o alcance dos objetivos das ações, além de orientá-las quanto às exigências de atualização de informações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os modelos de gestão aplicados no Programa são contínuos e estão relacionados com o repasse de recursos para as agências de fomento e unidades de pesquisa. São viabilizados por meio de instrumentos jurídicos como contratos de gestão, termos de parcerias e termos de gestão, que espelham os compromissos das partes e seus respectivos planos de trabalhos. O modelo de acompanhamento e a avaliação para o contrato de gestão ou do termo de parceria é muito bem-estruturado. A Comissão de Acompanhamento e Avaliação, nomeada pelo Ministro de Estado, é constituída de representantes do MCT, da instituição beneficiada e do Conselho Ministerial de Políticas Públicas do MCT, que acompanha e avalia o alcance das metas de desempenho acordadas no contrato ou no termo de parceria. Esse processo tem demonstrado bastante sucesso no que tange ao acompanhamento e ao desempenho pelos parceiros.

A realização de reuniões com grupos de interesse, como mecanismo de participação social permite que várias ações do Programa envolvam Conselhos Setoriais, tais como Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima e Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), Sociedade Brasileira de Botânica, Zoologia, Microbiologia, etc.

RECOMENDAÇÕES

• Adequar os indicadores do Programa, tendo em vista o número reduzido de ações por eles contempladas;

• Cadastrar no SigMCT os responsáveis por ações executadas em outros Ministérios a fim de facilitar a prestação de informações e o monitoramento da execução.

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA PESQUISA

OBJETIVO

Ampliar a capacidade de resposta do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia às demandas de conhecimento e de serviços técnico-científicos da sociedade, mediante a formação e capacitação de pesquisadores.

PÚBLICO-ALVO

Pesquisadores, estudantes de nível superior, universidades e centros de pesquisa, públicos e privados.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 643.928.268,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 654.462.316,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 654.462.316,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE BOLSISTAS DE DOUTORADO DO PROGRAMA (CNPQ) QUE TITULARAM

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 72

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Como uma previsão do índice previsto ao final do PPA ficou comprometida pelo não cálculo do índice em 2006, optou-se por uma resposta cautelosa.

O cálculo depende do Censo dos Titulados na Pós-Graduação, levantamento sob atribuição da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC), que ainda não divulgou oficialmente os resultados. Segundo a CAPES, os dados referentes ao ano de 2004 foram recoletados, juntamente com o levantamento referente ao ano de 2005, contribuindo para o retardo na divulgação dos dados.

2. TAXA DE EX-BOLSISTAS DE DOUTORADO DO PROGRAMA (CNPQ) CADASTRADOS COMO PESQUISADORES NO DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 54

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Em razão da não apuração do índice para 2006, optou-se por uma postura cautelosa na estimativa da viabilidade de obtenção do índice previsto para o final do PPA.

O indicador não foi apurado em 2006 em decorrência de seu cálculo depender dos resultados do Censo 2006 do Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DGP/CNPq). O Censo 2006 teve sua coleta encerrada em dezembro e o CNPq está na fase inicial de procedimentos de validação da base para, em seguida, iniciar a etapa de cruzamento dos dados com outras bases utilizadas no Diretório, como por exemplo o *Curriculum vitae Lattes* (CV Lattes). Após essas etapas, inicia-se a fase de tabulação dos dados e carga dos sistemas para a obtenção dos resultados. O prazo estimado para a conclusão do processo é de seis meses após o encerramento da coleta.

3. TAXA DE DOUTORES FORMADOS COM BOLSA DO PROGRAMA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOUTORES TITULADOS NO PAÍS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 17

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

O indicador foi excluído para 2007.

4. TAXA DE PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA DOS BOLSISTAS DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA DO CNPQ

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 120

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Em razão da não apuração do índice para 2006, optou-se por uma postura cautelosa na estimativa da viabilidade de obtenção do índice previsto para o final do PPA.

Este indicador não foi apurado em 2006 em decorrência de seu cálculo depender dos resultados do Censo 2006 do DGP/CNPq. As bases dos Censos do DGP são coletadas a cada dois anos. O Censo 2006 teve sua coleta encerrada em dezembro e o CNPq está na fase inicial de procedimentos de validação da base para, em seguida, iniciar a etapa de cruzamento dos dados com outras bases utilizadas no Diretório, como, por exemplo, o CV Lattes. Após essas etapas, inicia-se a fase de tabulação dos dados e carga dos sistemas para a obtenção dos resultados. O prazo estimado para a conclusão do processo é de seis meses

após o encerramento da coleta.

5. TAXA DE DOUTORES EM RELAÇÃO AOS PESQUISADORES DO DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 66

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Em razão da não apuração do índice para 2006, optou-se por uma postura cautelosa na estimativa da viabilidade de obtenção do índice previsto para o final do PPA.

Este indicador não foi apurado em 2006, em decorrência de seu cálculo depender dos resultados do Censo 2006 do DGP. As bases dos Censos do DGP são coletadas a cada dois anos. O Censo 2006 teve sua coleta encerrada em dezembro e o CNPq está na fase inicial de procedimentos de validação da base para, em seguida, iniciar a etapa de cruzamento dos dados com outras bases utilizadas no Diretório, como por exemplo o *Curriculum vitae Lattes* (CV Lattes). Após essas etapas, inicia-se a fase de tabulação dos dados e carga dos sistemas para a obtenção dos resultados. O prazo estimado para a conclusão do processo é de seis meses após o encerramento da coleta.

6. TAXA DE EGRESSOS DO PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – (PIBIC) EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 22

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Não houve apuração de índice para este indicador em 2006. O cálculo do referido índice depende do Censo dos Titulados na Pós-Graduação, levantamento sob atribuição da CAPES/MEC, que ainda não divulgou oficialmente os resultados. Informações fornecidas pela Agência do MEC indicam que os dados referentes ao ano de 2004 foram recoletados, juntamente com o levantamento referente ao ano de 2005, o que contribuiu para algum retardo na divulgação dos dados que subsidiam o cálculo do índice em questão. Desse modo, como uma previsão relativa à obtenção do índice previsto ao final do PPA ficou comprometida, optou-se por uma resposta cautelosa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O aumento da atividade de Ciência e Tecnologia é componente importante para a inserção e a adequada competição das nações no contexto atual de globalização. Para esta atividade, além de instalações e equipamentos adequados, são necessários recursos humanos altamente capacitados. Este Programa destina-se a ampliar e consolidar a base de pesquisa técnico-científica resultante de esforços empreendidos com êxito ao longo de décadas por meio da formação e capacitação de recursos humanos. A qualidade já alcançada permite, neste momento, fixar com mais precisão os focos que devem orientar

o crescimento do quadro de pesquisadores, nos diversos níveis de formação. Assim, o Programa define suas ações em quatro grandes linhas:

a) buscar a permanente formação e atualização dos pesquisadores brasileiros, tendo como referência os mais elevados padrões internacionais;
b) assegurar o processo de renovação do quadro de pesquisadores, numa perspectiva de longo prazo, estimulando o surgimento de novas vocações;
c) orientar segmentos da base de pesquisadores para a capacitação em áreas de reconhecida relevância e/ou definidas como estratégicas, a fim de dar respostas aos grandes problemas sociais e aos desafios associados à agenda de modernização do País;
d) preparar os quadros técnicos de suporte à pesquisa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Com relação à elevação dos investimentos, o Programa empenhou recursos orçamentários num volume 4,7% superior ao do ano precedente, possibilitando não apenas o aumento no número total de bolsas implementadas, como a concessão de reajuste da ordem de 10% nas mensalidades das bolsas das seguintes modalidades: Mestrado (GM), Doutorado (GD) e Produtividade em Pesquisa (PQ). Esse reajuste atingiu cerca de 25.111 bolsistas, ou 48% do total;

• Aumento do número de bolsas concedidas: o número total de bolsas implementadas aumentou 1,8%, passando de 51.753 em 2005 para 52.662 em 2006 (52.308 no País e 354 no exterior). Analisando-se o desempenho das principais modalidades concedidas por meio das ações do Programa, pode-se verificar os seguintes índices de crescimento na implementação de bolsas:

a) a quota de bolsas PIBIC concedida em 2006 foi 8% superior à quota de 2005 e o número de instituições de ensino superior contempladas evoluiu 17%, passando de 186 para 217;
b) a concessão de bolsas GM e GD por meio da Chamada 2006 do Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação (PEC/PG) em cooperação com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e CAPES/MEC foi 7% superior à concessão observada na Chamada 2005;
c) a concessão, em caráter adicional à Demanda 10/2005, de mais 479 bolsas de Produtividade em Pesquisa para implementação ainda em 2006;
d) a implementação das primeiras 200 bolsas na modalidade Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT);
e) o aumento significativo na implementação das bolsas voltadas para extensão, a saber, bolsa de Extensão no País (EXP) e Apoio Técnico em Extensão no País (ATP). O número de bolsas nas duas modalidades passou de 37 em janeiro para cerca de 431 em dezembro;

• Criação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), destinado a estimular a iniciação de jovens estudantes em atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação, tendo como meta implementar inicialmente 300 bolsas a partir de março de 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A execução das metas físicas das quatro ações finalísticas apresentou o seguinte perfil: Ação 0900 - Estímulo à Pesquisa: 87% da meta física; Ação 0901 - Formação e Qualificação: 91% da meta física (somando-se bolsas no País e no exterior); Ação 0902 - Iniciação à Pesquisa: 106% da meta física; Ação 0903 - Desenvolvimento Tecnológico Empresarial: 177% da meta física.

No caso das duas primeiras ações (0900 e 0901), embora a execução física tenha ficado ligeiramente aquém da meta, houve compensação por meio do pagamento de taxas de bancada (ação 0900), para propiciar maior agilidade e melhor qualidade às atividades de pesquisa, e de pagamento de taxas escolares e de bancada (ação 0901), visando a assegurar condições mais adequadas e favoráveis ao desenvolvimento de pesquisa de campo e outras etapas necessárias à preparação de dissertações e teses, buscando abreviar o tempo de conclusão da formação e contribuindo para a melhoria da sua qualidade.

O número total de bolsas implementadas, registrado no mês de dezembro, comparado à soma das metas físicas estabelecidas para o conjunto de ações, caracteriza execução física no patamar de 97,5% do total previsto para 2006.

A execução orçamentária e o fluxo de recursos desenvolveram-se dentro do esperado, como é usual para este Programa, uma vez que trata da concessão de bolsas de formação e pesquisa, que obedecem a calendário preestabelecido e são pagas por meio de folha de pagamento de periodicidade mensal. Registre-se que o programa obteve crédito suplementar, aprovado no final do exercício, no valor de R$ 43 milhões.

A gerência utiliza os seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) periodicamente, são realizadas tanto reuniões de trabalho no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) quanto outras de iniciativa do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), para discussão de aspectos e procedimentos destinados a aperfeiçoar o monitoramento das ações e dos programas;
b) o monitoramento é realizado mensalmente, mediante a inserção de todos os eventos pertinentes à implementação das ações no Sistema de Informações Gerenciais do Ministério da Ciência e Tecnologia (SigMCT).

Adicionalmente, a cada dois meses, é realizado o acompanhamento das ações no âmbito dos dois subconjuntos de ações do programa (subprogramas), iniciativa implementada a partir de 2006. É também realizado um acompanhamento semestral do desenvolvimento das atividades inerentes à execução das ações do programa.

No que tange aos recursos materiais, infra-estrutura e recursos humanos estão adequados para a implementação do programa.

Alguns temas transversais têm sido abordados por meio do apoio a pesquisadores atuantes em linhas de pesquisa relacionadas, tais como os estudos de gênero, saúde da pessoa com deficiência, questões raciais, etc.

No tema juventude, várias iniciativas têm sido implementadas com a finalidade de propiciar oportunidades aos jovens de se iniciarem em carreiras científicas e/ou tecnológicas, com a crescente concessão de bolsas de iniciação científica tanto na graduação como em níveis educacionais anteriores ao ensino superior. Em 2006, pode-se mencionar mais de 21 mil bolsistas de Iniciação Científica; mais de cinco mil bolsistas em Iniciação Científica Júnior (implementada em parceria com fundações de amparo à pesquisa e/ou secretarias de ciência e tecnologia estaduais); criação de mais uma modalidade destinada à iniciação tecnológica e de inovação, com implementação inicial de 300 bolsas a partir de 2007.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui os seguintes mecanismos de promoção da participação social:

a) Ouvidoria, ainda em fase de implantação e consolidação por meio da qual a comunidade beneficiária do Programa pode se comunicar com a Agência para esclarecer dúvidas, fazer eventuais reclamações e/ou sugestões;
b) participação por meio dos Comitês Assessores, de membros da comunidade científica nacional, além de uma complexa rede de assessores *ad hoc*.

RECOMENDAÇÕES

• Dimensionar de forma mais rigorosa e realista as metas físicas das ações do Programa;

• Definir indicadores mais adequados à mensuração do desempenho do Programa, concatenando melhor os prazos para disponibilizar os resultados de censos que subsidiam o cálculo de índices e os prazos de cobrança quanto à apuração;

• Desenvolver os mecanismos existentes de comunicação com os usuários no sentido de propiciar a avaliação do nível de satisfação dos usuários e a mensuração da dimensão da demanda qualificada que não é atendida pelo programa;

• Ampliar e sistematizar iniciativas voltadas para a avaliação dos impactos sobre o desenvolvimento do País, decorrentes da ação governamental na formação e capacitação de recursos humanos para a pesquisa.

NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE

OBJETIVO

Desenvolver e utilizar tecnologias espaciais na solução de problemas nacionais.

PÚBLICO-ALVO

Governo, comunidade científica e setor produtivo nacional.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 256.547.132,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 235.310.423,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 235.310.423,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. NÚMERO-ÍNDICE DE TECNOLOGIAS GERADAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: 820
Índice previsto ao final do PPA: 190

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A definição dos indicadores de impacto do PNAE foi revista por um Grupo de Trabalho específico, e uma proposta de novas definições será encaminhada para o PPA 2008-2011. Em especial, será proposto um novo indicador de domínio tecnológico, envolvendo um conjunto de tecnologias consideradas críticas e seu grau de desenvolvimento no País, em substituição ao atual indicador Número-Índice de Tecnologias Geradas no Âmbito do Programa.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 37,35
Índice previsto ao final do PPA: 30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice reflete as contratações referentes aos satélites CBERS-2B, 3 e 4, além da Plataforma Multimissão (PMM), que reúne todos os equipamentos que desempenham

funções necessárias à sobrevivência de um satélite e ao aumento da capacitação da indústria nacional, que pôde absorver novos contratos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os sistemas espaciais são, atualmente, essenciais não apenas na obtenção de informações sobre a Terra, como também na viabilização de aplicações e serviços decorrentes dessas informações. No caso brasileiro, as características territoriais e geopolíticas do País tornam a tecnologia espacial a única alternativa viável para o atendimento de necessidades nacionais como as telecomunicações, o levantamento e a prospecção de recursos naturais, o acompanhamento de alterações no meio ambiente e a vigilância das fronteiras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Conclusão da Missão Centenário, com o vôo do astronauta brasileiro, em março de 2006, levando à Estação Espacial Internacional oito experimentos selecionados pela Academia Brasileira de Ciências para operarem em ambiente de microgravidade;

• Conclusão da montagem, integração e testes elétricos do CBERS 2B e continuação do desenvolvimento de 12 subsistemas e equipamentos dos CBERS 3 e 4;

• Lançamento do foguete de sondagem VSB-30 V03, portando uma carga útil com experimentos em microgravidade (TEXUS 43) da Agência Espacial Européia, no Centro de Lançamento de Esrange, na Suécia;

• Conclusão dos modelos de qualificação dos subsistemas contratados na indústria nacional para a Plataforma Multimissão (PMM);

• Conclusão de 70% da implantação do Banco de Testes para motores de até 20 kN e 30% do projeto do foguete a mono-estágio a propelente líquido;

• Conclusão dos testes do protótipo de propulsor iônico com catodo oco (PROPEL);

• Início da implementação das recomendações decorrentes da revisão crítica do VLS-1, realizada com assessoria russa, compreendendo, entre outras, modificações no projeto de engenharia do VLS-1 e adoção de nova metodologia de testes e ensaios, que estabelece a utilização de uma Maquete de Integração Radioelétrica (MIR) para ensaio e realização de dois vôos testes.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os principais resultados alcançados do PNAE para 2006 foram considerados satisfatórios e dentro do esperado, apesar de inúmeros obstáculos constatados durante o desenvolvimento e confirmados durante o processo de avaliação. O Programa conta com um sistema de monitoramento baseado em reuniões trimestrais de acompanhamento das ações com os coordenadores de ação, visitas técnicas trimestrais às instalações, relatórios mensais de acompanhamento de metas, relatórios mensais lançados no SigMCT.

As metas físicas foram, em geral, cumpridas, exceto por aquelas relativas a atividades de desenvolvimento tecnológico, associadas a satélites e veículos lançadores, cujos produtos têm períodos de desenvolvimento superior a um ano. A execução orçamentária atingiu alto percentual do total autorizado para execução. Apesar de ter logrado obtenção de crédito extraordinário para o vôo do astronauta, não foi possível obter créditos adicionais para outras ações com potenciais de grande impacto, sem que houvesse a necessidade de oferecimento de outros recursos do Programa para compensação.

A descontinuidade do fluxo de recursos e a tardia aprovação da LOA-2006 provocaram inscrições em restos a pagar, para 2007, da ordem de mais de 30% do valor total do orçamento aprovado para 2006. Adicionalmente, a insuficiência e irregular liberação de recursos orçamentários e financeiros implicou também em aumento de riscos de operação e obsolescência das instalações e meios, voltados para ensaios, testes e controle de satélites por falta de atualização de equipamentos de ensaio e teste, que muitas vezes não têm mais peças de reposição no mercado.

Os laboratórios de integração de foguetes do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) estão interditados por problemas estruturais, necessitando de urgente manutenção. No tocante aos recursos humanos do Programa, há ainda a carência de quadro próprio de funcionários e de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) na Agência Espacial Brasileira.

Nas equipes executoras, há necessidade de realizar contratações para o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) para reposição de especialistas. Com relação às aquisições, a centralização das procuradorias jurídicas do INPE e Centro Técnico Aeroespacial (CTA) em um único Núcleo de Assuntos Jurídicos em São José dos Campos provocou atrasos nas análises de processos de licitação. Registre-se a dificuldade de importação de alguns componentes de uso restrito previstos para os satélites CBERS 3 e 4, que não obtiveram licença de exportação por parte do Departamento de Estado Norte-americano.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Agência Espacial Brasileira (AEB) tem buscado desenvolver metodologia de avaliação quanto à aderência das ações às políticas e às diretrizes do Programa Espacial, como também o nível de inter-relacionamento de contribuição e dependência entre as ações do Programa. Os resultados da avaliação serão apresentados ao Conselho Superior da AEB - instância de participação social - para aprimoramento da execução das ações do Programa.

Cabe ressaltar que os temas raça, criança e juventude estão contemplados no âmbito do Programa. A Ação 3704 - Complementação da Infra-estrutura Geral do Centro de

Lançamento de Alcântara inclui, na sua concepção, a problemática das comunidades quilombolas residentes na região de Alcântara (MA).

No âmbito da ação de Gestão do Programa, em parceria com outros órgãos governamentais, é desenvolvido o Programa AEB-Escola, que, além da popularização das atividades do Programa Espacial Brasileiro, busca despertar nos jovens e nas crianças em idade escolar a criatividade e o interesse pela ciência e tecnologia, incentivando a vocação de futuros pesquisadores, técnicos e empreendedores do País.

RECOMENDAÇÕES

• Revisar as fontes de receita do Fundo Espacial, executado pela Unidade Orçamentária 24901do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT);

• Definir indicadores de impacto para o PPA 2008-2011, em especial, propor um novo indicador de domínio tecnológico, envolvendo um conjunto de tecnologias consideradas críticas e seu grau de desenvolvimento no País;

• Definir indicadores de eficácia e eficiência das ações do PNAE;

• Incentivar a participação orçamentária de outros Ministérios, empresas públicas e mesmo privadas por meio das parcerias público privadas (PPPs), por exemplo, para o financiamento do Programa, considerando o caráter multissetorial e transversal do PNAE, que produz informações e aplicações de largo espectro de utilização por diversos órgãos governamentais e pela iniciativa privada;

• Definir produtos, metas e unidades de medida para algumas das atividades do PNAE, em especial, o desenvolvimento de veículos lançadores, de satélites científicos, de satélites de observação da Terra, ou geoestacionários, que tem como meta o fornecimento de produtos cujo período de desenvolvimento ultrapassa um ano;

• Reforçar a implementação do Comitê Gestor do Programa de modo a garantir melhor gestão dos recursos e dos obstáculos;

• Melhorar a articulação com órgãos de fomento, tais como CAPES e CNPq, de modo a criar novas competências e ampliar a massa crítica em áreas estratégicas do PNAE;

• Desenvolver e implantar um Sistema de Informação Gerencial para o Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE);

• Elaborar um plano de ação para a implementação da Política Industrial do Setor Espacial;

• Revisar índices de indicadores que apresentam resultados acima do previsto;

• Envidar esforços para a recomposição do quadro de pessoal dos órgãos executores, criação do quadro da AEB e reavaliação dos planos de carreira dos especialistas da área espacial.

NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES

OBJETIVO

Garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear, desenvolver tecnologia nuclear e correlatas para a medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia.

PÚBLICO-ALVO

Instalações nucleares e radioativas, comunidade científica, setor produtivo e sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 813.046.588,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 789.103.175,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 789.103.175,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DO CICLO COMBUSTÍVEL NUCLEAR COM PROCESSO DE PRODUÇÃO NACIONAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 60,80
Índice previsto ao final do PPA: 76,20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O percentual relativo a 2003, ano-base do PPA, foi, inicialmente, estabelecido de acordo com a previsão de enriquecimento de 1.000 UTS (unidade de medida da capacidade de enriquecimento). No entanto, o índice foi revisto e adequado aos investimentos realizados, que não permitiram a evolução esperada do processo e o cumprimento da meta original.

2. NÚMERO-ÍNDICE DE TECNOLOGIAS GERADAS NA ÁREA NUCLEAR

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: 134,60
Índice previsto ao final do PPA: 104

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
Índice previsto ao final do PPA já ultrapassado em 2006.

3. NÚMERO-ÍNDICE DE PACIENTES ATENDIDOS COM PRODUTOS E TÉCNICAS NUCLEARES

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: 137,60
Índice previsto ao final do PPA: 122

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
Índice previsto ao final do PPA já ultrapassado em 2006. O número de pacientes atendidos com produtos e técnicas nucleares é calculado com base no consumo dos serviços de medicina nuclear. O índice alcançado reflete o crescimento da demanda da área de medicina nuclear do País.

4. NÚMERO-ÍNDICE DA PRODUÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA PESADA COM APOIO DO PROGRAMA

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: 234,50
Índice previsto ao final do PPA: 123

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
Índice previsto ao final do PPA já ultrapassado em 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há uma ampla gama de aplicações nucleares nas áreas de energia, indústria, saúde, meio ambiente, agricultura e recursos hídricos, que demandam, continuamente, novos e melhores produtos e serviços que contribuem diretamente para a qualidade de vida da população.

Com relação à demanda crescente por radioisótopos e radiofármacos na área médica, o Programa busca otimizar seu atendimento, de modo a universalizar o acesso aos benefícios da moderna medicina nuclear à população brasileira.

Quanto à geração de energia elétrica frente à escassez de petróleo e aos problemas de abastecimento de gás, a energia nuclear já começa a ser vista como a solução mais racional e ecologicamente correta por sua baixa emissão de dióxido de carbono (CO_2) na atmosfera. É nesse contexto que se insere a retomada de Angra 3.

Com a marca de 50 anos sem acidentes graves nas usinas do Ocidente e de 20 anos sem acidentes graves em todo o mundo, deve-se assegurar a continuidade dos esforços de proteção do trabalhador, da população e do meio ambiente, principalmente, no tocante ao armazenamento seguro dos rejeitos radioativos em um horizonte de longo prazo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Em maio de 2006, foi inaugurada a 1ª Cascata de Ultracentrífugas da Unidade de Enriquecimento de Urânio em Resende, nas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), marco importante para o início da produção, em escala industrial, de combustíveis para usinas nucleares. Tal iniciativa faz parte da estratégia de criar capacidade industrial para suprir as futuras expansões da geração núcleo-elétrica com um produto de alto valor agregado, além de dotar o País de autonomia tecnológica e industrial no fornecimento de combustível para as usinas nucleares Angra 1 e 2;

• Com relação ao atendimento da demanda nacional por radiofármacos, em 2006, foram realizados aproximadamente três milhões de procedimentos médicos com radioisótopos e radiofármacos produzidos nos Institutos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), representando um aumento de cerca de 36% em relação a 2003, primeiro ano da atual gestão. Considerando a previsão de crescimento dessa demanda e visando a um atendimento mais eficiente nas regiões do Brasil, encontram-se em andamento as construções de novas unidades produtoras de radioisótopos de meia-vida curta em Minas Gerais e em Pernambuco, o que permitirá a ampliação da produção de radioisótopos e radiofármacos para diagnóstico e terapia de várias doenças;

• Com relação à fabricação de equipamentos para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (NUCLEP) concluiu com êxito a fabricação dos blocos que formarão o casco da plataforma semi-submersível P-51 da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), primeira cujo casco será inteiramente fabricado no Brasil. Além disso, deu continuidade à fabricação dos dois geradores de vapor de substituição de Angra 1 e concluiu a absorção da tecnologia deste equipamento;

• Investimentos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) para a modernização das diretrizes normativas e dos sistemas de licenciamento e controle de instalações nucleares e radiativas, com foco em inovações tecnológicas voltadas ao aprimoramento da segurança nuclear, em conformidade com os padrões internacionais estabelecidos pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

De modo geral, o Programa obteve resultados satisfatórios, tanto no que diz respeito às metas financeiras, quanto às físicas. As metas físicas das Ações do Programa tiveram índices compatíveis com os previstos para o exercício, de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006.

Cabe destacar a qualidade da coordenação do Programa pela integração entre a gerência do Programa e os coordenadores de ação, viabilizada pelo Sistema de Informações Gerenciais do Ministério da Ciência e Tecnologia (SigMCT), mecanismos internos de acompanhamento e reuniões de trabalho.

Quanto aos mecanismos de monitoramento e avaliação, foram utilizados sistemas internos específicos para acompanhamento da execução física e financeira de suas ações.

Adicionalmente, para as Unidades da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), existe o módulo de execução física do Sistema do Plano de Trabalho Institucional (SIPLAT), com a finalidade de acompanhar trimestralmente a execução física dos resultados previstos em cada Ação do Plano Plurianual (PPA), dos Planos Internos da CNEN e seus projetos e atividades, bem como sua compatibilidade com os recursos alocados.

Os índices alcançados pelos indicadores do Programa, bem como os valores apurados para os produtos das ações, estão coerentes com as metas estabelecidas na formulação do PPA 2004-2007 e mostram que os resultados alcançados estão de acordo com o previsto para o exercício. Não obstante, os recursos de custeio para o exercício de 2006 não foram suficientes para a aquisição dos bens e serviços necessários à execução das atividades finalísticas planejadas para o período. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física programada e a demora em dar sanção à LOA prejudicou a execução do cronograma das atividades programadas para o exercício. Ainda foi registrada a limitação de recursos para investimento em espaço físico, modernização de mobiliário, equipamentos de informática, sistemas de informação e espaço físico. O setor nuclear se destaca na área de pesquisa e desenvolvimento pelo alto volume de ativos fixos e equipamentos, os quais começam a dar sinais de obsolescência ou de não atender a crescente demanda. Quanto aos recursos humanos, há a necessidade de novos concursos públicos para atender à crescente demanda administrativo-técnica, principalmente, para a área de Segurança Nuclear e Radioproteção.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social através de audiências públicas, mecanismo adotado pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), como parte do processo de licenciamento ambiental, o que têm melhorado a percepção da sociedade sobre a atuação institucional. Além disso, anualmente, o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) realiza pesquisa de satisfação dos clientes visando a abordar questões relacionadas a prazo de entrega, qualidade, pontualidade, etc. Os resultados alcançados são utilizados para o aprimoramento e desenvolvimento de produtos, processos e logística.

Com relação às boas práticas na administração pública, os institutos da CNEN têm concorrido aos prêmios de qualidade junto à Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI), além de participar do Prêmio Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) de Inovação, entre outros concursos internacionais e regionais. Na área de produção de radiofármacos, possui ISO 9001:2000. Os institutos realizam planos de trabalho anuais que priorizam os projetos e atividades em cada exercício.

RECOMENDAÇÕES

• Manter as negociações entre os órgãos da área nuclear para a reformulação do Programa Nuclear Brasileiro (PNB), de forma a ampliar as iniciativas no setor de energia e nas demais aplicações tecnológicas;

• Explicitar o público-alvo em função das segmentações do Programa, sua localização (regionalização) e suas características sócio-econômicas;

• Elaborar as ações de pesquisa e desenvolvimento conforme os objetivos do Programa;

• Criar indicadores que expressem os resultados do Programa quanto à regulação do setor nuclear;

• Adequar os produtos às respectivas ações, visto que o produto de algumas ações não está bem caracterizado e não expressa de forma adequada o resultado final;

• Considerar na elaboração do orçamento do Programa o aumento das atividades nucleares nestes últimos anos, entre as quais podemos destacar a conclusão de Angra 2, a retomada prevista da construção de Angra 3, o início da exploração da mina de urânio de Caetité na Bahia e as novas plantas de fabricação de elementos combustíveis, localizadas em Resende. Ainda há o crescimento da produção de radioisótopos e radiofármacos para fins médicos, à taxa aproximada de 10% ao ano, bem como a expansão ocorrida na utilização de inúmeras técnicas nucleares aplicadas nos campos da indústria, meio ambiente, agricultura e saúde;

• Acompanhar a aprovação do Decreto que regulamenta o regime de sobreaviso para atendimento de emergências radiológicas e nucleares;

• Atender às necessidades relacionadas aos recursos humanos tanto no que diz respeito ao quantitativo de integrantes da equipe gerencial e das equipes executoras quanto de sua capacitação;

• Redimensionar indicadores que apresentam resultados de índices apurados acima do previsto.

PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País mediante o fortalecimento da pesquisa e da infra-estrutura técnico-científica existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores.

PÚBLICO-ALVO

Instituições de pesquisa, universidades e empresas nacionais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 605.213.521,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 587.842.361,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 587.842.361,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DOS PESQUISADORES DAS UNIDADES DE PESQUISA DO MCT

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: 1,57
Índice previsto ao final do PPA: 1,44

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
Índice previsto ao final do PPA já ultrapassado em 2006.

2. NÚMERO-ÍNDICE DE ARTIGOS PUBLICADOS POR PESQUISADORES BRASILEIROS EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS INDEXADOS NO ISI

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: 144,70
Índice previsto ao final do PPA: 140

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
Índice previsto ao final do PPA já ultrapassado em 2006.

3. NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA QUALIFICADAS COMO USUÁRIAS DA REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: 276
Índice previsto ao final do PPA: 255

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
Índice previsto ao final do PPA já ultrapassado em 2006.

4. TAXA DE PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DOS PESQUISADORES APOIADOS PELO PROGRAMA

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 110

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
Para o cálculo deste indicador são utilizadas duas bases de dados distintas:

a) base de Currículos Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
b) base dos pesquisadores e doutores cadastrados nos censos do Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP/CNPq).

As bases do DGP/CNPq são coletadas a cada dois anos e a última disponível é a de 2004. O Censo 2006 teve sua coleta encerrada no mês de dezembro e o CNPq está na etapa inicial dos procedimentos de limpeza e validação da base para, depois, iniciar a etapa de cruzamento com outras bases utilizadas no DGP, como, por exemplo, a base de Currículos Lattes. Após essas etapas, inicia-se a fase de tabulação dos dados e carga dos sistemas para a obtenção dos resultados. Com base no exposto acima, não é possível, neste momento, fazer cálculos atualizados deste indicador, pois dependem dos resultados do Censo 2006 do DGP para serem atualizados.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As inovações são fruto, principalmente, dos investimentos que o governo e o setor empresarial dedicam à ciência e à tecnologia. Países como o Brasil, em condições altamente favoráveis para alcançar as nações mais desenvolvidas social e economicamente, necessitam de investimentos em C&T proporcionalmente mais elevados e em setores estrategicamente selecionados, sem se esquecer da livre criação de conhecimento, responsável pela produção de tecnologia. A pesquisa em áreas situadas na chamada fronteira do conhecimento deve ser uma das grandes prioridades da ação governamental por meio do fomento direto às instituições de pesquisa e do estímulo ao envolvimento do setor empresarial nesta tarefa.

O Brasil avançou bastante nesta área nos últimos anos, principalmente, na integração entre instituições de pesquisa e destas com o setor empresarial, mas muito ainda precisa ser feito. O sistema nacional de ciência e tecnologia precisa ainda ser consolidado e seguir em

processo de expansão qualitativa e quantitativa visando a atender às necessidades do País no enfrentamento da globalização e das questões internas que afligem a população.

As grandes questões que preocupam o País, tais como saúde, educação, saneamento, transporte e meio ambiente e desequilíbrio regional são complexas e as soluções dependem de medidas políticas e de conhecimentos e técnicas apropriadas. Os investimentos a serem feitos por meio deste Programa têm como finalidade apoiar o aumento da produtividade científica e tecnológica, a geração e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, a inclusão de pesquisadores em projetos de relevância estratégica, econômica e social, bem como a organização e a consolidação de novos grupos e/ou grupos emergentes de pesquisa, o crescimento e o fortalecimento da infra-estrutura para pesquisa, em especial, nas instituições vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

A desconcentração da atividade de pesquisa, visando a evitar a ampliação dos desequilíbrios regionais verificados no País, e os aspectos relacionados com a melhoria da qualidade de vida da população, nortearão os critérios de seleção de prioridades neste Programa, observando-se a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, Objetivos Setoriais e Diretrizes estabelecidos pelo MCT no PPA.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Implantação dos Planos Diretores das Unidades de Pesquisa (UPs) do MCT, elaborados com base nos respectivos Planos Estratégicos de 2005. Os dados desses Planos foram inseridos nos Termos de Compromisso de Gestão assinados pelos Diretores das UPs com o Ministro da Ciência e Tecnologia no início do ano;

• Ampliação do atendimento da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa;

• Incremento no número de artigos científicos publicados no Brasil e no exterior;

• Aumento no número de processos técnicos e registros de patentes pelas UPs;

• Lançamento de dez editais pelo CNPq, que permitiram a aprovação e contratação de 3.112 projetos e 33 chamadas públicas pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com recursos de diversos fundos setoriais, com destaque para as ações transversais e o CT - Amazônia, permitindo, entre outros, recuperar parte da infra-estrutura física das UPs e de outras instituições de pesquisa no País;

• Realização da segunda Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), que contou com a participação de 14,15 milhões de alunos, o que representa um aumento de quase 35% em relação ao ano anterior. Participaram todos os Estados, totalizando 32.655 escolas (60,5% do total de escolas) de 5.259 Municípios (94,5% do total de Municípios);

• Atualização da Plataforma Lattes, a base de dados de currículos e instituições das áreas de Ciência e Tecnologia.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A gerência utiliza os seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) visitas *in loco*, especialmente, no caso das Unidades de Pesquisa;
b) sistemas informatizados, a forma mais utilizada para o acompanhamento das ações relacionadas ao fomento a projetos científicos e tecnológicos, a cargo do CNPq e Finep. As ações de difusão e disseminação do conhecimento científico e tecnológico tem seu acompanhamento feito pela Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP/MCT) por meio do SIAFI e de Relatórios das Unidades;
c) relatórios de Termos de Compromisso de Gestão (TCGs), no caso das UPs, e de Contratos de Gestão, no caso das Organizações Sociais. Em ambos os casos, o acompanhamento é feito em meados de cada ano e a avaliação no primeiro trimestre de cada ano;
d) todas as ações têm acompanhamento através do Sistema de Informações Gerenciais do MCT (SigMCT), que alimenta o SIGPlan. As metas físicas das ações foram em grande parte alcançadas, em que pesem as dificuldades de liberação de recursos concentrada nos últimos meses do ano e *deficit* de pessoal.

A maior parte dos recursos orçamentários e financeiros para as Ações do Programa foi liberada nos últimos meses (e até mesmo dias) do ano, prejudicando drasticamente algumas delas. Os índices alcançados de execução orçamentária (97%) e despesas liquidadas e pagas (perto de 80%) do Programa refletem uma enorme dose de trabalho e sacrifício das equipes envolvidas em grande parte de suas ações.

O impacto das ações com recursos não-orçamentários é baixo. Os orçamentos das 13 UPs têm sido totalmente insuficientes para a sua manutenção básica, fazendo com que as suas atividades-fim fiquem sujeitas à obtenção de outras fontes de financiamento junto à Finep, ao CNPq e a outras.

Os recursos materiais e a infra-estrutura são adequados para a implementação do Programa, mas há restrições quanto à quantidade de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras. A equipe gerencial sofreu drástica redução a partir de 2003. Mais grave ainda é a situação das equipes executoras, especialmente, das UPs do MCT, que, além de terem perdido um gigantesco número de servidores nos últimos dez anos, possuem idade média entre 53 e 58 anos em seus quadros, com previsão de aposentadorias em massa nos próximos cinco anos e sem previsão de ocupação das vagas existentes por intermédio de concursos públicos.

Outras restrições são o atraso na liberação de recursos e o comprometimento do financeiro por restos a pagar em muitas das UPs.

O desempenho da execução das duas ações do programa implementadas no Ministério da Defesa (MD) foi muito baixo, quase nulo, e o da ação implementada no Ministério da Integração Nacional (MI) foi um pouco maior. Não foram disponibilizadas informações precisas sobre a alocação de recursos por parte do MD e do MI.

O desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades do próprio MCT foi alto. De maneira geral, as informações necessárias foram disponibilizadas, principalmente, no que se refere às UPs do MCT e às organizações sociais. As ações a cargo do CNPq estiveram sempre atualizadas no SigMCT, mas as da Finep tiveram que ser obtidas na página eletrônica da instituição.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Termos de Compromisso de Gestão (TCGs) são aplicados com muito sucesso há cinco anos nas UPs do MCT, os quais abrangem, a partir de 2006, metas levantadas em seus Planos Diretores. Os TCGs constituem variação dos Contratos de Gestão que são assinados com as organizações sociais.

RECOMENDAÇÕES

• Melhorar alguns atributos do Programa e de suas ações, quer sob a ótica de sua concepção, quer sob a ótica do estabelecimento de metas físicas;

• Melhorar a definição de alguns indicadores do Programa;

• Contratar novos funcionários para as UPs do MCT, incluindo pesquisadores, tecnologistas, analistas, técnicos e assistentes;

• Revisar índices de indicadores que apresentam resultados acima do previsto.



MINISTÉRIO DA CULTURA

Brasil Patrimônio Cultural

Brasil, Som e Imagem

Cultura Afro-Brasileira

Cultura, Educação e Cidadania

Engenho das Artes

Identidade e Diversidade Cultural- Brasil Plural

Livro Aberto

Monumenta

Museu Memória e Cidadania

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério da Cultura (MinC), foram utilizados **R$ 661.165.804,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 787.585.683,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 661.165.804,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**-**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 787.585.683,00**	**Total realizado:**	**R$ 661.165.804,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MinC não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 138.694.910,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 117.574.080,00.**

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A política setorial do MinC para 2006, como nos anos anteriores, teve por base as dimensões da cultura definidas no início do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, a saber:

a) cultura enquanto produção simbólica - foco na valorização da diversidade, das expressões e dos valores culturais;
b) cultura enquanto direito e cidadania - foco nas ações de inclusão social por meio da cultura;
c) cultura enquanto economia - foco na geração de empregos e renda, fortalecimento de cadeias produtivas e regulação. Essas dimensões passaram a nortear as ações do MinC, como tripé para o desenvolvimento das novas políticas culturais sob responsabilidade do órgão;

Por conta disso, a maioria das iniciativas estão voltadas para aspectos relevantes da política governamental, como inclusão social, geração de emprego e renda, ampliação da acessibilidade do cidadão aos bens culturais, implementação de uma cultura de paz e de combate à homofobia, redução das desigualdades raciais e étnicas, democratização do acesso aos mecanismos de cultura digital, dentre outras.

No que diz respeito aos resultados alcançados por áreas, e segmentos culturais acolhidos pelas ações do MinC, destacam-se:

a) no segmento audiovisual (cinema, televisão e jogos eletrônicos) a realização de 10 longas-metragens de baixo orçamento, de 50 curtas-metragens - dos quais 10 de animação e 20 destinados ao público infanto-juvenil -, de 40 filmes de curta duração por meio do Revelando os Brasis, afora o início de 10 projetos de jogos eletrônicos;

b) apoio ao desenvolvimento de sete teses acadêmicas relacionadas com o audiovisual e a conclusão de outros 15 projetos por meio das iniciativas Olhar Brasil, que estimula produções comunitárias, e Documenta Brasil, que produz documentários em parceria com a rede comercial de TV;
c) Quanto ao fomento, à distribuição e à comercialização de obras cinematográficas no País e no exterior, constatou-se o apoio a 43 projetos, que atuaram significativamente na afirmação do produto brasileiro, particularmente em âmbito internacional.

• Os Pontos de Cultura foram responsáveis pela capacitação direta de 2.025 pessoas em diferentes linguagens artísticas. Estima-se que os projetos contemplados por meio do Programa Cultura, Educação e Cidadania têm beneficiado, direta e indiretamente, a cerca de 400 mil pessoas de populações diversas, como as das comunidades rurais, indígenas, ribeirinhas, quilombolas e as que habitam periferias e favelas. O ano de 2006 terminou com exatos 654 Pontos de Cultura instalados em 262 Municípios brasileiros;

• A área da Memória e Patrimônio Cultural foi responsável por 27% do total dos investimentos finalísticos do órgão, o que retrata sua importância dentro das políticas culturais do Governo Federal. No que concerne a área do Patrimônio Material, destacou-se a efetivação de 103 obras de recuperação de imóveis históricos em pelo menos 72 Municípios de 24 Estados do País;

• No âmbito do Programa Monumenta, registrou-se a conclusão de 31 obras de recuperação em sítios históricos de 15 Municípios. Constatou-se também a concretização de 133 projetos diversos na área patrimonial e a capacitação de 1.730 profissionais em atividades relacionadas com o setor;

• Na área do Patrimônio Imaterial, foram iniciados oito projetos de inventário, dentre os quais os de referências culturais dos povos Mbyá-Guaraní e Porongos, os da cultura regional das regiões do Seridó/Caicó, dos assentados do São Francisco e da Ilha de São Luis. Foram concluídos dois registros definitivos de bens do patrimônio imaterial: a Feira de Caruaru e a Cachoeira do Iauretê – lugar sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri, totalizando nove registros desde a criação da iniciativa;

• No que se relaciona à política de museus, deve-se ressaltar as iniciativas voltadas para formação e capacitação em Museologia, que resultaram em 79 oficinas e 11 seminários/fóruns, com a participação de mais de 4.600 profissionais de 19 Estados brasileiros. O Programa é responsável pelo custeio de 28 museus e três centros culturais da União e apóia, também, instituições sem fins lucrativos que necessitam de recursos públicos para sua sobrevivência. Durante o exercício, também se promoveu a recuperação das estruturas de 38 museus e espaços culturais públicos e privados, totalizando investimentos de R$ 1,5 milhão;

• Na Difusão e Acesso Cultural, a acessibilidade aos bens culturais é premissa para todo e qualquer investimento público em cultura. Foi ampliado o acesso da população brasileira aos benefícios da cultura, particularmente nas áreas de música e artes cênicas. No âmbito da música, destacaram-se: o Projeto Pixinguinha, que promoveu 94 espetáculos em 45 cidades das várias regiões brasileiras, atingindo público aproximado de 41 mil pessoas;

os Concertos Didáticos nas Escolas, que selecionaram 18 grupos, com 160 apresentações em 131 escolas públicas para cerca de 38 mil alunos, a Circulação de Música de Concerto, que garantiu a realização de outros 187 espetáculos em diversos Municípios, além da Pauta Funarte de Música Brasileira, que abriu espaço para 115 artistas ou grupos, totalizando 230 apresentações nas salas da Fundação Nacional de Arte (Funarte) do Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte;

• Nas Artes Cênicas, particularmente nas áreas de teatro e dança, foram premiados 378 projetos, graças às parcerias formalizadas com a Petrobras. As Caravanas de Circulação Nacional apoiaram 72 montagens nesses segmentos, em diferentes pontos do Território Nacional. O Arte sem Barreiras, direcionado para pessoas portadoras de necessidades especiais, selecionou 20 projetos e realizou cinco mostras regionais, envolvendo público aproximado de 400 mil pessoas;

• Nas Artes Circenses, 61 projetos foram contemplados pelo Prêmio de Estímulo ao Circo, apoiando à realização de 30 festivais nas áreas de artes cênicas, artes visuais e música, envolvendo cerca de 950 mil pessoas;

• Na Cultura Afro-Brasileira, o conjunto das ações priorizou o apoio às comunidades remanescentes de quilombos e comunidades negras tradicionais, particularmente no que diz respeito à questão fundiária de suas propriedades. Estão identificados, oficialmente, 1.202 agrupamentos quilombolas no País. Atualmente, o governo está analisando processos de regularização de terras que irão beneficiar 500 comunidades de 460 territórios. Deve-se ressaltar o trabalho no acompanhamento e assessoria dos processos de legalização fundiária desses agrupamentos em todo o País. Desses processos, 31 territórios já receberam seus títulos, conferindo a 38 comunidades o direito de posse definitiva sobre a terra. Outros 40 territórios já obtiveram o reconhecimento por parte do governo e aguardam a concretização do processo para os próximos exercícios.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

A estrutura organizacional do MinC apresenta alto grau de especialização e, por conta disso, parcela substancial das programações do órgão fica sob gerência de suas unidades vinculadas e de determinadas secretarias com perfil finalístico. Para melhor entendimento, pode-se dizer que os programas que atendem à memória e ao patrimônio ficam a cargo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); os relacionados com livro e leitura são de responsabilidade da Fundação Biblioteca Nacional (FBN); os que dizem respeito à música e às artes cênicas estão sob gerência da Funarte e assim por diante. Na área do Audiovisual encontram-se as estruturas da Agencia Nacional de Cinema (Ancine), mais voltada para a fiscalização e produção de longas-metragens, e da Secretaria do Audiovisual (SAV), que atua predominantemente no fomento de curtas-metragens, documentários e de ações de inclusão. As questões relacionadas com Cultura Afro-Brasileira têm amparo na Fundação Cultural Palmares e os Pontos de Cultura estão sob gerência da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC).

Embora algumas iniciativas possuam muita transversalidade interna, particularmente as relacionadas com inclusão social e diversidade cultural, acredita-se que essa especialização

organizacional seja necessária, haja vista a existência de grande número de segmentos culturais e de atividades específicas (como fiscalização, regulação e outras) que exigem intervenções particularizadas.

Os maiores problemas detectados pelo órgão ainda dizem respeito à insuficiência de quadros e à conseqüente sobrecarga de trabalho que recai sobre as unidades. Embora tenha havido concurso público recente, o único em 20 anos, muitas unidades convivem com dificuldades para consecução de suas atribuições.

BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

OBJETIVO

Preservar e revitalizar o Patrimônio Cultural Brasileiro.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 56.322.089,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 39.348.562,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 39.348.562,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 65.000.000,00	**R$ 53.798.062,35**	

INDICADORES

1. TAXA DE PRESERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS EDIFICADOS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL TOMBADOS PELA UNIÃO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 1,12

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

A taxa não corresponde à realidade, porque até o momento não foi possível, aferir com precisão o número de bens tombados. Durante a elaboração de um novo indicador, a equipe de trabalho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em parceria com o Ministério da Cultura (MinC), deparou-se com uma grande dificuldade: a inexistência de informações consolidadas sobre o real estado de conservação do patrimônio material da cultura brasileira. Provisoriamente, ficou decidido usar para elaboração de um indicador as fontes de informação que são atreladas aos produtos necessários à preservação do patrimônio material tombado, tais como as ações de fiscalização, as ações de intervenção no patrimônio para revitalização e conservação, dentre outras.

2. NÚMERO DE REGISTROS DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 7
Índice previsto ao final do PPA: 3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Índice totalmente aplicável, que reflete a realidade. No ano de 2006, a meta física anual da ação era registrar sete bens culturais de natureza imaterial - alvo que foi plenamente alcançado. A meta para o final do Plano Plurianual (PPA) em 2007 (três registros), portanto, foi largamente ultrapassada. No próximo PPA, o valor da meta deverá ser revisto.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O MinC, na área do patrimônio histórico, artístico, paisagístico e arqueológico deve atuar com o objetivo de reverter o quadro de degradação dos bens integrantes do patrimônio de caráter histórico-cultural, notadamente os centros históricos, igrejas, monumentos, bens integrados, acervos e bens paisagísticos, mediante a implementação de políticas e medidas voltadas para o desenvolvimento sustentado, conservação, revitalização e restauração, de modo a estimular novas dinâmicas sociais e parcerias, geradoras de oferta turística, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população.

Isto requer esforços visando a aprimorar o processo de fiscalização sobre esses bens, e ainda sensibilizar e comprometer a sociedade para, em conjunto com o Estado, possibilitar a permanência desse patrimônio, que passa a ser visto não mais como um problema, mas como uma solução alternativa para o desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, o turismo cultural representa a base de sustentação na diversidade do patrimônio cultural, pelo crescente interesse das pessoas por lugares diferenciados e capazes de enriquecer sua experiência de vida.

A indústria do turismo apresenta grande potencial de geração de emprego e renda para todos os níveis da população, constituindo-se em um dos eixos de fomento definidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a região da América Latina. A organização mundial do turismo prevê um crescimento de 4,8% para o setor nessa região, no período de 1995 a 2020. A preocupação com a proteção do patrimônio cultural brasileiro se volta de um lado, para a preservação da memória nacional e, de outro, para o desenvolvimento local.

A riqueza do patrimônio cultural distribuído por todo o Território Nacional indica um enorme potencial econômico a ser explorado, enquanto opção turística que começa a ser bastante procurada. O trabalho de recuperação do patrimônio gera empregos diretos e indiretos, seja durante a obra ou depois dela estar concluída, em função da possibilidade do incremento do turismo nas localidades, contribuindo para a revitalização dessas cidades beneficiadas e para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram realizadas 1.773 intervenções em Municípios dos Estados do Pará, Maranhão, Ceará, Rio de Janeiro, Bahia, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Alagoas e Mato Grosso do Sul;

• Foram realizadas 9.097 fiscalizações e inspeções técnicas, sem, contudo, se incluir neste número a quantidade de atendimentos ocorridos em todo o Território Nacional. A ação do IPHAN é cotidiana e se estabelece como atividade principal nos 27 escritórios técnicos e no conjunto das 21 superintendências regionais. É importante destacar que a fiscalização, além dos bens arquitetônicos e urbanísticos, ocorre também no conjunto de bens móveis e nos sítios e bens de natureza arqueológica;

• Concluídos 500 processos de licenciamento de pesquisa, além das ações em andamento, aprovadas em exercícios anteriores;

• Estudos/pesquisas desenvolvidos(as) na identificação e inventário de bens: Inventário Nacional de Referências Culturais da Ilha de São Luís (MA), Inventário Nacional de Referências Culturais em Rio de Contas (BA), Inventário de Bens Culturais de Natureza Imaterial em Lapa (PR), Inventário Nacional de Referências Culturais no sertão dos Valongos em Porto Belo (SC), Ampliação do Inventário Nacional de Referências Culturais junto aos Mbyá-Guaraní e à População de Porongos em São Miguel das Missões (RS);

• Acompanhamento de projetos aprovados no 1º edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) em João Pessoa (PB), Mapeamento das referências culturais da região do Seridó, no Município de Caicó (RN), Inventário Nacional de Referências Culturais do assentamento da São Francisco (MG) – Fundação Pró-natureza (FUNATURA);

• Efetivados dois Registros do Patrimônio Imaterial: Cachoeira de Iauaretê - Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos rios Uaupés e Papuri e Feira de Caruaru em Pernambuco;

• Registro de nove bens culturais do Patrimônio Cultural Brasileiro.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são feitos mediante reuniões mensais com os coordenadores de ação para a alimentação de dados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), farol de acompanhamento do IPHAN, que acompanha as metas físicas realizadas no período, e mediante relatórios anuais de gestão encaminhados pelas diversas áreas do instituto.

Está em fase de elaboração um sistema para acompanhamento quinzenal da implementação dos projetos desenvolvidos no âmbito de cada ação.

A execução das metas físicas ficou acima de 100% do previsto na LOA 2006, o que significa que os níveis de execução física das ações foram satisfatórios, já que a maioria

ultrapassou as metas físicas previstas. Ações como Acautelamento de Bens de Natureza Material, com execução física de 140%, ou Capacitação de Recursos Humanos na área do Patrimônio Cultural, com execução física de 172%, são exemplos. Poucas ações não atingiram 100% de execução. As menores execuções físicas aconteceram nas ações de Fomento a Projetos na área do patrimônio cultural (79%) e identificação e inventário de bens culturais de natureza material (64%).

Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) indicam que o valor dos empenhos atingiu a ordem de 97% dos recursos descentralizados, sendo que 68% foram executados no ano de 2006 e 29% ficaram em restos a pagar. Com isto, ficou inscrito em restos a pagar o valor de R$ 27 milhões (R$ 17 milhões na fonte 100, R$ 8,3 milhões na fonte 118 e R$ 1,7 milhão na fonte 250).

O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. A liberação tardia dos recursos, em função da demora na aprovação do Orçamento da União, (apenas em abril), somada à notória carência de funcionários nos quadros do IPHAN, comprometeu a capacidade da instituição licitar com rapidez suas compras e contratar serviços, de modo a evitar a inscrição de valores significativos em restos a pagar. Vale lembrar ainda, que grande parte dos projetos do órgão se referem a obras de restauração e pesquisas, tipos de ação que, por sua natureza, não podem ser aceleradas facilmente.

As ações não-orçamentárias são aquelas cujos recursos são obtidos por meio do mecenato. Embora não constem ainda do PPA, em breve essa situação será alterada.

O IPHAN ainda passa por problemas relacionados ao seu orçamento, tendo em vista a amplitude e diversificação de suas atribuições. As deficiências são inúmeras, em especial ligadas à infra-estrutura logística, como, por exemplo: inadequação dos espaços para funcionamento da administração central e de muitas unidades, insuficiência de veículos adequados para realização das ações de fiscalização e inspeção técnica de bens culturais em área urbana e rural (o patrimônio arqueológico é o que mais sofre com a falta de veículos apropriados), deficiência de equipamentos de informática e de mobiliário, etc.

A infra-estrutura não corresponde às demandas rotineiras e emergenciais necessárias para o cumprimento da missão institucional do IPHAN. Trabalhar em espaço inadequado com equipamentos obsoletos e com carência de mobiliário acarreta ao corpo técnico uma sobrecarga para viabilizar as ações. Os servidores da instituição trabalham em condições insalubres, instalações precárias e falta de espaço.

As unidades do IPHAN não podem prever gastos com ações de aquisição de recursos materiais, muitas vezes indispensáveis para a execução de seus projetos. A demanda deste instituto aumentou após a criação de seis novas superintendências regionais, as quais ainda se encontram em fase de estruturação, e da entrada de 222 novos funcionários mediante concurso público.

Faltam recursos financeiros suficientes para aquisição de novas tecnologias tais como GPS, automóveis adequados, helicóptero, barco, entre outros, que são extremamente úteis às atividades em locais ermos, como os sítios arqueológicos, e à fiscalização de grandes centros urbanos, parques históricos, etc.

As deficiências de equipamentos de informática, de mobiliário e a precariedade das instalações elétricas, telefônicas e outras atrapalham as rotinas de trabalho e, conseqüentemente, a execução das ações. Desta forma, é necessário ampliar e atualizar equipamentos de informática (computadores e servidores), melhorar as instalações elétricas e telefônicas, adquirir móveis, etc, visando a garantir à instituição condições necessárias de funcionamento. Isso ocorre devido aos altos custos de equipamentos e tecnologias avançadas para a área de preservação.

Apesar do concurso público realizado em 2005, ainda há deficiência de funcionários. O IPHAN ficou décadas sem realizar concurso para novos profissionais e, em função dos baixos níveis salariais, a taxa de evasão dos novos funcionários foi altíssima. Além disso, há falta de recursos para capacitação dos funcionários mais antigos, comprometendo o desempenho de suas atividades, numa sociedade em constante evolução tecnológica e científica.

A liberação tardia de recursos prejudicou o planejamento realizado, particularmente no desenvolvimento de projetos (inventário, preservação, identificação, registro, promoção de eventos, etc).

Os restos a pagar de 2005 para 2006, maximizados pelo reduzido quadro de pessoal e pela liberação tardia dos créditos orçamentários, comprometeram os recursos financeiros para o ano corrente.

Em função das eleições e do comprometimento de recursos das prefeituras e governos estaduais em outras prioridades, muitos Estados e Municípios apresentaram as suas prestações de contas sem comprovar o gasto da contrapartida dos convênios firmados com o IPHAN. Há, atualmente, apenas dois funcionários para se ocupar de 69 convênios.

Foram desclassificados seis convênios com prefeituras - inadimplência com o Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (CAUC) e outros quatro convênios por inadimplência com órgãos federais.

O uso de licitação por menor preço, muitas vezes é inadequado às ações de preservação. Muitas ações do IPHAN pertencem à categoria de serviços de técnicos profissionais especializados (serviços de restauração), para a qual a Lei nº 8.666/93 indica preferencialmente a modalidade concurso para a seleção de fornecedores. Existe ainda a possibilidade de licitações de tipo técnica e preço. Ambas são complexas, exigindo um conhecimento ainda não desenvolvido completamente pela instituição.

Os conflitos decorrentes de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de governo, se apresentam nos projetos de infra-estrutura que freqüentemente interferem na paisagem e no patrimônio arqueológico, implicando na necessidade de adequação e medidas compensatórias.

Os processos de licenciamento ambiental são morosos pela natureza das pesquisas arqueológicas, que seguem parâmetros científicos, exigem pessoal especializado e prazos compatíveis. A diversidade de situações ligadas à preservação do patrimônio cultural dificulta a elaboração de regras rígidas que possam prescindir de análises específicas.

A interação dos técnicos com a sociedade local e o estabelecimento de parcerias são fatores preponderantes para a execução das ações do Programa. O IPHAN acompanha regularmente a execução dos projetos por intermédio de suas superintendências regionais.

A Ação Preservação dos Acervos Documentais Privados de Presidentes da República não foi implementada. A inexistência de um interlocutor institucional que atue junto aos outros Ministérios dificulta o monitoramento das ações realizadas fora da órbita do IPHAN.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social ocorre mediante a análise de projetos de impacto em área tombada, elaboração de plano diretor e de planos de preservação. As discussões ocorrem no Conselho Setorial de Cultura, Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e Conselho Consultivo do IPHAN, formado por autoridades em patrimônio cultural, que orienta as ações de tombamento, registro, etc.

A participação social ajuda a canalizar os investimentos para o desenvolvimento social e para o aprimoramento dos indicadores de qualidade de vida.

RECOMENDAÇÕES

• A meta estimada para o final do PPA em 2007 era de três registros. Como já foi ultrapassada, e para evitar no futuro a dupla contagem dos registros realizados, seria conveniente que o descritor do indicador passe a ser: Número de Registros efetivados de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

BRASIL, SOM E IMAGEM

OBJETIVO

Ampliar a produção, a difusão, a exibição, a preservação e o acesso às obras audiovisuais brasileiras, e promover a auto-sustentabilidade da indústria cinematográfica.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 68.384.811,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 58.665.678,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 58.665.678,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 15.000.000,00	**-**	

INDICADORES

1. PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL NO MERCADO CINEMATOGRÁFICO DO BRASIL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 11
Índice previsto ao final do PPA: 35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

O índice alcançado reflete um distanciamento da meta almejada para 2007. Tal situação somente poderá ser revertida com a urgente regulamentação do mercado nacional e a ampliação do parque exibidor, permitindo assim a ampliação do acesso do público ao conteúdo nacional.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NA PRODUÇÃO DE OBRAS CINEMATOGRÁFICAS E VIDEOFONOGRÁFICAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 70
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

A Secretaria do Audiovisual (SAV) e a Agência Nacional de Cinema (Ancine) participam da produção das obras audiovisuais por meio dos Editais de Apoio à Produção.

3. RELAÇÃO PÚBLICO X NÚMERO DE CÓPIAS LANÇADAS DE FILME NACIONAL

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 3.962
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O número de espectadores por cópia sugere um baixo desempenho dos filmes nacionais devido à estrutura de exibição de filmes estrangeiros, cujo mercado está controlado pelos distribuidores norte-americanos.

4. TAXA DE DISTRIBUIÇÃO DO FILME BRASILEIRO PARA EXIBIÇÃO NO MERCADO NACIONAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 2
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O mercado de exibição e distribuição segue uma lógica definida pelas empresas norte-americanas, que ocupam o circuito com planejamentos anuais priorizando filmes americanos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O acesso da população aos bens culturais do País é de fundamental importância para o fortalecimento da identidade nacional. No caso específico do audiovisual, a atuação reguladora ou mesmo interventora do Estado é indispensável, já que a oligopolização do setor faz com que o produto nacional encontre grandes dificuldades para alcançar o público. Vivemos atualmente um processo de recuperação do mercado para o cinema brasileiro. Os números, entretanto, estão longe dos registrados na década de 70, quando a ocupação do filme brasileiro era de 35,92% do mercado consumidor. Esta tendência foi atropelada por uma série de fatores (defasagem tecnológica, abertura indiscriminada do mercado e ausência de políticas públicas de proteção do setor), que levou o cinema nacional a ocupar em 1992, apenas 0,05% do mercado. A partir de 1995, foi iniciado um processo de recuperação, passando os índices de ocupação de 3,62% para 8,28% em 2000. Em 2003, a taxa de ocupação chegou a 21%.

O principal condicionante positivo do Programa reside na dinâmica do setor audiovisual que tem sido capaz de incorporar as revoluções tecnológicas do campo da eletrônica, informática e telecomunicação nos processos de produção, distribuição, comercialização e exibição, com repercussões substantivas nos marcos de competitividade

de vários ramos industriais envolvidos no processo, sua interação com outros setores produtivos, gerando emprego e renda, bem como sua influência nos padrões de consumo e comportamento. Como condicionante negativo, ressalta-se a força política e econômica das empresas produtoras e distribuidoras nacionais e internacionais, que têm no produto audiovisual o poderio econômico e as vantagens competitivas mais relevantes frente ao produto nacional de qualidade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A realização dos projetos estruturantes da SAV como o DOCTV e o Revelando os Brasis, no ano de 2006, foi inviabilizada pelo contingenciamento orçamentário. Ainda assim, foram realizados:

- Os Editais de Fomento à Produção Audiovisual;
- A Programadora Brasil;
- Os Pontos de Difusão Digital;
- O Olhar Brasil (que foi iniciado);

As parcerias externas foram de grande importância para a realização do Documenta Brasil.

O planejamento previsto também sofreu conseqüências provenientes do contingenciamento. Por isso, algumas ações do Programa devem ser transferidas para 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os mecanismos de monitoramento da gerência sobre o desempenho físico das ações ocorrem mediante reuniões periódicas de avaliação dos trabalhos, entre os técnicos envolvidos no projeto.

O DOCTV, o Revelando os Brasis e o Banco de Documentários da América Latina, além dos festivais e mostras de cinema, são acompanhados com visitas permanentes de técnicos/gerentes da SAV.

Os projetos de produção audiovisual, viabilizados através das leis de incentivo, têm acompanhamento do repasse financeiro, a partir de um programa de conta especial, em parceria com o Banco do Brasil (BB).

A avaliação do desempenho físico das ações tem como base o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan). A falta de pessoal técnico qualificado prejudica os processos de acompanhamento, sobrecarregando o quadro de pessoal e impossibilitando um trabalho mais eficiente.

A execução física ficou na faixa de 40% a 80% do previsto na LOA 2006. O cumprimento foi abaixo do previsto devido ao contingenciamento orçamentário.

Os recursos orçamentários foram executados dentro dos limites autorizados pelo órgão, com descontinuidade de fluxo, prejudicando a execução programada. Isto inviabiliza qualquer possibilidade de planejamento, além de prejudicar, sobremaneira, a articulação de parcerias institucionais que potencializem o Programa. Não há ações que tenham recursos de origem não-orçamentária.

A SAV funciona em instalações provisórias, na espera da execução do projeto de restauração das instalações da sede do Ministério da Cultura (MinC). Nestas circunstâncias, qualquer análise referente à infra-estrutura será prejudicada, em decorrência de vivermos uma situação provisória.

A falta de quadros com capacidade executiva faz com que o desempenho deixe a desejar. O Programa de Apoio à Exportação do Conteúdo Audiovisual de TV, desenvolvido em parceria com a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), teve um desempenho positivo, gerando sua ampliação em 2006, trabalhando-se, desta vez, o produto cinematográfico. A parceria com a APEX demonstrou que há boa articulação e parceria entre os órgãos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As ações são desenvolvidas com parcerias não-governamentais e têm resultados bastante positivos. Os projetos centrais da SAV (DOCTV, Revelando os Brasis, Programadora Brasil e Banco de Documentários da América Latina) são executados em parcerias com agentes não-governamentais, potencializando a capilaridade das ações.

A participação social se dá mediante reunião com grupos de interesse, onde as ações desenvolvidas se baseiam na demanda do setor audiovisual, e são identificadas em reuniões com representantes da atividade. O Conselho Consultivo se reúne semestralmente em um fórum onde são avaliadas e discutidas as ações desenvolvidas. Existe, ainda, um outro fórum de consulta: o Conselho Superior de Cinema, instância de discussão das linhas gerais das políticas audiovisuais do MinC. A contribuição da participação social se reflete nos ajustes do Programa e nas indicações para superação das dificuldades. A avaliação da satisfação do beneficiário se faz no Conselho Consultivo da SAV, cujos integrantes trazem para discussão as impressões identificadas em cada um dos setores da atividade audiovisual.

Quanto às boas práticas de gestão, as reuniões internas de avaliação, no âmbito da SAV e do Ministério, considerando as recomendações do Conselho Consultivo, constituem-se em práticas renovadoras do processo de gestão.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações

CULTURA AFRO-BRASILEIRA

OBJETIVO

Preservar e promover a cultura e o patrimônio afro-brasileiros.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade em geral, com prioridade para os afro-brasileiros e as afro-brasileiras.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 13.417.264,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 10.754.431,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 10.754.431,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO-CULTURAL DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Unidade de medida: %
Último índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Considerando-se que foi criado um novo indicador, o Índice de Atendimento Médio por Região às Demandas de Proteção, sua mensuração deverá estar disponível no final do exercício de 2007.

2. NÚMERO DE MANIFESTAÇÕES E BENS DE NATUREZA MATERIAL E IMATERIAL REGISTRADOS

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Considerando-se que foi criado um novo indicador, e Difusão das Manifestações da Cultura Afro-Brasileira, sua mensuração deverá estar disponível no final do exercício de 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As comunidades de tradição africana, especialmente as comunidades remanescentes de quilombos (CRQs), enfrentam problemas tais como: difícil acesso aos bens e aos serviços sociais; ausência de equipamentos sociais e de documentação civil nas comunidades quilombolas para o acesso aos serviços públicos básicos, infra-estrutura precária, baixa escolaridade, desemprego, *deficit* de moradia, baixa renda, mortalidade infantil acentuada, desconhecimento dos seus direitos e dos instrumentos legais de defesa.

Além disso, cerca de 96% de um total de 743 comunidades identificadas ainda não possuem a titulação e o registro de propriedade das terras, nem recursos e incentivos para que desenvolvam uma economia sustentável, notadamente no que se refere à comercialização dos bens por eles produzidos. Estes problemas dizem respeito à invisibilidade nas instâncias formadoras da educação nacional e da opinião pública brasileira, o que resulta na produção de representações negativas ou incompletas do seu papel formador da cultura.

A este quadro de precariedade soma-se o abandono do seu patrimônio material e imaterial, carente de um amplo inventário de ações de preservação de seus bens, de modo a poderem referenciar programas educativos e programas de divulgação. O intercâmbio com países de cultura afro-originária é o que permitirá o acesso dos afro-brasileiros aos acervos históricos, museológicos e culturais destes países, bem como possibilitará o intercâmbio de intelectuais, cientistas e artistas produtores de uma cultura pan-africana.

Quanto à comunidade afro-brasileira em geral, especial preocupação deve ser conferida às crianças e jovens negros(as), em sua maioria pobres, que vivem em comunidades sem infra-estrutura, desprovidas de serviços e equipamentos sociais. Expostos à violência e ao tráfico de entorpecentes, são as maiores vítimas do mundo da marginalização. A discriminação e o preconceito racial existentes, assim como a veiculação de imagem negativa dos(as) afro-brasileiros(as), estigmatiza essa parte da população no Brasil, que tem a segunda maior população de afro-descendentes no mundo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realização de 18 eventos de intercâmbio cultural com os africanos do continente e da diáspora;

• 1.002 comunidades registradas e/ou certificadas;

• Desenvolvimento de ações de cooperação técnica com órgãos públicos e privados, qualificando e ampliando a atuação da Fundação Cultural Palmares (FCP) no âmbito de sua missão institucional;

• Presença ativa junto às cinco regiões do País mediante ações/projetos desenvolvidos(as) pelo Programa, assegurando maior difusão da cultura afro-brasileira;

• Aumento da colaboração institucional com o Poder Legislativo, mediante a execução de emendas parlamentares ao orçamento federal;

• Ações de fortalecimento da economia, desenvolvimento do associativismo (mediante capacitação das CRQs), e intercâmbio cultural entre as regiões.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na LOA 2006. Os locais onde se desenvolvem os projetos são visitados pelos funcionários da fundação, para acompanhar a aplicação dos recursos, auxiliar no que é necessário, sanar dúvidas e problemas. O monitoramento físico e financeiro é feito mensalmente pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

O Relatório Anual de Gestão permite avaliar o cumprimento das metas, diagnosticar falhas e problemas no que se refere à execução física e financeira das ações da FCP, durante todo o exercício. A avaliação mensal dos resultados é feita a partir do relatório de ações, elaborado pelo Ministério da Cultura (MinC), mediante a utilização de planilha de acompanhamento diário físico-financeiro.

O fluxo de recursos foi prejudicado em sua execução física programada devido à descontinuidade de repasses.

Os recursos humanos nas equipes executoras são numericamente insuficientes, levando ao acúmulo de tarefas e atraso na execução. Nesse exercício, foi realizado um concurso para a FCP, com apenas 12 vagas para nível superior. A quantidade de vagas é insuficiente para a demanda da FCP, mas, ainda assim, impulsionou o desempenho do Programa.

O atraso na liberação dos recursos prejudicou a execução dos projetos. Grande parcela das organizações não-governamentais (ONGs), que solicitam financiamento de projetos, não tem a documentação em dia, ou estão inadimplentes. São poucas as entidades que têm interesse na execução de ações nesta temática.

Quanto às licitações e à celebração de contratos, algumas empresas vencedoras de licitações não cumpriram os prazos de entrega e a qualidade do material entregue, em alguns casos, acarretou maiores custos.

No exercício houve um acréscimo de 46% na disponibilidade orçamentário-financeira, com a transferência de recursos através de destaques do MinC e do Ministério das Relações Exteriores (MRE), gerando a ampliação, em termos regional e de público, no alcance do objetivo do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Quanto às parcerias não-governamentais, se faz necessário disponibilizar recursos humanos e infra-estrutura para monitoramento das ações executadas por estes parceiros,

facilitando, corrigindo e avaliando, ao longo do processo, a parceria em si, e não apenas durante a prestação de contas.

Está em funcionamento o Conselho Curador da FCP. A sociedade civil compõe dois terços deste conselho, e o Governo Federal, um terço.

As contribuições da participação social no resultado do Programa ocorrem a partir da correção do curso da gestão. O exercício de escuta colabora para que, na execução de ações do Programa, as especificidades sejam contempladas.

RECOMENDAÇÕES

• Trata-se de programa transversal, que tem por finalidade promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Para tanto, é necessário que sejam divulgadas ações educativas e de referência realizadas para esta grande parcela da população, em conjunto com os outros membros do Executivo;

• No que diz respeito às ações de pagamento de benefícios ao servidor, as metas físicas realizadas ficaram bem abaixo das previstas, com reflexos importantes sobre o custo médio por beneficiário, o que leva à conclusão de que o órgão deve adequar a estimativa de suas metas quando da elaboração da proposta orçamentária.

CULTURA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA

OBJETIVO

Ampliar e garantir o acesso das comunidades excluídas ao usufruto de bens culturais e aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural.

PÚBLICO-ALVO

Agentes culturais (como artistas, produtores, professores, estudantes da educação básica e militantes sociais que desenvolvem ações de combate à exclusão cultural e social), adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social - habitantes de áreas com precária oferta de serviços culturais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 50.977.644,00	Empenho Liquidado:	R$ 45.621.413,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 45.621.413,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. COEFICIENTE DE ACESSO DE POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA A BENS CULTURAIS E DE ENTRETENIMENTO

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Os dados para apuração do indicador acima não estão disponíveis. Em 2006, o Ministério da Cultura (MinC) buscou rever todos os indicadores constantes de seus programas do Plano Plurianual (PPA) e suas formas de mensuração, tendo em vista superar fragilidades e inadequações. No âmbito da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC), responsável pela implantação do Programa, a contratação da consultoria, para coordenar e apoiar o desenvolvimento e a aplicação de indicadores, e da Associação Latino-americana de Pesquisa e Ação Cultural (ALPAC), além do debate com a Diretoria de Gestão Estratégica (DGE) sobre a construção de indicadores contribuíram para a definição de um indicador-síntese.

Dessa forma, em lugar dos indicadores estabelecidos inicialmente, o Programa vem utilizando como indicador para avaliar seu desempenho o Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura, que deverá tornar-se o indicador-síntese do Programa no PPA. Uma primeira mensuração foi feita em outubro de 2006. Os resultados regionais e nacionais desse indicador (que varia entre 0 e 1) foram: Região Norte - 0,1193, Região Sudeste - 0,1353, Região Sul - 0,1835, Região Centro-Oeste - 0,2560, Região Nordeste - 0,4917 e Brasil - 0,2964.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NA PROMOÇÃO DE BENS CULTURAIS E DE ENTRETENIMENTO

Unidade de medida: %
Último índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Os dados para apuração deste indicador não estão disponíveis. Em 2006, o MinC buscou rever todos os indicadores constantes de seus programas do PPA e suas formas de mensuração, tendo em vista superar fragilidades e inadequações. No âmbito da SPPC, responsável pela implantação do Programa, a contratação da consultoria para coordenar e apoiar o desenvolvimento e aplicação de indicadores, da ALPAC, e o debate com a DGE sobre a construção de indicadores contribuíram para a definição de um indicador-síntese. Dessa forma, em lugar dos indicadores estabelecidos inicialmente, o Programa vem utilizando como indicador para avaliar seu desempenho o Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura, que deverá tornar-se o indicador-síntese do Programa no PPA. Uma primeira mensuração foi realizada em outubro de 2006. Os resultados regionais e nacionais desse indicador (que varia entre 0 e 1) foram: Região Norte - 0,1193, Região Sudeste - 0,1353, Região Sul - 0,1835, Região Centro-Oeste, - 0,2560, Região Nordeste - 0,4917 e Brasil - 0,2964.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As tradições culturais e as artes traduzem modos diferenciados de perceber, sentir e atribuir significados e valores à ampla gama de relações sociais. A apropriação crítica e criativa do diversificado patrimônio cultural brasileiro e dos códigos específicos das linguagens artísticas é, portanto, instrumento de formação do indivíduo, de conhecimento e de transformação da realidade, bem como arcabouço da construção do sentido de pertencimento social. Para tanto, porém, é preciso conhecer, formar gosto e ganhar competência cultural para interpretar e utilizar signos e códigos próprios de tais universos.

Esse processo é demorado e envolve a competência institucional das estruturas sociais, seja da escola, seja dos meios de informação, somada às competências próprias de cada comunidade e de cada indivíduo. Observa-se que a formação dos indivíduos, especialmente daqueles que dependem prioritariamente de agências institucionais públicas

para ter acesso ao patrimônio artístico e cultural, não vem associando os conteúdos escolares às referências culturais e às linguagens artísticas.

Boa parte das crianças, dos adolescentes e dos jovens adultos em situação de vulnerabilidade social se defronta com enormes barreiras simbólicas para usufruir bens culturais mais elaborados, adquirir hábitos culturais e, assim, uma apropriação efetiva da produção cultural da sociedade.

É necessário e urgente, portanto, incidir na formação inicial e continuada de mediadores e formadores, para que tenham competência e prazer em aproximar o patrimônio cultural de adolescentes e jovens adultos, que se encontram à margem dos circuitos mais elaborados da cultura e das artes. Mediadores e formadores podem ser agentes das instituições escolares públicas ou aqueles que integram (ou têm desejo e interesse de integrar) o campo das práticas culturais no meio social.

Também é necessário e urgente fazer da cultura palco para o desenvolvimento de potencialidades profissionais de adolescentes e jovens adultos, seja no campo da produção, seja no da circulação e difusão de bens culturais ligados à memória e à inovação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Instalação de 654 Pontos de Cultura em 262 Municípios;

• Capacitação de aproximadamente 6.870 pessoas em diferentes linguagens artísticas;

• Primeira edição do Prêmio Cultura Viva, com 1.500 inscritos em 500 Municípios;

• TEIA – Encontro da Cultura, Cidadania, Educação e Economia Solidária, que reuniu cerca de mil representantes da cultura popular brasileira e produtores culturais dos Pontos de Cultura;

• Apresentação de Trabalhos e manifestações artísticas de 600 empreendedores da Economia Solidária.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

No âmbito da gerência, como forma de mecanismo de monitoramento, são realizadas visitas *in loco* pela SPPC, com a participação das representações regionais do MinC, para reunir os dados que compõem a parte técnica da prestação de contas dos projetos. Isso implica monitorar o desempenho físico da Ação 5104 - Instalação e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura. A periodicidade é anual, conforme o mês em que ocorre a prestação de contas de cada projeto. Busca-se gerar, a partir do relatório de visitas padronizado, um banco de dados com as informações coletadas nas visitas realizadas.

O acompanhamento do desempenho físico da referida ação ocorre mediante o Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (SALIC), sistema corporativo de

acompanhamento de convênios do MinC, que contém principalmente dados relativos à execução dos convênios e permite a elaboração e emissão de relatórios com diversas informações agregadas sobre os Pontos de Cultura. A atualização do SALIC é diária. O Sistema de Acompanhamento das Metas Presidenciais coordenado pela Sub-Chefia de Articulação e Monitoramento da Presidência da República (SAMPR), por sua vez, comporta informações de caráter qualitativo e quantitativo para a governança e o monitoramento das metas. O acompanhamento do desempenho físico da subação Agente Cultura Viva ocorre por meio do sistema informatizado do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE *WEB*), criado e gerenciado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que comporta dados sobre o cadastro das entidades e pagamento de auxílios financeiros aos jovens vinculados ao PNPE, promovendo o acompanhamento diário. O Sistema para o Mapeamento dos Pontos de Cultura (MapSys), com potencial digital detectado para recebimento dos primeiros *kits* multimídia e os respectivos dados, acompanha o desempenho físico de um componente da Ação 2948 - Desenvolvimento de Iniciativas Voltadas para a Inclusão Social por eio da Cultura, relativo à Cultura Digital. Atualmente apresenta informações de 605 Pontos de Cultura, tais como: endereço, responsável e número de computadores e equipamentos multimídia em operação. Sua atualização é mensal, possibilitando que o desempenho físico das ações seja mensalmente atualizado no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Em que pese à ampliação do limite orçamentário, negociada no segundo semestre de 2005, os valores constantes da LOA 2006 ficaram aquém da necessidade real do Programa em cerca de R$ 2 bilhões. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada.

Embora o Programa não tenha sofrido contingenciamento significativo em sua execução orçamentária, a instabilidade do fluxo de recursos financeiros produziu impacto negativo na execução dos convênios cujas parcelas estavam programadas para pagamento, gerando um acúmulo de restos a pagar que deverá ser administrado no exercício de 2007. Inscritos em restos a pagar, os valores empenhados no exercício anterior estão sendo pagos em 2007, gerando pressão financeira sobre os recursos do novo exercício.

As ações realizadas em parceria com outras instituições são de alto impacto no Programa e se desenvolvem mediante termos de cooperação com o MTE e o Ministério das Comunicações (MC) constituindo-se elementos centrais na concepção do Programa. As atividades do Agente Cultura Viva foram iniciadas, a partir da parceria com o MTE, beneficiando com 50 mil auxílios financeiros aproximadamente 12.500 jovens cadastrados em 192 Pontos de Cultura selecionados no primeiro edital. Quanto ao termo de cooperação com o MC, Cultura Digital, 63 Pontos de Cultura receberam 63 antenas do Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), das quais 30 foram instaladas, sendo que cinco antenas são de um mesmo projeto Ponto de Cultura Índios *On-line*. A demora na instalação das antenas do GESAC tem constituído um grave problema, pois os *kits* multimídia de Cultura Digital já foram instalados nos Pontos de Cultura, enquanto foi cumprida somente uma pequena parcela do acordo com o MC.

Duas outras atividades de alto impacto no desempenho do Programa são realizadas com recursos não-orçamentários - o Prêmio Cultura Viva e a TEIA. O Prêmio Cultura Viva, idealizado pelo MinC, com patrocínio da Petrobras e sob a coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), tem como objetivo reconhecer, estimular e dar visibilidade às iniciativas culturais de todo o País que valorizem a cultura como meio de consolidação da identidade e de construção da cidadania. A primeira edição do prêmio foi realizada em junho de 2006, e contou com cerca de 1.500 inscrições, alcançando mais de 500 Municípios brasileiros.

A TEIA, com o apoio da Rede Brasil de Produtores Culturais Independentes, do MinC, do MTE , do Serviço Social do Comércio do Estado de São Paulo (SESC-SP), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), do Instituto Paulo Freire, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Museu Afro Brasil, e com o patrocínio da Petrobras, foi um encontro da Cultura, Cidadania, Educação e Economia Solidária. O evento, aberto ao público, aconteceu no Pavilhão da Bienal de São Paulo, nos auditórios do Museu de Arte Moderna (MAM), Museu de Arte Contemporânea (MAC) - no Parque do Ibirapuera - e no SESC Vila Mariana. Seu principal objetivo foi mostrar a cultura nacional que vive e pulsa fora dos grandes centros. Além de apresentar sua diversidade, também contribuiu para reafirmar a identidade cultural brasileira. Nesse contexto, além dos Pontos de Cultura e artistas culturais, os organizadores da TEIA também convidaram fundações e departamentos de responsabilidade social de empresas para que conheçam diversas iniciativas, buscando o estabelecimento de novos vínculos e parcerias.

No que concerne aos recursos humanos, a SPPC apresenta escassez quantitativa, agravada pelo aumento considerável da carga de trabalho e do número de convênios. O quadro em geral é de baixa capacidade técnico-administrativa e não possui especialização na formalização e acompanhamento dos convênios. Os funcionários, na sua maioria, não têm vínculo direto e são consultores e terceirizados.

Embora o Programa não tenha sofrido contingenciamento significativo em sua execução orçamentária, a instabilidade do fluxo de recursos financeiros produziu impacto negativo na execução dos convênios cujas parcelas estavam programadas para pagamento, gerando um acúmulo de restos a pagar que deverá ser administrado no exercício de 2007. Por outro lado, o atraso na liberação de recursos também provocou resultados físicos aquém do previsto nas demais ações.

Houve dificuldades de celebração de convênios na gerência, em função de interpretações diferentes de normas por setores internos do MinC, falta de procedimentos padronizados que facilitem e agilizem o processo de convênios, duplicidade de tarefas, contigenciamento de recursos e equipe reduzida.

O baixo conhecimento da legislação que regula os convênios, e a situação de inadimplência junto aos órgãos ou a entidades da administração pública prejudicaram as entidades proponentes.

A inexistência de norma legal que fundamente especificamente o relacionamento entre o Estado brasileiro e as entidades da sociedade civil com baixo nível de organização/institucionalização prejudica o Programa, que tem por objetivo ampliar e garantir o acesso das comunidades excluídas ao usufruto de bens culturais, aos meios de fruição, à produção e à difusão das artes e do patrimônio cultural. Os movimentos populares ou manifestações culturais, cujas tradições são mantidas por segmentos que exploram diferentes meios e linguagens artísticas e lúdicas, recebem recursos em dinheiro e se elegem mediante edital.

O instrumento legal para realizar o repasse é a Instrução Normativa (IN) STN nº 01, de 15 de janeiro de 1997. No entanto, a prática tem revelado que as exigências formais de execução dos convênios são de difícil cumprimento por parte das entidades selecionadas. Essas entidades, que são o público-alvo do Programa, localizam-se em sua maioria em comunidades excluídas, em áreas de risco social, e não possuem capacidade organizacional para atender as exigências formais da IN nº 01, originando gargalos no desenvolvimento do Programa, principalmente no momento da prestação de contas.

A implementação é descentralizada por meio de convênios. Avaliar o desempenho da execução das ações com recursos descentralizados equivale à verificação dos resultados do Programa como um todo, o que se tem revelado acima da média.

Os entes executores têm prestado informações sempre que solicitados. Além das informações contidas nas prestações de contas formais, têm respondido a pesquisas realizadas pela SPPC e organizações para isso contratadas. A gerência do Programa mantém contato sempre que necessário com os responsáveis pelas entidades executoras das ações.

O Projeto Empreende Cultura: Imagem e Identidade para Arranjos Produtivos Locais (APLs) concretiza a parceria entre o MinC, o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Visa a aproximar as ações implantadas pelos Pontos de Cultura às iniciativas de promoção e estímulo a APLs, usando como elemento indutor a criação e o fortalecimento da imagem e identidade cultural de uma região. O projeto trabalha basicamente duas vertentes: capacitação e consultoria. Somam-se a esse projeto as atividades estabelecidas pelo Programa Cultura Viva, coordenado pelo MinC, as atividades de formação e promoção cultural do SESI e as ações voltadas ao incentivo à gestão empresarial, à capacitação empresarial e à dinamização da atividade empresarial, especialmente em APLs, coordenadas pelo IEL. O desempenho é satisfatório na execução das tarefas e no cumprimento das metas propostas. No entanto, a dificuldade de comunicação e de compartilhamento das informações geradas, entre os parceiros e o MinC, impediu que se obtivesse uma avaliação dos resultados mais elaborada. Será feito um novo planejamento das metas e constante monitoramento na execução das tarefas dos parceiros, diante das demandas dos Pontos de Cultura. O acordo de cooperação, assinado em dezembro de 2004 com o PNUD, se encontra em andamento.

A noção de gestão compartilhada e transformadora norteia a concepção e a participação da sociedade na execução do Programa. Ela é conceitualmente constitutiva e se concretiza na participação de representantes de diversos Pontos de Cultura em momentos relevantes da implantação das ações do Programa, como reuniões de planejamento, discussão sobre ações específicas, seleção de novos Pontos de Cultura e, futuramente, concretizar-se-á, também, no Conselho Consultivo do Programa Cultura Viva.

Além disso, atividades do porte da TEIA se inscrevem em um processo contínuo de desenvolvimento da práxis da participação. A importância de um evento do alcance da TEIA é a interferência direta na conquista do processo da produção cultural do Brasil. Além disso, o evento não foi exclusivamente cultural, pois envolveu a articulação com outras ações no campo da cultura, da economia solidária e da cidadania.

Os resultados da avaliação da satisfação do usuário forneceram subsídios para a reflexão crítica sobre a implantação do Programa, principalmente no aperfeiçoamento das práticas de atendimento e formatação qualitativa dos editais para os próximos exercícios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O número de espaços culturais instalados/apoiados corresponde a 132,93% de execução física e contempla o número total de Pontos de Cultura previstos para implantação nas 17 Redes de Pontos de Cultura que foram objeto de convênios entre o MinC, Estados e Municípios. Os Pontos de Cultura, Pontões e Redes estão localizados em 262 Municípios distribuídos em todas as Unidades da Federação.

A Ação 2948 - Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores de Arte e Cultura em Áreas Habitadas por Populações de Baixa Renda concentrou-se no desenvolvimento de iniciativas voltadas para a inclusão social por meio da cultura, a partir de oficinas, *workshops*, seminários e pequenos cursos em atividades culturais com destaque para o Agente Cultura Viva e o Cultura Digital. Foi iniciada também a implementação das Ações Griôs - Mestres dos Saberes e Escola Viva.

Estima-se, com base no relatório final da pesquisa quantitativa realizada pela ALPAC, que o público diretamente envolvido com as atividades dos Pontos de Cultura (participantes em oficinas/oficinas dos cursos, membros de grupos artísticos vinculados aos projetos) alcançou cerca de 64.200 pessoas (100 pessoas por Ponto de Cultura). Quanto ao público indiretamente envolvido com as atividades - assistência flutuante de espetáculos produzidos no âmbito dos projetos, membros das comunidades esporadicamente envolvidos com as atividades do projeto, platéias, visitantes, usuários dos aparelhos, freqüentadores dos eventos promovidos pelos Pontos de Cultura, entre outros - estima-se uma presença flutuante de cerca de 321 mil pessoas (500 pessoas por ponto). Assim, temos como público atendido pelos Pontos de Cultura (direta e indiretamente) cerca de 385,2 mil pessoas.

Cabe também destacar que diversos Pontos de Cultura realizam eventos específicos de grande público, como as festas do Coco de Umbigada, em Olinda (PE), que chegam a reunir cerca de 5 mil pessoas. Contudo, como são eventos pontuais, torna-se difícil a análise estatística.

RECOMENDAÇÕES

• A inexistência de norma legal consolidada para o Programa Cultura Viva, além de Portaria Ministerial que cria o Programa e editais de divulgação, foi apontada como problema no planejamento estratégico realizado pela SPPC. Deve ser constituído um grupo de trabalho para suprir essa lacuna.

ENGENHO DAS ARTES

OBJETIVO

Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 150.067.153,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 107.969.624,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 107.969.624,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. NÚMERO MÉDIO DE ESPECTADORES POR NÚMERO TOTAL DE ESPETÁCULOS CULTURAIS PROMOVIDOS PELA UNIÃO

Unidade de medida: %
Último índice apurado em 2006: 1.473
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Considerando-se que o índice começou a ser calculado em 2005, encontram-se a seguir os referidos dados relativos ao indicador: índice apurado em 2005, 2.244, ou seja, 909.044 (total público): 405 (total espetáculos) = 2.244 espectadores; índice apurado em 2006, 1.473, ou seja, 1,4 milhão (total público): 927 (total espetáculos) = 1.473 espectadores.

2. NÚMERO DE ESPETÁCULOS APOIADOS POR REGIÃO

Unidade de medida: %
Último índice apurado em 2006: 185
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Considerando-se que o índice começou a ser apurado em 2005, encontram-se a seguir os referidos dados: índice apurado em 2005, 81, ou seja, 405 (nº de espetáculos): 5 (regiões) = 81 espetáculos apoiados; índice apurado em 2006, 185, ou seja, 927 (nº de espetáculos): 5 (regiões) = 185 espetáculos apoiados.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O desconhecimento da cultura brasileira, e sua influência e diversidade na formação do produto artístico e cultural comprometem a formação crítica, a escolha e, sobretudo, a construção da cidadania e a valorização individual e coletiva. Os problemas detectados nas áreas de música, artes visuais e artes cênicas se referem à educação, à produção e à difusão. Quanto à educação, não há ensino sistemático das artes e da cultura no Brasil, provocando a falta de oportunidade das crianças desenvolverem melhor seu raciocínio, sua expressão corporal, disciplina, capacidade de memorização, dentre outros, dificultando a identificação de talentos e de futuros profissionais artísticos, bem como a formação de platéia.

A reduzida formação artística também impede o estímulo ao desenvolvimento de atividades correlatas, como as de gestão, fabricação e reparação de instrumentos musicais, iluminação, vestuário e outros. Muitos profissionais envolvidos na produção artística não possuem formação específica por carência de oferta de cursos, ocasionando em produções com deficiências técnicas e artísticas. No contexto da produção e difusão, não há sustentabilidade, resultado do custo alto dos espetáculos sem a devida cobertura proveniente da bilheteria. A difusão das artes brasileiras encontra um ambiente pouco informado e formado, o que dificulta a sua compreensão, e causa rejeição e estranhamento, sobretudo, quanto às artes visuais, à música erudita e à ópera. A falta de apoio à difusão das artes brasileiras no exterior impede que a nossa diversidade seja apresentada ao público para conhecimento e apreciação. O que se conhece das artes brasileiras é reduzido frente à dimensão da nossa riqueza cultural.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realização de 54 oficinas nas áreas de teatro, circo e dança, nas várias regiões do País, para capacitação e qualificação de artistas, técnicos e produtores;

• Realização de 18 estudos e pesquisas com a edição de livros, revistas, cadernos e catálogos, objetivando suprir o mercado com publicações essenciais para se compreender a pluralidade e a riqueza da produção cultural do País, com foco nas artes plásticas, na fotografia, no teatro e na música;

• Apoio à realização de 32 festivais, encontros e mostras de artes cênicas, artes visuais e música, nas diversas regiões do País, disseminando a riqueza criativa de nossa arte como fator de desenvolvimento, geração de emprego, renda e construção da cidadania, atingindo um público de aproximadamente 981,4 mil pessoas;

• Rede Nacional de Artes Visuais: atuou em 24 cidades brasileiras, realizando 39 ações com a participação de 66 artistas (locais e visitantes) 35 palestrantes (locais e visitantes) e 12 produtores;

• Câmaras Setoriais de Artes Visuais, Circo, Dança, Música e Teatro: são órgãos colegiados que compõem espaços de diálogo, pactuação e elaboração de políticas de forma compartilhada entre Governo Federal e sociedade civil no campo das artes. Delas sairão as diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC), de caráter plurianual, norteador dos investimentos públicos no amplo espaço de atuação cultural do Brasil;

• Prêmio Carequinha de Estímulo ao Circo: concessão de 61 prêmios a projetos de artes circenses nas diversas regiões do País;

• Prêmios Fundação Nacional de Arte (Funarte) de Teatro e Dança Myriam Muniz e Klauss Viana: concessão de 378 prêmios atingindo todas as regiões do País, estimulando a demanda e a descentralização cultural, promovendo o intercâmbio, a preservação da memória e a ação social, através da cultura, da educação e da arte. Os prêmios são concedidos em parceria com a Petrobras;

• Caravana de Circulação Nacional de Teatro e Dança: premiados 72 projetos de circulação nacional, com patrocínio da Petrobras;

• Prêmio de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça: concessão de sete prêmios nas diversas regiões do País;

• Concertos Didáticos nas Escolas: foram selecionados 18 grupos para realizar concertos didáticos nas escolas, que apresentaram 160 concertos em 131 escolas para aproximadamente 37.747 alunos da rede pública de várias regiões do País. A realização deste projeto contou integralmente com recursos de patrocínio da Petrobras;

• Circulação de Música de Concerto: foram concedidos 17 prêmios, com 187 apresentações em salas de espetáculos espalhados por todas as regiões do País, atingindo um público de 33.727 pessoas em salas de espetáculos. A iniciativa busca ampliar o acesso do público a espetáculos, diversificando o mercado de trabalho para o músico erudito, tendo patrocínio da Petrobras;

• Arte Sem Barreiras/Projeto Funarte Além dos Limites: foram concedidos 20 prêmios a artistas com deficiência, visando à profissionalização e à melhoria da qualidade das produções artísticas, possibilitado a circulação nacional dos trabalhos. Foram apresentadas cinco mostras regionais e no Festival Brasileiro Além dos Limites, contando com um público direto de aproximadamente 23 mil pessoas e indireto de 360 mil pessoas, tendo o patrocínio das Loterias da Caixa Econômica Federal (CEF);

• Encenação de cinco espetáculos de teatro russo: intercâmbio cultural Brasil-Rússia - Estação de Teatro Russo. Representantes dos centros teatrais de criação mais importantes da Rússia foram apresentados para o público brasileiro em várias cidades;

• Projeto Pixinguinha: realizados 94 espetáculos musicais em 45 cidades de várias regiões do País, atingindo um público de 40.756 pessoas. O projeto gerou 11.960 postos de trabalho direto e indireto e contribuiu decisivamente para a formação de novas platéias

e ampliação do mercado para músicos e produtores. Os *shows* estão sendo veiculados pela TVE Brasil, em parceria com a Petrobras e secretarias estaduais e municipais de cultura;

• Realizadas 115 atrações com 230 apresentações para um público de 19.335 pessoas no Música Popular Brasileira e formação de platéias nos espaços de música da Funarte, tendo o patrocínio da Petrobras;

• Foram realizados 453 espetáculos de artes cênicas e música nos espaços culturais da Funarte para promover a integração e o desenvolvimento das artes cênicas e da música, proporcionando o surgimento de novos talentos e a formação de platéias. O público atingido foi de aproximadamente 268,2 mil pessoas;

• O aporte de recursos de parcerias por órgãos privados aos principais projetos imputou de forma positiva na execução das ações. A ênfase dos projetos desenvolvidos está voltada para a circulação e democratização do acesso aos produtos culturais, com desconcentração regional, levando os benefícios da ação governamental para comunidades que, até então, estavam à margem do circuito cultural tradicional.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações se faz mediante relatório de acompanhamento destas pelos coordenadores, com periodicidade mensal. O registro de dados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) é feito pelos coordenadores das ações, com comentários pertinentes e periodicidade mensal. Ressalte-se a necessidade para o próximo PPA da criação de ações não-orçamentárias. A dificuldade no registro de dados é decorrente dos recursos de parcerias firmadas, das quais o aporte de recursos não-orçamentários é decisivo ao cumprimento das metas institucionais. Estas metas não são computadas, sendo apenas mencionadas. Quanto aos relatórios de gestão, a periodicidade é anual.

A execução física das metas do Programa atingiu 80% do que estava previsto na LOA 2006.

As ações provenientes de emendas parlamentares, em decorrência da não liberação de limites orçamentário e financeiro suficientes para atendê-las, foram prejudicadas em relação à sua execução orçamentária no transcorrer do exercício. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução física programada e nem o desenvolvimento das ações, para o que a instituição buscou patrocínio para a devida complementação, assim como outros mecanismos para não comprometer o planejamento.

O impacto das ações com recursos não-orçamentários foi alto. Alguns projetos do Programa puderam aumentar seu âmbito de atuação graças à existência de parcerias firmadas. Destacam-se as parcerias com a Petrobras, com as secretarias estaduais e municipais de cultura, com as Loterias da CEF, entre outras.

Os recursos executados representam um percentual mínimo em relação ao total do Programa. Estes gastos efetuados concorreram para a consecução dos objetivos das ações finalísticas.

O contingenciamento no orçamento tem dificultado a execução de ações finalísticas, inviabilizando a execução de projetos culturais considerados prioritários para se alcançar minimamente os objetivos contidos na política pretendida para o setor.

A não obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários) também tem dificultado a execução de ações finalísticas.

No que se refere às dificuldades em licitações e celebração de contratos, os objetivos culturais são complexos e específicos, o que dificulta a elaboração dos projetos básicos das licitações, editais, contratos, etc.

Em 2006, não houve recursos descentralizados para este Programa. As ações foram implementadas com êxito. Além disso, a obtenção das informações quanto à execução de ações em outros Ministérios demonstra que foram plenamente atendidas.

Na área de cultura os destaques orçamentários são fundamentais para que as unidades possam cumprir as metas, já que os orçamentos próprios são insuficientes.

Há uma troca permanente de informações entre unidades, o que facilita as discussões sobre o montante dos recursos necessários.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realiza parcerias com organizações não-governamentais (ONGs) para sua execução. O mecanismo que promove a participação social é, entre outros, a audiência pública. A atual gestão enfatizou o diálogo com a sociedade, realizando audiência pública no Congresso Nacional, assim como foram realizadas reuniões com os diversos grupos aos quais as ações são destinadas.

As Câmaras Setoriais para áreas específicas são entendidas como órgãos colegiados que compõem espaços de diálogo, pactuação e elaboração de políticas de forma compartilhada entre Governo Federal e sociedade civil, no campo das artes. Elas deverão elaborar as diretrizes para o PNC - norteador dos investimentos públicos, de caráter plurianual -, atingindo o amplo espaço de atuação cultural do Brasil.

A participação social contribui para melhor definir os problemas, detectar os nós da cadeia produtiva e traçar políticas públicas que desenvolvam o setor.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários, e inexiste uma equipe que estude de forma sistemática os resultados obtidos.

O Programa apresenta boas práticas de gestão, que poderiam ser reaplicadas na APF, pois trabalha com transparência na aplicação dos recursos, assim como na prática de editais públicos, do diálogo com a sociedade e com os segmentos atendidos. Contudo, vale a pena uma discussão mais pormenorizada sobre o excesso de regulação do Estado, uma vez que regras e regulamentos são necessários, mas é preciso respeitar as especificidades, pois a cultura não é medida somente com parâmetros concretos, já que mantém elos com a imaginação, a criatividade e o inconsciente coletivo.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL - BRASIL PLURAL

OBJETIVO

Garantir que os grupos e as redes de produtores culturais, responsáveis pelas manifestações características da diversidade, tenham acesso aos mecanismos de apoio, promoção e intercâmbio cultural entre as regiões e grupos culturais brasileiros, considerando características identitárias por gênero, orientação sexual, grupos etários, étnicos e da cultura popular.

PÚBLICO-ALVO

Grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade cultural brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 5.550.000,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 4.357.082,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 4.357.082,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. NÚMERO DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA DIVERSIDADE CULTURAL BRASILEIRA MAPEADAS

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O Ministério da Cultura (MinC) reconhece a fragilidade e a inadequação dos indicadores de seus programas. O indicador necessário para o acompanhamento deste Programa ainda não foi construído. Foi realizada, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a pesquisa Informações Básicas Munincipais (MUNIC), publicada em novembro de 2006, que fez o mapeamento dos equipamentos culturais em todos os Municípios da federação. Entretanto, ainda não atende às manifestações culturais que são objetos do Programa. Neste sentido, prevê-se um amplo mapeamento da cultura brasileira e de sua força simbólica, como referência em estatística, pesquisa e estudos sobre a cultura brasileira.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO APOIO ÀS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA DIVERSIDADE BRASILEIRA MAPEADAS

Unidade de medida: %
Último índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O MinC reconhece a fragilidade e a inadequação dos indicadores de seus programas. O indicador necessário para o acompanhamento deste Programa ainda não foi construído. Foi realizada em parceria com o IBGE a pesquisa MUNIC - publicada em novembro de 2006 - que fez o mapeamento dos equipamentos culturais em todos os Municípios da federação. No entanto, ainda não atende às manifestações culturais do Programa. Neste sentido, prevê-se um amplo mapeamento da cultura brasileira e de sua força simbólica, como referência em estatística, pesquisa e estudos sobre a cultura brasileira.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A diversidade cultural brasileira, por diversos fatores, corre riscos de empobrecimento. Grupos característicos de nossa diversidade cultural não têm acesso aos mecanismos de fomento à cultura, caracterizando práticas elitistas e/ou preconceituosas que devem ser enfrentadas através de mecanismos positivos de inclusão cultural. Processos homogeneizadores da cultura ameaçam a manutenção e o desenvolvimento pleno da diversidade cultural brasileira, especialmente das manifestações das culturas populares, ocorrendo, até mesmo, riscos de desaparecimento de traços de identidade.

Contemporaneamente, várias características identitárias devem ser valorizadas a saber: de classe ou do mundo do trabalho (identidades de trabalhadores do campo ou da cidade, estudantes, etc); de gênero ou orientação sexual, como o feminismo e os movimentos de *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (GLBT); etária, como os idosos, jovens e crianças; étnica, como a afro-descendente, povos indígenas ou descendentes de imigrantes de várias origens.

Dentre outros fatores, a sub-representação desses grupos sociais na produção cultural universal e brasileira provoca a necessidade de apoiar os grupos e as redes de produtores das expressões características da diversidade cultural, sejam elas tradicionais, modernas ou contemporâneas, rurais ou urbanas. O reconhecimento e a valorização das diversas manifestações culturais brasileiras, especialmente as ligadas às culturas populares, devem considerar também as diferentes expressões locais ou regionais - expressões ainda completamente não-reconhecidas e não-valorizadas.

O MinC criou a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural como reconhecimento da necessidade da criação e do aperfeiçoamento de novos mecanismos de apoio à pluralidade cultural característica da identidade cultural brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realização de oficinas, em 27 Estados, com representantes de instituições públicas e da sociedade civil, visando a estimular o debate no Seminário Nacional;

• II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, realizado em Brasília, no Complexo Cultural da Fundação Nacional de Arte (Funarte), no mês de setembro;

• I Encontro Sul-Americano das Culturas Populares, realizado em Brasília, no Complexo Cultural Funarte, no mês de setembro;

• 2ª Edição do livro **Seminário de Políticas Públicas para as Culturas Populares** (2 mil exemplares) e edição da **Síntese do II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares**, e suas principais reflexões e propostas;

• Prêmio Cultural Indígena/2006 - Edição Ângelo Creta;

• Edital de Fomento às Expressões Culturais - GLBT 2006;

• Lançamento do livro **Seminário da Diversidade Cultural Brasileira**;

• Grupo de Trabalho para as Culturas Ciganas (Portaria nº 02, de 17 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 19 de janeiro de 2006).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Não existe, no âmbito da gerência, mecanismo de monitoramento do desempenho físico das ações do Programa. A partir de prestação de contas, algumas viagens foram realizadas para averiguação dos resultados no local, mas não são suficientes para monitorar todo o Programa. Foi sugerido, no planejamento estratégico 2007-2010, o acompanhamento pelas Regionais do MinC.

A execução física alcançou 80% do previsto na LOA 2006. Não foi possível aumentar a realização devido ao contingenciamento e ao atraso na aprovação e liberação do Orçamento 2006. Os recursos orçamentários executados foram insuficientes, visto que enquanto o número de pessoas atendidas pelo Programa aumenta a cada ano, os recursos destinados são insuficientes para atender a todos os projetos inscritos nos editais. O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

Em 2006, por ser um ano eleitoral, a liberação dos recursos ocorreu em maio. As liberações orçamentárias, em respeito à Lei Eleitoral, ocorreram apenas a partir do mês de junho de 2006 o que, sobremaneira, atrapalhou o fluxo.

Foram realizadas ações para atender ao segmento indígena com recursos de origem não-orçamentária, através do Prêmio Culturas Indígenas que atingiu, através da inscrição de 504 projetos, quase a metade da população indígena (350 mil aproximadamente). Os recursos destinados permitiram a articulação nacional, com o intuito de atingir as aldeias. O sucesso desta ação permitiu a continuidade para o ano de 2007.

O Programa necessita de mais gerentes, tendo em vista que o quadro funcional sofreu redução de técnicos e gestores em 2006.

O número de projetos inscritos em cada segmento do Programa cresce a cada ano, enquanto o número de recursos humanos diminui, sobrecarregando o quadro.

O Programa deve ser implementado desde o começo do ano. Com o contingenciamento e a liberação no meio do exercício, o tempo ficou exíguo para administração dos recursos. Além disso, muitos dos proponentes estão inadimplentes com o Ministério, o que dificulta a liberação de orçamento. Existe um custo operacional grande para administrar estes problemas. Em 2006, não houve descentralização no Programa.

Os mecanismos que promovem a participação social, com contribuição que pode ser sentida na valorização das culturas indígenas, culturas populares, GLBT e cigana através da construção de políticas de fomento e difusão são, entre outros: grupos de trabalho setorizados, oficinas preparatórias e seminários regionais, locais e nacionais.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

LIVRO ABERTO

OBJETIVO

Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas, e propiciar a produção e a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 18.656.013,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 11.693.205,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 11.693.205,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. COEFICIENTE DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 32

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Está sendo estudada uma metodologia de apuração e fonte de dados para este indicador.

2. TAXA DE MUNICÍPIOS COM BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Unidade de medida: %
Último índice apurado em 2006: 88,5
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
De acordo com levantamento realizado, em agosto de 2006, pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNPB) junto com as Coordenadorias das Bibliotecas Públicas Estaduais, há 662 Municípios sem biblioteca. Baseado nos 5.560 Municípios existentes no Brasil, isso significa uma taxa de 12% sem biblioteca. Com a readequação do orçamento e o posterior decreto de contingenciamento, não foi possível adquirir *kits* para instalação de bibliotecas neste exercício.

3. ÍNDICE NACIONAL DE LEITURA

Unidade de medida: Livro por pessoa.ano
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Está sendo estudada uma metodologia de apuração e fonte de dados para este indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Saber ler é uma exigência e condição sócio-cultural básica para se viver nas sociedades modernas. Uma nação leitora habilita o cidadão para chegar à vida adulta capacitado para ler e entender manuais, embalagens de produtos, instruções de uso, relatórios, poesia, atlas, gráficos, artigos de jornais e todas as demais formas da escrita cotidiana, imprensa ou eletrônica. O sujeito leitor tem mais acesso à informação, maior capacidade crítica e pode exercer plenamente sua cidadania.

Aprender a ler exige um deslocamento da idéia restrita da alfabetização para a idéia ampliada da formação do leitor, como também uma continuidade nas práticas cotidianas formadoras de novos leitores, para dar conta das complexas exigências sociais. A informação é o conjunto das idéias, noções, juízos, argumentos, conhecimentos, pesquisas, debates, sínteses, análises e saberes, que só podem ser criados, consolidados e transmitidos por meio das palavras fixadas na escrita. No Brasil, a grande maioria do povo não tem acesso aos benefícios profissionais, sociais, políticos, econômicos e de lazer inteligente que apenas a familiaridade com a leitura pode proporcionar.

A distribuição do livro escolar é democrática e favorece principalmente os pobres, acompanhando de perto a geografia da nossa injustiça social e regional. As livrarias e bibliotecas públicas se concentram nas zonas urbanas de classe média ou nas áreas centrais, e escasseiam vertiginosamente na periferia das cidades e nas áreas rurais.

Quanto aos computadores e ao acesso à Internet, excluída a classe média que se informatiza por conta própria, poucas bibliotecas públicas e escolas oferecem este acesso ao povo.

Além disso, sabe-se que os livros são caros, em comparação com o preço médio internacional, e ainda mais caros, observando-se ao poder aquisitivo da população. O Brasil produz cerca de 2,5 livro *per capita* e destes apenas 0,7 são livros não-didáticos - que constituem a imensa maioria dos livros consumidos em nosso País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Instalação de 404 bibliotecas com *kits* adquiridos nos exercícios de 2004 e 2005;
- Concessão de cinco bolsas de tradução e publicação de obras de autores brasileiros junto a editoras da Espanha, França e Itália;

• Além do público remoto, em torno de 780 mil acessos por mês, o atendimento ao público leitor/pesquisador foi em torno de 513 mil usuários, *in loco*, na Biblioteca Nacional (BN), Biblioteca Demonstrativa de Brasília (BDB), e Euclides da Cunha Biblioteca e na Casa da Leitura;

• Capacitação de 2.874 profissionais da área do livro e da leitura através de seminários e encontros estaduais de bibliotecas públicas;

• Na área de pesquisa, foram aprovados 19 projetos. Entre os projetos institucionais destaca-se A Família Real no Brasil, comemorações do bicentenário da chegada da Corte no Brasil e Manuscritos Musicais de Jequery;

• Prêmios: o Luis de Camões, instituído pelos governos do Brasil e de Portugal, outorgado ao angolano Luandino Vieira, e o da Fundação Biblioteca Nacional (FBN): romance, contos, poesia, ensaio literário, ensaio social, projeto gráfico e tradução;

• Nos eventos nacionais e internacionais foram realizados, entre outros, na BN: Quarta as Quatro, Café Intercom e Som dos Livros, e as bienais de São Paulo, Porto Alegre e Campos dos Goytacazes, transmitidas ao vivo. Também houve participação na XIX Feira do Livro de Turim, onde foi homenageada a Língua Portuguesa;

• Câmara Setorial do Livro: a FBN promoveu reuniões de discussão sobre as diretrizes políticas para o setor, além da publicação da **Revista do Livro** nº 47 e a **Revista de Cultura Brasileira Contemporânea**;

• Foram produzidas 22 obras entre edições e co-edições como **O Grande Sertão Veredas**, **Xica da Silva** e as revistas **Poesia Sempre com Angola e Moçambique**, **Poesia Árabe e Suécia**.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações ocorrem mediante reuniões periódicas com os responsáveis pelas ações, para apresentação da análise e possível correção da execução, alimentação mensal do Sistema de Informação Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e elaboração de relatório de gestão de acordo com os relatórios mensais e anuais feitos pelos responsáveis e pelos departamentos, a partir de planilhas de acompanhamento físico e financeiro.

As metas físicas tiveram uma execução de aproximadamente 80% do previsto na LOA 2006. Os recursos orçamentários executados foram suficientes, assim como os trabalhos desenvolvidos em parcerias e a interação com outros órgãos. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando de alguma maneira a execução física programada, assim como o cumprimento de algumas metas. O Programa não tem ações das quais os recursos sejam de origem não-orçamentária.

A ação de gestão e administração do Programa foi importante para dar suporte às ações. Os gastos efetuados concorreram para a consecução dos objetivos de ações finalísticas tais como: despesas com deslocamentos para reuniões relacionadas com as ações do Livro

Aberto; suprimento de fundos para pequenas despesas; pagamento dos jurados dos Prêmios da FBN; despesas com as reuniões com o Conselho de Pesquisa; correios e telégrafos.

As equipes executoras carecem de recursos humanos devido à falta de concurso público para seleção de técnicos de nível médio, sendo o quadro funcional bastante deficitário. Em 2006, foi feito concurso público contemplando apenas o quadro de nível superior. A cota limite do contingenciamento orçamentário, efetuada através do Decreto nº 5.780/06, implicou a perda da qualidade do gasto, na reprogramação e na dificuldade para atingir algumas metas.

Face às restrições orçamentárias, o destaque previsto para atender à aquisição de *kit*s para instalação de bibliotecas públicas não foi repassado, inviabilizando a continuidade da ação. Em 2006, não houve recursos descentralizados para este Programa.

Ações executadas em outros Ministérios foram realizadas a contento. A troca de informações entre as unidades administrativas executoras funciona como facilitadora nas discussões sobre o montante dos recursos necessários e a sua distribuição.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não tem parcerias não-governamentais para a execução de suas ações. A participação social ocorre mediante realização de reuniões e seminários com os grupos de interesse para os quais as ações são destinadas. Destacam-se os encontros regionais do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) e o Encontro Nacional do SNBP. As Câmaras Setoriais criadas no âmbito do Ministério da Cultura (MinC) são órgãos colegiados que compõem espaços de diálogos no campo do livro e da leitura. A participação social é fundamental na detecção de problemas e deficiências existentes, que deverão ser solucionadas no estabelecimento das políticas públicas desenvolvidas. A satisfação dos beneficiários do Programa não é mensurada.

RECOMENDAÇÕES

• As metas previstas foram cumpridas, em sua maioria de modo satisfatório, graças a parcerias e à interação com outros órgãos. O desempenho do Programa teria sido superior se a liberação do orçamento (cota limite) tivesse sido mais flexível, o que tornou mais difícil o zelo pela qualidade do gasto público. Pelo fato de serem distribuídos *kits* de leitura às bibliotecas públicas, estes devem ser avaliados pelos usuários, para melhoria e diversificação dos títulos a serem adquiridos pelo MinC, considerando-se a diversidade social e regional;

• No que diz respeito às ações Concessão de Bolsa na Área do Livro e da Literatura e Pesquisas na Área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Acadêmico e Literário, as metas físicas realizadas ficaram bem abaixo das previstas, o que leva à conclusão de que o órgão deve adequar melhor a estimativa de suas metas quando da elaboração da proposta orçamentária.

MONUMENTA

OBJETIVO

Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade.

PÚBLICO-ALVO

População dos Municípios brasileiros detentores de sítios urbanos ou conjuntos de monumentos considerados Patrimônio Nacional.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 71.000.000,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 56.282.557,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 56.282.557,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE CENTROS HISTÓRICOS CONSERVADOS DE FORMA SUSTENTÁVEL

Unidade de medida: %
Último índice apurado em 2006: 47,3
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Os fundos de preservação estão implantados nos 26 Municípios conveniados e o programa para capacitação dos gestores locais já está em andamento. Além disso, em 2006, já foram assinados 68 novos contratos para financiamento de imóveis privados, que é o diferencial do Programa, em função do retorno dos recursos provenientes dos financiamentos destes imóveis aos fundos de preservação dos Municípios, sendo uma das fontes mais importantes para a sustentabilidade do Programa.

Considerando-se que as obras de imóveis públicos e privados não estarão concluídas em sua totalidade até 31.12.2007, em função da vigência dos contratos firmados e da existência de processos em fase de licitação, entendemos ser média a viabilidade de alcançar o índice final de 100% em 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O patrimônio histórico urbano (edificações e logradouros) em diversos países vem sofrendo de um mal crônico: bairros ou cidades inteiras foram abandonados quando perderam interesse econômico, seja quanto à sua localização, ou à sua adequação física. Com isso perderam também o valor imobiliário. Paradoxalmente, é esse desinteresse que garantiu que se tenha a preservação de características originais de algumas localidades, evitando-se demolições e a construção de novas edificações mais adequadas à vida contemporânea. Esse mesmo desinteresse resulta, por conseguinte, na degradação progressiva dos imóveis, incentivando a reocupação por parte da população que não dispõe de habitação própria. Tal fato aumenta a depreciação dos valores imobiliários e desestimula a inversão de recursos para a recuperação e conservação. Esse quadro de degradação requer a implementação de políticas e medidas voltadas para o desenvolvimento sustentável, conservação, revitalização e restauração, de modo a estimular novas dinâmicas sociais e parcerias geradoras de oferta turística, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Concluídas 23 obras de restauração do patrimônio histórico, envolvendo monumentos nas cidades de Cachoeira, Congonhas, Goiás, Lençóis, Corumbá, Ouro Preto, São Paulo, São Francisco do Sul, São Cristóvão, Serro, Rio de Janeiro e Mariana, e iniciadas 45 obras em 20 Municípios conveniados;

• Analisados 82 processos de licitação em investimentos integrados;

• Os trabalhos de limpeza dos 12 profetas do Aleijadinho, que compõem o conjunto arquitetônico de Congonhas (MG), foram concluídos;

• O Museu de Congonhas, concebido no âmbito do Monumenta/Ministério da Cultura (MinC), como elemento essencial à sustentabilidade do Projeto Congonhas, será executado com recursos extraprograma. Foram concluídos os projetos executivos e complementares necessários ao início das obras, cujo processo de licitação encontra-se em andamento. Sua implantação será gerenciada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em parceria com a Fundação Cultural da Cidade (FUMCULT);

• A seleção de imóveis privados para restauro foi concluída em todas as cidades do Programa, com um total de 927 propostas no valor de R$ 50,43 milhões. Deste total, 631 proponentes enquadram-se dentro dos valores disponíveis para os editais (R$ 43,25 milhões). Os demais 296 proponentes (R$ 7,18 milhões) ficam na lista de espera, sendo convocados à medida que outros desistam ou tenham reprovadas as análises;

• Foram assinados 68 contratos de financiamento de imóveis privados nas cidades de Cachoeira, Congonhas, Goiás, Iço, Natividade, Porto Alegre, São Francisco do Sul e Serro no valor total de R$ 3,1 milhões;

• Concluídas as obras de recuperação do Clube XXIV de Janeiro, em São Francisco do Sul (SC), e do edifício Riachuelo, em Porto Alegre (RS), com recursos do financiamento de imóveis privados;

• Dando continuidade ao Projeto Circuito de Pousadas Históricas do Brasil em parceria com o Ministério do Turismo (MTur), que visa a captar parceiros privados para a instalação de uma rede de pousadas históricas no Brasil, foram realizados estudos de viabilidade técnica e financeira dos monumentos: Convento de São Francisco, em Olinda (PE), e Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim (SC). Durante o Salão de Turismo, realizado em julho na cidade de São Paulo, os estudos foram apresentados com objetivo de divulgar o projeto. Os resultados foram discutidos com um grupo de empresários, concluindo-se que são necessários novos estudos de viabilidade técnica e financeira;

• Ao longo do ano, o Programa ampliou a execução de projetos. Foram selecionados em três convocatórias públicas realizadas em 2005, culminando na contratação de mais de 70 projetos em 2006, beneficiando diretamente mais de 2mil pessoas. As áreas são as de Promoção de Atividades Econômicas e Treinamento e Formação. O envolvimento das parcerias privadas e do terceiro setor, no fomento à preservação das tradições culturais e ao fortalecimento de atividades econômicas nos sítios históricos, foi de importância considerável;

• O Projeto Tapumes do Programa Monumenta instalou, em Porto Alegre, o Tapume da Praça da Alfândega, na ocasião da tradicional Feira do Livro.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O mecanismo de monitoramento da gerência do Programa, no desempenho físico das ações, ocorre mediante reuniões de trabalho entre as coordenações da Unidade Central de Gerenciamento(UCG), realizadas mensalmente e/ou sempre que há necessidade de monitoramento; visitas *in loco* às Unidades Executoras do Projeto (UEPs), nas 26 cidades conveniadas, responsáveis pelo acompanhamento físico. As sub-regionais do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN) são responsáveis por atestar *in loco* a qualidade dos serviços executados; Sistemas informatizados, através do Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro (SAFF), que atualmente possui 51 usuários, dos quais mais da metade são responsáveis diretos pela alimentação do sistema, e os restantes o utilizam como fonte de informação. Isto contribui de forma consistente na integração das informações geradas entre as diversas áreas do Programa.

O SAFF é composto: pelo patrimônio (departamentos e bens patrimoniais); planejamento - cadastro e Plano Operativo Anual (POA) -; orçamento (dotação orçamentária); contabilidade (plano de contas e eventos contábeis); financeiro (convênios, Unesco, execução direta, plano de trabalho, aditivos, empenho, repasse, prestação de contas, gastos prévios, despesas, adiantamentos, comprovação de gastos); seleção (licitação, contratos, imóveis privados, contrato de imóveis privados); físico (vistorias/medições, tarefas); administração (usuários, permissões, dólar diário, dólar Unesco, dólar POA, fonte de recurso, natureza de despesa, estrutura PRODOC, estrutura POA); relatórios (atualmente, o SAFF emite 40 relatórios divididos entre os módulos existentes).

A execução física do Programa ficou acima de 100% do previsto na LOA 2006. Isto se refere ao estipulado para as ações 5017 - Capacitação de Técnicos na Área do Patrimônio Histórico Urbano e 5538 - Preservação do Patrimônio Histórico Urbano. Com relação à Ação 5021 - Educação Patrimonial na Área do Monumenta, os recursos financeiros são aplicados na elaboração e no desenvolvimento de projetos em dois componentes do Programa: programas educativos e promoção de atividades econômicas.

Entende-se que o alcance dos resultados das ações vinculadas a estes dois componentes não resulta apenas da aferição dos beneficiários diretos, critério utilizado para a meta física realizada, ou seja, 530 beneficiários diretos em 2006, mas também da população estabelecida nas áreas de projeto das 26 cidades conveniadas, somadas àquelas beneficiadas pelos editais públicos abertos para todos os 82 Municípios com sítios e conjuntos históricos. Porém, tal aferição somente será efetivamente conferida ao final do Programa, quando da realização da pesquisa de opinião prevista, estabelecendo-se comparativo com a realizada ao início do mesmo.

Os 88,8% referentes à meta financeira foram determinados tendo-se em vista o total de créditos suplementares de R$ 10 milhões. Deste total, apenas R$ 4,31 milhões foram liberados, devido à falta de limite orçamentário. Dessa forma, o Programa Monumenta executou 100% da meta financeira efetivamente liberada. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Os recursos financeiros liberados atenderam à demanda prevista.

O desempenho da execução das ações foi médio em função da alta rotatividade das equipes das UEPs, principalmente quando há mudança de governantes. Embora se entenda a importância de um maior estreitamento de relações entre a UCG e as UEPs, com maior número de visitas aos Municípios, grande parte das informações solicitadas são prestadas dentro do prazo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa ampliou consideravelmente o envolvimento das parcerias não-governamentais na implementação de projetos de fomento à preservação das tradições culturais e do fortalecimento de atividades econômicas nos sítios históricos. Firmou contrato com mais de 70 entidades que requeriam necessariamente contrapartida financeira na ordem de 20% a 50% do valor financiado pelo Programa.

No montante dos projetos, deparou-se com os mais variados graus de profissionalismo, solidez e experiência das instituições participantes, constatando-se níveis diferenciados para a implementação dos projetos. Em geral, as dificuldades se concentraram nos procedimentos administrativos. O instrumento de cooperação requeria controle minucioso da execução do projeto e, conseqüentemente, da prestação de contas dos recursos financiados. Tal exigência implicou a capacitação contínua das instituições envolvidas. A UCG designou equipe própria para instrução e orientação dos parceiros.

O Programa procura encontrar soluções para promover a participação social nas comunidades por meio de reuniões com diversos grupos, visando a mitigar os impactos sociais do Programa nas cidades. Oficinas foram realizadas, visando a levantar demandas comunitárias. Os temas tratados nas oficinas foram, entre outros: definição para a destinação econômica dos bens já restaurados e em fase de conclusão; fortalecimento de grupos locais estabelecidos nas áreas elegíveis pelo Programa e definição quanto ao fomento das atividades turísticas, voltadas à promoção de atividades econômicas. Quanto à satisfação do usuário, está prevista a realização de pesquisa de opinião pública para o final de 2007.

No que diz respeito às boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal (APF), a capacitação sistemática dos funcionários das UEPs responsáveis pela elaboração das prestações de contas, através de visitas dos técnicos da UCG e de trocas de informações via Internet, possibilita maior eficiência e eficácia nesta atividade, tornando mais célere o processo de execução em cada um dos Municípios conveniados. Apesar da norma legal não exigir que os demonstrativos de prestações de contas venham acompanhados de documentos fiscais comprobatórios, essa sistemática é adotada pelo Programa de forma costumeira, com o objetivo de atestar a pertinência dos serviços executados e dos bens e serviços adquiridos. A sistematização das informações no SAFF permite que o Programa atenda, a qualquer tempo, qualquer solicitação, independentemente do nível gerencial envolvido.

RECOMENDAÇÕES

- Recomenda-se o estreitamento da relação entre a UCG e as UEPs.

MUSEU, MEMÓRIA E CIDADANIA

OBJETIVO

Revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do País.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 29.904.529,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 26.956.539,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 26.956.539,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE SUSTENTABILIDADE DE MUSEUS DA UNIÃO

Unidade de medida: %
Último índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito baixa
O indicador foi revisto em 2007 em função de não ter tido eficiência na mensuração dos resultados do Programa.

2. RELAÇÃO NÚMERO DE VISITANTES A MUSEUS/NÚMERO DE MUSEUS REVITALIZADOS PELA UNIÃO

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 315 milhões

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito baixa
O indicador foi revisto em 2007 em função de não ter tido eficiência na mensuração dos resultados do Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O papel dos museus e de instituições de memórias é de fundamental importância para a inclusão social e a valorização do nosso patrimônio cultural, de modo a torná-lo efetivamente representativo da diversidade étnica e cultural brasileira. Para cumprir esse papel, o museu deve ser uma instituição a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, dotado de gestão participativa, acolhedora para todos os cidadãos, que investiga, incorpora, conserva, interpreta, educa, expõe, divulga e valoriza os testemunhos da humanidade. A política de museus, de amplitude nacional e gerida pelo Governo Federal, tem como premissa a preservação da memória e a democratização do acesso aos bens culturais nacionais, estaduais e municipais, bem como a valorização da cultura nacional e das identidades culturais existentes nas diversas localidades do País, respeitando as diferenças regionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O ano de 2006 foi instituído como o Ano Nacional de Museus, promovendo a realização de atividades em museus e espaços culturais do País durante todo o ano. Os trabalhos foram orientados pela Política Nacional de Museus (PNM), elaborada no primeiro mandato do atual Presidente da República;

• Realização da quarta edição da Semana de Museus com o tema Museus e o Público Jovem, e da segunda edição do Fórum Nacional de Museus, que contaram com aproximadamente 1.200 eventos comemorativos, envolvendo mais de 450 instituições em todo o País;

• Capacitação de mais de 10 mil profissionais em Museologia, pertencentes a instituições museológicas e entidades afins de todo o País;

• Criação de três cursos de graduação em Museologia, dois em universidades privadas e um na Universidade de Pelotas (UFPel);

• Criação dos cursos de Mestrado em Museologia, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNI-RIO) e Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul;

• O Cadastro Nacional de Museus criado pela PNM, que teve o ápice de implementação e execução no exercício de 2006, visa ao mapeamento da realidade dos mais de 2 mil museus, criando assim, uma base unificada com amplitude nacional e uma plataforma de dados sobre os museus brasileiros;

• Quanto aos museus não-vinculados ao Ministério da Cultura (MinC), foi lançado o Edital de Modernização de Museus, de apoio a projetos para aquisição de acervos, equipamentos e material permanente, que atendeu a 37 instituições, distribuídas em todas as regiões do País.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações da gerência se compõe de sistemas informatizados, corporativo e interno do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), denominado de Sistema de Planejamento e Controle de Plano de Ação, no qual são informadas as metas físicas detalhadas em nível de projeto/ação/programa.

As metas físicas de cada projeto apoiado pelo Programa são dimensionadas quando do repasse de recursos e identificadas pelo plano interno representativo de cada projeto. O Setor de Planejamento do IPHAN, ao solicitar abertura de plano interno ao MinC, dá subsídios ao mesmo para confecção do demonstrativo da Execução Física e Financeira por Ações, o qual utiliza para controlar e alimentar o Módulo de Monitoramento e Validação Trimestral do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e, portanto, fazer comparações e ajustes utilizando o próprio Módulo de Monitoramento e Validação Trimestral, o Sistema de Planejamento e Controle de Plano de Ação (disponível diariamente) e os relatórios de gestão internos (a periodicidade pode ser semanal, quinzenal ou mensal, conforme necessidade e solicitação de dirigentes).

O Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN elabora seus relatórios próprios de acompanhamento da execução física, orçamentária e financeira.

A execução física foi acima do previsto na LOA 2006. Devido ao contingenciamento orçamentário, as metas físicas foram ajustadas para LOA mais Créditos (previsão corrigida) com adequação ao que de fato foi realizado, permitindo a obtenção de um resultado físico e financeiro das ações acima do esperado, de maneira geral, conforme explicitado a seguir: Funcionamento de Museus da União, de 100% e 98,23%; Modernização de Museus de 103,3% e 71,84%; Fomento a Projetos na Área Museológica, de 379,31% e 75,23%; Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos, de 173,68% e 69,36%; Identificação e Inventário de Acervos Museológicos, de 153,99% e 79,53%, e Capacitação de Profissionais de Museus, com 146,83% e 78,46%.

Houve total compatibilidade do fluxo de recursos, tendo em vista que foi possível a liberação de forma a promover o pronto atendimento a necessidades e a demandas.

O Programa não utiliza recursos de origem não-orçamentária. O forte contingenciamento de recursos, só liberados no final do exercício, prejudicou a execução anual, pois diversos projetos tiveram que ser redimensionados e outros não puderam ser atendidos.

Algumas instituições selecionadas para o Edital de Modernização de Museus não puderam receber os recursos estipulados pelo convênio, por estarem inadimplentes ou com irregularidade no Cadastro Único de Convênios (CAUC).

A média geral de execução das ações com recursos descentralizados para as unidades museológicas foi muito satisfatória, ficando em torno de 95%, desconsiderando-se o Edital de Modernização de Museus.

Há adequada comunicação entre os entes executores e a gerência do Programa durante o decorrer do ano, através dos técnicos e dirigentes de cada unidade, além das ferramentas de gerenciamento como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e o SIAFI Gerencial.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa desenvolve uma rede de parcerias, sobretudo por meio do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), que abrange museus privados e entidades da sociedade civil ligadas ao setor museológico - Associação Brasileira de Museologia (ABM) e Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM).

A participação social no Programa ocorre mediante reuniões com grupos de interesse, patrocinadas pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, para discussão, entre outras, das ações da PNM.

Também são realizados fóruns de museus em todas as regiões do País, visando a discutir o andamento e as diretrizes para as políticas públicas no campo museológico, estadual e nacional, fornecendo os subsídios para o acompanhamento da PNM e, em conseqüência, do Programa Museu, Memória e Cidadania.

A participação social foi fundamental para o delineamento das diretrizes e para a definição das ações que deveriam ser realizadas dentro da PNM e do Programa, permitindo que os resultados fossem alcançados dentro de suas possibilidades.

A Formação e Capacitação em Museologia do PNM, atrelada à Ação de Capacitação de Profissionais de Museus, assim como às oficinas realizadas pelo Programa, é avaliada pelos participantes com o objetivo de melhorar a condução dos cursos e, caso necessário, modificar sua trajetória. Desta forma, avalia-se a satisfação do usuário.

O SBM, cuja base de financiamento é o Programa, trabalha com um modelo de gestão balizado em três pilares, que potencializam sua ação, a saber: instrumentos institucionais, que se referem à organização institucional do setor museológico, compreendendo o Programa de governo para o setor e os mecanismos indispensáveis para a execução da PNM, como a criação do Cadastro Nacional de Museus; instrumentos de democratização, que se referem à formação de rede de colaboradores nacionais e internacionais, de modo a incentivar o acesso democrático aos bens culturais, à disseminação de conhecimento, à distribuição democrática dos recursos públicos e à discussão das diretrizes das políticas públicas para o setor museológico; instrumentos de fomento, que dizem respeito aos mecanismos desenvolvidos, de modo a garantir os investimentos necessários para a revitalização dos museus, como os editais públicos de apoio a entidades museológicas.

Esse modelo outorga organicidade à gestão e demonstra que determinadas ações se enquandram em mais de um instrumento. É necessário explicitar que o SBM dispõe de um comitê gestor, composto por entidades governamentais e pela sociedade civil ligada ao setor museológico, configurando-se num instrumento de democratização e estabelecendo mecanismos de comunicação legítimos e próprios para as demandas do campo museológico brasileiro.

RECOMENDAÇÕES

• O Programa deve abranger, além dos museus vinculados ao MinC, as ações desenvolvidas por outros Ministérios na área da museologia. Desta forma, o Programa passará a ser multissetorial, permitindo maior integração e transparência entre as ações do campo museológico nos diversos órgãos do Governo Federal, possibilitando explicitar a quantidade e de que forma os recursos estão sendo gastos, e facilitando, inclusive, o seu gerenciamento. Para que isso seja possível, Ministérios que tenham museus em sua estrutura devem incluir as ações do campo museológico, constantes de seus próprios orçamentos, neste Programa.



MINISTÉRIO DA DEFESA

Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas

Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica

Adestramento e Operações Militares da Marinha

Adestramento e Operações Militares do Exército

Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil

Calha Norte

Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas

Controle de Armamentos, Munições e Explosivos

Desenvolvimento da Aviação Civil

Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

Ensino Profissional da Aeronáutica

Ensino Profissional da Marinha

Ensino Profissional do Exército

Mobilização para Defesa Nacional

Proantar

Produção de Material Bélico

Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira

Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

Recursos do Mar

Segurança da Navegação Aquaviária

Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro

Serviço de Saúde das Forças Armadas

Tecnologia de Uso Aeroespacial

Tecnologia de Uso Naval

Tecnologia de Uso Terrestre

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério da Defesa (MD), foram utilizados **R$ 36.395.290.797,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 39.195.206.392,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 36.285.538.292,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**R$ 748.585.863,90**	**Realizado não-orçamentário:**	**R$ 109.752.505,00**
Total previsto:	**R$ 39.943.792.255,90**	**Total realizado:**	**R$ 36.395.290.797,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MD não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 2.280.384.977,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 1.103.294.824,00**.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Governo Federal tem priorizado a atuação das Forças Armadas em iniciativas de apoio ao desenvolvimento econômico e social do País, sem comprometimento de sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial.

• Programa Calha Norte – a sua abrangência passou de 30%, em 2005, para 32% do Território Nacional, em 2006, em uma região onde habitam oito milhões de pessoas, dentre as quais 30% indígena, devido à inclusão de mais de 43 Municípios carentes, o que elevou o número de localidades assistidas pelo Programa, de 151, em 2005, para 194, em 2006;

Política de Aviação Civil – em março de 2006 foi criada a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que absorveu atribuições do extinto Departamento de Aviação Civil da Aeronáutica (DAC). Esta agência, autarquia de natureza especial vinculada ao MD, aplicou os recursos autorizados para o Programa Desenvolvimento da Aviação Civil na efetivação de ações voltadas para a implementação de atribuições pré-determinadas pelo Governo Federal, bem como para a popularização e disponibilização de políticas públicas de atendimento à população, com a finalidade de orientar, normatizar e fortalecer a aviação civil brasileira, e assim, assegurar o desenvolvimento do setor e permitir o aperfeiçoamento dessa área, de acordo com o cenário mundial e as necessidades de investimentos na infra-estrutura do Sistema Federal de Aviação (SFV);

• Cabe citar as seguintes ações:

a) remotorização do Navio Patrulha Fluvial Pedro Teixeira, com aquisição de dois grupos motor-gerador;
b) construção de 14 Embarcações de Transporte de Tropa;
c) realização de obras de infra-estrutura básica nas áreas de saúde, educação,

saneamento básico, transporte, energia e comunicações;

d) recuperação da pista de pouso do aeródromo de Surucucu (RR);

e) manutenção nas embarcações *ferry boat* Uapés, empurradores Ericó, Maturacá e Carajás, embarcações de Transporte de Tropa (ETT) do Batalhão de Operações Ribeirinhas;

f) manutenção dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) situados em Tiriós (PA), Bonfim (RR), Normandia (RR), Pacaraima (RR), Surucucu (RR), Auaris (RR), Uiramutã (RR), Yauaretê (AM), Querari (AM), São Joaquim (AM), Cucui (AM), Maturacá (AM), Pari-Cachoeira (AM), Palmeira do Javari (AM), Ipiranga (AM), Vila Bittencourt (AM), Estirão do Equador (AM), Epitaciolândia (AC), Assis Brasil (AC), Plácido de Castro (AC) e Príncipe da Beira (RO);

• Infra-estrutura Aeroportuária – os projetos concluídos em 2006 elevaram a capacidade instalada nos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero), para passageiros e carga, sendo os principais:

Aeroporto	Obra	Investimento R$ milhões	Data de Conclusão
Cuiabá	Ampliação e reforma do terminal de passageiros; Implantação do pátio de cargas; Reforço do pátio de aeronaves.	61,0	set/06
Marabá	Recuperação e reforço estrutural das pistas de pouso e decolagem e de táxi aéreo; Reforço e empliação do pátio de estacionamento de aeronaves; Obras complementares.	18,9	nov/06
Brasília	Recuperação da pista pouso/ decolagem; Reforço estrutural e rejuvenecimento das pistas de táxi; Construção de pátio de equipamentos de rampa; Obras complementares.	15	set/06
Salvador	Regularização e reforço estrutural das pistas de pouso/decolagem e de táxi; Recuperação do pavimento rígido do pátio de aeronaves.	10,3	dez/06
Garulhos	Reforma geral de sanitários, copas e vestiários.	6,8	dez/06
Foz do Iguaçu	Recapeamento da pista de pouso e decolagem, táxi e anel viário de acesso ao terminal de passageiros.	3,5	jan/06
Total		**115,5**	

Vale ressaltar que diversos investimentos e obras realizados em aeroportos pela Infraero não foram finalizados neste ano, mas continuaram em andamento.

• Ainda, dentro do escopo do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (Profaa) por meio de convênio entre a União e o Estado interessado, foram realizadas obras nos aeroportos: Bauru-Novo (SP), Cabo Frio (RJ), Cacoal (RO), Chapadão do Sul (MS), Curitibanos (SC), Manhuaçu (MG), Planalto Serrano (Correia Pinto-SC), Regional Sul (Jaguaruna-SC);

• Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade, profissionalização de 10.697 jovens em cursos ministrados em parceria com entidades da sociedade civil e realização de operações do Projeto Rondon na Amazônia, no Acre (regional), em Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha) e no Vale do Ribeira (sendo vinte e um Municípios em São Paulo e sete no Paraná), contemplando 90 comunidades, com a participação de cerca de 1.500 universitários rondonistas de diversas instituições de ensino superior de todo o País;

• Em relação à Amazônia foram firmadas parcerias com os Ministérios da Saúde e da Educação, que incentivaram profissionais da área de saúde a prestarem o Serviço Militar na Amazônia, facilitando a implementação de programas de educação continuada a distância e a participação em pesquisas científicas, além de viabilizar programas locais de Residência Médica em Medicina Comunitária e de Médico da Família;

• Recursos do Mar – operação de uma linha de monitoramento de alta densidade das temperaturas da capa superficial do oceano Atlântico Sul, na área entre a cidade do Rio de Janeiro e na Ilha de Trindade, além do lançamento de quinze bóias de deriva e apoio às atividades de 24 projetos de pesquisa na Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, com a participação de 48 pesquisadores;

• Ensino Profissional na Marinha

a) capacitação de cerca de 3.000 Oficiais, nos Cursos de Formação de Oficiais, Cursos de Altos Estudos de Política Estratégica, Curso Preparatório para Formação de Oficiais, Cursos de Pós-Graduação (abrangendo mestrados e cursos técnicos nas áreas de interesse para Marinha, no Brasil e no exterior, em diversas instituições de ensino, outras Forças Armadas e órgãos civis) e Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento de Oficiais;
b) capacitação de 8.760 Praças em Cursos de Qualificação Técnica, Especialização e Aperfeiçoamento;
c) realização do programa de intercâmbios de pessoal entre a Marinha do Brasil e as Marinhas Amigas, nas áreas operativa, de ciência e tecnologia, logística e instrução, que contou com a participação de representantes das Marinhas da África do Sul, Argentina, Bolívia, EUA, França, México, Namíbia, Peru e Venezuela;

• Segurança e Proteção ao Tráfego Aquaviário – utilização do sítio do Centro de Hidrografia da Marinha (CHM) na Internet para disponibilizar as informações ambientais provenientes da modelagem atmosférica e de ondas para as regiões costeiras brasileiras do Sul e do Sudeste;

• Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab) – o crescimento do tráfego aéreo no Brasil está acontecendo a uma taxa de 15% ao ano, o que exige um acompanhamento contínuo do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), pela necessidade de prover a evolução e o aperfeiçoamento de todas as áreas do Sisceab, principalmente pela responsabilidade de desenvolver e implantar os novos Sistemas de Comunicações, Navegação, Vigilância e Gerenciamento de Tráfego Aéreo (CNS/ATM).

CNS/ATM é um projeto de âmbito mundial, que permitirá ao Brasil participar, em conjunto com outros países, do gerenciamento da navegação aérea nas regiões do Caribe e da América do Sul (Região Carsam) e, sobretudo, acompanhar a constante evolução do transporte aéreo nacional e internacional, possibilitando a manutenção da segurança no espaço aéreo brasileiro e o atendimento aos anseios dos usuários, com eficácia e eficiência, mantendo a dualidade civil-militar do controle desse espaço aéreo.

Ao Sisceab compete a prestação dos serviços de tráfego aéreo, meteorologia aeronáutica, busca e salvamento e informações aeronáuticas no espaço aéreo sob jurisdição e responsabilidade do Brasil, que são executados de acordo com as normas, acordos e planos estabelecidos pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), e propiciam o crescimento do tráfego aéreo, da evolução tecnológica das aeronaves, da infra-estrutura de apoio e das comunicações aeronáuticas.

Neste cenário, 2006 foi mais um ano de esforço de manutenção e modernização com a continuidade do processo de revitalização dos radares adquiridos nas décadas de 70 e 80 e pela implantação e substituição de radares de área terminal em áreas onde, atualmente, o tráfego aéreo é mais intenso e há necessidade de vigilância radar para aumentar a capacidade de gerenciamento desse tráfego. Tais ações visaram proporcionar o aumento da segurança e da fluidez do tráfego aéreo nas áreas terminais e em rota, reduzindo, ainda mais, os riscos para a aviação.

Os resultados desse trabalho se consubstanciam na inviolabilidade do Espaço Aéreo Brasileiro e no atendimento de seus legítimos usuários, representados pelas empresas aéreas, operadores de aeronaves, pilotos, Unidades da Força Aérea, do Exército e da Marinha, participantes de sistemas, redes ou estações de telecomunicações do Sistema de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica (STCA).

Destacam-se ainda como fatos mais relevantes ocorridos no exercício de 2006, relacionados ao Sisceab, dentre outros:

a) modernização dos sistemas de vigilância do Sisceab: modernização de 8 radares, sendo quatro primários TRS 2230 e quatro secundários RS 970, associados, utilizados para controle em rota, instalados nas localidades de São Roque (SP), Canguçu (RS), Morro da Igreja (SC) e Pico do Couto (RJ); implantação de três radares modelo STAR 2000, para áreas terminais, nas localidades de São Pedro d'Aldeia (RJ), Manaus (AM) e Campo Grande (MS); revitalização de cinco antenas de radares, modelo TA 10, para áreas terminais, nas localidades

de Salvador (BA), Santa Cruz (RJ), Florianópolis (SC), Brasília (DF) e Cuiabá (MT); reaproveitamento de 3 antenas de radares secundários, modelo RS 870, em equipamentos mais antigos, instalados em Santa Maria (RS), Natal (RN) e Fortaleza (CE);

b) aperfeiçoamento da gestão administrativo-operacional das atividades de controle do espaço aéreo na Região Sudeste, com a absorção das atividades do Serviço Regional de Proteção ao Vôo do Rio de Janeiro (SRPV-RJ) pelo Serviço Regional de Proteção ao Vôo de São Paulo (SRPV-SP) e a criação de um espaço de responsabilidade do SRPV-SP, abrangendo todo o tráfego aéreo entre Rio de Janeiro e São Paulo, aumentando a eficiência do controle do espaço aéreo da Região;

c) continuidade do processo de incorporação dos meios de vigilância, auxílios à navegação e telecomunicações implantados pelo Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia (Sivam), incrementando o controle do espaço aéreo na região Amazônica;

d) continuidade do suporte às atividades de busca e salvamento com a implementação de importante contrato de modernização e manutenção assistida para o Sistema de Busca e Salvamento por Satélite (Cospas-Sarsat);

e) continuidade da ampliação da capacidade de vigilância meteorológica, através da implantação de radares em diversas localidades da região Amazônica;

f) contratação, autorizada pela Medida Provisória nº 329, de 1º de novembro de 2006, de 60 controladores de tráfego aéreo, aposentados ou da reserva remunerada, a fim de atuarem imediatamente nos centros de controle mais prejudicados pela falta de pessoal;

g) realização de concurso público, aprovado pela Portaria nº 1.078/GC1, de 14 de novembro 2006, a fim de contratar 64 controladores de tráfego aéreo civis;

h) criação de 172 vagas de técnicos, nível superior e intermediário, para atender demanda do Sisceab, conforme a Medida Provisória nº 341, de 29 de dezembro 2006;

i) criação de uma turma especial, na Escola de Especialistas de Aeronáutica, com 160 alunos adicionais, do curso de formação de Controladores de Tráfego Aéreo, com duração de um ano, em regime intensivo;

j) realização, em 2006, de várias atividades de formação e treinamento, cursos no Instituto de Controle Aéreo (ICEA) e em Organizações Militares subordinadas, sendo capacitados mais de 2.200 militares e civis do Sisceab;

k) contratação de empresas prestadoras de serviço ou fornecedoras de equipamentos, tais como a Sitti, Alcatel, Embratel, Park Air Systems e outras, a fim de prover serviços de manutenção preventiva e corretiva, para equipamentos complexos e vitais para a continuidade da prestação de serviço dos órgãos de controle de tráfego aéreo;

l) manutenção corretiva em 134 dos 1.500 imóveis, entre operacionais e técnico-administrativos, das suas Organizações Militares subordinadas, com vistas a mantê-los em boas condições de funcionalidade, conforto e segurança patrimonial;

m) ampliação e ou adequação de quarenta e dois imóveis operacionais e administrativos, os quais destaca-se a Seção de Lavagem e Pintura de Aeronaves do Grupo Especial de Inspeção em Vôo (GEIV) com tratamento de efluentes.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

Na época da criação do MD, em 1999, coube à equipe encarregada da viabilização do novo Ministério, desenvolver rápidos e objetivos estudos de consolidação das quatro propostas dos órgãos extintos, tanto do PPA quanto do Orçamento, em propostas de um único órgão. O trabalho desenvolvido por civis e militares de todas as Forças Armadas e do extinto Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) preocupou-se, quase que exclusivamente, com a viabilização da capacidade de atuação dos Comandos Militares, relativamente à manutenção e ao cumprimento da missão constitucional, e com a brevidade dos prazos constitucionais que se impunham.

Em decorrência dessas necessidades, as peças de planejamento e de orçamento resultantes não passaram de consolidações das propostas anteriormente apresentadas pelos extintos Ministérios militares. De forma geral, essa mesma estrutura ainda vigora, de modo que poucas alterações, realmente consistentes, foram propostas e aprovadas, sobretudo devido às determinações das Leis Complementares nº 97 e nº 117, cujos textos atribuem autonomia aos Comandos Militares para assuntos de tal natureza.

Ademais, há bastante dificuldade em manter o espírito de não-departamentalização da estrutura de programas, ou seja, cada Secretaria ainda julga que necessita de um programa próprio onde possa desenvolver suas competências finalísticas, com entendimento equivocado de que essa situação garantirá recursos orçamentários para suas necessidades.

Assim, a Secretaria de Organização Institucional (SEORI), atuando como setorial de planejamento, orçamento e finanças, reconhece a necessidade de estudar um novo desenho programático para o MD, na tentativa de promover maior consolidação e aderência desse desenho às Políticas de Defesa Nacional e Militar de Defesa. Esse projeto reduziria o número de programas e ações, propondo uma visão mais orientada à missão do MD e às declarações daqueles documentos orientadores.

ASPECTOS RELEVANTES

Os principais fatores que colaboraram para os resultados, apesar das diversas dificuldades orçamentárias e financeiras pelas quais passou o MD, estão relacionados: à existência do MD, como gestor das políticas para a defesa nacional e como órgão integrador as Forças Armadas, com a atribuição de coordenar e planejar o seu emprego e de encaminhar soluções para assuntos na área de defesa; à estabilidade política e administrativa do País; à inserção mundial do Brasil, com proporcional ampliação dos compromissos de ordem militar e aproximação com forças armadas mais desenvolvidas, possibilitando crescente

intercâmbio e aperfeiçoamento da doutrina; à ausência de ameaças previsíveis em curto prazo; à reconhecida capacidade das Forças Armadas no apoio às ações de governo, seja no cumprimento da sua missão constitucional, seja em atividades subsidiárias, tais como em projetos de infra-estrutura, educação, sociais, dentre outros; à qualidade e capacidade técnica do militar brasileiro, formado com os mais elevados atributos de hierarquia, disciplina, honra, sentimento de dever a cumprir e de dedicação à Pátria; à qualidade dos estabelecimentos de ensino das Forças Armadas; à excelência dos centros de pesquisa científica e tecnológica das Forças Armadas; à intensificação do intercâmbio de conhecimento e cultura gerencial entre civis e militares na área de defesa;ao crescente interesse das instituições de ensino superior em assuntos na área de defesa; ao clima de cooperação e fortalecimento de organismos regionais e mundiais na área de defesa.

ADESTRAMENTO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS

OBJETIVO

Desenvolver e garantir a capacidade operacional e o emprego combinado das Forças Armadas no desempenho de suas missões constitucionais e no apoio às comunidades nacional e internacional.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira e a comunidade internacional.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R $ 104.884.130,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 103.691.669,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 103.691.669,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. CAPACIDADE DE EMPREGO COMBINADO DOS MEIOS OPERACIONAIS DAS FORÇAS ARMADAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 60
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O índice previsto para o final do PPA 2004-2007 já foi atendido.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A constatação de que a guerra, como hoje se apresenta, exige operações militares com a aplicação dos componentes navais, terrestres e aéreos de forma integrada, além daquelas singularmente conduzidas ou realizadas, torna imprescindível propiciar os meios necessários ao adestramento e ao emprego das Forças Armadas em operações combinadas e conjuntas, não podendo concorrer com o preparo e emprego singular de cada Força. Por outro lado, além de sua missão constitucional, na qual as Forças têm realizado exercícios e operações reais, principalmente de presença, controle e vigilância do território, espaço

aéreo e águas jurisdicionais brasileiras, como também ações de garantia da lei e da ordem (operações no reforço à segurança pública), constata-se que as Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) vêm freqüentemente e a qualquer tempo sendo acionadas em missões subsidiárias, tanto em cooperação - em apoio à comunidade internacional (operações internacionais conjuntas e missões de paz), como em apoio a outros órgãos públicos: apoio às eleições, às ações contra incêndios florestais e desmatamentos, às campanhas de vacinação e à proteção do patrimônio nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Missão da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti. Atualmente, é a missão de maior relevância para o Brasil, contribuindo para a inserção do País no cenário nacional e internacional. O contingente brasileiro, com 1.200 militares, representa o de maior efetivo entre os países contribuintes de tropas participantes da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH);

• Realização de Operações Militares Combinadas ou Conjuntas:

a) operação TIMBÓ IV: realizada no período de 20 a 30 de julho de 2006, visou ao adestramento das Forças Armadas no Planejamento e execução de Operações Combinadas, na defesa da soberania, com preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à Amazônia, intensificando a presença das Forças Armadas na faixa de fronteira por meio da realização de patrulhamentos, reconhecimentos, proteção de instalações sensíveis, ações cívico-sociais, atividades logísticas, além do estabelecimento de postos de controle e fiscalização em pontos estratégicos da fronteira e das calhas fluviais de interesse na região. A área de operações, de 450 mil km^2, no interior da Amazônia Ocidental, englobou uma faixa da fronteira de 5.000 km de extensão. Sob comando único, atribuído ao Comandante Militar da Amazônia, e com o apoio do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), Petrobrás e da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), a Operação contou com um efetivo de 3.708 militares e meios da Marinha, do Exército e da Força Aérea;
b) operação TUCUNARÉ: realizada no período de 13 a 22 de setembro de 2006, em região situada nos Estados do Amapá e Pará, foi planejada e executada com fulcro na defesa da soberania, com preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses relativos à Amazônia. Nessa Operação Combinada, foram empregados 2.709 militares e meios da Marinha, do Exército e da Força Aérea, sob comando único, atribuído ao Comandante Militar da Amazônia;
c) operação PAMPA II: realizada no período de 5 a 14 de novembro de 2006, sob comando único, atribuído ao Comandante Militar do Sul, a operação foi planejada e executada com fulcro na defesa da soberania, com o intuito de preservar a integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos ao Atlântico Sul e à Região Sul do País. A área de operações abrangeu os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e as águas jurisdicionadas brasileiras adjacentes à Região Sul do Brasil. Nessa operação foram empregados 7.908 militares e meios da Marinha, do Exército e da Força Aérea. Atualmente,

trata-se do maior exercício combinado realizado no País, em função do número de Comandos, efetivos e meios envolvidos;

• Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira. Nessa operação, denominada Operação JAURÚ III, realizada de 22 a 28 de novembro, foram empregados 3.286 militares e meios da Marinha, do Exército e da Força Aérea, sob comando único, atribuído ao Comandante Militar do Oeste. Concomitantemente, participaram da Operação Combinada órgãos federais e estaduais de segurança pública, de fiscalização ambiental e fazendária. A área de operações, de 210 mil km^2, abrangeu parcela das Regiões Centro-Oeste e Sul e englobou uma faixa de fronteira de 1.600 km de extensão;

• Participação Brasileira em Missões de Paz. Foram desenvolvidos estágios de preparação de militares para missões de paz das Nações Unidas, com desenvolvimento de jogos de simulação de emprego de tropas em Operações de Paz, com a participação em seminários e cursos correlatos sobre Operações de Paz, no País e no exterior, e com o atendimento de vôos de apoio para países nos quais o Brasil mantém efetivos em Operações de Paz. Essas atividades possibilitaram prosseguir no desenvolvimento e no aperfeiçoamento da doutrina de emprego de tropas das Forças Armadas em Operações de Paz.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é efetuado por meio de inspeções, realizadas periodicamente, destinadas à verificação do andamento das etapas dos projetos em execução.

O monitoramento gerencial, quanto ao desempenho físico das ações do Programa, ocorre por ocasião da validação trimestral das ações no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLan).

O fluxo de informações ocorreu através dos canais de comando sob a forma de relatórios e relatos quanto à execução física e financeira das Ações.

Por ocasião da elaboração do Relatório Anual de Gestão, os Coordenadores de Ação apresentam ao gerente do programa o comportamento do desempenho físico das Ações no decorrer do ano.

Sempre que uma etapa do projeto é cumprida ou deixa de sê-la, a gerência do Programa é informada por meio de relatório elaborado pela coordenação da Ação. O fluxo das informações ocorre, também, ao término das atividades planejadas e determinadas, percorrendo os canais de Comando, sob forma de relatórios de missão (execução física e financeira).

Apesar da Lei Orçamentária Anual 2006 ter contemplado insuficientemente as ações do Programa como originalmente planejadas, todas as metas físicas foram atingidas mediante reformulação dos planejamentos, reduzindo a amplitude das ações, em efetivo,

meios empregados e área de desdobramento, buscando preservar os resultados pela adequação dos objetivos.

Foi executada 99% da meta financeira de R$ 104,9 milhões, a despeito de as ações do Programa terem a sua realização atrasada, em conseqüência da aprovação da LOA 2006 ter ocorrido somente em maio de 2006, impondo, até aquela data, o contingenciamento dos recursos destinados aos investimentos e à execução orçamentária através de duodécimos.

Os recursos orçamentários disponibilizados foram insuficientes, mas possibilitaram, mediante planejamento adequado, capacitação e esforço dos executores das ações, a realização das atividades previstas para 2006.

Dos recursos alocados pela LOA 2006, 95,68% foram destacados às Forças (Marinha, Exército e Aeronáutica) que executaram 99,88% dos mesmos.

O fluxo dos recursos orçamentários e financeiros do Programa foi descontínuo no decorrer do exercício de 2006, o que provocou atrasos na execução das ações.

Entraves administrativos na realização de licitações e na celebração de contratos dificultaram a execução do Programa.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA AERONÁUTICA

OBJETIVO

Preparar a Força Aérea Brasileira (FAB) para o cumprimento de sua missão constitucional de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer desses, a lei e a ordem.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 712.276.452,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 672.576.994,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 672.576.994,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE ESFORÇO AÉREO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 91,9
Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice apurado no final de 2006 foi menor que o apurado em 2005 (93,23), por isso, a possibilidade de alcance ou superação do índice ao final do PPA pode ficar comprometida, devido à falta de recursos, como verificado nos últimos exercícios em função do contingenciamento.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Proporcionar à Aeronáutica capacidade de prover suas necessidades logísticas para o apoio operacional à Força Aérea no cumprimento de sua destinação constitucional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Transporte de tropas e de material para integrar a Força de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti.Um C-130 Hércules do Primeiro Grupo de Transporte de

Tropa (1º GTT) levou, durante o ano de 2006, os militares componentes do Contingente Brasileiro no Haiti e fez o ressuprimento das tropas com o transporte de todo material necessário. As tropas saíram de várias Bases Aéreas, em todo Brasil, para integrar a Força da ONU;

• Participação de 100 militares na Operação PERBRA II – Exercício operacional conjunto na área da fronteira, realizado pelas forças aéreas brasileira e peruana. A Operação entre a FAB e a Força Área do Peru, denominada PERBRA II, foi realizada entre os dias 3 e 7 de julho, em Cruzeiro do Sul (AC). Aproximadamente 100 militares brasileiros participaram da manobra militar que teve como objetivo estabelecer procedimentos, através da coordenação operacional entre os órgãos de defesa aérea dos dois países, que possibilitem maior eficácia no combate aos tráfegos ilícitos transnacionais;

• Resgate de mais de 2.000 cidadãos brasileiros que estavam no Líbano. Os aviões da FAB KC-137 (Boeing 707) do Segundo Esquadrão do Segundo Grupo de Transporte (2º/2º GT) e C-130 Hércules do Grupo de Transporte de Tropas (GTT) repatriaram os brasileiros que se encontravam na região do Líbano e que sofriam com os avanços da violência lá instalada. A operação de resgate começou no dia 17 de julho, quando um KC-137, que estava em Adis Abeba (Etiópia), recebeu ordens de seguir para o Aeroporto de Adana (Turquia) a fim de transportar um grupo de cidadãos brasileiros que viajou do Líbano em um comboio coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE);

• Capacitação por meio de curso na França de Oficiais para recebimento dos aviões Mirage 2000, adquiridos pela FAB. Foram capacitados os pilotos do Primeiro Grupo de Defesa Aérea (1ºGDA), de Anápolis (GO). Primeiramente, o curso teórico em Dijon e, depois, em Orange, instruções em simulador e em vôo;

• Transporte de 700 universitários do Projeto Rondon. Os universitários foram transportados com o objetivo de por em prática a sua experiência profissional. Os universitários, de 20 diferentes Estados, foram para a Amazônia em aviões C-130 Hércules, C-99 e Boeing 707 (KC-137);

• Transporte de 700 kg de medicamentos para as vítimas das enchentes no Suriname;

• Treinamento de pouso e decolagem de aeronaves em trecho de rodovia, Operação em Rodopista. Em Campina Grande (PB) caças AT-26 Xavante, em dupla, decolavam da Base Área de Natal, navegando a baixa altura e pousavam na BR-230, a 30 quilômetros de Campina Grande;

• Transporte, por C-115 Buffalo, de 7.000 livros para o interior do Acre;

• Operação Cruzex III:

a) durante a operação o 2º/2º GT, Esquadrão Corsário, participou, em Anápolis, de 13 missões de Reabastecimento em Vôo (REVO), com o KC-137 Boeing 707, sendo possível reabastecer os caças e permitindo que eles cumprissem missões, com bom alcance, longa autonomia e segurança;

b) foram realizadas cerca de 50 horas de vôo, com 90 abastecimentos em vôo nos caças F-5E e A-1 da FAB, Mirage 2000 (França) e A-4 Skyhawk (Argentina);

• O Primeiro Esquadrão de Aviões de Interceptação e Ataque (VF-1) da Marinha do Brasil operou, entre os dias 6 e 24 de novembro, na Base Aérea de Santa Cruz (BASC). A missão, que deslocou 120 militares, proporcionou o treinamento de pilotos e mecânicos da aeronave A-4 Skyhawk.

Cumpre ressaltar que todas as missões realizadas, de exercício operacional ou de emprego real, capacitam os profissionais do Comando da Aeronáutica para o cumprimento das suas tarefas, dentro do que prevê a legislação.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O contingenciamento dos créditos do Comando da Aeronáutica (COMAER) implica em não-realização de muitas das metas previstas. Os cortes mais significativos são aqueles que atingem as áreas de alimentação, suprimento de combustíveis e lubrificantes, pois limitam a ação dos serviços e da operacionalização/instrução. Esta limitação se torna de grande volume quando se associam a outros fatores, alguns, do próprio contingenciamento e, outros, resultantes do efeito cascata que a falta de créditos impõe à possibilidade de se alcançar às metas.

O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. As liberações dos recursos não tiveram o escoamento de que necessitava o Programa e suas Ações. Isto acarretou, desde a descontinuidade da execução, até a perda de melhores oportunidades para se manterem/realizarem operações ou exercícios. Foram insuficientes os recursos materiais disponibilizados para as equipes executoras.

Mesmo com todas as limitações ocorridas, notadamente a falta de recursos, as unidades administrativas do COMAER conseguiram manter a sua missão constitucional. Isto se deve ao alto grau de profissionalismo encontrado nos diversos setores da FAB, que, mesmo sem o crédito suficiente para o suporte e o emprego ideal de uma força atuante, o fazem com o maior zelo, com um alto grau de acerto, numa demonstração firme de profissionalismo e de dedicação à Força Área e ao País.

RECOMENDAÇÕES

• Não há recomendações.

ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA MARINHA

OBJETIVO

Preparar o Poder Naval e manter o seu aprestamento para assegurar o cumprimento da missão constitucional de defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, a lei e a ordem.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 606.898.876,00	Empenho Liquidado:	R$ 485.836.853,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 485.836.853,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. TAXA DE APRESTAMENTO DE NAVIOS DISTRITAIS PARA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE EMPREGO RÁPIDO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 66
Índice previsto ao final do PPA: 54

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Em que pese o atual estado de degradação dos meios navais, agravado por suas idades médias bastante avançadas, o índice pretendido até o final do PPA, já foi superado num patamar além do esperado.

2. TAXA DE APRESTAMENTO DE NAVIOS E SUBMARINOS SUBORDINADOS À ESQUADRA PARA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE EMPREGO RÁPIDO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 59
Índice previsto ao final do PPA: 54

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Em que pesem as restrições operacionais dos meios operativos com mínimas dotações de munições e o atual estado de degradação dos meios navais, agravado por suas idades

médias bastante avançadas, o índice pretendido até o final do PPA, já foi superado num patamar além do esperado.

3. TAXA DE APRESTAMENTO DA FORÇA DE FUZILEIROS DA ESQUADRA PARA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE EMPREGO RÁPIDA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 34
Índice previsto ao final do PPA: 56

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Este indicador, medido pela Relação percentual entre os meios da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) com aprestamento suficiente para atender a Força de Emprego Rápido e o total de meios da FFE, apresenta baixa viabilidade de alcance das metas previstas, devido, principalmente, aos baixos patamares orçamentários dos últimos exercícios.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A manutenção do poder de dissuasão das Forças Navais, como fator primordial para a defesa dos interesses da Pátria na resolução pacífica de crises ou conflitos político-estratégicos, requer um nível de prontidão de seus meios e de seus recursos humanos capaz de impor a vontade do Estado. É imperativo, portanto, que o inventário de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais de que o País dispõe sejam mantidos pela Marinha e em prol da sociedade brasileira, em elevado grau de aprestamento, quantitativa e qualitativamente, de forma a garantir a Defesa Nacional como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Manutenção de 57 meios operativos (navios, submarinos, helicópteros e aviões);

• Proteção das áreas de produção de petróleo, situadas nas plataformas continental e nas proximidades do arquipélago de São Pedro e São Paulo e da Zona Econômica Exclusiva (ZEE);

• Apoio a Estação Antártica Comandante Ferraz;

• Realização de nove missões de assistência à saúde e hospitalar na Amazônia, perfazendo 234,5 dias de comissão, totalizando 191,9 mil atendimentos, em 456 localidades nos rios da Amazônia;

• Realização de 24 comissões relacionadas a ações cívico-sociais nas regiões Amazônica e Centro-Oeste, perfazendo 187 dias de comissão, totalizando 20.007 atendimentos em 88 localidades.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

As restrições orçamentárias e contingenciamentos de recursos permitiram apenas o alcance parcial das metas. A compatibilidade do fluxo de recursos com a programação

física sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Dos 119 Projetos sobressalentes previstos para serem executados durante a manutenção dos meios operativos, somente 57 foram concluídos.

Considerando especificamente os meios operativos da Esquadra, nossa principal Força Naval, cujas tarefas estão diretamente relacionadas ao cumprimento da missão constitucional da Marinha do Brasil (MB), em dezembro de 2006, dos 115 meios operativos, entre navios, submarinos, helicópteros e aviões, 66 encontravam-se imobilizados e 49 operavam com restrições.

Um fato importante para a manutenção dos nossos submarinos foi a inovação no período de manutenção geral do submarino Timbira, que foi transladado, por inteiro, do mar para o interior da Oficina de Construção de Submarinos do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), com a utilização de balsa e carretas (*load-in*) de empresa particular, de modo a permitir o corte das seções do casco resistente em área coberta, propiciando uma grande redução de prazos e custos nos serviços a serem realizados.

Em 2006, os meios navais e aeronavais atingiram os índices de 5.118,5 dias de mar e 12.161,6 horas de vôo, porém inferiores aos índices obtidos em 2005 de 5.741,5 dias de mar e 15.309,2 horas de vôo.

Cabe destacar que, com relação à alimentação, capacitação do pessoal e suprimento de fardamento, com os recursos alocados foi possível atender, em níveis adequados, todo o contingente da Marinha.

Não obstante as dificuldades encontradas, buscou-se ampliar a capacitação operacional e a qualificação do pessoal por meio de participação, ainda que restrita, em diversas Operações, dentre elas:

a) a realização de Patrulhas Navais para fiscalização e proteção das áreas de produção de petróleo situadas na plataforma continental e nas proximidades do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de manter a ação de presença na ZEE;
b) a Operação ANTÁRTICA XXIV, com o propósito de apoiar a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF);
c) as Operações PAMPAREX, PRATA, CARIBEX e BRACOLPER, com o propósito de realizar ação de presença e estreitamento de laços de amizade com os países visitados (Argentina, Uruguai, Colômbia, Peru e Guiana);
d) a Operação JAURU III, nas Regiões Centro-Oeste e Sul, com a participação da MB, do Exército Brasileiro (EB) e da Força Aérea Brasileira (FAB);
e) a Operação TIMBÓ-IV, na área da Amazônia Ocidental, com participação da MB, EB e FAB;
f) a Operação TUCUNARÉ, na área da Amazônia Oriental, com a participação da MB, EB e FAB;
g) a Operação PAMPA-II, nas Regiões Sudeste e Sul, com a participação da MB, EB e FAB.

Dentre as diversas Atividades Subsidiárias, realizadas pela Marinha no âmbito deste Programa, cumpre destacar aquelas relacionadas à assistência e cooperação à sociedade civil. Em especial, as operações de Ações Cívico-Sociais (ACISO) na região do Pantanal e de Itaoca (ES) e as Operações de Assistência Hospitalar (ASSHOP) às populações ribeirinhas da Amazônia. Com relação às atividades da ASSHOP, realizadas com o suporte de recursos recebidos mediante convênio com o Ministério da Saúde (MS), faz-se mister citar que a demora no repasse financeiro dos recursos oriundos do MS trouxe considerável prejuízo à execução das tarefas programadas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os diversos reparos e manutenções nos navios, aeronaves, submarinos e viaturas planejados no Programa Geral de Manutenção (PROGEM) são interrompidos ou postergados, tendo como conseqüência uma redução na disponibilidade de meios operativos, o que poderá impactar negativamente a prontificação operativa destes meios, bem como reduzir a vida útil dos equipamentos e sistemas navais. Caso essa situação não se reverta, ocorrerá uma crescente degradação das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, sendo desejável, nos exercícios financeiros futuros, um maior aporte de recursos. Cabe enfatizar que os meios operativos em condições de operar possuem significativas restrições operacionais e não dispõe de suas dotações mínimas de munição, o que restringe o poder dissuasório da Esquadra.

Em especial, destaca-se que os recursos financeiros destinados à aquisição de munições atinentes à instrução, segurança orgânica das Operações Militares e para o pronto emprego das Forças navais, aeronavais e de fuzileiros navais não são suficientes para o incremento dos estoques da Marinha do Brasil. Tendo em vista que essa situação perdura desde 1999 e considerando a possibilidade de sua permanência, vislumbra-se uma redução crescente da capacidade de fornecimento de munições para as atividades supracitadas, o que poderá impactar negativamente a prontidão das Forças. Da mesma forma que no PROGEM, várias Operações e Exercícios (PGACON/PGADGN) foram reduzidos ou mesmo cancelados, o que poderá comprometer o adestramento e a execução das operações em conjunto entre si e com marinhas amigas.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento científico-tecnológico da Força Terrestre, por intermédio da pesquisa, desenvolvimento, avaliação, produção, implantação, manutenção de sistemas e materiais de emprego militar e civil, e capacitação de recursos humanos, de modo a proporcionar a permanente atualização da infra-estrutura militar terrestre para o cumprimento das missões constitucionais do Exército Brasileiro, bem como contribuir para o fomento da indústria nacional de defesa.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 679.807.787,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 603.689.184,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 603.689.184,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

TAXA DE PREPARO DO EFETIVO MILITAR

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 51
Índice previsto ao final do PPA: 53

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Considerando-se os resultados obtidos nos anos base, 2004 e 2005, verifica-se que o Programa vem apresentando resultados crescentes, os quais sinalizam alta possibilidade de alcance do índice planejado para o ano de 2007, 53%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Exército Brasileiro tem a necessidade de instruir, adestrar os seus efetivos, formar e adestrar a reserva mobilizável, capacitar operacionalmente os seus quadros e capacitar-se para o emprego em operações militares.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realização de 13 operações, que contribuíram para desenvolver a capacidade operacional de seus integrantes nas áreas estratégicas do País, e, também, para levar a presença do Estado às comunidades carentes que habitam essas áreas, por meio de ações cívico-sociais (ACISO);

• As operações foram os principais resultados obtidos pelo Programa e foram alcançadas pelas Ações Emprego da Força Terrestre em Operações e Capacitação Operacional da Força Terrestre.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A execução das metas físicas oscilou entre 80% e 100%, em razão do montante financeiro previsto na Lei Orçamentária Anual, em algumas ações, não satisfazer à real necessidade de recursos para a implementação dessas ações, particularmente daquelas voltadas para garantir o suporte logístico à Força Terrestre.

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações utilizadas pelo Programa são: reuniões de trabalho conduzidas pela gerência a fim de abrir os trabalhos do exercício financeiro, apresentação das coordenadorias, bem como verificar alguma distorção que sinalize para a necessidade de correção de rumos; controle mensal das informações lançadas pelos coordenadores no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), bem como a validação trimestral dessas. As dificuldades encontradas concentraram-se no final do exercício financeiro, em razão das informações que são migradas diretamente do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) terem sofrido constantes alterações, dificultando a consolidação dos dados que deveriam fazer parte do Balanço Geral da União (BGU) e o fluxo integrado de informações entre a gerência e os demais envolvidos no Programa.

Os recursos orçamentários alocados foram suficientes, com exceção de algumas ações cujo montante financeiro não permitiu a execução física total prevista. A execução financeira alcançou 89% do total alocado de R$ 679,8 milhões.

Quanto ao fluxo de recursos, verifica-se que a liberação concentrou-se próximo ao final do exercício. Esse fato interferiu na implementação das ações, prejudicando o cumprimento daquilo que foi planejado no Plano Gerencial e exigindo a adoção de condutas para superar esse óbice.

Quanto à qualificação das equipes executoras, verificou-se necessidade de se promover anualmente a reciclagem e a capacitação dos recursos humanos que irão executar os trabalhos junto ao SIGPlan, em razão das constantes movimentações a que estão submetidos os militares. Sugere-se, para superação desse óbice: o estabelecimento de convênio de capacitação com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e disponibilização de um curso *on-line* pela página do SIGPLan.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Quanto à participação social, os exercícios têm sido oportunidades para interação com as comunidades locais, possibilitando ao Exército conduzir ações cívico-sociais voltadas para atender às demandas dessas comunidades, particularmente aquelas voltadas para a saúde desse público.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE CIVIL

OBJETIVO

Apoiar as ações governamentais de caráter cívico-sociais, de infra-estrutura, e de meio ambiente, disponibilizando os meios do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, para a superação das dificuldades do País.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade Brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 204.024.394,00	Empenho Liquidado:	R$ 165.190.956,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 165.190.956,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. GRAU DE ATENDIMENTO À DEMANDA DE TRANSPORTE AÉREO GOVERNAMENTAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Este indicador não mais deverá ser considerado para o Programa, pois a Ação Apoio Aéreo para o Transporte de Cargas e Passageiros deixou de existir tendo em vista a falta de espaço orçamentário. O indicador não teve apuração desde 2005.

2. TAXA DE ATENDIMENTO À DEMANDA DE COOPERAÇÃO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 33,30
Índice previsto ao final do PPA: 38

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Mantendo-se o nível histórico de alocação de recursos para a ação, provavelmente este indicador obterá os resultados esperados.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Ministério da Defesa (MD) deverá viabilizar a participação do estudante universitário nos processos de desenvolvimento e de fortalecimento da cidadania, bem como oferecer aos jovens brasileiros oportunidades formativas inovadoras e criativas mediante sua formação integral, através de cursos profissionalizantes que lhes proporcionem qualificação social e profissional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O Projeto Soldado-Cidadão profissionalizou 10.697 jovens em cursos ministrados em parceria com entidades da sociedade civil, com a seguinte distribuição: 853 jovens formados pela Marinha, 9.013 pelo Exército e 831 pela Aeronáutica;

• Foram realizadas operações do Projeto Rondon na Amazônia, no Acre (regional), em Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha) e em São Paulo (Vale do Ribeira). Foram atendidas 90 comunidades, com a participação de cerca de 1.500 universitários rondonistas de diversas instituições de ensino superior de todo o País;

• A ação Cooperação com Construção de Infra-estrutura obteve resultados físicos regulares, conforme os respectivos percentuais de conclusão das obras:

a) recuperação das pistas de pouso/decolagem e táxi do aeroporto de Marabá - 89,06%;
b) pavimentação e drenagem da Avenida Santa Clara, numa extensão de 4.100 m - 100 %;
c) elaboração de projetos, construção e manutenção de rede de distribuição de energia elétrica em Boa Vista - 62,62%;
d) melhoramento e terraplenagem da rodovia BR-030/MG (Convenio com o Governo de MG) - 79,53%;
e) urbanização do Conjunto Projeto Cidadão, asfaltamento da estrada vicinal do Areal e a perfuração de poços artesianos - 62,84%;
f) implantação de redes de águas pluviais em Araguari/MG - 62,84%, relativamente à ação Plano de Contingência para a Pandemia de Influenza.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Projeto RONDON ultrapassou o produto proposto pela Lei Orçamentária Anual, atingindo atendimento de 119 comunidades, ou seja, mais que o dobro do produto proposto nos recursos destinados à ação.

No caso do Projeto Soldado Cidadão, os resultados foram comprometidos pelo atraso da aprovação da LOA, o que provocou o adiamento do início da execução dos trabalhos. Além do mais, estavam previstos no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA)

recursos na ordem de R$ 12 milhões, que foram reduzidos a R$ 5,66 milhões. Apesar desse corte, o projeto conseguiu, com muita dificuldade, formar 10.697 dos 13.600 previstos inicialmente, representando um resultado de 78% da meta.

Membro do Grupo Executivo Interministerial para implantação do Plano Brasileiro para Contingência de uma Pandemia de *Influenza* (Gripe Aviária), o MD coordenou os Grupos de Trabalho que elaboraram e concluíram os Planos Específicos de Preparação para Portos e Aeroportos, visando diminuir os riscos de entrada no País do vírus H5N1 através daqueles pontos de fronteira. Também foi elaborado o Plano de Apoio Logístico às Ações do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em ações de prevenção, controle desta ameaça.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No caso do Projeto Rondon, o Exército Brasileiro é responsável por toda a logística local dos grupos de universitários e a Força Aérea Brasileira (FAB) pelo transporte dos participantes.

No caso do Soldado-Cidadão, as três Forças Armadas participam ativamente da formação do jovem em serviço, além de indicá-lo para a participação nos diversos cursos oferecidos em parceiras com entidades do sistema "S"(SESI, SESC, SENAC e SENART), entre outras entidades privadas e governamentais, aumentando significativamente as possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Historicamente, as Forças Armadas têm participado, quando convocadas, no apoio a situações de dificuldade por que passa a sociedade brasileira, tais como em ações de apoio em casos de calamidades públicas, enchentes, campanhas nacionais de vacinação, de manutenção da lei e da ordem, entre outras. Essas situações são imprevisíveis e não existe como desenhar um programa voltado a atender a essas necessidades, visto a exigência de alocação adequada de recursos para cada ação e seus produtos.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

CALHA NORTE

OBJETIVO

Aumentar a presença do Poder Público na região ao norte do rio Solimões (AM), contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região.

PÚBLICO-ALVO

População da região da Calha Norte.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 191.531.197,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 163.752.298,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 163.752.298,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. DENSIDADE POPULACIONAL NA REGIÃO DA CALHA NORTE

Unidade de medida: habitante por km²
Índice apurado em 2006: 1,15
Índice previsto ao final do PPA: 1,31

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

A densidade populacional da área do Programa Calha Norte cresceu de 1 habitante por km² em 2004 para 1,15 habitante por km² no final de 2006, o que indica baixa probabilidade de alcançar o índice ao final do PPA 2007 de 1,31 habitante por km².

2. EXTENSÃO DE FRONTEIRA POR NÚCLEO DE POVOAMENTO INTEGRADO À PEQUENA UNIDADE MILITAR

Unidade de medida: km por núcleo
Índice apurado em 2006: 330
Índice previsto ao final do PPA: 300

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

O alcance da meta estabelecida neste indicador irá depender, fundamentalmente, da disponibilização de recursos orçamentários para a construção de novos Pelotões Especiais de Fronteira, fato não realizado, até o momento.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos objetivos setoriais do Ministério da Defesa (MD), o Programa contribui para vitalizar a região da Calha Norte, promovendo o desenvolvimento sustentável e integrando sua população à cidadania e ao conjunto nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• No âmbito do Exército Brasileiro, em 2006 foi dada continuidade, prioritariamente, às obras de implantação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva de São Gabriel da Cachoeira (AM):

a) construção do Pavilhão do Corpo da Guarda do Comando da Brigada, do Pavilhão Almoxarifado do Comando da Brigada e de um Próprio Nacional Residencial (PNR);
b) implantação/adequação de infra-estrutura na Vila Militar Araribóia, do sistema de abastecimento do Comando da Brigada, da rede elétrica e iluminação pública nos quartéis e vilas militares em São Gabriel da Cachoeira, do sistema de abastecimento da Vila Militar Sargento Wolf, de cinco PNR e do rancho do Comando da Brigada;
c) pavimentação dos pátios internos do Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva e da 21ª Companhia de Engenharia e Construção, em São Gabriel da Cachoeira;

• No âmbito da Marinha do Brasil, foram destinados recursos para:

a) Construção de um edifício com 12 PNR e de cinco PNR, na cidade de Manaus (AM);
b) ampliação/reforma do Ambulatório Naval do 9º Distrito Naval (9ºDN), em Manaus (AM) e do Comando do 4º DN, em Belém (PA);

• No âmbito da Força Aérea Brasileira, foram destinados recursos para reforma das instalações da Base Aérea de Belém (PA), dos PNR do VII Comando Aéreo Regional (COMAR) em Manaus (AM) e das instalações utilizadas pelas tripulações das aeronaves;

• Construção de Embarcações para Controle e Segurança da Navegação Fluvial na Região da Calha Norte, com a remotorização do Navio Patrulha Fluvial Pedro Teixeira, a partir da aquisição de dois grupos motor-gerador e a construção de 14 Embarcações de Transporte de Tropa;

• Implantação da infra-estrutura básica nos Municípios mais carentes da região da Calha Norte e implantação de infra-estrutura básica em Municípios da Região Norte. Os recursos dessas ações são oriundos, na sua quase totalidade, de emendas parlamentares, individuais, de bancada ou de comissões e se destinam a realizar obras de infra-estrutura básica nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, transporte, energia e comunicações, nas comunidades mais carentes da região de atuação do Programa, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população com a finalidade de fixar o homem na região, integrar socialmente as comunidades isoladas e aumentar a presença do Estado na região.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é efetuado por meio de:

a) reuniões semanais com a equipe técnica dos convênios para avaliar o andamento das obras em execução;
b) fiscalizações, por equipe do Programa, nas obras conveniadas de acordo com o seu cronograma. No mínimo, cada obra é fiscalizada duas vezes, além da vistoria final. No caso das demais ações, que demandam repasses para os Comandos Militares é elaborado um relatório mensal onde se presta conta da aplicação dos recursos repassados;
c) sistemas informatizados, desenvolvidos no próprio Programa Calha Norte, para acompanhamento do andamento das obras;
d) atualização constante das ações no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan);
e) Relatório de Gestão enviado à Secretaria de Controle Interno (Ciset/MD) no início de cada ano.

Em relação ao cumprimento de metas físicas, a Ação Implantação de Infra-estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte existe uma distorção reiterada entre as metas estabelecidas e as metas alcançadas, devido a 99% dos recursos, em Lei Orçamentária, serem provenientes de Emendas Parlamentares. Por ocasião da apresentação da Emenda, o autor estabelece as metas físicas (obras, no caso) que ele pretende realizar com os recursos alocados. Quando ocorre a liberação das Emendas, o seu autor envia a relação de obras a serem executadas com os recursos liberados, obras essas que nem sempre coincidem, em quantidade, com as metas apresentadas por ocasião da apresentação da Emenda.

No caso das Emendas de Bancada e de Comissões Temáticas do Congresso Nacional, a distorção é maior ainda, ocasionada pelo fato dos valores apresentados serem de somas elevadas com metas físicas compatíveis, porém, os cortes efetuados, pelas Relatorias Setorias e Geral do Orçamento, nos valores das Emendas, que chegam a 95%, em média, não acompanham a compatibilização das metas físicas.

A Ação Apoio às Comunidades da Região da Calha Norte também recebeu recurso de Emendas Parlamentares, com metas físicas muito acima do executável e, por ocasião da sua liberação, o autor da Emenda solicitou a sua execução abaixo da sua previsão.

A execução orçamentária no ano de 2006 foi compatível com a dotação autorizada na LOA 2006 (inclusive créditos). Ressalta-se que as ações que descentralizam recursos para os Comandos Militares têm execução célere, no entanto, as ações em que são descentralizados recursos para a execução de convênios tem seu desempenho um pouco abaixo, embora seu desempenho seja satisfatório.

Em relação à liberação do fluxo de recursos, na ação Implantação de Infra-estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte, houve dois momentos

de liberação de recursos em 2006: junho e dezembro. Isso prejudica a programação de convênios, pois não há regularidade, ao longo do ano, na sua liberação.

Nas demais ações houve fluxo regular de recursos no decorrer do ano. Em relação aos convênios celebrados em 2006, não houve liberação de recurso financeiro. Ainda, ocorreram atrasos nas prestações de contas em cerca de 20% dos Municípios conveniados e muitos Municípios passam grande parte do ano inadimplentes, impossibilitando a celebração de convênios.

Quanto a processos de licenciamento ambiental, em alguns casos há conflitos de competência entre órgãos ambientais de Estados e Municípios, prejudicando a celeridade na concessão de licenças ambientais.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Quanto a mecanismos de promoção de participação social, a equipe realiza, constantemente, reuniões com as comunidades abrangidas pelo Programa. Essas reuniões assumem um caráter relevante para a obtenção de informações sobre as obras em andamento.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários, devido à falta de recursos financeiros para que seja realizada dentro dos parâmetros técnicos adequados.

O grande aperfeiçoamento necessário para, realmente, direcionar uma parcela dos recursos da Ação Implantação de Infra-estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte, seria contemplá-la no orçamento com, pelo menos, R$ 5 milhões de reais, para que o Programa possa investir em regiões pontuais da área de fronteira, em regiões mais carentes, não ficando sujeito aos interesses de emendas parlamentares.

A Ação Implantação de Unidades Militares, também, deve ter a sua dotação orçamentária aumentada, tendo em vista a preocupação com a segurança (em sentido amplo) da Amazônia brasileira.

Em relação à estrutura administrativa do Programa, seria importante a sua vinculação direta à Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais (SPEAI), do MD, eliminando um nível hierárquico. Atualmente, o Programa é vinculado ao Departamento de Política Estratégia, integrante da SPEAI/MD, para que, desta forma, os trâmites se tornam mais céleres.

Seria importante, ainda, a criação de uma estrutura consultiva/deliberativa (espécie de Conselho) integrada por representantes do MD e Comandos Militares, para que pudesse definir, a médio e longo prazo, a aplicação dos recursos do Programa em suas ações/projetos para que se estabeleçam metas mais condizentes com os objetivos.

RECOMENDAÇÕES

• Excluir o indicador Densidade Populacional Na Região Da Calha Norte no PPA 2008-2011, pois não há como o Programa interferir, objetivamente, na densidade populacional na área abrangida;

• Alteração do público-alvo do Programa para: população dos Estados do Amapá, Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e os Municípios da Calha Norte do Rio Amazonas no Estado do Pará e a Ilha de Marajó.

COMUNICAÇÕES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA NAS FORÇAS ARMADAS

OBJETIVO

Aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e Inteligência do Sistema de Defesa e a segurança da comunicação militar.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 28.388.276,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 22.490.456,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 22.490.456,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. NÍVEL DE IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA.

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 26

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O indicador do Programa é calculado pela relação entre o número de subsistemas de comunicações, comando, controle e inteligência (C3I) implantados e integrados e o número de subsistemas necessários à implementação e integração do macrosistema de Comunicação, Comando, Controle e Inteligência, sob coordenação do Estado-Maior de Defesa, nos três ambientes operacionais (terra, mar e ar). O índice previsto para o final do PPA 2004-2007 não deverá ser atingido, uma vez que não foram alocados os recursos orçamentários planejados e propostos para o período. Observe-se, no entanto, que o índice só foi apurado no início do PPA (10%).

CONTEXTUALIZAÇÃO

É imprescindível aperfeiçoar a capacidade de comando e controle de todos os órgãos envolvidos na tarefa de defesa nacional, proporcionando-lhes condições que facilitem o processo de decisão, baseado em sistemas inteligentes e capazes de antecipar situações que exijam sua utilização, em meios de comunicação modernos e seguros e na atividade de inteligência com forte suporte no sensoriamento remoto.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Implantação do Centro de Operação do Comando Supremo e Forças Singulares: início do desenvolvimento da versão 2.0 do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM), com conclusão prevista para junho de 2007; apoio, com equipamentos e *software*, às operações combinadas realizadas, com integração crescente dos Comandos nelas envolvidos; capacitação de recursos humanos, por meio de participação em seminários e realização de cursos na área da tecnologia da informação e implementação do Sistema de Comando e Controle do Plano de Contingência para a Pandemia de *Influenza* Aviária;

• Sensoriamento Remoto para Apoio à Inteligência: aquisição de imagens de satélite de alta resolução; aquisição de *softwares* para processamento, análise e interpretação de imagens de satélite e desenvolvimento e operacionalização de pontos de acesso ao Portal de Inteligência Operacional;

• Implantação do Sistema de Comunicações Militares via Satélite: aquisição de uma segunda antena de Banda X para a Estação Central de Brasília e aquisição de uma estação reserva de Banda X, a ser instalada na Estação do Rio de Janeiro;

• Implantação do Sistema de Comunicações Militares Seguras: início da implantação do Plano de Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Enlace Tático de Dados (SISTED) e aquisição de equipamentos para ampliar os laboratórios de pesquisa das Forças Singulares a fim de capacitá-los para a implantação do Sistema Tático de Dados Inter-Forças.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações utilizadas pelo Programa são: inspeções realizadas, periodicamente, destinadas à verificação do andamento das etapas do projeto em execução; monitoramento do Gerente quanto ao desempenho físico das Ações do Programa por meio da validação trimestral das ações no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e relatório Anual de Gestão, pelo qual os coordenadores de ação apresentam ao Gerente do Programa o comportamento do desempenho físico das Ações no decorrer do ano.

A meta física atingida, na Ação Implantação de Centros de Operações do Comando Supremo e Forças Singulares, foi de 80%. Deixaram de ser adquiridos, em razão de entraves administrativos na realização de licitações e na celebração de contratos, equipamentos do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC).

Com relação a Ação Sistema de Comunicações Militares via Satélite,a meta física atingida foi de 92,7%. Não foi possível implantar o Projeto de gerenciamento do sistema, em virtude de entraves administrativos que atrasaram a realização de licitações.

Todos os produtos e serviços contratados foram entregues e/ou realizados dentro dos prazos e requisitos pré-estabelecidos no âmbito da Ação Sensoriamento Remoto para Apoio à Inteligência. A meta física foi alcançada na sua totalidade.

Ações – "Implantação do Sistema de Comunicações Militares via Satélite" e Sistema de Comunicações Militares via Satélite atingiram 100% das meta física. Todos os produtos e serviços contratados foram entregues e/ou realizados dentro dos prazos e dos requisitos pré-estabelecidos.

Saliente-se que a imposição de cronograma de limite financeiro mensal, além de entraves administrativos na realização de licitações e na celebração de contratos, dificultaram, parcialmente, o desempenho físico das ações no decorrer do exercício.

Os recursos orçamentários executados tiveram a sua realização retardada, em conseqüência da aprovação da Lei Orçamentária Anual 2006 ter ocorrido somente em maio de 2006, impondo, até aquela data, o contingenciamento dos recursos destinados a investimentos e a execução orçamentária por meio de duodécimos. Ressalte-se que foram empenhados R$ 22,5 milhões, do total de R$ 28,4 milhões disponibilizados em 2006 (Lei + créditos) para o Programa.

Quanto ao fluxo de recursos, embora tenha sofrido descontinuidade, não prejudicou a execução programada, pois foi efetuada uma reprogramação dessa execução no decorrer do exercício.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

CONTROLE DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS

OBJETIVO

Controlar a produção, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, circulação, armazenamento e comércio de armas, munições, explosivos e outros produtos perigosos.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas físicas e jurídicas que fabricam, utilizam, importam, exportam, transportam e comercializam produtos controlados pelo Exército.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 14.155.708,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 14.131.021,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 14.131.021,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE CONTROLE DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 169,45
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Os índices apurados estão acima dos previstos. Os fatores que influenciaram foram: melhoria dos sistemas de controle informatizados; aumento da eficácia do cumprimento do Plano de Vistoria; aperfeiçoamento da legislação e disponibilização de meios necessários.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Compete ao Comando do Exército autorizar e fiscalizar a produção, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, tráfego e comércio de armamentos, explosivos, munições e demais produtos controlados, realizar o registro e o cadastramento de todas as armas de uso restrito de posse dos Órgãos de Segurança Pública e seus integrantes, bem como o de colecionadores, atiradores e caçadores, com base no Art. 24

da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 e no Decreto nº 3.665, de 20 Nov 2000, que aprovou o Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Publicação de 12 novas Portarias para o aperfeiçoamento do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados, sendo as principais: Portaria de coletes à prova de balas; Portaria de ácido fluorídrico; Portaria de classificação, importação e avaliação técnica de fogos de artifícios, artifícios pirotécnicos e artefatos similares; Portaria de vistorias em atividades com produtos controlados pelo Exército e Portaria que altera artigos das Normas Administrativas Relativas às Atividades com Explosivos e Acessórios;

• Participação na modelagem técnica do Centro Tecnológico de Pirotecnia - Santo Antônio do Monte (MG);

• Publicação do **Guia do Comandante**, com tiragem de 2.000 exemplares, para orientação de assuntos referentes à fiscalização de produtos controlados, para todos os comandantes de unidades militares do Exército;

• Avaliação do Sistema de Marcação de Munições;

• Avaliação de Sistema de Guia de Tráfego Eletrônica na 2ª Região Militar, com a Contratação de Empresa de Tecnologia da Informação para apresentar, em 2007, nova estruturação;

• Aquisição de 38 veículos administrativos para o atendimento da fiscalização;

• Realização de dois Simpósios de Fiscalização de Produtos Controlados em Brasília (DF);

• Realização de Operação Concentrada em lojas especializadas em vendas de armas e munições no mês de setembro de 2006, envolvendo cerca de 700 militares em dois dias de operação;

• Implantação do Sistema de Controle de Venda e Estoque de Munições (SICOVEM);

• Desenvolvimento do SIGMA INSTITUCIONAL, para cadastramento das armas dos integrantes dos Órgãos de Segurança Pública;

• Disponibilização de acesso às informações do SIGMA por intermédio do Sistema de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública (INFOSEG);

• Capacitação dos integrantes das Seções de Fiscalização de Produtos Controlados por meio de cursos, simpósios e treinamentos;

• Implementação de nova página da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) na Internet, proporcionando uma melhor disseminação de informações para a sociedade e empresas registradas no Exército.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Foram realizados dois Simpósios de Fiscalização de Produtos Controlados em 2006, em que foram tratados das metas para 2006 e de sugestões para aprimoramento do sistema de fiscalização.

A Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC realiza visitas de orientação técnica nas Regiões Militares, que são as responsáveis diretas pela fiscalização das pessoas físicas e jurídicas cadastradas no Exército.

A DFPC monitora por intermédio dos sistemas informatizados SIGMA, Sistema de Controle Fabril (SICOFA), Sistema de Controle de Vendas e Estoque de Munições (SICOVEM), Guia de Tráfego Eletrônica e SISCAB a evolução do número de registros inseridos no sistema.

Anualmente, é confeccionado um relatório final constando todas as atividades desenvolvidas e seus resultados em relação às metas traçadas. Estipula-se, nesse relatório, as metas para o ano seguinte.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Na metade do exercício financeiro de 2006, houve um contingenciamento de R$ 2,9 milhões, que somente foi revertido em dezembro. Foram contingenciados recursos referentes ao pagamento de diárias e despesas com locomoção, fundamentais para o cumprimento do Plano de Vistoria.

A participação social ocorre na forma de consultas às Federações, Associações de Classe, Grupos de Interesse, Clubes e Agremiações envolvidas com atividades de fabricação ou emprego de produtos controlados pelo Exército, quando da necessidade de edição de nova norma ou portaria regulando a atividade.

A Diretoria disponibiliza na sua página eletrônica o Fale DFPC, que permite a interação com o público-alvo e com a sociedade interessada nas atividades desenvolvidas pelo Exército nesta área. O programa avalia a satisfação de seus beneficiários através de pesquisa de satisfação do usuário que acessa a página da DFPC na internet.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento do Sistema de Aviação Civil brasileiro a fim de melhorar a qualidade da prestação dos serviços oferecidos pelos componentes do Sistema.

PÚBLICO-ALVO

Usuários e pessoal especializado da aviação civil.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 155.872.679,00	Empenho Liquidado:	R$ 102.141.708,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 102.141.708,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. FATOR DE APROVAÇÃO DE EMPRESAS FISCALIZADAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 1,5
Índice previsto ao final do PPA: 1,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O índice apurado em 2006 atingiu a meta prevista para o final do PPA.

2. EVOLUÇÃO DAS LICENÇAS EXPEDIDAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 1,05
Índice previsto ao final do PPA: 1,05

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O índice apurado em 2006 atingiu a meta prevista para o final do PPA.

3. FATOR DE APROVAÇÃO DE PRODUTOS, EQUIPAMENTOS E PROCEDIMENTOS FISCALIZADOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 1,05
Índice previsto ao final do PPA: 1,05

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O índice apurado em 2006 atingiu a meta prevista para o final do PPA.

4. GRAU DE ACOMPANHAMENTO DE AERONAUTAS EM ATIVIDADE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 0,95
Índice previsto ao final do PPA: 0,95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O índice apurado em 2006 atingiu a meta prevista para o final do PPA.

5. ÍNDICE DE SEGURANÇA DE VÔO

Unidade de medida: acidente por milhão de decolagens
Índice apurado em 2006: 1,05
Índice previsto ao final do PPA: 1,05

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O índice apurado em 2006 atingiu a meta prevista para o final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A necessidade do transporte aéreo de pessoas e cargas, dentro e fora do Território Nacional, buscando promover um serviço de qualidade por meio do apoio à formação de pessoal especializado, aperfeiçoamento dos instrumentos de certificação, fiscalização e controle da aviação civil brasileira justificam o Programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aquisição de três aeronaves para instrução em aeroclubes e recebimento de uma adquirida em 2005;

• Realizados 5.074 procedimentos de homologações, registros e controles de empresas, equipamentos e pessoal especializado;

• Realizadas 47.500 avaliações médicas periódicas e/ou eventuais, visando à concessão e/ou renovação do Certificado de Capacidade Psicofísica da Habilitação de Tripulante;

• Foram matriculados 2.351 alunos em cursos de formação e especialização na área de Aviação Civil;

• O Sistema de Informações para Controle da Aviação Civil foi mantido e atualizado com dados referentes às habilitações, tanto técnicas quanto administrativas, de aeronaves, aeroclubes, aeródromos, tripulantes.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A elaboração da proposta para 2006 aconteceu quando a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) ainda não havia sido criada. Portanto, o orçamento foi elaborado com

base em uma programação do Departamento de Ação Civil (DAC), em que não constava a previsão dos contratos para atender à manutenção da ANAC. O contingenciamento orçamentário inviabilizou alguns contratos que se encontravam em fase de empenho da despesa, e, também, licitações em andamento.

A Sede da ANAC teve seu funcionamento efetivado, mediante cessão de uso do prédio anteriormente ocupado pela extinta Viação Área de São Paulo S.A (VASP), cujas instalações são insuficientes para atender toda a estrutura organizacional da Agência. Além disso, das seis reformas previstas, só foi possível a realização de uma.

As ações que eram desenvolvidas pelo DAC foram transferidas para a ANAC, após a sua criação, necessitando, portanto, de designação de novos coordenadores. Uma das dificuldades encontradas nesta primeira fase diz respeito à consolidação dos dados físicos, tendo em vista que as ações são executadas de forma descentralizadas pelas Gerências Regionais.

As Gerências Regionais da ANAC, cujas atividades eram desenvolvidas pelas Regionais de Aviação Civil (SERACs), em espaços restritos, necessitando, portanto, de reformas para adequação ou ampliação das instalações ou de aquisição ou contratação de local para novas sedes, pois algumas estavam localizadas em espaços destinados estritamente às atividades militares.

Apesar das cessões de pessoal autorizadas pelos seus órgãos de origem, a maioria é para ocupar funções gerenciais. Porém encontra-se em andamento concurso público que deverá suprir a ANAC de pessoal qualificado para atender a execução de suas ações pertinentes.

As ações Fiscalização da Aviação Civil e Homologação, Registro e Controle de Empresas e Equipamento e Pessoal Especializado deverão ser regionalizadas, pois são implementadas de forma descentralizada pelas Gerências Regionais da ANAC.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Na ANAC existe um setor de Ouvidoria, que passou a funcionar em janeiro de 2007. Diversas autoridades da ANAC participam de audiências públicas, reuniões com sindicatos, empresas e com a indústria da aviação de modo geral.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

OBJETIVO

Aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileira.

PÚBLICO-ALVO

Usuários do sistema aeroportuário brasileiro.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.350.000.759,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 496.870.107,00**
	Pago Estatais:	**R$ 578.666.851,00**
	Total:	**R$ 1.075.536.958,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 998.585.863,90	**R$ 109.752.505,00**	

INDICADOR

1. GRAU DE DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 78,6
Índice previsto ao final do PPA: 87

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

As ações de responsabilidade da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) têm-se realizado dentro das expectativas de referência.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Suportar o desenvolvimento sócio-econômico nacional por meio da continuidade da expansão e modernização da infra-estrutura aeroportuária; apoiando as empresas no escoamento de suas produções; aumentando as opções de acesso ao Território Nacional, beneficiando a indústria do turismo; promovendo a integração regional como parte essencial da inserção competitiva do País no Mercosul e estabelecendo opções de acesso de aeronaves militares em todo o País como fator de integração, desenvolvimento e defesa nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Ampliação, adequação e modernização do Aeroporto Santos Dumont para dar suporte essencial às operações da ponte aérea RJ-SP e que foi fundamental aos Jogos Pan-americanos de 2007. A capacidade atual de 2,5 milhões de passageiros/ano será ampliada para 8,5 milhões de passageiros/ano após a conclusão das obras. Foram realizados no período de novembro e dezembro de 2006 serviços essenciais nas edificações do embarque, desembarque e conector, além de serviços de pavimentação realizados na Táxi Way;

• Ampliação, adequação e modernização do Aeroporto Internacional de Guarulhos a fim de realizar a melhoria do sistema de pátios e pistas de forma a aumentar a capacidade operacional e adequá-la ao atual movimento e à demanda futura do complexo aeroportuário que comporta o maior número de vôos internacionais e cargueiros do País e da América do Sul. Do projeto, que se encontra em 27,4% de sua execução, foram executados o aterro da área da pista de táxi PR-A e PR-V e do pátio de apoio de rampa; a escavação, carga e transporte de material brejoso do pátio remoto; a concretagem, forma, armação e montagem do sistema de drenagem; o recapeamento, revitalização e a sinalização horizontal do sistema viário de acesso;

• Adequação e modernização do Aeroporto de Congonhas visa prover o aeroporto de condições operacionais, de conforto e de segurança compatíveis ao movimento de 18,7 milhões de passageiros/ano, por se tratar do aeroporto de maior movimento de passageiros do País, localizado em área urbana sensível e extremamente exposta a qualquer alteração de natureza operacional. Foram executadas as obras de recuperação do pátio de aeronaves, serviços de acabamento da ala sul do aeroporto e a inversão da rampa de acesso à Avenida Washington Luís, totalizando 77% da obra já executada;

• Ampliação, adequação e modernização do Aeroporto de Goiânia no qual a construção do novo complexo de terminal e pista de táxi visa ao atendimento da crescente demanda do movimento de passageiros e a melhoria operacional na movimentação de aeronaves, visto que a atual infra-estrutura disponível encontra-se saturada, com capacidade para 600 mil passageiros/ano e movimento, em 2006, de 1,4 milhão de passageiros. Após a conclusão das obras, a capacidade será de 2,1 milhões de passageiros/ano. Do projeto, encontra-se em execução: o sistema de pista com escavação/regularização; o lançamento dos dutos e envelopamento; o reaterro compactado de concreto e alvenaria das caixas do banco de dutos e o plantio de grama nas áreas verdes e no talude ecológico;

• Expansão do Aeroporto Internacional de Brasília objetivando dotá-lo o aeroporto de infra-estrutura compatível à sua crescente demanda, e a sua tendência de aumento, caracterizada pelo seu caráter de ponto de conexão (*hub*) para diversas rotas. A capacidade atual é de 7,4 milhões de passageiros/ano, contra 9,8 milhões de passageiros processados em 2006. Após a conclusão das obras, a capacidade será ampliada para 11 milhões de passageiros/ano. Do projeto, encontram-se concluídas as obras de recuperação das juntas das cabeceiras com recapeamento e aplicação de *grooving* (ranhuras no asfalto para drenagem) na pista de pouso e rejuvenescimento e recapeamento da pista de táxi aéreo e a construção de área para equipamento de rampa;

• Ampliação, adequação e modernização do Aeroporto de Vitória para atender à crescente demanda do movimento de passageiros e cargas e a melhoria operacional na movimentação de aeronaves, pois é o aeroporto pólo de sustentação operações aéreas ao norte do Rio de Janeiro e o de suporte às operações *off-shore* da Petrobras. O atual terminal com capacidade para 560 mil passageiros/ano operou com mais que o dobro de sua capacidade, 1,7 milhão de passageiros em 2006. Após a conclusão das obras a capacidade será ampliada para 2,1 milhões de passageiros /ano. Foram executados, no período de 2006, o resgate da fauna e flora, o monitoramento arqueológico, a terraplanagem dos sistemas de pistas, pátio de aeronaves e terminal de passageiros, as estruturas da torre de controle do Grupamento de Navegação Aérea e as estruturas e galerias de drenagem;

• Ampliação, adequação e modernização do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, o atual aeroporto de Natal, está no seu limite, em função da atividade turística. Há a perspectiva de várias empresas comerciais internacionais aumentarem sua malha aeroviária, utilizando o aeroporto de Natal como centro de distribuição ao Nordeste brasileiro. Isso motivou a construção de um novo aeroporto civil em São Gonçalo do Amarante. Do projeto, foram executadas as obras e serviços de engenharia de terraplanagem, o cercamento da área e a manutenção das vias de acesso e os serviços de pavimentação.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O fluxo de recursos esteve compatível com a programação física de 2006. Porém, os créditos adicionais solicitados somente foram aprovados no final do mês de Dezembro/2006.

Os recursos foram suficientes para a execução das obras, encerrando o ano de 2006 com realização de 78,6% do montante geral previsto em lei. Apesar de algumas incorreções na informação das metas físicas, visto que as alterações das metas na Lei Orçamentária Anual, através de crédito suplementar e extraordinário realizados no ano de 2006, terem sido feitas apenas para os montantes financeiros, ficando as metas físicas com a posição constante da proposta original, o cumprimento da meta física consolidada não foi prejudicado.

Os investimentos que se encontram em andamento estão sendo direcionados aos aeroportos com maior grau de comprometimento da capacidade de tráfego de aeronaves, passageiros e carga, bem como àqueles de interesse estratégico do Governo Federal, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatível com as necessidades do País.

A INFRAERO, contratou um corpo técnico de engenharia para auxílio na medição e fiscalização das obras em andamento. É encaminhada, mensalmente, à área financeira, planilha com os dados de realização financeira e física, oriundos do Sistema de Preparação e Controle Orçamentário (SIPRECO), cujos dados são atualizados mensalmente pela sinopse das medições das obras nos Aeroportos.

Quanto às licitações e celebração de contratos, além dos processos licitatórios demandarem tempo, principalmente, no que diz respeito às concorrências internacionais para aquisição de equipamentos importados, as áreas técnicas encontram dificuldades para especificação dos equipamentos, dada a sua contínua evolução tecnológica. Além disso, o grande número de questionamentos e de recursos interpostos dificulta a celeridade dos processos, fato que ocasionou a baixa realização de algumas ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A INFRAERO, objetivando o cumprimento do seu compromisso social de proporcionar igualdade a todos, institucionalizou a sua política de acessibilidade. Tal política visa a promover, no âmbito de sua responsabilidade, as condições necessárias para assegurar às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida o pleno exercício dos direitos individuais e sociais. Em 2006, a rede de aeroportos administrados pela INFRAERO deu continuidade à implementação de ações para proporcionar melhores condições de acessibilidade em suas instalações, com diversas melhorias realizadas, tais como: a instalação de telefones para deficientes auditivos, com teclado acoplado; ambulância específica denominada *ambulift*; rampas de acesso; micro-ônibus adaptado, dentre outros.

Destaca-se a iniciativa de implementar uma Ouvidoria na INFRAERO, no sentido de elucidar os principais problemas vistos aos olhos dos clientes em geral, contribuindo para uma melhor adaptação dos projetos para promover a satisfação do cliente, seja através de medidas na rotina operacional ou na ampliação e adequação da rede aeroportuária.

RECOMENDAÇÕES

• Implantar comitê gestor do programa, a fim de melhorar a sinergia entre as ações, conforme o Decreto n nº 5233/2004.

ENSINO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA

OBJETIVO

Formar e educar continuadamente os recursos humanos a fim de prover profissionais habilitados para atender às necessidades do Comando da Aeronáutica.

PÚBLICO-ALVO

Alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino da Aeronáutica.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.399.063,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 8.246.634,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 8.246.634,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE APROVEITAMENTO ACADÊMICO (FORMAÇÃO)

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 99,24
Índice previsto ao final do PPA: 92

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O índice apurado em 2006 ficou acima do índice previsto para o final do PPA.

2. TAXA DE APROVEITAMENTO ACADÊMICO (PÓS-FORMAÇÃO)

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 99
Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O índice apurado em 2006 ficou acima do índice previsto para o final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa de Ensino Profissional da Aeronáutica justifica-se pela ausência, no Brasil, de instituições de ensino com cursos específicos para formar e educar continuadamente

profissionais que atendam plenamente às necessidades do Comando da Aeronáutica, uma vez que a garantia da manutenção do poder aeroespacial reside na capacitação de profissionais habilitados para o desempenho de suas atividades específicas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Formação e capacitação de mais de 3.600 militares e civis para atender às diversas necessidades profissionais do Comando da Aeronáutica;

• Além do ensino da Língua Inglesa, que é compulsório, os alunos (cadetes) da Academia da Força Aérea Brasileira (AFA) estão sendo capacitados em Língua Espanhola ou Língua Francesa, conforme sua escolha de idioma estrangeiro opcional;

• Consolidação de aulas informatizadas em todas as organizações de ensino. Implantação de *Master Business Administration* (MBA) em Gestão Pública no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (EAOAR);

• Implantação do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (PRÓ-DEFESA) na Universidade da Força Aérea (UNIFA) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) para a formação de mestres e doutores em Defesa Nacional. Implantação de Biblioteca em Defesa Nacional;

• Implantação de *software* Astor de Ensino a Distância, no Pró-UNIFA;

• Incrementada a Seção de Auxílio de Instrução para a confecção de aulas audio-visuais, propiciando melhorias no processo de ensino e aprendizado;

• Abertura de Concurso para o Curso de Formação de Sargentos (BCT), Modalidade Especial, com 160 vagas, a fim de suprir demanda extraordinária de controladores de vôo do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA);

• Abertura de Concurso para o Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros, com 16 vagas, a fim de suprir demanda do Comando da Aeronáutica;

• Ampliação do período de realização do Estágio para Comandantes, Chefes e Diretores, abrangendo áreas de interesse da Aeronáutica ligados aos assuntos de recrutamento, jurídico e administrativo;

• Implantação do Estágio Básico de Sensoriamento Remoto, possibilitando capacitação mais especializada ao pessoal da Aeronáutica;

• Realização do Congresso de Defesa na AFA, possibilitando proximidade com o meio acadêmico civil do corpo docente e dissente.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A Execução física foi de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual 2006.

O Programa visa a melhoria da capacitação do público interno do Comando da Aeronáutica. Portanto, com a implementação das medidas acima descritas, os resultados obtidos ao longo do ano 2006, ficaram acima do esperado.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A juventude é envolvida através da ação específica de Ensino Preparatório de Oficiais, que atende jovens de 14 a 18 anos.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA

OBJETIVO

Formar e educar os recursos humanos, a fim de propiciar profissionais habilitados a atender às necessidades da Marinha do Brasil.

PÚBLICO-ALVO

Marinha do Brasil.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 5.146.988,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 5.128.378,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 5.128.378,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE QUALIFICAÇÃO DO PESSOAL DA MARINHA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 87
Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Embora a variação do indicador existente, taxa de qualificação do pessoal da Marinha, tenha chegado a um índice de 87%, não é possível afirmar que será alcançado o índice originalmente previsto para o final do PPA 2004-2007 (90%), em virtude de reprovações e desistências de alunos matriculados, que ocorrem anualmente.

2. TAXA DE ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS INSTRUCIONAIS DA MARINHA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 84
Índice previsto ao final do PPA: 65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A taxa de adequação dos recursos instrucionais da Marinha atinge um patamar de 84%, superior ao índice originalmente previsto para o final do PPA 2004-2007 (65%).

CONTEXTUALIZAÇÃO

As atividades relacionadas ao Poder Naval requerem um fluxo constante de formação e aprimoramento de recursos humanos, como forma de garantir sua continuidade e desenvolvimento. Compete à Marinha formar, especializar e aperfeiçoar seu próprio pessoal, visando sempre a elevação do nível educacional e profissional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Capacitação de 3.023 Oficiais, nos cursos de formação de oficiais nos cursos de: Formação de Oficiais; Altos Estudos de Política e Estratégia; Preparatório para Formação de Oficiais; pós-graduação nas áreas de interesse para Marinha Brasileira, no Brasil e no exterior, em diversas instituições de ensino, outras Forças Armadas e órgãos civis; e, Especialização e Aperfeiçoamento de Oficiais (realizados no Centro de Instrução de Almirante Wandenkolk - CIAW, Centro de Instrução de Adestramento Aeronaval - CIAAN; Centro de Instrução e Adestramento Almirante Átila Monteiro Ache - CIAMA e demais Centros de Instrução da Marinha Brasileira);

• Capacitação de 8.760 Praças nos cursos de: Formação de Praças (pelas Escolas de Aprendizes - Marinheiros de Pernambuco, Ceará, Espírito Santo e Santa Catarina e pelos demais Centros de Instrução da Marinha); Qualificação Técnica (realizados em diversas instituições Extra-MB) e Especialização e Aperfeiçoamento de Praças;

• Capacitação de 1.428 oficiais e praças em cursos realizados a distância;

• O Colégio Naval obteve desempenho destacado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2006. Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas e notícias veiculadas pela mídia, no ENEM 2006 o Colégio Naval foi o primeiro colocado no Estado do Rio de Janeiro e o quinto colocado em nível nacional, para Escolas Públicas. Com uma nota média de 68,33, o Colégio Naval ficou muito acima da média nacional, de 42,89, média esta que também inclui os colégios particulares. Cabe ressaltar que o Colégio Naval, diferente de muitos outros colégios, contou com a participação no ENEM de todos os alunos matriculados no 3º ano escolar. O resultado obtido demonstra não apenas a competência do corpo docente e equipes técnico-pedagógica, mas também o mérito individual de cada um dos alunos inscritos;

• Realização, no Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) e no Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS), o curso em nível de pós-graduação *lato sensu Master of Business Administration* (MBA), ministrado por professores do Instituto COPPEAD de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD/UFRJ). O curso se destina a prover uma fundamentação teórica, com ênfase nos assuntos de administração e estratégia, visando a aumentar as capacidades de avaliação e decisão dos Oficiais em comissões futuras;

• Realização de cursos de qualificação em diversas Instituições Extra-Marinha do Brasil, para o Corpo Docente, mantendo-os capacitados e atualizados em suas áreas pedagógicas;

• Realização do Programa de Intercâmbios de pessoal entre a Marinha do Brasil e as Marinhas Amigas nas áreas operativas, de ciência e tecnologia, logística e instrução, que contou com a participação de representantes das Marinhas da África do Sul, Argentina, Bolívia, EUA, França, México, Namíbia, Peru e Venezuela.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os resultados obtidos, em 2006, com a execução do Programa ficaram entre 80% e 100% do previsto. Em face do contingenciamento de parte dos recursos, não foi possível o alcance integral das metas previstas para o exercício. O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. As metas físicas programadas foram atingidas, satisfatoriamente, permitindo o regular fluxo de ingresso e carreira na Marinha do Brasil.

Há necessidade de se alocar mais recursos orçamentários para atender ao programa, tendo em vista a quantidade de estabelecimentos de ensino a serem atendidos e o número de alunos a serem capacitados. Além disso, existe a carência de equipamentos instrucionais, principalmente simuladores.

Há necessidade de docentes para as diversas organizações militares pertencentes ao Sistema de Ensino Naval. Espera-se a abertura de concurso público para o magistério.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Embora o público-alvo seja a própria Marinha, não só as Organizações do Setor Operativo, como também as do Setor de Apoio, trazem benefícios diretos para a sociedade, na medida em que propiciam aos jovens formação acadêmica e ensino profissionalizante, além de, concomitantemente, engajá-los numa carreira promissora.

RECOMENDAÇÕES

• Realização de concurso público para admissão de docentes para as diversas organizações militares pertencentes ao Sistema de Ensino Naval.

ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO

OBJETIVO

Formar e capacitar recursos humanos que atendam às necessidades do Exército Brasileiro.

PÚBLICO-ALVO

Exército Brasileiro.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 16.620.328,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 16.599.401,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 16.599.401,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

TAXA DE QUALIFICAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 94,24
Índice previsto ao final do PPA: 95

A viabilidade de alcance do índice ao final do PPA: Alta

O indicador é medido pela relação percentual entre o número de alunos formados e o número de alunos matriculados.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Exército Brasileiro tem a necessidade de formar, qualificar e preparar, cognitivamente, segmento da sociedade brasileira para o desempenho da atividade militar.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Habilitação de 4.370 alunos militares e civis. Civis por intermédio de ações de ensino a distância (100% da meta prevista), entre os quais destacam-se os cursos oferecidos pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa apresenta os seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) reuniões de trabalho visando ao estudo de medidas inovadoras que contribuam para o aprimoramento dos militares e para o desenvolvimento de pesquisas de interesse do Exército;
b) visitas *in loco* mensais do Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa e/ou os Diretores com o objetivo de inspecionar os estabelecimentos de ensino para acompanhar a execução do ano letivo;
c) sistema de planejamento administrativo de ensino e cultura (sistema informatizado do Departamento de Ensino e Pesquisa), que auxilia o planejamento das ações a serem realizadas por meio da inserção dos dados de execução e de seus custos.

A execução física das ações alcançou a faixa de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual 2006. Cabe salientar que a eliminação de possíveis assimetrias de informação, no que diz respeito aos dados levantados pelos estabelecimentos de ensino, e a continuidade do processo ensino-aprendizagem com foco no aluno permitiram o alcance desse resultado.

A execução financeira atingiu, praticamente, 100% da previsão de R$ 16,6 milhões. Ressalte-se que a demora na aprovação da LOA 2006 causou um ambiente de incerteza, prejudicando a competitividade dos processos licitatórios. Ademais, os recursos foram insuficientes tendo em vista a uma maior demanda por despesas de investimento, pelo fato da realização, no corrente ano, do curso de capacitação de sargentos a ser realizado em organizações militares de corpo de tropa e pela realização do curso de Gestão de Assessoramento de Estado-Maior.

Cabe salientar que a descontinuidade do fluxo de recursos e a demora para a aprovação da LOA 2006 prejudicaram a programação da execução.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL

OBJETIVO

Preparar e, quando necessário, executar a mobilização para a defesa nacional, sob a orientação do Estado.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 6.137.933,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 5.642.381,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 5.642.381,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE CAPACITAÇÃO LOGÍSTICA NACIONAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 4
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
A Taxa de Capacitação Logística Nacional não é um índice que possa traduzir, corretamente, a implementação e a execução do Programa, tendo em vista que as três ações que o compõem têm finalidades e tempo de permanência díspares.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em que pese o estágio diplomático alcançado pela política nacional, em particular junto aos países vizinhos, o quadro de incertezas que marca o atual contexto mundial recomenda que a Defesa Nacional continue a merecer atenção. A Constituição, em seu art. 22, atribui competência privativa à União para legislar sobre requisições civis e militares, em caso de iminente perigo em tempo de guerra (inciso III) e sobre a defesa territorial, aeroespacial, marítima e civil, bem como a mobilização nacional (inciso XXVIII). O art. 84 diz que "compete privativamente ao Presidente da República declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando

ocorrida no intervalo das sessões legislativas e, nas mesmas condições, decretar total ou parcialmente a mobilização nacional" (inciso XIX).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A realização dos Estágios Intensivos de Mobilização Nacional nas cidades de Brasília (DF), Salvador (BA), Minas Gerais (MG) e Belém (PA), foram importantes vetores de disseminação das atividades de mobilização, na medida em que atingiram os mais variados segmentos da sociedade brasileira.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Quando for aprovado o Projeto de Lei nº 2272/2003 dar-se-á, então, a implantação do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB) em todos os órgãos integrantes do sistema. Neste momento, haverá a necessidade de grande aporte de recursos financeiros e de recursos humanos capacitados e qualificados, além de instalações compatíveis. Após a implantação do SINAMOB, todos os seus órgãos integrantes deverão possuir recursos humanos capazes de planejar a Mobilização Nacional.

Todos os órgãos integrantes do futuro SINAMOB são estimulados a participarem do Curso de Logística e Mobilização Nacional, ministrado na Escola Superior de Guerra, ou de participarem, sem ônus, dos Estágios Intensivos de Mobilização Nacional, desenvolvido anualmente pelo Ministério da Defesa (MD).

Os constantes contigenciamentos de recursos reduzem a capacidade de se ampliar as atividades. A aprovação da lei de criação do SINAMOB exigirá um aporte orçamentário de maior monta, para fazer frente às novas metas físicas que a estrutura do sistema exigirá.

RECOMENDAÇÕES

• Não há recomendações.

PROANTAR

OBJETIVO

Efetuar pesquisas conjuntas visando o conhecimento científico dos fenômenos antárticos e manter a presença do Brasil na Antártica.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade brasileira, especialmente comunidade científica, universidades, empresas nacionais e Instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas ao Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR).

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 23.717.030,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 13.520.991,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 13.520.991,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE PESQUISAS REALIZADAS NA ANTÁRTICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 56
Índice previsto ao final do PPA: 54

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A taxa de pesquisas realizadas ultrapassou, a meta estabelecida em função dos recursos alocados aos diversos projetos científicos, bem como à disponibilidade logística para o atendimento desses projetos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os compromissos decorrentes do Tratado da Antártica, do qual o Brasil é signatário e a necessidade de reconhecer a influência dos fenômenos antárticos sobre nossas áreas territoriais e marítimas levaram a Marinha a participar juntamente com outros órgãos governamentais, universidades e instituições de pesquisa, executoras da Política Nacional para Assuntos Antárticos e da pesquisa científica na Antártica, visando a obter informações úteis para outros ramos da atividade nacional, notadamente, bem como garantir a presença brasileira nos fóruns de decisão sobre o Continente Antártico.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• 24 projetos de pesquisa aprovados e contratados. Por meio do Edital PROANTAR/CNPq 055/2005, foram apoiadas atividades de pesquisa científica na região antártica, Oceano Austral e adjacências, segundo duas modalidades distintas: projetos de demanda espontânea e projetos induzidos ligados ao tema Biodiversidade e Evolução na Antártica;

• Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) mantida;

• 30 relatórios de monitoramento das mudanças ambientais locais e globais observadas na Antártica.

• Apoio logístico aos mais de 20 projetos de pesquisa que participaram da Operação Antártica XXV;

• Aquisição de equipamentos e instrumentos científicos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os resultados obtidos, em 2006, com a execução do Programa ficou entre de 80% e 100% do previsto. Em face do contingenciamento de parte dos recursos, não foi possível o alcance integral das metas previstas para o exercício. O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

O atraso na aprovação Orçamento da União, em 2006, trouxe alguns transtornos para a parte logística do Programa, que, por suas características especiais, é obrigado a adquirir muitos itens no exterior. Citam-se, como exemplo, as vestimentas e veículos especiais de neve, cuja disponibilidade orçamentária ocorreu ao fim do primeiro semestre de 2006. Os recursos foram antecipados por meio de crédito extraordinário aberto por Medida Provisória.

A execução financeira da Ação Missão Antártica ocorreu de acordo com a previsão inicial devidamente corrigida durante o exercício. A ação recebeu crédito extraordinário destinado à complementação dos recursos necessários para as obras de revitalização da EACF, construção dos novos tanques de armazenamento de combustível e para o reparo do navio de apoio e das aeronaves da Marinha que participam anualmente do Programa.

A ação Monitoramento das Mudanças Ambientais Locais e Globais Observadas na Antártica executou 100% da meta prevista e 100% do financeiro previsto no orçamento.

Os órgãos do Ministério da Defesa (MD) que participam direta ou indiretamente das atividades do PROANTAR atribuem elevada prioridade ao Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. O Sistema do Plano Diretor (SPD) foi adotado pela Marinha do Brasil há mais de 45 anos. Apesar de seu contínuo aprimoramento, este sistema

ainda carece de adequações que viabilizem sua perfeita interação com os demais sistemas utilizados pelos setores orçamentário e financeiro do Governo Federal. Ainda assim, o SPD contribui de forma significativa para que os recursos disponibilizados à Força sejam aplicados de modo tempestivo e efetivo.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

PRODUÇÃO DE MATERIAL BÉLICO

OBJETIVO

Produzir armamentos, cargas para munições e explosivos, para suprir o Exército Brasileiro com os meios necessários à defesa nacional e à segurança pública.

PÚBLICO-ALVO

Forças armadas brasileiras e polícias militares.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 17.790.000,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 1.550.000,00
	Total:	R$ 668.294.707,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

1. TAXA DE NACIONALIZAÇÃO DOS ARMAMENTOS UTILIZADOS PELO EXÉRCITO BRASILEIRO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
A viabilidade do alcance dos índices é prejudicada pela insuficiência de recursos orçamentários e pelo atraso na liberação dos recursos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Exército Brasileiro tem a necessidade de pesquisar, desenvolver e produzir o material bélico correspondente a uma base industrial mínima de defesa que evite a dependência externa de materiais estratégicos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foi alcançada a meta de implantação de 5% do Sistema de Saneamento e Proteção Ambiental, que consiste, basicamente, no tratamento de efluentes.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os recursos foram liberados no final de 2006, prejudicando a obtenção dos resultados pelo Programa. No que se refere à adequação do parque industrial da Indústria de Material Bélico (Imbel), incluindo aquisição de máquinas e equipamentos, e modernização das operações, apenas 3% dos 33% de meta prevista, foram realizados.

O monitoramento do programa é realizado pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), gerando relatórios de acompanhamento.

Houve contingenciamento ao longo do ano e a liberação dos recursos só ocorreu no final de dezembro de 2006, comprometendo a execução da programação.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

OBJETIVO

Reaparelhar e adequar a Força Aérea Brasileira (FAB) com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua destinação constitucional. Defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, a lei e a ordem.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 720.575.315,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 650.145.033,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 650.145.033,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. INDICADOR AERONAVES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 41,17
Índice previsto ao final do PPA: 80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Como a aquisição e a modernização de aeronaves, foco do Programa, atingiram pouco mais de 50% do previsto ao final do PPA, dificilmente o índice almejado será alcançado.

2. INDICADOR LOGÍSTICO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 39,54
Índice previsto ao final do PPA: 80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Como o índice apurado, derivado da aquisição de viaturas de superfície, de equipamentos de eletrônica e de comunicações e a implantação de sistemas de material

bélico, não chegou a 50% do previsto ao final do PPA, dificilmente o índice almejado será alcançado.

3. INDICADOR INFRA-ESTRUTURA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 44,44
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Como a aquisição e modernização de próprios residenciais e de instalações militares a implantação de sistemas de simulações e de telemática atingiram pouco mais de 50% do previsto ao final do PPA, dificilmente o índice almejado será alcançado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em razão da obsolescência natural de meios e da real necessidade do constante policiamento do espaço aéreo brasileiro, o Comando da Aeronáutica (COMAER) estuda, pesquisa e busca manter-se atualizado e pronto para efetuar a defesa do Estado brasileiro por meio de aquisições de materiais, de equipamentos e de adequações tecnológicas de seus meios. Este Programa visa a combater a insuficiência e a deficiência de meios (equipamento/material e infra-estrutura) operativos, considerando a extensão territorial continental brasileira e a existência de áreas (principalmente a Amazônia) sem instrumentos adequados para proteção e defesa.

Considerados os últimos dez anos, os níveis de investimento e custeio das Forças Armadas sofreram forte redução, comprometendo a sua capacidade operacional. Particularmente, a partir de 1995, os recursos alocados no Orçamento Geral da União (OGU) destinados ao atendimento de investimentos para o reaparelhamento das Forças Armadas têm-se mostrado insuficientes, ocasionando a obsolescência dos meios e a elevação do custo de manutenção, além de impedir o treinamento de homens com equipamento tecnologicamente atualizado.

A partir de 2000, o Comando da Aeronáutica pôde contar com um Programa de Reaparelhamento, ainda em andamento, denominado Plano de Recuperação Operacional da Força Aérea Brasileira (Profab), do qual o Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (PFCEAB) seria a primeira etapa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aquisição de 28 aeronaves:

a) 15 AL-X;
b) dois EMB 145;
c) quatro MIR 2000;
d) dois Helicópteros CH-60;
e) três CL-X;

f) dois Legacy;

• Aquisição de 40 viaturas;

• Conclusão da construção de 18 Próprios Nacionais Residenciais nos Afonsos (RJ);

• Continuação das obras de construção de Próprios Nacionais Residenciais:

a) 32 em Manaus (AM);
b) 87 em Campo Grande (MS);
c) 56 em Jacarepaguá (RJ);

• Modernização de 10 aeronaves F-5BR.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os resultados obtidos em 2006 com a execução do Programa ficaram entre 40% e 80% do previsto. As restrições orçamentárias e contingenciamentos de recursos permitiram apenas o alcance parcial das metas. A compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física sofreu descontinuidade, prejudicando parcialmente a execução programada.

O percentual de execução física do Programa apurado leva em consideração apenas as metas previstas para o exercício e realizadas com recursos do ano. Contudo, parte desses recursos foi aplicado em metas que serão concluídas em 2007 (restos a pagar de 2006), que, se computadas, elevariam consideravelmente o índice.

O fluxo sofreu descontinuidade, o que prejudicou parcialmente a execução programada. Dois aspectos devem ser ressaltados: o creditício e o financeiro. No primeiro, o atraso na aprovação da LOA gerou retardo no início da execução das metas. O atendimento de créditos suplementares somente ocorreu no final do exercício, o que, além de provocar atraso, dificultou os processos licitatórios (por falta de prazos suficientes) restringindo a aplicação das metas. No segundo, o cronograma de desembolso limitou parte da execução orçamentária, posto que não se pôde assumir compromissos sem a expectativa de numerário para pagamento. Esta situação foi mais acentuada no primeiro semestre, quando, além dos compromissos com o orçamento do ano, havia os compromissos com restos a pagar. O cronograma financeiro não contemplou essa situação, não havendo aporte de recursos financeiros em maior volume nesse período.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Devido à característica e à dimensão do público-alvo do Programa, a participação da sociedade tem ocorrido por meio das instituições representativas dos Poderes constituídos, nas diversas áreas de interface com o Programa, principalmente no âmbito do Grupo Executivo Interministerial (GEI) e por meio dos veículos de comunicação.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL

OBJETIVO

Reaparelhar e adequar a estrutura da Marinha às necessidades de aplicação do Poder Naval.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 225.373.816,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 133.100.275,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 133.100.275,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 30
Índice previsto ao final do PPA: 31

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice de 31% deverá ser alcançado. O indicador relacionado à taxa de adequação da Marinha do Brasil é medido pela relação percentual entre o número de meios adequados à defesa existentes e o total de meios adequados necessários.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em razão do permanente avanço das tecnologias empregadas na área militar, faz-se necessário um esforço da Marinha para manter os meios adequados ao combate naval, em termos de modernização e capacidade operacional, visando a contribuir para a defesa do País como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Em julho de 2006, foi entregue à Esquadra o Submarino Tikuna, quarta unidade construída pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), maior submarino já construído no País. Este submarino é resultado de aperfeiçoamentos introduzidos pelos nossos engenheiros e técnicos no projeto alemão do submarino IKL-209;

• Modernização de Submarinos no que se refere aos sistemas auxiliares da propulsão do navio e de equipamentos de comunicações;

• Construção de um novo Navio Patrulha de 500 toneladas no estaleiro Indústria Naval do Ceará S.A (INACE), com o propósito de incrementar as ações de fiscalização e patrulha dentro de nossas águas jurisdicionais (Amazônia Azul), apoiando as atividades de pesca, de proteção ao meio ambiente, repressão de ilícitos, bem como efetuar ações de busca e salvamento visando a salvaguarda da vida humana no mar, em especial na área do Nordeste Brasileiro.

• Em janeiro de 2006, foi concluída a substituição dos motores de propulsão do NPaFlu Roraima e foi dado andamento aos mesmos serviços nos NPaFlu Amapá e NPaFlu Rondônia. Estes navios têm o mesmo emprego citado no item anterior, acrescido do apoio às populações ribeirinhas, prestando atendimento médico-odontológico e efetuando ações de cunho social, além de levarem a presença do Estado brasileiro às porções mais distantes da Bacia Amazônica;

• Celebração de contratos visando a capacitação de pessoal civil e militar na manutenção dos novos sistemas implementados nas Fragatas da Classe Niterói (ModFrag). Esses contratos foram firmados e se encontram em execução;

• Em paralelo com a modernização, foram desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisas da Marinha e pelo Centro Tecnológico da Marinha, em São Paulo, os Sistemas de Controle de Avarias (SCAV) e Sistema de Controle e Monitoração da Propulsão e Auxiliares (SCMPA), respectivamente. Tais sistemas, vitais para navios de guerra, anteriormente de origem estrangeira, foram integralmente desenvolvidos e produzidos por estas instituições com intensivo apoio de empresas nacionais e estão sendo instalados nos navios modernizados. A Fragata Defensora já recebeu o SCAV, a Independência recebeu o SCMPA e a Liberal está em processo de instalação de ambos;

• Com relação à Modernização de Organizações Militares, dentre diversas obras em andamento, a mais relevante é a revitalização do AMRJ que visa dotá-lo de um parque industrial eficiente e moderno, capaz de acompanhar a evolução técnica dos processos de construção naval e atender com presteza as demandas dos serviços dos meios.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A execução financeira atingiu o valor de R$ 133 milhões, o que equivale a aproximadamente 60% do montante previsto. Em decorrência dos limites orçamentários impostos à Marinha do Brasil, foram contingenciados, em 2006, R$ 89 milhões no presente Programa, o que corresponde à cerca de 40% do valor contemplado.

Em razão do contingenciamento da dotação orçamentária, não foi possível concluir a maioria das metas físicas previstas na Lei Orçamentária. Em face dos insuficientes referenciais monetários atribuídos à Marinha do Brasil, as metas físicas foram propostas em patamar inferior ao previsto. A existência de restos a pagar do ano de 2005 e o estabelecimento de montantes de LP e LME no mesmo patamar, exigiram da Marinha a inscrição de despesas em restos a pagar para 2007 e a postergação de realizações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

É relevante a desativação, por obsolescência, nos últimos 10 anos, de 21 navios e nove aeronaves com a contrapartida de ingresso no inventário naval de apenas 10 navios. Caso se mantenha essa situação nos próximos anos, tornar-se-á irreversível a perda da Esquadra.

O atraso de 90 meses na construção da Corveta Barroso e a atual situação do inventário das Unidades Navais são conseqüências dos contingenciamentos e parcos recursos impostos à Marinha ao longo dos últimos anos. Ressalte-se que o *software* de combate desse navio está sendo integralmente concebido, desenvolvido e produzido por empresas brasileiras.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

OBJETIVO

Reaparelhar e adequar a estrutura do Exército para atender às necessidades da defesa do território brasileiro.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 49.469.326,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 48.824.521,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 48.824.521,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 8,37
Índice previsto ao final do PPA: 2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixo
O índice final dois é muito difícil de ser alcançado, em razão dos poucos recursos liberados na Lei Orçamentária Anual 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Exército Brasileiro ao buscar dotar as suas Organizações Militares (OM) com vetores de modernidade tem o propósito de obter um adequado suporte ao reparo e ao emprego da Força Terrestre.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aquisição de 250 blindados, 54 viaturas diversas, 818 equipamentos de comunicações, eletrônica e informática, oito armamentos (Sistema anti-aéreo míssil Igla, fuzis, obuseiros e mira laser).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Não houve contingenciamento e a execução física foi de 80% a 100% do previsto na LOA 2006. Cabe ressaltar, que embora dentro do previsto, as execuções físicas das seguintes ações estão bem abaixo das reais necessidades planejadas:

a) implantação da Brigada de Operações Especiais;
b) implantação da Brigada de Operações de Força de Paz;
c) implantação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva;
d) implantação da 11ª Brigada de Infantaria Leve;
e) modernização Operacional das Organizações Militares do Exército;
f) modernização da Força Terrestre.

RECOMENDAÇÕES

• Não há recomendações.

RECURSOS DO MAR

OBJETIVO

Levantar, compilar e disponibilizar dados oceanográficos e climatológicos e informações relativas ao relevo e aos recursos do mar na plataforma continental brasileira a fim de atender aos interesses e às necessidades de defesa nacionais, e à exploração comercial desses recursos, gerando divisas para o País.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade brasileira, especialmente comunidade científica, universidades, empresas nacionais e Instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas aos recursos do mar.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.073.984,00	Empenho Liquidado:	R$ 7.678.820,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 7.678.820,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

1. TAXA DE ATUALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO DO RELEVO E DOS RECURSOS EXISTENTES DA PLATAFORMA CONTINENTAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 66

A viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA : Muito Baixa.

O levantamento do relevo submarino depende, principalmente, de um sensor denominado ecobatímetro multifeixe e somente em 2006 o Programa conseguiu recursos para adquiri-lo, ao ser contemplado com R$ 2.162.000,00. O equipamento será adquirido em 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os acordos internacionais relativos ao direito do mar, dos quais o Brasil é signatário, bem como as necessidades de levantar e explorar os recursos da plataforma continental e

da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), com finalidades de defesa e comerciais, impelem a Marinha de participar ativamente em trabalhos de levantamento de dados e informações sobre os recursos do mar, juntamente com outros órgãos governamentais, instituições de pesquisa e empresas nacionais, visando a ampliar os conhecimentos sobre as potencialidades do nosso mar e buscar novas formas de exploração dos recursos marinhos, em benefício da sociedade brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Manutenção da operacionalidade da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, assegurando a continuidade das pesquisas científicas naquela região e contribuindo para garantir ao Brasil o estabelecimento de uma ZEE de 450.000 km² ao redor do Arquipélago;

• Apoio às atividades de 24 projetos de pesquisa, com a participação de 48 pesquisadores;

• Realização de três comissões de manutenção e dos treinamentos pré-Arquipélago. Foram adquiridos diversos equipamentos para recuperar a Estação, uma vez que, nos primeiros dias do mês de junho, suas condições de habitabilidade foram seriamente comprometidas por ação violenta do mar;

• Pesquisa e monitoramento oceanográfico realizados por intermédio do Programa Global de Observação dos Oceanos (GOOS/BRASIL);

• Realização da manutenção de bóias fixas no Atlântico Tropical e Atlântico Sul, e a operação de uma linha de monitoramento de alta densidade das temperaturas da capa superficial do oceano Atlântico Sul, na área entre a cidade do Rio de Janeiro e a Ilha de Trindade, além do lançamento de quinze bóias de deriva;

• Ampliação da capacidade de armazenamento, bem como diversas outras relacionadas às atividades de suporte, documentação e bibliografia;

• Elaboração de um novo programa para carga de dados ambientais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O cumprimento das metas físicas no exercício de 2006 situou-se entre 80% a 100% do previsto na LOA 2006. Registra-se, no entanto, que os recursos da LOA consignados ao Programa não são suficientes para sua completa execução.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) desenvolve entendimentos com o setor privado, em especial com o setor de mineração, no intuito de obter recursos adicionais para o Programa.

São promovidas reuniões com setores acadêmicos e setores privados para definição de linhas de pesquisa que atendam aos interesses dos potenciais beneficiários.

Cabe ressaltar que Plano Setorial de Recursos do Mar (PSRM) desenvolve ações que não estão dentro deste Programa e que a elaboração do VII PSRM, em andamento, prevê articulações que promovam a migração de tais ações para este Programa.

Dentre os aspectos do Programa que necessitam ser aprimorados, destaca-se a introdução de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade. Neste aspecto, está em fase de construção um painel de indicadores elaborado a partir de ampla discussão com todos os atores envolvidos.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA

OBJETIVO

Prover a segurança da navegação em águas sob jurisdição brasileira.

PÚBLICO-ALVO

Operadores de transportes aquaviários e de embarcações em geral, e seus usuários.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 70.725.098,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 63.366.503,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 63.366.503,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. COEFICIENTE DE ACIDENTES NÁUTICOS

Unidade de medida: 1/1.000
Índice apurado em 2006: 1,6
Índice previsto ao final do PPA: 1,6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O índice apurado em 2006 já alcançou o previsto para o final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Por força de atribuições legais e de acordos internacionais, compete à Marinha executar diversas atividades voltadas para a segurança da navegação, controle e proteção dos meios e pessoas que trafegam nas áreas marítimas e fluviais sob jurisdição brasileira. Tais atividades contribuem diretamente para a redução dos custos de navegação e, conseqüentemente, dos fretes dos produtos transportados, o que representa economia de divisas para o País e maior desenvolvimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Disponibilização de informações ambientais provenientes da modelagem atmosférica e de ondas para as regiões costeiras brasileiras do Sul e do Sudeste na página da Internet do Centro de Hidrografia da Marinha (CHM);

• Participação na Comissão OCEANO SE-IV, realizada pelo Navio Oceanográfico ANTARES, visando a coletar dados oceanográficos, meteorológicos, batimétricos de auxiliar à navegação no litoral sudeste, a fim de dar prosseguimento ao Plano de Desenvolvimento do Programa Oceano;

• Realização de nove Levantamentos Hidrográficos (LH);

• Migração de 154 Cartas Náuticas da Diretoria de Hidrovia e Navegação (DHN) para o formato Maptech-NOAA/BSB de Carta Eletrônica *raster*;

• Publicação de duas novas edições de Cartas Náuticas e 20 pequenas atualizações;

• Emissão de 2.484 Avisos aos Navegantes e a instalação do Banco de Dados Cartográficos, primeiro passo que permitirá a confecção de cartas eletrônicas vetoriais;

• Conclusão das revisões das Normas da Autoridade Marítima (NORMAM);

• Realização do VI Simpósio da Segurança do Navegador Amador, em Santos;

• Realização de 1.043 cursos para as Comunidades Marítima e Portuária e de Atividades Correlatas, pelos Centros de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), Almirante Áttila Monteiro Aché (CIAMA) e Almirante Braz de Aguiar (CIABA), pelas Capitanias dos Portos, Delegacias e Agências, pela Fundação de Estudos do Mar e, ainda, por outras Organizações Militares e Civis que realizaram cursos subsidiados pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM);

• Formação de 21.625 alunos nos diversos cursos ministrados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

As restrições orçamentárias tiveram como conseqüência a redução de algumas atividades inicialmente planejadas, não sendo possível atingir as metas inicialmente previstas em razão da insuficiência dos recursos.

Em razão dos reduzidos referenciais monetários, a atuação do programa deve priorizar como atividades principais: a sinalização Náutica Brasileira que, com o passar dos anos, vem se deteriorando e acarretando dificuldades para que o Índice de Eficácia da Sinalização Náutica, sob a responsabilidade da Marinha do Brasil, mantenha-se no nível preconizado pela *International Association of Marine Aids to Navigation and Lighthouse Authorithes* (IALA) adotado no País e a aquisição de imagens e formação de pessoal em atividades afetas ao Sensoriamento Remoto, à Previsão Numérica e às Previsões Ambientais.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

É realizada ouvidoria pelos canais de comunicação existentes nas Capitanias, Agências e Delegacias que compõem o Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA).

São, periodicamente, promovidas reuniões com grupos de interesse, como, por exemplo, sindicato de portuários e armadores, onde são identificadas as necessidades relacionadas ao número de cursos afetos ao Ensino Profissional Marítimo. O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários mediante pesquisas e inquéritos pedagógicos. Também são captadas críticas e sugestões pela Internet.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO

OBJETIVO

Proporcionar circulação segura e eficiente ao tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil.

PÚBLICO-ALVO

Empresas aéreas, operadores de aeronaves civis e militares, pilotos civis e militares, unidades aéreas das Forças Armadas, usuários ou assinantes dos serviços e sistemas de telecomunicações aeronáuticas, de informações aeronáuticas, de meteorologia aeronáutica, de busca e salvamento e de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 534.020.860,00	Empenho Liquidado:	R$ 522.681.924,00
	Pago Estatais:	R$ 552.953,00
	Total:	R$ 523.234.877,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. ESPAÇO AÉREO MONITORADO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 95
Índice previsto ao final do PPA: 94

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Em 2006, a taxa de monitoramento do espaço aéreo brasileiro atingiu 95%, superando o percentual previsto para o final de 2007.

2. ÍNDICE DE ACIDENTES AERONÁUTICOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 0,61
Índice previsto ao final do PPA: 0,56

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

No ano de 2006, o índice de acidentes apresentado foi de 0,61% (número de acidentes ocorridos na aviação civil dividido pelo número de aeronaves registradas no Registro Aeronáutico Brasileiro RAB-DAC, multiplicado por 100), tendo crescido 15% em relação ao ano anterior.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A necessidade de garantir o controle efetivo do espaço aéreo brasileiro; de prover a segurança e a eficiência do tráfego aéreo civil e militar; de atender ao crescimento do tráfego aéreo relativo à aviação doméstica e internacional; de acompanhar a evolução tecnológica das aeronaves, dos meios de controle do espaço aéreo e das comunicações do Comando da Aeronáutica; bem como de atender às normas e recomendações da Organização de Aviação Civil Internacional (OAICI), que sejam de interesse do Brasil, justificam o Programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Modernização de 51 radares;

• Implantação de 11 radares de área terminal, sete radares STAR 2000, um radar TA 10M e 11 canais meteorológicos;

• Incorporação dos meios de vigilância, auxílios à navegação e telecomunicações implantados pela Comissão Coordenadora do Sistema de Vigilância da Amazônia (CCSIVAM), incrementando o controle do espaço aéreo na Região Amazônica;

• Contratação de canalização *backbone*;

• Implantação de redes estruturadas;

• Aquisição de oito equipamentos de sistemas de navegação aérea (DVOR/DME);

• Aquisição de 10 equipamentos tipo PAPI, 31 pistolas de avisos luminosos, duas Estações Meteorológicas de Superfície (EMS) tipo 1 e duas Estações Meteorológicas de Superfície (EMS) tipo 2;

• Reforma da instalação elétrica do laboratório de aferição (LABRA) do Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA 3);

• Elaboração da documentação técnica do sistema de gerenciamento de NOTAM (SISNOTAM). NOTAM (*Notice Air Man*) é um documento que notifica os aeronavegantes sobre rotas e orientações de vôo;

• Confecção do projeto básico do sistema Programa de Correção de Previsão de Aeródromo (PCOAMET);

• Desenvolvimento dos módulos de Conexão, Consulta, Relatório e Anuário do sistema Seta Millenium;

• Contratação de consultoria, treinamento, manutenção e desenvolvimento de sistemas de Controle do Espaço Aéreo (STVDX 4000, Sistema de Tratamento de

Visualização de Dados, MITRA, CCAM, Centro de comutação Automática de Mensagens, OPMET, Banco de Informações Meteorológicas, Sistema de NOTAM);

• Implantação de soluções de segurança da informação para proteção dos sistemas corporativos instalados nos servidores localizados nos Centro de Computação (CCA);

• Contratação de suporte de banco de dados de sistemas de Tecnologia de Informação para o Comando da Aeronáutica (COMAER);

• Contratação de 17 técnicos (10 - CCA-RJ-SAUTI e sete - DECEA - administração de rede e *helpdesk*);

• Disponibilização do acesso às publicações de informações aeronáuticas aos aeronavegantes (Publicações Jeppesen);

• Implantação e complementação de Sistema de Vigilância Eletrônica nas organizações subordinadas ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA);

• Realização de treinamento sobre o Gerenciamento de Recursos da Equipe, no DECEA e Organizações Militares subordinadas;

• Manutenção corretiva em 160 dos 1.500 imóveis entre operacionais e técnico-administrativo;

• Implantação/ampliação de 53 imóveis técnico-administrativos;

• Aquisição de 108 veículos especiais para a complementação das respectivas Tabelas de Dotação de Veículos (TDV);

• Criação do Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea;

• Criação da Agência de Monitoração da região Caribe e América do Sul (CARSAMMA);

• Implementação da Redução da Separação Mínima Vertical (RVSM);

• Execução de testes para aplicação do Sistema de Aumentação Baseado em Satélites (SBAS);

• Execução de testes para aplicação do Sistema de Aumentação Baseado em Terra GBAS (Ground Based Augumentation Systems);

• Execução de testes e avaliações visando ao estabelecimento de uma estrutura técnica e operacional para, em tempo real, possibilitar a adoção das aplicações operacionais, via enlace de dados de comunicação - *Controller Pilot Data Link Communication* (CPDLC) e vigilância - *Automatic Dependent Surveillance* (ADS). O CPDLC e o ADS são sistemas avançados para controle de tráfego aéreo, que substituem a comunicação oral entre o piloto e o controlador por mensagens digitais e a vigilância radar por informações de posição das aeronaves por meio de satélites;

• Capacitação na Língua Inglesa dos Controladores de Tráfego Aéreo;

• Capacitação dos Recursos Humanos em Cursos Especiais;

• Implantação e modernização de infra-estrutura para capacitação dos profissionais;

• Incorporação dos meios de Vigilância, Auxílios à Navegação e Telecomunicações implantados pela CCSIVAM, incrementando o controle do espaço aéreo na Região Amazônica;

• Ativação do CINDACTA IV que se fez com base na absorção do Serviço Regional de Proteção de Vôo de Manaus (SRPV-MN).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O DECEA dispõe de um sistema de Planejamento (SISPLAN) que permite o acompanhamento da execução do Programa de Trabalho, bem como através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) é realizado o acompanhamento da execução orçamentária do Programa.

No Exercício de 2006, as metas físicas foram cumpridas conforme o previsto na Lei Orçamentária Anual 2006, considerando que os recursos foram disponibilizados de modo tempestivo. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

Ressalta-se que os recursos aprovados na Lei Orçamentária estão aquém dos recursos arrecadados provenientes de tarifas e das reais necessidades do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB).

A quantidade de pessoal, tanto na equipe gerencial do Programa como nas equipes executoras, considerada inadequada, é fator crítico em todas as áreas, inclusive na prevenção de acidentes aéreos.

Houve dificuldades na celebração de convênios, principalmente na Ação Cartografia Aeronáutica, pois a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), órgão concedente, não alocou recursos no Exercício de 2006 para a celebração de convênio, visando à confecção de Cartas de Aeródromos de seu interesse e do DECEA.

A orientação de utilizar a modalidade de licitação Pregão Eletrônico prejudicou a agilidade dos processos administrativos de gestão, acrescidos da morosidade na apreciação pelos Núcleos de Assessoria Jurídica (NAJ) responsáveis pelas análises jurídicas dos processos de contratação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Considerando a complexidade e especificidade das ações que compõem o Programa, verifica-se que os atuais indicadores não mensuram adequadamente todos os objetivos esperados. Medidas estão sendo adotadas no sentido de propiciar indicadores adequados para o Programa. No exercício de 2006, foi elaborada uma minuta de Instrução a fim de

criar indicadores que expressem adequadamente os objetivos alcançados na implementação do Programa. No DECEA, utiliza-se o índice Percentual do Sistema Mantido (PSM) que mede a taxa de operacionalidade dos Destacamentos do SISCEAB, onde a ação de todo o sistema se alicerça. Esta é representada pela divisão da diferença entre a totalidade de horas previstas de operacionalidade (THD = 24x365x79) e a de horas de não operação (HNOp) de todos os Destacamentos, dividido pela totalidade de horas previstas de operacionalidade (THD), multiplicado por 100.

Deve-se enfatizar a importância do SISCEAB nas informações de relevância estratégica, garantia da presença de efetivo em regiões estratégicas do País, permitindo a salvaguarda de pessoas, bens e recursos brasileiros e na promoção da modernização e manutenção contínua dos meios de controle do espaço aéreo. Os beneficiários do SISCEAB receberam produtos e serviços compatíveis e adequados com as suas necessidades no ano de 2006.

RECOMENDAÇÕES

• Excluir a Ação Cartografia Aeronáutica, incluindo seu objeto na Ação 2923 – Operação e Manutenção de Equipamentos e Sistemas do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro;

• Ajustar a descrição da Ação Operação e Manutenção de Equipamentos e Sistemas do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, incluindo o escopo da ação a ser excluída (Cartografia Aeronáutica).

SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS

OBJETIVO

Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar das Forças Armadas, ativo e inativo, e a seus dependentes.

PÚBLICO-ALVO

Militares das Forças Armadas e seus dependentes.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 890.828.200,00	Empenho Liquidado:	R$ 862.363.596,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 862.363.596,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

1. TAXA DE OCUPAÇÃO HOSPITALAR DA POPULAÇÃO-ALVO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 70
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
O indicador, medido pela relação percentual entre o número médio de leitos ocupados e a quantidade total de leitos disponíveis manteve-se estável em 70%. Assim, a viabilidade de atingir o índice de 60%, meta ao final do PPA, é média.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Provimento aos militares (ativo e inativo) e seus dependentes de adequada assistência médico-hospitalar, assegurando o acesso e a humanização do atendimento de saúde.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Capacitação de 274 militares, por meio de cursos de formação desenvolvidos pelo Programa de Prevenção e Controle das DSTs/Aids nas Forças Armadas, realizado em parceria com o Programa Nacional de AIDS do Ministério da Saúde (MS) e o UNAIDS. No âmbito do mencionado Programa de prevenção foram realizados também: o Seminário de Gestão Técnica e o lançamento do Programa nas Escolas de Formação de Oficiais

(Escola Naval, Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN e Academia da Força Aérea Brasileira – AFA) que consistiu na transmissão de orientações para que o assunto prevenção às DSTs/Aids fosse incluído nos currículos dos cursos de formação;

• Melhoria na interação e disponibilização dos Serviços Médicos Especializados de cada Força Armada às demais, abrangendo um maior número de atendimentos, racionalizando os recursos e beneficiando a população de assistidos pelos Serviços de Saúde das Forças Armadas: 1,2 milhões de cidadãos;

• Participação na assistência à saúde à população civil no atendimento suplementar às populações indígenas e ribeirinhas da Amazônia atuando subsidiariamente ao Sistema Único de Saúde (SUS), bem como nas áreas de fronteira, remotas e de difícil acesso do País, em parceria com o MS, beneficiando a população em geral da região, cerca de 13 milhões de cidadãos;

• O Projeto Retrato da Família Militar realizou um levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre a família militar com o fim de subsidiar os programas e projetos desenvolvidos pelo Departamento;

• Assinatura do Termo de Cooperação Técnica nº 003/2005, publicado em 09 de fevereiro de 2006 - Seção 3 no Diário Oficial da União (DOU), celebrado entre o Ministério da Defesa (MD) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), instituindo o Projeto Incentivo ao Deslocamento de Médicos para a Amazônia Legal, que tem por objetivo promover o intercâmbio educacional entre as Forças Armadas e instituições universitárias.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na LOA 2006. A escassez de recursos orçamentários resultou na precariedade dos equipamentos de saúde, por falta de recursos para investimentos e descontinuidade da manutenção das instalações em nível adequado. Como conseqüência, aumentou a dependência da terceirização dos atendimentos de saúde.

A taxa de ocupação hospitalar é insuficiente para expressar o desempenho do Programa, isoladamente. O ideal seriam indicadores que expressassem o nível de saúde do público-alvo como um todo, como o índice de mortalidade infantil e longevidade, ou que expressassem a qualidade do atendimento, como a mortalidade materna e a taxa de infecção hospitalar.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os Fundos de Saúde das Forças Armadas, ao serem criados, eram recursos extra-orçamentários, destinados a complementar, exclusivamente, a Assistência Médico-Hospitalar (AMH) aos militares e seus dependentes. A partir da Constituição de 1988, estes Fundos foram englobados pelo orçamento das Forças, compondo a parcela de Outros Custeios e Capital (OCC). Dessa forma, os recursos de saúde deixaram de ter destinação

precisa e, de certa forma, competem com os recursos com os quais as Forças administram seu custeio e investimentos na área operativa. Os serviços de saúde dispunham, no passado, além dos recursos oriundos dos Fundos de Saúde e daqueles baseados no cálculo do produto do Fator de Custo, recursos específicos do Tesouro Nacional para custeio e contratos.

O Fator de Custo (FCAMH) não é corrigido desde 1999 e os recursos do tesouro foram reduzidos. Os recursos arrecadados pelos Fundos de Saúde, progressivamente, passaram a compor a maior parcela dos recursos destinados ao Programa, representando atualmente 81% do total. Ou seja, a maior parcela dos recursos do Programa, embora oriundos do Tesouro Nacional, são de fato oriundos das contribuições compulsórias dos militares para os Fundos de Saúde das Forças, cuja destinação deveria cobrir somente o custeio da AMH. Como os custos da AMH sofreram e sofrem progressivo aumento, devido à inflação acumulada ao longo dos anos e, principalmente, ao aumento progressivo do universo de beneficiários, é necessário desvincular os recursos originários dos Fundos de Saúde da rubrica OCC e, principalmente, assegurar que eles não sejam alvos de contingenciamento, já que a adequação entre a receita e a despesa é garantida pela contribuição compulsória.

Considerando também, que os recursos arrecadados pelos Fundos de Saúde se destinam, exclusivamente à prestação da assistência médico-hospitalar, por força do Decreto nº 92.512/86, é necessário o ingresso de recursos destinados à manutenção do Programa em nível adequado às demais tarefas do Sistema de Saúde das Forças Armadas como: produção de medicamentos para a Farmácia Popular e combate a endemias; participação no Projeto Soldado Cidadão; assistência de saúde complementar do SUS em áreas remotas ou de difícil acesso e participação em campanhas de Saúde Pública e apoio à catástrofe.

RECOMENDAÇÕES

• Desvincular o orçamento dos Fundos de Saúde das três Forças da rubrica OCC, haja vista que a sua fonte de arrecadação são os descontos compulsórios dos militares para o custeio da AMH.

TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL

OBJETIVO

Promover a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira.

PÚBLICO-ALVO

Nação Brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 89.982.026,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 62.340.180,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 62.340.180,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE EXECUÇÃO DE PESQUISAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 63
Índice previsto ao final do PPA: 66

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Os recursos aprovados anualmente, abaixo do solicitado/necessário, mais especificamente nas ações de Capacitação de Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial, Desenvolvimento do AM-X e Desenvolvimento de Sistemas Bélicos e Associados, permitiram que as metas fossem atingidas parcialmente.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As ações deste Programa possibilitam o atendimento da necessidade da Aeronáutica em deter o conhecimento de tecnologias de ponta e estrategicamente sensíveis, de modo a gerar a adequada independência para o desenvolvimento de equipamentos e sistemas aeroespaciais. Tal capacitação gera reflexos em toda a sociedade por meio do fomento, coordenação e apoio ao complexo industrial aeroespacial brasileiro e ao desenvolvimento de mão-de-obra altamente especializada.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Entrega da oitava etapa do Míssil AR-AR MAA-1B;

• Realização de oito pesquisas que resultaram no desenvolvimento tecnológico aeroespacial, com destaque para as seguintes linhas:

a) sensor eletroóptico da aeronave P-3BR;
b) estudo do míssil MSS 1.2 para helicópteros;
c) navegação autônoma por imagens;
d) pára-brisa blindado da aeronave EMB-314;
e) painel de blindagem do Super Puma;
f) instrumentação virtual no laboratório de radar;
g) previsão de custos de manutenção de aeronaves militares;
h) problema de localização de máxima cobertura aplicado à localização de esquadrões de aeronaves de interceptação na região amazônica;
i) informações georeferenciadas de sensoriamento remoto.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os resultados obtidos em 2006 com a execução do Programa ficaram entre 40% e 80% do previsto. As restrições orçamentárias e os contingenciamentos de recursos permitiram apenas o alcance parcial das metas. A compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física sofreu descontinuidade, também prejudicando a execução programada.

A tabela abaixo demonstra que a execução do Programa ficou bem abaixo da dotação alocada nas ações:

R$ x 1,00

	2005		2006			
Ações	Dotação Atual	Liquidado	% Liquidado	Dotação Atual	Liquidado	% Liquidado
2884	40.000	40.000	100%	40.000	27.979	69,95%
4404	5.980.764	5.935.970	99,25%	5.918.126	3.145.500	53,15%
3122	53.678.297	52.221.373	97,29%	75.000.000	50.883.849	67,85%
5408	6.000.000	5.992.975	99,88%	8.000.000	7.731.834	96,65%

Foram realizados cursos de capacitação, atualização e reciclagem dos recursos humanos do Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial, atendendo ao Comando-Geral e às organizações militares a ele subordinadas, cujas demandas foram detectadas por meio do levantamento anual de necessidades.

Em relação ao Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados, foram concluídos ensaios e as análises de separação referentes à Bomba de Penetração (BPN). Foi efetuada a entrega da oitava etapa do Míssil AR-AR MAA-1B em dezembro de 2006. Foram cumpridas várias etapas referentes aos ignitores do Míssil Anti-Radiação (MAR-1).

Em se tratando do desenvolvimento do AM-X, os recursos disponibilizados em 2006 permitiram honrar compromissos que representariam inadimplência contratual e a proceder à manutenção de motores de aeronaves pela área logística.

Na Ação Meteorologia Aeroespacial, foi avaliado o desempenho do modelo numérico de previsão de tempo e desenvolvidos estudos numéricos das características da turbulência atmosférica da Camada Limite Superficial no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Foram produzidos 23 documentos entre publicações técnicas e científicas.

Foram realizadas oito pesquisas no âmbito da Ação Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no Centro Técnico Aeroespacial. A descentralização de recursos correspondeu a pouco mais de 61% do previsto para o ano de 2006. Entretanto, o esforço dos profissionais que gerenciam atividades de pesquisa e projetos fez com que fosse possível apresentar as pesquisas previstas na ação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Devido à característica e a dimensão do público-alvo do Programa (Força Aérea Brasileira - FAB, demais forças singulares, comunidade científica e indústria aeroespacial), a participação da sociedade tem ocorrido por meio das instituições representativas dos poderes constituídos, nas diversas áreas de interface com o Programa, principalmente no âmbito do Ministério da Defesa (MD), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Ministério da Fazenda (MF) e Casa Civil da Presidência da República e por meio dos veículos de comunicação.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

TECNOLOGIA DE USO NAVAL

OBJETIVO

Desenvolver e implementar tecnologia e infra-estrutura científica no âmbito da Marinha do Brasil que possibilitem o desenvolvimento do Poder Naval.

PÚBLICO-ALVO

Marinha do Brasil e utilizadores nacionais de produtos de tecnologia nuclear e engenharia naval.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 40.129.065,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 37.973.208,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 37.973.208,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. GRAU DE DOMÍNIO

Unidade de medida: Grau
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Este indicador foi criado em 2006, mas não houve a possibilidade de sua apuração. Em 2007, é previsto alcançar o índice de 4,5 de grau de domínio.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A busca de novas tecnologias de uso militar tem sido, historicamente, um grande fator de desenvolvimento das principais potências mundiais, que por sua vez impõem restrições estratégicas e comerciais ao acesso a tais tecnologias, aponta para a necessidade da conquista do conhecimento autóctone. A Marinha do Brasil, atenta a esses pressupostos, incrementa dois importantes projetos: o Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha e o Programa Nuclear da Marinha. Estes projetos contribuem para a inovação tecnológica em diversos setores da vida nacional e sua continuidade ampliará significativamente a capacidade de defesa naval, além de permitir a nacionalização de tecnologias e produtos diversos, reduzindo o grau de dependência externa.

O Programa de Tecnologia de Uso Naval tem como objetivo desenvolver e implementar tecnologia e infra-estrutura científica no âmbito da Marinha do Brasil que possibilitem o desenvolvimento do Poder Naval. Além de contemplar o esforço de nacionalização de sistemas e equipamentos, abrange as ações relacionadas ao Programa Nuclear, com destaque para as Ações Construção do Protótipo do Reator Nuclear e Pesquisa para o Desenvolvimento do Ciclo do Combustível Nuclear.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Revisões dos sistemas da Unidade de Produção de Hexafluoreto de Urânio (USEXA), dos sistemas do Reator, do Circuito Primário, dos sistemas da Contenção, do Prédio do Reator e das Turbinas, bem como a manutenção das oficinas e laboratórios existentes;

• Continuidade da implantação do Ciclo do Combustível Nuclear e do Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE), com destaque para a obtenção da primeira amostra de Hexafluoreto de Urânio (UF6) produzida pela Marinha do Brasil, e o desenvolvimento de elementos combustíveis avançados para as usinas nucleares de Angra;

• Prosseguimento ao Licenciamento Nuclear e Ambiental, cumprindo-se exigências da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);

• Desenvolvido o Sistema de Previsão do Ambiente Acústico para o Planejamento das Operações Navais (SISPRES). Este sistema tem como efeito desejado a capacidade de previsão do ambiente acústico para uma determinada área em um determinado período a fim de otimizar o planejamento e o emprego de meios navais. Além disso, o SISPRES realiza cálculos de previsões de marés e astronômicas, com várias aplicações;

• Aprovado o novo Sistema de Ciência e Tecnologia da Marinha, integrando os diversos setores da Marinha do Brasil ligados à pesquisa, desenvolvimento e engenharia com a aplicação de índices para medir as efetividades do Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Em face das limitações orçamentárias impostas, os resultados obtidos ficaram abaixo do esperado em 2005.

O contingenciamento da dotação orçamentária, a qual já havia sido estabelecida em valor insatisfatório, provoca conseqüências indesejáveis para o Programa, pois à medida que os exercícios são terminados e pouco se progride na realização de projetos como os do Programa Nuclear da Marinha, há grande probabilidade de perda do pessoal qualificado (com conhecimento acumulado na área), comprometendo a continuidade do desenvolvimento dos projetos. Dessa forma, a autorização em Lei não está garantindo a efetiva implementação dos projetos.

Os recursos materiais, nas equipes executoras, foram considerados insuficientes, permanecendo a necessidade de contínua atualização e modernização dos laboratórios, métodos e processos. Em face da insuficiência dos recursos alocados, as equipes executoras têm sido desviadas para atividades relacionadas à obtenção de recursos por prestação de serviços sem o necessário investimento em requalificação e atualização.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa Nuclear da Marinha constitui-se em um programa de interesse nacional, com desdobramentos que incluem aplicações civis voltadas para a geração de energia, e que traz benefícios significativos para o desenvolvimento tecnológico do País, além de gerar empregos na indústria, universidades e institutos de pesquisa.

Apesar de não existirem mecanismos de participação popular neste programa, existe uma grande programação voltada para a comunicação social, ocorrendo constantes visitas de autoridades e de personalidades brasileiras, além de órgãos da imprensa interessados em conhecer particularidades do Programa Nuclear.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE

OBJETIVO

Pesquisar, desenvolver, avaliar, produzir, implantar e manter sistemas e materiais de emprego militar e civil, assim como capacitar recursos humanos na área científico-tecnológica de interesse do Exército.

PÚBLICO-ALVO

Exército Brasileiro e usuários nacionais de tecnologia militar.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 30.536.006,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 30.276.825,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 30.276.825,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 76
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Esse indicador, medido pela relação entre o número de projetos concluídos e o número de projetos previstos no Plano Básico de Ciência e Tecnologia (PBCT) para conclusão a cada ano, alcançou 76%, em 2006. Tendo em vista que a meta ao final do PPA é 100%, a viabilidade de alcance é baixa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Exército Brasileiro tem a necessidade de pesquisar, desenvolver e avaliar material de emprego dual (militar e civil) de interesse do Exército e das forças singulares e de estimular a parceria com órgãos civis de pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento científico-tecnológico do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Fabricação de um protótipo de viatura leve de emprego geral aerotransportado;

• Fabricação de um radar experimental de busca e vigilância antiaérea de baixa altura;

• Finalização da versão de dois dos programas C2 em combate;

• Revitalização de 19 viaturas blindadas sobre rodas;

• Entrega de módulo de telemática experimental;

• Fabricação de três protótipos de morteiro médio anticarga 81mm;

• Fabricação de três protótipos de morteiro leve anticarga 60mm.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

As restrições orçamentárias e o contingenciamento de recursos permitiram apenas o alcance parcial das metas.

A liberação do fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Face à necessidade de realizar licitações, o ideal é que os recursos sejam totalmente liberados assim que houver aprovação da LOA, particularmente no caso das ações orçamentárias com escopo de atividade industrial, como são as ações Revitalização de Materiais de Emprego Militar e Produção de Material de Emprego Militar.

As parcerias e a participação social contribuíram para um incremento na pesquisa e no desenvolvimento de materiais de emprego dual, como resultado do estabelecimento de parcerias com universidades e centros de pesquisa nacionais.

RECOMENDAÇÕES

• Realizar concurso público para contratação de pessoal civil especializado para trabalhar nos projetos de pesquisa e desenvolvimento de material de emprego dual.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos

Brasil Escolarizado

Desenvolvimento da Educação Especial

Desenvolvimento da Educação Infantil

Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Desenvolvimento do Ensino Médio

Educação para a Diversidade e Cidadania

Universidade do Século XXI

Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério da Educação (MEC), foram utilizados **R$ 23.925.513.950,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 24.904.363.112,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 23.925.513.950,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**-**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 24.904.363.112,00**	**Total realizado:**	**R$ 23.925.513.950,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MEC não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 1.942.939.577,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 1.377.594.016,00**. Ao final do exercício foram inscritos em restos a pagar para 2007 o montante de **R$ 2.332.062.701,00**.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A política setorial do MEC possui quatro eixos: educação básica, educação superior, educação de jovens e adultos e educação profissional. Para alcançar o objetivo de aprimorar a qualidade da educação brasileira, o MEC desenvolveu diversas iniciativas por meio dos seus programas finalísticos, ao longo de 2006, conforme detalhado.

• A política de Educação Básica implementada pelo MEC teve quatro eixos norteadores: redefinição da política de financiamento da Educação Básica, consolidada pela aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); democratização da gestão educacional por meio da articulação e do fortalecimento institucional dos sistemas de ensino; formação e valorização dos trabalhadores em educação, professores e funcionários da escola e inclusão educacional, implementada por iniciativas como o Fundeb, que inclui a Educação Infantil e o Ensino Médio, a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos e a Política de Livro Didático, que incluiu alunos do Ensino Médio;

• Dentre os principais resultados podemos destacar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) que, em 2006, beneficiou 30,2 milhões de alunos do ensino fundamental na rede pública e a aprovação de convênios com Estados e Municípios que através de ações de apoio às três etapas da educação básica trouxe benefícios indiretos a quase 4 milhões de alunos;

• A Educação Superior, em 2006, caracterizou-se pela expansão de vagas por meio do Plano de Expansão das Universidades Federais. O MEC criou ou consolidou 49 *campi* e 10 universidades localizados em 21 Unidades da Federação e abriu concursos públicos para a contratação de professores e técnicos administrativos. Devem ser destacadas também a

concessão da bolsa permanência aos alunos com bolsa integral do Programa Universidade para Todos (ProUni), matriculados em cursos presenciais com no mínimo seis semestres de duração e seis horas diárias de aula, além de diversas políticas de ações afirmativas como: Programa Incluir, de acessibilidade na Educação Superior; Projeto Rondon; Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior (Uniafro); Projeto Reconhecer; Programa de Educação Tutorial, entre outras;

• O MEC buscou consolidar a dimensão estratégica da continuidade de estudos da população atendida pelo Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos, visando a reforçar a articulação entre a alfabetização e a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que é imprescindível para a sustentabilidade das políticas educacionais voltadas para jovens e adultos analfabetos ou com baixa escolaridade. Ao encaminhar os egressos das turmas de alfabetização às classes de EJA, evita-se o afastamento do ambiente educacional/escolar. Em 2006, foram atendidos 3,3 milhões de alunos por meio da EJA em 4.305 Municípios e 1,6 milhão de alfabetizandos em 3.090 Municípios, além da concessão de bolsas a 110 mil alfabetizadores;

• O maior resultado da Educação Profissional, em 2006, foi a realização da I Conferência Nacional da Educação Profissional e Tecnológico (EPT) do Brasil. O evento teve inicialmente 27 conferências estaduais para escolha dos delegados – gestores, docentes, técnicos e alunos de instituições públicas e privadas. A Conferência Nacional contou com a participação de mais de 2.600 pessoas ligadas à EPT e discutiu cinco eixos temáticos: o papel da EPT no desenvolvimento nacional e nas políticas de inclusão social; financiamento (manutenção e expansão); organização institucional e papel das instâncias de governo e da sociedade; estratégias operacionais de desenvolvimento da EPT: sistema de gestão, proposta pedagógica, educação a distância e formação e valorização dos profissionais da educação profissional e tecnológica; e a relação EPT e universalização da Educação Básica;

• Para atender a Expansão da Rede Profissional e Tecnológica foram contratados 1.500 professores e 900 técnicos administrativos;

• Foram criados 15 centros de especialização em Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), localizados em 15 unidades da rede pública, dentre Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), Escolas Agrotécnicas, vinculados às Unidades da Federação, e estão qualificando docentes da rede pública federal, estadual e municipal.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

É preciso destacar, inicialmente, que os programas e as ações do MEC têm forte impacto na estratégia de governo, visto que seu público-alvo é composto por crianças, adolescentes, jovens e adultos em fase escolar. Além de atender a um amplo setor da sociedade, a educação é um instrumento privilegiado de inclusão social e de exercício da cidadania. As estruturas organizacional e programática do Ministério apresentam alto grau de correspondência, pois estão organizadas por nível ou modalidade de ensino. Por meio dos programas direcionados a esses níveis de ensino, alguns desafios da orientação estratégica do governo, do Megaobjetivo I, são contemplados.

A política setorial do MEC contribui para a ampliação do nível e da qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação e ao patrimônio cultural do País, bem como para a ampliação do acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital e garantindo a formação crítica dos usuários. E por meio do Programa Educação para a Diversidade e Cidadania, voltado tanto para a educação básica quanto para a educação superior, contribui para o desafio de promover a redução das desigualdades raciais, com ênfase na valorização cultural das etnias.

Levando em consideração o conjunto do trabalho desenvolvido pelo MEC, pode-se afirmar ainda que seus programas e suas ações favoreceram o fortalecimento da cidadania, com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas, e a valorização da diversidade das expressões culturais nacionais e regionais, além de contribuir por meio de programa específico, para a garantia da integridade dos povos indígenas, respeitadas sua identidade cultural e organização econômica.

ASPECTOS RELEVANTES

O sucesso alcançado pelos programas do MEC, em 2006, deve-se principalmente à maior integração entre os entes (federal, estadual e municipal), bem como entre as secretarias finalísticas do MEC, além de maior articulação entre os diversos órgãos do Governo Federal, para a implementação das políticas de Educação. As principais dificuldades, ao longo de 2006, para atingir os resultados esperados pelos programas estão relacionadas à demora na aprovação dos créditos e ao ano eleitoral.

Da receita de impostos, deduzidas as transferências constitucionais e a parcela destinada à Desvinculação de Recursos da União (DRU), 18% estão vinculados constitucionalmente à manutenção e desenvolvimento do ensino, o que correspondeu, no ano de 2006, a R$ 11,7 bilhões. Além disso, a arrecadação do salário-educação, deduzidas as transferências legais a Estados e Distrito Federal, está vinculada a um subconjunto da manutenção e desenvolvimento do ensino: o ensino fundamental.

A tabela a seguir detalha as dotações destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino em 2006, das quais foram aplicadas em despesas R$ 19,6 bilhões. Portanto, R$ 7,8 bilhões acima do valor mínimo.

R$ 1,00

Programa	Descrição do Programa	LOA	LOA + Créditos	Empenhado
	Total Geral	17.985.133.048	20.533.853.475	19.616.055.543
0150	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	8.192.510	8.192.510	7.857.761
0168	Livro Aberto	563.155	600.733	386.919
0461	Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	11.013.889	10.413.889	9.924.697
0638	Ensino Profissional do Exército	2.030.000	2.030.000	2.025.837
0639	Segurança da Navegação Aquaviária	6.200.000	7.034.000	6.199.518
0904	Operações Especiais: Outras Transferências	2.714.168.512	2.714.168.512	2.714.168.508
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)	10.997.175	10.997.175	6.565.298
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	487.959.671	487.959.671	297.588.137
1060	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	692.279.887	620.630.350	604.422.079
1061	Brasil Escolarizado	401.938.107	1.248.612.432	1.219.970.223
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	1.056.766.156	1.198.814.060	1.148.673.356
1065	Desenvolvimento da Educação Infantil	27.941.100	27.941.100	18.666.959
1067	Gestão da Política de Educação	89.686.737	81.537.255	73.527.398
1072	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica	565.555.678	543.383.537	521.920.689
1073	Universidade do Século XXI	9.379.246.948	10.964.287.262	10.523.070.619
1311	Educação Permanente e Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde	126.640.000	107.640.000	102.429.757
1336	Brasil Quilombola	5.172.000	5.172.000	2.942.411
1374	Desenvolvimento da Educação Especial	87.345.543	87.922.727	78.117.274

1375	Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	731.138.853	761.246.226	751.271.121
1376	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	1.294.851.071	1.297.089.240	1.265.113.636
1377	Educação para a Diversidade e Cidadania	62.570.813	57.383.395	56.748.834
1378	Desenvolvimento do Ensino Médio	92.484.293	80.086.493	73.472.923
8034	Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	130.390.950	210.710.908	130.991.589

Fonte: SIDOR

BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

OBJETIVO

Garantir acesso e permanência de jovens e adultos a tts educacionais que visam a atender as suas necessidades específicas de aprendizagem e formação.

PÚBLICO-ALVO

Jovens e adultos com 15 anos e mais, não alfabetizados ou com baixa escolaridade e os educadores que atuam nesta modalidade de ensino.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 621.030.350,00	Empenho Liquidado:	R$ 604.821.979,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 604.821.979,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 24 ANOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 2,29

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Em anos recentes, o indicador apresentou a seguinte evolução: 4,19% (2001), 3,68% (2002), 3,35% (2003), 3,15% (2004) e 2,86% (2005), conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)[1]. A tendência declinante não garante o alcance do índice previsto ao final do PPA e revela que as ações do Programa não estão alcançando os jovens analfabetos, cujo contingente é relativamente reduzido e devia ser priorizado para a erradicação do analfabetismo.

Em perspectiva regional, destaca-se o índice relativo ao Nordeste para esse indicador, 6,30%, em 2005, o seu contingente de jovens analfabetos, de 15 a 24 anos de idade, representava 66,7% da população analfabeta total do País, nessa faixa etária.

1. Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir de 2004, foram incluídas nessa pesquisa as áreas rurais de AC, AM, AP, PA, RO e RR.

O recorte por localização (situação do domicílio) revelava 7,30% de analfabetismo entre jovens dessa idade na área rural em 2005, representando 44,5% do total da população analfabeta nessa faixa.

2. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 25 A 34 ANOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 4,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

A evolução do presente indicador em anos recentes não tem sido satisfatória: 7,1% (2002), 6,7% (2003), 6,5% (2004), 6,3% (2005), conforme dados da PNAD[2].

Em perspectiva regional, destaca-se que os índices relativos ao Nordeste são os mais altos.

Adicionalmente, o recorte por localização (situação do domicílio) revela índices mais altos na área rural.

3. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 35 ANOS OU MAIS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 12,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

A evolução do presente indicador em anos recentes não tem sido satisfatória: 18,1% (2002), 17,8% (2003), 17,5% (2004), 17% (2005), conforme dados da PNAD[3].

Em perspectiva regional, destaca-se que os índices relativos ao Nordeste são os mais altos.

Adicionalmente, o recorte por localização (situação do domicílio) revela índices mais altos na área rural.

4. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 ANOS OU MAIS

Unidade de medida: %
Índice apurado em2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 8,19

2. Idem.
3. Idem.

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

A evolução do presente indicador em anos recentes não tem sido satisfatória: 12,4% (2001), 11,8% (2002), 11,5% (2003), 11,2% (2004) e 11% (2005), conforme dados da PNAD[4]. É significativa a observação, pois o programa foi criado em 2003, e os resultados revelam que o índice praticamente se estabilizou desde então.

Em perspectiva regional, destaca-se o índice relativo ao Nordeste para esse indicador, 21,9%, em 2005, o seu contingente de jovens analfabetos, de 15 anos ou mais de idade, representava 52,6% da população analfabeta total do País, nessa faixa etária.

O recorte por localização (situação do domicílio) revelava 25% de analfabetismo entre jovens dessa idade na área rural em 2005, representando 36,1% do total da população analfabeta nessa faixa.

5. PERCENTUAL DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 ANOS OU MAIS COM ESCOLARIDADE INFERIOR A 4ª SÉRIE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 18,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

A evolução do presente indicador em anos recentes não tem sido satisfatória: 26% (2002), 25,4% (2003), 24,9% (2004) e 23,4% (2005), conforme dados da PNAD[5].

Em perspectiva regional, destaca-se que os índices relativos ao Nordeste são os mais altos.

O recorte por localização (situação do domicílio) revela índices mais altos na área rural.

6. PERCENTUAL DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 ANOS OU MAIS COM ESCOLARIDADE ENTRE A 4ª SÉRIE E 7ª SÉRIE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 25,6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

A evolução do presente indicador em anos recentes não tem sido satisfatória: 29,4% (2002), 28,5% (2003), 27,7% (2004) e 27,3% (2005), conforme dados da PNAD[6].

4. Idem.
5. Idem.
6. Idem.

Entretanto, em perspectiva regional, destaca-se que os índices relativos ao Nordeste são os mais altos e, adicionalmente, o recorte por localização (situação do domicílio) revela índices mais altos na área rural.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O alto índice de analfabetismo e os baixos índices de escolaridade da população brasileira, de 15 anos ou mais de idade, são desafios a serem enfrentados por uma política pública de educação entendida como direito de todos. Vale ressaltar que, em 2000, apenas 0,3% dos Municípios brasileiros tinham população dessa faixa etária com escolaridade média equivalente ao ensino fundamental completo. O Programa se justifica pela necessidade de inserção educacional de cerca de 65,9 milhões de jovens e adultos sem a escolaridade (obrigatória) de oito anos. Destes, 33,2 milhões são considerados analfabetos funcionais e 16,3 milhões analfabetos absolutos, segundo dados do IBGE.

O Programa atua em duas frentes: a primeira trata da mobilização para alfabetização inicial, valendo-se da contribuição de voluntários para garantir o acesso em seus primeiros passos rumo ao letramento; a segunda estabelece instrumentos e mecanismos de continuidade do processo de educação daqueles que tardiamente ingressam ou reingressam nos sistemas de ensino e, associado a ambas, há o investimento na formação inicial e continuada de educadores na modalidade específica de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A necessidade premente de ações mobilizadoras para alfabetização inicial e EJA encontra amparo na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, Declaração de Hamburgo (1997), Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/01 e Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), Câmara de Educação Básica do CEB/CNE nº 1, de 5.7.00. Assegurar o aumento da escolaridade média da população a partir do investimento na alfabetização inicial e na continuidade da EJA constitui um dos instrumentos necessários para promover a justiça social, a democratização, a geração de emprego, trabalho e renda e, conseqüentemente, melhor distribuição de renda.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 3,3 milhões de alunos de EJA (Ensino Fundamental) atendidos em 4.305 Municípios;
- 1,6 milhão de alfabetizandos atendidos em 3.090 Municípios;
- 86.775 bolsas concedidas a alfabetizadores;
- 70.346 alfabetizadores formados (formação inicial e formação continuada);
- 47.000 coleções de material didático (27 cadernos cada) para alunos de EJA (Ensino Fundamental);
- 5.520 agricultores familiares atendidos com EJA e Qualificação Social e Profissional;

• 39.875 presidiários beneficiados com EJA;

• 2.229 educadores e agentes penitenciários formados (em 90 unidades prisionais atendidas).

• Em 2006, o Programa buscou aprofundar os estudos sobre a população atendida, visando reforçar a articulação entre a alfabetização (cujas ações são executadas fora da rede regular de ensino) e a EJA (modalidade de ensino de responsabilidade de Estados e Municípios), o que é imprescindível para a sustentabilidade das políticas educacionais voltadas para o seu público beneficiário (jovens, adultos e idosos analfabetos ou com baixa escolaridade). Ao encaminhar os egressos das turmas de alfabetização às classes de EJA, evita-se o afastamento do ambiente educacional/escolar. Desdobramentos desses estudos levaram à definição de ações operacionais específicas e resultados concretos que são apresentados a seguir:

a) a distribuição dos recursos da Ação Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental de Jovens e Adultos continuou a ser condicionada à designação, pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, de servidor da Coordenação de Jovens e Adultos como responsável pela articulação entre alfabetização e EJA (identificação da demanda, mobilização, encaminhamento dos egressos etc);
b) a continuidade de divulgação do Índice de Fragilidade em Educação de Jovens e Adultos (IFEJA), baliza a distribuição dos recursos para Estados e Municípios, criando parâmetros comuns para as ações de alfabetização e EJA;
c) 595 Municípios e 22 Estados brasileiros receberam diretamente recursos para alfabetização e EJA, criando condições de financiamento ideais para a continuidade de estudos dos alfabetizandos;
d) manteve-se, dessa forma, a tendência de privilegiar, quanto à alfabetização, o repasse de recursos diretamente a Estados e Municípios (64% dos alfabetizandos atendidos).

Ainda que o cenário acima exposto possa ser considerado positivo, apontando horizontes para consolidação da integração da alfabetização com EJA, a efetividade do alcance das ações de alfabetização ainda permanece como um desafio, haja vista a persistência de taxas elevadas, apuradas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) de 2005, relativas ao analfabetismo absoluto e funcional de pessoas com 15 anos ou mais de idade.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Em relação ao cumprimento de metas físicas, a única ação com execução superior à prevista foi a de Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos (prevista: 1,8 milhões; realizada: 3,3 milhões), em virtude da redefinição da ação durante o exercício, estendendo o apoio a todos os esforços de EJA no País.

Para as Ações Concessão de Bolsa ao Alfabetizador (prevista: 110 mil; realizada: 86.775) e Apoio à Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos (prevista: 110 mil;

realizada: 70.346), as justificativas para o não alcance das metas são problemas na execução dos recursos: contingenciamento e o longo período para efetivação do repasse dos recursos aos parceiros após autorização da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), o que dificultou o desenvolvimento das atividades no exercício. Quanto à Ação Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos (prevista: 564,1 mil; realizada: 94.624), houve dificuldade na mensuração da meta física realizada, haja vista que a Ação é composta por diversos projetos cujas unidades de medida das metas físicas podem ser interpretadas de formas diferentes.

Na execução da Ação Apoio a Ações Assistenciais aos Alunos da Educação de Jovens e Adultos (prevista: 9.600; realizada: 800), o contingenciamento de recursos, ocorrido em 2006, tornou inviável garantir um atendimento a todos os alunos matriculados na EJA, sendo que a SECAD decidiu, ao final do exercício, canalizar os recursos então disponibilizados a esta Ação para o fornecimento de óculos a uma parte restrita dos alfabetizandos.

Na Ação de Incentivo à Leitura de Jovens e Adultos (prevista: 600 mil; realizada: 130 mil), a unidade de medida, Material de leitura disponibilizado, não era apropriada, pois o realizado representa o número de *kits* com a Coleção Literatura para Todos, cada qual composto de 10 livros diferentes (poesia, conto, novela, teatro, etc), destinados especificamente a alfabetizandos neoleitores.

Conforme já mencionado, o fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada de algumas ações. É importante ressaltar, por outro lado, a decisão de antecipação do cronograma de execução de ações, que passou a iniciar-se em meados do primeiro semestre, e não mais em meados do segundo semestre, gerando, dessa forma, mais agilidade no repasse de recursos. Tal fato permitiu que fosse reduzido o montante de restos a pagar, que podem prejudicar a execução das ações das entidades, levando, por exemplo, à desmobilização das turmas de alfabetizandos e a problemas na aquisição de material didático para alunos de EJA. O contingenciamento orçamentário e a demora no processo de adesão dos parceiros e na aprovação dos projetos dificultam o alcance das metas físicas.

Há insuficiência de equipamentos (*hardware*) para desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informações que fornecem subsídios para a tomada de decisões, além de insuficiência de equipamentos (*hardware* para sistemas de informações) e de espaço físico para as equipes de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informações, de acompanhamento e monitoramento e de avaliação. Há, ainda, necessidade de ampliar as equipes, bem como de reforçar a formação nas áreas de gerenciamento de projeto, de planejamento, de avaliação e de monitoramento.

A execução descentralizada é a estratégia mais indicada para a implementação do Programa, mesmo aproveitando eventuais problemas na execução (advindos, em grande parte, de problemas de coordenação e comunicação). Contudo, cabe enfatizar a necessidade de envidar esforços para reforçar o atual sistema de acompanhamento, monitoramento e

avaliação das ações com recursos descentralizados. Tal iniciativa permitiria não apenas um controle mais efetivo sobre o processo de execução, mas também sobre a efetividade das ações. Assim, seria possível identificar tanto os casos mais positivos (boas práticas) quanto os que mereceriam atenção dos órgãos de controle central.

Com relação à qualidade das informações no sistema, apesar dos avanços na utilização do Sistema Brasil Alfabetizado (SBA), o grau de fidedignidade ainda é baixo e inadequado frente à tempestividade das informações seja para o gerenciamento, seja para a tomada de decisões, particularmente, quanto aos dados sobre a documentação pessoal dos alfabetizandos, à data efetiva de início e término das turmas de alfabetização e à substituição de alfabetizandos. No caso das ações de EJA, alimentação remota do Sistema de Monitoramento EJA (MoniEJA), houve problemas na tempestividade de prestação das informações.

Com relação à integração entre gerência e executores, houve continuidade da relação institucional com os órgãos representativos de Estados e Municípios: Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), respectivamente. Todavia, ao longo da execução do Programa, a disponibilização das informações e a integração com uma parcela dos entes executores foi prejudicada por fatores como a falta de recursos de infra-estrutura e humanos nas equipes executoras e a baixa capacidade de gestão das ações, com impactos, por exemplo, na consistência dos dados e informações alimentados nos sistemas e, conseqüentemente, no acompanhamento das ações.

Houve consolidação dos laços com as demais unidades administrativas do MEC, possibilitando a implementação de ações em parceria com outras Secretarias:

a) Secretaria de Educação Superior (SESu) – Curso de Formação a Distância Africanidades - Brasil/Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs);
b) Secretaria de Educação Básica (SEB) – formação de professores e política de leitura;
c) Secretaria de Educação a Distância (SEED) – Proformação;
d) Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) – ProEJA e Escola de Fábrica.

O ano de 2006 foi o primeiro no qual, durante todo o exercício financeiro, houve efetiva execução das ações intrassetoriais. Dessa forma, tanto a disponibilização de informações quanto a integração gerência/coordenação foram desenvolvidas de forma plena, consolidando as iniciativas pretéritas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os parceiros não-governamentais executaram satisfatoriamente as tarefas acordadas, alcançando as metas estabelecidas. Contudo, ressalta-se que a diversidade apresentada (tamanho, estrutura, capacidade de mobilização, abrangência de atuação, etc) condiciona os resultados obtidos. Dentre as principais dificuldades, podemos citar: insuficiente capacidade de mobilização dos beneficiários; demora no trâmite burocrático para

adesão ao Programa, via convênios; demora na habilitação, devido a várias formalidades requeridas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e falhas no cadastramento dos beneficiários, no fornecimento de dados sobre o funcionamento das turmas e na atualização dos dados no SBA.

A participação dos Fóruns de EJA (compostos por educadores, representantes de movimentos sociais, organizações não-governamentais (ONGs), instituições de ensino, universidades, governos estaduais e municipais, etc) nas discussões sobre o planejamento, execução e redefinição das ações do Programa tem contribuído para que a SECAD capte as demandas dos principais atores envolvidos em Alfabetização de Jovens e Adultos e EJA. Há ainda a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), instância de caráter consultivo, instituída formalmente por Portaria Ministerial, que acompanha, sob aspectos sociais, a execução das ações do programa. Além desses mecanismos de participação social, cabe ressaltar a ênfase dada pela SECAD na articulação intergovernamental. A SECAD organiza reuniões de trabalho periódicas com Consed e Undime, nas quais apresenta e debate as Resoluções que regulamentam o repasse de recursos de Alfabetização de Jovens e Adultos e EJA. Esse processo permitiu que se iniciassem discussões relacionadas ao redesenho das ações do Programa, visando a, não apenas, atender as necessidades do público-alvo, mas também incorporar inovações e boas práticas identificadas pelos representantes da sociedade civil. Além disso, a SECAD não somente estabeleceu uma interlocução privilegiada com os Fóruns de EJA, como também apoiou fortemente a realização do VIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA).

No âmbito do Plano de Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado foram desenvolvidos instrumentos de pesquisa para captar informações sobre a percepção e a motivação dos beneficiários. Os resultados finais ainda estão em fase de tabulação.

A ampliação dos resultados pressupõe um correlato fortalecimento da mobilização dos parceiros (principalmente das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, responsáveis pela gestão dos sistemas de Educação de Jovens e Adultos e, assim, atores fundamentais para a garantia da continuidade de estudos) e do público-alvo, dada à especificidade da ação de alfabetização e a necessidade de articulação inerente à ação de EJA. Tal mobilização, enfatize-se, deve vir acompanhada de uma elevação dos recursos financeiros, organizacionais e humanos colocados à disposição da equipe responsável pelo planejamento, execução, monitoramento e avaliação do Programa.

RECOMENDAÇÕES

• Melhorar a capacidade de mobilização do Programa, especialmente com relação à parcela do seu público-alvo, composto por jovens e adultos analfabetos, com a prioridade para a erradicação do analfabetismo entre os jovens em um prazo definido;

• Efetivar o caráter de prioridade do Programa, de modo a assegurar o fluxo regular de seus recursos financeiros, além de prover, com estrutura e capacitação adequadas, os agentes ligados à execução e gestão de suas ações;

• Aperfeiçoar a articulação interministerial necessária para alcançar os resultados do Programa, a exemplo do aspecto da mobilização do público-alvo e da concretização efetiva de benefícios como o da assistência oftalmológica;

• Promover a redefinição necessária ao Programa, inclusive com acréscimo de indicadores de qualidade do processo ensino-aprendizagem, a partir dos subsídios específicos provenientes do Plano de Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado, realizado em 2006.

BRASIL ESCOLARIZADO

OBJETIVO

Contribuir para a universalização da educação básica, assegurando eqüidade nas condições de acesso e permanência.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes matriculados na educação básica.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.749.890.520,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 2.705.511.479,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 2.705.511.479,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. NÚMERO MÉDIO DE SÉRIES CONCLUÍDAS DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 14 ANOS

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 4,55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

A sua evolução em anos recentes foi: 4 (2002), 4,1 (2003), 4,1 (2004) e 4,43 (2005)[1]. O índice apurado (e divulgado) refere-se ao exercício de 2005.

O índice é calculado em função da mais recente série concluída com aprovação pelo indivíduo.

Apesar da média (ou mesmo alta) viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA, o resultado ainda é insatisfatório no contexto geral. A evolução constatada, nessa faixa etária, durante os últimos quatro anos, foi de somente 0,43 anos de estudo adicionais. A idade de 14 anos é a regular para a última série (8ª, mas progressivamente passando para a 9ª) do ensino fundamental, ou seja, é de se esperar que o aluno já tenha sete anos completos de escolaridade a essa altura de sua vida e, aos 10 anos de idade, já tenha três séries completadas. As causas principais dessa evolução está ligada à defasagem escolar (ou ao atraso na progressão do fluxo escolar) e à evasão, que são traços marcantes e característicos

1. Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir de 2004, foram incluídas nessa pesquisa as áreas rurais de AC, AM, AP, PA, RO e RR.

da educação brasileira. Além disso, é importante ressaltar que a universalização plena do ensino fundamental ainda não foi efetivamente alcançada no País.

Quanto aos resultados do Programa sobre o presente indicador, pode-se dizer que são insuficientes, apesar da importante efetividade de algumas de suas ações.

2. ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 11 A 18 ANOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 0,87

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
A sua evolução em anos recentes foi: 0,75 (2002), 0,77 (2003), 0,78 (2004) e 0,85 (2005)[2].

O indicador mede a distância entre as situações de escolaridade ideal e observada da população na faixa etária de 11 a 18 anos, variando entre zero e um; quanto mais próximo de um, mais adequada à situação ideal está a escolaridade dessa população.

Em vista, principalmente, do pequeno salto verificado entre os índices de 2004 e 2005, pode ser caracterizada como média a viabilidade para alcance do previsto ao final do PPA.

É importante, contudo, estabelecer para o indicador um novo patamar de previsão final para o próximo PPA, que seja mais condizente com as pretendidas melhorias na qualidade da educação básica, levando em consideração também a perspectiva de universalização da educação infantil e do ensino médio.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao definir a abrangência e o objeto da educação básica, caracterizou-a como uma escolarização mínima à qual todo cidadão brasileiro deveria ter como direito. Consagrá-la e conceituá-la na Lei foi uma conquista árdua dos educadores e da sociedade brasileira.

Um panorama da educação básica no País é oferecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a partir dos dados do Censo Escolar de 2006:

2. Idem.

"... contabilizam, aproximadamente, 55,9 milhões de matrículas e 203,9 mil estabelecimentos educacionais que oferecem as diferentes etapas e modalidades de ensino da educação básica: educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental, ensino médio, educação especial, educação de jovens e adultos e educação profissional. As matrículas são ofertadas, principalmente, pelas administrações municipais (44,8%) e estaduais de ensino (41,7%). (...)

Em relação ao ano de 2005, a matrícula da educação básica em 2006 decresceu 0,9%, o que corresponde, em números absolutos, a 529.740 alunos. Mas o comportamento das matrículas é desigual nas etapas, níveis e modalidades de ensino. Há um crescimento da oferta de vagas em creches (1%) e um crescimento de 5,3% na oferta de educação profissional (...).

As diferenças de oferta de matrículas por etapa e nível de ensino entre as regiões também merecem destaque. Em relação à educação infantil, a oferta de vagas em creche só decresce na Região Sudeste, principalmente no Estado de São Paulo. Já a matrícula na pré-escola cai em todas as regiões. A oferta de ensino fundamental, por sua vez, cai 2,7% na Região Nordeste (menos 302.121 vagas, um terço das quais apenas no Estado da Bahia) e 0,3% na Região Centro-Oeste (menos 8.002 vagas).

O movimento observado no ensino médio também revela diferenças regionais, apresentando, por um lado, queda de 4,5% na Região Sudeste e de 0,6% na Região Sul e, por outro, crescimento de 2,2% na Região Norte, de 0,9% na Região Nordeste e de 2,1% na Região Centro-Oeste.

(...) as características da divisão de atribuições e competências entre os Entes Federativos continuam a reforçar o processo de municipalização da educação infantil e do ensino fundamental, observado no aumento da participação relativa das redes municipais de ensino na oferta educacional. Nessa reorganização, os Estados responsabilizam-se definitivamente pela oferta de ensino médio e de educação profissional e os Municípios encarregam-se da oferta de educação infantil e de ensino fundamental. Outro exemplo de reorganização do sistema é o movimento observado em 2006 na educação de jovens e adultos (EJA): a oferta total dessa modalidade ficou estável, porém, a oferta de EJA semipresencial caiu 24,2% enquanto que a oferta de EJA presencial cresceu 5,2%. (...)".

Dessa forma, o Programa Brasil Escolarizado apresenta como linhas de atuação:

a) intensificação de ações a fim de melhor contribuir para a desejada redução da defasagem (distorção) idade-série nas escolas de ensino fundamental da rede pública, com efeitos positivos nas demais etapas da educação básica (educação infantil e ensino médio);
b) atenção específica voltada às crianças e aos adolescentes que não estejam freqüentando escola regularmente, compreendendo, além dos casos mais evidentes (em vias públicas, estabelecimentos comerciais ou industriais, etc), também os menos evidentes (portadoras de deficiência, privadas de liberdade, etc).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Alimentação Escolar (Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE), concretizada pela Ação Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica) para mais de 36 milhões de alunos de escolas públicas do ensino fundamental, contribuindo para a satisfação de suas necessidades nutricionais, a formação de hábitos alimentares saudáveis, a elevação dos níveis de aprendizagem, o desenvolvimento e, conseqüentemente, o rendimento escolar;

• Em 2005 (a partir de junho), os valores haviam sido aumentados para R$ 0,18 por aluno/dia (igualando para a pré-escola o valor repassado ao ensino fundamental) e R$ 0,34 por aluno/dia (para escolas de comunidades indígenas e quilombolas), em 2006, esses valores passaram a ser: R$ 0,22 para creches (públicas e filantrópicas) e R$ 0,42 para as escolas indígenas e remanescentes de quilombos, permanecendo R$ 0,18 para pré-escolas e ensino fundamental;

• Capacitação de cerca de 4.190 cidadãos para atuarem nos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), nos Conselhos Escolares das unidades executoras do Dinheiro Direto na Escola (DDE), e ainda no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF);

• Distribuição de 96.441 acervos bibliográficos, compostos de cerca de sete milhões de livros, distribuídos em estabelecimentos e escolas de ensino fundamental da rede pública, para melhora das bibliotecas escolares;

• Reestruturação física de 298 instituições escolares, distribuídas no Território Nacional;

• Transferências de recursos financeiros, no exercício de 2006, a Municípios de todos os Estados e ao Distrito Federal, por meio da Ação Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica, no valor total de R$ 705 milhões, distribuídos da seguinte forma: entre os de maior valor, para o DF (R$ 253,7 milhões), PI (R$ 54,3 milhões), MA (R$ 48,9 milhões), BA (R$ 42 milhões), RJ (R$ 34 milhões) e, entre os de menor valor, para RR (R$ 2,5 milhões), TO (R$ 1,5 milhão), AL (R$ 1,3 milhão), GO (R$ 1,1 milhão) e ES (R$ 349 mil), conforme dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Dentro dos limites estabelecidos na programação das ações (público-alvo, metas, objetivos, etc), a execução orçamentária do Programa ocorreu de forma satisfatória. No entanto, se consideradas as demandas sociais, a avaliação seria de insuficiência de recursos.

A execução das ações (intrassetoriais) implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério ocorreu de maneira satisfatória, mas é necessário

estreitar o canal de comunicação e melhorar a integração, pois isto produzirá efeitos positivos no desempenho do Programa nos próximos exercícios.

Quanto à concepção, há um excesso de ações. Acredita-se que, no âmbito do PPA, seja possível consolidá-las utilizando critérios, por exemplo, de complementaridade.

Quanto às metas das ações, o fato de que cinco delas ultrapassaram os 100% de execução é um forte indício de que será necessário reavaliar as metas estabelecidas.

Quanto aos indicadores, tendo em vista a importância do foco do Programa na educação básica, deveriam ser elaborados outros indicadores que permitissem uma visão mais ampla da eficiência, eficácia e efetividade na execução das ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No que diz respeito à atuação geral dos CAEs, requeridos pelo normativo legal da Ação Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica, ainda é insatisfatória, mas há progressiva efetividade, como parte dos resultados de outra ação do Programa Capacitação para o Exercício do Controle Social.

No PPA 2008-2011 será criada uma ação destinada à Formação para a Gestão das Ações Educacionais e Controle Social, resultante da reunião de atividades de capacitação presencial realizada pela Ação Capacitação para o Exercício do Controle Social, com a inclusão da metodologia de educação a distância. Esta nova ação será estruturada de modo a possibilitar a realização de capacitações em ambas as modalidades (presencial e a distância), com o intuito de ampliar a capilaridade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em capacitar uma grande quantidade de parceiros, tanto professores e profissionais do ensino público, gestores e técnicos das secretarias de educação, quanto cidadãos que atuaram nos conselhos de controle social das ações educacionais financiadas pela Autarquia.

A falta de avaliação da satisfação dos beneficiários do Programa é ainda uma importante lacuna, inclusive para propiciar informações que permitirão melhorar o desempenho das ações.

No PPA 2008-2011, considerando-se a reformulação pretendida para a programação do MEC, o Programa 1061 também será readequado quanto aos seus indicadores, que serão realinhados tendo em vista a criação do Programa Qualidade na Escola.

RECOMENDAÇÕES

• Implementar mecanismos de avaliação da satisfação dos beneficiários do Programa.

• A criação de novos indicadores, mais específicos, ligados a aspectos de qualidade do processo ensino-aprendizagem, tais como:

a) Taxa de Freqüência à Escola da População na Faixa Etária de 0 a 3 anos, razão numérica entre o número de crianças freqüentando escola na faixa etária de 0 a 3 anos e a população na faixa etária de 0 a 3 anos;
b) Taxa de Freqüência Bruta ao Ensino Médio: razão numérica entre o número de pessoas freqüentando o ensino médio e a população na faixa etária de 15 a 17 anos;
c) Taxa de Freqüência Líquida à Pré-escola da População na Faixa Etária de 4 a 6 anos: razão numérica entre o número de pessoas freqüentando a Pré-escola na faixa etária de 4 a 6 anos e a população na faixa etária de 4 a 6 anos;
d) Taxa de Freqüência Líquida ao Ensino Fundamental da População na Faixa Etária de 7 a 14 anos: razão numérica entre o número de pessoas freqüentando o ensino fundamental na faixa etária de 7 a 14 anos e a população na faixa etária de 7 a 14 anos;
e) Taxa de Freqüência Líquida ao Ensino Médio da População na Faixa Etária de 15 a 17 anos: razão numérica entre o número de pessoas freqüentando o ensino médio na faixa etária de 15 a 17 anos e a população na faixa etária de 15 a 17 anos.

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

OBJETIVO

Assegurar, aos alunos com necessidades educacionais especiais, as condições de acesso e permanência com qualidade na educação brasileira, na perspectiva de impulsionar e fortalecer o atendimento desses alunos em classes comuns da rede regular de ensino e de garantir a eles o atendimento educacional especializado.

PÚBLICO-ALVO

Alunos com necessidades educacionais especiais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 87.922.727,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 78.117.269,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 78.117.269,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE PREVALÊNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 57
Índice previsto ao final do PPA: 55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Foi apurado um índice de 57%, ultrapassando os 50% previstos para 2006, refletindo os avanços alcançados com o desenvolvimento do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que realizou seminários nacionais e municipais de formação de gestores e educadores, preparando os sistemas de ensino para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns das escolas públicas da rede regular de ensino. As ações foram realizadas em 144 Municípios-pólo, abrangendo uma área formada por 4.224 cidades.

2. TAXA DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 2,1
Índice previsto ao final do PPA: 6,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Um fator que interferiu nos cálculos desse indicador foi o crescimento significativo no número de professores na educação básica (19% entre 2003 e 2006). Assim permanece uma baixa representação percentual dos professores com formação para atendimento de alunos com necessidades especiais (1,3 em 2003 para 2,1 em 2006), quando se considera o total de docentes da educação básica.

3. TAXA DE MATRÍCULA DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM CLASSES COMUNS DE ESCOLAS REGULARES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 46,4
Índice previsto ao final do PPA: 45

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Foi atingido um índice de 46,4%, superando os 39% previstos para 2006. O avanço demonstrado reflete o apoio dado aos sistemas de ensino, possibilitando sua organização para promoção da inclusão educacional.

4. TAXA DE ESCOLAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM ACESSIBILIDADE FÍSICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 12,8
Índice previsto ao final do PPA: 12,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Foi atingido um índice de 12,8%, superando os 10,5% previstos para 2006, refletido pela ação de Apoio à Adequação de Prédios Escolares para a Educação Especial.

5. TAXA DE MUNICÍPIOS COM MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 89
Índice previsto ao final do PPA: 83

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Foi atingido um índice de 89%, superando o índice de 81% previstos para 2006, refletindo os avanços alcançados com o desenvolvimento do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que realizou seminários nacionais e municipais de formação de gestores e educadores, preparando os sistemas de ensino para a inclusão de alunos com

necessidades educacionais especiais nas classes comuns das escolas públicas da rede regular de ensino.

6. ÍNDICE DE ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 39
Índice previsto ao final do PPA: 53,6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Foi atingido um índice de 39%, superando os 38,4% previstos para 2006. O crescente aumento no número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na rede pública de ensino é resultado da atuação desenvolvida no âmbito da organização dos sistemas de ensino, impulsionado pela Secretaria de Educação Especial (SEESP) que, por meio do apoio técnico e financeiro aos projetos educacionais dos Estados e Municípios, bem como o desenvolvimento do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, orienta a inclusão de todos os alunos nas escolas da sua comunidade. Porém, na rede privada o índice foi de apenas 13,9.

7. ÍNDICE DE MATRÍCULA DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 59,7
Índice previsto ao final do PPA: 44

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Foi atingido um índice de 59,7%, superando os 35% previstos para 2006. Desde 2002, houve um crescimento de 194% nas matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns do ensino regular, passando de 110,7 mil para 325,1 mil alunos em 2006, refletindo as políticas de educação inclusiva desenvolvidas pela SEESP.

8. TAXA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 42
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Foi atingido um índice de 42%, quando a previsão era de 57%. De 2003 a 2006, o total de matrículas da educação especial em classes comuns cresceu 124%, enquanto a oferta de atendimento educacional especializado cresceu 113%. Desta forma, o índice apurado não ilustra o avanço alcançado devido à fórmula de cálculo que media o atendimento educacional especializado em relação a matrícula geral dos alunos com necessidades educacionais especiais, portanto, foi necessário alterar a fórmula para que refletisse o percentual de atendimento educacional especializado dos alunos matriculados

em classes comuns do ensino regular, indicando o alcance do objetivo do Programa, de promoção do acesso e permanência dos alunos no sistema regular de ensino.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Mais de 90% da matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais concentram-se nos níveis mais elementares de ensino, o que indica que a falta de atendimento educacional especializado nos demais níveis pode criar obstáculos à perspectiva de progresso nos estudos a que todo aluno tem direito. Ressalte-se que, dos 65,4% dos alunos com necessidades especiais matriculados no ensino fundamental, somente 1,5% chegam ao ensino médio e somente 7,3% têm acesso à educação profissional. Ademais, de 174,9 mil escolas públicas da educação básica, 12,8% já possuem dependências e vias adequadas aos alunos com necessidades educacionais especiais. Em 2002, eram apenas 3,6%.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A formação de professores é condição essencial para a organização das atividades educacionais, dos procedimentos metodológicos e da avaliação, constituindo um currículo que garanta a participação, aprendizagem e atendimento às necessidades educacionais especiais. O Programa apoiou os sistemas de ensino no desenvolvimento de cursos de formação de professores nas áreas da deficiência, autismo, síndromes e altas habilidades/ superdotação. Atualmente, dos três milhões de professores da educação básica, 62.188 são professores com cursos específicos na área de educação especial, um acréscimo de 11.182 professores com formação em educação especial em relação ao ano anterior;

• A Ação Formação de Gestores para a Educação Especial dá suporte à implementação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade em todos os Estados e no Distrito Federal. Em 2006, envolveu 144 Municípios-pólo que atuaram como multiplicadores para 2.800 Municípios da sua área de abrangência, que desenvolveram cursos para 21.110 profissionais, disponibilizando também referenciais pedagógicos norteadores das políticas educacionais inclusivas, que servirão de subsídios nos cursos;

• A Ação Apoio à Aquisição de Equipamentos Especializados para o Atendimento às Necessidades Educacionais Especiais dos Alunos em Sala de Aula, Salas de Recursos e Centros Especializados contou com recursos no valor de R$ 10,2 milhões que, por meio de convênios com Estados, Municípios e instituições sem fins lucrativos, apoiou projetos para equipar as escolas com condições necessárias e recursos de acessibilidade para promover o acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais à escola. Até setembro, foram atendidas 500 escolas com laboratórios de informática do Programa de Informática na Educação Especial (Proinesp), 300 escolas com equipamentos de informática para implantação de salas de recursos multifuncionais e a instalação de mais seis Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS). No restante do ano, foram aditivados os contratos de aquisição de equipamentos para instalar mais 123 laboratórios do PROINESP e 76 salas de recursos multifuncionais, além da aquisição de equipamentos para escolas por meio dos Planos de Trabalho Anuais (PTA);

• Foram distribuídos materiais didáticos específicos destinados à educação especial, como *softwares* e jogos pedagógicos, livros de literatura infanto-juvenil e materiais didáticos específicos (reglete, punção, lupa, *mouse* e teclado adaptado), para sala de aula, sala de recursos e Centros de Apoio Pedagógico, beneficiando maior número de alunos com necessidades educacionais. Destaca-se a distribuição dos livros didáticos em formato acessível no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que distribui livros didáticos e paradidáticos em Braille para todos os alunos cegos do ensino fundamental;

• Foi realizada a adequação de prédios em 652 escolas, superando a meta prevista de 510 escolas. O apoio aos sistemas de ensino para adequação das escolas modifica os ambientes tornando-os acessíveis e provendo as escolas de condições para a efetivação da inclusão, fazendo crescer a participação dos Municípios que apresentam matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais, que já representam 89% dos Municípios brasileiros, em 2006;

• É importante ressaltar o crescimento ocorrido no número de professores com formação específica para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos (32,8%, de 2003 para 2006). Esse aumento foi impulsionado pelas ações de formação continuada de professores, promovidas pela SEESP/MEC, realizadas em parceria com os Estados, Municípios e instituições não-governamentais. O MEC apoiou técnica e financeiramente o desenvolvimento de cursos nas áreas sensorial, física e mental, no ano de 2006, preparando os professores para atuação no atendimento educacional especializado.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa é voltado para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais e suas ações contribuem para o acesso e permanência desses alunos nas escolas da rede regular de ensino. O apoio aos sistemas de ensino contempla a formação de professores para o atendimento educacional especializado, a distribuição de equipamentos e materiais didáticos específicos, os recursos de acessibilidade para sua participação e aprendizagem e a adequação dos prédios escolares. Os indicadores de desempenho das ações avaliam o crescimento das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais nos sistemas de ensino, a ampliação da oferta do atendimento educacional especializado, a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, a participação da esfera pública no atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, o número de professores com formação específica para atuação na educação especial, a organização dos Municípios na oferta de escolarização aos alunos com necessidades educacionais especiais.

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito mensalmente por intermédio de sistemas informatizados como o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SIMEC) e o Sistema de Assistência a Programas e Projetos Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (SAPE/FNDE), que registra todas as fases dos PTAs. Anualmente, é elaborado o Relatório de Gestão, que contém a descrição das principais ações, relacionando as metas físicas e financeiras,

com base nos dados do SIMEC e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

O Programa teve uma execução física acima do previsto devido à centralização de processos de aquisição de equipamentos e materiais didáticos específicos e de análise de projetos apresentados, otimizando a utilização de recursos financeiros e ampliando a abrangência de instituições beneficiadas com projetos de apoio ao desenvolvimento da educação especial. Neste sentido, os recursos foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

Cabe esclarecer que a execução das ações do Programa acontece basicamente mediante convênios com Estados, Municípios e Distrito Federal. A integração entre a gerência do Programa e os entes executores ocorre a partir da análise dos projetos apresentados, através do acompanhamento das informações e resultados obtidos no censo escolar, e por meio de diligências para a aprovação dos projetos. As ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério também obtiveram alto desempenho.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social se dá pela Ouvidoria do MEC, por meio de reuniões com comunidades representativas das pessoas com deficiência, para a integração e obtenção de subsídios para planejamento de ações. Além disso, a SEESP/MEC participa do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Conade), órgão consultivo com representação governamental e não-governamental. A participação de grupos representativos das pessoas com deficiências das instituições de ensino superior contribuiu para a percepção da necessidade de ação específica para inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais neste nível de ensino.

RECOMENDAÇÕES

• O objetivo do Programa prevê o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais nos sistemas de ensino em todos os níveis, etapas e modalidades. Nesse sentido, o apoio do Programa é efetivado no âmbito da educação básica, havendo a necessidade da criação de uma ação que contemple o acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior.

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

OBJETIVO

Ampliar o atendimento de crianças até seis anos de idade na educação infantil com qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Crianças de até seis anos de idade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 27.941.100,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 18.666.959,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 18.666.959,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE FREQÜÊNCIA À ESCOLA DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 0 A 3 ANOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 36,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Os índices desse indicador evoluíram, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)[1], da seguinte forma: 11,7% (2002), 11,7% (2003), 13,4% (2004) e 13% (2005), neste caso, o último índice apurado, e divulgado, refere-se a 2005.

A PNAD 2005 mostra que havia apenas 1,5 milhão de crianças de zero a três anos de idade em creches ou escolas, de um universo de 11, 5 milhões.Em perspectiva regional, revela também a seguinte situação quanto à taxa de freqüência escolar líquida nessa faixa etária: 5,8% (Norte), 11,7% (Nordeste), 15,8% (Sudeste), 16,1% (Sul) e 10% (Centro-Oeste).

1. Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir de 2004, foram incluídas nessa pesquisa as áreas rurais dos Estados do AC, AM, AP, PA, RO e RR.

O índice previsto ao final do PPA está condizente com a proposta do Plano Nacional de Educação (PNE), todavia, há vários anos, o aporte de recursos financeiros para a educação infantil não é suficiente para propiciar as condições necessárias à aproximação desse índice. Nem seria possível, no caso específico deste Programa, associá-lo significativamente a pequena evolução do presente indicador em anos recentes.

Um importante fator para a melhoria do índice é a implementação, a partir de 2007, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que inclui à educação infantil destinação de recursos do salário-educação e a implementação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apoiando os Municípios na construção, ampliação e reforma de instituições de educação infantil.

2. TAXA DE FREQÜÊNCIA À ESCOLA DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 4 A 6 ANOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 77

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Este índice apresenta a seguinte evolução no decorrer dos anos: 67% (2002), 68,4% (2003), 70,5% (2004) e 72% (2005)[2]. De forma análoga, o último índice apurado (e divulgado) refere-se a 2005. A PNAD 2005 mostra que havia 7,1 milhões de crianças de 4 a 6 anos de idade em creches ou escolas, num universo de 9,9 milhões. Em perspectiva regional, revela também a seguinte situação quanto à taxa de freqüência escolar líquida nessa faixa etária: 60% (Norte), 77,6% (Nordeste), 75,9% (Sudeste), 62,1% (Sul) e 62,8% (Centro-Oeste).

É bem provável que o índice previsto ao final do PPA (condizente com o PNE) seja alcançado, ou até superado, principalmente em decorrência da implantação do ensino fundamental de nove anos, a qual torna obrigatório o ingresso aos seis anos de idade. Outro importante fator para a provável superação do índice é a implementação, a partir de 2007, do Fundeb, que inclui à educação infantil destinação de recursos do salário-educação e a implementação do ProInfância no âmbito do PDE, apoiando os Municípios na construção, ampliação e reforma de instituições de educação infantil.

2. Fonte: PNAD/IBGE. A partir de 2004, foram incluídas nesta pesquisa as áreas rurais dos Estados do AC, AM, AP, PA, RO e RR.

3. NÚMERO-ÍNDICE DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA FAIXA ETÁRIA DE 0 A 3 ANOS DE IDADE

Unidade de medida: índice numérico (em relação a 2003)
Índice apurado em 2006: 1,28
Índice previsto ao final do PPA: 1,17

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
A sua evolução em anos recentes foi: 930,8 mil matrículas (2003), 1,1 (2004), 1,2(2005) e 1,28 (2006)[3]. O número-índice mostra a variação percentual em relação ao ano de 2003.

Apesar da superação desse índice previsto ao final do PPA, a realidade ainda é insatisfatória, como evidenciam os dados referentes ao indicador 1. Ressalta-se que este indicador é menos expressivo, se comparado ao indicador 1, razão porque se reitera a recomendação para exclui-lo.

4. NÚMERO-ÍNDICE DE MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA FAIXA ETÁRIA DE 4 A 6 ANOS DE IDADE

Unidade de medida: índice numérico (em relação a 2003)
Índice apurado em 2006: 1,09
Índice previsto ao final do PPA: 1,13

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
A sua evolução em anos recentes foi: 5,03milhões de matrículas (2003), 1,07 (2004), 1,12 (2005) e 1,09 (2006)4. Neste caso, o índice revela a existência de inflexão no nível de matrículas entre 2005 e 2006, o que demanda especial atenção sobre as suas possíveis causas. Contudo, ressalta-se que, por ser um indicador menos expressivo, se comparado à taxa de freqüência na mesma faixa etária (indicador 2), reitera-se a recomendação para exclui-lo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)1996 apresenta notáveis avanços legislativos para a educação infantil, que passou a ser considerada a primeira etapa da educação básica e, apesar de não ser de freqüência obrigatória, é dever do Estado oferecê-la para toda a população, em creches (0 a 3 anos de idade) e pré-escolas (quatro a seis anos). Esta última etapa passa a compreender apenas os de quatro e cinco, sendo que as crianças de seis anos devem, progressivamente, ser matriculadas na 1ª série do ensino fundamental de nove anos, a ser totalmente implantado até 2010, conforme estipulado pela Lei nº 11.274, de 6.2.2006, que alterou a LDB.

3. Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).
4. Idem.

É nessa fase inicial da vida que mais se desenvolve a capacidade de aprender, adquirir novas competências e estilos cognitivos que se associam ao futuro sucesso ou fracasso da criança na escola.

A LDB determina, ainda, que a formação mínima para o exercício da docência em creches e pré-escolas seja o nível médio, em modalidade normal. No entanto, já passada quase uma década, o Censo Escolar de 2006 mostrava que ainda havia no País, na educação infantil, mais de 10.000 funções docentes sem formação de nível médio completo. O PNE, de sua parte, estipula, no item 1.3.5.b (e 10.3.17), meta de 100% desses docentes com formação mínima de nível médio, a ter sido alcançada até o início de 2006.

As características da divisão de atribuições e competências reforçam o processo de municipalização da educação infantil e do ensino fundamental observado no aumento da participação relativa das redes municipais de ensino na oferta.

Quanto ao total das matrículas, constata-se que a educação infantil vem crescendo: em creches, a evolução foi de 916,8 mil (2000) para 1,4 milhões (2006) e, em pré-escolas, de 4,4 milhões (2000) para 5,6 (2006).

No que se refere às creches, houve aumento de 2% das matrículas nas redes municipais: eram 60,9%, em 2005, (37,8% na rede privada) e passaram a 62,9%, em 2006, (35,8% na rede privada). Sobre a rede municipal, houve quedas na Região Norte (-0,8%), em SE (-2,11%) e em SP (-9,97%); nas demais regiões, houve ampliação do atendimento, com destaque para GO (+15,1%), MG (+9,8%), AM (+15,54%) e ES (+8,22%).

Referente à pré-escola, houve estagnação das matrículas nas redes municipais, permanecendo 70,1% entre 2005 e 2006, ao passo que houve ligeira queda na rede privada, de 26,1% para 25,8%. A diminuição no total das matrículas nessa etapa encontra explicação, em parte, na progressiva implantação do ensino fundamental de nove anos; o número de matrículas na série inicial cresceu 47,3% nesse período (aumento de 429,7 mil matrículas), dentre as quais 200,2 mil de novas crianças com até seis anos de idade. De outro lado, na pré-escola, registrou-se decréscimo de 177,2 mil crianças de seis anos.

Nesse contexto, apesar de alguns avanços, os níveis de freqüência ainda são relativamente baixos, principalmente com relação às creches, conforme mostram os indicadores.

Vale destacar, como parte da recente definição do PDE do Governo Federal, a diretriz estabelecida no inciso X do Art. 2º do Decreto nº 6.094, de 24.4.2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e que preconiza a mobilização social pela melhoria da qualidade da Educação Básica no País: promover a educação infantil.

Tendo em vista qualificados estudos a respeito, a educação infantil constitui fator de alta significância para o sucesso escolar nas etapas subseqüentes, demandando,

assim, maiores investimentos públicos, que possam contribuir para a sua progressiva universalização e melhoria de qualidade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• 513 escolas das redes municipais beneficiadas com construções, ampliações, reformas, adequações e adaptações de espaços, pela execução da Ação Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública de Educação Infantil, com reflexos para a ampliação da matrícula na educação infantil;

• 191 escolas das redes municipais beneficiadas com a aquisição de equipamentos por meio da execução da Ação Apoio à Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública de Educação Infantil;

• 200 mil professores receberam, cada um, três edições da **Revista Criança**, importante instrumento de suporte teórico à prática pedagógica dos profissionais da educação infantil, distribuídas pela Ação Distribuição de Periódicos para a Educação Infantil.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Apesar da elevada execução (mais de 90%), os recursos orçamentários destinados ao Programa são insuficientes para poder contribuir de forma significativa à ampliação do atendimento da educação infantil. Para o exercício de 2007, haverá, da parte federal, um aumento de mais que R$ 100 milhões ao Programa. Além disso, a implementação do Fundeb, a partir desse exercício, representará, para os Municípios, considerável aumento de recursos para a educação infantil.

Em algumas ações, houve superação dos resultados previstos para o exercício, devido ao grande número de projetos com custos abaixo do estimado, decorrente do crescimento de parcerias locais e do maior envolvimento das equipes nos Estados, DF e Municípios. Em outras, no entanto, os desempenhos foram limitados devido a inadimplências de Municípios e Estados, falta de documentação de habilitação (regularidade quanto a obrigações fiscais e sociais), além do atraso na aprovação da LOA, da inexecução de emendas parlamentares e das restrições impostas pelo período eleitoral (art. 73, VI, Lei Eleitoral nº 9.504, de 30.9.1997).

Há carências de ordem material, de recursos humanos e de infra-estrutura. São necessárias melhorias quanto a espaço físico, ramais telefônicos, equipamentos de informática, sistemas de informação e controle, contingente de servidores (para execução das ações, apoio à gerência-executiva, assessoramento à gerência do Programa, assistência técnica a entidades, etc) e materiais diversos, a fim de propiciar maior eficiência na execução e acompanhamento das ações, o que fica mais premente em vista da perspectiva de expansão da educação infantil.

Com relação aos Estado e Municípios, uma restrição ao desempenho do Programa é a falta de preparo, quanto a processos licitatórios atinentes a recursos da União.

Os sistemas informatizados são apropriados, mas a eficácia continua limitada pela falta de comprometimento quanto à freqüência de registro dos dados – a exemplo do Sistema de Acompanhamento de Programas e Projetos Educacionais (SAPE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), além da falta de um padrão mínimo de informações a serem inseridas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Têm sido de grande valia, ainda que indiretamente, as contribuições prestadas por parceiros como o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Ensino (Undime), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), o Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil (Mieib), organismos internacionais e entidades representantes de pais e mestres, de comunidades, etc.

Dentre os documentos publicados para o estabelecimento da Política Nacional de Educação Infantil, os Parâmetros Nacionais de Qualidade e os Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura foram construídos com a participação de gestores municipais, representantes de secretarias estaduais de educação e de entidades da sociedade civil que atuam na área de educação infantil.

O Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), instituído em 2005, para elaborar proposta de transição, quanto à gestão do apoio financeiro do Governo Federal às creches e pré-escolas, do âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o do MEC, produziu em março de 2006 um Relatório composto de duas partes: I – Análise da situação atual da educação infantil e da atuação do Governo Federal na área e II – Proposta de prorrogação do prazo da Portaria 3.219, de 21.9.2005.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

OBJETIVO

Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Jovens e adultos que buscam melhores oportunidades de formação profissional técnica e superior tecnológica, alunos de pós-graduação, professores e pesquisadores.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.302.668.354,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 1.242.846.691,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 1.242.846.691,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. NÚMERO-ÍNDICE DE MATRÍCULAS INICIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: 123
Índice previsto ao final do PPA: 121,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
A previsão para 2006 era de apenas 115,8, mas o aumento da oferta de educação profissional provocou a superação da meta para 2007.

2. NÚMERO-ÍNDICE DE MATRÍCULAS INICIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TECNOLÓGICO

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: 226
Índice previsto ao final do PPA: 225

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
A previsão para 2006 era de apenas 210, mas o aumento da oferta de educação profissional provocou a superação da meta para 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O público-alvo da Educação Profissional e Tecnológica compreende jovens e adultos na faixa etária de 14 a 24 anos, cuja estimativa era de 38,4 milhões no ano de 2005. Desse total, devem ser considerados como demandantes potenciais dos cursos técnicos apenas os concluintes do ensino fundamental e os egressos do ensino médio. São também demandantes potenciais os trabalhadores que já estão no mercado de trabalho em situação de desemprego ou em busca de capacitação para o acesso, a reinserção e/ou o reposicionamento no mercado de trabalho. Não resta dúvida de que iniciativas que proporcionem o atendimento à demanda deste público por ensino médio integrado à educação profissional são estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Das 28 escolas previstas para 2006, sete foram inauguradas e estão em pleno funcionamento, duas estão concluídas aguardando inauguração, seis foram concluídas em fevereiro de 2007. As outras 13 escolas sofreram atrasos em função de regularização de terrenos, recursos às licitações ocorridas e redefinição de projetos e algumas serão concluídas em 2007. No entanto, já iniciaram seu funcionamento em instalações provisórias. Foram contratados inicialmente 1.500 professores e 900 técnicos-administrativos em atendimento à demanda proveniente da expansão;

• A primeira fase do plano é complementada com 18 escolas construídas com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), até então administradas por entidades comunitárias ou estaduais, hoje em processo de transferência de gestão para o Governo Federal por meio dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets);

• Em continuidade ao resgate das condições de manutenção dos alunos nas escolas agrotécnicas e Cefets agrícolas foram investidos, em 2006, R$ 3,3 milhões para apoio a 47 instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, promovendo a melhoria e a ampliação de alojamentos, incluindo-se aqui, cozinhas e ambientes necessários para a permanência desses alunos nestas instituições;

• Foram criados 15 núcleos de especialização em Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação Jovens e Adultos (PROEJA) que estão qualificando mais de 1.500 docentes da rede pública federal, estadual e municipal. Estes professores estão sendo preparados para atendimento a jovens e adultos acima dos 17 anos, que terminaram o ensino fundamental e desejam concluir o ensino médio, com uma formação profissional inicial. Em 2006, as 144 instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica já disponibilizaram parte de suas vagas ao PROEJA;

• Criado o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, que pode ser acessado na página da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), com o objetivo de aprimorar e fortalecer os cursos superiores de tecnologia e em cumprimento ao Decreto nº 5.773/2006, funcionando como um guia para referenciar estudantes, educadores, instituições ofertantes, sistemas e redes de ensino, entidades representativas de classes, empregadores e o público em geral;

• Em 2006, foi realizada a I Conferência Nacional da Educação Profissional e Tecnológica do Brasil. O evento teve inicialmente 27 conferências estaduais para escolha dos delegados – gestores, docentes, técnicos e alunos de instituições públicas e privadas. A Conferência Nacional contou com a participação de mais de 2.600 pessoas ligadas à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e discutiu cinco eixos temáticos: o papel da EPT no desenvolvimento nacional e nas políticas de inclusão social; financiamento (manutenção e expansão); organização institucional e papel das instâncias de governo e da sociedade; estratégias operacionais de desenvolvimento da EPT (sistema de gestão, proposta pedagógica, educação a distância e formação e valorização dos profissionais da educação profissional e tecnológica e a relação da EPT e a universalização de educação básica);

• No âmbito da formação inicial e continuada de trabalhadores, nível da educação profissional para os que ainda não concluíram o ensino fundamental, foram concedidas 16.662 bolsas do Escola de Fábrica. Este projeto objetiva incluir jovens de baixa renda no mercado de trabalho através de cursos de iniciação profissional em unidades formadoras no próprio ambiente das empresas, gerando renda e inclusão social.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito mensalmente por intermédio de sistemas informatizados como o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SIMEC) e o Sistema de Informações Gerencias da Setec (SIG). Anualmente é elaborado o Relatório de Gestão, que contém a descrição das principais ações, relacionando as metas físicas e financeiras, com base nos dados do SIMEC e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Os recursos foram considerados suficientes, porém o seu fluxo de liberação sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Apesar de o Programa possuir ações de outros órgãos, a multissetorialidade não ocorreu na prática, pois não houve integração entre a gerência do Programa e os coordenadores dessas ações. Já a integração com os executores de ações descentralizadas foi mais efetiva.

A articulação das ações de governo no campo da formação, qualificação e requalificação profissional é um caminho importante a ser trilhado para ampliar a cobertura da oferta de cursos, promover a complementaridade da formação e otimizar os recursos existentes. As parcerias, em especial com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e as iniciativas de economia solidária são estratégias decisivas para a inclusão, com qualidade, de jovens e adultos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As ações de capacitação fizeram parte das políticas estabelecidas pela Setec/MEC, principalmente no atendimento ao desafio demandado pela implementação do PROEJA.

Iniciado em janeiro de 2006, o Plano de Expansão da Rede Federal de EPT adicionará 60 novas escolas às unidades já existentes, ofertando ao final do processo 74.000 novas vagas que serão destinadas a jovens e adultos nas diversas regiões do País, abrangendo cerca de 1.500 Municípios.

A participação social ocorreu principalmente pela realização das 27 conferências estaduais e pela Conferência Nacional realizada em Brasília, em novembro de 2006. Para algumas ações do Programa também foram realizadas audiências públicas, consultas públicas, reuniões com grupos de interesse e discussões em conselhos setoriais.

RECOMENDAÇÕES

• Ampliar a articulação do Escola de Fábrica com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem), pois ambas iniciativas estão voltadas para um público-alvo semelhante;

• Exclusão da expressão: "alunos de pós-graduação, professores e pesquisadores" do público-alvo do Programa.

DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA

OBJETIVO

Formar pessoal de alto nível no País e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.

PÚBLICO-ALVO

Alunos de pós-graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 768.063.616,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 752.637.720,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 752.637.720,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. ÍNDICE DE MESTRES TITULADOS NO PAÍS

Unidade de medida: 1/100.000
Índice apurado em 2006: 16,46
Índice previsto ao final do PPA: 18,44

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

De 2004 para 2005 o índice cresceu 8,72%, se esse crescimento se mantiver será possível alcançar o índice no final de 2007.

2. ÍNDICE DE DOUTORES TITULADOS NO PAÍS

Unidade de medida: 1/100.000
Índice apurado em 2006: 4,81
Índice previsto ao final do PPA: 5,48

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

De 2004 para 2005 o índice cresceu 0,42%, se esse crescimento se mantiver não será possível alcançar o índice no final de 2007. O índice é diretamente proporcional a quantidade de recursos disponíveis para distribuição de bolsas. Além disso, também depende da capacidade de oferta de vagas por parte das instituições de ensino. Nesse

caso, o doutorado tem uma menor oferta que o mestrado. Uma das razões dessa diferença refere-se aos requisitos estabelecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para o reconhecimento de cursos novos. Nos últimos dez anos, a participação do setor privado nas matrículas em cursos de doutorado praticamente se manteve, enquanto em nível de mestrado houve um aumento significativo.

3. ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE COM TÍTULO DE MESTRE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 35,54
Índice previsto ao final do PPA: 37,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
Para o índice evoluir, os futuros mestres precisam ser absorvidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES). Portanto, não é um bom indicador para o Programa, já que ele não interfere no corpo docente das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

4. ÍNDICE DE QUALIDADE DA PÓS-GRADUAÇÃO NACIONAL

Unidade de medida: Nota
Índice apurado em 2006: 4,21
Índice previsto ao final do PPA: 4,07

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
A meta prevista já foi superada.

5. ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE COM TÍTULO DE DOUTOR DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 24,14
Índice previsto ao final do PPA: 25,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
Para o índice evoluir, os futuros doutores precisam ser absorvidos pelas IES. Portanto, não é um bom indicador para o Programa, já que ele não interfere no corpo docente da IFES.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os esforços, do Governo Federal, voltados para a educação pós-graduada nas últimas cinco décadas contribuíram de maneira substantiva para o desenvolvimento da educação brasileira. O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), no entanto, ainda não se encontra desenvolvido em sua plenitude. Aspectos específicos do cenário acadêmico e científico continuam a demandar ações estratégicas por parte do governo. Para acelerar a formação de recursos humanos de alto nível, precisa-se de um conjunto de iniciativas: execução do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2005-2010), implementação da

Reforma Universitária, ora em tramitação no Congresso Nacional, investimentos em infra-estrutura da pós-graduação e da pesquisa, sobretudo nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, aumento dos quadros docentes das universidades públicas, expansão dos vínculos dos cursos de pós-graduação com seus congêneres, tanto em nível nacional quanto internacional, ampliação do acesso à informação científica e tecnológica por parte dos cursos de pós-graduação, entre outras. Além disso, torna-se urgente aprofundar a parceria, na atividade pesquisa, da Universidade com a iniciativa privada, em atendimento à Política Industrial e do Comércio Exterior do Governo (PITCE).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Em 2006, foram concedidas em média 25.248 bolsas de estudos no País, no âmbito de programas vinculados às iniciativas estratégicas, objetivando estimular o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, bem como diminuir as disparidades regionais e intra-regionais;

• Com o intuito de permitir maior inserção do pesquisador brasileiro no cenário científico internacional, bem como a atualização da pesquisa científica brasileira nas fronteiras da produção do conhecimento, foram concedidas em média 2.005 bolsas de estudos no exterior, um instrumento tradicional de qualificação de pesquisadores, nas modalidades de doutorado-sanduíche, doutorado pleno, estágio de doutorado e pós-doutorado;

• Em áreas tecnológicas, tais como: Engenharias, Ciência da Computação, Química, Farmácia e Farmacologia, Ciências Biológicas entre outras, foram concedidas em média 2.997 bolsas de estudos visando à realização de pesquisas de ponta nas empresas e em instituições públicas e privadas, para a geração de patentes e a transferência de inovações tecnológicas para produtos, serviços, sistemas e processos de forma a materializar a implementação e o fortalecimento da PITCE;

• A inclusão de novos títulos no portal de periódicos da Capes permitiu que o número de acessos ao portal saltasse de 6,6 milhões, em 2002, para cerca de 40 milhões, em 2006. O portal da Capes é uma das maiores ferramentas existentes na América Latina para acesso ao conhecimento científico mundial, sendo utilizada por universidades, órgãos do governo e empresas privadas;

• É importante ressaltar as iniciativas de parcerias estabelecidas com organizações estrangeiras para a redução dos valores das taxas escolares cobradas pelas instituições estrangeiras para a realização do doutorado pleno. Em função da economia obtida, foi possível aumentar o número de bolsas concedidas nas demais modalidades. Também cabe destacar o investimento que permitiu a participação de cerca de 500 pesquisadores brasileiros em eventos científicos internacionais, para a apresentação de trabalhos produzidos nas instituições brasileiras.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Há carência de funcionários técnico-administrativos para a captação e tratamento dos dados da pós-graduação e para o gerenciamento das ações de fomento. Para solucionar o exposto, a instituição realizará concurso público em 2007.

A Capes possui sistema informatizado que possibilita o controle dos bolsistas e seus respectivos pagamentos. Além disso, o MEC desenvolveu o Sistema de Integrado de Planejamento Orçamento e Finanças (SIMEC), que permite o acompanhamento dos dados físicos das ações.

Mais uma vez, a Ação Aquisição e Ampliação do Prédio Sede da Capes não foi executada, por uma mudança na política interna do órgão.

Os recursos foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, permitindo que o caráter mensal do pagamento das bolsas de estudo, os compromissos com projetos apoiados e as atividades de consultoria vinculadas à avaliação fossem mantidos.

Apesar de o Programa possuir ações de outros órgãos, a multissetorialidade não ocorreu na prática, pois não houve integração entre a gerência do Programa e os coordenadores dessas ações. Da mesma forma não houve integração entre a gerência do Programa e os executores das ações descentralizadas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O impacto das decisões do Conselho Superior e do Conselho Técnico-Científico nos resultados do Programa é bastante significativo, já que, são algumas das atribuições dos Conselhos: assistir à Diretoria na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes, colaborar na elaboração da proposta do PNPG, opinar sobre os critérios e procedimentos para a distribuição de bolsas e auxílio institucionais e individuais, opinar sobre acordos de cooperação entre a Capes e instituições nacionais, estrangeiras ou internacionais, propor critérios e procedimentos para o acompanhamento e a avaliação de pós-graduação e dos programas executados pela Capes. Essas atribuições refletem diretamente nas ações do Programa.

O Programa não possui uma ferramenta desenvolvida para avaliar a satisfação de seus beneficiários, contudo, a avaliação é feita de forma indireta. Entre os membros do Conselho Técnico-Científico e do Conselho Superior estão representantes das grandes áreas do conhecimento, da Associação Nacional de Pós-graduando, do MEC; do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); do Ministério das Relações Exteriores (MRE); da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação; da área acadêmica; representantes do setor produtivo nacional, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) e representante do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria

(IEDI). Todos esses indivíduos estão ligados direta ou indiretamente com o público-alvo do Programa e influenciam nas políticas adotadas.

RECOMENDAÇÕES

• Excluir os indicadores Índice de Qualificação Docente com Título de Doutor das Instituições de Ensino Superior e Índice de Qualificação Docente com Título de Mestre das Instituições de Ensino Superior, tendo em vista que a evolução dos mesmos depende da absorção dos mestres e doutores pelas IES e não das ações que compõem o Programa.

DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

OBJETIVO

Assegurar o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no ensino fundamental, com melhoria de qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes do ensino fundamental.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.428.655.551,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 1.364.784.835,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 1.364.784.835,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE FREQÜÊNCIA À ESCOLA DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 7 A 14 ANOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 97

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

A sua evolução em anos recentes foi: 96,9% (2002), 97,2% (2003), 97,1% (2004) e 97,3% (2005), de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)[1].

O índice previsto ao final do PPA já havia sido superado entre 2002 e 2003, fato ainda não evidenciado quando da elaboração do atual PPA. A propósito, esse valor (97%) não foi condizente com a correspondente meta do Plano Nacional de Educação (PNE)2, que estabeleceu o alcance da universalização do atendimento de toda a clientela do ensino fundamental até o início de 2006.

A observação mais significativa reside no fato do indicador estar praticamente

1. Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir de 2004, foram incluídas nessa pesquisa as áreas rurais dos Estados do AC, AM, AP, PA, RO e RR.
2. Anexo da Lei nº 10.172, de 9/1/2001, item 2.3.1.

estagnado há anos, sendo que esse patamar ainda não corresponde efetivamente à plena universalização escolar nessa faixa etária.

Vale ressaltar que o foco do indicador não é propriamente relacionado ao ensino fundamental, mas sim à sua clientela (7 a 14 anos de idade), quanto ao fato de estarem ou não freqüentando escola, ou seja, com garantia de acesso e permanência. Em 2005, eram 737,2 mil crianças e adolescentes nessa faixa etária que estavam fora da escola (2,7%). Nesse contexto, a atenção recai de modo especial sobre duas causas potenciais: a condição de portador de deficiência ou a ocupação laboral, além da falta de oferta adequada em locais diversos.

Seria importante, para a definição do índice previsto ao final do próximo PPA 2008-2011, ter como referência a meta do PNE, que ainda não foi alcançada.

2. TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 28,6
Índice previsto ao final do PPA: 23,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

A sua evolução em anos recentes foi: 33,9% (2003), 32% (2004), 30% (2005) e 28,6% (2006), de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O indicador expressa o percentual total de alunos do ensino fundamental com idade superior à recomendada para cada série (7 a 14 anos, sucessivamente para as oito séries que o compunham).

A progressão do indicador aponta para baixa viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA.

Sua diminuição é importante na medida em que reflete, além da correção do fluxo escolar, o ingresso da criança à escolarização em idade apropriada, evitando sua exposição a situações de riscos e prevenindo distorções sócio-educativas na população.

O patamar atual ainda é muito alto, com sérias perdas tanto para o aluno quanto para o Estado. Tendo em vista que o indicador diminuiu apenas 5,3% em três anos, seria importante estabelecer, para o índice previsto ao final do próximo PPA, patamar mais condizente com as melhorias de qualidade na educação básica pretendidas para o novo período.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394/96, em seu Art. 5º - afirma que "o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo".

E o Art. 32: "o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social." (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006).

Um panorama do ensino fundamental no País é oferecido pelo INEP, a partir dos dados do Censo Escolar de 2006:

"Há queda de 251.898 matrículas, que correspondem a 0,8% do total. Essa tendência de queda mantém-se desde 2000 e deve continuar, por influência de fatores como efeito de variáveis demográficas, que vêm diminuindo o tamanho das coortes de idade no Brasil, e ajuste do fluxo de alunos que cursam o ensino fundamental fora da faixa de idade considerada correta (7 a 14 anos).

Em todos os Estados da Região Sul, no Espírito Santo, em Mato Grosso do Sul, em Goiás e em Rondônia há estabilidade na matrícula (crescimento ou decréscimo inferior a 1%). Observa-se queda da matrícula em todos os Estados da Região Nordeste, a exceção do Rio Grande do Norte (que apresenta estabilidade, embora esta se deva ao crescimento da matrícula na rede privada). Chama atenção a diminuição de matrículas nas redes estaduais em todos os Estados nordestinos, principalmente na Bahia (redução de 33.740 matrículas), na Paraíba (redução de 26.892 vagas), em Pernambuco (menos 26.554 matrículas), no Maranhão (18.555 matrículas a menos) e no Ceará (diminuição de 16.134 matrículas).

As redes municipais da Bahia e do Ceará diminuíram a oferta em 80.113 e 31.918 matrículas, respectivamente. Verifica-se, ainda, diminuição da oferta de vagas no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Pará e em Mato Grosso, enquanto que os demais Estados apresentam pequeno crescimento. Destaca-se o crescimento das matrículas nas redes municipais dos Estados de São Paulo (aumento de 121.268 matrículas), Espírito Santo (mais 28.759 matrículas) e Rio Grande do Sul (35.945)."

No que se refere à aprendizagem escolar, foram divulgados, em junho de 2006, os resultados da Prova Brasil (aplicada em novembro de 2005 pelo INEP em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação), que pela primeira vez teve caráter universal para alunos de 4ª e 8ª séries, avaliando o desempenho de 3,3 milhões de alunos em Português (foco em leitura) e em Matemática (foco em solução de problemas) e permitindo o conhecimento dos dados por estabelecimento de ensino. Em comparação com os resultados mais recentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), 2003, houve melhoras de cinco pontos em média na 4ª série.

Dessa forma, o Poder Público em suas diversas instâncias, articulado com a sociedade, deverá, nos próximos anos, enfrentar os seguintes desafios: garantir o acesso universal ao ensino fundamental de nove anos, buscando taxa de escolarização líquida próxima a 100% e aprimorar a qualidade da educação, reduzindo, inclusive, a defasagem idade-série.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Mais de 102 milhões de exemplares de livros didáticos distribuídos para o ensino fundamental, pela execução da Ação Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);

• 131,3 mil escolas de ensino fundamental beneficiadas pela execução da Ação 0515 – Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), no valor total de R$ 326,7 milhões, privilegiando o processo de descentralização na área de educação e a autonomia das escolas públicas do ensino fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, nas modalidades regular, especial e indígena, além de entidades sem fins lucrativos responsáveis pela manutenção e representação de escolas privadas de educação especial;

• Mais de 3,3 milhões de alunos do ensino fundamental público residentes em área rural beneficiados quanto ao acesso e à permanência na escola, mediante recursos no valor total de mais de 275 milhões de reais para manutenção de transporte escolar, pela execução da Ação Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental, no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE);

• 3.891 escolas das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste beneficiadas pela execução da ação Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA III);

• R$ 2,5 milhões aplicados em atividades variadas (elaboração e publicação de documentos orientadores aos sistemas de ensino, realização de debates, encontros, seminários, aquisição e reprodução de material didático, etc) pela execução da Ação Apoio à Ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, com reflexos para 20.686 alunos (em 2006), além de 3.033 professores beneficiados com formação continuada;

• Gestão do MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), junto a universidades federais de 10 Estados (BA, CE, ES, MT, PB, PI, RN, RS, SC e TO) para viabilizar cursos de pós-graduação *lato sensu* com objetivo de formar 4.000 especialistas em gestão escolar, no âmbito do Programa Escola de Gestores da Educação Básica, com progressiva extensão para os demais Estados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

No caso das ações executadas por meio de descentralização e transferência voluntária, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o acompanhamento é feito por meio do Sistema de Acompanhamento de Programas e Projetos Educacionais (SAPE). A periodicidade é simultânea à liberação dos pareceres técnicos. Todas as ações do Programa são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento do MEC (SIMEC), criado para acompanhamento dos programas e ações orçamentárias e para monitoramento das etapas dos projetos e atividades viabilizados em cada uma das ações. O sistema recebe informações sobre cada ação por meio de seus coordenadores. Apesar de ser uma ferramenta apropriada, a qualidade do acompanhamento das ações e do objetivo do Programa fica limitada pela falta de comprometimento dos responsáveis quanto à periodicidade na alimentação dos dados. Outra importante providência para melhoria do monitoramento é a criação de um padrão mínimo de informações a serem inseridas.

A execução física das ações ficou entre 80% e 100% do previsto na LOA 2006. Apesar de alto o nível geral de execução das metas, algumas ficaram comprometidas em função de inadimplência de Municípios e falta de documentação de habilitação para formalização de convênios.

O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Parte dos recursos foram repassados somente no final do exercício em função da legislação eleitoral.

O contingente de pessoal, além de insuficiente, sofre constantemente com a sobrecarga de atribuições. Além da falta de qualificação para determinadas atividades (planejamento, gestão operacional, orçamentária, financeira e pedagógica), as equipes estão, comumente, sofrendo com a alta rotatividade.

Alguns Municípios deixaram de receber os recursos das transferências automáticas e voluntárias devido ao atraso ou à falta de entrega da prestação de contas de recursos recebidos anteriormente, impedindo a celebração de novos convênios e o repasse dos recursos descentralizados.

Alguns Municípios deixaram de receber os recursos das transferências automáticas e voluntárias devido à falta de documentação de habilitação: comprovação de regularidade junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), Procuradoria Geral da República Federal (PGRF) e outros impeditivos para celebração de convênios e repasse de recursos descentralizados.

No que se refere à integração entre a gerência do Programa e os entes executores descentralizados, verifica-se ausência de informações para algumas ações, o que prejudica consideravelmente as avaliações e mesmo o levantamento de informações educacionais por parte dos entes, que freqüentemente solicitam à coordenação geral.

Com relação à execução de ações implementadas por outras unidades administrativas do próprio Ministério, mesmo com a pulverização, as ações obtiveram ótimos resultados, graças ao esforço e comprometimento dos gestores e equipes técnicas. A ressalva está apenas na integração das informações pelos gestores com a coordenação geral do Programa.

Não há, no Programa, indicadores de medição de desempenho dos alunos do ensino fundamental. Atualmente, esses índices podem ser medidos por informações coletadas pelo SAEB, realizado anualmente pelo INEP e também pelo índice de adequação idade-anos de escolaridade, também do INEP.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Têm sido de grande valia, ainda que indiretamente, as contribuições prestadas por parceiros como o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Ensino (Undime), conselhos variados, organismos internacionais (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco) e outras instituições de interesse público da sociedade civil, etc, tanto no desenvolvimento das ações que compõem o Programa quanto no seu acompanhamento e monitoramento.

A criação do Sistema de Remanejamento e Reserva Técnica (SISCORT), que coloca à disposição das escolas e secretarias estaduais e municipais de educação um sistema desenvolvido para auxiliar as redes públicas de ensino fundamental a remanejar os livros didáticos distribuídos pelo PNLD, destaca-se como uma ação inovadora para a gestão pública. Pelo acesso ao SISCORT, no sítio do FNDE, as escolas das redes públicas podem verificar a disponibilidade de livros nas unidades educacionais mais próximas e registrar possíveis sobras em sua instituição, sendo um instrumento valioso para o remanejamento e a troca de livros, resolvendo assim um dos grandes problemas enfrentados pelo Programa: a falta de livros nas escolas. O sistema é atualizado anualmente com dados da distribuição nacional de livros por escolas e de alunos cadastrados no Censo Educacional.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO

OBJETIVO

Garantir o acesso e a permanência no ensino médio a todos os adolescentes e jovens, com melhoria de qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Adolescentes e jovens e adultos do ensino médio regular.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 82.367.493,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 75.753.929,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 75.753.929,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. NÚMERO MÉDIO DE SÉRIES CONCLUÍDAS DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 17 ANOS

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 7,2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A sua evolução nos últimos anos, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)[1], foi de: 6,7 (2002), 6,9 (2003), 6,9 (2004) e 7,1 (2005). Neste caso, o último índice apurado (e divulgado) refere-se a 2005. A tendência de aumento reflete a diminuição dos índices de reprovação e de distorção idade-série nessa faixa etária. Assim, a progressão do indicador aponta para alta viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA. Contudo, registra-se que, segundo dados da PNAD 2005, 45,3% da população nessa faixa etária, correspondente a mais de 3,7 milhões de jovens, ainda freqüentava o ensino fundamental, por isso, faz-se necessária a revisão das metas a serem alcançadas por este indicador

1. Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir de 2004, foram incluídas nessa pesquisa as áreas rurais dos Estados do AC, AM, AP, PA, RO e RR.

2. TAXA DE FREQÜÊNCIA BRUTA AO ENSINO MÉDIO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 83,4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

A sua evolução em anos recentes foi: 75,9% (2002), 81,1% (2003), 81,4% (2004) e 80,7% (2005)[2].

O indicador consiste na relação entre o total das pessoas (de quaisquer idades) que freqüentam o ensino médio e o total das pessoas de 15 a 17 anos de idade que freqüentam ou não a escola.

Não obstante a inflexão verificada em 2005, dois fatores que têm contribuído para melhorar (aumentar) o índice são: o gradual aumento das pessoas no ensino médio,principalmente pessoas de mais idade, em decorrência de sucessivas reprovações ou de retomada dos estudos após período de interrupção e a diminuição da população na faixa etária de 15 a 17 anos.

A progressão do indicador aponta para média viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA.

A propósito, seria importante definir novo patamar de previsão final, mais condizente com o ritmo de melhorias na educação básica, o que favorece a progressiva universalização do ensino médio, para o período do próximo PPA.

3. TAXA DE FREQÜÊNCIA LÍQÜIDA AO ENSINO MÉDIO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 17 ANOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 45,3
Índice previsto ao final do PPA: 46

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A sua evolução em anos recentes foi: 40% (2002), 43,1% (2003), 44,4% (2004) e 45,3% (2005)[3].

O indicador consiste na relação entre o total dos jovens de 15 a 17 anos de idade que freqüentam o ensino médio e o total dos jovens nessa faixa etária.

A tendência de melhoria (aumento) reflete a diminuição dos índices de reprovação e a gradativa correção da distorção idade-série no ensino fundamental.

2. Fonte: PNAD/IBGE. A partir de 2004, foram incluídas nesta pesquisa as áreas rurais dos Estados do AC, AM, AP, PA, RO e RR.

3. Idem.

A progressão do indicador aponta para alta viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA.

Todavia, seria importante definir novo patamar de previsão final, mais condizente com o ritmo de melhorias na educação básica, para o período do próximo PPA.

4. TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO MÉDIO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 44,9
Índice previsto ao final do PPA: 44,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
A sua evolução em anos recentes foi: 49,3% (2003), 47,6% (2004), 46,3% (2005) e 44,9% (2006), de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O indicador expressa o percentual total de alunos do ensino médio com idade superior à recomendada para cada série,15 a 17 anos, sucessivamente para as três séries que compõem o ensino médio.

A tendência de diminuição reflete o aumento nos índices de aprovação nessa faixa etária e, principalmente, no ensino fundamental. Vale ressaltar que parcela considerável dos alunos já ingressam no ensino médio com idade defasada; além disso, há a dispersão da população fora da faixa para outra modalidade de ensino, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), por exemplo.

A progressão do indicador aponta para alta viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA.

Todavia, seria importante definir novo patamar de previsão final, mais condizente com o ritmo de melhorias na educação básica, para o período do próximo PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, instrumento aprovado pelo Congresso Nacional, com diretrizes e metas para dez anos, estabeleceu suas metas para o ensino médio com base em um diagnóstico de 1997 que, atualizado em relação a 2001, mantém um cenário preocupante em termos da consecução do que preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, quanto ao dever do Estado de promover a progressiva extensão da obrigatoriedade do ensino médio (inciso II, artigo 4º).

Segundo a PNAD 2005, havia quase 10,7 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, correspondente ao ensino médio regular. Apenas 4,9 milhões deles freqüentavam esse nível, incluídos aqueles com alguma distorção idade-série, enquanto outros 3,7 milhões

estavam cursando ainda o ensino fundamental ou freqüentando cursos na modalidade de EJA e somente 100 mil estavam na educação profissional, significando que quase 2 milhões dos jovens nessa faixa sequer estavam estudando.

Por outro lado, observamos a demanda crescente pelo ensino médio, advinda tanto dos concluintes do ensino fundamental, em idade regular, quanto dos que o concluem por outras formas, como as séries de aceleração, cursos para jovens e adultos e exames supletivos.

Se identificamos que uma das razões que provocam a distorção idade-série e a elevada exclusão dos jovens do ensino médio é o não ingresso nesta etapa de ensino imediatamente após a conclusão do ensino fundamental, é preciso agir sobre sua origem, estendendo a obrigatoriedade do ensino médio a todos que concluírem o ensino fundamental em idade escolar regular. Para tanto, é necessário promover: melhoria curricular que contemple as diversas necessidades dos jovens, consolidando a identidade do ensino médio centrada nos sujeitos; valorização e formação de professores; melhoria da qualidade do ensino regular noturno; ensino médio comprometido com a diversidade sócio-econômica e cultural da população brasileira; bem como desenvolvimento de projetos juvenis, visando à renovação pedagógica e ao enfrentamento do problema da violência nas escolas.

No que se refere a financiamento, esta etapa da educação básica passa a ter perspectiva de melhoria em função da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e da ampliação da utilização do salário educação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• 9,2 milhões de livros didáticos adquiridos e distribuídos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Ação Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Médio, núcleo do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), destinados aos alunos das 3ª séries do ensino médio público. Em 2006, houve expansão do Programa pela inclusão de livros de Biologia e pela reposição e/ou complementação dos livros de Português e Matemática;

• 640,9 mil periódicos, entre os quais **Sala de Aula**, **Isto é n**a **Escola**, **Época na Escola** e **Gestão em Rede**, também adquiridos e distribuídos pelo FNDE no âmbito do PNLEM, além de 800 livros em Braille;

• Aquisição de atlas, mapas, *cd-rom*, etc, para a produção e distribuição do guia para escolha dos livros do ensino médio e realização de controle de qualidade dos materiais adquiridos, como parte das atividades de suporte para garantir a execução do PNLEM;

• Transferências de recursos financeiros, no exercício de 2006, às Secretarias de Educação de 19 Estados e do Distrito Federal, por meio da Ação Apoio a Melhoria da Qualidade do Ensino Médio (noturno), no valor total de R$ 3,3 milhões, distribuídos da seguinte forma: entre os de maior valor, para SP (R$ 1,1 milhão, sendo 48,5% para a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), PR (R$ 272, 7 milhões), CE

(R$ 252,3 milhões, sendo 55,2% para a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento, Cientifico e Tecnológico - FUNCAP), BA (R$ 250,4 mil), MG (R$ 224,3 mil) e, entre os de menor valor, para o DF (R$ 66.739,49), TO (R$ 58.577,73), PB (R$ 37.098,20), AC (R$ 6.305,31) e RR (R$ 5.075,32), conforme dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Ao longo de 2006, foram celebrados convênios, a título da mesma Ação, com todos os 26 Estados, havendo previsão de atendimento a 48 mil docentes e 6 mil gestores, podendo beneficiar 4.900 alunos cursistas de ensino médio de 905 escolas do sistema público de ensino.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

No exercício de 2006, o período eleitoral dificultou, por força de lei, a pactuação de convênios com os Estados, nos prazos desejáveis, embora tal fato não tenha prejudicado a realização de um número significativo de convênios firmados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Ações de interesse coletivo recebem acompanhamento de grupos de especialistas, como por exemplo: ações relacionadas à disseminação das ciências nas escolas, acompanhada por representantes de universidades e associações científicas e ações relativas a definição de estratégias para implantação das políticas para o ensino médio, discutidas e acompanhadas pelos coordenadores de ensino médio das redes estaduais de ensino, em reuniões periódicas.

A participação de atores envolvidos com os processos contribuiu para a correção de fluxos, quando da definição das estratégias de operacionalização das atividades, com indicação dos procedimentos a serem acordados para os devidos apoios técnico-financeiros efetivados pelo Ministério da Educação (MEC) às Unidades Federadas.

É importante entender que os beneficiários das políticas públicas no ensino médio são os alunos deste nível de ensino, em especial os das escolas públicas, mas faltam estratégias de coleta de dados relativas à percepção dos alunos quanto à implantação das políticas. Contudo, no que se refere ao apoio à formação de professores, ao fortalecimento institucional das secretarias estaduais e a outras ações que objetivam qualificar os sistemas de ensino, há mecanismos para aferir as percepções dos beneficiários.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E A CIDADANIA

OBJETIVO

Reduzir as desigualdades étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar.

PÚBLICO-ALVO

Alunos de todas as idades, seus familiares e os profissionais da educação.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 59.738.083,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 59.103.526,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 59.103.526,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. INDICADOR EM PROCESSO DE DEFINIÇÃO

Unidade de medida: A definir
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Em 2006, foram definidos cinco indicadores para o Programa que terão vigência a partir de 2007: Índice de Igualdade da Educação do Campo, Índice de Igualdade da Educação Escolar Indígena, Índice de Igualdade das Ações Educativas Complementares, Índice de Igualdade das Diversidades Étnico-Raciais e Índice de Igualdade de Gênero.

São índices de igualdade, que permitem identificar e mensurar desigualdades e assimetrias sócio-educacionais, tais como: as desigualdades étnico-raciais; de gênero e identidade de gênero; a assimetria entre a população do campo e as áreas urbanas; a população indígena; a população remanescente de quilombos; a alfabetização e a educação de jovens e adultos e outras populações consideradas em situação de vulnerabilidade e risco social.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A discriminação étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, geracional e sob qualquer outra forma é um fato concreto da sociedade brasileira e acontece em todos os ambientes, sejam eles sociais, familiares ou privados, uma vez que os preconceitos estão profundamente enraizados nos indivíduos e na cultura.

Historicamente, a escola não só reproduz em seu ambiente os processos discriminatórios, como também os reforça, já que os indivíduos discriminados, das mais diferentes formas, quando vítimas de violência ou de exclusão do ambiente escolar, têm reduzidas as suas oportunidades de trabalho, assim como a sua renda.

A discriminação é responsável por parte significativa das desigualdades observadas no campo educacional, o que se reproduz no mercado de trabalho, pois pelo menos 40% da desigualdade salarial no Brasil pode ser explicada pela questão educacional. Essas desigualdades resultam de um processo ativo de preconceitos e estereótipos que legitimam, diuturnamente, procedimentos discriminatórios. Dentro do próprio ambiente escolar são constantes os tratamentos preconceituosos, as medidas discriminatórias, os insultos e constrangimentos, as ameaças e agressões físicas ou verbais contra estudantes de determinados grupos, como negros, indígenas, pobres, crianças e jovens com idade defasada para a série ou, ainda, crianças e jovens com orientação sexual diferenciada.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Em 2006, foram apoiados 358 planos de trabalho de Ações Educativas Complementares e Educação Ambiental (Educação Chico Mendes) e mais 35 relacionados ao Cultura Afro-Brasileira, que possibilitaram o atendimento de 455,5 alunos na primeira ação e 992,2 alunos no segundo, totalizando 1,5 milhão de alunos beneficiados;

• Qualificação de 17.448 profissionais, por meio do apoio à qualificação de profissionais em educação para diversidade e cidadania, que é feito mediante diversos projetos ligados à temática de Direitos Humanos, são eles: Diversidade Sexual e Igualdade de Gênero nas Escolas; Gênero e Diversidade na Escola; Programa Educação em Direitos Humanos; Reconhecer; Educação e Gravidez na Adolescência e Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. O resultado bastante expressivo decorreu da capacidade das instituições envolvidas na execução dos projetos que, em articulação, constituíram uma rede de multiplicadores com um desempenho mais elevado que o esperado;

• Em 2006, por meio do apoio à educação do campo, foram disponibilizados R$ 6,5 milhões a governos estaduais, prefeituras municipais e entidades civis sem fins lucrativos, beneficiando 6.447 escolas e um total de 443 técnicos, 21.845 professores e 450.857 alunos ao longo do ano. O apoio à educação do campo contempla todos os níveis de escolaridade, com destinação de recursos, apoio técnico e outros subsídios, dando especial atenção às demandas específicas e diferenças entre as populações campesinas, tais como ribeirinhos, pescadores, agricultores familiares, assentados, caiçaras, extrativistas, entre outros;

• 7.244 alunos afrodescendentes e/ou indígenas atendidos por meio dos Projetos Inovadores de Cursos (PICs), que se constituem no fortalecimento do processo de aprendizagem, por exemplo, mediante reforço escolar, orientação vocacional e cursos pré-vestibulares adaptados para a realidade destes grupos locais;

• 32 projetos educacionais inovadores voltados à educação para diversidade e cidadania apresentados por universidades foram apoiados por meio do Conexões de Saberes, envolvendo mais de 800 alunos;

• 1.558 escolas abertas aos finais de semana para o desenvolvimento de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer;

• O bom desempenho do Programa ocorreu em razão da capacidade de articulação das instituições parceiras envolvidas em algumas ações que constituíram uma rede de multiplicadores proporcionando um alcance de resultados acima do esperado.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) realiza visita aos projetos que estão sendo implementados. São feitas observações nos locais e aplicados instrumentos (questionários, entrevistas) junto aos executores e aos beneficiários das ações. A SECAD desenvolveu um sistema de planejamento de suas ações, denominado SecadPlan, para melhor organizar os projetos e o monitoramento dos mesmos. Em alguns casos específicos, houve produção de sistema de monitoramento para grupos de projetos considerados prioritários, dentro dos apoiados pelo Programa. Outro sistema importante desenvolvido para o monitoramento foi o de registro de análise dos projetos, que permite referenciar geograficamente as atividades e o público beneficiado.

Há dificuldades relativas: à exatidão dos dados fornecidos, pelos executores, de localização das atividades que estão sendo realizadas. Os instrumentos de monitoramento necessitam aperfeiçoamento, assim como os relatórios resultantes desse processo, a sua freqüência.

A superação da meta física prevista se deve ao fato de algumas ações possuírem um potencial multiplicador, como é o caso da ação Apoio a Atividades Educacionais de Valorização da Diversidade no Espaço Escolar, que permitiu um resultado excepcional e acima do previsto pelo Projeto Cultura Afro-Brasileira. Já no caso da Ação Apoio à Qualificação de Profissionais da Educação em Educação para Diversidade e Cidadania, a superação da meta resultou da capacidade das instituições envolvidas na execução dos projetos que, em articulação, constituíram uma rede de multiplicadores com um desempenho maior que o esperado. Ou seja, o funcionamento dos projetos e a rede criada possibilitaram externalidades que levaram a um desempenho acima do esperado.

Os recursos orçamentários foram suficientes, bem como o fluxo de desembolso, em que pese à ocorrência de contingenciamento, o que impede o alcance das metas físicas e compromete a programação feita para o ano. O atraso na liberação dos recursos, além de desmobilizar os parceiros, compromete o planejamento e as articulações. O montante de

recursos gastos com as despesas administrativas, quando comparado ao montante liquidado diretamente com a execução das ações do Programa, é residual. As ações do Programa possuem tal abrangência, significância e diversidade – no que se refere aos objetivos, formas de execução e estratégias de implementação – que há uma nítida necessidade de incrementar os recursos destinados à Gestão e Administração deste, principalmente para fortalecimento das suas atividades de monitoramento e avaliação.

A infra-estrutura (espaço físico, computadores, etc) na equipe gerencial é insuficiente para acompanhar a execução dos projetos e realizar os procedimentos administrativos. Da mesma forma, há insuficiência de técnicos e pessoal de apoio administrativo.

As ações executadas com recursos descentralizados tiveram bom desempenho, em que pesem os problemas relativos à celebração de convênios, coordenação, comunicação e monitoramento. A execução descentralizada garantiu capilaridade e se beneficiou da experiência e das metodologias específicas de cada parceiro.

Os executores das ações nem sempre disponibilizaram as informações (dependendo do projeto executado) e a confiabilidade destas foi duvidosa em alguns momentos. Portanto, percebe-se que a integração entre a gerência e os entes executores necessita de maior aperfeiçoamento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os parceiros não-governamentais executaram bem as atividades; há, contudo, dificuldades relativas à celebração dos convênios, tanto devido ao trâmite com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) quanto à confusão da legislação que rege a celebração de convênios e em razão da habilitação ou não das entidades para tornarem-se parceiras.

A participação social ocorre, em alguns casos, pela constituição formal de comitês e conselhos para consultas e deliberações. Essa participação provoca maior integração entre os agentes que representam os interesses das populações enfocadas no âmbito do Estado, Município ou região contemplada, bem como a criação de projetos em conformidade com as características e necessidades locais. Além disso, a participação social contribui para elaboração de diagnósticos mais acurados e controle social do Programa.

Não há uma sistemática estabelecida para realizar periodicamente a avaliação de satisfação dos beneficiários. No entanto, várias iniciativas de acompanhamento e avaliação promovidas pela SECAD relatam a opinião dos beneficiários quanto à satisfação em relação a projetos executados no âmbito deste Programa. Como exemplo, podem ser citadas as visitas realizadas no segundo semestre de 2006, em diferentes cidades do País, para acompanhamento de projetos apoiados, onde foram entrevistados diretores, professores, profissionais da educação, alunos, pais e comunidade local. Foram realizadas avaliações qualitativas sobre projetos apoiados por algumas das ações do Programa. De um modo geral, a percepção dos beneficiários é sempre positiva, destacando, em suas falas, a

importância dos temas trabalhados, a abordagem inovadora de se tratar transversalmente a diversidade e a possibilidade de participar de projetos que consideram as suas necessidades e demandas específicas.

RECOMENDAÇÕES

• Reformulação do desenho do Programa, mantendo em sua estrutura apenas as ações relacionadas com a transversalidade.

UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI

OBJETIVO

Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.

PÚBLICO-ALVO

Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), bem como bolsistas das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 11.938.324.202,00	Empenho Liquidado:	R$ 11.476.871.134,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 11.476.871.134,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
R$ 88.000.000,00	-	

INDICADORES

1. TAXA DE DOCENTES (EM EXERCÍCIO) COM DOUTORADO ATUANDO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO PRESENCIAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 44,26
Índice previsto ao final do PPA: 52,1

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

O indicador não evoluiu como o esperado, a previsão para 2006 era de 50,1%, mas demonstra crescimento. Embora os mestres ainda sejam a maioria nas IFES, a representatividade dos doutores aumentou, além disso, o crescimento deste indicador depende de contratações de docentes pelas IFES.

2. TAXA DE DOCENTES (EM EXERCÍCIO) COM MESTRADO ATUANDO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 26,32
Índice previsto ao final do PPA: 35,2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O indicador não evoluiu como o esperado, a previsão para 2006 era de 33,2%, mas, da mesma forma que existe uma política de incentivo a formação em doutorado,

existe uma política de incentivo a formação em mestrado, àqueles docentes que possuem apenas a graduação. A evolução desse indicador depende das contratações de docentes pelas IFES.

3. TAXA DE DOCENTES (EM EXERCÍCIO) COM GRADUAÇÃO ATUANDO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO PRESENCIAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 29,4
Índice previsto ao final do PPA: 18,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

A previsão para 2006 era de 21,3%. Neste indicador o índice deve reduzir e não aumentar, pois o objetivo é diminuir o número de docentes que tenham formação em nível de graduação apenas, porém, será muito difícil reduzi-lo em mais de dez pontos percentuais em apenas um ano.

4. COEFICIENTE DE ALUNOS POR DOCENTES EM EXERCÍCIO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 15,22
Índice previsto ao final do PPA: 16,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

A previsão para 2006 era de 16,1%. O indicador não evoluiu bem nos últimos anos e será difícil alcançar o índice. Para que este indicador possa refletir, de fato, a eficiência do sistema e, em particular, das instituições, seria necessário ponderar o alunado segundo o nível de ensino cursado, tendo em vista que o tempo despendido pelos docentes varia em função do tipo de orientação demandada por mestrandos e doutorandos, do contrário, as instituições que ofertam maior quantidade de vagas nesses níveis de ensino podem parecer menos eficientes que as demais.

5. TAXA DE MATRÍCULAS DE ALUNOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS NO TURNO NOTURNO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 60,13
Índice previsto ao final do PPA: 57,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A previsão para 2006 era de 57,8%. O aumento do número de cursos de graduação no turno noturno, principalmente nas instituições privadas, ocasionou a superação da meta. Porém, as ações integrantes do Programa Universidade do Século XXI exercem pequena influência sobre esse indicador. Quando muito, pode-se inferir que, ampliando-se o número de financiamentos concedidos por intermédio do Programa de Financiamento Estudantil (Fies), favorece-se o aumento das matrículas nos cursos noturnos, pois estes seriam mais voltados aos estudantes que trabalham no período diurno. De qualquer

modo, deve-se questionar se é desejável a ampliação da proporção de matrículas em cursos noturnos, nas instituições privadas.

6. TAXA DE MATRÍCULA DE ALUNOS EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO PRESENCIAL - NO TURNO NOTURNO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 25,38
Índice previsto ao final do PPA: 33

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

A previsão para 2006 era de 31%. A ampliação das matrículas no turno noturno, em IFES deve ser incentivada, pois amplia as possibilidades de acesso para quem trabalha durante o dia. Porém, a probabilidade de elevar o índice em oito pontos percentuais, no prazo de 1 ano, é um tanto quanto difícil.

Cabe registrar que os índices apurados em 2006 referem-se ao ano base 2005. Deve-se considerar também que o Plano de Expansão das Universidades Federais foi iniciado em 2005 e sua implantação foi em 2006. Os dados dos indicadores não podem ter seus reflexos no ano de 2006 e sim somente a partir de 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Uma das diretrizes de ação do Ministério da Educação é a de reformar o modelo de educação superior, que atualmente dá sinais de esgotamento, e a própria instituição universitária que sofre os abalos de uma transição paradigmática, simultaneamente teórica e social. Nas últimas décadas, as universidades federais tiveram suas atividades comprometidas devido à falta de recursos financeiros, materiais e humanos. Muitas sofreram uma crise mais profunda, na própria alma da universidade, em razão de uma falta de sintonia com a realidade ao seu redor. Isto implica no próprio saber universitário que está ficando defasado, perdendo seu ritmo e sua sintonia em relação à demanda de conhecimento fora dos seus muros. Um grande desafio, hoje, é adaptar-se aos novos tempos; as tendências de futuro devem ser levadas em conta, de forma a que se capacite a universidade a responder a novas demandas, criando novos cursos e novos processos pedagógicos. A Universidade do Século XXI deve estar apta a respeitar a diversidade e a promover o desenvolvimento integral do ensino, da pesquisa e da extensão. Estas atividades devem ser objeto de acompanhamento e avaliação sistemática, de forma que os recursos humanos formados e os conhecimentos gerados e transferidos à sociedade se dêem em conformidade com o desenvolvimento sustentável do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O Plano de Expansão das Universidades Federais tem priorizado a implantação de novos *campi*, levando em consideração as necessidades e vocações econômicas de cada região do País. Ao todo, estão sendo criados ou consolidados 49 *campi*, situados em 21 Unidades da Federação, em todas as regiões do País, além de 10 novas universidades. De fato, apenas as duas primeiras são novas. As demais surgiram por transformação (T) ou

desmembramento (D): Universidade Federal do ABC; Universidade Federal do Pampa; Universidade Federal da Grande Dourados (D); Universidade Federal do Recôncavo Baiano (D); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (T); Universidade Federal do Semi-Árido (T), Universidade Federal de Alfenas (T), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (T); Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (T) e Universidade Federal Tecnológica do Paraná (T). Todas as instituições se encontram em funcionamento, com alunos matriculados e obras em andamento ou finalizadas;

• Visando o pleno funcionamento das instituições, foi autorizada a abertura de concurso para contratação de 4000 professores para magistério superior e de 1.075 técnicos-administrativos, complementando as 479 autorizações do ano de 2005. Além disso, foram disponibilizados 540 cargos de direção e funções gratificadas;

• O Programa Universidade para Todos (ProUni) encerra o exercício de 2006, com a adesão de 1.424 instituições e a oferta de 235,9 mil bolsas integrais e 123,7 mil bolsas parciais, totalizando 359, 6 mil bolsas ofertadas. O ProUni conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, o que confere transparência ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) sendo, deste modo, reconhecido e valorizado o mérito dos melhores estudantes. Além disso, o Programa ratifica a política de inclusão do Governo Federal, reservando um percentual das bolsas ofertadas aos negros, índios e deficientes e incentivando a formação dos professores da educação básica;

• No ano de 2006, foram contemplados com a Bolsa Permanência 1.577 bolsistas. A Bolsa Permanência é um benefício, no valor de R$ 300,00 mensais, criado para ajudar no custeio dos estudos, viabilizando a permanência no ensino superior, dos alunos com bolsa integral do ProUni, matriculados em cursos presenciais com no mínimo seis semestres de duração e seis horas diárias de aula, de acordo com os dados do Sistema Integrado de Informações da Educação Superior (Sied-Sup);

• As ações que contribuem para a institucionalização das atividades de extensão nas IES públicas, com foco em políticas públicas de desenvolvimento social, são apoiadas pelo Programa de Apoio a Extensão Universitária (Proext), que se encontra em sua 4ª edição. Em 2006, o Proext apoiou 99 projetos que contemplam temas como a formação permanente de pessoal para a educação básica, as políticas de direitos humanos e o desenvolvimento social, com recursos da ordem de R$ 4,5 milhões;

• Visando criar oportunidades para que alunos das graduações de Direito das IES sejam capazes de refletir criticamente sobre a prática profissional tradicional, foi criado o Projeto Reconhecer. Permitir-se-á que grupos de estudantes sejam formados em práticas integrais de ensino-pesquisa-extensão, por meio do contato com as demandas sociais e coletivas mais presentes na sua comunidade. Foram recebidas 44 propostas, das quais 14 foram selecionadas;

• Atendidas 14 instituições federais no âmbito do Programa Incluir - Igualdade de Oportunidade e Direito à Universidade. Este Programa selecionou propostas para apoiar três linhas de ações: a compra de equipamentos, a reforma estrutural e programas inovadores que garantissem o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas IFES

e também o cumprimento do disposto no Decreto Presidencial nº 5.296, de 2004, que trata da Acessibilidade;

• O Programa de Ações Afirmativas para a População Negra (Uniafro) nas IES públicas têm como objetivo apoiar os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), das universidades públicas, no desenvolvimento de programas e projetos educacionais de promoção da igualdade racial. No último edital lançado, 24 IES foram contempladas;

• O Projeto Rondon levou cerca de 1.000 estudantes a 59 Municípios carentes com o envolvimento de 67 universidades públicas e privadas. A operação levou às comunidades carentes atendimento médico, ações de saneamento básico, cidadania e de gestão pública. O Projeto Rondon, destinado a incorporar de forma ativa a contribuição do estudante universitário na redução das desigualdades sociais e regionais, é uma iniciativa interministerial desenvolvida pelo MEC e pelo Ministério da Defesa (MD);

• A Residência Médica constitui modalidade de pós-graduação, destinada a médicos, sob a forma de cursos de especialização, caracterizada por treinamento em serviço, funcionando sob a responsabilidade de instituições de saúde, universitárias ou não, sob a orientação de profissionais médicos de elevada qualificação ética e profissional. Durante o ano de 2006, a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) recebeu 325 solicitações de pedido de credenciamento provisório, que foram avaliados pelas Comissões Estaduais e pela CNRM. Houve repasse de 4.358 bolsas para as IFES e foi aprovado um reajuste de 30% do valor da bolsa para 2007. Há, atualmente, 2.733 programas de Residência Médica credenciados, atendendo a 16.971 médicos residentes matriculados nos diversos programas de Residência Médica;

• Foram realizados credenciamento e recredenciamento de 89 IES, autorização de 806 cursos superiores e reconhecimento de 1.831 cursos de graduação. Foram credenciadas 22 Instituições para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, sendo que 12 foram credenciamentos novos e 10 foram retificações de credenciamentos anteriores exclusivos para pós-graduação *lato sensu*; realizou-se também, o credenciamento de 43 entidades para a oferta de cursos presenciais de especialização em nível de pós-graduação *lato sensu*;

• Participação das 57 IFES no Censo Bibliográfico da Graduação, o que possibilitou a aquisição de um total de 14.335 livros de diferentes áreas do conhecimento, conforme indicação dos docentes que participaram do Censo.

No geral, a implementação das ações, resultado da nova política de ensino superior de ampliação da oferta de vagas, seja por meio da expansão das universidades federais ou por meio de programas de financiamento como ProUni e FIES, do desenvolvimento de políticas de inclusão de setores tradicionalmente excluídos da educação superior e da supervisão e regulação do sistema federal de educação superior para garantir a qualidade do ensino, foram exitosas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento do desempenho físico das ações é feito mensalmente por intermédio de sistemas informatizados como o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SIMEC) e pela Plataforma de Integração de Dados das Instituições Federais de Ensino Superior (PingIFES).

Os recursos alocados no Programa foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Como não sofreram contingenciamento, foi possível o cumprimento da programação inicial.

O ProUni é um exemplo de ação não-orçamentária, já que se trata de renúncia fiscal, que tem impacto direto na sociedade, pois permite o aumento do acesso ao ensino superior privado dos alunos com renda familiar *per capita* de até três salários mínimos, egressos de escolas públicas ou de escolas particulares na condição de bolsistas integrais. Muito embora a reforma universitária não conste no PPA, merece menção pelos esforços que mobilizou no âmbito da Secretaria de Educação Superior (SESu) e em outras áreas do MEC. Atualmente, o projeto de reforma encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, após discussões com a comunidade acadêmica e com setores da sociedade diretamente envolvidos.

A quantidade de recursos humanos nas equipes executoras é inadequada. Apesar das estruturas universitárias estarem em processo de expansão, inclusive internas; o suporte técnico-administrativo é completamente insuficiente ou inexistente em alguns casos. Os profissionais são docentes de 3° grau e técnicos-administrativos de nível intermediário e médio.

As ações com recursos descentralizados tiveram desempenho alto. As Universidades Federais sistematicamente alimentam o SIMEC e há integração entre elas e a gerência do Programa. A ação implementada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou resultado acima do esperado, apesar de ter executado menos da metade dos recursos previstos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias estão sendo bem sucedidas propiciando o alcance das metas do Programa. Como exemplo, cita-se a parceria público-privada entre a Companhia Vale do Rio Doce e a Universidade Federal do Pará (UFPA) para implantação do campus de Marabá.

A participação social se dá por meio de audiências públicas e de reuniões com grupos de interesse, mas não há uma avaliação da satisfação dos beneficiários do Programa.

O indicador coeficiente de alunos por docentes em exercício na educação superior trata da relação aluno/professor. Na teoria, quanto menor a relação maior a qualidade do ensino e quanto maior, menores os custos da instituição. Ressalta-se que existem limites

mínimos e máximos que, se ultrapassados, ou inviabilizam o funcionamento da instituição ou impedem a aprendizagem dos alunos. É interessante lembrar que esta relação se altera ao longo dos cursos, apresentando maior quantidade de alunos por professor nas turmas iniciais e menores relações nas turmas finais. Destaca-se também que dos seis indicadores, quatro estão ligados especificamente às Universidades Federais, sendo três ligados à titulação dos professores e um correspondente ao ensino noturno.

RECOMENDAÇÕES

• Rever os valores de índice previsto ao final do PPA dos três primeiros indicadores (Taxa de Docentes com Doutorado, Mestrado ou Graduação), porque a soma deles deve ser 100;

• Definir indicadores de resultados próprios para o Programa, pois os indicadores atuais referem-se a um problema bem mais abrangente que o escopo de atuação de suas ações.

VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

OBJETIVO

Oferecer oportunidades de capacitação e formação inicial e continuada aos professores e trabalhadores da educação básica, associadas a planos de carreira, cargos e salários, e promover acesso a bens culturais e a meios de trabalho.

PÚBLICO-ALVO

Professores de todos os níveis de ensino da educação básica e pessoal de apoio das escolas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 543.383.537,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 521.920.695,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 521.920.695,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO NA PRÉ-ESCOLA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 45,6
Índice previsto ao final do PPA: 46

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A sua evolução em anos recentes foi: 31,3% (2003), 35% (2004), 40% (2005) e 45,6% (2006), no caso dos cinco indicadores aqui apresentados, o ano em que o índice foi apurado (e divulgado) é o mesmo da realidade a que se refere, sendo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a fonte dos dados.

O índice previsto ao final do PPA, 2007, já está praticamente alcançado, mas seria importante, no próximo PPA, ter como referência a meta definida no Plano Nacional de Educação (PNE), Anexo da Lei nº 10.172, de 9.1.2001, itens 1.3.5.b e 10.3.18, que além de ter estabelecido que todos os professores de educação infantil tivessem habilitação específica de nível médio até 2006 (não alcançada ainda), estipulou que 70% tenham, até o início de 2011, formação específica de nível superior.

O ritmo de aumento do indicador até o presente não permitiria tal expectativa, todavia, na perspectiva da Mobilização Social pela Melhoria da Qualidade da Educação Básica no País, preconizada pelo Governo Federal mediante o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094, de 24.4.2007, especialmente quanto à diretriz definida no inciso X do Art. 2º: promover a educação infantil), seria condizente ter a meta do PNE como referência para o índice previsto ao final do próximo PPA.

2. TAXA DE DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 1ª A 4ª SÉRIE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 57,7
Índice previsto ao final do PPA: 83,4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

A sua evolução em anos recentes foi: 36,1% (2003), 39,7% (2004), 47,7% (2005) e 57,7% (2006)[1].

É relevante observar a inferior qualificação docente nos anos iniciais do ensino fundamental, comparados com a existente nos anos finais, o que explica, em boa parte, os insucessos escolares decorrentes dessa carência inicial.

Não obstante o atual índice estar muito abaixo do previsto ao final do PPA, seria apropriado manter o patamar dessa previsão (acima de 80%) como referência para o final do próximo PPA, considerando a premência dessa necessidade para os anos iniciais do ensino fundamental, em vista da sua especial importância no processo de aprendizagem e formação escolar.

3. TAXA DE DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 5ª A 8ª SÉRIE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 85,4
Índice previsto ao final do PPA: 95,4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

A sua evolução em anos recentes foi: 77,1% (2003), 78,8% (2004), 83,2% (2005) e 85,4% (2006)[2].

O patamar atual pode ser considerado satisfatório (acima da correspondente meta do PNE), embora seja baixa a viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA, a considerar sua tendência recente.

Contudo, seria importante ter a perspectiva de alcance da totalidade para o índice previsto ao final do próximo PPA.

1. Fonte: INEP.
2. Idem.

4. TAXA DE DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO NO ENSINO MÉDIO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 95,4
Índice previsto ao final do PPA: 98

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

A sua evolução em anos recentes foi: 90,2% (2003), 92% (2004), 95,6% (2005) e 95,4% (2006)[3].

Vale observar que houve inflexão entre 2005 e 2006, apesar do alto patamar em que se encontra o indicador atualmente.

O índice previsto ao final do PPA está proporcionalmente além da meta estipulada pelo PNE (item 10.3.19), pela qual todos os professores de ensino médio, até o início de 2011, devem ter formação específica de nível superior (licenciatura plena). Contudo, em vista da recente tendência de estagnação do presente indicador, seria importante manter a atual meta como referência para o índice previsto ao final do próximo PPA.

5. TAXA DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO EM CRECHE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 34
Índice previsto ao final do PPA: 29,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

A sua evolução em anos recentes foi: 17,7% (2003), 23,8% (2004), 29% (2005) e 34,0% (2006)[4].

Apesar da superação, há dois anos, do índice previsto ao final do PPA, vale observar que essa previsão está proporcionalmente aquém da meta correspondente do PNE (em seus itens 1.3.5.b e 10.3.18.), que além de ter estabelecido que todos os professores de educação infantil tivessem habilitação específica de nível médio até 2006 (não alcançada ainda), estipulou que 70% tenham, até o início de 2011, formação específica de nível superior.

O ritmo de aumento do indicador até o presente não permitiria tal expectativa, todavia, na perspectiva da Mobilização Social pela Melhoria da Qualidade da Educação Básica no País, preconizada pelo Governo Federal mediante o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094, de 24.4.2007, especialmente quanto à diretriz definida no inciso X do Art. 2º: promover a educação infantil), seria condizente ter a meta do PNE como referência para o índice previsto ao final do próximo PPA.

3. Idem.
4. Idem.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) preceitua que os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; III - piso salarial profissional; IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho; V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; VI - condições adequadas de trabalho (Art. 67).

A realidade concreta da educação brasileira ainda está muito distante da efetivação desses princípios. Dentre os maiores problemas, identificam-se a fragilidade da formação dos professores e a falta de estímulo para que renovem sua prática pedagógica, que se traduzem em: ausência de um plano sistemático e efetivo de formação continuada dos professores, que possibilite sua atualização permanente em termos científicos e pedagógicos; ausência de mecanismos institucionais de valorização do conhecimento e da prática científica e pedagógica dos professores; predomínio de currículos centrados na transmissão de conteúdos, com frágil abordagem prática e problematizadora, devido à ausência de processos formativos que promovam a renovação pedagógica; desmotivação e difícil acesso a meios de trabalho e a bens culturais.

O Ministério da Educação (MEC), coordenador da política nacional do setor, é também responsável por prestar assistência técnica e financeira aos sistemas de ensino para a consecução dos objetivos determinados por lei, devendo elaborar um plano de formação de professores e de valorização do magistério, além de implementar a política de formação e valorização para os trabalhadores que atuam no âmbito das escolas públicas brasileiras. Neste sentido, o MEC instituiu vários Programas visando articular os diferentes níveis e sistemas de ensino com a finalidade de contribuir com o aprimoramento profissional dos professores e a melhoria da qualidade da educação no País.

No que diz respeito ao nível de formação das funções docentes na educação básica, havia em 2006, conforme dados do INEP, a seguinte distribuição:

a) do total de 1,7 milhão de funções docentes com formação de ensino fundamental, 1,4 (na rede pública) e 251,7 mil (na rede privada) ou, ainda, 301,3 mil (na rede rural) e 1,4 milhão (na rede urbana);
b) do total de 795,8 mil funções docentes com formação de ensino médio, 651,4 mil (pública) e 144,5 privada); ou ainda, 268,03 (rural) e 527,8 (urbana);
c) do total de 2,1 milhões de funções docentes com formação de nível superior, 1,7 milhões (pública) e 403,1 mil (privada); ou ainda, 162,6 mil (rural) e 1,980 milhões (urbana).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• 33.042 profissionais da educação (professores, gestores, diretores, etc) atendidos com cursos de formação permanente no âmbito de atuação da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica, na qual se destaca a ação Fomento à Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

• 111,1 mil professores, de diferentes Estados, atendidos no âmbito do Pró-Letramento, voltado para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem da leitura, escrita e da matemática nas séries iniciais do ensino fundamental, e executado pelo MEC, na modalidade a distância, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada, com Estados e Municípios;

• 25.604 professores de 6.857 escolas atendidos com formação continuada e 86 professores de 259 escolas atendidas com material didático/pedagógico, pela execução da ação Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental, mediante celebração de convênios com 286 Municípios de 23 Estados, no valor total da ordem de 8,6 milhões de reais e com potencial para beneficiar mais de 870 mil alunos;

• 174 projetos aprovados, para formação de 5.938 professores, 384 profissionais e 60 técnicos de 2.389 escolas, pela execução da ação Apoio à Formação Continuada de Professores da Educação Infantil, no valor total da ordem de R$ 2,7 milhões e com potencial para beneficiar mais de 129 mil alunos;

• 3.061 professores cursistas de 184 Municípios de 8 Unidades da Federação atendidos pela ação Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio de Professores Não-Titulados da Educação Infantil (Proinfantil), no valor total da ordem de R$ 2 milhões e envolvendo a formação continuada de 530 professores formadores e 385 tutores.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O atraso na prestação de contas de Estados e Municípios impede o repasse de verbas que seriam destinadas às etapas subseqüentes das ações, que por sua vez sofrem retardamento e/ou paralisações momentâneas nesses entes.

A inadimplência de Estados e Municípios, junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), impede ou retarda o fluxo do cronograma das ações do Programa, podendo até impedir que esses entes celebrem convênios com o MEC.

Programas de formação instituídos na perspectiva do regime de colaboração ficam prejudicados em função de atrasos e inadimplência de Estados e Municípios em relação aos acordos de parceria firmados entre os entes federados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Por sua natureza, o Programa é destinado às demandas de formação de professores e trabalhadores da educação, não se abrindo, necessariamente, à participação social mais ampla.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais

Banco para Todos

Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários

Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional

Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização

Educação Fiscal

Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério da Fazenda (MF), foram utilizados **R$ 92.807.992.796,91** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 14.319.312.880,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 12.358.459.999,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**R$ 66.242.225.980,00**	**Realizado não-orçamentário:**	**R$ 80.449.532.797,91**
Total previsto:	**R$ 80.561.538.860,00**	**Total realizado:**	**R$ 92.807.992.796,91**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MF não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 551.959.159,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 169.424.997,00**.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A política econômica conduzida pelo MF em seus diversos aspectos (monetário, cambial e tributário, especialmente) tem logrado impor ao País um ritmo de crescimento sustentável com melhoras sensíveis em praticamente todas as esferas. Crescimento econômico com desenvolvimento, geração de emprego e renda, balança comercial positiva, redução do endividamento público em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), controle inflacionário e redução da vulnerabilidade externa são exemplos destas bem-sucedidas ações;

• A política monetária cumpre com sucesso seu papel de manter a taxa de inflação ajustada à meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 2006, a taxa de inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), seguiu sua trajetória de queda pelo 4º ano consecutivo, registrando-se, pela 1ª vez desde que o regime de metas foi implantado, em 1999, um índice de inflação abaixo da meta, de 4,5%, definida pelo CMN;

• A inflação declinou de um patamar de 12,5%, em 2002 para menos de 4% em 2006. A taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), definida pelo Banco Central (BC), recuou de 18% ao ano, no início de janeiro de 2006, para 13,25%, ao ano em dezembro, a menor taxa nominal de juros básicos já praticada na economia brasileira. Este processo possibilitou uma redução nas taxas verificadas nas operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Os juros médios cobrados nas modalidades de financiamento para pessoas jurídicas passaram de 31,7% ao ano para 26,2% ao ano, entre dezembro de 2005 e dezembro de 2006. Já para pessoas físicas, o custo financeiro médio recuou de 59,3% ao ano para 52,1% nessa mesma base comparativa. Com isso, houve uma redução nos *spreads* bancários cobrados pelas instituições financeiras em 2006;

• A redução no custo financeiro das operações bancárias impulsionou a expansão

do crédito na economia brasileira e o saldo das operações de crédito atingiu 30,8% do PIB em dezembro de 2006, ante 28,1% no final de 2005. O crescimento do volume de crédito do sistema financeiro ocorreu, principalmente, nas operações com recursos livres, tanto para pessoas físicas, com destaque para as operações de crédito consignado e de financiamento imobiliário quanto para pessoas jurídicas. As operações de crédito consignado continuam crescendo, com um incremento mensal da carteira superior a R$ 1 bilhão. No final de dezembro passado, a carteira de crédito consignado (trabalhadores públicos e privados) era de R$ 48,1 bilhões, representando 54,3% do total do crédito pessoal no Brasil;

• O resultado primário do Governo Central em 2006 foi de 2,38% do PIB, contra 2,73% em 2005. As reservas internacionais no BC alcançaram US$ 85,8 bilhões em 2006. Já a dívida externa, como proporção do PIB, declinou de 45,9% em 2002 para 21,3% em 2005 e 19,3% em outubro de 2006. No mesmo período, a dívida externa líquida recuou de 35,9% do PIB para 12,7% e 9,1%, respectivamente. O regime de câmbio flutuante, que vem demonstrando ser extremamente eficaz para o equilíbrio dos fluxos cambiais, foi aperfeiçoado em 2006, visando conferir maior eficiência aos exportadores. A Medida Provisória nº 315/2006 flexibilizou a exigência de cobertura cambial nas receitas de exportação, o que permite redução de custos de transação como tarifas e *spreads* bancários, desoneração tributária (isenção de Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF) e maior agilidade nas decisões dos exportadores. Além disso, será reduzida a burocracia nas operações cambiais com a adoção de contrato simplificado de câmbio para exportações e importações;

• Em relação ao acesso a produtos e serviços financeiros, houve a inclusão bancária de cerca de 1,3 milhão de pessoas em 2006, atingindo a marca de mais de 5 milhões de contas abertas desde 2004, liberação de R$ 795 milhões em crédito para financiamento ao consumo e à produção, presença em todos os Municípios brasileiros, com uma rede de atendimento superior a 15 mil unidades, liberação de mais de R$ 468 milhões no ano pelo micropenhor (Caixa Econômica Federal - CEF) e concessão de crédito no valor de R$ 140 milhões à população de baixa renda;

• Em 2006, o volume de novos contratos de crédito imobiliário, com lastro em recursos da caderneta de poupança, considerados todos os agentes, inclusive a CEF, alcançou R$ 9,48 bilhões, mais de quatro vezes maior do que os R$ 2,21 bilhões de 2003. Dessa forma, a quantidade de unidades habitacionais financiadas atingiu 114 mil, contra 36 mil em 2003. Consideradas todas as fontes de recursos operacionalizadas pela CEF, inclusive a sua parcela na poupança, o volume de recursos alocados na contratação de financiamentos imobiliários, subsídios habitacionais, arrendamentos residenciais, consórcio imobiliário e repasses, em 2006, atingiu o valor de R$ 14,17 bilhões, com o financiamento de cerca de 603 mil unidades habitacionais, beneficiando mais de 2,8 milhões de pessoas. As mencionadas fontes de recursos são:

a) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
b) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT);
c) Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH);
d) Fundo de Desenvolvimento Social – Crédito Solidário (FDS);
e) Fundo de Arrendamento Residencial e Programa de Arrendamento Residencial

(FAR/ PAR);

f) Orçamento Geral da União (OGU);

g) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

h) Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD);

i) Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES);

j) Consórcio Imobiliário;

k) próprios da CEF;

• Com a principal fonte de recursos, o FGTS, considerados inclusive os subsídios habitacionais aportados com recursos deste Fundo, foram contratadas operações habitacionais, em 2006, no valor total de R$ 7,5 bilhões, no âmbito das diferentes linhas de financiamento, inclusive material de construção, compreendendo o financiamento de 361 mil moradias. Do ponto de vista da qualidade social dos financiamentos habitacionais, em 2006, é relevante ressaltar que, do total de financiamentos concedidos com recursos do FGTS, 85% do número de unidades financiadas foram destinados a famílias com renda de até cinco salários mínimos (faixa onde estão concentrados 92% do *deficit* habitacional de 7,2 milhões de unidades). Considerando que, em 2002, aquele indicador era de apenas 51%, o resultado alcançado revela o acerto da Política Habitacional de Interesse Social em direcionar, de forma crescente, os recursos alocados de forma compatível com o perfil do *deficit* habitacional;

• O Programa de Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais por meio de investimentos na infra-estrutura da rede dos Bancos Federais (Banco do Brasil S.A. - BB, Banco da Amazônia S.A. - BASA, Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, Caixa Econômica Federal – CEF, Banco do Estado de Santa Catarina S.A. e Banco do Estado do Piauí S.A.) atua visando a ampliar o acesso aos serviços bancários à população excluída do sistema;

• O BB investiu, em 2006, cerca de R$ 190 milhões na manutenção da infra-estrutura de atendimento e modernização de pontos de atendimento bancário, instalou 741 novos pontos de atendimento bancário, ultrapassando em 462 pontos a quantidade programada. Desse total, 236 estão concentrados na região Norte e Nordeste.

• Registra-se a abertura de 80 agências e 28 postos de atendimento bancário pela CEF;

• A expansão da rede de agências do BASA em 3,87%;

• Modernização de 28 pontos de atendimento do BNB;

• Foram adotadas diversas iniciativas de adequação do funcionamento dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, incluindo a consolidação de normativos e a obrigatoriedade na certificação de empregados nas áreas de regulação e liquidação de sinistros, sistemas de controle interno, atendimento ao público e venda direta de produtos, sob a gestão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) que integra o Sistema Nacional de Seguros Privados (SNSP), em conjunto com o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), o Brasil Resseguros S/A (IRB), as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização, as entidades de previdência complementar aberta e os corretores habilitados a atuar nestes segmentos;

• Ao final de 2006, o mercado de seguros se aproxima de R$ 49 bilhões de prêmios diretos, sendo R$ 14 bilhões do Ramo Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL). Assim, terá crescido 105% em quatro anos, ou 19,6% ao ano. Excluindo o VGBL, o desempenho no período foi de 64%, ou 13,1% ao ano; mas, incluindo o VGBL e comparando com o mercado ex-VGBL, temos crescimento real de 27,5%, ou 2,4 vezes o aumento do PIB no período. O mercado de seguros e o VGBL cresceram 17,88% e 31,04% em 2006, respectivamente;

• No campo da proteção ao consumidor, a SUSEP julgou 7.000 processos que aguardavam julgamento em 2006, e também lançou o Guia de Orientação e Defesa do Segurado, com o objetivo de divulgar informações básicas sobre seguros, previdência complementar aberta e capitalização, materializando o esforço de aproximação da Autarquia com a sociedade, em linguagem simples e didática;

• De forma a garantir a solidez do Sistema Financeiro Nacional (SFN):

a) foram realizadas 2.253 ações de fiscalização em cooperativas de crédito, instituições não-bancárias independentes e administradoras de consórcio;
b) análise de 1.498 processos administrativos punitivos;
c) julgamento em segunda e última instância administrativa de 517 processos administrativos punitivos;
d) realização de Censo de Capitais Estrangeiros no País e levantamento anual de Capitais Brasileiros no Exterior;
e) levantamento de 293 relatos de indícios de crimes ou ilícitos financeiros;
f) exame de 4.004 processos sobre transferência de controle, autorização para funcionamento, cisão, fusão e incorporação, mudança de objeto social, cancelamento de autorização, eleição, alteração estatutária ou de controle, correspondente no País e transformações em cooperativas;

• No desenvolvimento do mercado de valores mobiliários, as medidas partem da convicção da importância do mercado de capitais como fonte de financiamento da atividade empresarial. O Brasil, além de contar com uma estrutura regulatória moderna e eficiente, centrada na atuação de quatro órgãos (Comissão de Valores Mobiliários - CVM, BC, SUSEP e Serviço de Proteção ao Crédito - SPC), tem registrado uma forte expansão do volume de operações, verifica-se um recorde de ofertas registradas na CVM pelo 3º ano consecutivo, atingindo a marca de R$ 125 bilhões; alcance de R$ 31,1 bilhões na oferta de ações, um recorde absoluto com aumento de 165% em relação a 2005, sendo que as ofertas primárias superaram R$ 16,5 bilhões e as secundárias R$ 14,6 bilhões; evolução de 37% na capitalização de mercado da bolsa de valores brasileira, com o valor das companhias abertas saindo de R$ 1,128 trilhão em 31.12.2005 para quase R$ 1,544 trilhão no final de 2006; aumento do número de companhias abertas, o que representa uma variedade maior de setores da economia representados em bolsa, destacando-se o ingresso de 20 novas empresas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) em 2006, a maioria delas de médio porte; crescimento nas operações de securitização, chegando a cerca R$ 14 bilhões, representando um crescimento de 65% em relação a 2005; e emissões de títulos de dívida de empresas - debêntures e notas promissórias - na ordem de R$ 75 bilhões, representando um crescimento de mais de 70% sobre as marcas de 2005;

• Na promoção do exercício da cidadania, mediante a sensibilização da população para a função sócio-econômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos foi ampliada a rede de disseminadores mediante a capacitação de 9.473 pessoas do Programa Nacional de Educação Fiscal, em 2006, através de curso a distância, sendo cerca de 80% professores da rede pública de ensino fundamental e médio, além de realização de palestras em universidades e semanas educativas. A Escola de Administração Fazendária (ESAF) por meio do programa de Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins capacitou 34.953 beneficiários, além do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comissão da União Européia e Banco Mundial;

• No âmbito da Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União, em 2006, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) conseguiu alcançar as principais metas definidas no Plano Anual de Financiamento (PAF) 2006. A participação dos títulos corrigidos pelo câmbio passou de 2,7% para 1,6% entre dezembro de 2005 e outubro de 2006, enquanto a dívida vinculada à taxa Selic recuou de 51,8% para 41,2% na mesma base, situando-se próxima ao piso definido no PAF-2006 (39%). Por outro lado, as parcelas pré-fixadas e corrigidas por índices de preços elevaram-se, respectivamente, de 27,9% para 32,8%; e de 15,5% para 22,1%;

• Além disso, houve ampliação do prazo médio da dívida mobiliária, combinada com uma redução na parcela com vencimento de curto prazo (12 meses), o que constitui importante sinalização da menor percepção de risco dos investidores em títulos públicos. Merecem destaque o Programa de Resgate Antecipado de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira (DPMFe), no qual estão programados resgates de títulos com vencimentos até 2012 para suavizar o perfil de vencimentos da dívida no curto prazo, e as operações de *Tender Offer e Exchange Offer*, realizadas em associação à orientação do PAF de melhorar a composição da dívida externa e promover o alongamento de seu prazo médio;

• Deve-se citar ainda o resgate antecipado dos *Bradies*, no qual foram eliminados todos os títulos em mercado associados à renegociação da dívida externa no âmbito do Plano *Brady* ocorrido no início da década de 90 e o pagamento antecipado das obrigações junto ao Clube de Paris, decorrentes dos acordos de renegociação ocorridos entre 1983 e 1992;

• Em relação à dívida interna, além de aprimorar o funcionamento do mercado doméstico, o Tesouro Nacional agiu de modo a consolidar sua abertura aos investidores externos, com destaque para a edição da Lei nº 11.312, que proporcionou a isenção do imposto de renda para não-residentes sobre ganhos em investimento em títulos públicos da dívida interna. Essa medida alinha o Brasil às práticas internacionais, especialmente dos países emergentes, e fomenta, a exemplo dessa experiência em outros países, a redução de custos e alongamento de prazos da dívida, dado o maior apetite ao risco desse tipo de investidor;

• Em 2006, o País recebeu elevação na classificação de risco das quatro agências de *rating* que o acompanham. As agências Standard&Poor's, Moody's e Fitch Ratings

atualmente classificam o Brasil como BB, Ba2 e BB, respectivamente, distante dois níveis do grau de investimento, situação ótima para o investidor. A japonesa R&I avalia o País como BB+, a um nível apenas do grau de investimento. Essas são as agências com as quais o Brasil mantém contrato. Este quadro coloca o País em seu melhor nível histórico de classificação, o que demonstra o reconhecimento pelos agentes dos avanços obtidos recentemente na dívida pública e nos fundamentos econômicos. Em decorrência destes esforços, com aumento da transparência não apenas por parte do Tesouro Nacional, mas também de outros órgãos da administração pública, o Brasil foi, pela segunda vez consecutiva, classificado pelo *Institute of International Finance* (IIF) como o país emergente com melhor estrutura no relacionamento com investidores;

• Por meio do Programa de Administração Tributária e Aduaneira a arrecadação bruta das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB/MF), em 2006, atingiu a cifra de R$ 372,26 bilhões, representando um crescimento nominal de 8,42% e um crescimento real de 4,09% (considerando-se como indexador o IPCA) em relação ao mesmo período do ano de 2005. O resultado de dezembro gerou a maior arrecadação mensal da história: R$ 38,117 bilhões, com aumento real de 3,13% em relação ao mesmo período de 2005, quando foram arrecadados R$ 35,834 bilhões. Foram adotadas ações no sentido de agilizar a cobrança de créditos tributários na esfera administrativa, aumentando o controle e a sua tempestividade. A intensificação das cobranças refletiu também num fluxo permanente de encaminhamento de processos para Procuradoria Geral da Fazenda Nacional com vistas à inscrição em dívida ativa da união e as conseqüentes medidas judiciais;

• Em 2006, foram concentrados esforços na desoneração de insumos básicos da construção civil, com a redução de alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de diversos itens, por meio dos Decretos nº 5.697, de 7.2.2006 e nº 5.905, de 21.9.2006. Essa medida reduziu o preço médio da matéria-prima da construção popular, beneficiando as famílias de menor renda, incentivando a produção destes insumos e aumentando o emprego em toda a cadeia do setor. A principal medida adotada em 2006 foi a expressiva redução da barreira tributária que era imposta ao investimento estrangeiro no mercado doméstico de títulos públicos e de *venture capital*;

• A Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, isentou do Imposto de Renda (IR) devido os rendimentos auferidos por investidores estrangeiros em títulos públicos federais, ampliando a demanda por esses títulos e melhorando as condições de gestão da dívida pública, com redução de seu custo fiscal e alongamento de seu prazo;

• A mesma isenção de IR foi estendida a fundos do tipo *venture capital*, cuja experiência em diferentes países mostra sua importância para a atividade empreendedora, em particular aquela associada à inovação tecnológica;

• Ao investidor doméstico, foi estabelecida alíquota de IR equivalente a investimento em renda variável, representando efetiva desoneração frente ao tratamento anterior. A mesma Lei concedeu isenção de Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) ao investidor nas ofertas públicas de ações, primárias ou secundárias, com o objetivo de avançar ainda mais nos incentivos à abertura de capital em mercado organizado de ações;

• A aprovação da nova Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (MPE) é outro fato de grande relevância na política governamental de melhora do ambiente de negócios que alcança a quase totalidade (mais de 95%) do universo de pessoas jurídicas no País. A Lei criou o Simples Nacional, regime tributário especial que representa uma evolução do atual SIMPLES, que vigora desde 1997. No Simples Nacional, que entrou em vigor em 1º de julho de 2007, não só se avança no aperfeiçoamento do desenho tributário, com a criação de novas faixas e de uma progressividade mais suave, mas também se incorporam novos tributos, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) estadual e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) municipal, e amplia-se o número de setores contemplados, notadamente, de serviços. A integração de tributos das esferas federativas é importante passo no sentido da integração e padronização da administração tributária dos diferentes entes.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

É necessário revisar ações de alguns programas específicos, em alguns casos, articulando com os demais Ministérios. Tendo em vista, por exemplo, a distinção entre os públicos-alvo dos Programas Banco para Todos (MF) e do Microcrédito Produtivo Orientado (Ministério do Trabalho e Emprego-MTE), requer-se a adequação das respectivas ações. É necessária ainda a inserção de algumas ações voltadas para o desenvolvimento técnico-institucional no caso do Programa Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização e voltadas para instituições de pequeno porte, especialmente as cooperativas de crédito, focadas no enquadramento às exigências de capitalização no Programa Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional.

Finalmente, a recente publicação da Lei Complementar nº 126, de 15.1.2007, que dispõe sobre a política de resseguro e dá outras providências, gerará a necessidade de alteração nas competências das ações, o que demandará revisão quanto à pertinência do Programa Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes.

ASPECTOS RELEVANTES

No que se refere ao combate à corrupção, ao desvio de recursos públicos, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro destaca-se o resultado da atuação da fiscalização da Receita Federal que se opera pela realização de procedimentos de auditoria fiscal junto aos contribuintes, bem como pela revisão sistemática das declarações de renda e outros instrumentos, cuja seleção, em ambas as situações, é feita de maneira impessoal, objetiva e baseada em parâmetros técnicos. Em 2006, foram fiscalizados mais de 20 mil sujeitos passivos, entre pessoas físicas e jurídicas, do que resultou o lançamento de ofício de R$ 52,94 bilhões. No mesmo período, foram revistas mais de 214 mil declarações de renda, que resultaram em autuações no montante de R$ 2,1 bilhões. Com relação à participação da Receita Federal no combate ao crime organizado, por intermédio de seu setor de inteligência fiscal, foram realizadas 18 operações integradas com a Polícia Federal e Ministério Público Federal (MPF), as quais resultaram em 380 prisões.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) consolidou-se como Unidade de Inteligência Financeira, adotando modernos sistemas e métodos para o processamento de informações. Em 2006, foram produzidos aproximadamente 1.200 Relatórios de Inteligência Financeira a partir da compilação de informações contidas em mais de 27 mil comunicações de operações suspeitas ou em espécie, provenientes, principalmente, do setor financeiro. Quase 11 mil pessoas foram relacionadas nestes relatórios. De outro lado, também cresceu, de forma substancial, o número de comunicações recebidas pelo COAF dos setores econômicos, evoluindo de 40.526 em 2003 para 85.152 em 2004, 158.613 em 2005 e para quase 190 mil em 2006. Nesta linha, o COAF foi convidado a participar das principais Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)realizadas em 2006, das CPIs dos Correios, dos Bingos e dos Sanguessugas, tendo colaborado ativamente, inclusive mediante cessão de pessoal e análise de informações e em investigações em relação a organização criminosa denominada Primeiro Comando da Capital (PCC).

No ano de 2006, o tempo médio de espera nos centros de atendimento ao contribuinte atingiu a marca de 27 minutos e 10 segundos em junho, 10% inferior ao registrado no final do ano de 2005. O sítio da Receita Federal na Internet registrou 466,3 milhões de acessos no ano de 2006. Além disso, a página foi premiada, na categoria governo, com o Prêmio Ibest 2006, tanto pela Academia quanto pelo júri popular, confirmando seu desempenho de anos anteriores. Neste ínterim, cabe destacar a perfeita integração com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), empresa vinculada ao MF, realçando sua excelência na prestação destes serviços, tanto no que diz respeito à eficiência e à eficácia de seus programas quanto à segurança e integridade das bases de dados.

AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS

OBJETIVO

Melhorar e aumentar a capacidade de atendimento aos clientes, inclusive os oriundos das camadas de menor renda, com crédito e serviços bancários.

PÚBLICO-ALVO

A clientela, os clientes em potencial, o setor produtivo, e ainda os beneficiários dos serviços de responsabilidade da União, viabilizados por intermédio da rede bancária das instituições financeiras federais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.163.049.539,00	**Empenho Liquidado:**	**-**
	Pago Estatais:	**R$ 565.254.924,00**
	Total:	**R$ 565.254.924,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

Indicador em processo de definição

CONTEXTUALIZAÇÃO

O crescente aumento das exigências dos clientes e do mercado torna imprescindível a ampliação e a modernização das instituições financeiras oficiais, a fim de lhes permitir competir em igualdade de condições com as empresas privadas e atender às demandas dos clientes.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A Caixa Econômica Federal (CEF) abriu 80 agências e 28 Postos de Atendimento Bancário, com ampliação de sua rede de distribuição;

• O Banco da Amazônia (BASA) expandiu sua rede de agências em 3,87%, melhorando os serviços ofertados a seus clientes;

• O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) modernizou 28 pontos de atendimento.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa permitiu que as instituições financeiras federais melhorassem sua capacidade de atendimento à clientela, com a oferta de melhores serviços e acesso mais amplo ao crédito.

A execução física das ações ficou entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual 2006. A obtenção de resultados foi comprometida por vários fatores, dentre os quais destacam-se: a reavaliação da política de ampliação dos pontos de atendimento; as dificuldades na identificação e contratação de imóveis em determinadas praças; a interposição de recursos nos processos licitatórios de contratação de obras e serviços; a necessidade de ampla negociação para obtenção de menor preço na compra de imóveis e contratação de serviços e, também, a demora na aprovação de créditos suplementares.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em relação ao cumprimento das metas físicas: houve mudança do enfoque, mediante a utilização de canais alternativos de baixo custo; dificuldades na identificação e contratação de imóveis; recursos judiciais nos processos licitatórios; necessidade de ampla negociação com proprietários ou investidores na busca de menores preços e demora na liberação de créditos suplementares.

Foram identificadas restrições no caso do BNB, no qual estavam previstas a instalação de 12 dependências em 2006, mas somente foram autorizadas a serem efetivadas em 2007. No caso do BASA, houve demora na aprovação de créditos suplementares. Na CEF, há necessidade de contratação de pessoal para as equipes executoras.

RECOMENDAÇÕES

• Buscar forma de caracterizar melhor o público-alvo, identificando sua localização, mediante regionalização, e suas características sócio-econômicas.

BANCO PARA TODOS

OBJETIVO

Permitir que a população desassistida dos serviços do sistema bancário seja incluída como usuária de produtos e serviços financeiros.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas físicas de baixa renda e micro-empreendedores da economia formal e informal.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): -	**Empenho Liquidado:**	**-**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**-**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 2.146.833.210,00	**R$ 807.521.849,17**	

INDICADOR

1. TAXA DE ACESSO DE DESASSISTIDOS A SERVIÇOS BANCÁRIOS E AO CRÉDITO DIRETO POR INTERMÉDIO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS.

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Há estimativas - tomando-se por base o cruzamento dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) – de que o número de pessoas desassistidas varia de 25 milhões, 32 milhões ou até 54,6 milhões de brasileiros. Não há um dado unificado, o que dificulta o monitoramento dos resultados. Em 2006, o Programa foi ampliado, com a entrada de dois novos bancos públicos federais, o Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB) e o Banco da Amazônia (BASA).

O Indicador precisa ser alterado. Entretanto, para isso ocorrer, a gerência do Programa busca, junto com os coordenadores de ação, instituir um índice confiável, que possa ser utilizado para o bom monitoramento dos resultados. A partir desta definição, haverá a necessidade de se nivelar os dados de execução junto aos coordenadores de ação, o que possivelmente impedirá o início desse monitoramento ainda em 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Possibilitar o acesso da população de baixa renda e dos microempreendedores aos produtos e serviços financeiros por meio das instituições financeiras oficiais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Inclusão bancária de cerca de 1,3 milhão de pessoas, em 2006, atingindo a marca de mais de 5 milhões de contas abertas desde 2004;

• Liberação de R$ 795 milhões em crédito para financiamento ao consumo e à produção;

• Presença em todos os Municípios brasileiros, com uma rede de atendimento superior a 15 mil unidades;

• O Micropenhor, que é realizado apenas pela CEF, liberou mais de R$ 468 milhões no ano. Mesmo sendo abaixo da meta prevista, de R$ 720 milhões, é um valor considerado relevante;

• A Ação Concessão de Crédito à População de Baixa Renda, teve os seguintes resultados: a CEF superou sua meta em quase R$ 140 milhões, atingindo a marca de 584% de realização e o Banco do Brasil (BB) realizou empréstimos para mais de 1 milhão de famílias, alcançando 123,5% da meta do ano.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Todas as ações são de origem não-orçamentária. Registrou-se execução física das ações entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual 2006.

A política de bancarização inclui a ampliação de uma rede de correspondentes bancários. A reformulação dos produtos de bancarização e microcrédito, com ênfase nos processos internos de cada banco público federal, propiciará melhores resultados.

O BASA iniciou as atividades de abertura de contas e de concessão de crédito à população de baixa renda apenas em 2006, o que permitirá visualizar resultados mais efetivos em 2007.

A ação que envolve empréstimos para os microempreendedores, que posteriormente será migrada para o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), não teve bom resultado, alcançando 24,1% do valor orçado para 2006.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa busca formalizar parcerias com outros programas e públicos-alvo afins, tendo como ênfase a política de governo. Também são realizadas parcerias com prefeituras para reforçar a inclusão social, com participação em projetos sociais. Já o Microcrédito Produtivo Orientado depende de parceria com Organizações da Sociedade Civil de Interesse

Público (OSCIPs). Tanto a CEF como o BB alteraram sua estratégia de atuação no ano, focalizando na formação de parcerias com Instituições de Microfinanças e OSCIPs.

RECOMENDAÇÕES

• Há necessidade de se redistribuir as ações entre o Banco Para Todos e o Microcrédito Produtivo Orientado, sob a gestão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), tendo em vista que o público-alvo do microcrédito orientado à produção e o público-alvo da bancarização são díspares;

• Há a necessidade de se redefinir os indicadores.

DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

OBJETIVO

Assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários.

PÚBLICO-ALVO

Agentes econômicos atuantes no mercado de valores mobiliários.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 84.291.719,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 72.951.724,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 72.951.724,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE EMISSÕES PRIMÁRIAS DA ECONOMIA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 23,7
Índice previsto ao final do PPA: 15

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O índice já foi superado em 2006, não havendo até o momento, algum indicativo que possa comprometer este alcance.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS COMPANHIAS ABERTAS LISTADAS EM BOLSA E EM BALCÃO ORGANIZADO NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 64,9
Índice previsto ao final do PPA: 32

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
Este indicador está relacionado ao ritmo de crescimento do mercado e seu índice já foi superado em 2006, não havendo até o momento, algum indicativo que possa comprometer este alcance.

3. NÚMERO DE ACESSOS À *HOME PAGE* DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 37.641.757
Índice previsto ao final do PPA: 7.000.000

Viabilidade de alcance dos índices dos indicadores ao final do PPA: Alta

Este indicador está relacionado ao ritmo de crescimento do mercado e seu índice já foi superado em 2006, não havendo até o momento, algum indicativo que possa comprometer este alcance.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O mercado de valores mobiliários vem se tornando um instrumento do Governo Federal para aumentar a taxa de poupança doméstica da economia, devido ao apelo que possui quanto às expectativas de taxas de retorno mais elevadas, embora com maior risco, e de participação no lucro das empresas

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Recorde de ofertas registradas na Comissão de Valores Imobiliários (CVM) pelo terceiro ano consecutivo, atingindo a marca de R$ 125 bilhões;

• As ofertas de ações atingiram R$ 31,1 bilhões, um recorde absoluto com aumento de 165% sobre os números já excepcionais de 2005, sendo que as ofertas primárias superaram R$ 16,5 bilhões e as secundárias R$ 14,6 bilhões;

• Evolução de 37% na capitalização de mercado da bolsa de valores brasileira, com o valor das companhias abertas saindo de R$ 1,13 trilhão em 31 de dezembro de 2005 para aproximar-se, no final de 2006, de R$ 1,54 trilhão;

• Aumento do número de companhias abertas, terminando o ano com uma variedade maior de setores da economia representados em bolsa, destacando-se o ingresso de 20 novas empresas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), em 2006, a maioria delas de médio porte;

• Crescimento nas operações de securitização chegando a cerca R$ 14 bilhões, representando um crescimento de 65% em relação a 2005;

• As emissões de títulos de dívida de empresas - debêntures e notas promissórias - foram da ordem de R$ 75 bilhões, representando um crescimento de mais de 70% sobre as marcas de 2005.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Em geral, as metas físicas atingiram de 80 a 100% do valor previsto na Lei Orçamentária Anual, em 2006, havendo casos em que o realizado superou em muito o previsto. No que diz respeito à orientação e defesa dos investidores, os resultados superaram

em 175% a meta prevista, em função da oferta de diversos novos serviços exclusivos para os investidores. Em relação à disseminação de informações e regulamentação do mercado de valores mobiliários, os resultados superaram em 77% a meta prevista, devido à disponibilização, na Internet, de um conteúdo maior e mais eficiente de informação para o investidor.

Os recursos orçamentários foram suficientes para a execução, porém os créditos suplementares somente foram aprovados no último dia para realização de empenhos, não havendo tempo hábil para executar toda a dotação recebida.

A infra-estrutura nas equipes executoras é inadequada, devido à não conclusão da ampliação da sede no Rio de Janeiro e às dificuldades na alocação dos servidores nas novas dependências da regional de São Paulo, muito prejudicada pela demora na aprovação dos créditos suplementares.

Apesar da admissão de mais de 150 novos servidores, há carência de outros 150, pois muitos funcionários antigos da autarquia estão se aposentando e ainda não há autorização para realização de novo concurso.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Foram editadas ou postas em audiência pública, 30 novas normas, dentre elas a que disciplina os veículos de securitização e a que dispõe sobre os fundos de investimento financeiro (debates encerrados em 2006 e edição prevista para 2007).

Com o objetivo de oferecer maior transparência a suas atividades, a CVM aprimorou as informações disponibilizadas em seu sítio relativas às suas contas, reunindo informações referentes às compras, às despesas com pessoal, aos contratos e licitações, entre outras, além de dar acesso a todos os documentos de prestação de contas referentes aos anos de 2004, 2005 e 2006. A CVM, segundo a ControladoriaGeral da União (CGU), é um dos primeiros órgãos a disponibilizar, de forma eletrônica, a íntegra desses dados. As informações podem ser acessadas no item “Contas Públicas” do sítio.

RECOMENDAÇÕES

• Verificar a pertinência de se criar novas ações ou reformular as atuais, de maneira a refletir melhor os trabalhos desenvolvidos pelas áreas;

• Corrigir a meta física da ação referente a sistema informatizado, que previa a manutenção de um único sistema, quando na verdade são mantidos 24 sistemas;

• Implantar pesquisas de opinião para aferir o grau de satisfação dos usuários do Programa.

DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

OBJETIVO

Assegurar a solidez do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

PÚBLICO-ALVO

Instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central (BC).

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.015.883.301,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 978.741.723,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 978.741.723,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. NÍVEL DE ENQUADRAMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE CAPITALIZAÇÃO POR PARTE DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 99,96
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Não foi possível alcançar o índice de 100%, devido ao fato de que algumas instituições de pequeno porte, especialmente as cooperativas de crédito, não atingiram o nível desejável de enquadramento às exigências de capitalização. Visto o fato relatado, é possível que não se atinja a meta de 100% ao final de 2007. Contudo, esse fato não representa risco à solidez do SFN, devido a pequena diferença entre o índice previsto e o apurado e ao porte e à natureza das instituições que não se enquadraram às exigências de capitalização.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A demanda do governo e da sociedade por um sistema financeiro sólido, eficiente, eficaz e efetivo é permanente e da mais alta relevância para o País, inclusive como forma de assegurar a estabilidade econômica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realização de 2.253 ações de fiscalização em cooperativas de crédito, instituições não-bancárias independentes e administradoras de consórcio;

• Análise de 1.498 processos administrativos punitivos;

• Julgamento em segunda e última instância administrativa de 517 processos administrativos punitivos;

• Realização de Censo de Capitais Estrangeiros no País e levantamento anual de Capitais Brasileiros no Exterior;

• Levantamento de 293 relatos de indícios de crimes ou ilícitos financeiros;

• Exame de 4.004 processos sobre transferência de controle, autorização para funcionamento, cisão, fusão e incorporação, mudança de objeto social, cancelamento de autorização, eleição, alteração estatutária ou de controle, correspondente no tte transformações em cooperativas;

• Realização do II Encontro Internacional sobre Regulação e Supervisão em Microfinanças e V Seminário Banco Central sobre Microfinanças.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Consideradas as ações finalísticas, o índice de obtenção de resultados alcançado foi na ordem de 90%, devido às restrições orçamentárias e financeiras (especialmente os atrasos na liberação dos recursos) e aos problemas na qualificação de pessoal. As ações associadas a investimentos em edificações não puderam ser desenvolvidas a contento, devido às restrições na liberação dos recursos. Em virtude da insuficiência de recursos orçamentários em 2006, principalmente para amparar investimentos indispensáveis ao funcionamento do BC, foram utilizados recursos não orçamentários provenientes da Reserva para Promoção da Estabilidade da Moeda e do Uso do Cheque (Recheque), transferidos para o BC por força da Resolução nº 3074/2003 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

As principais dificuldades encontradas na execução do Programa são: insuficiência dos recursos de informática frente às demandas atuais, em termos de capacidade de processamento e armazenamento de informações; aumento na complexidade dos processos de trabalho, não havendo pessoal em quantidade suficiente; necessidade de elaboração de programa de desenvolvimento gerencial e de qualificação de servidores; admissão de novos servidores não chegando a compensar os desligamentos e aposentadorias; morosidade dos processos licitatórios e atrasos na liberação de recursos. A insuficiência de pessoal do quadro próprio foi compensada em parte com a contratação de serviços terceirizados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Foram editadas 170 normas de regulamentação do SFN, envolvendo portabilidade de crédito, cadastro e salário, criação dos bancos de câmbio, garantias de depósito,

microempreendedores e população de baixa renda, crédito imobiliário, regulamentação prudencial, "lavagem" de dinheiro e audiências públicas.

O BC tem intensificado o planejamento e a gestão estratégica com metodologias que contemplam a utilização de sistemas de custos (apurados com base no método ABC), de acompanhamento de indicadores de gestão e de acompanhamento de atividades. Houve ainda a adoção de metodologia para execução de projetos, compreendendo também a constituição de escritórios de projetos e a utilização de sistema para seu acompanhamento.

Em 2006, foi criado componente administrativo para o desenvolvimento das atividades de Ouvidoria, com o objetivo de disponibilizar canal de comunicação entre a instituição e os públicos interno e externo, permitindo, assim, a recepção de críticas, sugestões e demandas relativas a todas as ações do Programa.

RECOMENDAÇÕES

• Desenvolver ações voltadas para instituições de pequeno porte, especialmente as cooperativas de crédito, focadas no enquadramento às exigências de capitalização.

DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA E CAPITALIZAÇÃO

OBJETIVO

Estimular a expansão e garantir o adequado funcionamento dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, protegendo os direitos dos consumidores e os interesses da sociedade em geral.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores e agentes dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 63.406.814,00	Empenho Liquidado:	R$ 54.375.919,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 54.375.919,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE SEGUROS NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 2,41
Índice previsto ao final do PPA: 1,85

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A participação do mercado de seguros no PIB cresceu de 2,2%, em 2005, para 2,41%, em 2006. Trata-se de um mercado que deverá ter crescimento ainda mais expressivo em futuro próximo, a partir da solidificação do cenário econômico.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE CAPITALIZAÇÃO NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 0,34
Índice previsto ao final do PPA: 0,42

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Apesar das ações voltadas para a modernização e inovação do meio regulatório, o mercado de capitalização não tem apresentado novos produtos para mobilizar o consumidor. O crescimento do setor tem ocorrido a taxas cada vez menores, sem expectativas de reversão no curto prazo, e sua participação no PIB caiu de 0,35 para 0,34% em 2006, com queda nas receitas de 15,38% a 3,34% no período de 2003 a 2006.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR ABERTA NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 0,35
Índice previsto ao final do PPA: 0,55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

A forte alavancagem observada até 2001, com reflexos de crescimento ainda na ordem de 8,92% e 4,42% em 2002 e 2003, principalmente devido aos excelentes níveis alcançados pelo Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), tinha criado expectativas de crescimento que não puderam ser confirmadas em função da concorrência com o ramo Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), que ofereceu alguns outros atrativos. Os indicadores existentes não sugerem o alcance do índice de 0,55 em 2007, tendo em vista o valor alcançado de 0,34 em 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A situação vigente hoje é de desequilíbrio nas relações entre os agentes e os consumidores de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, em razão de carência de informação adequada nos canais de comercialização, necessidade de maior transparência, concentração de mercado, escassez de produtos e excesso de regulamentação, decorrente da velocidade de expansão destes mercados nos últimos anos. O cenário futuro, contudo, é de modernização e abertura dos mercados, com a abertura do resseguro e a transferência de sua fiscalização para a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O mercado de seguros cresceu 17,88% em 2006; o VGBL, cresceu 31,04% em 2006, atingindo 0,74% do PIB;

• Instituída a obrigatoriedade, para todo o mercado supervisionado pela SUSEP, da certificação técnica dos empregados e assemelhados que atuam nas áreas de regulação e liquidação de sinistros, sistemas de controle interno, atendimento ao público e venda direta de produtos;

• Lançamento do Guia de Orientação e Defesa do Segurado, divulgando informações sobre os diversos produtos e características do mercado;

• O mercado de seguros deu um importante passo em direção à desregulamentação, no período de 2003 a 2006, quando mais de 800 normas foram revogadas e houve a consolidação de normativos de mesmo assunto que estavam dispersos;

• Edição de diversas normas referentes:

a) à capital mínimo para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras;
b) à implantação de controle interno, de atividades, bem como de sistemas de informações, incluindo normativo relativo à prática dos crimes previstos na Lei nº 9.613/98;
c) às provisões técnicas constituídas em conjunto com a análise das avaliações atuariais;

• Foi instituída a figura do atuário, responsável técnico do atuário independente e do diretor técnico.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Em geral, a execução física ficou acima do previsto nas ações finalísticas, mas foi inferior em ações não vinculadas às áreas fins, principalmente no que diz respeito à concessão de benefícios aos servidores. Fatores como atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual e a limitação das despesas de passagens e diárias ocasionaram a necessidade de revisão do planejamento, prejudicando as viagens a serviço e, conseqüentemente, as fiscalizações de maior duração.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A SUSEP utiliza audiências públicas para obter sugestões em relação às normas que pretende editar, principalmente as que possam causar maiores conseqüências para a sociedade e tem procurado investir em capacitação, inclusive em nível gerencial, com a expectativa de utilização, em 2007, da ferramenta de controle de gestão *Balanced Score Card* (BSC), que permitirá a implementação do planejamento estratégico em busca de maior eficácia na gestão.

RECOMENDAÇÕES

• Revisão das ações do Programa, direcionando-as para as metas ou objetivos pretendidos (mediante a alteração ou inclusão de ações operacionais ou estratégicas, inclusive com a utilização de novos indicadores de gestão). Há necessidade de inclusão de ações voltadas para o desenvolvimento técnico-institucional, visto que a maior parte das ações do Programa está voltada para o cumprimento de obrigações legais vinculadas a pessoal;

• Há necessidade de mais equipamentos de informática e de aumento da capacidade dos bancos de dados, tendo em vista a implantação de sistemas de controle, que permitirão registro de todas as apólices emitidas no mercado;

• Ampliação do quadro de servidores e de cargos em função de novas atividades assumidas, como a supervisão do resseguro.

EDUCAÇÃO FISCAL

OBJETIVO

Promover o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função sócio-econômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos.

PÚBLICO-ALVO

Professores e alunos do ensino fundamental e médio da rede publica de ensino estadual e municipal.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 200.000,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 198.980,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 198.980,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA COM EDUCAÇÃO FISCAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 0,36
Índice previsto ao final do PPA: 6,28

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
Apesar do índice registrado em 2006 ter sido baixo, foram capacitados mais de 7.500 professores em um ano.

2. TAXA DE ATENDIMENTO COM EDUCAÇÃO FISCAL A ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 17,9
Índice previsto ao final do PPA: 9,79

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O índice já foi superado.

3. TAXA DE ATENDIMENTO COM EDUCAÇÃO FISCAL A ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 9,6
Índice previsto ao final do PPA: 10,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

O curso a distância realizado pela Escola de Administração Fazendária (ESAF) para capacitação de professores e as outras capacitações realizadas pelos Estados têm possibilitado ampliar o número de alunos que estão sendo instruídos na questão tributária.

4. TAXA DE ABRANGÊNCIA MUNICIPAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 42,9
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Palestras e reuniões de sensibilizações sobre a importância do Programa Nacional de Educação Fiscal para a Cidadania (PNEF) são feitas em várias prefeituras, o que tem despertado o interesse delas em implantar o Programa em diversas escolas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de criar no cidadão brasileiro, desde cedo, uma consciência maior da importância da relação entre qualidade e quantidade dos serviços públicos que são oferecidos pelos três níveis de governo, como contrapartida dos tributos (impostos, taxas e contribuições) pagos pela sociedade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram capacitados 9.473 disseminadores do PNEF em 2006 através de curso à distância, sendo cerca de 80% formados de professores da rede pública de ensino fundamental e médio;

• Reproduzidos 3.900 kits contendo 4 cadernos pedagógicos com os assuntos trabalhados pela Educação Fiscal;

• Realização de palestras em universidades, em eventos de instituições parceiras do PNEF para disseminação do Programa;

• Promoção de semanas educativas em *shoppings* para conscientização dos tributos existentes e sua função social.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Registrou-se execução física das ações acima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual 2006. A formação de disseminadores foi superada em razão da grande procura do

curso *on-line* e da não remuneração das coordenações e tutorias estaduais. A quantidade de kits reproduzidos foi superada em razão do preço conseguido na licitação. A capacitação a distância e a entrega do *kit* pedagógico aos professores do ensino fundamental e médio deverão impulsionar a implantação do programa nas escolas.

Os recursos destinados ao PNEF são insuficientes para a execução de todas as ações previstas. Faltou recurso orçamentário e financeiro para remunerar o trabalho dos coordenadores estaduais e tutores no curso *on-line* de Formação de Disseminadores do Programa de Educação Fiscal.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Na capacitação de professores são criadas oficinas pedagógicas. Os professores idealizam o trabalho que farão com os alunos, criam peças teatrais, desenvolvem pesquisas e trabalhos mostrando a relação dos impostos e os serviços prestados pelo Estado.

Há carência de recursos humanos e financeiros para acompanhamento das ações dos Estados, bem como, carência de recursos para desenvolvimento e execução do sistema de monitoramento e avaliação da implantação do Programa das escolas.

RECOMENDAÇÕES

• A implantação do Programa nas escolas da rede pública (ensino fundamental e médio) requer trabalho de vulto bem maior do que o realizado. É necessário oficializar convênio entre os entes federados (União, Estados e Municípios), definindo as responsabilidades de cada governo e as metas a serem alcançadas;

• Há necessidade de recursos orçamentários, financeiros e humanos para a realização desse trabalho. O ideal é haver destinação de recursos orçamentários em rubrica própria em todas as instituições gestoras do programa (em nível federal, a ESAF).

GERENCIAMENTO DE RISCO E PREVENÇÃO DE PERDAS E ACIDENTES

OBJETIVO

Avaliar riscos potenciais e condições de segurança de instalações comerciais e industriais brasileiras.

PÚBLICO-ALVO

Mercado segurador nacional e mercado ressegurador internacional.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): -	**Empenho Liquidado:**	**-**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**-**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 2.895.320,00	**R$ 5.487.520,07**	

INDICADOR

1. TAXA DE INSPEÇÃO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 17,66
Índice previsto ao final do PPA: 23,39

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O reduzido quadro de inspetores compromete a viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA. Ressalta-se que a entrada de novos servidores provenientes de concurso público, prevista para junho de 2007, demandará treinamentos de capacitação técnica, de longo prazo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa justifica-se pela necessidade de redução da subjetividade dos critérios de taxação securitária. O melhor conhecimento dos padrões de segurança e da variedade de riscos minimiza o grau de vulnerabilidade a que os segurados estão sujeitos e que possam produzir perdas vultosas, por vezes, imediatas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Melhorar a qualidade das aceitações, taxação e concessão de benefícios tarifários e condições especiais, para os riscos inspecionados;

• Continuidade do aprimoramento da gestão de regulação de sinistros, reduzindo o prazo de regulação.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Houve execução física entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual 2006. Destaca-se que todas as ações do Programa são de origem não-orçamentária.

A aposentadoria e a transferência de inspetores experientes impactou na efetivação da execução das metas físicas previstas para a Ação Inspeções de Cobertura dos Riscos. O quadro atual de inspetores é insuficiente para o atendimento da meta prevista. Espera-se que com o novo concurso público, em 2007, sejam destinados novos servidores para a área de inspeção de riscos.

RECOMENDAÇÕES

• Com a recente publicação da Lei Complementar nº 126, de 15.01.2007, que dispõe sobre a política de resseguro e dá outras providências, haverá alteração nas competências das ações, o que demandará revisão quanto à pertinência do Programa..



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - Conviver

Drenagem Urbana Sustentável

Eficiência na Agricultura Irrigada

Integração de Bacias Hidrográficas

Organização Produtiva de Comunidades - Produzir

Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres

Proágua Infra-estrutura

Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso

Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões – Promover

Resposta aos Desastres

Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério da Integração Nacional (MI), foram utilizados **R$ 6.694.167.218,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 7.777.893.214,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 6.694.167.218,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**R$ 21.380.000,00**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 7.799.273.214,00**	**Total realizado:**	**R$ 6.694.167.218,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MI não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 1.515.422.648,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 915.903.494,00.**

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A programação do MI foi elaborada na busca da redução de desigualdades regionais, resultado de assimetria nas condições de financiamento da atividade produtiva, que reduzem as oportunidades de melhoria das condições de vida de uma parcela considerável da população;

• Para isso, o MI atua nos seguintes vetores:

a) concepção de estudos e políticas que buscam orientar ações articuladas entre governo, em todas as suas esferas, e a sociedade, buscando atuar no desenvolvimento de parcelas do território consideradas estagnadas ou deprimidas, visando potencializar o desenvolvimento de unidades territoriais ou regionais e elevar os níveis de desenvolvimento social e econômico, por meio de ações de capacitação e apoio à organização de arranjos produtivos locais;
b) provimento da infra-estrutura hídrica necessária ao desenvolvimento econômico e social do País, em especial, no semi-árido nordestino tanto no que se refere ao abastecimento humano e de rebanhos quanto no que se refere ao desenvolvimento hidroagrícola;
c) ações de defesa civil voltadas para a prevenção e remediação de danos causados por desastres;

• Apesar das necessidades de ajustes programáticos e em aspectos referentes à gestão dos programas, são notáveis os avanços da atuação governamental nos três vetores. Na área de Políticas e Programas de Desenvolvimento Regional, além da formulação de programas de desenvolvimento regionais, como o Plano da Amazônia Sustentável (PAS), o Plano de Desenvolvimento do Semi-Árido e do entorno da BR 163 (PDSA), entre outros, os programas de desenvolvimento regional sob a coordenação do MI apresentaram, em

2006, a despeito da manutenção de uma trajetória descendente na alocação de recursos orçamentários, avanços promissores na sua institucionalização e consolidação como instrumentos de promoção dos potenciais produtivos local e regional, visando sua inserção no processo de desenvolvimento que se acelera no nível nacional;

• Os Programas Promeso, Conviver e Faixa de Fronteira, com atuação específica nos respectivos espaços territoriais, e o Promover e Produzir, com atuação nitidamente temática, continuaram a fortalecer a organização social para o desenvolvimento, com a estruturação de novos Fóruns Mesorregionais, com a dinamização de outros já existentes e com a criação de uma nova Mesorregião (Seridó);

• Foram identificadas, priorizadas e apoiadas atividades produtivas de vocação inequívoca dos diversos espaços, inclusive nas sub-regiões do semi-árido, selecionadas para dar maior consistência à atuação governamental em uma região antes favorecida apenas por iniciativas pulverizadas, sem caráter estruturador. Esta vertente de atuação teve o mérito de trazer, a reboque, a desejada inserção social e econômica de parcelas consideráveis da população ainda injustamente excluídas do desenvolvimento pela manutenção das desigualdades intra e inter-regionais, interpessoais e entre classes deste País;

• Ressalta-se ainda o trabalho determinado do MI no sentido da institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como política de Governo, que resultou na edição, já em fevereiro de 2007 do Decreto nº 6.047 que, além dos méritos específicos amplia as perspectivas de convergência e multissetorialidade da ação pública federal que foram trabalhadas, em 2006, pelo GTI – Programas Regionais, coordenado pelo Ministério no âmbito da Câmara de Políticas de Integração Regional e Desenvolvimento Regional;

• Em relação ao vetor infra-estrutura hídrica, o MI desenvolveu ações de construção e aprimoramento da infra-estrutura hídrica propriamente dita (obras de represamento e distribuição de água), da macrodrenagem, da infra-estrutura de irrigação de uso comum, além da integração de bacias. No seu foco de desenvolvimento regional, esses projetos visam melhorar a qualidade de vida da população por meio do fornecimento de água de boa qualidade, do aumento da produção da agricultura irrigada e da melhoria na infra-estrutura básica, para, com isso, propiciar a geração de emprego e renda tendo como conseqüência a redução das desigualdades regionais.

Na irrigação, ao formular e conduzir a Política Nacional de Irrigação, o MI vem desenvolvendo ações a fim de garantir e priorizar a sua implantação em face da importância na elevação da produtividade regional e na dinamização de atividades com amplo impacto na geração de emprego e renda. Exemplo disso é a Lei de Concessão e das Parcerias Público-Privadas, que oferece um novo modelo com maior inserção empresarial, explorando melhor a modelagem do agronegócio integrado.

Atualmente, são cinco os projetos inseridos neste contexto. Os Programas relacionados à agricultura irrigada têm como foco promover a expansão das áreas irrigáveis para uso comum por meio da execução de obras de infra-estrutura, alavancando o processo de desenvolvimento regional, na sua forma econômica e social, com o objetivo de garantir

a sustentabilidade da região. Ressalta-se que a agricultura irrigada é, comprovadamente, uma das mais efetivas ferramentas de combate à pobreza e de distribuição de renda, gerando empregos para mão-de-obra a custos inferiores àqueles em outros setores da economia.

Ainda nos projetos públicos de irrigação, são desenvolvidas ações como a melhoria da utilização da água, o emprego de insumos modernos, a capacitação da mão-de-obra, a integração dos projetos com as cadeias produtivas, dentre outras, visando aumentar a eficiência dos recursos envolvidos na produção agrícola irrigada. Por fim, os perímetros são direcionados para terem sua gestão transferida, em condições adequadas, para o setor privado.

Nesta fase, os agricultores são conscientizados do seu papel de empresários rurais, capacitados para a agricultura irrigada e para as tarefas de cooperação e manutenção dos sistemas. Nesse contexto, ressalte-se que, em 2006, as ações do MI possibilitaram o incremento de 9,7 mil hectares no processo produtivo (de um total de 45,5 mil hectares), titulando-se mais de 3 mil irrigantes, ou seja 50%, em um só ano, do total de titulares de glebas oriundas de áreas públicas irrigadas hoje existentes no País. No campo do abastecimento, destacam-se os projetos em fase de implementação para ampliação do fornecimento de água para cinco capitais e ainda os grandes sistemas de adução implantados e em fase de conclusão para atendimento de grandes regiões isoladas, beneficiando dezenas de Municípios e comunidades rurais.

As intervenções resultarão em fornecimento e garantia de água às áreas urbanas afetas para os próximos 15 anos e, principalmente, o desenvolvimento e a viabilização de Municípios afetados pelos efeitos das estiagens, com a oferta de água às áreas rurais. A respeito da drenagem urbana, destacam-se as ações de macrodrenagem e reurbanização de áreas nas sedes de Municípios com alta densidade demográfica e a priorização na execução de planos, estudos e projetos afetos.

As características das intervenções permitem uma modulação na sua implementação com conseqüente efetividade para a população afetada, em cada trecho implementado, além das ações de contenção do avanço do mar em localidades nordestinas. Para se alcançar os resultados dos programas, foram concentrados esforços na estruturação da equipe de trabalho, proporcionando treinamento e qualificação, além de um incremento na equipe técnica.

Para dar maior clareza e transparência aos programas, foram criados manuais e instalados comitês gestores. Ações de maior porte foram repassadas para execução da Caixa Econômica Federal, possibilitando um melhor acompanhamento.

A grande frustração em 2006 foi a paralisação decorrente de decisão judicial de caráter transitório das ações relacionadas ao início da obra de integração das águas do rio São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional. Apesar de terem sido feitas obras de ampliação e melhoria das bacias receptoras, as obras de tomada d'água foram suspensas até a análise de mérito, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), das decisões liminares em juízos de menor alçada, o que se deu somente nos primeiros dias de 2007.

No vetor relacionado à Defesa Civil, a parceria da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) com as prefeituras municipais, visando ao fortalecimento do nível local, resultou numa significativa expansão do número de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDECs), contemplando a maioria dos Municípios. Nessa linha de trabalho, a SEDEC atuou num esforço continuado de capacitação com os enfoques da conscientização e da preparação de agentes comunitários e de técnicos municipais.

Em 2006, além dos recursos orçamentários, foram aprovados R$ 235,7 milhões de recursos especiais e extraordinários, oriundos de Medidas Provisórias, para apoiar Municípios atingidos por desastres. Com esses recursos, foi possível a distribuição de cestas de alimentos, a distribuição de *kits* de medicamentos e ainda, o abastecimento de água potável às comunidades afetadas pela seca e estiagem, denominada de Operação Carro-Pipa.

Destacando a atuação preventiva, a SEDEC tem trabalhado diuturnamente na previsão de situações anormais do tempo, com a emissão de alertas, através da mídia nacional, para todo o Território Nacional, com o objetivo de evitar perda de vidas, danos ao patrimônio e ao meio ambiente e estimular a população, os governos e os Municípios a adotarem medidas preventivas.

Em caráter complementar, foram realizadas ações pontuais em programas gerenciados por outros Ministérios setoriais, como obras de revitalização do rio São Francisco, cuja coordenação é do Ministério do Meio Ambiente (MMA), ações para o desenvolvimento da aqüicultura e pesca em represas construídas e mantidas por órgãos do MI, pequenas intervenções no programa de desenvolvimento da bovideocultura, do Primeiro Emprego, de Navegação Interior e da Agricultura Familiar e nos programas de ciência e tecnologia.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

A estrutura programática do MI deverá ser reavaliada tendo em vista as diretrizes do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), e os novos papéis a serem desempenhados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o modelo de gestão da PNDR, instituida pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA

OBJETIVO

Aumentar a área irrigada como meio de promoção do desenvolvimento regional, visando a geração de empregos e distribuição da renda.

PÚBLICO-ALVO

Produtores e trabalhadores do setor primário.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 215.667.559,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 125.545.916,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 125.545.916,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. ÁREA INCORPORADA À AGRICULTURA IRRIGADA PÚBLICA

Unidade de medida: ha
Índice apurado em 2006: 2.578
Índice previsto ao final do PPA: 220.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

A maioria dos projetos deste Programa encontra-se em fase de construção (captação, reservação e adução). A mensuração do índice somente se torna possível quando da implantação da infra-estrutura de irrigação de uso comum (área irrigável). A meta prevista para 2006 não pôde ser alcançada, tendo em vista fatores de limitação de ordem orçamentário-financeira, liberação de recursos no final do exercício, além daqueles de ordem institucional e administrativa/legal. Por esses motivos, o índice final previsto para 2007 está em processo de revisão por meio de uma avaliação mais compatível com a realidade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A diminuição dos níveis de pobreza no País, especialmente, os registrados nas zonas rurais de regiões de baixa disponibilidade de recursos hídricos ou naquelas onde eles estão sendo subutilizados, continua sendo um importante desafio. Muitos planos, programas e

projetos concebidos e implementados, não surtiram os efeitos desejados para a redução do problema. A agricultura irrigada é, comprovadamente, uma das mais efetivas ferramentas de combate à pobreza e de distribuição de renda, gerando empregos para mão-de-obra, tanto qualificada quanto não, a custos inferiores àqueles em outros setores da economia. Ela também resulta em aumento da oferta de alimentos a preços menores do que aqueles das áreas não irrigadas, bem como o aumento substancial da produtividade dos fatores terra e trabalho. Em que pesem os benefícios advindos do Programa, a área irrigada *per capita* do Brasil continua sendo uma das mais baixas do mundo, colocando o País em desvantagem competitiva em termos de produtividade dos recursos envolvidos na implantação de áreas irrigadas. Adicionalmente, na região semi-árida, a produção agropecuária é de alto risco e baixo rendimento sem a irrigação; nas outras regiões do País, sem a utilização da água como insumo agrícola, é possível a obtenção de uma safra por ano, significando uma substancial subutilização de investimentos realizados em infra-estrutura física e de apoio à produção, assim como em maquinaria agrícola. O crescimento da agroindústria é igualmente reprimido, haja vista a disponibilidade, apenas sazonal, de matéria prima.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Implantação do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe (PI) - obras de recuperação de drenos, juntas de canais, casa de bombas, comportas, reservatório pulmão, unidades de bombeamento, cercas de contorno e parte elétrica;

• Perímetro de Irrigação Propertins (TO) - conclusão da Fase I e disponibilização da infra-estrutura comum de mais 600 ha;

• Perímetro de Irrigação Jenipapo (PI) - continuidade das obras civis de infra-estrutura, do reservatório e de 11,2 km de rede de eletrificação rural. Além disso, para atender aos projetos de irrigação Marrecas e Jenipapo, deu-se andamento à implantação de 35 ha irrigados por microaspersão em Capim Grosso, à construção de uma estação de bombeamento, a 4,6 km de canal (interligação das lagoas de Marrecas) e à instalação de 13,75 km de rede de distribuição de energia rural;

• Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre (BA) – conclusão do fornecimento e da montagem de equipamentos para irrigar 1.100 ha da Etapa I com 5.084 ha;

• Perímetro de Irrigação Baixio de Irecê (BA) – conclusão da montagem eletromecânica das estações de bombeamento principal e de bombeamento EBA-1A, disponibilizando 1.478 ha;

• Perímetro de Irrigação Pontal (PE) – conclusão do canal principal de adução (trecho C), a montagem eletromecânica e as obras civis da estação de bombeamento EB3;

• Perímetro de Irrigação Rio Bálsamo (AL) - execução da estação de bombeamento com recursos de restos a pagar;

• Perímetro de Irrigação São João (TO) – conclusão dos setores SJ4 e SJ5, conclusão e eletrificação das estações de bombeamento, principal e auxiliar, execução das redes de distribuição do setor SJ4, além de aquisição dos equipamentos parcelares para cerca de 200 ha;

• Perímetro de Irrigação Várzeas de Sousa (PB) – conclusão das tomadas d'água dos lotes de pequenos produtores e na recuperação do Canal de São Gonçalo que abastece o Projeto.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

As limitações de ordem orçamentária e financeira, aliadas aos problemas junto aos Estados e Municípios, no tocante à Prestação de Contas, à celebração e à execução dos convênios, implicaram atraso no cumprimento das metas programadas.

O monitoramento se dá, principalmente, por meio de visitas *in loco*. A periodicidade é variável e acontece de acordo com o andamento do Projeto. Geralmente são realizadas após a liberação de recursos e, daí em diante, de dois em dois meses. Uma das dificuldades encontradas é a distância dos projetos dos centros urbanos. O acompanhamento é feito, também, por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Entre as restrições enfrentadas pelo programa, destacam-se:

a) o contingenciamento orçamentário, no qual as metas previstas para o ano de 2006 não puderam ser executadas integralmente, acarretando prejuízo na conclusão do projeto;
b) o atraso na liberação de recursos, que influenciou diretamente no atraso da execução física do Programa, impossibilitando o alcance das metas estabelecidas para o ano;
c) o atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios, pois Estados e Municípios ainda têm muitas dificuldades em cumprir satisfatoriamente as exigências necessárias para o recebimento de recursos da União. Não há pessoal capacitado para a resolução de pendências institucionais. Daí ocorrem constantes atrasos no envio das Prestações de Contas ao Ministério;
d) as dificuldades de celebração de convênios na gerência devido às novas exigências jurídicas, institucionais e de controle.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O programa dispõe de alguns mecanismos de participação social, destacando-se:

a) o Ministério disponibiliza, como ouvidoria, o 0800 61 00 21 para o recebimento de denúncias, sugestões e saneamento de dúvidas sobre os seus programas;
b) Quando da implementação do projeto, durante a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) pelo órgão executor é realizada a convocação de entidades representativas da sociedade local para participarem de audiências públicas com a interveniência do órgão executor ambiental. Momento em que a implantação do empreendimento é levada ao conhecimento da sociedade para discussão;
c) Quando de interesse e se julgadas necessárias, são realizadas reuniões com grupos de interesse envolvidos em ações do programa.

RECOMENDAÇÕES

• O programa deve ser fundido com os outros dois programas que tratam da agricultura irrigada: 1037 – Eficiência na Agricultura Irrigada e 1038 – Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação

DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA

OBJETIVO

Promover a estruturação física, social e econômica das áreas situadas na faixa de fronteira.

PÚBLICO-ALVO

População residente nos Municípios da faixa de fronteira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 44.631.540,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 42.001.665,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 42.001.665,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS NA FAIXA DE FRONTEIRA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Ainda não há condições de avaliar a evolução da taxa de atendimento aos Municípios da faixa de fronteira, uma vez que ainda há convênios relacionados ao orçamento 2006 que se encontram em restos a pagar 2007.

2. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Como investimentos em arranjos produtivos locais possuem, em média, duração de dois anos e meio a três anos, seus resultados poderão ser mensurados, no mínimo, ao final de 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A área de 150 km na faixa de fronteira constitui um espaço definido de atuação governamental por razões de segurança e integração nacional, além do dispositivo legal (Lei nº 6.634/79). É necessário, contudo, que as ações incidentes sejam planejadas dentro de uma perspectiva moderna de ordenamento territorial, condizente com uma estratégia de expansão econômica que considere as especificidades locais e os diversos níveis de participação da sociedade. Um plano estratégico para a Faixa de Fronteira deverá responder, sem contradizer ou sobrepor o planejamento regional no qual se insere, ao desafio de promover o desenvolvimento de uma região altamente complexa em suas relações com os países vizinhos, carente de infra-estrutura e permeada por um processo histórico de abandono.

As áreas situadas na fronteira brasileira, especialmente, aquelas localizadas na Amazônia e Pantanal, de ocupação econômica recente, carentes de infra-estrutura e com baixo dinamismo, apresentam reduzidos indicadores de desenvolvimento humano e de qualidade de vida, o que acusa a fragilidade do processo de integração nacional e revela a permeabilidade às influências originadas em países vizinhos, algumas delas de risco à segurança nacional, como narcotráfico, contrabando e guerrilhas.

A distância física em relação ao centro dinâmico da economia, combinada com as dificuldades de acesso e a dispersão da população nas áreas fronteiriças, produz uma situação de estagnação econômica incoerente com a política de integração nacional. Nessas regiões foram assentadas famílias, nas últimas décadas, decorrentes das políticas de reforma agrária sem a correspondente dotação de infra-estrutura. Como resultado, as áreas da faixa de fronteira foram transformadas em itinerário da migração rural-urbana, o que contradiz a perspectiva de integração nacional e reforça a superurbanização precoce da região.

A proteção das áreas de alta biodiversidade tem requerido do Governo a criação de Unidades de Conservação da Natureza. Essas Unidades, por vezes, resultam em uma certa desmobilização dos investimentos nestas áreas, em prejuízo de atividades que, se mantidas de modo sustentável, asseguram a integração ao processo nacional de desenvolvimento. Por outro lado, o momento atual, de mudança de paradigmas no sentido da sustentabilidade ambiental e de impulso às trocas internacionais, exige o aprofundamento dos mecanismos de estruturação da faixa de fronteira com vistas à integração latino-americana.

A manutenção de espaços deprimidos na fronteira do Brasil é incoerente com a perspectiva de consolidação das relações comerciais e culturais com os países vizinhos. O Programa de Apoio à Estruturação da Faixa de Fronteira cujo desenho integra, sob controle e participação social, diversas políticas convergentes executadas em várias instâncias, públicas e privadas, anuncia a inclusão de uma área territorial de aproximadamente 2,4 milhões de km², abrangendo 588 Municípios em 11 Estados e uma população estimada em 9,5 milhões de habitantes, em uma perspectiva de desenvolvimento econômico menos concentrado, promotor da superação das desigualdades intra e inter-regionais pelo aproveitamento das potencialidades locais. A estruturação da base física e econômica da

Faixa de Fronteira é condição, portanto, de integração nacional, de inclusão social, de sustentabilidade do desenvolvimento e de afirmação da soberania nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O Programa atendeu a uma população estimada em um milhão de habitantes, com 88 projetos de infra-estrutura social e econômica e 13 projetos de Plano de Ação, em 84 Municípios de nove Estados, estimulando assim o desenvolvimento regional econômico e social, a permanência da população no local em que vive e sua integração ao conjunto da sociedade nacional;

• Implementação de ações de desenvolvimento regional nas cidades gêmeas priorizadas pela Câmara de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional como forma de operacionalização das diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O alcance dos resultados, em 2006, pode ser observado de duas maneiras. Por um lado, os resultados alcançados com recursos do plano de ação do MI tiveram um desempenho razoável no tocante à execução física e financeira. Quanto aos resultados referentes às ações de emendas parlamentares, percebe-se que a execução financeira foi bem próxima do previsto, alcançando 97% do total. O resultado se deve, principalmente, à descentralização das ações com recursos de emendas para a Caixa Econômica Federal (CEF), que passou a gerenciar os projetos de infra-estrutura. Todavia, a execução física registrada foi muito baixa.

O monitoramento do desempenho físico das ações com execução descentralizada é realizado de forma sistemática. A partir da execução financeira são realizadas inspeções periódicas *in loco*, a fim de constatar o andamento e a conclusão da execução das ações conveniadas. A partir do término da vigência dos convênios são realizadas as análises técnicas acerca da execução física dos objetos pactuados, e enviadas as prestações de contas dos recursos recebidos pelos Municípios para análise financeira e demais providências cabíveis.

As ações na faixa de fronteira ainda apresentam falta de foco na promoção e resgate da cidadania e na estruturação e dinamização da economia planejados no espaço, uma vez que os recursos referentes ao plano de ação ainda são insuficientes para garantir esta atuação focalizada, seguindo diretrizes da PNDR.

A execução do Programa por meio de convênios com Estados e Municípios tem apresentado dificuldade no que se refere à existência de capacidade técnica, credibilidade e inserção local, além da capacidade administrativa e adimplência.

Os complexos procedimentos necessários para o licenciamento ambiental de projetos produtivos também inviabilizaram o apoio a diversos setores produtivos. A solução

encontrada foi apoiar projetos a serem executados por instituições com forte articulação com os organismos ambientais estaduais.

A gerência do Programa não conta ainda com equipe técnica com qualificação específica dentro da carreira de desenvolvimento regional, sendo necessário buscar outras modalidades de contratação para técnicos com perfil gerencial. Cada subespaço priorizado para o desenvolvimento da faixa precisaria de um gerente indutor de desenvolvimento da região. Existe ainda um número pequeno de engenheiros face ao volume de projetos relacionados a obras civis.

Em relação às normas legais, a legislação que dispõe sobre a faixa de fronteira é de 1979, regulamentada por decreto de 1980, e não observa a necessidade de desenvolvimento, de fortalecimento da cidadania, dinamização econômica e de integração com países vizinhos, o que afeta sobremaneira o desenvolvimento dos Municípios da linha de fronteira, em especial aqueles que compõem cidades-gêmeas, cujo planejamento do desenvolvimento territorial ou subespacial vê-se limitado por questões diplomáticas e barreiras legais.

Os beneficiários do Programa terão que ser atendidos em escala regional, distribuída ao longo do tempo. Dessa forma, a execução do Programa deve estar atenta para as sub-regiões da faixa e, portanto, para parcela da população de fronteira, para evitar a fragmentação e a insustentabilidade das ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Visando ampliar o contexto de ações convergentes para o desenvolvimento regional e para a redução das desigualdades inter e intra-regionais, cabe destacar a importância de aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com abrangência nacional, e o fortalecimento da ação de articulação promovida pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. Ademais, devem ser criados e fortalecidos fóruns de desenvolvimento sub-regionais e estes devem estar articulados com comitês de fronteira.

O programa possui os comitês gestores dos projetos de desenvolvimento, nos quais os objetivos das ações que financiam projetos de desenvolvimento regional são considerados tanto para o acompanhamento dos projetos como para a proposição de projetos complementares. Esses comitês contam com a participação de diversos atores.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO - CONVIVER

OBJETIVO

Reduzir as vulnerabilidades sócio-econômicas da população das áreas do semi-árido com incidência de seca.

PÚBLICO-ALVO

Populações do semi-árido com incidência estrutural de seca.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 210.531.170,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 171.752.501,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 171.752.501,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 1.200.000,00	**-**	

INDICADORES

1. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO PELO PROGRAMA

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O indicador foi inserido no programa em 2005. Contudo, os projetos apoiados possuem uma média de duração de cerca de dois a quatro anos para sua execução e alcance de objetivos. Dessa forma, seus resultados não puderam ser mensurados até o presente momento.

2. TAXA DE POPULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO ATENDIDA COM REDE GERAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 66

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O indicador foi inserido no programa em 2005. Contudo, os projetos apoiados possuem uma média de duração de dois a quatro anos para sua execução e alcance de objetivos. Dessa forma, seus resultados não puderam ser mensurados até o presente momento.

3. TAXA DE INTERNAÇÃO DE PESSOAS COM DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS NA REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O indicador foi inserido no programa em 2005. Contudo, os projetos apoiados possuem uma média de duração de dois a quatro anos para sua execução e alcance de objetivos. Dessa forma, seus resultados não puderam ser mensurados até o presente momento.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Sob a ótica do desenvolvimento regional, o semi-árido constitui-se em uma das sub-regiões que mais depende de uma intervenção estatal eficiente, voltada para a eliminação dos efeitos desestruturadores decorrentes das adversidades climáticas a que está submetida. A carência de água nas ocasiões de estiagem aumenta os riscos de desastres secundários de natureza humana relacionados às convulsões sociais, como fome e desnutrição, desemprego generalizado e migrações intensivas e descontroladas. Provoca, ainda, desastres humanos de natureza biológica decorrentes da redução da resistência imunológica causada pela fome.

Dos esforços anteriores voltados para a eliminação do problema, constata-se que 40% das obras de captação e de armazenamento pontual de água estão inacabadas ou deterioradas. As obras de vulto demandam muitos equipamentos e são altamente concentradoras de mão-de-obra, além de exigir prazos dilatados de construção. Aproximadamente 500 mil propriedades rurais na área semi-árida não dispõem de oferta adequada de água, aumentando sobremaneira sua vulnerabilidade às secas, cujo impacto traduz-se, negativamente, na auto-estima das comunidades atingidas.

Tradicionalmente, as ações limitaram-se a medidas assistenciais em detrimento de intervenções mais efetivas que estimulassem projetos geradores de emprego e renda e educacionais em caráter permanente, visando ao atendimento das necessidades sociais básicas e com perspectivas futuras de enfrentamento às adversidades climáticas e de preparação para a convivência com a realidade da região.

Nesse contexto torna-se imperativa, para o enfrentamento do problema, a articulação dos diversos programas de combate à pobreza, de segurança alimentar e de combate à fome, com os diversos programas de desenvolvimento regional, na implementação de ações que conduzam à sustentabilidade das atividades econômicas nos períodos críticos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Apoio a projetos no semi-árido nordestino nas sub-regiões: Santana do Ipanema (AL); Bom Jesus da Lapa, Brumado e Guanambi (BA); Serra Geral, Janaúba (MG); Moxotó (PE); Sergipana do São Francisco (SE) e São Raimundo Nonato (PI), com projetos de estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) nas áreas de ovino-caprinocultura, apicultura, artesanato, fruticultura, mineração, bovinocultura leiteira, dentre outras, somando recursos da ordem de R$ 7,5 milhões;

• As ações deste Programa deverão contribuir - e estão sendo priorizadas - para a geração de emprego e renda, com resultados e impacto de curto prazo na qualidade de vida da população do semi-árido. As ações de organização social, capacitação, apoio ao associativismo e cooperativismo, além de apoio à organização e estruturação de APLs concorreram para este objetivo. As atividades produtivas apoiadas com tais ações e recursos foram definidos e viabilizados por meio de articulações com os governos estaduais, municipais e sociedade civil organizada.

• Na vertente convivência com o semi-árido, cita-se como resultado relevante a articulação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Fundação Banco do Brasil para a implantação de Unidades Familiares de Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS);

• Articulações com a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) para a implantação de 'poços-peixe', visando ao aproveitamento de águas salinizadas para a criação de peixes em tanques escavados, destinados ao consumo familiar. Além disso, deve-se mencionar que a ADENE iniciou a elaboração do diagnóstico energético da região do Araripe pernambucano que visa a levantar e a equacionar a estrutura de consumo de energia no setor industrial da região, buscando atender à necessidade de segurança energética no pólo produtor de gesso. A ADENE empreendeu ainda quatro iniciativas de capacitação, em parceria com o Instituto Xingó e os governos estaduais do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, Municípios beneficiados, secretarias de recursos hídricos e comitês de bacias, no valor total de R$ 532 mil;

• As ações de oferta hídrica, por sua vez, são implementadas pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-árido Brasileiro (PROÁGUA/Semi-árido), um programa de gestão de recursos hídricos implantado em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com um componente de obras prioritárias inserido no programa Conviver, por meio da Secretaria de Infra-estrutura Hídrica;

• Até o final do programa, o PROÁGUA/Semi-árido terá atendido uma população aproximada de 4,7 milhões de habitantes e terá concluído 47 obras, que perfazem um total de 2.700 km de adutoras. Dessa forma, os resultados obtidos situaram-se dentro dos limites

esperados, consideradas as dificuldades naturais de execução e de outros condicionantes previsíveis para a implementação do programa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento do programa é realizado por meio de:

a) ações executadas por meio de convênios ou descentralizações de recursos, firmadas ou realizadas segundo planos de trabalho e projetos previamente aprovados e dos quais constam as metas a alcançar e respectivos prazos de execução. Para tanto, são realizadas reuniões regulares de trabalho com a equipe responsável pelos projetos para se garantir a troca de informações sobre o desempenho físico das ações e o controle e monitoramento do mesmo. Apontam-se como dificuldades neste processo a reduzida equipe e a multiplicidade de tarefas a ela delegadas;
b) visitas *in loco* por parte da equipe técnica da Secretaria de Programas Regionais (SPR). Essas visitas ocorrem com freqüência de acordo com a necessidade e cronograma de cada projeto, de forma que não possuem uma regularidade definida. Apontam-se como dificuldades neste processo a reduzida equipe, a multiplicidade de tarefas a ela delegadas, bem como a dependência por retorno de informações solicitadas aos parceiros e convenentes;
c) Comitê Gestor do Programa Conviver, formado por representantes de secretarias do Ministério da Integração Nacional (MI), de suas vinculadas e de órgãos e Ministérios que gerenciam ações do Programa. Essa iniciativa constitui-se em um avanço na articulação entre os agentes envolvidos na execução do programa, contribuindo para a eficiência na utilização de recursos. O Comitê reúne-se com freqüência trimestral e a principal dificuldade encontrada tem sido a conciliação das agendas dos representantes que o compõem, de forma a garantir a manutenção das reuniões;

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Grande parte da celebração de convênios que dão suporte à execução das ações do Programa concentrou-se no último trimestre do ano em decorrência do processo de seleção de projetos envolver a necessidade de uma grande interação com as instituições parceiras na sua elaboração. Com isso, grande parte da execução financeira teve início no final do ano e terá continuidade por meio de recursos inscritos em restos a pagar para 2007.

Destacam-se, ainda as seguintes restrições enfrentadas pelo programa:

a) quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial, pois o MI apresenta um quadro reduzido de funcionários, sendo necessária a busca de outras modalidades de contratação, ou novos concursos, para a contratação de técnicos com perfil gerencial;
b) o contingenciamento orçamentário, que atingiu algumas das ações do programa, em especial, as relativas a despesa de custeio. A redução de limites financeiros do MI referentes aos recursos de custeio também acarretou em impossibilidade de execução de parte de recursos do programa;

c) dificuldades de celebração de convênios na gerência. Este tipo de restrição apresenta problemas de ordem interna ao MI, pelas dificuldades inerentes ao processo administrativo, e de ordem externa, pela dificuldade de buscar instituições com perfil adequado ao projeto e que preencham requisitos de capacidade técnica, credibilidade e inserção local, viabilidade administrativa e adimplência.

RECOMENDAÇÕES

• Redimensionamento do público-alvo do Programa. Na forma como foi concebido, o público-alvo foi quantificado tendo como referência o semi-árido em toda a sua extensão. As ações do Programa não conseguem ter essa abrangência e se viabilizam apenas para parcelas territoriais do semi-árido e, portanto, frações do público-alvo caracterizado;

• Readequação da Regionalização. Uma sub-regionalização do semi-árido se impôs como condição indispensável para o foco da atuação do Programa e não fragmentação dos recursos disponíveis;

• Redefinição dos indicadores. Os indicadores previstos para o Programa ainda não conseguem cumprir o seu objetivo de expressar os resultados, captando os efeitos do conjunto de suas ações.

DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEL

OBJETIVO

Promover a gestão sustentável da drenagem urbana com ações não-estruturais e estruturais dirigidas à prevenção, ao controle e à minimização dos impactos provocados por enchentes, inclusive nas zonas costeiras.

PÚBLICO-ALVO

População urbana, especialmente a residente em Municípios com áreas sujeitas a inundação periódica.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 252.270.368,00	Empenho Liquidado:	R$ 143.378.715,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 143.378.715,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
R$ 270.000.000,00	-	

INDICADORES

1. TAXA DE REGULAÇÃO DA DRENAGEM URBANA NO BRASIL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 22,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

O indicador não foi apurado em 2006. Faz-se necessária a sua revisão, visto que a metodologia de aferição ainda não está adequada para o processo de avaliação do programa.

2. TAXA DE MUNICÍPIOS COM SERVIÇO DE DRENAGEM URBANA SUPERFICIAL NO BRASIL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 79,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

O indicador não foi apurado em 2006. Faz-se necessária a sua revisão, visto que a metodologia de aferição ainda não está adequada para o processo de avaliação do programa.

3. TAXA DE MUNICÍPIOS COM SISTEMA DE DRENAGEM SUBTERRÂNEA NO BRASIL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 67,8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

O indicador não foi apurado em 2006. Faz-se necessária a sua revisão, visto que a metodologia de aferição ainda não está adequada para o processo de avaliação do programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Aumento dos prejuízos causados por enchentes em cidades brasileiras por conta da baixa capacitação institucional e técnica dos Municípios, resultando na concepção inadequada das ações de drenagem urbana e baixa sustentabilidade das mesmas. Insuficiência na oferta de infra-estrutura de drenagem urbana. Escassez de recursos para implementação de ações que visem a gestão do escoamento das águas nas cidades e dos impactos de enchentes urbanas e ribeirinhas, que degradam a saúde pública, o ambiente e a qualidade de vida nas cidades. Ausência de mecanismos de controle social na prestação dos serviços.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento é realizado por meio de visitas *in loco* com periodicidade baseada em plano de inspeção e acompanhamento de obras e por meio do Sistema de Acompanhamento e Supervisão de Obras (SASO), utilizado para inspecionar e verificar o desempenho físico das ações.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. O contingenciamento orçamentário e limitações de ordem financeira prejudicaram o desempenho efetivo do programa e a regular implementação das ações. No ano de 2006, o orçamento ficou contingenciado devido ao período eleitoral sendo liberado parcialmente no final do exercício.

Há necessidade, nas equipes executoras, de veículos e equipamentos de medição adequados aos procedimentos de aferição dos resultados. Além disso, o espaço físico para as equipes executoras é inadequado.

Por parte do convenente, houve casos de inadimplência e atrasos que prejudicaram a liberação de recursos. Além disso, vários proponentes não atenderam oportunamente às demandas técnicas e ao cumprimento das questões normativas. Neste aspecto, a dificuldade no processo de obtenção de licenciamento ambiental, determinou a inexecução e o atraso das ações.

Neste exercício, foram implementadas ações com outros Ministérios, sendo constituído o Comitê Gestor do Programa, que objetivou a articulação entre os Ministérios participantes. Foram realizadas quatro reuniões, entretanto, não houve a adesão de todos os entes envolvidos. Faz-se necessário aperfeiçoar os mecanismos de articulação para ampliar o envolvimento dos participantes nos processos de tomada de decisão. A Fundação Nacional de Saúde (Funasa), do Ministério da Saúde (MS), executou 85% do orçamento previsto; o Ministério das Cidades (MCidades) atingiu 35%, enquanto o MI atingiu 57% da execução orçamentária.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Ausência de equipe técnica especializada para o acompanhamento e a implementação de mecanismos de participação social. A partir de janeiro de 2007, foram contratados, via concurso público, profissionais para a realização de estudos na área sócio-ambiental.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

EFICIÊNCIA NA AGRICULTURA IRRIGADA

OBJETIVO

Aumentar a eficiência dos recursos envolvidos na produção agrícola irrigada.

PÚBLICO-ALVO

Irrigantes públicos e privados.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.700.000,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 750.000,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 750.000,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. CONSUMO UNITÁRIO ANUAL DE ÁGUA NA IRRIGAÇÃO

Unidade de medida: m^3/ha
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 16.150

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Mesmo tendo sido iniciada a modernização tecnológica dos sistemas parcelares, não foi possível avaliar o índice apurado em função da não conclusão do cadastro de áreas irrigadas devido aos sucessivos atrasos na liberação de recursos. O atraso na aprovação orçamentária de 2006 comprometeu o repasse de recursos (somente 44% foram repassados), prejudicando o alcance das metas pactuadas para o final do PPA 2004-2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Apesar da significativa contribuição da agricultura irrigada para o Produto Interno Bruto (PIB) do setor primário, o seu desempenho está longe do ideal. As produtividades médias alcançadas, a eficiência de utilização de água, o emprego de insumos modernos, a capacitação da mão-de-obra, a integração dos projetos com as cadeias produtivas, dentre outros aspectos, são passíveis de melhoria substancial. Pode-se afirmar que, em boa parte da área irrigada, pratica-se uma agricultura tradicional, decrescendo, substancialmente, os benefícios decorrentes da aplicação de água. Adicionalmente, os métodos ainda utilizados

no País para dimensionamento das necessidades hídricas dos cultivos, comprovadamente resultam no seu superdimensionamento.

A pesquisa existente sobre tais métodos é de pouca expressão e não-sistemática, sendo necessário desenvolver ações que permitam testar e adaptar as novas metodologias e tecnologias. A implementação do programa traduzir-se-á em uma substancial redução do consumo agrícola de água, economia de energia elétrica e geração de novos empregos, resultando no aumento da oferta de alimentos a custos inferiores aos atuais. A liberação de água e energia elétrica para o mesmo uso ou para outros aliada à elevação do rendimento dos fatores de produção resultarão em crescimento econômico.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Diagnósticos de sistemas e métodos de irrigação utilizados nos perímetros por meio de assistência técnica especializada que fomente a modernização tecnológica dos sistemas parcelares pela adoção de métodos e sistemas de irrigação poupadores de água, energia e outros insumos agrícolas;

• Cadastro das áreas irrigadas visando a regularização fundiária, titulação e gestão eficiente dos recursos hídricos disponibilizados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento é realizado de três formas: visitas *in loco* realizadas para verificação dos problemas e das soluções no campo; reuniões freqüentes no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) com participação de técnicos deste Ministério; Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) por meio das ações cadastradas no sistema.

O atraso no repasse de recursos, em 2006, prejudicou a execução física do programa. Os recursos orçamentários foram insuficientes, pois só foi possível executar 44% da dotação prevista. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Quando de interesse e se julgadas necessárias, são realizadas reuniões com grupos de interesse envolvidos em ações do programa.

O Programa Eficiência na Agricultura Irrigada tem se concentrado em tornar mais eficiente a utilização da água nos perímetros irrigados. Contudo, a eficiência na agricultura irrigada no Brasil está muito aquém do ideal por motivos diversos. Pode-se melhorar substancialmente a produtividade, a qualidade do que é produzido, a gestão dos perímetros e, especialmente, a dimensão Mercado & Comercialização. O País investiu algo entre US$ 2 bilhões e US$ 3 bilhões para construir a infra-estrutura hídrica dos chamados Perímetros Públicos de Irrigação, mas não investiu no desenvolvimento correto

e na conseqüente sustentabilidade dos projetos. O orçamento desse programa deveria melhorar substancialmente ao longo dos próximos quatro anos sem interrupções para se alcançar os resultados esperados.

RECOMENDAÇÕES

• O programa deve ser fundido com os outros dois programas que tratam da agricultura irrigada: Desenvolvimento da Agricultura Irrigada (0379) e Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação (1038).

INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

OBJETIVO

Integrar os recursos hídricos nas bacias com baixa disponibilidade de água, aumentando a oferta de água nessas bacias.

PÚBLICO-ALVO

Comunidades ribeirinhas, pequenos agricultores situados ao longo das várzeas dos rios e açudes, centros industriais e população urbana.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 390.166.456,00	Empenho Liquidado:	R$ 50.762.046,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 50.762.046,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

1. VAZÃO MÉDIA DE ÁGUA NAS BACIAS BENEFICIADAS PELA INTEGRAÇÃO

Unidade de medida: m^3/s
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 75

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

O indicador não foi apurado em 2006 em função do atraso verificado na implantação física do empreendimento. Assim, o início dos serviços nos 14 lotes de obras foi adiado para 2007. Espera-se que as obras e os fornecimentos relativos à primeira etapa de implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco se desenvolva até 2010. Dessa forma, a viabilidade do alcance do índice previsto para o final do PPA 2004-2007 deverá se concretizar apenas em 2010.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Secularmente, as pessoas desbravaram e ocuparam os espaços do Território Nacional apropriando-se dos recursos naturais disponíveis no desenvolvimento de suas atividades comerciais e produtivas. Sob esta ótica, os cursos d'água tiveram papel fundamental como vetores da dispersão e do desenvolvimento das populações devido à característica

intrínseca de seus usos múltiplos. Na Região Nordeste, as características do clima e dos solos ocasionam uma crônica escassez de recursos hídricos, aumentada pelo inadequado manejo ambiental das bacias. Em outras regiões, o crescimento descontrolado das demandas aliado à degradação ambiental está causando sérios conflitos entre os diversos usos dos recursos hídricos.

A interligação hidráulica de bacias hidrográficas permitirá maior equilíbrio regional das oportunidades de emprego e renda associadas ao desenvolvimento sustentável, especialmente em regiões semi-áridas, além de viabilizar uma sistemática mais eficiente de operação de reservatórios já construídos, significando melhor aproveitamento da infra-estrutura hídrica e gestão mais eficaz da água. A integração deve ser implementada a um ritmo tal que previna os possíveis conflitos, devendo ser iniciada e/ou continuada nos espaços sub-regionais e regionais para, a seguir, realizar a integração inter-regional. A não implementação do programa acirrará conflitos já existentes e propiciará o desenvolvimento dos passíveis de ocorrer.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Elaboração e detalhamento do Projeto Básico Ambiental (PBA) do empreendimento, englobando 36 Programas Ambientais;

• Renovação de Licença Prévia do empreendimento junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);

• Preparação dos Editais de Projetos Executivos, Obras, Supervisão, Fornecimento de equipamentos elétricos e hidromecânicos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A implantação do empreendimento ficou abaixo do previsto, em função de atrasos no processo de licenciamento ambiental e nas contratações das obras civis, no fornecimento e na montagem de equipamentos e nos projetos executivos dos 14 lotes, os quais foram segmentados em dois sistemas adutores: Eixo Norte e Eixo Leste. Estes atrasos são conseqüência de diversas liminares impetradas junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) questionando o processo de licenciamento ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco e suspendendo preventivamente todos os atos administrativos e processos licitatórios relativos ao projeto. As liminares só foram cassadas em dezembro de 2006.

Em relação ao monitoramento, registra-se que o Consórcio Gerenciador do empreendimento elabora, mensalmente, o relatório de progresso do empreendimento no qual consta quadro de acompanhamento físico financeiro do projeto.

A Execução física do programa ficou abaixo de 40% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006 e os recursos orçamentários foram considerados insuficientes. A execução orçamentária ficou aquém das dotações da LOA, tendo em vista as restrições de ordem jurídica e ambiental no que diz respeito às liminares impetradas, bem como às licenças de instalação que comprometeram sobremaneira a execução orçamentária.

Em função de diversas liminares impetradas junto ao STF questionando o processo de licenciamento ambiental do empreendimento foram adiados *sine die* todos os processos licitatórios para contratação de obras civis, projetos executivos e fornecimento e montagem de equipamentos previstos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social foi promovida, basicamente, de duas formas:

a) no processo de licenciamento ambiental prévio do empreendimento foram realizadas nove audiências públicas nos Estados que compõem a bacia hidrográfica do rio São Francisco. Em função do valor da licitação de obras civis, foi realizada audiência pública para apresentação do empreendimento aos licitantes, previamente ao início da venda dos editais de licitação;
b) foram realizadas diversas reuniões e seminários com grupos de interesse, envolvendo: comunidades indígenas; Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; comunidades quilombolas; empresas, órgãos e profissionais do setor de infra-estrutura hídrica dos Estados beneficiados pelo empreendimento; associações de classe (engenheiros, arquitetos, advogados); entidades religiosas (Igreja Católica); entidades e órgãos de preservação ambiental para implantação do Programa de Revitalização do Rio São Francisco e comunidades ribeirinhas dos cursos d´água derivados da bacia do São Francisco e bacias receptoras.

As contribuições da participação social para o programa foram: incorporação de sugestões da população quanto à adequação do projeto básico de engenharia; incorporação de sugestões originadas do processo de licenciamento ambiental derivado das audiências públicas; definição do modelo de gestão, repartição de custos e receitas da futura operação do sistema hídrico proposto entre os diversos Estados envolvidos e definição dos critérios e diretrizes do Programa Ambiental de Reassentamento de População e áreas para futuro reassentamento.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES – PRODUZIR

OBJETIVO

Contribuir para o desenvolvimento regional por meio da capacitação e organização produtiva de segmentos da população, visando gerar ocupação e renda, de modo a inserir estas comunidades em arranjos e atividades que promovam dinamização econômica e social.

PÚBLICO-ALVO

Segmentos da população que se encontram fora da dinâmica social e econômica do País e que estejam localizados em espaços definidos como prioritários da ação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 4.099.514,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 2.593.627,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 2.593.627,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE SUCESSO DOS EMPREENDIMENTOS DO PRODUZIR

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Não é possível verificar precisamente a viabilidade de alcance do índice, pois ainda não houve apuração relativa a 2006. Contudo, tendo em vista o alcance das metas ao longo dos anos, é possível afirmar que a viabilidade de alcançar os índices previstos será alta.

2. TAXA DE OCUPAÇÕES GERADAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Não é possível verificar precisamente a viabilidade de alcance do índice, pois ainda não houve apuração relativa a 2006. Contudo, tendo em vista o alcance das metas ao longo dos anos, é possível afirmar que a viabilidade de alcançar os índices previstos será alta.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O processo de desenvolvimento no Brasil não é distribuído espacialmente de forma homogênea: ao lado de áreas de grande dinamismo econômico encontram-se regiões onde as atividades produtivas estão estagnadas e os níveis de bem-estar social são bastante baixos, apresentando graves níveis de desequilíbrio sócio-econômico. Neste contexto, o Produzir, somado a outros Programas de dinamização da base produtiva local e regional e de ampliação das possibilidades de acesso aos serviços sociais básicos, visa promover a inserção econômica e social de populações residentes em áreas deprimidas que se encontram à margem das políticas de desenvolvimento do País.

O Programa busca a inserção social e econômica de comunidades urbanas e rurais, capacitando para o processo produtivo organizado, gerando ocupação e renda. Neste processo, busca-se potencializar os recursos e as vocações econômicas das comunidades a partir do fomento à estruturação de empreendimentos produtivos e à produção de bens e serviços, da viabilização de novas formas de organização social de pessoas que se encontram fora da dinâmica social e do apoio à organização de arranjos e cadeias produtivas.

Dessa forma, é um instrumento da PNDR e promove, também, o fortalecimento do capital social e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades participantes.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Início da execução de 22 Eventos de Organização Produtiva (antigos Eventos de Capacitação em Campo) em todo o País;
- Geração de 30 núcleos produtivos coletivos;
- Capacitação de 1.635 empreendedores;
- Atualização de 55 técnicos multiplicadores do quadro de referência;
- Capacitação de 45 novos técnicos multiplicadores.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Não houve maior alcance das metas com relação à capacitação de empreendedores e geração de empreendimentos coletivos por não haver recursos suficientes para a execução dos 60 Eventos de Organização Produtiva previstos. Foram disponibilizados recursos para a execução de apenas 22 Eventos de Organização Produtiva. Contudo, foram atualizados e capacitados mais técnicos multiplicadores que o previsto.

Com relação à Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), quando houve liberação dos recursos financeiros, foram empenhados e os projetos iniciados. Contudo os projetos ainda estão em andamento, não havendo, então, resultados finais das ações.

Com relação a ADENE, há uma boa execução das ações com resultados parciais dentro do esperado, tendo em vista que as ações que ,em 2006, passaram a ser desenvolvidas pelo módulo nacional, ainda estão em andamento. Todavia, não houve liberação de recursos suficientes para a ADA, que não pôde realizar muitos convênios.

No ano de 2006, a equipe gerencial do programa era pequena para poder acompanhar as ações em campo e conseguir realizar todos os outros trabalhos internos.

As ações do Produzir são também realizadas pela ADA e ADENE.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa conta com recursos orçamentários que geralmente são transferidos para o Projeto de Cooperação Técnica Internacional com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, FAO UFT/ BRA/040/BRA, para que a execução do Programa ocorra de forma mais ágil.

A definição dos Municípios para receber o Programa geralmente é feita em discussão com outros programas do MI de forma que ele atue em condições mais favoráveis para o êxito das ações. Ao chegar ao Município são realizadas várias reuniões com as comunidades beneficiárias, atores locais relevantes, instituições parceiras, de forma que a definição das atividades que serão desenvolvidas seja participativa e envolva o maior número de parceiros possíveis. Estas reuniões dão maior legitimidade às ações do programa e geram maior responsabilização pelos participantes do processo. Há um acompanhamento próximo de todas as etapas da execução do programa por meio de relatórios e visitas dos supervisores.

RECOMENDAÇÕES

• Fundir o Produzir com os demais programas de desenvolvimento regional do MI, fortalecendo sua gestão e otimizando a alocação dos recursos públicos. Dos programas de desenvolvimento regional do MI, o Produzir é o que melhor identifica os resultados alcançados e o que possui melhor gerenciamento. Apesar de permanecer a ausência de apuração dos indicadores, o que prejudica a identificação dos impactos efetivamente gerados na sociedade, a metodologia adotada pelo Produzir serve como exemplo para os demais programas de desenvolvimento regional. A recomendação de fusão com os demais programas se deve em grande parte devido ao reduzido valor orçamentário que vem sendo alocado pelo MI, o que torna o Programa insuficientemente dotado de recursos para reverter o problema que lhe deu origem.

PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS E DESASTRES

OBJETIVO

Reduzir os danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos.

PÚBLICO-ALVO

Instituições de Defesa Civil.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 110.359.456,00	Empenho Liquidado:	R$ 43.858.602,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 43.858.602,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

1. TAXA DE MUNICÍPIOS PREPARADOS PARA PREVENÇÃO E ATENDIMENTO A DESASTRES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 76,50
Índice previsto ao final do PPA: 78

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Em função da capacitação e conscientização de técnicos nos Municípios, tem-se permitido a criação e operacionalização de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil, órgão principal para prevenção, preparação, resposta e reconstrução sendo ainda responsável pelo desenvolvimento de uma consciência voltada para a segurança global da população, no que diz respeito a riscos de desastres humanos, naturais e mistos.

Comentários: 4.256 Municípios já possuem Coordenadorias Municipais de Defesa Civil. (76,5% dos 5.561 Municípios).

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os desastres agravam as condições de vida da população, contribuem para aumentar a dívida social e intensificam as desigualdades inter e intra-regionais, afetando

o desenvolvimento sustentável do País. Grande número de desastres é agravado pelas migrações internas, que levam à formação de bolsões e cinturões de extrema pobreza nos centros urbanos, em áreas vulneráveis aos desastres, especialmente, inundações, deslizamentos de encostas, incêndios, desabamentos e muitas vezes, em áreas próximas a depósitos de produtos perigosos, etc.

A falta de planejamento da ocupação e/ou da utilização do espaço geográfico, desconsiderando as áreas de risco, somada à deficiência da fiscalização local, tem contribuído para aumentar a vulnerabilidade das comunidades locais urbanas e rurais, com um número crescente de perdas de vidas humanas e vultosos prejuízos econômicos e sociais. Quando não se priorizam as medidas preventivas, há um aumento significativo de gastos destinados à resposta aos desastres.

O grande volume de recursos gasto com o atendimento da população atingida é muitas vezes maior do que seria necessário para a prevenção. Por outro lado, a maioria dos órgãos que atuam em defesa civil está despreparada para o desempenho eficiente das atividades de prevenção e de preparação. A não implementação do Programa contribuirá para o aumento da ocorrência dos desastres naturais, antropogênicos e mistos e para o despreparo dos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela execução das ações preventivas de defesa civil, aumentando a insegurança das comunidades locais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Capacitação de 5.738 agentes de defesa civil;
- Realização da 2ª Semana Nacional de Redução de Desastres.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A não realização, por questões orçamentárias, do curso a distância Construindo Comunidades Mais Seguras deixou de formar 5.000 novos agentes de Defesa Civil, o que impactou negativamente o resultado do Programa. Por outro lado, os cursos presenciais, que tinham como objetivo formar 5.000 novos agentes de defesa civil ultrapassaram a meta, alcançando 5.738 agentes capacitados. O contingenciamento de recursos e a dificuldade de apresentação de documentação em tempo hábil pelas prefeituras para a formalização de convênios impactou negativamente a execução da Ação Apoio a Obras Preventivas de Desastres.

A Ação Coordenação do Sistema Nacional de Defesa Civil também sofreu com contingenciamento e dificuldades em processos licitatórios. A Ação Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil teve no final do ano de 2005 seus recursos aprovados como Crédito Especial. Com a aprovação dessa Lei, a Ação foi inserida no PPA, no âmbito do Programa, porém o recurso previsto não foi disponibilizado em 2006.

Há necessidade de mais recursos para ação de capacitação de agentes de defesa civil. A demanda é grandiosa e os recursos financeiros são sempre aquém do necessário e previsto. Além disso, o fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada.

Na equipe gerencial do Programa há necessidade de três novos coordenadores/gerentes. E nas equipes executoras há necessidade de mais engenheiros para análise dos processos/convênios.

Foi contratada a Caixa Econômica Federal para fazer o acompanhamento da execução física-financeira dos objetos pactuados como forma de melhorar o alcance dos objetivos do Programa. O contrato foi necessário devido ao reduzido número de engenheiros para análise dos projetos, para a vistoria *in loco* e prestação de contas dos convênios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A realização de encontros com núcleos comunitários de defesa civil tem permitido a participação da comunidade no desenvolvimento da defesa civil em áreas de risco.

RECOMENDAÇÕES

• Buscar maior articulação com o Ministérios das Cidades (MCidades), o do Meio Ambiente (MMA) e o da Defesa Nacional (MD), tendo em vista a interface entre defesa civil, planejamento urbano, gestão ambiental e segurança nacional.

PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA

OBJETIVO

Aumentar a oferta de água para o consumo humano e para a produção por meio da execução de obras estruturantes: barragens, açudes, canais, poços públicos e adutoras.

PÚBLICO-ALVO

Populações de regiões com baixa disponibilidade de recursos hídricos, concessionárias de serviços de saneamento e produtores dos setores primário e secundário.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 416.550.516,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 193.126.125,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 193.126.125,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA

Unidade de medida: milhão de m³
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 2.858,53

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
O indicador deverá ser revisto de forma a mensurar melhor os benefícios e representar adequadamente a característica de vazão.

2. RESERVA DE ÁGUA EM BARRAMENTOS E AÇUDES

Unidade de medida: milhão de m³
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 10.004,84

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
Índice não mensurado, pois as ações estão em andamento. Somente na conclusão das obras é que serão apresentados os respectivos resultados.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A carência de água para consumo humano e usos múltiplos afeta negativamente a saúde e restringe as oportunidades de melhoria sócio-econômica das comunidades dos espaços geográficos onde a disponibilidade do recurso é reduzida. Esta situação, em muitos casos, é devida ao caráter temporário dos mananciais e/ou a localização das fontes, exigindo grandes esforços para se ter acesso à quantidade mínima indispensável. Mas, paradoxalmente, em outras situações, os recursos armazenados em reservatórios nunca foram eficientemente utilizados pela inexistência de estruturas de captação, transporte e distribuição.

A solução compreende a recuperação de obras existentes e a construção de novas barragens para regulação e armazenamento, bem como das adutoras e estruturas auxiliares necessárias para garantir o acesso fácil à água pelas populações e pelos produtores. Perdurando esta situação, é de se esperar o crescimento das taxas de morbidade e mortalidade das populações afetadas, assim como a migração para locais com abastecimento garantido.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Construção do Eixo de Integração da Barragem do Castanhão ao Açude do Gavião no Estado do Ceará;

• Construção da Barragem do Córrego João Leite no Estado de Goiás;

• Sistema de Abastecimento de Água do Rio Pratagy no Estado de Alagoas;

• Construção da Adutora Pirapama com 22,7 km no Estado de Pernambuco;

• Construção da Adutora do Oeste no Estado de Pernambuco - construção dos Ramais 1A, Ipubi e Parmamerim representando um avanço físico de 6,46 km de adutoras;

• Adutora de Jucazinho no Estado de Pernambuco - conclusão do assentamento da tubulação do último trecho da Adutora, entre Bezerros e Gravatá;

• Construção do Açude Estreito no Estado do Piauí - obra conveniada com o governo do Estado, tendo alcançado um avanço físico, no final de 2006, de cerca de 70%;

• Construção da Barragem e Adutora do Poço Marruá no Estado do Piauí;

• Construção da Barragem de Tabatinga, no Estado do Rio Grande do Norte;

• Realização de obras complementares do Açude de Setúbal na Bacia do Vale do Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais;

• Construção da Barragem de Peão, no Estado de Minas Gerais;

• Construção da Acauã no Estado da Paraíba - execução de 6 km do trecho entre a EB-2 e Itatuba, no Eixo Norte do Sistema;

• Construção da Barragem de Piaus, no Estado do Piauí - as obras tiveram seqüência em 2006 somente a partir de outubro, após um longo período de paralisação devido à tramitação do processo de aditivo, em vista da adequação do projeto;

• Continuidade das atividades de construção do Complexo Castanhão, no Estado do Ceará, com o objetivo de concluir as obras complementares, compreendendo a implantação de projetos produtivos, estradas de acesso, sistemas de abastecimento de água e serviços relacionados à operação e manutenção de barragens;

• Conclusão da atualização do Projeto Executivo, adequação dos estudos ambientais e continuidade do processo de aquisição de terras para a construção da Barragem de Jequitaí;

• Conclusão dos Estudos de Sustentabilidade para a construção da barragem Congonhas. Os Estudos de Impacto Ambiental e os Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) estão em andamento. A conclusão está prevista para o final de março de 2007;

• Construção da Barragem de Berizal no Estado de Minas Gerais - conclusão dos serviços de concretagem de uma parte das estruturas do vertedouro e boca de montante da galeria/tomada d'água, como parte de um trabalho de preservação dessas estruturas que estavam parcialmente construídas. A continuidade das obras depende da concessão da licença ambiental, cujas providências estão em andamento.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento do Programa se dá através de reuniões de trabalho com periodicidade baseada em Plano de inspeção/acompanhamento de obras; visitas *in loco* com periodicidade baseada em Plano de inspeção/acompanhamento de obras; sistema informatizado (SASO) para inspecionar e verificar o desempenho físico das ações e Relatórios de Gestão - estudo e aperfeiçoamento de modelos internos.

As restrições orçamentárias e financeiras prejudicaram o alcance das metas previstas no orçamento. Do total do orçamento foram executados apenas 40%, de forma descontínua e concentrada. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada.

Os recursos não foram adequados à demanda do Programa. É necessária maior disponibilidade de recursos para o aperfeiçoamento de mecanismos técnicos e investimentos em estudos, projetos e capacitação das equipes.

Há necessidade de equipamentos de informática para a equipe gerencial e para as equipes executoras, além de veículos e equipamentos de medição adequados aos procedimentos de aferição dos resultados. Para estas, o espaço físico é inadequado.

RECOMENDAÇÕES

• Não há recomendações.

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS – PROMESO

OBJETIVO

Aumentar a autonomia e a sustentabilidade de espaços sub-regionais, por meio da organização social, do desenvolvimento do seu potencial endógeno e do fortalecimento da sua base produtiva, objetivando a redução das desigualdades inter e intra-regionais.

PÚBLICO-ALVO

Gestores públicos, lideranças sociais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 163.616.558,00	Empenho Liquidado:	R$ 123.347.971,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 123.347.971,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
R$ 46.130.000,00	R$ 12.964.597,89	

INDICADORES

1. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos têm duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

2. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DA CHAPADA DAS MANGABEIRAS

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

3. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DA CHAPADA DO ARARIPE

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

4. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

5. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DE ÁGUAS EMENDADAS

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

6. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

7. NÚMERO DE OCUPAÇÕES NA SUB-REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

8. NÚMERO DE OCUPAÇÕES NA SUB-REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA E GUARAQUEÇABA

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

9. NÚMERO DE OCUPAÇÕES NA SUB-REGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

10. NÚMERO DE OCUPAÇÕES NA SUB-REGIÃO DO VALE DO RIO ACRE

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

11. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DO XINGÓ

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

12. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA REGIÃO INTEGRADA DO DF E ENTORNO

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

13. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DA GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil apresenta nítidas desigualdades intra e inter-regionais, resultado de um processo histórico de desenvolvimento que se caracterizou pela concentração em áreas específicas do território, notadamente o Centro-Sul e ao longo da faixa litorânea. Em que pese modestos avanços em termos de desconcentração, o País ainda carece de políticas públicas efetivas que contribuam para a inserção eqüitativa de áreas menos dinâmicas, com precárias condições de vida para seus habitantes, no processo global de desenvolvimento econômico e social. Enquanto o Governo Federal dispõe de políticas públicas definidas para as camadas menos favorecidas da população, em que o combate emergencial à pobreza e à fome é a prioridade absoluta, é necessária que seja formulada e implementada uma política voltada para as camadas imediatamente subjacentes, baseada nos modernos conceitos do desenvolvimento regional.

O Promeso justifica-se, portanto, pela necessidade de se atenuar este problema, atuando, sobretudo, nas seguintes necessidades:

a) de que a atuação do Governo Federal ocorra, de forma integrada, em novas escalas espaciais, preferencialmente em sub-regiões;
b) de que as demandas e possíveis soluções sejam identificadas com a participação efetiva da sociedade civil que, para tanto, deve estar organizada e legitimamente representada;
c) de consolidação, segundo as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) formulada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), de um processo consistente e permanente de redução das desigualdades inter e intra-regionais no País, temática esta que tem sido recorrentemente elencada como prioritária para o Governo Federal.

Do período compreendido entre 1985 e 1999, apenas no intervalo entre 1994 e 1999 percebe-se uma evidente estabilização dos indicadores de desigualdade. A desconcentração que se observou até 1994, não decorreu, entretanto, de uma redução significativa das desigualdades inter-regionais no País, mas também da redução dos níveis de desigualdades intra-regionais, sendo que a interrupção deste processo de desconcentração decorreu simplesmente da estabilização dos níveis de desigualdade intra-regionais.

A queda dos níveis de desigualdade interestadual no âmbito das regiões Sudeste e Nordeste (que juntas representam cerca de 70% da população do País) foi a grande responsável pela redução da média ponderada dos Índices Regionais de Desigualdade Interestadual no Brasil entre 1985 e 1994. Cabe lembrar que a Agenda 21 brasileira, em seu Objetivo Oito, prioriza os subespaços regionais com os quais o MI já vinha trabalhando e que, em alguns deles, vinha alcançando resultados importantes em termos de mobilização da sociedade, participação e democratização das decisões, numa clara demonstração da possibilidade e conveniência de se promover o desenvolvimento a partir de uma nova perspectiva.

A importância da intervenção em espaços sub-regionais para a economia nacional e principalmente regional é relevante pela necessidade de interiorizar o processo de crescimento da economia regional, visando à inserção social e econômica das populações locais. Este Programa deve constituir prioridade dentro da PNDR do MI pela sua complementaridade com outros programas e ações de Governo desenvolvidos no âmbito regional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Criação do Fórum Nacional das Mesorregiões;
- Criação da Mesorregião do Seridó;
- Institucionalização das Mesorregiões na PNDR;
- Continuidade e ampliação do apoio a Arranjos Produtivos Locais (APLs).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Dentre as principais restrições do Programa pode-se destacar: a existência de ações resultantes de emendas parlamentares com execução financeira e física nula, ou descoladas dos objetivos do programa; ações resultantes de emendas parlamentares, executadas por instituições vinculadas ao MI, ou mesmo pela administração direta, com execução financeira sem o devido preenchimento da execução física, o que inviabiliza a sua avaliação; e ações referentes a financiamentos não acompanhadas pela gerência do Programa.

A exemplo dos anos anteriores, deve-se destacar também que a metodologia orçamentária ainda é um dos grandes entraves para uma execução plena do Programa. Aspectos relacionados ao contingenciamento de recursos e à ausência de planejamento para liberação de recursos orçamentários e financeiros são exemplos disto.

No que se refere aos convênios, a maioria foi celebrada após as eleições. Desta forma, grande parte da execução financeira teve início no final do ano e terá continuidade por meio de recursos inscritos em restos a pagar no ano de 2007. Ressalta-se a necessidade de definição de um mecanismo que garanta fluxo financeiro, com o estabelecimento de cotas mensais para o Programa.

Em relação às questões de pessoal, o MI não apresenta um corpo físico permanente, com qualificação específica dentro da carreira de desenvolvimento regional, sendo necessária a busca de outras modalidades de contratação para técnicos com perfil gerencial. A necessidade de uma ação de acompanhamento mais próxima de cada uma das 13 mesorregiões, objeto de ações do Programa, leva a necessidade de uma equipe gerencial numericamente importante em apoio à gerência do programa. Avanços quanto à qualidade e à quantidade da equipe técnica disponível foram feitos no exercício de 2006, no entanto, ainda apresentam-se insuficientes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Desde 2005, vem sendo realizado um esforço de convergência com as estratégias desenvolvidas pelo programa, em especial pela realização e pelo acompanhamento de um plano de ação integrado de todo o Ministério, contemplando os programas de desenvolvimento regional. No entanto, o acompanhamento dos recursos descentralizados para entidades vinculadas ao MI ainda deve ser trabalhado. Especialmente os recursos referentes às ações de financiamento são aplicados sem articulação com as ações realizadas nas áreas prioritárias trabalhadas pelo Promeso, não trazendo impactos mensuráveis e observáveis para os objetivos do programa e para as áreas prioritárias.

RECOMENDAÇÕES

• Para que haja uma gestão satisfatória do Programa, com a devida publicização dos resultados à sociedade, é fundamental que o MI apure os indicadores atuais e, se for o caso, apresente sugestões de aperfeiçoamento para o PPA 2008-2011;

• Articular de forma que a inclusão de ações por meio de emendas parlamentares, estejam em harmonia com as ações realizadas nas áreas prioritárias do Promeso;

• Realizar o efetivo acompanhamento da execução física das ações, o que vem deixando de ocorrer regularmente não apenas nas ações incluídas por meio de emendas parlamentares, mas também naquelas de execução por entidades vinculadas ao MI.

PROMOÇÃO E INSERÇÃO ECONÔMICA DE SUB-REGIÕES – PROMOVER

OBJETIVO

Promover, em espaços sub-regionais dinâmicos, a inserção competitiva de atividades econômicas potenciais nas economias local, regional, nacional e internacional.

PÚBLICO-ALVO

Investidores potenciais, pequenos e médios empreendedores, mão-de-obra existente nas áreas selecionadas de atuação.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 19.779.256,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 15.768.283,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 15.768.283,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 1.050.000,00	-	

INDICADORES

1. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS APOIADOS PELO PROGRAMA

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 0

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

O Promover conta com dois indicadores, inseridos no Programa pela primeira vez no ano de 2005. Os projetos apoiados pelo Programa possuem, em média, duração aproximadamente de dois anos e meio a três anos, o que apontaria para a possibilidade de se mensurar resultados, no mínimo, ao final de 2006. Entretanto, a grande maioria dos projetos ainda se encontra em andamento ou em finalização, tornando ainda precária a apuração do índice ao final de 2006.

2. FATURAMENTO BRUTO NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS ATENDIDOS PELO PROGRAMA

Unidade de medida: R$
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O Promover conta com dois indicadores, inseridos no Programa pela primeira vez no ano de 2005. Os projetos apoiados pelo Programa possuem, em média, duração de dois anos e meio a três anos, o que apontaria para a possibilidade de se mensurar resultados, no mínimo, ao final de 2006. Entretanto, a grande maioria dos projetos ainda se encontra em andamento ou em finalização, tornando ainda precária a apuração do índice ao final de 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Recorrentemente têm sido apresentados alguns indicadores de desenvolvimento e de disponibilidade de recursos - seja humanos seja de capital físico - que revelam a precariedade e fragilidade, em termos de capacidade e sustentabilidade, do processo de redução das desigualdades inter e intra-regionais no Brasil. Esta situação torna-se cada vez mais complexa para as regiões menos dinâmicas, na medida em que se reduzem sistematicamente as barreiras anteriormente existentes no âmbito do comércio internacional, de forma que tais regiões, que já sofrem a concorrência das regiões mais dinâmicas do País, agora competem com produtos oriundos dos mercados externos.

Não obstante, revelam-se, em alguns casos, oportunidades produtivas existentes e potenciais que, adequadamente identificadas e incentivadas, numa perspectiva sistêmica, podem se constituir em vetores do desenvolvimento, pautados na capacidade endógena dos recursos humanos existentes e no aproveitamento sustentável dos recursos daquelas regiões. Desta forma, a mobilização de ações, de iniciativas e de recursos, aproveitando-se as disponibilidades locais existentes, podem revelar os seus condicionantes de competitividade, os seus principais pontos de estrangulamento e, principalmente, as soluções para os problemas identificados.

Nesse sentido, evitando-se a sobreposição de iniciativas e ampliando-se as possibilidades de parcerias existentes nas diversas experiências implementadas pela sociedade civil voltadas para a identificação e promoção de arranjos produtivos locais, *clusters*, cadeias produtivas e treinamento e capacitação de mão-de-obra, entre outros, possibilita-se, por meio do Programa, um processo virtuoso de redução consistente das desigualdades verificadas no País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A aferição dos resultados fica prejudicada pelo tempo de implementação dos diversos projetos uma vez que os impactos das ações desenvolvidas demandam prazo de maturação que extrapolam o exercício em que as ações se desenvolvem. No entanto, os projetos apoiados em 2006, ainda em andamento, apontam para os seguintes resultados:

a) início do incremento da competitividade nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) apoiados pelo Programa;
b) superação de gargalos em APLs apoiados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

As ações do Programa são executadas por meio de convênios ou descentralizações de recursos, firmados ou realizados segundo planos de trabalho e projetos previamente aprovados, contemplando metas a alcançar e prazos de execução. Tais convênios e descentralizações são acompanhados por técnicos que verificam, periodicamente, mas sem uma regularidade definida, a execução e o alcance das metas. Para tanto, são realizadas reuniões regulares de trabalho com a equipe responsável pelos projetos para se garantir a troca de informações sobre o desempenho físico das ações e o controle e monitoramento do mesmo. Apontam-se como dificuldades neste processo a reduzida equipe e a multiplicidade de tarefas a ela delegadas.

O comprometimento dos recursos disponibilizados no orçamento de 2006 para o Programa alcançou pouco mais de 80% do valor inicial previsto. A execução física, no entanto, estará concentrada no exercício de 2007, já que a maioria dos convênios ou descentralizações foi realizada no último bimestre de 2006.

Como ocorre historicamente, grande parte da celebração de convênios que dão suporte à execução das ações do programa concentrou-se no último trimestre do ano em decorrência do contingenciamento de recursos e do processo de seleção de projetos demandar grande interação com as instituições parceiras na sua elaboração. Dessa forma, o planejamento da execução das ações do Programa já contemplou essa particularidade.

Existem dificuldades de diferentes aspectos na elaboração de convênios: as de ordem interna ao MI, com destaque para as relativas à celebração de convênios e as de ordem externa, como a dificuldade de buscar instituições com perfil adequado ao projeto que preencham requisitos de capacidade técnica, credibilidade e inserção local, viabilidade administrativa e adimplência. A predominância de transferência de recursos para investimentos destinados à realização de obras civis condiciona também o processo de seleção de parceiros e de realização de convênios.

Alguns dos convenentes, em especial Estados e Municípios, apresentam dificuldades na operacionalização dos processos licitatórios, gerando uma morosidade na implementação dos projetos e dificultando o alcance dos resultados e a aferição de indicadores.

As entidades vinculadas e outras instituições parceiras executam projetos importantes, complementando a atuação do Programa e contribuindo com a expertise e a capilaridade que possuem, fatores de grande relevância para se alcançar a efetividade das ações propostas. No entanto, a Secretaria gestora do Programa possui poucos mecanismos de controle sobre essas entidades para garantir a troca de informações e a avaliação das ações executadas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os projetos apoiados pelo Programa são construídos, via de regra, com a participação de fóruns de desenvolvimento, que se constituem na instância social com primazia na definição de prioridades e de planos de ações para o desenvolvimento, de consórcios municipais e de agências de desenvolvimento (privadas sem fins lucrativos). Seus resultados são discutidos em reuniões com a participação dos interessados diretos no projeto.

A grande maioria dos projetos apoiados pelo Programa possuem comitês gestores. Esses se caracterizam como uma instância eminentemente técnica responsável pelo gerenciamento das ações empreendidas na consecução dos projetos de estruturação e dinamização de arranjos produtivos locais. O comitê gestor é organizado para cada arranjo produtivo, contando com a participação de representantes do setor produtivo, das diferentes esferas de governo, de bancos de desenvolvimento e parceiros fundamentais ao sucesso do empreendimento.

RECOMENDAÇÕES

• Recomenda-se a fusão do Programa Promover com os demais programas de desenvolvimento regional do Ministério da Integração Nacional (MI), fortalecendo sua gestão e otimizando a alocação dos recursos públicos. O Programa apresenta apenas uma ação de maior relevância, Apoio a Arranjos Produtivos Locais (APLs) que pode migrar para outro programa de desenvolvimento regional sem prejuízo na alocação orçamentária realizada pelo MI.

RESPOSTA AOS DESASTRES

OBJETIVO

Promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por desastres, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados, especialmente nos casos de situação de emergência e estado de calamidade pública reconhecidos pelo Governo Federal.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas afetadas por desastres, especialmente os estratos populacionais menos favorecidos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 254.547.109,00	Empenho Liquidado:	R$ 181.296.292,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 181.296.292,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

1. TAXA DE RESPOSTA AOS DESABRIGADOS E DESALOJADOS NOS MUNICÍPIOS EM EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 10
Índice previsto ao final do PPA: 41

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

É um índice que não reflete a realidade, em função das ações deste Programa serem basicamente de resposta, após a ocorrência dos desastres naturais, humanos e mistos. No entanto, em termos de meta física, não é possível predizer com segurança. Estima-se que ao final de um dos quatro anos do programa, tenha sido atingido um índice aproximado de um quarto do previsto, considerando-se o que foi realizado e que normalmente se repetirá nos anos vindouros. Como as ações de resposta federal foram implementadas em atendimento às necessidades dos entes federados, considera-se atingido o primeiro quarto do índice final.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há freqüentes ocorrências de desastres naturais, humanos e mistos, com danos às pessoas, ao patrimônio e com grandes prejuízos econômicos e sociais. Além disso, a maioria dos Municípios não possui estrutura e capacidade financeira para administrar a anormalidade provocada por desastres, necessitando do atendimento supletivo do Governo Federal.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram atendidos todos os Municípios que solicitaram apoio ao Governo Federal para a assistência às pessoas afetadas por desastres e recuperação dos danos causados por desastres. Nas ações de socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres e nas de recuperação de danos causados por desastres, devido à burocracia, não foi possível o atendimento pleno com a utilização dos recursos totais envolvidos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Dificuldades na apresentação da documentação necessária à formalização dos convênios, por parte dos proponentes, resultaram em cancelamentos de empenhos realizados. Esse fato, aliado ao despreparo das equipes municipais, restringiu a obtenção dos resultados do Programa. O atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios ocasiona acúmulo de problemas administrativos, o que demanda esforços consideráveis no atendimento de diligências dos órgãos de fiscalização e controle. A lentidão no licenciamento ambiental também é fator de preocupação, pois, na maioria dos casos, é preciso celebrar convênios com cláusulas condicionantes de somente liberar os recursos financeiros após a apresentação da documentação obrigatória.

Os recursos orçamentários são muito aquém das necessidades anuais, o que requer a edição de Medidas Provisórias ou emendas parlamentares quando da ocorrência de desastres de grande porte. Assim, a execução orçamentária anual ultrapassa em aproximadamente 10 vezes o valor da dotação inicial prevista no orçamento.

Devido ao contingenciamento de recursos e à imposição de limites orçamentário e financeiro mensais, eventualmente ocorrem descontinuidades no fluxo de recursos, prejudicando inclusive a realização de destaques orçamentário-financeiros a órgãos federais parceiros nas ações de resposta a desastres. No caso das Medidas Provisórias e das Emendas Parlamentares, as dotações demoram a ser disponibilizadas em curto prazo, prejudicando as populações atingidas. No mais das vezes, as populações afetadas precisam aguardar por meses a liberação de recursos para a reabilitação/reconstrução dos danos ocasionados por desastres e acabam se alojando em abrigos temporários além do período que seria razoável, comprometendo sua higidez, sociabilidade, trabalho, etc.

Há necessidade de aquisição imediata de equipamentos especializados, bem como materiais específicos à atividade, os quais, devido às dotações orçamentárias existentes, são

adquiridos em quantidades insuficientes, demandando tempo excessivo para o atendimento das equipes empregadas nas diversas ações componentes do Programa.

A gerência do Programa ressente-se também de recursos humanos em qualidade e quantidade, haja visto a natureza das ações empreendidas e a alta especialização exigida.

A não-existência de plano de cargos e salários no MI associada ao nível salarial reduzido dificulta o recrutamento de pessoal em nível gerencial e concorre para a alta rotatividade dos técnicos concursados, os quais realizam concursos em outros órgãos de melhor remuneração. Esse fato obriga a constante reciclagem e treinamento dos novos servidores, prejudicando o desempenho do Programa.

Em todos os desastres ocorridos em que esta Secretaria interveio, nas ações de socorro e assistência às populações atingidas, os beneficiários, seja Estados da Federação ou Municípios, consideraram-se atendidos em condições satisfatórias, dada a presteza da atuação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), em conjunto com os demais órgãos federais e estaduais, na resposta o mais ágil possível aos desastres ocorridos. Nas ações de auxílio emergencial financeiro, reabilitação e reconstrução, no entanto, o excesso de burocracia atrapalha o desempenho físico e financeiro, causando certo nível de insatisfação, entendido pelos atendidos como não sendo de responsabilidade da SEDEC/MI.

No caso de Municípios, é sempre bastante difícil a integração entre a gerência do programa e os executores, com algumas exceções, que os mesmos atendam às necessidades em informações da SEDEC com rapidez, presteza e correção. Após muito esforço é que são obtidas as informações com a qualidade e quantidade requeridas, o que dificulta por vezes o serviço administrativo, em especial, no aspecto de celebração de convênios com os demais entes federados. É necessário um acompanhamento diuturno e o desdobramento dos servidores da SEDEC, praticamente realizando as ações que estão afetas aos demais entes parceiros, no intuito das ações serem executadas a contento, de acordo com a norma infraconstitucional.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A gerência do Programa desenvolve extenso e intenso Programa de capacitação anual em ações de defesa civil. Graças a isso, tanto no âmbito estadual e, principalmente, no âmbito municipal, a conscientização dos governantes e da população, em especial, a residente em áreas de risco, tem aumentado, com resultados altamente positivos em termos de diminuição de mortes por desastres diversos, seja os naturais, humanos ou de natureza mista.

Estão sendo criadas as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil, em ritmo acelerado no País, e diversos Municípios têm incrementado a criação e funcionamento dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDEC), especialmente para atender a população de baixa renda residente nas periferias dos centros urbanos. Tudo isso tem

auxiliado na diminuição dos efeitos dos desastres junto à população afetada, com reflexos positivos na conscientização dos cidadãos em geral e a significativa redução das mortes ocasionadas por desastres. Essas atividades têm sido, geralmente, solicitadas pelas comunidades aos seus governantes.

Está sendo implementado o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, o qual constitui-se em um espaço próprio com equipamentos de última geração, operados por especialistas treinados e apoiado em um Sistema de Informações recentemente instalado (Sistema Operacional de Defesa Civil). O Centro, ferramenta de extrema utilidade no gerenciamento de crises, já emite, atualmente, os alertas meteorológicos a todos os Municípios e Estados, bem como realiza o socorro às populações atingidas por desastres, desencadeando as Portarias de reconhecimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública e ainda servindo como base de dados de áreas de risco e de facilidades de apoio e socorro às populações em todo o Território Nacional. Essas ações estarão interligadas mediante a Rede Nacional de Defesa Civil, em futuro próximo.

RECOMENDAÇÕES

• Buscar maior articulação com o Ministério das Cidades (MCidades), o do Meio Ambiente (MMA) e o da Defesa (MD), tendo em vista a interface entre defesa civil, planejamento urbano, gestão ambiental e segurança nacional.

TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO

OBJETIVO

Transferir os perímetros públicos de irrigação em condições adequadas à autogestão pelos usuários.

PÚBLICO-ALVO

Produtores de perímetros públicos irrigados.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 136.855.282,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 118.985.379,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 118.985.379,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DE PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO PARA OS USUÁRIOS/PRODUTORES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 7
Índice previsto ao final do PPA: 20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Em 2006, foi transferida a gestão de cinco perímetros irrigados, Pirapora (MG), Lagoa Grande (MG), Tourão (BA), Arroio Duro e Chasqueiro (RS), que, referenciados ao total de 74 perímetros, representam 7%. Esses perímetros já não constaram da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006, pois foram transferidos com base em recursos de 2005. Cabe observar que 10 projetos previstos para entrarem em funcionamento em 2005-2006 ainda não estão operantes, estando a maior parte deles ainda em implantação e que 16 perímetros estão sendo avaliados, devido a problemas diversos (principalmente suprimento hídrico), quanto à sua continuação no Programa de Transferência de Gestão.

Dessa forma, se forem retirados do cálculo os perímetros que não entraram em funcionamento e que foram excluídos da relação de projetos públicos de irrigação, a possibilidade de alcance do indicador previsto será alta. Em caso contrário, a possibilidade de alcance da meta será baixa, podendo ser atingido apenas 15%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O viés paternalista das políticas de irrigação e de reforma agrária, comum à grande maioria dos países em desenvolvimento, vem tendo reflexo no programa de Irrigação e Drenagem, no decorrer das duas primeiras décadas de sua existência, resultando na dependência da assistência financeira pública para o custeio dos gastos de operação e manutenção. Da mesma forma, a grande maioria dos produtores de tais projetos nunca alcançaram os níveis de capacitação necessários para se transformar em pequenos empresários rurais.

A figura do colono é a de um agricultor de subsistência, explorando uma área na qual foram efetuados vultuosos investimentos para adequá-la à produção intensiva. A transferência da gestão, processo que, no Brasil, foi denominado de emancipação, comprovou ser a medida mais eficaz para aumentar a produtividade das áreas beneficiadas, bem como para garantir a economia de água e a manutenção apropriada das estruturas, verificando-se, igualmente, uma significativa redução de custos operacionais.

Como resultado adicional, os produtores deixam de utilizar recursos para os empreendimentos, destinando-os para o crescimento da área irrigada ou outras atividades que garantam maior retorno sócio-econômico. No País, muitos projetos públicos continuam, direta ou indiretamente, sob a tutela do governo ou necessitando de subsídios públicos para a sua gestão. Para atingir a autogestão, é indispensável um período de adequação, denominado de operação inicial nos novos projetos e de reorganização nos projetos já em funcionamento, de modo a permitir que os produtores obtenham as condições mínimas para assumir os encargos financeiros decorrentes.

Durante este período, os agricultores são conscientizados do seu papel de empresários rurais, são capacitados em agricultura irrigada e para as tarefas de operação e manutenção dos sistemas. Especialistas fomentam e estimulam a formação do distrito de irrigação - entidade responsável pelo fornecimento de água, bem como a formação de cooperativas ou associações de produtores como forma de obter vantagens competitivas para a sua produção.

Tais condições favorecem considerável ampliação da área irrigada e, conseqüentemente, da produção agrícola, assim como a geração de emprego e renda. Atualmente estão em operação 80 projetos que poderão fazer parte do Programa no período 2004-2007.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Acréscimo de área irrigada (antes não-explorada), assistência técnica a todos os produtores, organização de produtores, regularização fundiária e recuperação da infra-estrutura de uso comum dos projetos. Todos esses resultados são imprescindíveis para que os perímetros possam ser transferidos;

• O atraso no início da execução orçamentária e o contingenciamento de recursos financeiros, ocorridos em 2005 e 2006, prejudicaram sobremaneira o andamento das atividades previstas, tendo em vista que a maior parte delas não pode sofrer paralisações. A falta de ações relativas a crédito aos produtores, que viabilizem o acesso ao financiamento e à renegociação de dívidas, previstas no programa original, se constituiu no segundo fator de maior dificuldade para o alcance das metas previstas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento do programa é realizado por meio de:

a) reuniões de trabalho com técnicos envolvidos no Programa e representantes dos produtores, com periodicidade mensal;
b) visitas *in loco* - principal ferramenta de acompanhamento utilizada, executada por técnicos especializados, com periodicidade mensal aos perímetros. Essa ação deixou de ser realizada em junho de 2006, devido à impossibilidade de renovar os contratos do pessoal que a executava. Contudo, essa ação é imprescindível, tendo em vista a estratégia de implementação do Programa. Sua falta trouxe resultados bastante negativos ao monitoramento e ao desempenho geral do Programa, devendo, portanto, ser retomada;
c) relatórios de acompanhamento do Programa, realizados pelos técnicos, referidos anteriormente, com periodicidade mensal, também suspensos a partir de junho de 2006.

O atraso no início da execução orçamentária e o contingenciamento de recursos financeiros, ocorridos em 2005 e 2006, prejudicaram sobremaneira o andamento das atividades previstas, tendo em vista que a maior parte delas não pode sofrer paralisações. O orçamento de 2005 foi executado, em grande parte, em 2006, ocorrendo o mesmo com o de 2006.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando também a execução programada. Os recursos começaram a serem liberados no final do primeiro semestre, porém, a maior parte foi após agosto.

Dentre outras restrições enfrentadas pelo programa, destacam-se:

a) a inadequação da infra-estrutura, pela insuficiência de equipamentos de informática e veículos para a equipe gerencial e equipes executoras;
b) o contingenciamento orçamentário que, excetuando os perímetros incluídos no Projeto-Piloto de Investimentos (PPI), afetou as ações do Programa, prejudicando sua implementação, haja vista que estas ações têm a característica de serem contínuas, sem possibilidade de paralisação;
c) insuficiência das ações, pois as ações relativas à capacitação precisam ser ampliadas de forma significativa, envolvendo basicamente os técnicos que atuam nos perímetros irrigados, em assistência técnica e gerenciamento.

No que tange à participação social são realizadas reuniões com as organizações de produtores, formais ou informais, visando a realização de ações relativas à autogestão dos perímetros.

RECOMENDAÇÕES

• O Programa deve ser fundido com os outros dois programas que tratam da agricultura irrigada: Desenvolvimento da Agricultura Irrigada (0379) e Eficiência na Agricultura Irrigada (1037);

• Revisão do indicador. O indicador adotado para avaliação do Programa, Taxa de Transferência da Gestão, não é suficiente para demonstrar os avanços e resultados obtidos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Assistência Jurídica Integral e Gratuita

Combate à Criminalidade

Combate ao Crime Transnacional

Defesa do Consumidor

Defesa Econômica e da Concorrência

Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas

Migração e Acordos Internacionais

Modernização da Polícia Federal

Modernização do Sistema Penitenciário Nacional

Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento

Reforma do Judiciário

Segurança Pública nas Rodovias Federais

Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério da Justiça (MJ), foram utilizados **R$ 5.702.214.780,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 6.176.767.668,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 5.702.214.780,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**-**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 6.176.767.668,00**	**Total realizado:**	**R$ 5.702.214.780,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MJ não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 444.097.412,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 293.506.927,00**.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A atuação do MJ é orientada por três objetivos principais: a promoção da justiça e da cidadania, o combate à corrupção e a reconstrução das instituições republicanas;

• Dentre as diversas frentes de atuação da Polícia Federal destaca-se o indiciamento de 4.820 pessoas por tráfico e/ou uso de drogas, resultando na retirada de circulação de aproximadamente 177 toneladas de entorpecentes. A Polícia Federal tem sido um importante instrumento do Governo Federal no combate ao desvio de recursos públicos e ao crime organizado. Em 2006, foram deflagradas 53 operações especiais de combate à corrupção, com a prisão de 933 pessoas, dentre as quais 376 servidores públicos federais, estaduais e municipais, além de políticos e empresários. É importante ressaltar que em mais de 320 operações efetuadas não foi disparado um só tiro;

• Das ações de combate a crimes contra o meio ambiente e o patrimônio histórico iniciadas em 2005, destacam-se as operações Curupira I e II e Ouro Verde, realizadas pela Polícia Federal em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com a participação do Ministério Público Federal (MPF), visando ao desmantelamento de quadrilhas envolvidas na exploração, transporte e comercialização ilegal de madeira, que resultaram na decretação de 197 prisões. O volume estimado de madeira serrada fraudada foi da ordem 1,98 milhão de m^3;

• A Polícia Federal adquiriu mais de 1.100 novas viaturas, está construindo nove delegacias em cidades estratégicas e modernizando o Instituto Nacional de Criminalística (INC). Merece destaque, também, a implementação do sistema AFIS Criminal, base das ações de identificação criminal do País; além do investimento em equipamentos de telecomunicação, com a aquisição de estações fixas e táticas (móveis) do TETRAPOL

(sistema digital, criptografado) que permite transmissão de voz e dados de forma segura. No que se refere à infra-estrutura física, foi ampliado o número de unidades descentralizadas e reformadas mais de 40 unidades, entre superintendências e delegacias, e entregues quatro novas sedes;

• Dando continuidade à ampliação do quadro de servidores, foram formados 1.290 policiais federais e 895 policiais rodoviários federais, o que possibilitou um aumento da fiscalização e atuação mais efetiva no combate à criminalidade, ampliando a presença da polícia ostensiva da União;

• A atuação da Polícia Rodoviária Federal também foi positiva. Em 2006, foram realizadas 841 operações especiais de combate ao crime nas rodovias federais, tendo como resultado a apreensão de três toneladas de cocaína, 46 toneladas de maconha e a destruição de mais de 250 mil pés de maconha, além da apreensão de 1.474 armas de fogo. Nas operações de combate aos crimes ambientais, foram recuperados mais de 14.000 animais silvestres e apreendidos mais de 290 mil m^3 de madeira. No que se refere à modernização da Polícia Rodoviária Federal, foram adquiridos 479 veículos e diversos equipamentos que irão melhorar o desempenho dos policiais em suas atividades rotineiras;

• A Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro, conhecida como ENCLA, passou a contar com o tema de Combate à Corrupção, ganhando mais uma letra C em sua sigla. A ENCCLA realizou sua quarta edição anual, com a participação de 135 representantes de 52 órgãos. Como um dos principais resultados da eficácia da estratégia é o aumento de 39% no número de ações penais e inquéritos relacionados à Lei de Lavagem de Dinheiro;

• Na área de execução penal, o MJ deu continuidade à reestruturação do Sistema Penitenciário, promovendo sua modernização e controle, garantindo a presença das políticas públicas nos presídios e fortalecendo a aplicação das penas alternativas. A primeira Penitenciária Federal foi inaugurada em junho de 2006, no Município de Catanduvas (PR), e encontra-se em plena operação. A segunda unidade, situada em Campo Grande (MS), foi inaugurada no final de 2006. As unidades de Mossoró (RN) e Porto Velho (RO) estão em fase de obras, devendo ser inauguradas em junho e dezembro de 2007, respectivamente. As Penitenciárias Federais são controladas por corpo funcional próprio e têm capacidade individual para abrigar 208 presos de alta periculosidade, representando uma valiosa contribuição aos Estados na medida em que proporciona o isolamento de facções criminosas e a conseqüente desarticulação do crime organizado;

• No tocante ao financiamento, à criação de vagas nos estabelecimentos penais estaduais, foi realizado um investimento de R$ 170,1 milhões para a geração de 7.720 novas vagas nos sistemas penitenciários estaduais, além do recebimento de 6.992 novas vagas, fruto de convênios celebrados em anos anteriores e que tiveram seqüência em 2006. Também foram instaladas mais cinco escolas penitenciárias;

• Enfocando a atuação multissetorial, o MJ arquitetou acordos de cooperação técnica e protocolos de intenções com outros Ministérios visando à implementação de políticas públicas integradas ao sistema penitenciário. Em parceria com o Ministério da Saúde (MS), teve seqüência o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, são 140 equipes

cadastradas em dez 10 Estados, promovendo o atendimento de atenção básica à saúde dos presos e internos. Outra iniciativa que merece destaque é o Protocolo de Intenções celebrado com o Ministério da Educação (MEC), que visa o delineamento conjunto de uma política pública voltada à alfabetização e à elevação de escolaridade da população presa e egressa no contexto das políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA);

• As iniciativas empreendidas pelo Governo Federal na consolidação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) são pautadas pelas diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Segurança Pública. Cabe destacar que todos os órgãos de segurança pública estaduais aderiram ao SUSP, assumindo com a União o compromisso para reduzir a violência e combater ao crime organizado, e passaram a ter maior integração entre si e com as polícias Federal e Rodoviária Federal e guardas municipais. Em 2006, foram repassados R$ 84,7 milhões aos Estados e Municípios para reaparelhamento. Além disso, visando a racionalizar o gasto dos recursos e a atender às Unidades da Federação conforme as reais necessidades. Foram adquiridos diretamente 3.165 viaturas policiais, além de outros materiais indispensáveis à atuação das polícias nos Estados;

• Foram capacitados 3.712 policiais militares que se incorporaram à Força Nacional de Segurança Pública. A Força atuou no apoio às polícias do Espírito Santo e de Mato Grosso do Sul após rebeliões nos presídios desses Estados;

• Criação de um sistema educacional direcionado à formação de recursos humanos, pautado por uma Matriz Curricular Nacional e constituído por uma Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública (Renaesp), reunindo 22 universidades em todo o País e uma Rede de Educação a Distancia em Segurança Pública, que matriculou mais de 32.000 profissionais em 60 telecentros implantados em instituições policiais, formando 27.641 profissionais;

• A Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública (INFOSEG) mostrou-se uma ação altamente estruturante sob o aspecto de integração dos órgãos que compõem as polícias, a justiça e os órgãos de fiscalização, integrando os bancos de dados e permitindo um efetivo compartilhamento das informações entre os Estados e os diversos órgãos governamentais. Os acessos às informações do INFOSEG passaram de quatro milhões em 2004 para quase 18 milhões em 2006, por mais de 65 mil usuários distribuídos nos três poderes das esferas federais e estaduais. Em 2006, foram cadastrados 10 mil novos usuários;

• A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) foi encarregada de planejar e garantir o bom funcionamento do esquema de segurança dos Jogos Pan e Parapan-americanos. Desde fevereiro de 2006, encontra-se em atividade no Rio de Janeiro a Coordenadoria das Ações de Segurança Pública dos Jogos Pan-americanos. Em 2006, foram investidos R$ 50,5 milhões em aquisições de 24 aeronaves (seis helicópteros esquilos, oito helicópteros *Schweizer* e 10 motoplanadores Ximango) e R$ 66,7 milhões em aquisições de 1.222 veículos, como forma de garantir o aparelhamento para o desenvolvimento das ações voltadas à segurança dos jogos;

• No âmbito do Programa de reforma do Judiciário, dos 26 projetos de lei que compõem a reforma infraconstitucional encaminhada pelo Executivo ao Congresso

Nacional, 11 foram transformados em lei em 2006. Trata-se de uma prioridade do Governo Federal para agilizar a tramitação de processos, racionalizar o sistema de recursos judiciais e inibir a utilização da Justiça com fins meramente protelatórios;

• Foram realizados 227 mil atendimentos de assistência jurídica gratuita nas unidades da Defensoria Pública da União (DPU) em todos os Estados. Destaca-se também o Projeto Defensoria Itinerante, com trabalhos realizados em 18 Municípios, onde foram feitos mais de 2.124 atendimentos. A instituição foi fortalecida com a nomeação de 130 candidatos aprovados e remanescentes do Segundo Concurso Público de ingresso na Defensoria Pública da União;

• Com relação ao combate à pirataria, no aspecto repressivo, o ano de 2006 foi caracterizado pelos trabalhos integrados, realizados nos portos, aeroportos, fronteiras e rodovias federais, envolvendo a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Receita Federal, que culminou com a apreensão de produtos com valor total superior a R$ 870 milhões, e aplicação de autuações fiscais com valor total superior a R$ 4 bilhões. Preventivamente, foram desenvolvidos esforços conjuntos entre a iniciativa privada e o poder público, capacitando agentes públicos a fim de que estes identifiquem facilmente um produto falsificado e tenham um domínio sobre as características e demais informações que o cercam;

• Confirmando os compromissos de propiciar maior participação dos povos indígenas na definição de uma nova política indigenista e na formulação e execução de políticas públicas que visem à afirmação dos seus direitos, foi realizada em Brasília, em abril de 2006, a Conferência Nacional dos Povos Indígenas, que contou com expressiva presença de representantes de 173 etnias e de diversas organizações não-governamentais. No total, 900 delegados indígenas indicados por suas próprias comunidades marcaram presença neste que foi o primeiro fórum indígena nacional realizado na história do País. No âmbito das ações de saúde para a população indígena, destaca-se a ampliação das ações de saneamento nas áreas indígenas que beneficiaram, em 2006, 93,14 mil indígenas, em 421 aldeias localizadas em 196 Municípios;

• Foram homologadas as demarcações de 10 terras indígenas, o que corresponde a uma área de aproximadamente 1,2 milhão de hectares e delimitadas 14 terras indígenas. Outras 12 terras foram declaradas de posse e usufruto exclusivo das populações indígenas que as ocupam tradicionalmente.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

O MJ gerencia um conjunto de 15 programas, sendo 14 finalísticos e um de gestão. São eles: Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, Proteção de Terras Indígenas, Modernização do Sistema Penitenciário, Combate à Criminalidade, Segurança Pública das Rodovias Federais, Defesa Econômica e da Concorrência, Migração e Acordos Internacionais, Defesa do Consumidor, Assistência Jurídica Integral e Gratuita, Reforma do Judiciário, Sistema Único de Segurança Pública, Combate ao Crime Transnacional, Modernização da Polícia Federal, Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e Programa Gestão da Política na Área da Justiça.

O ano de 2006 consolidou um passo importante na reconstrução das instituições democráticas. A atuação do MJ foi como catalisador de diversas mudanças institucionais que aproximaram o País de uma sociedade democrática e republicana. Tal conclusão pôde ser observada na melhoria da segurança pública e combate à corrupção, com os avanços da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do SUSP, do Departamento Penitenciário Nacional e do Combate ao Crime Transnacional. Da mesma forma, a administração da justiça e da promoção e da defesa dos direitos foi de fundamental importância na medida em que foram trabalhados temas como a reforma do Judiciário, o combate à pirataria, as políticas indigenistas, assistência jurídica e migrações internacionais. Não menos importante, foram os avanços na área de defesa da concorrência e dos direitos do consumidor, projetando o MJ como defensor da sociedade brasileira. Todos os trabalhos desenvolvidos convergiram na busca de um Estado que esteja a serviço da democracia, da inclusão social e da justiça, no sentido mais amplo que esta palavra denota.

Apesar do esforço, a avaliação dos programas identificou diversas restrições que limitaram o alcance de melhores resultados, tais como: escassez de recursos diante da magnitude do problema que se pretende resolver; descontinuidade do fluxo de recursos; atraso na aprovação de créditos adicionais; morosidade interna ao Ministério no trâmite, envolvendo licitações e celebração de contratos; infra-estrutura inadequada, especialmente, relacionada ao espaço físico; insuficiência de recursos materiais e quantidade insuficiente de recursos humanos. Em relação a este último obstáculo, ressalta-se que há uma carência de pessoal técnico em áreas estratégicas que, via de regra, é minimizada mediante a contratação de prestadores de serviço, estagiários e requisição de funcionários, essa estratégia dificulta a manutenção da inteligência da administração pública, uma vez que há grande rotatividade do pessoal contratado. A solução encontrada pelo Ministério foi a criação da carreira de Analista em Justiça e Cidadania e a conseqüente realização de concurso público para dotar o órgão de recursos humanos compatíveis com as suas atribuições.

Outro problema grave refere-se aos indicadores dos programas gerenciados pelo MJ. Alguns sequer são apurados e é comum a existência de indicadores de processo ou setor. Poucos são os indicadores de resultado. Restrição não menos importante é a inexistência de um sistema de monitoramento das ações. Além do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), sistema idealizado para que o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MP) acompanhe a programação do governo, e, portanto, inadequado para o acompanhamento detalhado, existem apenas algumas ações que são monitoradas por meio de sistema informatizado. O sistema informatizado de monitoramento da execução das ações (Infrasig) da Justiça, que deve estar em funcionamento em 2008, irá melhorar esse acompanhamento.

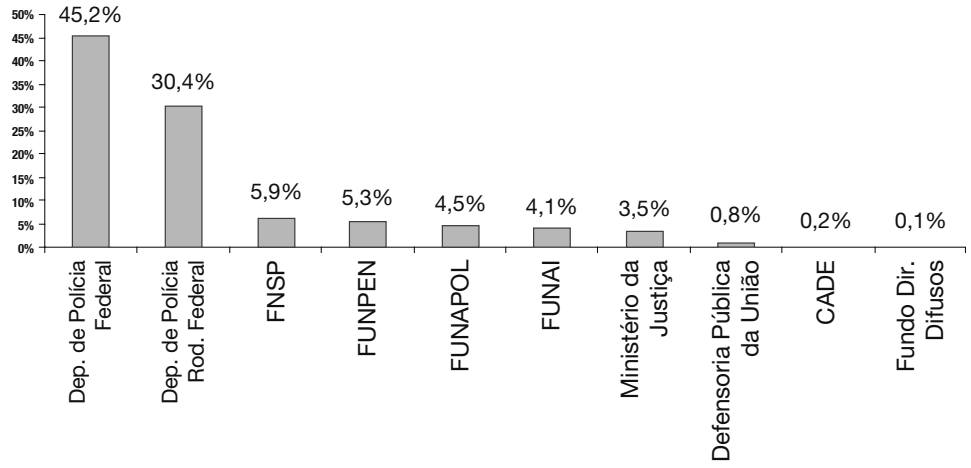
Existem entraves decorrentes da baixa aderência da programação à estrutura organizacional. São comuns as inconsistências relacionadas ao modelo de gestão do PPA, principalmente, nos programas multissetoriais.

Apesar das restrições, o MJ tem gerido seus programas de modo a garantir a justiça e a cidadania no País, como provam os resultados das políticas implementadas pelo órgão.

ASPECTOS RELEVANTES

A análise agregada da execução orçamentária de 2006 realizada pelo MJ revela onde estão concentrados os recursos financeiros do órgão, fornecendo subsídios importantes para compreensão da sua atuação. Os números a seguir consideraram sempre o empenho liquidado, exclusive restos a pagar. O primeiro gráfico mostra que mais de 75% dos recursos foram concentrados nas polícias da União.

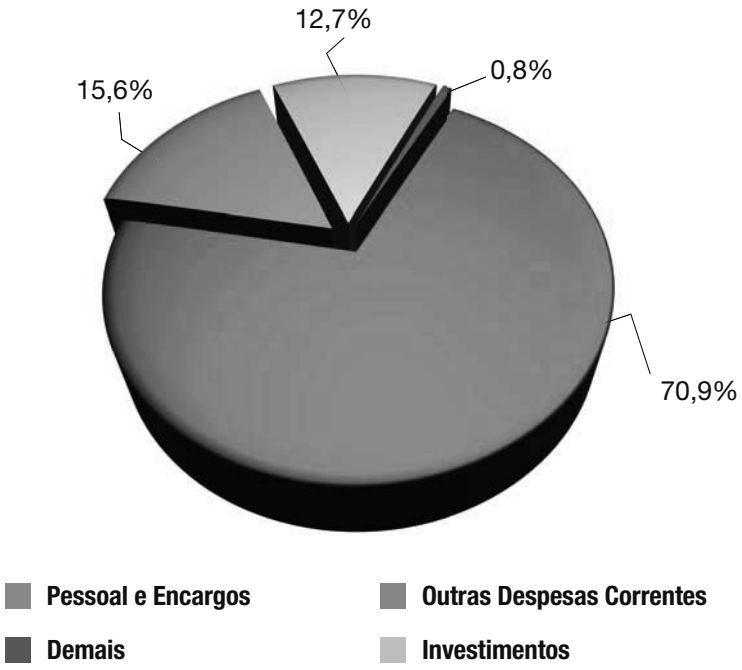
Gráfico 1- Gastos do MJ por Unidade Orçamentária



Fonte: Banco de Dados da Câmara.
Elaboração: Secretaria de Planejamento e Investimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MP)

O comportamento dos gastos sob a ótica do grupo de natureza de despesa (GND) esclarece que mais de 85% dos recursos estão concentrados em despesas correntes, fato explicado pelo volume de recursos comprometidos com a manutenção das funções inerentes ao MJ, especialmente, os 11.450 integrantes da Polícia Federal e 9.738 membros da Polícia Rodoviária Federal. O percentual de investimentos, de 12,7%, esteve concentrado no apoio à criação de vagas nos estabelecimentos penais estaduais, na implantação da infra-estrutura de suporte à segurança dos jogos Pan-americanos, no reaparelhamento das instituições de segurança e na execução do Sistema de Informática e Telecomunicações da Polícia Federal (Promotec/Pro-Amazônia).

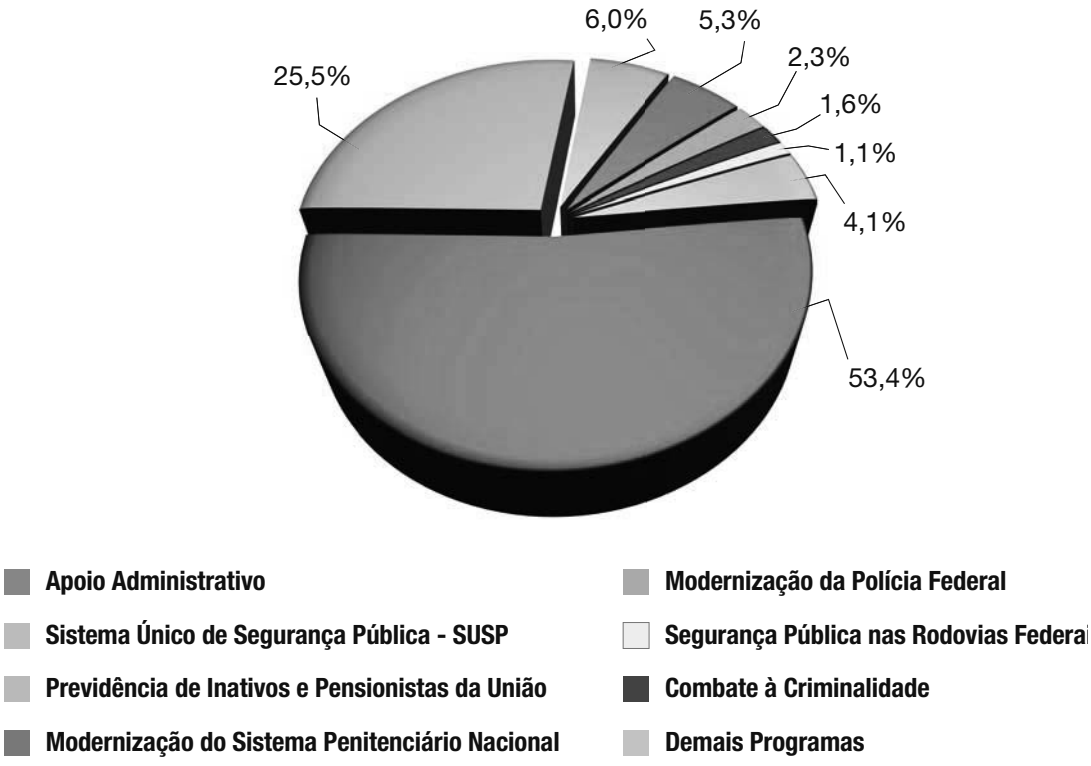
Gráfico 2- Gastos do MJ por Grupo de Natureza de Despesa (GND)



Fonte: Banco de Dados da Câmara.
Elaboração: SPI/MP

A leitura dos gastos por programa reforça a afirmação constatada na análise do gráfico anterior na medida em que quase 80% dos recursos do MJ foram executados nos Programas de Apoio Administrativo e Previdência de Inativos e Pensionistas da União. Tal fato se explica pela manutenção dos 27.881 servidores vinculados ao MJ, além dos 17.385 inativos.

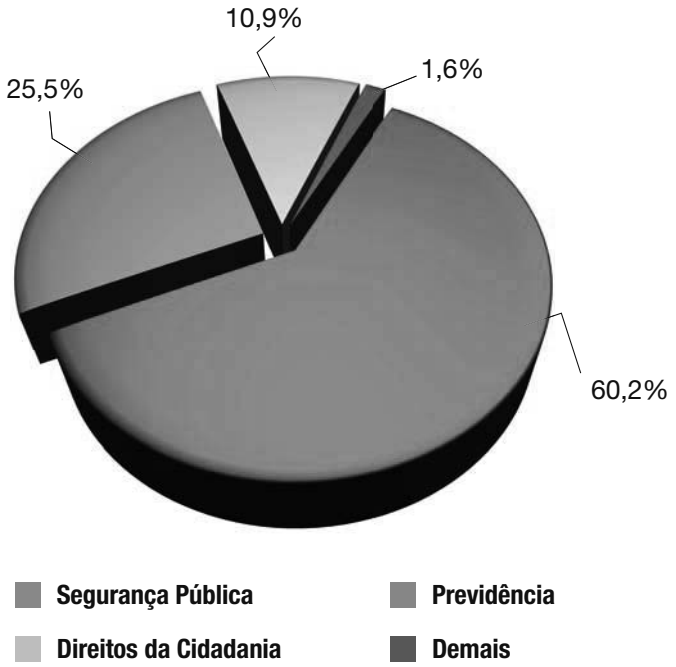
Gráfico 3- Gastos do MJ por Programa



Fonte: Banco de Dados da Câmara.
Elaboração: SPI/MP

Por outro lado, o gasto observado pela ótica da função informa que a maioria dos recursos, apesar de estar em programas de outros órgãos, estão relacionados à segurança. Dentre os gastos classificados na função segurança pública (62%) destacam-se os recursos dos Programas Apoio Administrativo, Combate à Criminalidade, Segurança Pública nas Rodovias Federais, SUSP, Modernização da Polícia Federal e Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal. Dentre os recursos classificados na função direitos da cidadania (10,9%), destacam-se os destinados aos Programas Apoio Administrativo, Modernização do Sistema Penitenciário, Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas e Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento.

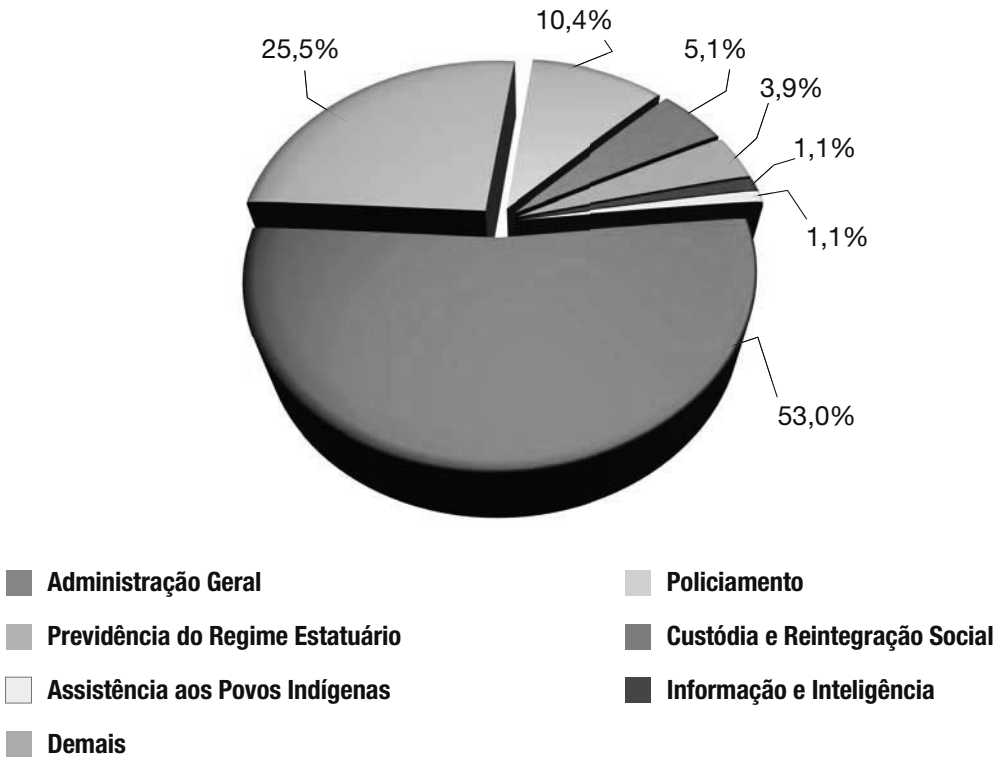
Gráfico 4 - Gastos do MJ por Função)



Fonte: Banco de Dados da Câmara. Elaboração: SPI/MP

Por fim, a análise mais detalhada, por subfunção, confirma as observações anteriores relacionadas aos gastos com manutenção e previdência e mostra que a maioria dos gastos finalísticos está nas subfunções policiamento, custódia e reintegração social. Na subfunção policiamento estão concentradas as ações finalísticas e a modernização das duas polícias, além das ações do SUSP. Por outro lado, na subfunção custódia e reintegração social, estão compreendidos os gastos do Programa Modernização do Sistema Penitenciário.

Gráfico 5 - Gastos do MJ por Subfunção)



Fonte: Banco de Dados da Câmara. Elaboração: SPI/MP

As informações sobre localizadores não permitem compreender a distribuição espacial dos gastos, uma vez que 96,1% dos gastos foram executados no localizador nacional.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA

OBJETIVO

Garantir a prestação de assistência jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da Justiça.

PÚBLICO-ALVO

Cidadãos que necessitam de assistência jurídica, judicial e extrajudicial gratuita.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 45.084.510,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 40.721.082,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 40.721.082,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. CIDADÃO ASSISTIDO COM PRESTAÇÃO JURÍDICA GRATUITA

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 98.970
Índice previsto ao final do PPA: 180.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Apesar do indicador ser número de cidadãos assistidos, a Defensoria Pública da União (DPU) trabalha com outro indicador, inserido na última revisão do PPA, o indicador de quantidade de atendimentos. Isso porque uma pessoa pode demandar diversas vezes aos profissionais da Defensoria. Dessa forma, ao se considerar somente o número de cidadãos assistidos não se consegue medir a produtividade do Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A DPU é uma instituição estatal próxima à sociedade e assume uma posição pró-ativa em relação às demandas que recebe. O Programa objetiva oferecer ao cidadão que não tenha condição de pagar os honorários de um advogado e as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família; oportunidade de acesso à Justiça, contribuindo para a sua democratização, em especial, para a prevenção da violência e para assegurar o exercício da cidadania. A consolidação do Programa mediante orientação jurídica, disseminação de informações sobre direitos e deveres, promoção de conciliações, prevenção da violência, patrocínio de causas e defesa jurídica, proporciona grande impacto na transformação social.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• 227 mil atendimentos realizados;

• 2.124 atendimentos por meio da Defensoria Itinerante;

• Inauguração de novas unidades da Defensoria nas cidades de Cuiabá (MT), Palmas (TO) e Boa Vista (RR);

• Implantação do Processo Eletrônico de Assistência Jurídica (e-PAJ), sistema de informações capaz de fornecer diversos relatórios gerenciais que permitem à direção da Defensoria avaliar o desempenho das unidades.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa tem contribuído para o fortalecimento das unidades da Defensoria já existentes e implantação de novas, de forma que os cidadãos de todas as capitais e das localidades com baixo índice de desenvolvimento humano estejam cobertos. Considerando-se que o obstáculo à prestação jurisdicional constitui fator prejudicial ao próprio Estado Democrático de Direito, a DPU ampliou a prestação dos serviços, oferecendo assistência jurídica e judiciária, em caráter integral e gratuito, aos cidadãos que vivem em regiões afastadas, por meio de projetos que garantem a promoção da cidadania à parcela mais carente da população.

Os resultados alcançados pelo Programa em 2006 estiveram dentro do previsto, principalmente, quando se consideram as restrições, principalmente, relacionadas à escassez de recursos orçamentários e insuficiência de estrutura de apoio operacional. Além disso, outros fatores impediram um número mais elevado de atendimentos como: a greve dos Defensores Públicos; descontinuidade do fluxo de recursos; o contingenciamento que perdurou até o início do quarto trimestre e escassez de recursos humanos, tanto na equipe gerencial, quanto nas unidades que atuam diretamente no atendimento ao cidadão.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões de trabalho; acompanhamento dos relatórios de avaliação enviados pelas unidades; visitas freqüentes às instalações da Defensoria nos Estados e o recém-criado e-PAJ.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Houve iniciativas das unidades da DPU nos Estados no sentido de efetivar parcerias com instituições não-governamentais. Como exemplo do resultado desse esforço, foi criado o projeto Benefício de Prestação Continuada (BPC), no núcleo de Porto Alegre (RS), uma iniciativa que, por meio de parceria com instituições locais de assistência social, realiza um mapeamento da indigência na cidade, a fim de identificar beneficiários do BPC a serem encaminhados à Defensoria para solicitação formal do direito.

A participação social é promovida por meio da Ouvidoria, que disponibiliza o Disque-Cidadão, a fim de receber reclamações e sugestões sobre o serviço oferecido pela

instituição. Além disso, é realizada pesquisa de satisfação dos usuários, a fim de aferir a percepção que o cidadão tem da qualidade no atendimento prestado, insumos essenciais para que a Defensoria realimente o processo de planejamento das ações.

A instituição foi fortalecida com a nomeação de 130 candidatos aprovados e remanescentes do segundo concurso público de ingresso na DPU, contribuindo decisivamente para ampliação dos resultados do DPU.

RECOMENDAÇÕES

• Criar indicadores de resultado de forma a permitir avaliação da satisfação dos beneficiários.

COMBATE À CRIMINALIDADE

OBJETIVO

Intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 149.357.693,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 89.177.187,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 89.177.187,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. PRAZO DE CONCLUSÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS NA POLÍCIA FEDERAL

Unidade de medida: Ano
Índice apurado em 2006: 79
Índice previsto ao final do PPA: 78

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice apurado em 2006 encontra-se bem próximo do previsto para o final do PPA, portanto, a viabilidade de se alcançar o índice é muito alta. Apesar disso, entendemos que os atuais indicadores da Polícia Federal, não retratam a diversa gama de atribuições desempenhadas pelo órgão, sendo, portanto inadequados para medição de seu desempenho.

2. TAXA DE CONCLUSÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS NA POLÍCIA FEDERAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 63,6
Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O expressivo aumento do número de inquéritos policiais instaurados, superior ao crescimento do número de servidores policiais, permite antever que a viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA é baixa. O índice previsto para 2006, em

relação à taxa de conclusão de inquéritos, era de 87%, enquanto o atingido foi de 63,6%, o que perfaz, um alcance de 73,1%; valor considerado razoável e praticamente idêntico ao do ano anterior. A alternativa mais eficaz para melhorar o índice é a contratação de novos policiais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos últimos anos, a criminalidade no País aumentou substancialmente na maioria dos seus níveis e modalidades. Tal quadro evidencia-se, não só devido às questões sociais decorrentes dos problemas enfrentados pela economia brasileira, como, principalmente, pela atuação crescente do crime organizado, com fortes reflexos nas taxas de violência e na crescente corrupção nas três esferas de poder. Acresce-se a necessidade de maior rigor no combate a crimes transnacionais como o tráfico de armas e drogas e a lavagem de dinheiro. Outra preocupação são os crimes ambientais (biopirataria, tráfico de animais, poluição hídrica), contrabando e descaminho, crimes pela Internet e a entrada e saída de pessoas sem o devido controle migratório.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Instauração de 52.711 inquéritos policiais para apurar crimes em detrimento de bens, serviços e interesses da União;

• Apreensão de 13.781 kg de cocaína e 163,43 mil quilos de maconha, culminando com o indiciamento de 4.820 pessoas por crimes de tráfico e/ou uso de drogas;

• Fiscalização de 2.070 empresas que produzem, comercializam ou transportam as 146 substâncias químicas controladas pela Polícia Federal. Atuação esta que permitiu a arrecadação de R$ 17 milhões de reais nas diversas taxas cobradas das empresas fiscalizadas;

• Realização de 1.106 operações ou missões de inteligência policial, destacando-se operações que desarticularam organizações criminosas que atuavam em fraudes a licitações em órgãos públicos federais. Dentre essas, destacam-se as 53 operações especiais de combate à corrupção, com a prisão de 933 pessoas, dentre as quais 376 servidores públicos federais, estaduais e municipais, além de políticos e empresários;

• Proteção de 88 depoentes especiais incluídos na iniciativa de proteção a testemunhas;

• Formação de 1.290 policiais federais que ingressaram no serviço público;

• Indenização de 61.682 armas entregues por cidadãos em virtude da Campanha do Desarmamento;

• Aquisição de 1.100 novas viaturas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O desafio de combater a criminalidade, reprimindo o crime organizado, o tráfico de drogas e armas, a lavagem de dinheiro e os delitos perpetrados em detrimento de bens, serviços e interesses da União, tem sido permanente. As operações policiais ostensivas, na sua maioria sustentadas pelas atividades de inteligência, foram realizadas sempre com o objetivo de desarticular maior número de células criminosas, mantendo o conhecimento e o nível de controle das práticas delituosas.

Os resultados alcançados pelo Programa ficaram aquém do previsto. Avaliou-se que o contingenciamento foi a principal restrição enfrentada, impactando decisivamente na execução física de 59,7% em relação à idealizada. Além disso, outros entraves também prejudicaram a execução física, tais como: descontinuidade do fluxo de recursos, atraso na aprovação de créditos adicionais, infra-estrutura inadequada, especialmente, relacionada ao espaço físico, recursos materiais insuficientes e quantidade insuficiente de recursos humanos.

A maioria das ações é executada por meio das unidades descentralizadas após repasse de recursos da unidade central. O bom resultado alcançado na execução dessas ações descentralizadas decorre justamente da atuação dessas unidades estritamente finalísticas, embora seja necessário aprimorar o trâmite das informações sobre a execução física das ações.

A atividade de monitoramento é realizada por meio de reuniões semestrais de trabalho entre o gerente do Programa, coordenadores de ação e demais responsáveis pela implementação do Combate à Criminalidade. Apesar de algumas ações permitirem um acompanhamento informatizado, a maioria das iniciativas do Programa não dispõe de um sistema setorial capaz de fornecer subsídios para monitoramento. As poucas ações dotadas de estrutura para esse acompanhamento não são alimentadas a contento pelas unidades executoras, e aquelas que sequer dispõem de meios para monitoramento têm seus resultados registrados em planilhas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social é promovida por meio de reuniões com grupos de interesse, tais como organizações não-governamentais e líderes classistas. Determinadas operações policiais para o combate de delitos contra meio-ambiente e pirataria, entre outros, foram decorrentes do espaço concedido aos grupos interessados.

Além dos cursos de formação, foram realizados cursos superior e especial de polícia, necessários para a progressão na carreira policial, além de cursos de capacitação e qualificação nas áreas de representação facial, análise de inteligência policial, combate ao financiamento de organizações terroristas, instrução e manutenção de armamento, defesa pessoal, aperfeiçoamento em planejamento e gestão de operações especiais, operações táticas, dentre outros, num total de 7.688 horas/aula ministradas.

Nos meses de novembro e dezembro, executou-se a totalidade do orçamento reservado para a Ação Capacitação de Profissionais da Rede de Atenção às Vítimas de Tráfico de Seres Humanos, com um grande projeto no aeroporto internacional de São Paulo, em Guarulhos, e apoio à pesquisa Tri-nacional entre Brasil, Suriname e República Dominicana sobre tráfico de pessoas.

Das ações de combate a crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Histórico, iniciadas em 2005, destacam-se as operações Curupira I e II e Ouro Verde, realizadas pela Polícia Federal em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com a participação do Ministério Público Federal (MPF), visando ao desmantelamento de quadrilhas envolvidas na exploração, transporte e comercialização ilegal de madeira, que resultaram na decretação de 197 prisões. O volume estimado de madeira serrada fraudada foi da ordem 1,98 milhão de m^3.

RECOMENDAÇÕES

- Redimensionar as metas físicas das ações que apresentam erro no PLOA;
- Criar indicadores que permitam aferir os resultados do Programa;
- Capacitar as unidades descentralizadas para alimentação dos sistemas de informação existentes;
- Articular junto ao MJ a implantação do sistema informatizado de monitoramento da execução das ações (InfraSIG);
- Sugerir que a Ação Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional, do Programa de Modernização da Polícia Federal, migre para o Programa de Combate à Criminalidade.

COMBATE AO CRIME TRANSNACIONAL

OBJETIVO

Rastrear e indisponibilizar recursos, existentes no Brasil ou no Exterior, oriundos de atividades criminosas, relacionados com investigações e processos brasileiros e obter sua repatriação.

PÚBLICO-ALVO

Autoridades públicas de investigação, Ministério Público e Poder Judiciário no Brasil e no Exterior

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.473.500,00	Empenho Liquidado:	R$ 711.420,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 711.420,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. PRAZO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

Unidade de medida: Ano
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 1,6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

O indicador não é apurado desde 2003, pois seria insuficiente para medir os resultados, especialmente, em razão da longa duração do processo de recuperação de ativos. A tramitação do pedido de cooperação no departamento não ultrapassa 10 dias, mas os lentos processos judiciais nos diversos ttes inviabilizam a apuração. O prazo total para recuperação de ativos depende do trânsito em julgado de processos judiciais no Brasil ou nos Estados requeridos.

2. VOLUME DE RECURSOS INDISPONIBILIZADOS NO EXTERIOR

Unidade de medida: R$ mil
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 0

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Indicador não apurado, não existem índices de referência e índices esperados. As autoridades estrangeiras não têm confirmado o montante de valores bloqueados em seus países.

3. NÚMERO DE ACORDOS NEGOCIADOS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 2
Índice previsto ao final do PPA: 6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice previsto ao final do PPA foi alcançado em 2005. Apesar disso, não é indicador de resultado, tampouco de Programa. O acordo de cooperação jurídica é pressuposto para recuperação dos recursos remetidos ilegalmente ao exterior.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Para o efetivo combate ao crime transnacional organizado é de fundamental relevância lograr a assinatura de acordos com países dotados de rígidos sistemas de proteção bancária e fiscal, onde grande parte do dinheiro, produto de crime, é depositada. Com isso, o governo visa à comunicação de atos processuais, obtenção de provas, localização e identificação de pessoas (físicas e jurídicas) ou bens, execução de pedidos de busca e apreensão, adoção de procedimentos relacionados com a imobilização e perda de bens, restituição e cobrança, multas e a repatriação de recursos.

Assim, é necessário firmar acordos internacionais bilaterais e multilaterais, tendo em vista a limitação do alcance da legislação doméstica para enfrentar esse desafio, uma vez que a Justiça Nacional necessita, constantemente, da cooperação de autoridades judiciárias estrangeiras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Organização da quarta edição da Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos (ENCCLA);

• 464 processos de cooperação jurídica em matéria penal com vistas à recuperação de ativos;

• 180 pedidos de rastreamento de ativos no exterior;

• 162 pedidos de bloqueio solicitados para o exterior;

• 22 tratados de cooperação jurídica em matéria penal com 22 países em tramitação no Congresso Nacional;

• 666 ações penais e inquéritos policiais por lavagem de dinheiro iniciados em 2006;

• 635 agentes capacitados em 231,5 horas/aula, totalizando 15.911 agentes/hora capacitados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Em 2006, foram implementadas ações em diversas frentes, como execução ágil da cooperação jurídica internacional no sentido de rastrear, bloquear e recuperar ativos de origem ilícita ou que sejam utilizados para praticar crimes; realização de ações para utilizar a recuperação de ativos como instrumento de combate ao crime organizado; difusão da cultura de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, de recuperação de ativos e de cooperação jurídica internacional; modernização da legislação; realização de ações que promoveram a efetividade da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), e ampliação dos mecanismos de cooperação jurídica internacional. Ressalta-se que, a partir desta edição, a Estratégia passou a abranger o tema de combate à corrupção, por sugestão de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), passando seu nome para Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, com uma letra C a mais na sigla, alterada para ENCCLA.

Embora os números específicos de cada ação indiquem resultados díspares, com resultados acima e abaixo do previsto, de maneira geral, os resultados alcançados estiveram dentro do programado. As principais restrições que prejudicaram o alcance de metas mais ousadas foram: descontinuidade do fluxo de recursos; atraso na liberação do orçamento; infra-estrutura inadequada, especialmente, relacionada ao espaço físico; quantidade insuficiente de recursos humanos; atrasos internos no Ministério da Justiça (MJ) para a celebração de convênios e contratos e atraso na internalização de acordos de cooperação jurídica internacional.

A meta constante da LOA de capacitar 45 agentes públicos no âmbito do Programa foi superada em 1.411% em virtude de dois motivos: a subestimação da meta na LOA e o estabelecimento de parcerias com entidades não-governamentais.

O indicador Número de Acordos Negociados de Cooperação Jurídica Internacional registra os acordos cujas minutas finais foram rubricadas pelas partes. Foi previsto que três acordos seriam negociados e apenas dois concretizados. O tempo de resposta das autoridades estrangeiras à proposta brasileira foi o principal fator restritivo para não finalização da negociação de um dos acordos, o que poderia ter representado o alcance da meta. Da mesma forma, o golpe de estado na Tailândia e a estratégia de refrear a negociação penal com o Japão e relacioná-la à negociação civil, também impediram a assinatura de outros acordos.

Foram implementadas outras iniciativas voltadas à recuperação de ativos no Território Nacional, como a difusão da informação da utilização da alienação antecipada para a preservação do valor do bem, o Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro, e o projeto do leilão eletrônico.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões mensais do Comitê Gestor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), e por meio do sistema de informações do Conselho de Controle de Atividades Finaceiras (COAF). Aliás, ressalta-se a melhoria na articulação entre o MJ e o Ministério da Fazenda (MF) na implementação da ação de prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A realização de edições consecutivas da ENCCLA foi essencial para articular a coordenação das atividades dos parceiros governamentais e não-governamentais no combate ao crime transnacional. Pela segunda vez, a ENCCLA contou com a participação de agentes públicos estaduais e da sociedade civil, representada por organizações não-governamentais da área empresarial e pela primeira vez contou com a participação de representantes do Poder Legislativo Federal. O convênio com o Banco do Brasil possibilitou a implantação do Laboratório de Tecnologias Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), enquanto a eventual parceria a ser firmada com o Instituto Nacional de Qualidade Judiciária (INQJ) possibilitará a implantação do leilão eletrônico.

A capacitação de agentes públicos envolve a realização de inúmeras e bem- sucedidas parcerias com órgãos educacionais ligados ao público-alvo. Além disso, tanto na ENCCLA, quanto nos demais eventos promovidos no âmbito do Programa, especialmente, os de capacitação, foram aplicados questionários para avaliar a satisfação dos usuários.

A participação de membros da sociedade também foi fomentada quando da elaboração dos anteprojetos de reforma da Lei nº 9.613/98 (Lei de Lavagem de Dinheiro) e da Lei de Cooperação Jurídica Internacional e de Extinção de Domínio.

A implantação do Gabinete de Gestão Integrada de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (GGI-LD), composto pelos principais órgãos públicos federais e estaduais, Poder Judiciário e Ministério Público, foi considerado uma boa prática de gestão na medida em que conseguiu articular satisfatoriamente atores de diversas naturezas em torno de um objetivo comum. O GGI-LD se reúne periodicamente para acompanhamento da efetividade das metas articulando os diversos atores responsáveis por prevenir e solucionar o problema.

No mesmo sentido, o Comitê Gestor do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para Combate à Lavagem de Dinheiro (PNLD), formado por diversas entidades relacionadas ao tema e com funções de gerenciamento e acompanhamento da qualidade e efetividade das ações de capacitação, além de fomento à participação de novas categorias de agentes públicos, também foi uma prática destacada durante a implementação do Programa, justamente pelo seu caráter não-hierárquico e transversal.

O Brasil firmou tratados de cooperação jurídica em matéria penal com 11 países. Atualmente, acordos com outros 23 países encontram-se em tramitação para aprovação no

Congresso Nacional. Estão aprovados pelo Legislativo Federal e prontos para promulgação acordos com outros três países. Além disso, acordos com mais dois países foram negociados com a participação do DRCI e encaminhados ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) que, por sua vez, providenciará assinatura e envio ao Congresso Nacional para aprovação.

A quantidade de ações penais e inquéritos policiais instaurados por crimes relacionados à lavagem de dinheiro evoluiu de 384 iniciados, em 2004, para 524 iniciados, em 2005, e 666 iniciados, em 2006, repetindo a tendência de alta verificada em 2003, quando foram iniciadas 224 ações penais e inquéritos. Tais números indicam um resultado da política do MJ na ampliação do combate à lavagem de dinheiro, iniciativa que se consolidou por meio da ENCCLA.

RECOMENDAÇÕES

• Avaliar a necessidade de maior aporte de recursos orçamentários para capacitação dos analistas de informação do COAF que trabalham com inteligência financeira;

• Ampliar o número de servidores públicos bacharéis em Direito e especializados em lavagem de dinheiro para o COAF.

DEFESA DO CONSUMIDOR

OBJETIVO

Promover a proteção e defesa do consumidor e dos direitos difusos.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores, fornecedores, agências regulatórias, órgãos públicos e entidades civis de defesa do consumidor e de direitos difusos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.490.430,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 3.805.730,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 3.805.730,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO DE PROCONS ESTADUAIS AO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR - SINDEC

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 70,37
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Há uma viabilidade segura de que o índice previsto para o final do PPA, em 2007, seja alcançado. Corrobora esse quadro o fato de que questões políticas críticas relacionadas à implantação em três Estados estão em fase avançada de solução. O índice esperado para 2006 era de 75%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os órgãos federais, estaduais e municipais, além das entidades civis de defesa do consumidor, integram o SINDEC e são responsáveis, em seu âmbito de atribuições, pela proteção e defesa do consumidor. Todavia, como a maioria dos consumidores têm dificuldades de acesso à informação sobre os seus direitos e carecem de meios para concretizá-los, cabe à União fortalecer a implantação e consolidação da defesa do consumidor no Brasil.

Como não há hierarquia nas relações entre os órgãos públicos de defesa do consumidor, as entidades estatais promovem a proteção e a defesa do consumidor no

seu âmbito de atribuições, cabendo ao Programa permitir e aprimorar a articulação e a coordenação da política do SINDEC.

Caberá ao Programa, também, implementar políticas e apoiar iniciativas que promovam a proteção de outros direitos difusos, de acordo com as diretrizes legais que regem a atuação do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD). Há uma série de bens e direitos protegidos por lei que não são de titularidade de particulares, mas estão difusos entre a sociedade, considerando essa característica, é necessária a atuação pró-ativa do Estado, tanto no sentido de garantir que eventuais danos sejam reparados quanto no sentido de esclarecer e educar a sociedade a respeito da existência e da importância desses direitos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Integração de nove Estados ao SINDEC;

• Distribuição de 63,9 mil unidades de material informativo sobre defesa do consumidor;

• Capacitação de 531 pessoas no tema direito do consumidor;

• Instauração de 60 processos administrativos relativos à fiscalização e à repressão;

• Análises de 203 produtos para exame da presença de Organismos Geneticamente Modificados (OGM);

• Acompanhamento de 41 processos de chamamento (*recall*).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O principal resultado do Programa foi a implantação do SINDEC em nove Estados, superando a meta física prevista na LOA em 225%. Esse resultado foi atribuído a dois fatores: o sucesso da implantação do SINDEC em outros Estados, o que gerou uma demanda pelo sistema, facilitando a negociação para a sua adesão e o aprendizado acumulado ao longo das primeiras implantações que resultaram na implantação de uma metodologia mais eficiente e eficaz para integração dos Estados.

Os resultados foram considerados satisfatórios apesar de algumas restrições apontadas, tais como: o atraso na execução do orçamento em ano eleitoral; carência de material de informática e carência de espaço físico e falta de recursos para investimento.

Apesar dos ganhos de produtividade obtidos com a realização da correição em anos anteriores, da implantação do SINDEC, e da reestruturação interna por meio da utilização de critérios mais adequados de admissibilidade das demandas, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) atingiu o seu limite de atendimento a novas demandas em virtude da escassez de pessoal.

O monitoramento é realizado sistematicamente por meio de reuniões periódicas de trabalho, relatórios anuais de gestão, acompanhamento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e do SINDEC.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Além dos benefícios do SINDEC para a sociedade, outro resultado importante derivado da integração foi a publicação simultânea do cadastro estadual de reclamações fundamentadas em 11 Unidades da Federação. Tais cadastros foram consolidados de forma a permitir a publicação do primeiro cadastro nacional de reclamações fundamentadas, em 2007. Outra iniciativa para esse ano diz respeito à municipalização do SINDEC, que apesar de ser liderado pelos Estados-Membros, contará com o apoio da União na capacitação de servidores; em 2006, quatro Estados receberam apoio da União para esse fim.

No eixo da atuação institucional, o DPDC manteve diálogo com representantes de vários setores para tratar de problemas relacionados aos interesses e direitos do consumidor. Destacam-se as reuniões realizadas com a Federação Nacional das Companhias de Seguro (FENASEG), com a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), com o Instituto Nacional de Pesos e Medidas (Inmetro), além da atuação do DPDC em mais de 20 comitês temáticos que tratam das mais diversas questões presentes no dia-a-dia do consumidor. No âmbito internacional, foi efetiva a atuação do Departamento no Comitê Técnico nº 7 do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), no Fórum de Agências Governamentais de Defesa do Consumidor da América Latina e na Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena. Destacam-se, ainda, as reuniões bilaterais mantidas com Argentina e México, no sentido de iniciar uma cooperação entre o Brasil e estes países, a fim de beneficiar diretamente os consumidores destas três nações.

O Conselho Federal Gestor do CFDD, única unidade que executa ações com recursos descentralizados no Programa, desenvolveu há três anos uma gestão eficiente de análise, acompanhamento da execução e prestação de contas de convênios. Por isso, o desempenho das ações, cuja execução resulta da assinatura de convênio, tem sido satisfatório.

RECOMENDAÇÕES

• Elaborar outro indicador capaz de apurar o grau de proteção dos cidadãos e, em que medida, o trabalho do DPDC contribui para maior proteção nas relações de consumo.

DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA

OBJETIVO

Combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência.

PÚBLICO-ALVO

Empresas com atuação no Território Nacional, consumidores e agências regulatórias.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 13.203.785,00	Empenho Liquidado:	R$ 9.967.036,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 9.967.036,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. PRAZO DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO

Unidade de medida: Dia
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 120

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Nos últimos dois anos, como resultado de esforço conjunto adotado pelos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), obteve-se a consolidação da análise de determinados processos pelo rito sumário e pela análise conjunta, cujo efeito é uma redução maior do tempo médio de instrução e julgamento de atos de concentração no sistema. Apesar disso, não se pode dizer que a viabilidade de alcance do índice é alta, já que a última apuração do indicador é de 2005, quando foi quantificado em 163 dias.

2. NÚMERO DE PROCESSOS DE APURAÇÃO DE INFRAÇÕES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA JULGADOS PELO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE)

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

As considerações feitas com respeito ao indicador anterior são aplicáveis a este.

Adicionalmente, destaca-se que boa parte das iniciativas legislativas e de gestão adotadas buscam conferir maior celeridade na análise de concentração para que haja maior ênfase e aplicação de recursos na investigação e no julgamento de condutas anticoncorrenciais. Apesar disso, não se pode dizer muito a respeito da viabilidade de alcance do índice já que a última apuração é de 2005, quando foram julgados 48 processos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Dadas as tendências de concentração e monopolização dos mercados, faz-se necessário combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência, com o objetivo de garantir o adequado funcionamento dos diversos mercados. O Programa deverá consolidar a defesa da concorrência como pilar da política econômica, superando a fragmentação do SBDC (Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, Secretaria de Direito Econômico - SDE, ambos do Ministério da Justiça – MJ e Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF), conscientizar as entidades de defesa do consumidor e sociedade civil organizada sobre os instrumentos de defesa da concorrência e regulação; introduzir a concorrência no marco regulatório nacional e implementar ações que visem ao combate à formação de cartéis.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Atuação para expedição de 19 mandados de busca e apreensão para obtenção de provas da configuração de cartéis;

• Celebração de três acordos de leniência;

• Redução do tempo médio de análise dos atos de concentração nos órgãos instrutórios do SBDC, atualmente, em 103 dias, ante os 226 dias registrados em 2002.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os resultados apresentados foram avaliados como acima do esperado, principalmente, quando se consideram as restrições enfrentadas.

Os principais entraves que contribuíram para uma execução física aquém da prevista foram: atraso na liberação do orçamento de 2006; insuficiência de recursos orçamentários; descontinuidade do fluxo de recursos; infra-estrutura física inadequada, especialmente, relativa a espaço físico; escassez de recursos materiais; quantidade inadequada de recursos humanos e morosidade interna ao MJ no trâmite, envolvendo licitações e celebração de contratos.

Dentre essas, destacam-se as restrições orçamentárias e de pessoal. Nos últimos 10 anos da defesa da concorrência no Brasil houve um aumento vertiginoso no volume da demanda recebida pelo SBDC. Por outro lado, a quantidade de recursos humanos e orçamentários permaneceu praticamente inalterada, durante o mesmo período. Não fosse o substancial ganho de produtividade conseguido nos últimos anos, certamente o sistema não conseguiria responder às demandas.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões periódicas de trabalho entre os órgãos que compõe o SBDC; relatórios anuais de gestão, e acompanhamento do Sistema de Gestão Documental do Ministério da Justiça (MJDOC) e do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Destaca-se, na implementação do Programa, o relacionamento institucional entre o MJ, MF e o CADE. O sucesso é atribuído à divisão de trabalho estabelecida em Lei e ao esforço empreendido para elevar o grau de coordenação entre as ações executadas nos dois Ministérios. Entretanto, argumenta-se que o modelo de gestão do PPA deveria admitir uma gerência colegiada para o Programa.

A coleta de informações dos beneficiários e da sociedade é realizada por meio de consulta pública, que precede a elaboração do relatório anual de gestão. Além disso, quando da propositura de análise de atos de concentração, de condutas, bem como da proposição de regulamentação para a atuação dos órgãos do SBDC, são realizadas consultas públicas para que os interessados possam se manifestar. Invariavelmente, diversas sugestões apresentadas nessas consultas são incorporadas aos instrumentos propostos pelo sistema.

Dada a natureza do problema que o Programa espera solucionar, a possibilidade de participação social é pequena, quando se pensa em uma abordagem ampla. Entretanto, em casos específicos é possível a manifestação de qualquer ator social em praticamente todos os processos que tramitam no SBDC, seja ele individual ou corporativo. Freqüentemente, manifestações dessa natureza acontecem durante a instrução dos processos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A principal prática passível de disseminação foi a implantação de uma rotina de diálogo sistemático entre técnicos que atuam nos três órgãos do SBDC, com o objetivo principal de eliminar a execução repetida e irracional de determinadas tarefas. A iniciativa resultou em notáveis ganhos de produtividade, bem como melhora na qualidade das análises e instruções processuais realizadas.

Apesar da dificuldade na mensuração, é notável o aumento do interesse no cumprimento da legislação brasileira de defesa da concorrência por parte das empresas. Tal fato pode ser comprovado mediante a criação de setores especializados no tema em grandes escritórios de advocacia.

RECOMENDAÇÕES

- Avaliar a possibilidade de aumentar o orçamento destinado ao Programa, principalmente, por meio de reestimativa das receitas próprias do CADE;
- Elaborar indicador de resultado para o Programa;
- Apurar os atuais indicadores.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

OBJETIVO

Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública.

PÚBLICO-ALVO

Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de rodovias federais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 65.940.328,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 52.398.275,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 52.398.275,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 56,12
Índice previsto ao final do PPA: 0

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

É a primeira aferição do indicador e, até então, não havia parâmetro para estipular o índice ao final do PPA. Com a primeira medição realizada em 2006, é factível atingir a meta de 60% neste indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa existe em razão da necessidade de modernização das estruturas policiais, de forma a fazer frente às crescentes e audaciosas investidas do crime organizado. No caso específico da Polícia Rodoviária Federal, deve haver a preocupação em garantir a infra-estrutura necessária e suficiente para proporcionar segurança ao tráfego de pessoas e mercadorias por meio das rodovias e estradas federais. As instalações físicas e edificações que compõem o acervo patrimonial do Departamento da Polícia Rodoviária Federal - DPRF) são originárias do extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), cujas datas de construção obedeciam a padrões arquitetônicos das décadas de 60

e 70, estando por demais ultrapassados os conceitos de ergonomia e estruturação física. É preciso desenvolver ações capazes de reverter este quadro estacionário, sendo que a estrutura existente já apresenta sintomas de depreciação crônica, podendo atingir níveis inviáveis de recuperação, obstruindo sobremaneira a execução dos serviços e o pleno atendimento à sociedade. Dessa forma, o Programa tem como principais iniciativas:

a) construção e conservação de unidades operacionais;
b) aquisição e desenvolvimento de instrumentos e mecanismos capazes de prover as atividades administrativas e policiais de estrutura de telecomunicação e rede de comunicação de dados.

Por meio das adequações propostas, tem-se como objetivo precípuo um melhor atendimento ao usuário, proporcionando-lhe instalações adequadas e cômodas durante os atendimentos realizados, bem como proporcionar um ambiente mais seguro para a circulação de mercadorias, pessoas e escoamento da produção nacional, contribuindo para o crescimento econômico sustentável do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aquisição de 479 novos veículos, especialmente, 18 ambulâncias e oito caminhões prancha;

• Informatização dos 395 postos da Polícia Rodoviária Federal e ampliação do sistema de rádio comunicação por meio da instalação ou substituição de 36 torres de comunicação, o que significa uma ampliação de, aproximadamente, 38%;

• Melhoria das condições físicas das instalações mediante reformas em 86 postos de fiscalização (aproximadamente 22,3% do total de postos); além disso, foram reformadas 23 delegacias, 10 sedes das unidades regionais e construídos oito poços artesianos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O ano de 2006 foi especialmente proveitoso para a Polícia Rodoviária Federal no que diz respeito à modernização da infra-estrutura do órgão. Foram adquiridos diversos equipamentos e realizadas várias obras que irão contribuir para o melhor desempenho dos policiais em suas atividades rotineiras. O foco principal das intervenções foi corrigir o *deficit* de infra-estrutura encontrado atualmente nos imóveis da Polícia Rodoviária Federal, permitindo condições mais adequadas de trabalho e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. Embora a execução tenha sido inferior ao previsto na Lei Orçamentária, o balanço anual foi positivo.

Nas principais ações do Programa, houve um índice muito bom de execução das metas. Os números só não foram melhores por indisponibilidade de limite orçamentário e financeiro. Além disso, outras restrições prejudicaram o desempenho, tais como: descontinuidade do fluxo de recursos; atraso na liberação dos recursos; insuficiência de recursos materiais; comprometimento de recursos financeiros com restos a pagar em todas

as ações e quantidade inadequada de recursos humanos, especificamente para monitorar as ações do Programa.

Os recursos previstos foram insuficientes em algumas ações e contingenciados em outras. A Ação Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária Federal foi a única que não teve problemas quanto a orçamento previsto na LOA, entretanto, o recurso é insuficiente. Os créditos suplementares concedidos por lei, necessários para a Ação de Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação foram aprovados, mas não houve a liberação de limite de empenho para utilização.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões periódicas para acompanhamento do desempenho físico das ações, envolvendo os coordenadores de ação, gerente executivo e membros da equipe de execução e planejamento do órgão que utilizam dados do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) para acompanhamento. Além disso, é elaborado relatório anual de gestão, contendo todas as informações sobre as metas das Ações e do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A comunicação com a sociedade é feita por meio do sítio institucional da Polícia Rodoviária Federal. Muitas das sugestões enviadas pelos usuários foram implantadas, aprimorando a comunicação com a sociedade e contribuindo para o desenvolvimento do órgão.

IDENTIDADE ÉTNICA E PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS

OBJETIVO

Garantir o pleno exercício dos direitos sociais básicos dos índios e a preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas.

PÚBLICO-ALVO

Sociedades indígenas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 330.762.303,00	Empenho Liquidado:	R$ 323.969.381,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 323.969.381,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. TAXA DE FAMÍLIAS INDÍGENAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 10

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Permanece a ressalva para que o indicador proposto pela Fundação Nacional do Índio (Funai) seja reconstruído, em função da dificuldade na mensuração. O indicador nunca foi apurado.

2. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE TUBERCULOSE BACILÍFERA NA POPULAÇÃO INDÍGENA

Unidade de medida: 1/100.000
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 81,8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) nunca informou os índices apurados.

3. COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL ENTRE CRIANÇAS INDÍGENAS MENORES DE 1 ANO

Unidade de medida: 1/1.000
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 23

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
A Funasa nunca informou os índices apurados.

4. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA PARASITÁRIA DE MALÁRIA NA POPULAÇÃO INDÍGENA

Unidade de medida: 1/1.000
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 23

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
A Funasa nunca informou os índices apurados.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Cabe ao Estado brasileiro, por meio da Funai, o efetivo cumprimento do Art. 231 da Constituição Federal que trata da garantia dos direitos dos povos indígenas à terra, à sua organização social, aos costumes, à língua, à crença e às tradições. Hoje essas garantias deveriam se materializar no atendimento de uma população estimada de 440 mil índios habitantes de 600 terras indígenas que ocupam quase 12% do Território Nacional, enfrentando em sua grande maioria uma acelerada e complexa transformação social, e tendo que buscar novas respostas para sua sobrevivência física e cultural, de forma a garantir às próximas gerações melhor qualidade de vida.

As frentes de expansão da sociedade nacional e o adensamento das populações não-indígenas no Brasil causam uma proximidade e um contato cada vez mais freqüente com as populações indígenas sujeitas a situações de risco para as quais não estão preparadas. Esse contato está acarretando uma perda inestimável do patrimônio cultural indígena. O Programa reflete o anseio de lideranças, professores e anciãos indígenas, e busca garantir aos índios o exercício pleno da cidadania e a preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização da Conferência Nacional dos Povos Indígenas;
- Capacitação de 2.168 representantes de 36 etnias em políticas públicas de educação e participação nas instâncias de controle social;
- Construção de 70 moradias para quatro comunidades indígenas;
- Instalação de nove casas de cultura;

• Capacitação em associativismo para 534 índios, beneficiando 2.540 famílias;

• Ações de saneamento: benefício a 93.143 indígenas, em 421 aldeias localizadas em 196 Municípios.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Em 2006, o governo trabalhou para aprimorar a participação dos povos indígenas na definição das intervenções no setor e na formulação e execução das políticas direcionadas aos índios. Prova disso foi a realização da Conferência Nacional dos Povos Indígenas, que contou com a presença de representantes de 173 etnias e de diversas organizações não-governamentais. No total, 900 delegados indígenas indicados por suas próprias comunidades estiveram presentes no primeiro fórum indígena nacional realizado na história do País. As recomendações e conclusões extraídas serão a base para a revisão do Estatuto do Índio e apontarão as diretrizes para uma nova política, com participação mais ampla das diferentes agências de governo, assim como das organizações indígenas.

As ações do Programa são desempenhadas pelos Ministérios da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Esporte (ME) e Funai, que também é responsável pela coordenação do conjunto das ações. Apesar do esforço no gerenciamento do Programa, as avaliações anuais demonstram a necessidade de que sejam tomadas providências no sentido de superar as restrições à implementação do modelo de gestão e a suficiência dos recursos para cumprimento das metas físicas. A despeito das inúmeras instituições governamentais que atuam na temática indigenista, ainda há uma desconexão entre suas atuações, carecendo de uma instância político-institucional supraministerial que coordene os trabalhos.

A execução física cotejada com a prevista na LOA foi boa, bem como a execução dos recursos disponíveis, superior a 97%. Entretanto, os recursos disponíveis são insuficientes para atender a demanda e impactam decisivamente na baixa capacidade de atendimento ao público-alvo, principalmente, no que se refere à prestação de assistência social. Como corolário, vários índios sobrevivem de mendicância, em péssimas condições sociais, convivendo com a desnutrição e um índice ainda alarmante de mortalidade infantil. Além da restrição orçamentária, também foram óbices ao melhor desempenho do Programa os seguintes fatores: insuficiência de recursos materiais; infra-estrutura inadequada; quantidade inadequada de recursos humanos, principalmente, nas unidades da Funai; baixa qualificação dos recursos humanos; dificuldades operacionais na celebração de contratos e convênios, bem como na realização de licitações.

Em 2004, foi realizado concurso público para preenchimento de 70 vagas na Funai. Entretanto, o número de cargos autorizados é insuficiente para que o órgão esteja preparado para cumprir com as suas atribuições legais. Não bastasse isso, como não há uma política salarial isonômica no Governo Federal, observa-se um alto índice de abandono na Funai. Assim que logram aprovação em outros concursos, os novos servidores se desligam do órgão em virtude dos baixos salários.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões de trabalho, visitas às administrações regionais e postos indígenas, acompanhamento do Sistema de Informação Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), que nem sempre é alimentado pelos coordenadores das ações que não estão sob responsabilidade da Funai, e relatórios de gestão. Algumas ações são monitoradas por meio de relatórios periódicos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os Conselhos Locais de Saúde e os Conselhos Indígenas Regionais atuam de maneira a contribuir no cumprimento da execução das metas estimadas, em função das discussões e tomadas de decisões quanto às ações referentes à educação escolar diferenciada e à saúde dos povos indígenas. Há, ainda, casos esporádicos de participação por meio das instituições não-governamentais na execução dos eventos de capacitação. A participação social é aferida por meio de audiência pública, reuniões com grupos de interesse, discussões nos conselhos locais temáticos e, principalmente, mediante a realização da Conferência Nacional. O desempenho das ações implementadas em conjunto com as comunidades indígenas é apontado como superior ao das demais.

Apesar disso, não existe ainda um canal reservado para coletar informações, ou realizar uma pesquisa formal sobre a satisfação dos beneficiários. Atualmente, o único instrumento de avaliação que se tem é a percepção dos técnicos da Funai. E, nesse sentido, percebe-se uma insatisfação generalizada dos indígenas com o governo.

Destacam-se, ainda, os seguintes resultados:

a) normatização do apoio financeiro da Funai a estudantes indígenas fora das aldeias;
b) manutenção de 15 instrumentos jurídicos com instituições de ensino superior públicas e privadas, no sentido de conceder auxílio financeiro para 1.710 indígenas se manterem no ensino superior;
c) início da pareceria com a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) a fim de realizar levantamento do padrão de consumo de álcool e outras drogas e sensibilização para terapia comunitária em comunidades de cinco diferentes etnias das cinco macros regiões brasileiras;
d) criação de metodologia para a avaliação dos objetivos e metas do capítulo de educação indígena constante do Plano Nacional de Educação (PNE);
e) formação de 197 professores indígenas, alunos da 1ª Turma do Curso de Licenciatura Específica, realizado em parceira através do Convênio entre a Funai e a Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat).

RECOMENDAÇÕES

• Realizar concurso público e criar o plano de carreira para os servidores da Funai;

• Articular junto ao Ministério da Justiça (MJ) a criação do sistema informatizado de monitoramento da execução das ações (Infrasig);

• Realizar reuniões do Comitê Gestor do Programa, envolvendo os coordenadores de ação;

• Solicitar à Funasa informações sobre os indicadores do Programa, bem como reformular o indicador de Taxa de Famílias Indígenas em Situação de Vulnerabilidade Social;

• Melhorar a articulação entre a gerência, sob responsabilidade da Funai, e os executores das ações, especialmente, o MS e o MEC;

• Prestar informações sobre a Ação de Atendimento Básico em Saúde, que concentra a maioria dos recursos do Programa;

• Desenvolver um canal adequado de coleta de informações sobre a satisfação do público-alvo.

MIGRAÇÃO E ACORDOS INTERNACIONAIS

OBJETIVO

Formular e implementar a política governamental referente à regularização migratória.

PÚBLICO-ALVO

Estrangeiros e brasileiros no Brasil e comunidades brasileiras no exterior.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 880.820,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 219.683,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 219.683,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. NÚMERO DE PROCESSOS DECIDIDOS

Unidade de medida: Unidade por ano
Índice apurado em 2006: 47.169
Índice previsto ao final do PPA: 53.100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O número apurado indica o somatório de processos decididos anualmente no Departamento de Estrangeiros (DEEST). Dessa forma, pretende-se verificar o impacto do investimento na melhoria da qualidade no atendimento ao cidadão, analisando o número de processos decididos. Em 2006, o índice alcançado ficou 2,34% aquém do previsto, que era 48.300 processos decididos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de promover o controle do fluxo migratório e assegurar os direitos dos estrangeiros residentes no País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Atendimento a 37.321 demandas pela Central de Atendimentos, dentre consultas telefônicas, pessoais ou eletrônicas (correio eletrônico);

• Implementação de parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com objetivo de fortalecer institucionalmente o DEEST e propor uma política migratória internacional para o País;

• Modernização do DEEST, resultando no incremento de 7,58% no número de demandas ou solicitações atendidas em relação ao ano de 2005. Foram solucionados 25.258 procedimentos referentes à naturalização, 19.803 à permanência de estrangeiros e 1.812 a medidas compulsórias relativas a extradições, deportações, expulsões e transferência de pessoas condenadas, este último de caráter essencialmente humanitário;

• Desenvolvimento do projeto de implantação do Centro de Memória da Imigração no Brasil, cujo objetivo é tornar disponível ao público, após tratamento museológico e de restauração, o acervo de registros históricos do DEEST;

• Negociação de nove acordos internacionais e assinatura de outros quatro, nas áreas de extradição, regularização migratória e transferência de pessoas condenadas. Intensificação da integração com os Estados do Mercosul, mediante a assinatura de acordos de cooperação bilateral com Argentina e Uruguai, a fim de facilitar a regularização dos nacionais dos respectivos países que estejam em território estrangeiro;

• Manutenção do convênio com a organização não-governamental Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e do Rio de Janeiro para auxílio na manutenção de refugiados no Brasil. O quantitativo de refugiados reassentados cresce anualmente. Os 208 atuais são significativamente superior aos 25 registrados em 2003. A maioria encontra-se no Estado de São Paulo. O número de refugiados reconhecidos, vítimas de perseguições em seus países, segue a mesma tendência de crescimento, passando de 2.884, em 2002, para 3.311, em 2006.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os principais resultados expressos na Lei Orçamentária Anual foram alcançados apesar da indisponibilidade de utilização dos recursos oriundos de crédito suplementar, aprovados somente em dezembro de 2006. Entretanto, o atraso e a insuficiência de recursos inviabilizaram o alcance de metas mais ousadas previstas no planejamento estratégico do DEEST. Não houve prejuízo na execução em decorrência da liberação de recursos financeiros, mas sim em razão da insuficiência destes.

Identificou-se insuficiência de recursos materiais, o que prejudica a implementação das ações, principalmente, computadores necessários à instrução e à análise dos processos administrativos. Também foi apontada a carência quantitativa e qualitativa referente aos recursos humanos. Todo o trabalho no departamento é executado por três pessoas. Diante do cenário, seriam necessários pelo menos mais nove servidores com graduação em direito nas equipes executoras.

O Programa possui apenas uma ação com recursos descentralizados que se destina a apoiar projetos de instalação de albergues para o atendimento e acolhimento de refugiados. Os resultados foram positivos apesar da dificuldade na prestação de contas por parte das

organizações parceiras e, posteriormente, na análise do documento no âmbito do DEEST. A despeito disso, o Brasil se mantém como referência mundial no tema refúgio, motivo pelo qual a ação se mantém, tendo ampliado significativamente seus recursos orçamentários para 2007.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões de trabalho mensais, relatórios anuais de gestão, visitas às duas instituições conveniadas, e acompanhamento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A central de atendimento contempla uma Ouvidoria destinada a receber denúncias e sugestões relativas aos serviços prestados pelo DEEST. Apesar disso, a participação social não teve grande impacto nos resultados do Programa, uma vez que a central foi utilizada prioritariamente como fonte de consulta de processos e não como Ouvidoria.

MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

OBJETIVO

Aprimorar a estrutura e o modelo operacional, gerencial e a capacidade executiva do policiamento federal.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade Brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 236.386.869,00	Empenho Liquidado:	R$ 167.460.084,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 167.460.084,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

1. TAXA DE MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS DA POLÍCIA FEDERAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006:
Índice previsto ao final do PPA: 5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

A gerência do Programa não apura o índice tal como ele foi concebido, por entender que, da forma como está, não é possível aferir os resultados. Apesar disso, utiliza-se de outros instrumentos gerenciais para tentar aferir a efetividade do Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Polícia Federal é responsável pelas atividades de polícia judiciária da União e gerencia o Programa de Modernização com o intuito de reduzir as deficiências de meios, principalmente, as relacionadas aos sistemas de telecomunicações, ao reaparelhamento do setor de polícia técnica, ao segmento de transportes e à construção, à ampliação, à reforma e à modernização de suas instalações físicas, de forma a minimizar as vulnerabilidades para o adequado cumprimento de suas atribuições constitucionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Implementação do sistema AFIS Criminal, que serve como base nas ações de identificação criminal do Brasil;

• Aquisição de estações fixas e táticas (móveis) do TETRAPOL (sistema digital, criptografado), além de 2.000 aparelhos portáteis, permitindo transmissão de voz e dados de forma segura;

• Aquisição de material de informática para a realização de exames periciais referentes aos crimes cibernéticos;

• Reforma e adequação em 24 setores técnico-científicos nos respectivos Estados, além do Instituto Nacional de Criminalística (Inc);

• Emissão de 989,7 mil Passaportes Comuns Brasileiros;

• Reforma e modernização da Academia Nacional de Polícia, do edifício-sede do Departamento da Polícia Federal, bem como das unidades do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Roraima, Ceará, Rio Grande do Norte e Guairá no Paraná;

• Ampliação das sedes no Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Maranhão.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A execução física foi considerada inferior a 40% do previsto na LOA, apesar da execução orçamentária de 70%. A justificativa para o descompasso está no fato de que, em algumas ações, as metas estabelecidas na Lei Orçamentária foram superestimadas.

O resultado aparentemente ruim não foi considerado negativo, haja vista a superveniência do contingenciamento e a tardia liberação dos recursos financeiros, culminando com a execução parcial de atividades de construção, ampliação, reforma e modernização realizadas praticamente no final do ano. Por conseguinte, o impacto dessa modernização somente será percebido na apuração física do exercício de 2007. Além disso, também foram óbices à implementação os seguintes fatores: descontinuidade do fluxo de recursos; infra-estrutura inadequada e quantidade insuficiente de recursos humanos; dificuldade em capacitar servidores; quantidade inadequada e qualificação insuficiente de recursos humanos; dificuldade na obtenção de créditos adicionais; dificuldades na implementação de licitações e celebração de contratos, especificamente em relação ao Sistema de Informatica e Telecomunicacoes da Policia Federal (Promotec/Pró-Amazônia).

A atividade de monitoramento é realizada por meio de reuniões de trabalho; acompanhamento do Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento (SIGPlan) e relatórios de gestão.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não conta com a participação direta da sociedade, todavia ela é a beneficiária final da modernização do órgão, uma vez que os recursos investidos na instituição se traduzem em melhoria no serviço prestado à população.

RECOMENDAÇÕES

• Rever o indicador, pois na revisão passada, o MJ desenvolveu uma fórmula extremamente complexa para atualizar o indicador. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) rejeitou a proposta tendo em vista a complexidade para sua apuração;

• Alterar o público-alvo do Programa para Departamento de Polícia Federal;

• Sugerir a migração da Ação - 2586 - Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional para o Programa de Combate à Criminalidade.

MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL

OBJETIVO

Gerar vagas em estabelecimentos penais e promover a reintegração da pessoa presa e do internado à sociedade.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas presas, internadas e egressas de estabelecimentos do Sistema Penitenciário Nacional e seus dependentes.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): 330.970.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 302.696.956,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 302.696.956,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. *DEFICIT* **DE VAGAS NO SISTEMA PRISIONAL**

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 144
Índice previsto ao final do PPA: 130

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Observa-se uma variação negativa do valor do indicador, ao compararmos os exercícios de 2004, 2005 e 2006. No período de dezembro/04 a dezembro/06, a população prisional (considerado apenas o sistema penitenciário) cresceu 29,26%, enquanto a lotação padrão, ou seja, o número de vagas existentes no sistema penitenciário, cresceu 17,83%. Tal fato indica que o volume de recursos disponíveis para o Programa é insuficiente frente ao enorme *deficit* de vagas do Sistema Penitenciário. Com o atual volume de recursos aplicados e transferidos aos Estados é pouco provável uma melhora no indicador, aproximando-o de 1.

2. COEFICIENTE DE REINCIDÊNCIA CRIMINAL

Unidade de medida: 1/1.000
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 620

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O indicador não foi apurado, uma vez que as informações inseridas pelos Estados no Sistema de Informações Penitenciárias (Infopen) ainda são insuficientes para o cálculo do índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa destina-se a atender, primordialmente, aos reclamos da sociedade no combate à violência e na redução dos índices de criminalidade, perseguindo níveis satisfatórios de segurança pública, tratando o cidadão infrator de forma a reconduzi-lo aos valores morais, sociais e éticos, que lhe confira igualdade de oportunidade, no seio da sociedade, ao final do cumprimento da sentença penal.

A modernização do sistema penitenciário passa, necessariamente, pela arquitetura e destinação classificatória dos estabelecimentos penais, separando os presos em matéria de periculosidade e permissionando a individualidade aos regimes de cumprimento e de progressão da pena, passando por um método de tratamento do cidadão, por tipo de estabelecimento, para finalizar com a inclusão da população carcerária no rol das políticas públicas de atenção ao cidadão.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Consolidação de um sistema penitenciário administrado pelo Governo Federal com a inauguração de dois presídios, em Catanduvas (PR) e Campo Grande (MS), sendo que este só começou a funcionar em 2007. Continuidade nas obras em Mossoró (RN) e Porto Velho (RO);

• Entrega de 6.992 vagas fruto de convênios celebrados em anos anteriores e repasse de recursos relativos à futura criação de 7.720 vagas nos Estados;

• Fomento da aplicação de penas e medidas alternativas: cerca de 170 mil penas e medidas alternativas estão sendo cumpridas, envolvendo 39 centrais, 56 núcleos de apoio no interior dos Estados e sete varas judiciais especializadas;

• Consolidação de uma política pública de educação em serviços penais de caráter permanente e articulada com as Unidades da Federação mediante o financiamento de cinco escolas penitenciárias, além de criação do Cadastro Nacional de Especialistas no Conhecimento e no ensino dos temas da execução penal.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Grande parte dos recursos do Programa é executada via convênio com Estados e entidades privadas sem fins lucrativos. Por outro lado, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) é responsável direto pela implementação do sistema penitenciário federal, que já está cumprindo com o objetivo de custodiar líderes do crime organizado, socorrendo os Estados e desmantelando a estrutura para realização de rebeliões e prática de outros crimes.

De forma geral, a execução física esteve dentro do previsto no início do ano, e a execução financeira foi de, aproximadamente, 92%. As Ações Aparelhamento e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais, Apoio à Implantação e ao Reaparelhamento de Escolas Penitenciárias e Apoio a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas superaram a meta prevista. As demais ações se comportaram dentro do esperado, apesar de algumas distorções na previsão inicial. A Ação Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais, por exemplo, apresentou um custo médio previsto equivocado de R$ 500 mil por reforma, quando o valor médio executado foi muito superior, chegando a R$ 1,5 milhão.

Além da insuficiência de recursos frente à magnitude do *deficit* de vagas no sistema, outras restrições impediram um resultado melhor, a saber: insuficiência de recursos materiais, tais como equipamento de informática e mobiliário em geral; infra-estrutura inadequada, carência de espaço físico; quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras, 76% dos servidores são terceirizados, com perda natural de produtividade, pelo impedimento de acesso aos sistemas informatizados que exigem senhas; qualificação insuficiente dos recursos humanos; atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios; dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes e a superveniência de algumas ações judiciais impetradas contra a construção de unidades penais, principalmente, nos Estados do Paraná e de São Paulo, acarretando atraso na execução das obras.

O desempenho das ações executadas com recursos descentralizados foi alto, apesar das restrições. Caixa Econômica Federal (CEF), mandatária que viabiliza a execução das ações de apoio aos Estados; Ministério da Saúde (MS), responsável por implementar a atenção básica ao preso nos termos do Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário; Ministério da Educação (MEC), responsável por elevar o nível de escolaridade dos apenados e egressos do sistema penitenciário e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), que implementa o atendimento às mulheres em situação de violência, implementaram com sucesso os recursos dos quais dispuseram.

O monitoramento varia de acordo com a ação. A Ação Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Federais é monitorada por meio da CEF, que foi contratada para realizar a fiscalização das obras de construção das Penitenciárias Federais. Já nas Ações Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais e Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais a CEF, no papel de mandatária do DEPEN para a execução da ação, passou a realizar um trabalho mensal de fiscalização nas obras financiadas com recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). As demais ações são monitoradas por meio de um plano de monitoramento e avaliação do DEPEN, que ainda não conta com um sistema de informações gerenciais.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Destaca-se o fortalecimento de parcerias interministeriais que melhoram o desempenho do Programa. As parcerias estabelecidas foram as seguintes:

a) MS: implantação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. São 140 equipes cadastradas em 10 Estados, promovendo o atendimento de atenção básica à saúde dos presos e internos. Cada equipe possui médico, enfermeiro, odontólogo, assistente social, psicólogo e auxiliares de enfermagem e de consultório dentário;
b) MEC: assinatura de protocolo de intenções visando à alfabetização e à elevação de escolaridade da população presa e egressa. A Resolução nº 23/2005 do Programa Brasil Alfabetizado consolidou a população prisional como um de seus públicos prioritários. Os alfabetizadores atuantes no sistema penitenciário recebem incentivos específicos e a abordagem metodológica é diferenciada. São 5.954 alfabetizandos matriculados em 20 Estados e no Distrito Federal. A Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) incorporou o tema da educação prisional na agenda de duas iniciativas internacionais das Nações Unidas: a Educação para Todos e a Década das Nações Unidas para a Alfabetização;
c) Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): assinatura de termo de referência com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) para a promoção de ações conjuntas voltadas à inclusão de presos, egressos e seus familiares em iniciativas de economia solidária, oferecendo uma alternativa de trabalho e renda;
d) Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA): articulações para capacitação profissional em temas como desenvolvimento rural sustentável, técnicas agropecuárias, agroindústria e agricultura familiar. Os primeiros pilotos dessa idéia, denominado de Projeto Nascer da Terra, já está em implementação nos Estados do Rio Grande do Norte e Alagoas;
e) SPM: implementação da política pública nacional que atenda às especificidades da mulher presa e de seus filhos, voltada especialmente à atenção, à saúde, à educação, à cidadania, à garantia de acomodações dignas de carceragem feminina, à reinserção no mundo do trabalho, bem como ao fortalecimento dos vínculos familiares.

No tocante ao relacionamento com a sociedade, o DEPEN disponibiliza a Ouvidoria do Sistema Penitenciário. Trata-se do principal canal de comunicação entre a sociedade, o público-alvo e a gerência do Programa. No exercício das suas funções, a Ouvidoria recebe processos de indulto, remoção por risco de vida e transferências, apura reclamações e denúncias informando aos interessados os resultados obtidos e os procedimentos legais adotados. Além disso, a Ouvidoria fomenta a criação de órgãos similares nos Estados que não a possuem e articula-se com Ouvidorias estaduais.

No mesmo sentido, o DEPEN realiza encontros com diversos segmentos envolvidos na execução penal, como, por exemplo, conselhos de comunidade, conselhos penitenciários, administrações penitenciárias locais, pastoral carcerária, entre outros. Desses encontros são extraídos entendimentos e linhas de ação para o enfrentamento do problema penitenciário de acordo com as realidades regionais.

Além disso, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) edita resoluções com as prioridades para o financiamento e apoio de ações, atividades e projetos com recursos do Programa. As discussões entre os conselheiros, após escuta dos grupos de interesse, norteiam as ações no sentido de melhorar da execução penal. Todas estas instâncias promovem a participação social, apresentam problemas e sugerem alternativas para o enfrentamento do imbróglio carcerário no País, visando a correções de distorções verificadas na oferta de serviços penais.

RECOMENDAÇÕES

• Ampliar as ações de incentivo à aplicação de penas e de medidas alternativas, promovendo o respeito aos direitos dos apenados;

• Realizar concurso público para o provimento de cargos no DEPEN;

• Articular, junto ao MJ, a criação do sistema informatizado de monitoramento da execução das ações (InfraSIG);

• Rever o objetivo, incorporando, de alguma forma, o incentivo às penas alternativas;

• Elaborar indicadores que possam aferir a eficiência do Programa, abordando aspectos como educação, saúde e trabalho.

PROTEÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS, GESTÃO TERRITORIAL E ETNODESENVOLVIMENTO

OBJETIVO

Garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas.

PÚBLICO-ALVO

Sociedades indígenas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 62.099.905,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 47.881.911,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 47.881.911,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE ATENDIMENTO A FAMÍLIAS INDÍGENAS COM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 34,84
Índice previsto ao final do PPA: 70,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Em 2006, com os recursos disponibilizados, foi possível atender 30.661 famílias, de um universo estimado de 88.000 famílias indígenas existentes no País, que representa 34,84%, inferior aos 46% registrados ano passado e muito aquém dos 66,3% idealizados.

2. TAXA DE DEGRADAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 0

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

O indicador foi excluído na revisão de 2006 uma vez que jamais foi apurado.

3. TAXA DE USURPAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 0

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
O indicador não possui índice de referência e jamais foi apurado.

4. TAXA DE REGULARIZAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 80,38

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O indicador da taxa de regularização de terras indígenas nunca foi apurado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O patrimônio territorial das sociedades indígenas, em suas diferentes situações de contato, encontra-se sob permanente risco de degradação ou usurpação pela ação de agentes externos. Por se tratarem de comunidades protegidas por legislação especial e desprovidas de instrumentos próprios de defesa de seus interesses e direitos, cabe ao Estado promover a proteção, a gestão sustentável e a revitalização daquele patrimônio e seus beneficiários, mediante o desenvolvimento de um elenco de ações articuladas e de apoio a projetos produtivos de caráter sustentável capazes de gerar níveis satisfatórios de segurança alimentar, renda e emprego, que permitam a eliminação do viés paternalista e assistencialista, em parte decorrente da ausência de políticas públicas, de recursos e de estrutura para a gestão territorial sustentável e em contraposição ao avanço desordenado das frentes econômicas. Ao assumir essa responsabilidade por meio do seu órgão indigenista, o Estado brasileiro estará apenas reafirmando um compromisso republicano histórico de defesa das sociedades indígenas, que tem sido cumprido de maneira ininterrupta há quase um século, desde a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Emissão de 10 Decretos de Homologação de Terras Indígenas, correspondente a 1,2 milhão de hectares;

• Emissão de 12 Portarias Declaratórias de Terras Indígenas, correspondente a 1,5 milhão de hectares;

• Conclusão de 14 obras de demarcação ou aviventação de limites de terras indígenas;

• Registro de 25 Terras indígenas , correspondente a 2,2 milhão de hectares;

• Análise de 17 reivindicações por terras indígenas;

• Acompanhamento de processos indenizatórios relativos a 19 terras indígenas;

• Garantia da integridade física, cultural e territorial dos povos indígenas isolados nos locais de atuação das frentes de proteção etnoambiental;

• Expedição para localização de índios isolados em Araribóia (MA) e Cavalcante (GO);

• Manutenção das atividades continuadas de fiscalização de terras indígenas por meio de repasse de recursos para as unidades descentralizadas da Fundação Nacional do Índio (Funai).

• Operações de fiscalização nas terras indígenas Araribóia e Alto Turiaçu, no Maranhão; Alto Rio Guamá e Kaiapó, no Pará;

• Apoio a 37 projetos ambientais enviados pelas unidades regionais da Funai;

• Conclusão de estudos relativos a cinco processos de licenciamento ambiental;

• Publicação de 15 resumos de estudos de identificação e delimitação de terras indígenas tradicionalmente ocupadas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

As ações voltadas para a fiscalização de terras indígenas dirigiram-se a três eixos básicos: apoio às unidades descentralizadas da Funai em suas atividades regulares de fiscalização; realização de operações especiais em cooperação com outros órgãos de governo, visando, especialmente, ao combate à ocupação irregular de terras indígenas e ilícitos ambientais praticados por invasores e manter ativa a participação da Funai em todos os fóruns e instâncias de debate e formulação de políticas voltadas à proteção de terras indígenas ou com influência direta sobre o tema.

No mesmo sentido, foi realizado trabalho de regularização fundiária, que é entendido como etapa essencial na proteção aos povos indígenas. Além disso, cabe registrar que o esforço para o reconhecimento das terras indígenas, coordenado pela Funai, conta também com ações cooperadas com outros órgãos federais e com instâncias estaduais que permitem por meio da adequação das suas legislações, o pagamento de indenizações pelo governo dos Estados das terras desapropriadas, em função de seu reconhecimento como terra indígena, inovação que resolve pacificamente muitos conflitos que afetam a vida de populações rurais e indígenas.

Todavia, restrições judiciais e administrativas dificultam a obtenção de melhores resultados, especialmente, a insuficiência de recursos orçamentários, financeiros e humanos. Além disso, foram entraves à execução do Programa: o atraso na liberação dos recursos, especificamente, em virtude da dependência que as ações da Funai têm do regime climático, recursos materiais insuficientes, infra-estrutura inadequada, insuficiência de recursos materiais, falta de qualificação de pessoal, atraso e dificuldades na celebração de convênios, dificuldade de coordenação das ações executadas pelas demais instituições federais, estaduais e municipais e atraso nos licenciamentos ambientais.

Os resultados foram considerados dentro do previsto, mas o previsto é insuficiente para proteção de toda comunidade indígena. Contribuição importante para o desempenho do programa foi o termo de cooperação firmado com o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) que já angariou recursos extraorçamentários para implantação do projeto de Proteção Etnoambiental dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira.

A atividade de monitoramento é realizada por meio de reuniões; visitas freqüentes a campo, por meio do Sistema de Terras Indígenas (STI) e do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e relatórios de gestão.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os mecanismos de participação social são implementados por meio de audiências públicas realizadas no âmbito de alguns processos de licenciamento ambiental; reuniões com as comunidades indígenas em assuntos afetos a estes; participação indígena nos estudos de identificação e delimitação de terras indígenas; eventos para discussão de procedimentos visando à implantação de controle social das atividades da Funai. Apesar disso, não existe um mecanismo adequado para aferir a satisfação dos beneficiários.

RECOMENDAÇÕES

• Apoiar o desenvolvimento e utilização do STI e disponibilizar a consulta à sociedade;

• Melhorar a articulação entre a gerência, sob responsabilidade da Funai, e os executores das ações;

• Articular, junto ao Ministério da Justiça (MJ), a criação do sistema informatizado de monitoramento da execução das ações (INFRASIG);

• Realização de concurso público e criação do plano de cargos e salários da Funai;

• Articular, junto à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda (RFB/MF), a isenção do Imposto Territorial Rural (ITR) para as terras indígenas, que são propriedades União;

• Definição da instrução executiva que determina procedimentos técnicos para análise e acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que estão no entorno e no interior das terras indígenas.

REFORMA DO JUDICIÁRIO

OBJETIVO

Modernizar e democratizar o acesso à Justiça, promovendo a expansão do respeito às leis e aos direitos humanos.

PÚBLICO-ALVO

Operadores do direito.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.748.607,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 1.729.007,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 1.729.007,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DE UM PROCESSO JUDICIAL

Unidade de medida: Dia
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 0

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixo

Conforme mencionado nas avaliações anteriores, não existe um indicador capaz de mensurar os produtos. São blocos distintos de projetos que, atualmente, impossibilitam a criação de indicadores. Além disso, a apuração de índices fica prejudicada pela enorme discrepância de gestão processual entre os diversos órgãos do Judiciário.

Enquanto o Judiciário não estiver totalmente informatizado é impossível apurar esse indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A necessidade de modernização e reforma do Judiciário se faz presente frente à situação em que se encontra atualmente, uma vez que na sua organização e funcionamento existe dispersão e burocracia dos serviços, falta uniformidade na organização dos cartórios e há insuficiência e baixa capacidade dos atendimentos dos Juizados Especiais. Na área de planejamento e controle social, o público desconhece as ações do Poder Judiciário. Os recursos humanos são deficientes na sua formação e qualificação profissional, bem

como na baixa consciência da missão de serviço ao público. No que tange a recursos de tecnologia da informação, não é amplamente utilizada a comunicação eletrônica em petições, audiências e notificações e os serviços cartorários não são informatizados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Encaminhamento de 26 projetos de lei que compõem a reforma infraconstitucional pelo Executivo ao Congresso Nacional, dos quais onze foram transformados em lei em 2006. Trata-se de uma prioridade do Governo Federal para agilizar a tramitação de processos, racionalizar o sistema de recursos judiciais e inibir a utilização da Justiça com fins meramente protelatórios. Destacam-se, entre outras:

a) Lei nº 11.276/06 que dispõe sobre a súmula impeditiva de recursos;
b) Lei nº 11.277/06 que dispõe sobre a racionalização do julgamento de processos repetitivos;
c) Lei nº 11.280/06 que dispõe sobre a declaração de incompetência relativa de ofício pelo juiz em contratos de adesão, entre outros;
d) Lei nº 11.341/06 que dispõe sobre a simplificação e informatização de procedimentos (mídia eletrônica);
e) Lei nº 11.382/06 que altera o processo de execução;

• Conclusão de quatro importantes diagnósticos em 2006: do Juizado Especial Cível, do Ministério Público dos Estados, do Ministério Público do Trabalho e o II Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil;

• Implementação de iniciativas com intuito de melhorar o acesso à justiça: Sistema Alternativo de Resolução de Conflitos; Justiça Restaurativa; Justiça Comunitária e Justiça Itinerante;

• Conclusão da 3ª edição do Prêmio Innovare: a Justiça do Século XXI, com o objetivo de identificar, difundir e premiar práticas pioneiras e bem-sucedidas de gestão do Poder Judiciário brasileiro;

• Implantação de postos avançados da Justiça Federal;

• Articulação da implementação dos sistemas de penhora *on-line* de imóveis e criação do Sistema de Restrição e Bloqueio Judicial de Veículos (Renajud).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os resultados apurados foram classificados como acima do esperado em decorrência do sucesso na alteração da legislação, fruto de um processo minuciosamente articulado pelo Ministério da Justiça (MJ), com o Supremo Tribunal Federal (STF), com o Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) e com entidades representativas das principais carreiras jurídicas. Êxito que pode ser comprovado por meio da manifestação de satisfação dos operadores do direito com as transformações na legislação e a implementação de novas práticas de gestão no âmbito do Judiciário. A percepção do público-alvo foi captada por meio de audiência pública, diversas reuniões com grupos de interesse em congressos, seminários, conferências, dentre outros eventos.

Os recursos orçamentários foram considerados suficientes para consecução dos objetivos e as metas físicas das ações foram superadas. Ressalva-se que, além da execução de 99% dos recursos disponíveis, foram pagos outros 78% acima do valor autorizado para 2006, oriundos de créditos inscritos em restos a pagar relativos a 2005. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

No tocante às restrições, foi apontada carência de pessoal diante do volume de trabalho e dificuldade na implementação de licitações e celebração de contratos. Por conta da demora na conclusão do processo de tomada de preço pelo setor responsável, equipamentos eletrônicos deixaram de ser adquiridos.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões de trabalho mensais, relatórios anuais de gestão, visitas ao Congresso Nacional para acompanhamento da tramitação dos projetos de lei, e acompanhamento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa apresentou ainda outros resultados, tais como:

a) implantação de postos avançados da Justiça Federal;
b) assinatura de convênios com a Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), o Conselho da Justiça Federal (CJF) e a Associação de Juízes Federais (AJUFE), para a realização de uma pesquisa a fim de analisar o impacto dos projetos aprovados pela reforma infraconstitucional na melhoria do funcionamento da justiça brasileira;
c) Assinatura de acordo de cooperação técnica entre o MJ, Ministério das Cidades (MCidades) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a fim de iniciar o Projeto Biblioteca Virtual - Regularização Fundiária e Cartorária;
d) Lançamento das seguintes publicações: Novas Direções na Governança da Justiça e da Segurança; Carreira Judicial, Mecanismos de Controle da Atividade Jurisdicional e Sistema Disciplinário Aplicado a Juízes e Magistrados; Estudo Comparado sobre Gestão Orçamentária e Gestão Administrativa de Cortes e Tribunais e Tratamento Estatístico da Informação sobre o Funcionamento do Sistema Judicial; Estudo Comparado de Administração de Justiça na América Latina; Manual Justiça Comunitária - uma experiência; Cartilha da Boa Arbitragem e do Movimento em Defesa da Arbitragem;
e) Realização dos seguintes seminários:
    i) Reforma do Judiciário: Aspectos Constitucionais e Processuais;
    ii) Estabilidade Econômica e o Judiciário;
    iii) Sistema Interamericano de Direitos Humanos e Defensoria Pública.

SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS

OBJETIVO

Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e a redução dos acidentes de trânsito.

PÚBLICO-ALVO

Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 226.082.043,00	Empenho Liquidado:	R$ 124.949.613,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 124.949.613,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES NAS RODOVIAS FEDERAIS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -1,81
Índice previsto ao final do PPA: 0

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Houve readequação dos indicadores no decorrer do PPA sem, contudo, a definição da meta final. O índice apurado em 2005 foi de 0,19. Considerando essas intempéries e, também, que o PPA foi desenhado em 2003, seria razoável utilizar como parâmetro comparativo a média de acidentes dos cinco anos anteriores (1998 a 2002), ou seja, 112,07 mil acidentes. Portanto, o desafio seria reduzir dois pontos percentuais ao longo do período do plano, somando a redução de cada ano. Dessa forma, a meta para o índice ao final do PPA seria de 109,83 mil acidentes.

2. TAXA DE MORTALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 9,25
Índice previsto ao final do PPA: 0

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Houve readequação dos indicadores no decorrer do PPA sem, contudo, a definição da meta final. O índice apurado em 2005 foi de 9,62, indicando uma discreta diminuição no número de mortes proporcional ao número de vítimas nos acidentes de trânsito.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As rodovias federais são estratégicas na aplicação de alguns programas nacionais, pois representam o elo de integração nacional. Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública, na medida em que geram gastos governamentais com as vítimas, pelos danos irreparáveis ao cidadão. Geram também, prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais, além dos danos intangíveis e irreparáveis à vida social e familiar do cidadão. Uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes pode reduzir os gastos da Previdência Social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Decréscimo em 5,06% no número de pessoas feridas, e em 4,55% de mortos em acidentes de trânsito nas rodovias federais;

• Fiscalização de 7,01 milhões de veículos, e recuperação de 3.591 veículos;

• Atendimento a 109,3 mil acidentes e prestação de socorro a 16.609 pessoas;

• Apreensão de 99.920 veículos, retenção de 22.669 carteiras de habilitação e aplicação de 1,3 milhão de notificações;

• Fortalecimento do combate à criminalidade, traduzido pelo aumento de prisões (32,58%), de armas e munições apreendidas (40,23% e 82,36%, respectivamente);

• Aumento da apreensão de cocaína e de seus derivados (46,73%), bem como apreensão de 46,6 toneladas de maconha;

• Aumento de 200,5% das apreensões de produtos frutos do contrabando ou descaminho, principalmente, mídias utilizadas na contrafação (pirataria);

• Aumento das apreensões de madeira (27,38%) e animais silvestres (44,21%);

• Fortalecimento do combate ao crimes contra a dignidade humana, tais como tráfico de seres humanos, exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho em condições degradantes.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Ao longo de 2006, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir

o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

O Departamento da Polícia Rodoviária Federal por meio do policiamento ostensivo de ronda nos 61.000 km de rodovias federais, desenvolve ações de fiscalização em pontos críticos, apreensão de animais a esmo nas rodovias e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito, com repercussão na redução do número de mortos nas rodovias federais em decorrência de acidentes.

Apesar de algumas dificuldades e a porcentagem de execução física em algumas ações não ter atingido o ideal, em aspectos gerais, obtiveram-se resultados favoráveis e dentro das expectativas iniciais. Ações relevantes para o Programa, como operações de combate ao crime nas rodovias tiveram cumprimento das metas físicas muito acima do planejado.

As principais restrições foram: recursos orçamentários insuficientes; descontinuidade do fluxo de recursos, apresentando riscos na execução de serviços continuados básicos de manutenção; infra-estrutura física inadequada; recursos materiais insuficientes; quantidade inadequada de recursos humanos; baixa qualificação da equipe; contingenciamento orçamentário; atraso na disponibilização de créditos adicionais; atraso na liberação de recursos e comprometimento de recursos financeiros com restos a pagar.

A maioria das ações é executada por meio das unidades descentralizadas após repasse de recursos da unidade central. O resultado satisfatório alcançado na execução dessas ações decorre justamente pela atuação dessas unidades estritamente finalísticas, embora seja necessário aprimorar o trâmite das informações sobre a execução física das ações. Para tanto, foram designados servidores para atuarem como agentes de planejamento, a fim de otimizar os contatos dos coordenadores de ação com as unidades. Ocorre que, em 2006, não houve acompanhamento físico das ações executadas no Ministério dos Transportes (MT) em virtude do não-preenchimento das informações por parte dos responsáveis. Espera-se que, em 2007, o compromisso firmado pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (DNIT) de preencher as informações seja efetivado.

A atividade de monitoramento é realizada por meio de reuniões de trabalho; visitas *in loco*, combate ao crime em áreas de ensino e saúde; análise das informações inseridas em alguns sistemas informatizados, tais como o ROD *on-line* e o BR Brasil que coletam números de ocorrências policiais; acompanhamento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e relatório anual de gestão. Além disso, existem documentos de informações enviados individualmente pelas unidades descentralizadas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social ocorre por meio da Ouvidoria na Corregedoria-Geral da Polícia Rodoviária Federal, órgão que recebe denúncias, reclamações e sugestões da sociedade, inclusive via Internet e, também, mediante reuniões com representantes de atores que utilizam as rodovias como, por exemplo, associação de transportadores de produtos

perigosos e representantes de comunidades lindeiras à rodovia, entre outros. Apesar disso, tais instrumentos precisam ser desenvolvidos, principalmente, porque a participação trouxe melhores resultados ao Programa, como, por exemplo, a articulação junto a associações de empresas transportadoras de passageiros a fim de combater o assalto a ônibus.

Dando continuidade à ampliação do quadro de servidores, em 2006, foram admitidos mais 895 policiais rodoviários federais por meio de concurso público, o que possibilitou um aumento da fiscalização e atuação mais efetiva no combate à criminalidade, devido ao incremento de policiais nos postos de fiscalização, ampliando a presença da polícia ostensiva da União.

Ressalta-se, ainda, que o índice de acidentes de trânsito diminuiu 1,81%, resultado que contempla apenas números absolutos. Considerando a variável da evolução da frota, o decréscimo auferido em termos de acidente por 10.000 veículos passa para 8,95%.

RECOMENDAÇÕES

• Aumentar os créditos orçamentários destinados à Ação - 2723 - de Policiamento Ostensivo;

• Implementar quadro técnico administrativo para que os policiais se dediquem à sua função específica, policiamento;

• Realizar concurso para o cargo de policial rodoviário federal;

• Adequar o público-alvo, considerando também aqueles que trabalham às margens das rodovias.

SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP

OBJETIVO

Ampliar a eficiência do Sistema de Segurança Pública (SUSP) e da Defesa Civil mediante a reestruturação e integração de suas organizações.

PÚBLICO-ALVO

Operadores de Segurança Pública.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 473.046.573,00	Empenho Liquidado:	R$ 344.613.742,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 344.613.742,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

1. ÍNDICE SINTÉTICO DE DESEMPENHO - ISD

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 63
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O índice sintético de desempenho foi pautado em uma expectativa da realização de 25% da implantação do SUSP ao ano, contando com a recepção de 100% dos recursos aprovados do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Nestes últimos três anos, considerando os cortes orçamentários e financeiros, as metas foram reduzidas de 75% para 53% da implantação do SUSP. O resultado acumulado até 2006 foi de 63%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O governo visa a adotar uma estratégia de integração entre todas as Unidades da Federação. Por meio desse sistema, os governos estaduais e municipais passaram a apresentar projetos a serem apoiados pelo FNSP, dentro de diretrizes estratégicas que priorizam o atendimento eficiente às demandas da sociedade e o impacto na redução da criminalidade. Ele tem por objetivo a articulação das ações das instituições federais, estaduais e municipais no campo da segurança e da justiça criminal. Os principais eixos de atuação são a gestão unificada da tecnologia da informação; gestão do sistema de segurança; formação e aperfeiçoamento de policiais; valorização das perícias e a melhora

da produção de prova; prevenção da violência e instalação de Ouvidorias independentes e modernização da gestão da segurança pública nos órgãos afins.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Repasse de 3.165 viaturas e 22.523 coletes a prova de balas aos Estados. Além disso, foram repassados aos Estados mediante convênio, R$ 84,7 milhões com os quais foram adquiridos diversos materiais para utilização das polícias, tais como motocicletas, carabinas, espingardas, fuzis, equipamentos de comunicação e informática, mobiliário, algemas, coletes a prova de balas, entre outros;

• Criação de um sistema educacional direcionado à formação de recursos humanos, pautado por uma Matriz Curricular Nacional e constituído por uma Rede Nacional de Especialização de Segurança Pública, reunindo 22 universidades em todo o País e uma Rede de Educação a Distancia em Segurança Pública, que matriculou mais de 32.000 profissionais em 60 telecentros implantados em instituições policiais, formando 27.641 profissionais;

• Capacitação de 3.712 policiais militares incorporados à Força Nacional de Segurança Pública. A Força atuou no apoio às polícias do Espírito Santo e de Mato Grosso do Sul, após rebeliões nos presídios desses Estados;

• Aquisição de 24 aeronaves (seis helicópteros esquilos, oito helicópteros *schweizer* e 10 motoplanadores Ximango) e 1.222 veículos a fim de garantir o aparelhamento e desenvolvimento das ações de segurança dos Jogos Pan e Parapan-americano;

• Coordenação das Ações de Segurança dos Jogos Pan e Parapan-americano 2007, envolvendo ações de prevenção à violência e incentivo à cidadania, tais como: curso de guias cívicos para 1.780 jovens e de brigadistas socorristas para 75 alunos e curso de capacitação para 33 gestores em segurança cidadã;

• Disponibilização e manutenção da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública (Infoseg), que registrou mais de 18 milhões de acessos em 2006 e conta com mais de 65 mil usuários cadastrados em mais de 150 instituições governamentais envolvidos com segurança pública, justiça e fiscalização. Em 2006, foram cadastrados 10 mil novos usuários;

• Estruturação e modernização da perícia por meio da criação dos Laboratórios Regionais de DNA em 13 Estados, investimento em equipamentos modernos e capacitação de peritos para realização de exames de DNA, balística, toxicologia, genética e entomologia forense, valorizando a produção de prova científica como principal fundamento das atividades de investigação;

• Promoção de uma melhor relação entre polícia e comunidade por meio da criação de uma política nacional de polícia comunitária expressa na Matriz Curricular Nacional para Polícia Comunitária, inclusive com a capacitação de 421 profissionais da área, e criação de canais de articulação entre polícia e comunidade mediante criação ou apoio à modernização de ouvidorias e conselhos comunitários;

• Apoio a 149 Municípios, valorizando o papel desses entes na área de segurança pública por meio do investimento em ações preventivas, realizadas tanto pelas guardas municipais quanto pelos órgãos do governo municipal.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Considerando-se as inúmeras restrições, os resultados foram satisfatórios. Os principais entraves que contribuíram para uma execução física aquém da prevista no orçamento foram: contingenciamento de 37% dos recursos orçamentários; descontinuidade no fluxo de recursos financeiros; realocação de crédito setorial para a Polícia Federal; insuficiência de recursos materiais; inadequação da infra-estrutura física, inclusive com carência grave de espaço físico; qualificação insuficiente de recursos humanos; morosidade interna ao Ministério da Justiça (MJ) no trâmite, envolvendo licitações e celebração de contratos; dificuldade na articulação da política de segurança com os Estados e as demais instituições do Governo Federal, inclusive as polícias e a incapacidade do governo de superar as restrições identificadas e informadas durante o exercício tanto no Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento (SIGPlan) quanto no Sistema de Metas Presidenciais (SMP). A despeito dos diversos problemas, o indicador evoluiu consideravelmente e algumas ações tiveram resultados bem acima do esperado, como as ações de formação profissional e a adesão de todos os Estados ao Sistema Nacional de Estatística.

Outro problema relevante está relacionado ao desempenho das ações com recursos descentralizados. Além da morosidade na contratação, que implica na baixa execução, muitas informações de caráter gerencial apresentam distorções. As inadequações mais graves são: envio de estatísticas que não condizem com a realidade e prestação de informações sobre a execução dos convênios distintas da realidade verificada nas visitas. A solução prevista para o caso é a implantação de um sistema destinado ao acompanhamento da execução dos convênios que permita uma ação preventiva, identificando problemas na execução antes da prestação de contas, sistema esse que já está em desenvolvimento. Além disso, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) busca se aproximar cada vez mais dos entes para que os recursos repassados sejam utilizados de forma mais efetiva.

A coleta de informações dos beneficiários e da sociedade é realizada por meio de reuniões com grupos de interesse e participação em fóruns que contam com representação social. Além disso, quando da atualização do relatório de implantação do SUSP para 2006, foram coletadas avaliações e sugestões de diversos atores importantes como subsídio para realimentar o planejamento das atividades.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de visitas aos Estados para alimentação do sistema de monitoramento do SUSP; fiscalização dos convênios; consulta tanto ao INFOSEG quanto ao sistema nacional de estatística; relatórios periódicos de gestão; acompanhamento do SIGPlan e avaliações externas.

É de se destacar, também, o orçamento especial destinado às ações de segurança dos Jogos Pan e Parapan-americanos em 2007, no Rio do Janeiro. Por conta disso, o

orçamento do Programa recebeu um incremento de 41%, via crédito extraordinário, recursos adicionais que tiveram uma execução de praticamente 99%, muito acima do desempenho médio dos recursos ordinários do Programa, que apresentou execução de aproximadamente 62%.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Além dos resultados imediatos destacados, os dados do mapa de ocorrência elaborado pela SENASP mediante informações dos Estados revelam dados alarmantes sobre a segurança pública no País. A análise do documento, divulgado em setembro de 2006, deve ser relativizada por dois fatores: primeiro, o sub-registro de ocorrências junto aos órgãos de segurança pública varia de intensidade entre as diferentes regiões espaciais analisadas e segundo, as oscilações no volume de ocorrências registradas também resultam de diferenciações dos procedimentos adotados em cada sistema de registro e coleta de informações criminais específico de cada polícia civil estadual.

Feitas as devidas ressalvas, a análise comparativa entre 2004 e 2005, revelou que os crimes contra o patrimônio continuam sendo mais freqüentes que as demais infrações analisadas. Comparativamente a outros, identificou-se que, em regra, os Municípios com maiores taxas estão localizados nas regiões metropolitanas, mas não são as capitais, indicando que quanto pior forem as condições sociais em determinado espaço urbano, maior o número de crimes. Isso porque as regiões periféricas das regiões metropolitanas apresentam, notadamente, pior situação social.

No tocante ao homicídio, o último número divulgado pelo Ministério da Saúde (MS) apontou a primeira queda desde 1992, após anos sucessivos de aumento vertiginoso. O registro atual de 28,2 casos por 100 mil habitantes ainda é absurdo e situa o Brasil entre os países mais violentos do mundo. Uma análise mais detalhada dos números revela que as principais vítimas desse crime são jovens do sexo masculino, de 15 a 24 anos, negros e habitantes de regiões metropolitanas. A queda em 2004 não tem causa precisa, mas provavelmente está relacionada à campanha e ao estatuto do desarmamento e à diminuição da pobreza e da desigualdade.

O diagnóstico foi peça fundamental na implementação das ações do Programa em 2006 e 2007, na medida em que possibilitou a criação de critérios para melhora distribuição de recursos, além de melhorar a focalização de algumas ações. Em função da identificação do caráter mais disperso da criminalidade no Brasil, a Senasp passou a adotar como uma de suas ações fundamentais o investimento em segurança pública dos 100 Municípios com maiores taxas de crimes violentos do País, lembrando que a análise se restringiu aos Municípios com mais de 100 mil habitantes.

Também é de se destacar outros aspectos na implementação do Programa, tais como:

a) atenção especial direcionada para o atendimento de grupos vulneráveis como mulheres, crianças e adolescentes, por meio do apoio à modernização de 50

Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulheres e 10 Delegacias de Atendimento à Criança e ao Adolescente;

b) elaboração da minuta de Lei Orgânica da Polícia Civil no Brasil;

c) ampliação do conceito de segurança pública para além das questões estritamente criminais urbanas, por meio da realização de ações de modernização tecnológica, capacitação de 128,9 mil profissionais e padronização de procedimentos relacionados à atuação profissional dos Corpos de Bombeiros Militares, Organizações de Aviação, de Segurança Pública, Portos e Terminais de todo o Brasil.

Destaca-se como prática a ser implementada pelos demais órgãos do governo, a institucionalização da Rede Nacional de Especialização, por meio da qual a Senasp articulou o oferecimento de cursos destinados aos profissionais de segurança pública junto a 22 instituições de ensino superior.

Finalmente, ressalta-se que a inexistência de regulamentação do Artigo 144 da Constituição Federal dificulta a atuação da Senasp como órgão federal de gestão do SUSP, uma vez que a unidade não tem autoridade para articular de forma sistêmica todos os órgãos de segurança pública no País.

RECOMENDAÇÕES

• Restringir o repasse de recursos para entes que não cumprirem as condicionalidades do Plano Nacional de Segurança Pública e negligenciarem na prestação de informações sobre estatísticas criminais;

• Restabelecer o indicador, adequando-o aos fatores e retirando a correção orçamentária;

• Regulamentar o Artigo 144 da Constituição Federal.



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Educação Previdenciária

Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União

Previdência Complementar

Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Previdência Social Básica

Qualidade dos Serviços Previdenciários

Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério da Previdência Social (MPS), foram utilizados **R$ 174.882.789.155,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 175.456.391.257,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 174.882.789.155,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**-**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 175.456.391.257,00**	**Total realizado:**	**R$ 174.882.789.155,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MPS não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 1.026.458.458,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 183.920.050,00**.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os programas com maior destaque foram 0083 - Previdência Social Básica, 0084 - Arrecadação das Receitas Previdenciárias, 0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários e 0086 - Previdência Complementar, que apresentaram os resultados a seguir:

• O número de benefícios emitidos pela Previdência Social atingiu 24,6 milhões, sendo que 21,6 milhões eram benefícios previdenciários e acidentários, com valor médio nominal de R$ 582,25, e 2,9 milhões eram benefícios assistenciais, no valor correspondente a um salário mínimo;

• Foram concedidos, em 2006, 4,24 milhões de novos benefícios, representando um aumento de 7,16% em relação ao ano anterior;

• Foram realizadas 6,8 milhões de perícias médicas, o que representou um decréscimo em torno de 25%, em relação a 2005, evidenciando a nova política da Previdência Social de adequar e racionalizar esse tipo de atendimento;

• A Ação Recadastramento Previdenciário, de atualização cadastral do banco de dados dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), apresentou execução física em torno de 94%, sendo que dos 15,63 milhões de benefícios previstos para serem recenseados até dezembro de 2006, 14,74 milhões foram realizados. Desse total, 34.530 benefícios foram cessados, o que correspondeu a uma economia no valor total anual de R$ 184,53 milhões;

• A Arrecadação Previdenciária Líquida nominal atingiu, em 2006, o montante de R$ 123,5 bilhões, o que representou um crescimento de 13,9% (R$ 15,1 bilhões) em relação a 2005;

• O resultado alcançado com a recuperação de créditos administrativos foi de R$ 6,04 bilhões, valor R$ 477,8 milhões superior ao resultado de 2005, com um acréscimo nominal de 8,6%;

• Monitoramento dos grandes contribuintes manteve sob controle mensalmente 32 mil empresas em média, sendo que do total de registros com variação significativa na arrecadação, 67% foram efetivamente analisados pelas delegacias da receita previdenciária. O valor total recuperado foi de R$ 685 milhões, sendo que 63% desse valor representaram recolhimentos diretos;

• Foram executados 102,75 mil procedimentos de auditoria fiscal, com ações de fiscalização, diligências fiscais, cobrança manual e cobrança automática das divergências entre Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) e a da Guia de Previdência Social (GPS);

• Expansão da capacidade de atendimento nas unidades da Previdência Social, representando um acréscimo da ordem de 16% em relação ao ano de 2005, passando de 37 milhões de atendimentos em 2005 para cerca de 43 milhões de atendimentos em 2006;

• Redução de 79,61% das filas nas Agências da Previdência Social (APS), comparando-se dezembro de 2006 ao mesmo período de 2005, o que representa o enfrentamento de uma questão histórica da Previdência;

• Inauguração, em junho de 2006, na cidade de Recife (PE), da Central de Teleatendimento da Previdência Social (135), que funciona de segunda-feira a sábado, das 7h às 19h, agregando 600 novas posições de atendimento em relação à estrutura de atendimento telefônico existente em 2005;

• Análise e aprovação de 38 novos planos de benefícios e de nove novas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs);

• Criação do Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB), com o objetivo de facilitar a visibilidade e o monitoramento dos planos de benefícios.

ASPECTOS RELEVANTES

Em 2006, o MPS manteve suas diretrizes estratégicas voltadas para:

a) melhoria da qualidade do atendimento aos beneficiários;
b) combate a vulnerabilidades, fraudes e pagamentos indevidos;
c) redução dos custos, com ênfase na adequação física e na capacitação e formação profissional.

De um modo geral, a execução física das ações ficou abaixo do previsto na (LOA) 2006. Fatores como insuficiência de recursos orçamentários, contingenciamento orçamentário após o planejamento das ações para o exercício, escassez de recursos humanos e defasagem do parque tecnológico foram as principais restrições que geraram impacto negativo na execução física.

Durante o ano de 2006, houve necessidade de suplementações orçamentárias para atender às despesas com algumas ações do Programa Previdência Social Básica (0083) - dispesas às quais se buscou atender por meio de decretos e medida provisória (MP). Entretanto, alguns casos, não cobriram 100% da necessidade.

Os Programas Previdência Social Básica (0083) e Qualidade dos Serviços Previdenciários (0085), que têm sua gerência localizada no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), sofreram também com problemas de infra-estrutura, principalmente em decorrência do incêndio ocorrido no edifício sede do INSS, no dia 27 de dezembro de 2005, quando cerca de 70% do material de trabalho foi destruído, inclusive a memória documental técnica e os equipamentos, o que comprometeu o desenvolvimento das atividades no primeiro semestre de 2006.

É importante destacar que o valor médio pago ao benefício rural, em 2006, foi de R$ 348,24, e ao benefício urbano, de R$ 689,43. A diferença de aproximadamente 49,5% entre as duas clientelas é explicada pelo fato de os benefícios rurais, em sua grande maioria, apresentarem o valor do piso previdenciário, ou seja, um salário mínimo. No entanto, é preciso ressaltar que o valor médio pago aos benefícios urbanos obteve, em 2006, um incremento nominal de 6,5%, em relação a 2005, enquanto os benefícios rurais registraram um crescimento nominal de 13,5%, reduzindo a diferença entre eles, a qual, era de 52,6%, em 2005.

Analisando o histórico dos últimos dois ciclos do PPA, percebemos que a programação existente não reflete a realidade atual do MPS. Como a estrutura organizacional do Ministério e de entidades vinculadas se movimenta de acordo com as necessidades de aperfeiçoamento que se apresentaram nesse período, diversas unidades funcionais foram criadas, fundidas ou reestruturadas em conformidade com as necessidades de gestão. As revisões anuais, em que pese aos seus avanços, não foram suficientes para corrigir essa distorção. Ademais, a ausência de uma estratégia formal documentada colaborou para dificultar o processo de elaboração de programas.

RECOMENDAÇÕES

• O PPA 2008-2011 deverá montar uma programação em consonância com os objetivos estratégicos definidos para a Previdência Social, obedecendo aos critérios de eficiência, eficácia e efetividade da ação governamental, dada a responsabilidade da instituição e a cobrança futura pelo gerenciamento e a implementação dos programas.

EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

OBJETIVO

Informar e conscientizar a sociedade acerca de seus direitos e deveres em relação à Previdência Social, com a finalidade de assegurar a proteção social aos cidadãos por meio de sua inclusão e permanência no Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

PÚBLICO-ALVO

Cidadãos "sem-previdência".

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.958.512,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 319.776,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 319.776,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 62,6
Índice previsto ao final do PPA: 63,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
O indicador deverá se aproximar do índice previsto para o final do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, principalmente porque houve um aumento do trabalho formal e da população ocupada em 2006, que tem impacto direto sobre o índice deste indicador. De fato, os índices deste indicador não derivam unicamente dos resultados do Programa.

2. TAXA DE VARIAÇÃO DE CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS, EMPREGADOS DOMÉSTICOS, SEGURADOS FACULTATIVOS E SEGURADOS ESPECIAIS.

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 2,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O último índice foi apurado em 2004: 12,4%. Mas este indicador não foi apurado em 2005 e 2006. No relatório de avaliação do ano anterior, foi questionada sua permanência. De acordo com o **Boletim Estatístico da Previdência**, o índice para o final do PPA 2004-2007 deve ser estimado em 15%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Previdência Social pública brasileira consegue garantir a proteção de 62,6% da população na faixa etária entre 16 e 59 anos. Trata-se de uma cobertura baixa, que deverá levar parcela significativa dessa população a demandar benefícios assistenciais, por não ter proteção previdenciária.

O Programa Educação Previdenciária (PEP) tem por objetivo informar a população sobre a importância da previdência social, ao garantir a reposição da renda nas situações de perda da capacidade para o trabalho, temporária ou permanente, em virtude de idade avançada, doença, invalidez, maternidade, acidente ou morte, a fim de reverter o quadro acima. Busca-se não apenas expandir a cobertura e elevar a arrecadação previdenciária, reduzindo a informalidade de trabalhadores e empresas, mas, fundamentalmente, proteger o cidadão. O Programa atua por meio de ações de conscientização, tais como cursos de capacitação e formação de disseminadores, e distribuição de material informativo e didático.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Inscrição de 1,66 milhão de contribuintes individuais e facultativos no RGPS, com destaque para o aumento de cerca de 30% em relação a 2005, no quantitativo de inscrições de segurados especiais;

• Promoção de ações de conscientização e informação sobre previdência para cerca de 190 mil cidadãos, através de exposições de grande porte e palestras, seminários, fóruns e cursos em sindicatos, associações, escolas, universidades, igrejas, tribos indígenas, prisões, feiras livres, estradas, dentre outros espaços;

• Formação de aproximadamente 800 disseminadores externos ao Ministério da Previdência Social (MPS) acerca do conhecimento previdenciário, voltada para representantes de entidades da sociedade civil e de órgãos públicos, com a participação de profissionais de diversas áreas (assistentes sociais, agentes de saúde, lideranças sindicais, entre outros).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A baixa execução orçamentária e financeira e o baixo alcance das metas físicas previstas para o Programa se deram, preponderantemente, devido ao contingenciamento dos recursos e ao bloqueio de créditos para remanejamento. Além disso, com a política de redução de custos implementada no MPS e no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), desde 2005, as despesas com diárias e passagens foram limitadas, dificultando a

liberação e descentralização de recursos orçamentários destinados à execução das principais ações do Programa. Isso porque a execução das ações do PEP ocorrem em localidades onde não existem unidades de atendimento da Previdência Social, havendo necessidade de deslocamento de servidores.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em 2006, o PEP teve sua execução transferida do MPS para o INSS.

No processo de revisão do PPA 2004-2007, ocorrido no ano 2006, o público-alvo do Programa mudou de Cidadãos "sem-previdência" para Cidadãos.

RECOMENDAÇÕES

• O Programa apresentou dificuldades para executar suas ações durante os três primeiros anos do PPA 2004-2007, não alcançando um nível satisfatório de execução física e financeira;

• Durante o ano de 2006, foram suspensas várias parcerias realizadas com entidades da sociedade civil e órgãos públicos, as quais eram importantes na implementação do Programa, o que também prejudicou a execução das suas ações. Como se trata de um Programa com orçamento pequeno e, ainda assim, alvo freqüente de contingenciamento orçamentário, questiona-se sua permanência no PPA 2008-2011.

INDENIZAÇÕES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO

OBJETIVO

Assegurar o pagamento dos benefícios de caráter indenizatório e outras pensões graciosas de responsabilidade da União estabelecidos em lei.

PÚBLICO-ALVO

Beneficiários definidos em lei.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 723.442.152,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 723.039.910,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 723.039.910,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

O Programa não possui indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa atende a vítimas de danos resultantes de situações em que a União é total ou parcialmente responsável, passando a assegurar o seu sustento e o dos seus familiares por meio de indenizações e pensões estabelecidas em lei. Beneficia vítimas, por exemplo, da talidomida e da hemodiálise de Caruaru, no Estado de Pernambuco (PE), ex-combatentes, anistiados políticos e estatutários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) e da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), entre outros respaldados por legislação específica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Pagamento de 100% dos benefícios de caráter indenizatório e de outras pensões de responsabilidade da União que foram estabelecidas por lei.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa assegura o cumprimento de legislação que prevê o pagamento de benefícios em manutenção, pagos nos prazos devidos e com os valores fixados. Durante o ano de 2006, os recursos orçamentários destinados à sua execução foram suficientes e os recursos financeiros foram liberados de acordo com o cronograma estabelecido. Os recursos materiais e humanos também foram adequados à implementação do Programa.

Para o ano de 2007, a Ação Serviço de Processamento de Dados de Benefícios de Legislação Especial foi excluída, já que o serviço de processamento dos benefícios referente às Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União é executado juntamente com o processamento de dados de todos os benefícios pagos pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), através de um contrato único firmado entre o INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), localizado no Programa Previdência Social Básica.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Vale destacar atuação do Conselho Nacional de Previdência (CNP) neste Programa. Apesar de não ser um tema previdenciário, este é tratado tal como ocorre com o Programa Previdência Social Básica. Assim, são realizadas reuniões com representantes de entidades de segurados da Previdência Social, visando a avaliar a prestação de serviços, sobretudo nas localidades e Estados onde existe sinalização de ocorrências de dificuldades operacionais. Com relação ao benefício pago às vítimas da talidomida, há um acompanhamento do Ministério Público Federal (MPF) junto à associação da classe.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

OBJETIVO

Zelar pela segurança, liquidez e solvência dos planos das entidades fechadas de previdência complementar, visando a assegurar aos participantes os benefícios contratados nos respectivos planos.

PÚBLICO-ALVO

População ocupada do setor formal e associados a sindicatos e associações de classe.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 14.861.980,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 3.084.600,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 3.084.600,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE COBERTURA DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 9,1
Índice previsto ao final do PPA: 13,97

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O indicador está abaixo do esperado e dificilmente irá atingir o índice almejado para o final do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007. Em 2006, houve um aumento da população ocupada e do trabalho formal. Entretanto, este fato não se traduziu imediatamente em aumento da taxa de cobertura em questão, já que o regime de previdência complementar é de adesão voluntária e está ligado também à renda e às condições sócio-econômicas do trabalhador. Assim, espera-se que o crescimento da população ocupada resulte em um aumento nesta taxa de cobertura após um período de maturação, quando esses novos trabalhadores atingirão as condições sociais necessárias para sua adesão ao Regime de Previdência Complementar.

2. TAXA DE ATIVOS TOTAIS DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA EM RELAÇÃO AO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 18,1
Índice previsto ao final do PPA: 20,07

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Este indicador teve uma evolução positiva de 2,17% no período entre 2005 e 2006, aproximando-se da meta estipulada para o final do PPA. Entretanto, como sua evolução é relativamente lenta no curto e médio prazo, dependendo de condições econômicas favoráveis, a perspectiva é de que o indicador permaneça próximo da meta.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A participação dos ativos totais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) vem crescendo em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos anos, atingindo atualmente o índice de 18,1%, um volume considerável, mas ainda aquém do potencial do segmento, quando comparado a outros países. O Sistema de Previdência Complementar Fechado é composto, no Brasil, por 364 EFPCs em funcionamento, que administram quase mil planos de benefícios, acumulando um patrimônio superior a R$ 370 bilhões em ativos. Portanto, apresenta números expressivos no contexto social e macroeconômico do País. Atualmente, segundo dados acumulados até dezembro de 2006, conta com a participação de cerca de 6,6 milhões, entre assistidos, designados e beneficiários de pensão. Assim, a principal linha de ação do Programa visa à proteção dos participantes das EFPCs por meio de medidas reguladoras e de fiscalização que garantam a transparência, a confiabilidade e a solvência dos planos de previdência complementar.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Análise e aprovação de 38 novos planos de benefícios e de nove novas EFPCs;

• Criação do Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB), com o objetivo de facilitar a visibilidade e o monitoramento dos planos de benefícios;

• Implementação de um novo demonstrativo de investimentos, mensal e por plano de benefício, tendo como uma das fontes de informação as centrais de liquidação e custódia (*clearing*);

• Aprimoramento do demonstrativo de informações atuariais. Desde março de 2006, o Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) passou a ser enviado via Internet com o código de inscrição de cada plano no CNPB. Esta medida, além de dar maior simplicidade e segurança, permitiu que os dados atuariais fossem confrontados com as informações de outros demonstrativos, como o balancete contábil.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa enfrentou algumas dificuldades na sua execução, evidenciadas na análise dos recursos orçamentários, em que a LOA de 2006 previu recursos da ordem de R$ 14,8 milhões, dos quais foram executados pouco mais de R$ 3 milhões.

A principal restrição ainda se encontra na ausência de um órgão que realize a supervisão, a fiscalização e o controle das EFPCs com autonomia orçamentária, financeira e administrativa, bem como possua fonte de recursos e quadro de pessoal próprios. A proposta de criação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) buscava enfrentar tais dificuldades, mas, como informado no relatório de avaliação do ano anterior, a Medida Provisória (MP) nº 233/04, que propunha sua criação, não foi apreciada pelo Congresso Nacional e perdeu sua eficácia por decurso de prazo.

Desta maneira, os mesmos problemas de infra-estrutura inadequada e insuficiência de recursos humanos continuaram dificultando a execução do Programa, com o agravante de aumento no número de EFPCs e de planos de benefícios a serem fiscalizados e supervisionados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O órgão regulador do regime operado pelas EFPCs, o Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), constitui um fórum de debate dos temas de interesse do Regime de Previdência Complementar, sendo um exemplo de boas práticas de gestão a reunião de seus membros representantes com os grupos de interesse - ordinariamente, de acordo com seu estatuto, e extraordinariamente, quando necessário.

RECOMENDAÇÕES

• Há necessidade de um ajuste da meta física com a meta financeira da Ação Autorização e Acompanhamento de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, visto que a execução representou mais de 120% da meta física planejada com menos de 1% dos recursos previstos;

• Conforme foi recomendado no relatório de avaliação do ano anterior, há necessidade de envio para o Congresso Nacional de um projeto de lei que garanta continuidade ao que foi estabelecido pelo artigo 5º da Lei Complementar nº 109, de 29 maio de 2001, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e estabelece a criação de um órgão específico para realizar a fiscalização e supervisão das EFPCs, com autonomia e quadro próprio de servidores.

PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

OBJETIVO

Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.

PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 46.312.838.310,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 46.261.681.442,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 46.261.681.442,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE COMPROMETIMENTO DA RECEITA LÍQUIDA DA UNIÃO

Unidade de medida: %
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O indicador não teve o índice de referência apurado e não há nenhum índice previsto para o final do Plano Plurianual (PPA). Assim, não há parâmetros para avaliar a viabilidade do alcance do índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Emenda Constitucional nº 20 e a Lei nº 9.717, de 1998, estabeleceram novas regras para a organização da Previdência Social dos servidores públicos. Procurou-se enfatizar o caráter contributivo e à necessidade de equilíbrio financeiro e atuarial da previdência pública, tornando-a distinta da política de pessoal. O Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União busca consolidar essa nova orientação da previdência pública no âmbito da Administração Pública Federal (APF). Embora sua implementação não seja

centralizada no Ministério da Previdência Social (MPS) - ficando a cargo de cada órgão no qual os inativos e pensionistas da União se aposentaram -, o Programa articula todos os pagamentos da União.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Pagamento das aposentadorias aos servidores inativos da União e aos seus pensionistas, conforme previsto na legislação, inclusive em relação aos prazos e valores.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Este Programa apresenta ações em todos os órgãos da APF direta e indireta, totalizando mais de 350 localizadores de gasto, o que gera dificuldades gerenciais, em especial quanto à coordenação e ao monitoramento. O MPS não dispõe de meios que permitam a realização adequada das atividades de gerenciamento e avaliação do Programa, o que inviabiliza a gestão eficiente e a sistematização das informações sobre este. Assim, há necessidade de uma reflexão sobre seu desenho, responsabilidade e classificação dentro da metodologia do PPA.

RECOMENDAÇÕES

• Desenvolvimento de um sistema ou aplicativo informatizado que colete as informações do Programa diretamente nos órgãos da APF e as repasse ao Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan);

• Criação de um grupo de trabalho formado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e pelo MPS, para apresentar soluções quanto ao desenho atual do Programa - observando-se, inclusive, o indicador que nunca foi apurado -, e soluções quanto à sua gestão.

PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA

OBJETIVO

Garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios.

PÚBLICO-ALVO

Segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 163.126.183.065,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 162.840.358.442,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 162.840.358.442,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE SOLUÇÃO DE DEMANDAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 71,57
Índice previsto ao final do PPA: 78

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O indicador apresentou um decréscimo de fevereiro a julho de 2006, em decorrência de decisões referentes aos benefícios por incapacidade. Isso ocorreu em virtude do descredenciamento de profissionais médicos conveniados e sua substituição por peritos médicos do quadro do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). A partir de agosto, o indicador voltou a crescer, mas não o suficiente para atingir a meta prevista para o final do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007.

2. TAXA DE RETORNO DE SEGURADOS REABILITADOS PARA O MERCADO DE TRABALHO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 65
Índice previsto ao final do PPA: 66

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Este indicador teve evolução positiva de 6% no período entre 2005 e 2006. Assim, deverá alcançar o índice previsto para o final de 2007.

3. TAXA DE PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO ACIMA DE 60 ANOS PELA PREVIDÊNCIA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 74,77
Índice previsto ao final do PPA: 85

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

O indicador apresentou um decréscimo de 3,09% no período entre 2005 e 2006, distanciando-se do índice proposto para o final do PPA 2004-2007. Ao analisar este indicador, vale ressaltar que ele não tem uma relação direta com o objetivo do Programa, cujas ações não contemplam iniciativas voltadas para seu alcance. Vale ressaltar que alguns critérios de apuração devem ser revistos, pois, atualmente, está incluída população com mais de 60 anos que recebe o benefício assistencial de prestação continuada, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), mas que tem cobertura em programa específico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Há, ainda, as trabalhadoras rurais, em condição de seguradas especiais, que podem requerer o benefício de aposentadoria por idade aos 55 anos e, portanto, estão cobertas pelo Programa, mas não integram o indicador. O trabalhador urbano, apenas tem direito à aposentadoria por idade aos 65 anos e, assim, fica desamparado pelo Programa entre os 60 e 65 anos. Atualmente, na apuração do indicador, estas situações estão sendo excluídas, mas, em tese, fazem parte do conceito, não deixando transparente, assim, a sua forma de apuração, apontando diferença entre os dados disponíveis e a real representação do indicador.

4. TAXA DE SOLUÇÃO DOS PROCESSOS EM ESTOQUE NO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 69,85
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Em função do processo de reestruturação do Conselho de Recursos de Previdência Social (CRPS), o índice previsto foi superado já em 2005. Entretanto, houve um decréscimo do índice de 7,59% no período entre 2005 e 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Previdência Social deve assegurar, fundamentalmente, proteção aos cidadãos em situações de perda da capacidade laborativa por idade avançada, morte e incapacidades. Trata-se de política contributiva, que deve garantir os meios necessários para que os cidadãos participantes do RGPS possam requerer os benefícios a que têm direito. Assim, este Programa, além de garantir o pagamento dos benefícios, no valor e no prazo previstos

em lei, também executa ações voltadas para o reconhecimento de direitos e a realização de perícias médicas, como também ações destinadas à reabilitação profissional, que oferecem aos beneficiários meios para promover o seu reingresso ao trabalho.

Para garantir o acesso do cidadão aos direitos previdenciários previstos em lei, a Previdência Social mantém uma rede de atendimento em grande parte dos Municípios, onde, em muitos casos, o pagamento de benefícios previdenciários representa uma parcela considerável da economia local. Atualmente, a Previdência Social conta com 1.217 agências. Em 2006, as unidades de atendimento da Previdência Social realizaram cerca de 43 milhões de atendimentos. No mesmo período, foram gastos R$ 165,6 milhões com o pagamento de benefícios.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Em 2006, o número de benefícios emitidos pela Previdência Social atingiu 24,6 milhões, sendo que 21,6 milhões eram benefícios previdenciários e acidentários, com valor médio nominal de R$ 582,25, e 2,9 milhões eram benefícios assistenciais, de valor correspondente a um salário mínimo;

• Foram realizados 6,8 milhões de exames médicos periciais, representando um decréscimo em torno de 25%, em relação a 2005, evidenciando a nova política da Previdência Social de racionalizar o número de perícias médicas;

• O serviço de reabilitação profissional atendeu a 66.925 segurados, representando um acréscimo de 15%, em relação a 2005;

• Foram concedidos, em 2006, 4,24 milhões de novos benefícios, representando um aumento de 7,16%, em relação ao ano anterior;

• A Ação Recadastramento Previdenciário, de na atualização cadastral do banco de dados dos benefícios do RGPS, apresentou execução física em torno de 94%, sendo que dos 15,63 milhões de benefícios previstos para serem recenseados, até dezembro de 2006, 14,74 milhões foram realizados. Desse total, 34.530 benefícios foram cessados, o que correspondeu a uma economia no valor total anual de R$ 184,53 milhões.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

As ações apresentaram execução física aquém do esperado. Os principais fatores que contribuíram para que as metas previstas não fossem atingidas foram insuficiência de recursos orçamentários, contingenciamento orçamentário, escassez de recursos humanos e defasagem tecnológica.

Durante o ano de 2006, houve necessidade de suplementações orçamentárias para atender às despesas de várias ações do Programa - despesas às quais se buscou a atender por meio de decretos e medida provisória (MP), que não cobriram 100% da necessidade, como ocorreu no caso das ações Serviço de Perícia Médica Judicial, Defesa Judicial da Previdência Social, Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social e Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários.

O Programa sofreu também com problemas de infra-estrutura, principalmente em decorrência de incêndio ocorrido no edifício sede do INSS, no dia 27 de dezembro de 2005, quando cerca de 70% do material de trabalho foi destruído, inclusive a memória documental técnica e equipamentos, o que comprometeu o desenvolvimento das atividades no primeiro semestre de 2006.

Como ocorreu em exercícios anteriores, no tocante aos recursos humanos, a equipe gerencial era reduzida, havendo sobrecarga de trabalho para os coordenadores de ação, com dificuldades, assim, de acompanhamento e avaliação das ações. As equipes executoras não conseguiram absorver a demanda a elas dirigidas, pois não possuíam número de funcionários compatível com a necessidade de atendimento a ser realizada.

O atendimento por canais remotos (Internet e *call center*) facilitou o acesso ao requerimento de benefícios. Entretanto, passou a haver sobrecarga na fase posterior, de análise e decisão sobre os benefícios requeridos. A situação vem sendo contornada com informatização, o que atenuou o problema, mas não o resolveu por completo, visto que a análise dos direitos e o atendimento à população não podem ser plenamente supridos por sistemas alternativos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A articulação do Programa com a sociedade civil em âmbito nacional ocorre através do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), em suas reuniões mensais, e no âmbito das gerências-executivas do INSS com os Conselhos de Previdência Social (CPS). Os referidos conselhos sintetizam a posição da sociedade, apresentando sua avaliação quanto aos serviços prestados pelo INSS, permitindo, dessa forma, direcionar esforços no sentido de resolver os problemas apontados pelos representantes da sociedade civil.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações..

QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS

OBJETIVO

Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social, atendendo às expectativas dos cidadãos.

PÚBLICO-ALVO

Empresas, segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 254.182.947,00	Empenho Liquidado:	R$ 157.929.420,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 157.929.420,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. PRAZO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Unidade de medida: Dia
Índice apurado em 2006: 33
Índice previsto ao final do PPA: 13

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O indicador aumentou nos três primeiros anos do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 e não deve alcançar o índice previsto para o final deste ano. Entretanto, vale ressaltar os esforços da gerência do Programa para diminuir o prazo de concessão, abrindo novos canais de atendimento ao cidadão. Em 2006, houve um aumento de 33% no requerimento de novos benefícios, contra um aumento de 23% da produtividade, comparando-se os benefícios despachados em 2005 com o total de benefícios despachados em 2006. Portanto, apesar dos esforços empreendidos, o prazo de concessão aumentou.

2. IDADE MÉDIA DO ACERVO DE SOLICITAÇÕES DE BENEFÍCIOS

Unidade de medida: Dia
Índice apurado em 2006: 109
Índice previsto ao final do PPA: 55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O indicador dificilmente irá atingir o índice previsto para o final do PPA 2004-2007. Apesar dos esforços da gerência do Programa para diminuir a idade média do acervo, como a implantação do Projeto de Gestão do Atendimento (PGA), não houve impacto no indicador.

3. GRAU DE SATISFAÇÃO NO ATENDIMENTO

Unidade de medida: Número-Índice
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

O indicador não foi apurado nos três primeiros anos do PPA 2004-2007. Assim, não há parâmetros para analisar sua viabilidade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O principal foco do Programa é a qualidade dos serviços prestados pela previdência social, de modo que está relacionado diretamente à resolubilidade na concessão, na manutenção e na cessação de benefícios e serviços prestados aos cidadãos.

Para tanto, são necessários constantes investimentos nos processos institucionais, tendo como princípio a busca pela excelência da gestão previdenciária, pautada na ética, na transparência, na participação, na descentralização, no controle social e na orientação aos cidadãos. Tais investimentos visam à reestruturação de processos, à implementação de política efetiva de desenvolvimento de pessoal, ao controle interno e ao mapeamento dos custos operacionais. Pretendem, dessa forma, tornar mais ágeis, eficientes e confiáveis os procedimentos das atividades finalísticas e operacionais nas áreas de benefícios, auditoria, recursos humanos, logística, orçamento e finanças.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Inauguração, em junho de 2006, na cidade de Recife (PE), da Central de Tele-atendimento da Previdência Social (135), que funciona de segunda-feira a sábado, das 7h às 19h horas, agregando 600 novas posições de atendimento em relação à estrutura de atendimento telefônico existente em 2005;

• Expansão da capacidade de atendimento nas unidades da Previdência Social, representando um acréscimo da ordem de 16% em relação ao ano de 2005, passando de 37 milhões de atendimentos em 2005 para cerca de 43 milhões de atendimentos em 2006;

• No âmbito do Programa de Melhoria do Atendimento (PMA), que objetiva conferir agilidade na prestação dos serviços, comodidade aos usuários e ampliação do controle social, foram concluídas 37 obras e 73 estão em andamento;

• Redução de 79,61% das filas nas Agências da Previdência Social (APS), comparando-se dezembro de 2006 ao mesmo período de 2005, o que representa o enfrentamento de uma questão histórica da Previdência;

• Atendimento, pela Ouvidoria-Geral da Previdência Social, de 196,17 mil registros, dos quais 73,41% foram solucionados;

• Realização de 1.080 ações de auditoria, resultando em 3.054 recomendações;

• Qualificação de 6.153 servidores do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) em legislação previdenciária, sistemas corporativos e no PGA.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A execução financeira do Programa ficou em torno de 60%. A principal restrição que afetou sua execução esteve ligada ao contingenciamento orçamentário e a descontinuidade na liberação de recursos.

Os recursos materiais insuficientes afetaram a execução do Programa, principalmente no que se refere aos consultórios para realização de perícias médicas. O problema foi amenizado com o decorrer do exercício de 2006 e, atualmente, há condições razoáveis de trabalho. Houve também dificuldades com o trabalho de atendimento em unidades móveis da Previdência (barcos e automóveis), em decorrência do contingenciamento orçamentário.

Entretanto, mesmo com recursos restritos, o ano de 2006 consolidou o direcionamento do trabalho que vinha sendo realizado desde 2005, com foco na melhoria do atendimento e redução das filas nas APS. Novos canais de atendimento remoto (por Internet, 135 e teleatendimento) foram implementados e aperfeiçoados. Houve a expansão do número de unidades de atendimento, totalizando, atualmente, 1.217 APS, propiciando maior acessibilidade e conforto ao cidadão.

Em 2006, houve também um grande avanço da Previdência Social quanto à questão histórica das filas nas APS, visto que houve uma redução de 79,61% se comparado o mês de dezembro de 2006 ao mesmo período de 2005.

RECOMENDAÇÕES

• Os indicadores atuais medem, exclusivamente, o tempo parcial do processo, desde seu protocolo à sua conclusão. Faz-se necessário um indicador para medir também o nível de acessibilidade dos usuários à Previdência Social, tanto através do atendimento direto nas APS, quanto de modo remoto (por Internet e telefone), medindo o quantitativo de usuários atendidos e o crescimento da capacidade da instituição de atender ao seu público-alvo num patamar satisfatório;

• Redimensionamento da meta física e financeira da Ação Capacitação de Servidores nos Processos de Qualidade e Melhoria Contínua, já que houve uma execução física 196% superior à meta prevista, com utilização de apenas 62% dos recursos financeiros.

REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL

OBJETIVO

Zelar pela viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal (DF).

PÚBLICO-ALVO

Beneficiários dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e DF.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 13.877.830,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 7.396.406,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 7.396.406,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE VARIAÇÃO DA NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 2,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O indicador não foi apurado em 2004, 2005 e 2006. A gerência do Programa avalia que o indicador não possui o detalhamento e a consistência técnica adequados para expressar com precisão a evolução dos resultados alcançados.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O controle do financiamento dos Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos é prioridade na agenda política do Governo Federal devido ao desequilíbrio estrutural que causa nas contas públicas. A ausência desse controle tende a comprometer cada vez mais os recursos fiscais e a sustentabilidade do próprio sistema.

As reformas previdenciárias instituídas podem ser consideradas positivas, na medida em que a velocidade de aprovação e regulamentação superou as experiências anteriores e propiciou ambiente de cooperação entre a União, os Estados, o DF e os Municípios, na busca de melhores paradigmas de gestão dos regimes próprios de previdência do funcionalismo, principalmente incorporando à Constituição Federal linhas gerais do novo modelo de caráter contributivo, em que benefício e contribuição devem estar correlacionados de modo a permitir o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema. As mudanças afetaram, basicamente, os seguintes aspectos do plano de benefícios: a fórmula de cálculo, as regras de elegibilidade e a indexação dos benefícios, além de introduzir a contribuição previdenciária de inativos e pensionistas. Assim, o objetivo do Programa é fortalecer a capacidade administrativa de todos os elos dessa estrutura, bem como promover mecanismos legais e técnicos visando à viabilidade estrutural, econômica, financeira e atuarial dos regimes próprios de previdência das Unidades da Federação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Término do recadastramento dos servidores públicos estaduais em seis Estados (iniciado em 2005), contribuindo para reduzir despesas indevidas, com a exclusão de servidores que não tinham mais direito aos benefícios, bem como para a constituição de banco de dados consistente, de modo a viabilizar a realização de cálculos atuariais realistas;

• Fiscalização de 626 regimes próprios de Previdência estaduais e municipais;

• Realização de mais de 970 auditorias diretas nos Estados e Municípios, resultando em um maior controle dos Regimes Próprios, com melhorias na gestão e no equilíbrio atuarial e financeiro.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa apresentou uma execução financeira em torno de 50%, sendo que sua principal restrição está no relacionamento com os organismos internacionais. Como suas principais ações - Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência e Implantação do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias (Sinprev) - contam com financiamento e participação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), os processos de licitação e celebração de contratos tornam-se ainda mais demorados, dificultando sua execução.

Numa tentativa de melhorar a execução das ações, os processos foram transferidos para a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do Ministério da Previdência Social (MPS). Entretanto, num primeiro momento essa mudança representou uma demora ainda maior na execução das ações, que foi solucionada no decorrer do ano, mas acabou gerando impacto negativo na execução do Programa. Em função disso, o processo licitatório para realização de recadastramento previdenciário em 34 Municípios foi concluído somente em outubro de 2006, e os trabalhos serão finalizados em 2007 e 2008.

Cabe destacar que a execução do Programa é realizada com o apoio de financiamento externo por meio do Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência (Parsep), do Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Municipais de Previdência (Prevmun) e do Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social (ProPREV), sendo que o Parsep foi premiado pelo Banco Mundial (Bird) devido ao alcance dos seus objetivos de forma destacada, em relação à carteira de projetos de desenvolvimento dessa instituição financeira multilateral.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em 2006, foram incluídas novas exigências para o alcance da situação de regularidade dos regimes próprios, frente à garantia do seu equilíbrio atuarial, o que resultou em aumento de aporte de recursos das Unidades da Federação aos seus regimes, atingindo um montante de aproximadamente R$ 24 bilhões.

RECOMENDAÇÕES

• Criar um novo indicador, já que o indicador existente não mensura os resultados do Programa e nos três primeiros anos do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 não foi apurado;

• As ações Estudos para a Criação do Regime de Previdência dos Militares da União e Estudos para a Criação do Regime de Previdência Complementar dos Servidores Públicos não foram executadas nos três primeiros anos do PPA 2004-2007, devendo ser avaliada a possibilidade de serem excluídas;

• A Ação Publicidade de Utilidade Pública também não apresentou execução financeira em 2005 e 2006. E, por isso, questiona-se a sua pertinência.



MINISTÉRIO DA SAÚDE

Alimentação Saudável

Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos

Assistência Suplementar à Saúde

Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas

Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos

Atenção Básica em Saúde

Atenção Especializada em Saúde

Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde

Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase

Educação Permanente e Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde

Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde

Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis

Saneamento Rural

Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue

Vigilância Ambiental em Saúde

Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis

Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis

Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes

Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis

Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue

Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério da Saúde (MS), foram utilizados **R$ 44.311.099.144,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 46.195.433.742,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 44.311.099.144,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**-**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 46.195.433.742,00**	**Total realizado:**	**R$ 44.311.099.144,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MS não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 3.267.109.888,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 2.012.607.926,00.**

PRINCIPAIS RESULTADOS

ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA:

• Implantação de 2.165 novas Equipes de Saúde da Família (ESF), totalizando 26.729 em atividade. Presença em aproximadamente 5.100 Municípios, cobrindo 85,7 milhões de pessoas (cerca de 46,2% da população);

• Contratação de 11.388 novos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), totalizando 219,5 mil em atividade. Presença em aproximadamente 5.300 Municípios, cobrindo 109,7 milhões de pessoas (cerca de 59,1% da população);

• Implantação de 2.483 novas Equipes de Saúde Bucal (ESB), totalizando 15.086 em atividade. Presença em aproximadamente 4.300 Municípios, cobrindo 73,9 milhões de pessoas (cerca de 39,8% da população).

SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU 192):

• Implantação de 23 novos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e entrega de três ambulanchas para atendimento na Região Amazônica, totalizando 111 unidades em atividade, com cobertura de 91,70 milhões de habitantes em 906 Municípios;

• Adequação das áreas físicas das centrais de regulação de todas as unidades de atendimento até então implantadas, bem como mantido o seu custeio;

• Distribuição de 1.608 ambulâncias adquiridas entre 2004 e 2006, bem como de 3.065 equipamentos e 156 incubadoras de transporte neonatal adquiridas no mesmo período.

FARMÁCIA POPULAR:

• Inauguração de 175 Farmácias Populares, totalizando 253 em funcionamento;

• Expansão da parceria com a rede privada para a manutenção da venda de medicamentos subsidiados, como parte da iniciativa Farmácia Popular do Brasil, totalizando cerca de 3.000 estabelecimentos cadastrados.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA:

• Cobertura total da população brasileira com os medicamentos para atenção básica à saúde, fornecendo incentivo financeiro aos 5.564 Municípios habilitados;

• Cobertura de 390,5 mil pacientes que recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS) para uso de medicamentos de dispensação excepcional;

• Atendimento de aproximadamente 81 milhões de pessoas com medicamentos estratégicos, incluindo aqueles para o tratamento de doenças como a Aids, a malária, a hanseníase e a tuberculose;

• Introdução de 17 novos medicamentos no elenco a ser transferido, de forma pactuada, para Estados e Municípios;

• Início da produção e distribuição dos medicamentos epoetina e alfainterferona pelo Laboratório Bio-Manguinhos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), como resultado do processo de transferência de tecnologia Acordo Brasil-Cuba;

• Aprovação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos por meio da qual foram qualificados serviços farmacêuticos do gênero nos 27 Estados brasileiros, abrangendo 2.608 Municípios.

MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE:

• Conclusão da informatização do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), agilizando o funcionamento do banco de órgãos e tecidos;

• Aumento no número de consultas por habitante de 1,85 em 2005 para 2,32 em 2006.

VIGILÂNCIA EM SAÚDE:

• Vacinação de 95,46% das crianças menores de 5 anos contra a poliomielite;

• Vacinação de 85,72% das pessoas maiores de 60 anos contra a gripe, superando a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS), de 70%;

• Coordenação do Plano de Preparação para a Pandemia de Influenza;

• Aumento da taxa de cura da tuberculose de 73,1% em 2005 para 81,81% em 2006;

• Aumento da taxa de cura da hanseníase de 69,24% em 2005 para 75,25% em 2006;

• Implementação do VIGITEL - Vigilância de Fatores de Risco para Doenças Crônicas Não-Transmissíveis por Entrevistas Telefônicas.

GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE:

• Aprovação do Pacto pela Saúde e a sua regulamentação, que se constituem em marcos da gestão descentralizada e têm expressão concreta numa Agenda de Compromissos, na qual estão definidas macro-prioridades articuladas e integradas em três dimensões:

a) Pacto pela Vida;
b) Pacto em Defesa do SUS;
c) Pacto de Gestão.

• Por intermédio desses Pactos, busca-se estabelecer um novo padrão de relacionamento do SUS com a sociedade, pautado pela identificação de problemas a serem enfrentados pelo Sistema e baseado no compromisso em torno de uma Agenda que contribua para a qualidade de vida e a inclusão social.

SANEAMENTO:

• Conclusão de ações de melhorias habitacionais para o controle da Doença de Chagas, beneficiando 1.659 famílias;

• Conclusão de 32 obras de saneamento em comunidades especiais, beneficiando 6.305 famílias.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

A definição dos indicadores relacionada à expressão dos resultados foi o fator de inadequação mais freqüentemente citado pelos gerentes de programa. Cerca de 33% dos gerentes consideraram que os indicadores do PPA da saúde não captam os efeitos do conjunto das ações.

ASPECTOS RELEVANTES

Como resultado da própria organização do SUS, que tem como princípios a descentralização e o comando único em cada esfera de governo, as principais dificuldades para a melhor execução dos programas do MS estão associadas à natureza tripartite de implementação dos serviços de saúde, envolvendo a União, os Estados e os Municípios.

Nesse contexto, é importante notar que as principais restrições apontadas nas avaliações dos programas referem-se a questões sob responsabilidade dos entes subnacionais, principalmente em nível municipal, conforme relação abaixo:

a) quantidade e qualificação insuficiente de recursos humanos nas equipes executoras em 57% e 38% dos programas finalísticos, respectivamente;
b) recursos materiais insuficientes e infra-estrutura inadequada nas equipes executoras em 48% e 33% dos programas finalísticos, respectivamente.

A insuficiência e qualificação inadequada dos recursos humanos provocam dificuldades nos processos de licitação e celebração de contratos e convênios, bem como para a prestação de contas.

No âmbito do Governo Federal, merecem destaque as seguintes restrições:

a) quantidade insuficiente de recursos humanos na equipe gerencial em 43% dos programas finalísticos;
b) atraso na liberação do limite de empenho para as unidades do MS em 33% dos programas finalísticos;
c) recursos materiais insuficientes e infra-estrutura inadequada na equipe gerencial em 33% e 29% dos programas finalísticos, respectivamente.

Apenas 19% dos programas finalísticos apontaram insuficiência de dotação orçamentária.

RECOMENDAÇÕES

• O PPA 2008-2011 deve ser elaborado em consonância com o Plano Nacional de Saúde (PNS), para o mesmo período, uma vez que este expõe os compromissos e metas pactuadas pelos três entes federativos, enquanto o primeiro estabelece as diretrizes e metas para a Administração Federal.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

OBJETIVO

Promover a alimentação saudável no ciclo de vida, prevenir e controlar os distúrbios nutricionais e as doenças relacionadas à alimentação e nutrição.

PÚBLICO-ALVO

População brasileira com enfoque no ciclo de vida (gestação, infância, adolescência, idade adulta e terceira idade), com abordagem específica para grupos populacionais estratégicos (indígenas, quilombolas, sem-terra, acampados e assentados da reforma agrária) e portadores de deficiência.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 21.717.645,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 21.244.952,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 21.244.952,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE PREVALÊNCIA DE DESNUTRIÇÃO EM CRIANÇAS MENORES DE DOIS ANOS NAS ÁREAS COBERTAS POR AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Unidade de medida: %
Índice Apurado em 2006: 3,34
Índice previsto ao final do PPA: 6,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
A prevalência de desnutrição infantil reduziu ao longo dos últimos anos no País, mas ainda não chegou aos patamares aceitáveis pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

2. TAXA DE PREVALÊNCIA DE ANEMIA FERROPRIVA EM CRIANÇAS

Unidade de medida: %
Índice Apurado em 2006: 45
Índice previsto ao final do PPA: 41

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

O Programa Nacional de Suplementação de Ferro foi implementado a partir de 2005 e ainda não houve tempo para a apresentação do impacto na prevalência de anemia ferropriva em crianças.

3. TAXA DE PREVALÊNCIA DE OBESIDADE EM ADULTOS

Unidade de medida: %
Índice Apurado em 2006: 11,1
Índice previsto ao final do PPA: 8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

A redução da prevalência das doenças crônicas não-transmissíveis tem como forte componente de sua estratégia os índices nacionais de obesidade, o que colabora com o alcance, ao menos parcial, da meta prevista para o final do plano.

4. TAXA DE PREVALÊNCIA DE DESNUTRIÇÃO INFANTIL

Unidade de medida: %
Índice Apurado em 2006: 3,2
Índice previsto ao final do PPA: 3,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

A prevalência de desnutrição infantil reduziu ao longo dos últimos anos no País, porém, ainda não chegou aos patamares aceitáveis pela OMS.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os riscos nutricionais, de diferentes categorias e magnitudes, permeiam todo o ciclo da vida humana, desde a concepção até a senectude, assumindo diversas configurações epidemiológicas em função do processo saúde/doença de cada população.

No Brasil, são inúmeros os problemas inerentes à alimentação e à nutrição inadequadas, podendo ser destacados:

a) *deficit* de altura em 10,5% das crianças brasileiras, com notável variação desta condição nas regiões, 5,1 %, no Sul, e 17,9%, no Nordeste (fonte: Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde - PNDS, 1996);
b) elevada taxa de desnutrição em menores de cinco anos (5,7%), com as maiores freqüências sendo registradas nas regiões Norte (7,7%) e Nordeste (8,3%).

Acrescem-se a esses problemas, aqueles decorrentes de hábitos alimentares inapropriados, como insuficiência de vitaminas, obesidade, entre outros, que constituem, igualmente, um grande desafio.

Frente a essa complexa situação alimentar e nutricional, foi concebido o Programa Alimentação Saudável, entendendo que alimentação saudável é fator de proteção comprovado para as principais causas de doença e morte no Brasil e no mundo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Monitoramento do estado nutricional de mais de 3,7 milhões de crianças e de mulheres em idade fértil;

• Distribuição de megadose de vitamina A para 3,2 milhões de crianças entre seis e 59 meses;

• Implantação do Programa Nacional de Suplementação de Ferro em todos os Estados;

• Publicação do **Caderno de Atenção Básica** - **Obesidade** e do Manual sobre alimentação e nutrição para as famílias do Programa Bolsa Família;

• Estabelecimento do repasse fundo a fundo para as ações de nutrição na Atenção Básica para as Secretarias Estaduais de Saúde e capitais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A maioria das metas previstas foi cumprida, exceto em função de atrasos na produção dos suplementos (sulfato ferroso), o que afetou a distribuição dos produtos no Programa Nacional de Suplementação de Ferro.

Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram considerados insuficientes. Há necessidade de maiores recursos para implementação das ações de atenção nutricional no âmbito da Atenção Básica à Saúde e para a suplementação de ferro para todas as crianças entre seis e 18 meses.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade em função do processo eleitoral, mas não prejudicou decisivamente a execução programada; foram executados 97,82% dos recursos previstos.

As Secretarias Municipais de Saúde são as responsáveis pela implementação das ações e apresentam grau crescente de cobertura do Programa. Porém, com relação ao Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A, os Municípios não estão apresentando desempenho suficiente.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O desempenho físico das ações é monitorado por meio de sistemas informatizados, com periodicidade mensal e abrangência nacional, com informações por Município. As ações realizadas com os recursos do Programa Alimentação Saudável são gerenciadas por sistemas de informações descentralizados nos Municípios (Programa de Suplementação de Ferro, Programa de Suplementação de Vitamina A, acompanhamento das famílias do Programa Bolsa Família e Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional).

A participação social é promovida no âmbito do Conselho Nacional de Saúde (CNS) por meio da Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição (CIAN), que acompanha as ações implementadas com os recursos do Programa Alimentação Saudável. Além disso, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) também acompanha a execução do Programa.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVO

Garantir o acesso da população a medicamentos e aos insumos estratégicos.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.639.697.377,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 2.566.525.660,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 2.566.525.660,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE ESQUEMAS TERAPÊUTICOS PARA O TRATAMENTO DA TUBERCULOSE DISPONIBILIZADOS PELO SUS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice originalmente previsto deve ser alcançado, tendo em vista que já em 2005 o índice registrava 85%.

2. TAXA DE ESQUEMAS TERAPÊUTICOS PARA O TRATAMENTO DA HANSENÍASE DISPONIBILIZADOS PELO SUS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 85

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice originalmente previsto deve ser mantido, tendo em vista que já em 2005 o índice registrava 85.

3. TAXA DE ESQUEMAS TERAPÊUTICOS PARA O TRATAMENTO DA DIABETES DISPONIBILIZADOS PELO SUS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

4. TAXA DE ESQUEMAS TERAPÊUTICOS PARA O TRATAMENTO DA HIPERTENSÃO DISPONIBILIZADOS PELO SUS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os dados sobre o uso de medicamentos e insumos estratégicos indicam que mais da metade da população brasileira não tem acesso aos medicamentos essenciais e apontam para uma fragmentação das ações que ordenam as políticas públicas do setor dos insumos considerados estratégicos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Cobertura total da população brasileira com os medicamentos para atenção básica à saúde, fornecendo incentivo financeiro aos 5.564 Municípios habilitados;

• Cobertura de 390,5 mil pacientes que recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS) para uso de medicamentos de dispensação excepcional;

• Atendimento de aproximadamente 81 milhões de pessoas com medicamentos estratégicos, incluindo aqueles para o tratamento de doenças como a aids, a malária, a hanseníase e a tuberculose;

• Inauguração de 175 Farmácias Populares, totalizando 253 em funcionamento;

• Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil por meio de parceria com a rede privada de farmácias e drogarias, com aproximadamente 3.000 farmácias cadastradas;

• Início da produção e distribuição dos medicamentos epoetina e alfainterferona pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz (Laboratório Bio-Manguinhos/Fiocruz), como resultado do processo de transferência de tecnologia Acordo Brasil-Cuba;

• Aprovação da 4ª Edição da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) por meio da Portaria nº 2.475, de 13.10.06;

• Aprovação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, através do Decreto nº 5.813, de 22.6.2006.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O cumprimento de metas físicas ocorreu dentro do previsto. Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação da execução física, contribuindo para o acesso aos medicamentos e insumos estratégicos pela população que demanda os serviços do SUS. Foram executados 97,23% dos recursos orçamentários previstos.

Na ação de assistência financeira para a aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais, a dotação orçamentária inicialmente aprovada não foi suficiente para cumprir a programação, necessitando de suplementação para seu custeio total.

Os recursos do Programa foram alocados de acordo com a incidência e prevalência de doenças passíveis de controle através de medicamentos e insumos.

Os recursos materiais disponibilizados para as equipes executoras foram considerados insuficientes. No mesmo sentido, há carência em relação à quantidade e qualificação das equipes executoras, em razão da indisponibilidade para contratação e domínio precário de aspectos de gestão do SUS, respectivamente.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa se fortaleceu na organização das ações e serviços de saúde do SUS, ampliando o conceito de assistência farmacêutica, investindo em planejamento, na melhoria dos fluxos de compra, estoque e controle, permitindo formular uma política que ordene e articule atividades, investindo na busca de estratégias que levem o País a aumentar a sua autonomia na produção de medicamentos, através do investimento na modernização técnica dos laboratórios oficiais e da criação da rede de produção pública de medicamentos. O Programa também se preocupou em organizar a Política de Assistência Farmacêutica, definindo linhas de financiamento que melhorem a alocação através da descentralização dos recursos e do estabelecimento de responsabilidades entre os gestores do SUS.

A participação social é promovida por meio de reuniões com grupos de interesse como associações de pacientes portadores de patologias, por exemplo, e através dos Conselhos Setoriais (Conselho Nacional de Saúde - CNS, Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde - CONASS e Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde -Conasems).

A participação de diferentes agentes nas discussões permitiu ao Programa identificar os principais problemas enfrentados na gestão da Assistência Farmacêutica estadual e municipal e explicitou a necessidade constante de investimento no setor, para a melhoria

dos serviços de saúde. O Ministério da Saúde (MS), como principal agente das atividades de Assistência Farmacêutica (AF), deve colaborar e promover encontros e reuniões que possibilitem a tomada de decisões para a solução dos problemas relacionados ao ciclo da assistência farmacêutica e ao acesso da população aos medicamentos.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

ASSISTÊNCIA SUPLEMENTAR À SAÚDE

OBJETIVO

Garantir aos usuários de planos e seguros privados de saúde o cumprimento dos serviços contratados às operadoras de saúde suplementar, compatibilizado com o Sistema Único de Saúde (SUS).

PÚBLICO-ALVO

Usuários de planos e seguros privados de saúde.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 111.479.791,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 106.580.700,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 106.580.700,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE OPERADORAS FISCALIZADAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 89
Índice previsto ao final do PPA: 71

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O índice alcançado deve ser mantido em 2007.

2. COEFICIENTE DE DENÚNCIAS DE SEGURADOS

Unidade de medida: 1/1000
Índice apurado em 2006: 0,31
Índice previsto ao final do PPA: 0,31

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

A Central de Relacionamento está em reestruturação, sendo que o valor encontrado nesse ano foi exatamente o previsto para o final do PPA. Para o ano de 2007 ainda não há previsão do alcance da meta.

3. ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS OPERADORAS DE GRANDE PORTE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 87
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

4. ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS OPERADORAS DE MÉDIO PORTE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 88
Índice previsto ao final do PPA: 80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O índice alcançado deve ser mantido em 2007.

5. ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS OPERADORAS DE PEQUENO PORTE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 81
Índice previsto ao final do PPA: 55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O índice alcançado deve ser mantido em 2007.

6. TAXA DE REGULARIZAÇÃO DO REGISTRO DE PLANO DE SAÚDE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 52
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

7. ÍNDICE DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE OPERADORAS DE GRANDE PORTE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 44
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
No momento, a área considera apenas a taxa de registro de operadoras, já que a autorização de funcionamento leva em conta outros processos, como o registro de produtos.

8. ÍNDICE DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE OPERADORAS DE MÉDIO PORTE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 30
Índice previsto ao final do PPA: 80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

No momento, a área considera apenas a taxa de registro de operadoras, já que a autorização de funcionamento leva em conta outros processos, como o registro de produtos.

9. ÍNDICE DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE OPERADORAS DE PEQUENO PORTE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 17
Índice previsto ao final do PPA: 55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

No momento, a área considera apenas a taxa de registro de operadoras, já que a autorização de funcionamento leva em conta outros processos, como o registro de produtos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa foi criado devido à necessidade de implementar, com base na Lei nº 9.656/98, a regulação e a fiscalização das assistências médica, odontológica, ambulatorial, hospitalar e farmacêutica, prestadas aos usuários de planos e seguros privados de saúde.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Fiscalização de 89% das operadoras, o que significa um aumento de 15,58% em relação a 2005;

• Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS) de R$ 12,2 milhões, significando R$ 200 mil a mais que em 2005;

• Cobrança de 71,3% das Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) identificadas;

• Recebimento de 9% das AIHs identificadas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O cumprimento de metas físicas ocorreu dentro do previsto. Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Foram executados 95,61% dos recursos previstos.

Com relação ao impacto de ações não-orçamentárias, deve ser destacado o alcance das atividades de ressarcimento ao SUS. As atividades de cobrança e partilha apresentaram resultados satisfatórios e o recebimento (área de maior entrave) foi superior ao ano anterior.

Houve importante inversão nas proporções de recursos gastos em relação ao ano anterior: em 2005, as despesas alocadas em Gestão e Administração do Programa (GAP) perfaziam 65% dos gastos; em 2006, a proporção maior de recursos foi destinada à ação de regulação, fiscalização e monitoramento de operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde, aumentando assim a especificidade do gasto.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), responsável pela implementação do Programa, promove a participação social por diversos meios: Ouvidoria, audiências públicas, consultas públicas e reuniões com grupos de interesse.

Outro canal importante de participação social é a Câmara de Saúde Suplementar (CSS), criada pela Lei nº 9.656/98, que consiste em um órgão consultivo formado por representantes de todos os segmentos da sociedade que protagonizam as relações no setor de saúde suplementar.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÕES DE URGÊNCIAS, VIOLÊNCIAS E OUTRAS CAUSAS EXTERNAS

OBJETIVO

Implementar políticas públicas destinadas à melhoria da qualidade da atenção à saúde da população em situações de urgências, violências e outras causas externas.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 308.629.579,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 153.163.424,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 153.163.424,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. COEFICIENTE DE LETALIDADE HOSPITALAR POR URGÊNCIAS

Unidade de medida: 1/100
Índice apurado em 2006: 42,1
Índice previsto ao final do PPA: 36,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

2. COEFICIENTE DE LETALIDADE HOSPITALAR POR CAUSAS EXTERNAS

Unidade de medida: 1/100
Índice apurado em 2006: 2,64
Índice previsto ao final do PPA: 2,29

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

CONTEXTUALIZAÇÃO

Estudos epidemiológicos de diversos autores mostram que, nos últimos 50 anos, a condição de vida e de morte da população brasileira sofreu mudanças significativas. Os indicadores estão em pleno processo de transição, posto que doenças não transmissíveis

estão avançando progressivamente a cada ano, avanço causado principalmente por causas externas, que ocuparam em 2000 o segundo lugar entre as cinco principais causas de mortalidade global no País. Dentre as causas externas, observa-se o predomínio dos casos de violências - aproximadamente 28% do total - e dos acidentes de trânsito - 26%. Para as demais causas, somaram outras mortes violentas, como o suicídio, as mortes por causas indeterminadas, as quedas e outras. As causas externas de mortalidade são mais expressivas nas regiões metropolitanas, 75% dos casos de morte ocorrem em centros urbanos e afetam principalmente adolescentes e adultos jovens. Essa situação tem forte impacto sobre o SUS e sobre a sociedade, demandando o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas, articuladas e integradas, para o seu enfrentamento. A observação do aumento no número de mortes violentas e os esclarecimentos sobre as causas desta mortalidade, através de estudos e/ou pesquisas específicas, podem induzir políticas voltadas à prevenção e atenção integral a estes fatos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Implantação de 23 Serviços de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU 192), totalizando uma rede com 111 SAMU, com cobertura populacional de 91,7 milhões de habitantes, em 906 Municípios;

• Distribuição e monitoramento da entrega de 1.608 ambulâncias adquiridas em 2004 e 2006;

• Distribuição e monitoramento da entrega de 3.065 equipamentos e 156 incubadoras de transporte neonatal adquiridos em 2004, 2005 e 2006;

• Entrega de três ambulanchas (1 SAMU Macapá e 02 SAMU de Manaus).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O cumprimento das metas físicas esteve abaixo do previsto e foram executados 49,63% dos recursos orçamentários previstos. Dos 54 novos SAMU programados para 2006, apenas 23 foram implantados, o que representa 42,59% da meta.

O baixo desempenho é atribuído:

a) à baixa adesão e fragilidade na pactuação com gestores estaduais na implantação de projetos SAMU;
b) à baixa qualidade dos serviços de atenção às urgências existentes;
c) à insuficiência de recursos humanos na equipe de profissionais do Ministério da Saúde (MS) para analisar, implementar e acompanhar os projetos.

Foram aspectos apontados como restrições à execução do Programa:

a) recursos materiais insuficientes, como falta de computadores, linhas telefônicas, impressoras, tinta;
b) recursos financeiros para organização de oficinas e outros eventos programados para o ano;

c) a falta de infra-estrutura adequada, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência (área física, equipamentos de informática e mobiliários), para a qualificação das ações macro gerenciais;
d) insuficiência de recursos humanos com perfil gerencial para acompanhamento das metas físicas e orçamentárias do Projeto, bem como acompanhamento do processo de implementação da política e qualificação permanente das ações;
e) insuficiência de consultores técnicos para o acompanhamento do Projeto SAMU e dos outros componentes da política. Seriam necessários consultores que pudessem acompanhar os Estados e Municípios onde as ações são implantadas/ implementadas;
f) insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Política Nacional de Atenção às Urgências tem como componentes fundamentais:

a) adoção de estratégias promocionais de qualidade de vida;
b) organização de redes loco - regionais de atenção integral às urgências (componente pré-hospitalar fixo; hospitalar e pós - hospitalar);
c) capacitação e educação continuada das equipes de saúde;
d) orientação geral segundo os princípios da humanização da atenção.

O Projeto SAMU 192 é componente pré-hospitalar móvel da política e foi eleito para a implementação inicial desta política.

Através do Programa de Ouvidoria do MS, os usuários fazem denúncias, reclamações e solicitam informações sobre o Projeto SAMU 192, que são encaminhadas à Coordenação Nacional e às Coordenações Municipais e/ou Estaduais para apuração dos fatos e providências cabíveis.

Para a implementação de Projeto SAMU é necessária existência de Conselhos Gestores de Urgências, que assegurem a participação popular através de diferentes atores da sociedade: Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Conselhos de infância e adolescência e outros relacionados com a Atenção de Urgências dos Estados e Municípios e Regiões.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

ATENÇÃO À SAÚDE DE POPULAÇÕES ESTRATÉGICAS E EM SITUAÇÕES ESPECIAIS DE AGRAVOS

OBJETIVO

Garantir a atenção à saúde de grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravos de forma eqüitativa, integral, humanizada e de qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 94.387.605,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 76.967.593,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 76.967.593,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL

Unidade de medida: 1/1.000
Índice apurado em 2006: 22,6
Índice previsto ao final do PPA: 22

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O coeficiente de mortalidade infantil está em queda e, dessa forma, a meta possivelmente será atingida com sucesso.

2. COEFICIENTE DE MORTALIDADE NEONATAL

Unidade de medida: 1/1.000
Índice apurado em 2006: 15
Índice previsto ao final do PPA: 14,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O coeficiente de mortalidade neonatal está em queda e, dessa forma, a meta possivelmente será atingida com sucesso.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS SERVIÇOS EXTRA-HOSPITALARES DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO GASTO TOTAL COM ATENÇÃO PSIQUIÁTRICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 51,33
Índice previsto ao final do PPA: 42

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
A meta já foi superada, com resultados bastante favoráveis, e deve manter-se para 2007.

4. COEFICIENTE DE LETALIDADE MATERNA HOSPITALAR NO SUS

Unidade de medida: 1/100.000
Índice apurado em 2006: 24,66
Índice previsto ao final do PPA: 22,4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
Ainda existe baixa qualidade dos serviços hospitalares de atenção ao parto, dessa forma, a meta é de difícil alcance.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As desigualdades sociais construídas historicamente no País, as diferenças entre os segmentos populacionais que se expressam em suas dimensões geracionais, étnico/racial e de gênero, caracterizam diferentes vulnerabilidades sociais e marcam diferentes riscos à saúde. Este cenário aponta para a necessidade do desenvolvimento de políticas e ações que ampliem o acesso, o conhecimento e a garantia de atenção integral a estes segmentos populacionais, considerem suas necessidades singulares, sua complexidade do contexto onde estão inseridos, suas possibilidades de superação e seus potenciais de saúde, no constante processo de busca da eqüidade e da garantia dos direitos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Pagamento de Auxílio Reabilitação a 2.519 egressos de longa internação psiquiátrica (Programa De Volta para Casa).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O cumprimento de metas físicas esteve abaixo do previsto. Há pouca consistência entre os valores orçamentários executados e a correspondente execução física, ou seja, existem ações com execução orçamentária muito superior à correspondente execução física, o que pode evidenciar ineficiência na aplicação dos recursos públicos. Foram executados 81,54% dos recursos orçamentários previstos.

A implementação do programa é feita de forma descentralizada, sendo papel do Governo Federal o financiamento das iniciativas desenvolvidas nos planos de saúde estaduais e municipais.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

OBJETIVO

Expandir o Saúde da Família e a rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica: resolutiva, integral e humanizada.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 6.679.681.929,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 6.234.971.948,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 6.234.971.948,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DA POPULAÇÃO COBERTA POR EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 46,2
Índice previsto ao final do PPA: 53

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Considerando que a meta física para o ano de 2007 é de 29.000 Equipes de Saúde da Família (ESF), a taxa da população coberta pelas ESF será de 50,1%.

2. TAXA DA POPULAÇÃO COBERTA POR EQUIPES DE SAÚDE BUCAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 39,8
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Considerando que a meta física para o ano de 2007 é de 17.500 Equipes de Saúde Bucal (ESB), a taxa da população coberta pelas ESB será de 46,2%.

3. TAXA DA POPULAÇÃO COBERTA POR EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 31,4
Índice previsto ao final do PPA: 41

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Considerando o percentual de crescimento da meta física para o ano de 2007, a todos os Municípios brasileiros, a taxa da população coberta por ESF em Municípios acima de 100 mil habitantes será de 32,3%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O acesso insuficiente da população às ações básicas e aos serviços de saúde, com destaque para a baixa cobertura dos procedimentos odontológicos à população, o predomínio do modelo de atenção à saúde centrado no hospital e a baixa integralidade e resolubilidade das ações e dos serviços de saúde demandam uma intervenção articulada e integrada dos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS), em busca da reorganização desse modelo. Para tanto, torna-se necessária a implementação de medidas estruturantes para garantir à população serviços básicos de saúde acessíveis, oportunos, resolutivos e humanizados. Nesse sentido, foi concebido o Programa Atenção Básica em Saúde, no qual está previsto o desenvolvimento de ações destinadas ao reordenamento do modelo de atenção à saúde, com ênfase no fortalecimento da gestão descentralizada da atenção básica e na consolidação da estratégia de saúde da família.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Equipes de Saúde da Família (ESF): implantação de 2.165 novas equipes, totalizando 26.729 ESF em atividade. Presença em aproximadamente 5.100 Municípios, cobrindo 85,7 milhões de pessoas (cerca de 46,2% da população);

• Agentes Comunitários de Saúde (ACS): contratação de 11.388 novos agentes, totalizando 219.492 ACS em atividade. Presença em aproximadamente 5.300 Municípios, cobrindo 109,7 milhões de pessoas (cerca de 59,1% da população);

• Equipes de Saúde Bucal (ESB): implantação de 2.483 novas equipes, totalizando 15.086 ESB em atividade. Presença em aproximadamente 4.300 Municípios, cobrindo 73,9 milhões de pessoas (cerca de 39,8% da população);

• Publicação da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) que possibilitou a reorganização da fórmula de cálculo para pagamento dos incentivos transferidos aos Municípios, contribuindo para a evolução da estratégia do Saúde da Família em 2006.

• O desenvolvimento da estratégia Saúde da Família no Brasil, ao longo dos anos, possibilita resultados importantes tais como:

a) redução da taxa de mortalidade infantil em ritmo mais acelerado nas regiões mais pobres, diminuindo a desigualdade;

b) aumento da cobertura vacinal por tetravalente;
c) queda na taxa de internações por acidente vascular cerebral;
d) aumento na proporção de nascidos vivos de mães com quatro ou mais consultas de pré-natal.

• Vale destacar que a estratégia Saúde da Família está promovendo a eqüidade, um dos princípios mais caros ao Sistema Único de Saúde (SUS). Esta estratégia tem maior cobertura em Municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo e está conseguindo aproximá-los dos indicadores de outros Municípios de IDH mais alto, reduzindo a brecha existente entre estes dois grupos de Municípios.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O cumprimento de metas físicas esteve parcialmente dentro do previsto. O ritmo de expansão dos ACS , das ESF e de ESB diminuiu em relação ao exercício de 2005, sendo pouco provável o alcance das metas previstas para o final do plano, em 2007.

Foi necessária a suplementação da dotação orçamentária durante o exercício em razão do aumento do valor do incentivo transferido aos Municípios, mas o fluxo de recursos foi compatível com a programação física; foram executados 93,34% dos recursos orçamentários previstos.

As restrições à execução do Programa apontadas no exercício de 2005 não foram superadas. São elas:

a) insuficiência de recursos materiais e de infra-estrutura na equipe gerencial e nas equipes executoras;
b) insuficiência de profissionais envolvidos na equipe gerencial;
c) insuficiência de qualificação dos recursos humanos nas equipes gerenciais e executoras.

É preciso destacar que a qualificação dos profissionais das ESF constitui-se em uma ação estratégica para transformação das práticas de saúde, propiciando a mudança do modelo de atenção no caminho da integralidade e a maior resolubilidade da atenção básica.

As áreas temáticas do elenco de capacitações das ESF são bastante diversificadas, dependendo das necessidades locais e regionais. No entanto, a partir da definição das áreas estratégicas da atenção básica, o Ministério da Saúde (MS) estimulou as equipes a serem capacitadas em um elenco mínimo de conteúdos, definidos no processo de discussão da organização e ampliação da atenção básica, quais sejam:

a) saúde da criança;
b) eliminação da desnutrição infantil e promoção da saúde;
c) saúde do idoso;
d) saúde da mulher;
e) controle de hipertensão, diabetes, tuberculose e hanseníase;
f) saúde bucal.

Para a execução das ações existe a necessidade contínua de educação permanente para o aprimoramento das equipes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Departamento de Atenção Básica dispõe dos seguintes sistemas informatizados para monitoramentos das ações:

a) Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) por meio do SIAB obtêm-se mensalmente informações sobre cadastros de famílias, condições de moradia e saneamento, situação de saúde, produção e composição das equipes de saúde, de forma que é o principal instrumento de monitoramento das ações dos Programas Saúde da Família e de Agentes Comunitários. Atualmente, mais de 5.000 Municípios alimentam mensalmente o SIAB;
b) Sistema de Pactuação de Indicadores de Atenção Básica (SIS-Pacto) aplicativo que permite a pactuação e o acompanhamento de metas do Pacto pela Saúde;
c) Pacto de Indicadores da Atenção Básica (Pacto-AB) constitui-se em um instrumento formal de negociação entre gestores das três instâncias de governo (municipal, estadual e federal) tomando como objeto de negociação metas anuais a serem alcançadas em relação a indicadores de saúde previamente acordados e traduz um esforço crescente de buscar indicadores mais representativos para a avaliação da atenção básica;
d) SIS-Hiperdia, aplicativo que permite o cadastramento de pessoas com hipertensão arterial e diabetes mellitus.

A participação social, promovida por meio da Ouvidoria do SUS e das diversas instâncias de pactuação nos três níveis de governo, tem contribuído para a melhoria da execução do Saúde da Família, na medida em que cobra a efetiva realização das ações previstas. Ao incentivar a participação das lideranças em todas as fases de operacionalização do Saúde da Família, as equipes valorizam as potencialidades locais e contribuem para elevar o capital social das populações atendidas. Para adesão do Município ao Saúde da Família, é exigida sua aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde, a quem compete acompanhar todo o desenvolvimento da política local de saúde.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE

OBJETIVO

Garantir o acesso e a integralidade dos cuidados em saúde, de forma hierárquica e regionalizada por meio da redefinição do perfil do serviço de saúde de média e alta complexidade e da mudança do modelo de alocação de recursos.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 878.548.319,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 375.714.116,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 375.714.116,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. ÍNDICE DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS

Unidade de medida: Consulta *per capita*
Índice apurado em 2006: 0,49
Índice previsto ao final do PPA: 0,48

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

O índice a ser apurado em 2007 (0,48) está dentro das reais possibilidades de alcance.

2. ÍNDICE DE CAPTAÇÕES DE ÓRGÃOS E TECIDOS

Unidade de medida: 1/1.000.000
Índice apurado em 2006: 66,93
Índice previsto ao final do PPA: 25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: não se aplica.

O índice em questão apresenta distorção na apuração em virtude da alteração do indicador. O crescimento evidenciado decorre de mudanças na metodologia de cálculo do indicador que, a partir de agora, considera as captações ocorridas em situações de morte encefálica e doador com coração parado. A projeção, com base nos dados apurados

no período de janeiro a outubro de 2006, para o índice esperado para o final do PPA 2004-2007, considerando as captações de órgãos e tecidos (em morte encefálica e coração parado) realizados no Sistema Único de Saúde (SUS), é de 70,25.

3. ÍNDICE DE TRANSPLANTES REALIZADOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Unidade de medida: 1/1.000.000
Índice apurado em 2006: 60,5
Índice previsto ao final do PPA: 120

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

O valor previsto não será alcançado em virtude de inúmeras adequações na Política Nacional de Transplante de Órgãos e Tecidos, que prioriza, neste período, a qualidade dos procedimentos e não a quantidade de procedimentos realizados. O índice esperado para o final do PPA 2004-2007, considerando os transplantes de órgãos e tecidos realizados no SUS, é de 66,06.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de implantação/implementação de políticas para o enfrentamento dos problemas relacionados à baixa qualidade do atendimento, à iniqüidade no acesso da população aos serviços e às ações de saúde, à falta de integralidade das ações e dos serviços de saúde no SUS e à insuficiente capacidade da rede de serviços de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar em determinadas regiões.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Conclusão da informatização do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), agilizando o funcionamento do banco de órgãos e tecidos, o que garante maior eqüidade aos procedimentos desenvolvidos nesta área;

• Atendimento de 65 mil pacientes em atenção de referência à mulher, à gestante de alto risco, à criança e ao adolescente com patologias de alta complexidade e a portadores de doenças infecciosas;

• Atendimento de 1,2 mil pessoas em atenção domiciliar e outras modalidades alternativas à internação hospitalar.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A execução física esteve abaixo do previsto; foram executados 42,77% dos recursos previstos.

Foram apontadas a inadequada infra-estrutura e a insuficiência de recursos humanos na equipe gerencial como restrições à execução do Programa. Nas equipes executoras, houve pouca disponibilidade de equipamentos de informática, dificultando o levantamento de dados e o fornecimento de informações à equipe gerencial.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A maior parte das ações é de execução descentralizada. O acompanhamento das metas físicas é realizado por meio da avaliação de dados oriundos de sistemas informatizados, dos quais cabe destacar:

a) Sistema de Informação Ambulatorial (SIA);
b) Sistema de Informação Hospitalar (SIH);
c) Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);
d) Sistema de Gestão Financeira e de Convênios (GESCON).

RECOMENDAÇÕES

• Não há recomendações.

ATENÇÃO HOSPITALAR E AMBULATORIAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

OBJETIVO

Ampliar o acesso da população aos serviços ambulatoriais e hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS), na busca da eqüidade, da redução das desigualdades regionais e da humanização de sua prestação.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 19.554.321.639,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 19.431.524.481,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 19.431.524.481,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 250.000.000,00	**R$ 368.375.074,00**	

INDICADORES

1. TAXA DE COBERTURA DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 6,34
Índice previsto ao final do PPA: 7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O índice previsto deve ser atingido.

2. COEFICIENTE DE LEITOS DISPONIBILIZADOS

Unidade de medida: 1/1000
Índice apurado em 2006: 2,03
Índice previsto ao final do PPA: 2,6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
O coeficiente de leitos disponibilizados em 2006 foi menor que o registrado em 2005 (2,04).

3. ÍNDICE DE CONSULTA POR HABITANTE

Unidade de medida: Consulta *per capita*
Índice apurado em 2006: 2,32
Índice previsto ao final do PPA: 2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice previsto para 2007 foi superado em 2006 e deve ser mantido até o final da vigência do PPA 2004-2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é dever do Estado o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o acesso universal e igualitário da população às ações e aos serviços de saúde para sua promoção, proteção e recuperação. O financiamento dessas ações e serviços provém dos recursos da seguridade social e de outras fontes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O cumprimento desse dever por parte da esfera federal pressupõe o repasse de recursos financeiros federais aos Estados e Municípios para o custeio da atenção à saúde no SUS, bem como a regulação desta atenção como forma de garantir a eqüidade na atenção integral, a redução das desigualdades regionais e a ampliação do acesso da população às ações e serviços de saúde.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Repasse de R$ 17,6 bilhões a Estados e Municípios para financiamento da assistência de média e de alta complexidade.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O cumprimento das metas físicas esteve dentro do previsto. A maior parte da execução do Programa ocorre mediante transferência de recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para os fundos de Estados e Municípios (modalidade fundo a fundo), de acordo com a Programação Pactuada e Integrada (PPI).

Em razão da abrangência do Programa, toda a rede hospitalar e ambulatorial do SUS, e frente à escassez de recursos, faz-se necessário um subdimensionamento do público-alvo. Considerando esse subdimensionamento, os recursos orçamentários foram suficientes e o fluxo de recursos foi compatível com a programação física, de forma que as ações foram executadas de maneira satisfatória. Foram executados 99,37% dos recursos previstos.

Como restrições à execução do Programa, além da insuficiência orçamentária frente à demanda, foram apontadas a insuficiência de recursos humanos e de equipamentos de informática para as equipes executoras.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A execução das ações é monitorada por meio de sistemas informatizados, dos quais cabe destacar:

a) Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS);
b) Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS);
c) Sistema de Auditoria do SUS (SISAUD/SUS).

Esses sistemas permitem o controle das informações referentes à produção ambulatorial e hospitalar por meio de consistências informatizadas mensais realizadas pelo banco de dados do SUS (DATASUS).

Para a avaliação da satisfação do beneficiário com o Programa, são utilizados os seguintes mecanismos:

a) Serviço de cartas do usuário do SUS;
b) Sistema de Atendimento ao Cidadão (SAC/SUS);
c) Serviço de Atendimento de Demanda Espontânea (SADE).
d) Programa de Avaliação de Serviços Hospitalares (PNASH), que foi reformulado e ampliado como Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde (PNASS) e conta com um quesito de avaliação da satisfação dos usuários.

As queixas, as denúncias e os problemas identificados servem de referência para se buscar a adequação e a melhoria do acesso e da humanização do atendimento.

O SUS possui diversos canais de promoção da participação popular, como a Ouvidoria e os conselhos setoriais. O Conselho Nacional de Saúde (CNS) possui membros de vários segmentos da sociedade e delibera sobre a formulação e a aplicação das políticas de saúde. Estados e Municípios possuem os seus conselhos locais de saúde, que desempenham a mesma função, porém, em âmbito local.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

OBJETIVO

Desenvolver e fomentar a pesquisa e a inovação tecnológica no setor de saúde e promover sua absorção pelas indústrias, pelos serviços de saúde e pela sociedade.

PÚBLICO-ALVO

Unidades gestoras e executoras do Sistema Único de Saúde (SUS), usuários dos serviços de saúde, instituições e organizações de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (C&TI/S) e profissionais de saúde, de ciência e tecnologia e inovação em saúde.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 215.680.630,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 210.048.028,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 210.048.028,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE PROJETOS DE PESQUISA OU DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EXECUTADOS PELA FIOCRUZ ALINHADOS COM A AGENDA NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA & TECNOLOGIA EM SAÚDE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 100
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A expectativa de 100% de adequação à agenda de prioridades de pesquisa se deve a dois motivos principais: a abrangência da agenda, que prevê um leque amplo de linhas de pesquisa consideradas prioritárias; o perfil das atividades de pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em sua grande maioria vinculada a problemas de saúde da população brasileira, em especial doenças infecciosas comuns em grupos populacionais menos favorecidos economicamente. Desde a criação do indicador, o percentual de relação entre os projetos da Fiocruz e a agenda tem sido de 100%.

2. NÚMERO DE INSUMOS E PRODUTOS DE SAÚDE DESENVOLVIDOS PELA FIOCRUZ

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 2
Índice previsto ao final do PPA: 19

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O caráter relativamente novo das atividades de pesquisa voltadas diretamente para a produção de novos insumos/produtos (medicamentos, vacinas, kits diagnósticos) ou métodos/processos (clínicos, epidemiológicos, diagnósticos) passíveis de serem incorporados ao setor produtivo e, particularmente, a sua diferenciação em relação à pesquisa, trouxe algumas dificuldades do ponto de vista da programação e da execução das metas físicas. Tal é o motivo de diferenças tão grandes entre a meta prevista no PPA e o resultado efetivamente alcançado com a ação.

3. NÚMERO DE PATENTES DEPOSITADAS

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 63
Índice previsto ao final do PPA: 4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A reorganização e fortalecimento da área de gestão tecnológica e a intensificação das atividades de desenvolvimento tecnológico da Fiocruz, incluindo a criação de programas indutores de projetos voltados para a inovação, possibilitaram um incremento na efetivação dos pedidos de patente.

4. NÚMERO DE MÉTODOS E PROCESSOS EM SAÚDE PÚBLICA DESENVOLVIDOS PELA FIOCRUZ

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 26
Índice previsto ao final do PPA: 50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Com a reestruturação da área de desenvolvimento tecnológico, observou-se que muitos dos projetos anteriormente caracterizados como pesquisa eram, na verdade, projetos voltados para o desenvolvimento de algum método ou processo, passíveis de serem incorporados aos serviços do SUS.

5. ÍNDICE DE PESQUISAS PUBLICADAS EM REVISTAS DE RELEVANTE IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE CIENTÍFICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 71
Índice previsto ao final do PPA: 80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A tendência de todas as instituições científicas é de ampliação do número de publicações em revistas de impacto científico. As próprias agências financiadoras, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), têm induzido este tipo de publicação ao vincular o fomento a projetos de pesquisa e a concessão de bolsas a publicações em revistas indexadas. Este indicador tem apresentado uma tendência crescente. É importante destacar que houve mudanças internas nos critérios adotados para compor este indicador. Aplicando os mesmos critérios utilizados em 2006 à produção científica de 2005, o índice seria também de 71%.

6. TAXA DE GASTO PÚBLICO COM PESQUISAS QUE CORRESPONDAM À AGENDA DE PRIORIDADES DE PESQUISA EM SAÚDE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 50
Índice previsto ao final do PPA: 50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O índice alcançado deve ser mantido.

7. NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS NA REGIÃO NORDESTE

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 70
Índice previsto ao final do PPA: 210

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

8. NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS NA REGIÃO NORTE

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 24
Índice previsto ao final do PPA: 97

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

9. NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS NA REGIÃO SUDESTE

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 797
Índice previsto ao final do PPA: 1.313

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

CONTEXTUALIZAÇÃO

A ausência de uma política pública de pesquisa em saúde, orientada pelas necessidades de saúde da população, impede o aproveitamento do conjunto das potencialidades do esforço brasileiro em ciência, tecnologia e inovação e dificulta a adequada mobilização de recursos de incentivo. Nesse contexto, a definição de uma política de ciência, tecnologia e informação em Saúde deve tratar de uma agenda que incorpore potencialmente todo o leque de pesquisa científica e tecnológica que tenha como finalidade, imediata ou mediata, contribuir para a melhoria do estado de saúde da população brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Apoio a 321 projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, nos marcos da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde, em conformidade com as prioridades da Política Nacional de Saúde (PNS);

• Lançamento de oito editais, em parceria com o CNPq, para fomento à pesquisa, envolvendo os seguintes temas:

a) fármacos e insumos farmacêuticos a partir de algas marinhas;
b) envelhecimento populacional e saúde do idoso;
c) genética clínica;
d) gestão do trabalho em saúde, gestão da educação em saúde e comunicação e informação em saúde;
e) populações expostas à contaminação ambiental;
f) doenças negligenciadas;
g) determinantes sociais da saúde, saúde da pessoa com deficiência, saúde da população negra e saúde da população masculina;
h) desenvolvimento e inovação tecnológica voltada à ampliação e consolidação do Programa Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio);

• Apoio, em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep):

a) uma chamada pública para projetos de pesquisa em produtos terapêuticos e diagnósticos;
b) 16 projetos de pesquisa em áreas estratégicas;
c) quatro cursos de mestrado profissionalizante;
d) duas especializações em Gestão de Tecnologias em Saúde.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O desempenho físico das ações não foi homogêneo. Como no exercício anterior, os recursos orçamentários destinados ao Programa foram considerados suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Foram executados 97,39% dos recursos previstos. Não foram apontadas restrições à execução do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Para otimização das ações de avaliação e acompanhamento, são realizados seminários para monitoramento dos projetos, onde os mesmos são agrupados segundo sua temática. Desta forma, técnicos do Departamento de Ciência e Tecnologia, das áreas técnicas do Ministério da Saúde (MS), e consultores com notório saber acompanham e avaliam, juntos, o andamento dos projetos apoiados.

Os técnicos do Departamento de Ciência e Tecnologia, periodicamente, visitam as instituições executoras dos projetos financiados para acompanhamento das ações desenvolvidas e, sempre que necessário, são convidados consultores *ad hoc* com *expertise* no tema em que o projeto é desenvolvido.

O monitoramento do desempenho físico do Programa é realizado de forma descentralizada, uma vez que se desenvolve em Institutos, Secretarias e Fundações distintas. Sendo assim, cada local acompanha e monitora seus produtos de acordo com seu plano de trabalho e informa o andamento por meio do Sistema de Acompanhamento e Monitoramento das Ações em Saúde (Sisplam), gerenciado pelo MS.

A construção da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde e da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Informação em Saúde foi feita com participação de gestores, pesquisadores, profissionais da área da saúde e usuários, em conferências municipais, estaduais e nacionais de ciência, tecnologia e informação em Saúde.

O processo de levantamento de prioridades de pesquisa e a construção de redes de trabalho são elaborados através de reuniões conjuntas entre pesquisadores, gestores e técnicos das agências de fomento afins. Este processo participativo tem sido o diferencial da gestão em Ciência e Tecnologia do MS.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

CONTROLE DA TUBERCULOSE E ELIMINAÇÃO DA HANSENÍASE

OBJETIVO

Prevenir e controlar a tuberculose e outras pneumopatias de interesse em saúde pública e eliminar a hanseníase.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 47.562.975,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 46.328.554,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 46.328.554,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE CURA DA TUBERCULOSE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 81,81
Índice previsto ao final do PPA: 80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
Índice foi ultrapassado em 2006 e deve ser mantido ou melhorado até o final do Plano.

2. COEFICIENTE DE PREVALÊNCIA DE HANSENÍASE

Unidade de medida: 1/10.000
Índice apurado em 2006: 1,41
Índice previsto ao final do PPA: 0

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
Conforme a avaliação dos dados de 2006, este coeficiente não alcançará o índice final esperado em 2007 de 0/10.000 habitantes, pois a redução é gradativa. O objetivo do Programa Nacional de Eliminação de Hanseníase (PNEH) é, pelo menos, atingir o nível

de eliminação da hanseníase como problema de saúde pública, ou seja, menos de 1 caso para cada 10.000 habitantes.

3. TAXA DE CURA DE HANSENÍASE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 75,25
Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

O PNEH está ampliando ações de prevenção e diagnóstico, aumentando a cobertura de serviços para chegar ao nível ideal de 90% de cura em 2007. Apenas um Estado alcançou esta meta, Rio Grande do Sul, mas a proposta para 2007 é que se atinja em nível nacional a proporção pactuada.

4. TAXA DE MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS DO PLANO NACIONAL DE CONTROLE DA TUBERCULOSE (PNCT) UTILIZANDO TRATAMENTO SUPERVISIONADO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 86,7
Índice previsto ao final do PPA: 50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT) selecionou 315 Municípios prioritários para o controle da doença, onde estão concentrados mais de 70% dos casos de tuberculose no País. Em 2006, desses Municípios, 86,7% tiveram o tratamento supervisionado em pelo menos uma das unidades de saúde, superando o índice previsto para o final do PPA.

5. COEFICIENTE DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE EM MENORES DE 15 ANOS

Unidade de medida: 1/10.000
Índice apurado em 2006: 0,57
Índice previsto ao final do PPA: 0

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Conforme a avaliação dos dados de 2006, este coeficiente não alcançará o índice final esperado em 2007 de 0/10.000 habitantes, pois a redução é gradativa. Espera-se, em 2007, chegar a um nível menor que o de 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A tuberculose continua sendo um grave problema de saúde no Brasil. Segundo os critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS), o País está entre os 22 países de maior carga da doença no mundo. Atinge principalmente a população em idade mais produtiva e nos grupos humanos com piores condições sócio-econômicas. Anualmente são descobertos

no Brasil cerca de 90.000 casos novos de tuberculose, causando 6.000 óbitos pela doença. A epidemia da aids e o surgimento de bacilos multirresistentes são fatores que poderão dificultar o efetivo controle da tuberculose. As pneumopatias de interesse em saúde pública ocupam o 2º lugar dentre as causas de internação no Sistema Único de Saúde (SUS).

O Brasil detém o 2º maior número de casos de hanseníase, sendo o primeiro das Américas, com a prevalência de 77.558 casos (4,44/10.000 habitantes) e detecção de 41.402 casos (2,37/10.000 habitantes) até 2002. As dermatoses de interesse em saúde pública ocupam a 4ª colocação na busca aos serviços de saúde.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aumento da taxa de cura da hanseníase de 69,24%, em 2005, para 75,25%, em 2006;

• Diminuição do coeficiente de prevalência da hanseníase de 1,48 caso para 10.000 habitantes, em 2005, para 1,41 caso para 10.000 habitantes, em 2006.

• Aumento da taxa de cura da tuberculose de 73,1%, em 2005, para 81,81%, em 2006.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

As metas físicas foram cumpridas dentro do previsto. A dotação orçamentária destinada ao programa foi suficiente, mas houve descontinuidade no fluxo de recursos, sem, contudo, prejudicar decisivamente a execução programada. Foram executados 97,4% dos recursos previstos.

No Programa de Tuberculose, atraso e não cumprimento das metas de produção de medicamentos tuberculostáticos pelos laboratórios produtores oficiais levou ao desabastecimento pontual da rede de serviços do SUS e obrigou a realização de aquisição internacional.

Como já apontado no Relatório de Avaliação Anual de 2006 (Ano-base 2005), o programa enfrenta as seguintes restrições para sua implementação:

a) infra-estrutura inadequada e recursos humanos insuficientes na equipe gerencial;
b) recursos materiais insuficientes, infra-estrutura inadequada e recursos humanos insuficientes e com insuficiente qualificação nas equipes executoras.

Como já apontado no exercício anterior, a carência e a insuficiente qualificação dos recursos humanos dificulta a realização de licitações e celebração de contratos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O acompanhamento dos casos notificados é feito por meio de sistema informatizado, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Uma das dificuldades encontradas está na morosidade do fluxo de informação do Sinan dos Municípios até a esfera federal. A implantação de uma versão do Sinan com acesso pela Internet, o Sinan-Net, com o intuito de facilitar o fluxo de informações, deveria ter ocorrido em 2006. A nova previsão aponta para a implantação do Sinan-Net em 2007.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

EDUCAÇÃO PERMANENTE E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

OBJETIVO

Promover a qualificação e a educação permanente dos profissionais da saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

PÚBLICO-ALVO

Profissionais da saúde das três esferas de governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 369.932.012,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 351.985.942,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 351.985.942,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE ENFERMAGEM COMO AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 51
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Esse índice é apurado com base no número de profissionais que concluíram o curso de qualificação, como auxiliar de enfermagem, em relação ao número de matriculados no Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE).

2. TAXA DE COBERTURA DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 28
Índice previsto ao final do PPA: 75
Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Indica a porcentagem de profissionais do SUS que foram capacitados ou qualificados por meio das diversas ações oferecidas pelo Programa de Educação Permanente e Qualificação Profissional do SUS.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de construir uma política de educação permanente que articule gestores e instituições de ensino e pesquisa para o desenvolvimento dos trabalhadores da saúde, aperfeiçoe constantemente a atenção à saúde e o SUS e possibilite a reflexão crítica sobre as práticas e transformações dos modos de organização da atenção à saúde.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Capacitação de 140.932 agentes comunitários de saúde (ACS);

• Capacitação de 16.810 técnicos no Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde (Proformar);

• Capacitação de 11.195 técnicos de higiene dental/assistente de consultório dentário (THD/ACD);

• Capacitação de 321.189 atendentes de enfermagem no Profae;

• Capacitação de 17.966 docentes em formação pedagógica;

• Formação de 1.857 profissionais por meio de projetos de residências multiprofissionais em saúde;

• Implementação do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), com impacto inicial sobre aproximadamente 46 mil estudantes de graduação da área de saúde, em especial nas áreas de enfermagem, medicina e odontologia, integrantes da estratégia do Programa Saúde da Família;

• Manutenção de 96 pólos de educação permanente em saúde.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O cumprimento das metas físicas esteve dentro do previsto, em alguns casos houve superação da metas previstas, e os recursos orçamentários destinados ao programa foram considerados suficientes. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Foram executados 95,15% dos recursos previstos.

Como no exercício anterior, foi apontada como restrição à melhor execução do Programa a insuficiência de recursos humanos nas equipes executoras. As incertezas geradas pelos vínculos com organismos internacionais e contratos temporários podem prejudicar a qualidade das ações desenvolvidas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) é uma estratégia do SUS para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor, tendo como orientação os princípios da educação permanente em saúde, compreendida como uma proposta de ação estratégica capaz de contribuir para a necessária transformação dos

processos formativos, das práticas pedagógicas e de saúde, visando à organização dos serviços. Compreende, portanto, um trabalho articulado entre o sistema de saúde, em suas esferas de gestão, e as instituições formadoras, na identificação de problemas cotidianos no processo de trabalho na saúde e na construção de soluções.

O Programa contempla ações específicas voltadas à promoção e qualificação da participação social, através do apoio ao fortalecimento dos movimentos sociais que lutam por saúde.

Junto ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), a Comissão Nacional de Recursos Humanos (CIRH) reúne-se mensalmente para avaliar, discutir e propor iniciativas para a implementação do Programa. Também, nas instâncias que propõem e demandam ações dentro do Programa, os movimentos sociais e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde têm representação assegurada. O Ministério da Saúde (MS) tem assento regular na Comissão Nacional de Residência Médica do Ministério da Educação (CNRM/MEC). As políticas de educação permanente são discutidas na Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

INVESTIMENTO PARA HUMANIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO À ATENÇÃO À SAÚDE

OBJETIVO

Ampliar e humanizar a atenção à saúde.

PÚBLICO-ALVO

Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 144.663.884,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 123.716.790,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 123.716.790,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE INVESTIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Unidade de medida: %
Índice Apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 13,4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
Não foi possível apurar o índice utilizando este indicador, sendo necessária a sua reformulação.

2. TAXA DE INVESTIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE NA REGIÃO NORDESTE

Unidade de medida: %
Índice Apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 31,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
Não foi possível apurar o índice utilizando este indicador, sendo necessária a sua reformulação.

3. TAXA DE INVESTIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE NA REGIÃO NORTE

Unidade de medida: %
Índice Apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 20,4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
Não foi possível apurar o índice utilizando este indicador, sendo necessária a sua reformulação.

4. TAXA DE INVESTIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE NA REGIÃO SUDESTE

Unidade de medida: %
Índice Apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 19,2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
Não foi possível apurar o índice utilizando este indicador, sendo necessária a sua reformulação.

5. TAXA DE INVESTIMENTO PARA DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE NA REGIÃO SUL

Unidade de medida: %
Índice Apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 15,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
Não foi possível apurar o índice utilizando este indicador, sendo necessária a sua reformulação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O SUS, para alcançar seus objetivos, necessita institucionalizar uma gestão mais eficiente, eficaz, efetiva e humanizada, como também ampliar o acesso à atenção à saúde por meio da integração de sistemas e da otimização de usos e funcionalidades e, ainda, necessita de novos investimentos, para que possam aumentar o potencial de utilização e produtividade da estrutura já existente. Investimentos no setor saúde vêm apresentando pouca eficiência sob o aspecto de comparação custo-efetividade. Na prática, não há observação das diretrizes desenvolvimentistas nacionais, além de que, ações insuladas têm gerado duplicação de esforços e estruturas concomitantes, com escassez de oferta em outras unidades. Uma das conseqüências é a geração de iniqüidades na distribuição de recursos. Por outro lado, a atenção à saúde reúne a prestação de serviços, ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde. Dada a magnitude do SUS, tais atividades implicam em intensiva utilização de insumos ofertados por diferentes cadeias produtivas, que formam

o Complexo Produtivo da Saúde (CPS). Este, por sua vez, atua como dinamizador de diferentes setores da economia, dado o caráter intersetorial da atenção à saúde e o volume de recursos envolvidos. Além disso, exerce significativo impacto tanto no balanço de pagamento, quanto na geração de trabalho e renda. O aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão representa a medida necessária para ampliar o acesso, corrigir iniqüidades e, ao mesmo tempo, exercer influência positiva sobre as cadeias produtivas envolvidas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Emissão de 3,6 milhões de cartões de saúde;

• Cadastramento de 56.983 profissionais e estabelecimentos no Cadastro Nacional de Profissionais e Estabelecimentos Assistenciais de Saúde;

• Instituição da Sala de Situação em Saúde, canal informatizado para disseminação das informações em saúde, viabilizando o controle social e a promoção do conhecimento.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Foram executados 85,52% dos recursos previstos. Não obstante, o cumprimento de metas físicas não alcançou o previsto por diversos motivos operacionais.

Foram emitidos apenas 3,6 milhões de cartões de saúde devido a problemas detectados na base de dados dos cadastros de usuário.

Em 2005, houve um equívoco no processo de revisão da meta de cadastramento de profissionais e de estabelecimentos no Cadastro Nacional de Profissionais e Estabelecimentos Assistenciais de Saúde, passando a figurar como de 200 mil cadastros por ano. A programação deveria ser 50.000 cadastros por ano, totalizando 200 mil em quatro anos, ou seja, no período total do plano.

Em 2006, foram realizados 56.983 cadastramentos, ou seja, a meta prevista (de 50.000) foi superada.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Projeto de Qualificação de Atenção à Saúde do SUS (QualiSUS), principal iniciativa do Programa, é uma proposta de intervenção para a organização de redes regionalizadas de atenção à saúde que contemplem a abordagem integral do processo saúde e doença. Na perspectiva da superação da fragmentação das ações e da construção efetiva de redes de atenção regionalizadas, hierarquizadas e resolutivas, essa Política visa a contribuir para a qualificação da atenção e da gestão em saúde, por meio da estruturação de redes de atenção orientadas por linhas de cuidado.

O Ministério de Saúde (MS), visando à estruturação das necessidades dos investimentos do QualiSUS, adequou, em 2006, o documento original do Projeto, que já

havia sido aprovado, às diretrizes para captação de recursos externos junto aos organismos de financiamento internacional, definidos pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex). A expectativa é de que o Projeto esteja aprovado no primeiro semestre de 2007 e sua execução inicie a partir de julho de 2007.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

OBJETIVO

Prevenir e manter sob controle as doenças passíveis de imunização.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 784.070.524,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 780.165.312,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 780.165.312,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE COBERTURA VACINAL DE POLIOMIELITE EM MENORES DE 5 ANOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 95,46
Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
A meta será atingida conforme o programado.

2. TAXA DE COBERTURA VACINAL DE INFLUENZA EM MAIORES DE 60 ANOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 85,72
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
A meta será atingida conforme o programado.

3. TAXA DE COBERTURA VACINAL DE HEPATITE B EM MENORES DE 1 ANO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 93,1
Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
A meta será atingida conforme o programado.

4. TAXA DE COBERTURA VACINAL COM A VACINA TRÍPLICE VIRAL EM CRIANÇAS DE 1 ANO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 99,7
Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
A meta será atingida conforme o programado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Manutenção do atual estado de erradicação para poliomielite, febre amarela urbana e da eliminação do sarampo; alcance da eliminação do tétano neonatal; manter sob controle as demais doenças imunopreveníveis, além de controlar estes e outros agravos de relevância para a saúde pública do País, em situações ou grupos populacionais específicos.

Não implementar este Programa implicará sérios danos à população, que estará suscetível à disseminação de tais doenças, e terá como conseqüência o retorno de elevadas taxas de mortalidade e morbidade por este grupo de causa, acarretando altos custos sociais e financeiros ao País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Manutenção de altas coberturas vacinais de todo o calendário básico de imunizações;

• Vacinação de 95,46% das crianças menores de cinco anos contra a poliomielite;

• Vacinação de 85,72% das pessoas maiores de 60 anos contra a gripe, superando a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS), que é de 70%.

• Apesar dos resultados positivos alcançados pelas campanhas de vacinação promovidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o desempenho de alguns Municípios ainda está abaixo do programado, o que pode ser explicado pelos seguintes fatores:

a) dificuldades encontradas pelos gestores locais;
b) população superestimada pelos cálculos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que resultaria em metas maiores do que o efetivo

público-alvo;
c) sub-registro das doses aplicadas;
d) dificuldades de acesso aos locais de vacinação ou aos potenciais beneficiários;
e) mobilização social insatisfatória, ou seja, pouca sensibilização quanto à necessidade de vacinação.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A dotação prevista foi considerada suficiente, mas houve descontinuidade na liberação de recursos, sem, contudo, comprometer os resultados do Programa. Foram executados 99,5% dos recursos previstos e a cobertura vacinal foi considerada satisfatória.

Não obstante os bons resultados aferidos no exercício, o Programa enfrenta as seguintes restrições à sua melhor execução:

a) recursos materiais insuficientes nas equipes gerencial e executoras - houve falha no suprimento de insumos de informática, manutenção de máquinas e desenvolvimento de aplicativos; alguns Estados e Municípios necessitam de equipamentos, tais como geladeiras, termômetros, caixas térmicas para a melhoria da qualidade da rede de frio, computadores para informatização dos sistemas de informação em coordenações municipais e imunizações e salas de vacinação;
b) infra-estrutura inadequada nas equipes executoras - algumas equipes trabalham em condições precárias de infra-estrutura;
c) quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial - há necessidade de ampliação da equipe técnica para fortalecer as ações de vigilância epidemiológica no que se refere às doenças imunopreveníveis e da melhoria das relações de trabalho, tendo em vista o longo período sem concurso público;
d) quantidade inadequada e insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras - falta priorização das ações de Vigilância em Saúde e há precariedade na forma de contratação da força de trabalho. A vigilância em saúde se estrutura nos últimos anos. Muitos Estados e Municípios ainda não a consideram prioridade em relação à qualificação de recursos humanos, dificultando o processo de contratação das equipes, implicando a necessidade de os profissionais terem mais de um emprego, o que leva à ausência de capacitação e à rotatividade;
e) dificuldades de celebração de convênios, licitações e contratos, por conta da insuficiência e da falta de capacitação dos recursos humanos.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

SANEAMENTO RURAL

OBJETIVO

Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.

PÚBLICO-ALVO

População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 202.301.363,00	Empenho Liquidado:	R$ 187.645.520,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 187.645.520,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. TAXA DE COBERTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ÁREAS RURAIS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 21,57
Índice previsto ao final do PPA: 30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

2. TAXA DE COBERTURA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM ÁREAS RURAIS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 26

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
O índice apurado em 2005 foi de 19,76%.

3. TAXA DE COBERTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ÁREAS INDÍGENAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 31,5
Índice previsto ao final do PPA: 75

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

A viabilidade média de alcance justifica-se em parte pelo atraso na celebração dos convênios, bem como do tempo gasto para conclusão das obras financiadas, que geralmente passam de um exercício para outro.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A análise do quadro epidemiológico brasileiro e dos países em desenvolvimento revela a existência de altos índices de morbimortalidade relacionados com os fatores ambientais, especialmente com as precárias condições de saneamento básico. A baixa oferta e a baixa qualidade dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, resíduos sólidos e as condições inadequadas de moradia têm forte associação com os elevados casos de doenças como: diarréias, verminoses, hepatites, doença de Chagas, malária, dengue, leptospirose, infecções cutâneas e outras.

A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS)/ Organização Mundial de Saúde (OMS) cita o quanto se reduziria a morbidade com a melhoria no abastecimento de água e com a destinação adequada de dejetos:

a) prevenção de pelo menos 80% dos casos de febre tifóide e paratifóide;
b) redução de 60% a 70% dos casos de tracoma e esquistossomose;
c) prevenção de 40% a 50% dos casos de disenteria bacilar, amebíase, gastroenterites e infecções cutâneas, entre outras.

Diante do exposto, é de fundamental importância uma ativa participação do Setor Saúde, envolvendo todas as esferas do Sistema Único de Saúde (SUS), nos processos de discussão, formulação e implementação da Política de Saneamento Ambiental. Tal participação deverá envolver inclusive o apoio técnico e financeiro para a execução de ações.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Conclusão de oito obras de abastecimento de água em áreas indígenas, beneficiando oito aldeias;

• Conclusão de 32 obras em comunidades especiais, beneficiando 6.305 famílias;

• Capacitação de 231 Agentes Indígenas de Saneamento (Aisans) para operar e manter os sistemas de abastecimento de água nas aldeias;

• Ações de melhorias habitacionais para o controle de Chagas, beneficiando 1.659 famílias.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O cumprimento das metas físicas esteve abaixo do previsto. Em relação à dotação orçamentária, foi aprovada uma suplementação de R$ 5,6 milhões para a ação de saneamento básico em aldeias indígenas para prevenção e controle de agravos. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Foram executados 92,76% dos recursos previstos.

Como restrições à melhor execução do Programa, podem ser destacadas:

a) erros nos processos licitatórios;
b) indecisão da modalidade de licitação;
c) rotatividade e falta de Procuradores para analisar os editais;
d) mudança de Coordenadores Regionais;
e) atraso na elaboração de projetos;
f) recursos humanos insuficientes para elaboração de projetos;
g) apresentação de propostas superiores ao estimado pelas Coordenações Regionais.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O monitoramento do desempenho físico das ações ocorre por meio de sistemas informatizados (Sistema de Informação da Atenção da Saúde Indígena - Siasi; Sistema de Informação de Saneamento em Área Indígena - Sisabi e Sistema Gerencial de Acompanhamento de Projetos de Saneamento - Sigesan), que são alimentados pelos técnicos das coordenações regionais da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), permitindo ao nível central acompanhar e monitorar o desenvolvimento das ações nos Estados. Também são realizadas supervisões do nível central em cada Unidade da Federação para verificar o desenvolvimento das ações.

O Programa dispõe de importantes mecanismos de participação social. Registra-se ainda que a comunidade beneficiada tem a responsabilidade de gerenciar o sistema implantado.

As ações de saneamento em áreas indígenas são planejadas em reunião com o Conselho Distrital Indígena, onde são definidas as aldeias e as ações que serão realizadas. Para as ações realizadas por meio de convênio, a Funasa exige dos convenentes a realização do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (Pesms), que tem como objetivo estimular a participação da sociedade no desenvolvimento das ações e conscientizá-la da importância dos serviços de saneamento implantado.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE

OBJETIVO

Assegurar a qualidade e a auto-suficiência em sangue, componentes e derivados sangüíneos, e garantir a assistência aos portadores de doenças de coagulação sangüínea e de má formação das hemáceas.

PÚBLICO-ALVO

Pacientes portadores de hemofilia e da anemia falciforme, e demais pessoas que necessitem de transfusão de sangue.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 321.499.290,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 294.409.615,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 294.409.615,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE DOAÇÃO DE SANGUE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 1,84
Índice previsto ao final do PPA: 2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Existe uma limitação no cálculo desse indicador. A fonte de dados (Sistema de Informação Ambulatorial - SIA) restringe-se ao número de coletas efetivamente pagas, não considerando o número de coletas não pagas, como também, as coletas realizadas pelo setor privado não contratado pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

2. ÍNDICE DE DESEMPENHO DO CICLO DO SANGUE

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 0,55
Índice previsto ao final do PPA: 0,8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

A partir de uma revisão na fórmula de cálculo do indicador percebeu-se que ele apresentava uma incoerência na definição do numerador, pois não considerava a retirada das coletas que foram descartadas (por sorologia positiva ou algum outro motivo). Assim sendo, o indicador da forma que está concebido apresenta limitação metodológica.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de implementação de estratégias e ações para o enfrentamento e superação dos problemas relacionados à:

a) insuficiência de oferta de sangue e hemocomponentes, pelos serviços públicos de hemoterapia, para atender a 100% dos leitos do SUS;
b) precariedade da atenção aos portadores de coagulopatias e hemoglobinopatias;
c) limitação de hemoderivados aos pacientes hematológicos, inviabilizando o tratamento profilático de hemofílicos;
d) dependência de mercado/tecnologia externa de insumos estratégicos;
e) falta de tecnologia nacional para produção de hemoderivados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Atenção a cerca de 11.000 portadores de coagulopatias hereditárias, incluindo a distribuição de medicamentos/hemoderivados;

• Atenção a 16.000 portadores de hemoglobinopatias;

• Distribuição do manual de diagnóstico e tratamento da doença de von Willebrand para a Hemorrede;

• Distribuição de 320 mil exemplares de Manuais e Protocolos referentes à doença falciforme para a rede do SUS e associações de usuários.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O cumprimento das metas físicas esteve parcialmente dentro do previsto. As Ações, sob responsabilidade da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), 1H01 - Aquisição de Tecnologia e 1G99 - Implantação do Laboratório para Produção de Hemoderivados, Hemocomponentes e Biotecnologia não apresentaram qualquer execução orçamentária.

Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram considerados suficientes, mas o fluxo de recursos sofreu descontinuidade em razão do atraso na aprovação da LOA 2006 e pela restrição para transferência de recursos em ano eleitoral, sem, contudo, prejudicar decisivamente a execução programada. Foram executados 91,57% dos recursos previstos.

O Programa enfrentou as seguintes restrições no exercício de 2006, que prejudicaram a obtenção de um melhor desempenho:

a) a estrutura de equipamentos de informática é insuficiente;
b) a infra-estrutura física é precária, com instalações provisórias e falta de mobiliário para os profissionais;
c) a equipe gerencial ainda não apresenta o quadro de recursos humanos suficiente e qualificado para desenvolvimento das suas ações e a maioria dos profissionais possui vínculo de trabalho precário, propiciando grande fragilidade na execução dos trabalhos;
d) devido ao vínculo de trabalho precário, não existe um programa de desenvolvimento de recursos humanos bem delineado para a equipe gerencial;
e) prestação de contas deficiente por parte dos Estados e do Distrito Federal tem comprometido a utilização dos recursos disponíveis;
f) falta qualificação da Hemorrede Nacional para a elaboração dos pré-projetos e para cumprimento do cronograma estabelecido tem dificultado a celebração de convênios;
g) o Programa de Coagulopatias Hereditárias apresentou, no decorrer do ano, dificuldades na aquisição de Hemoderivados, por haver necessidade de aquisição de grande monta de medicamentos.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE

OBJETIVO

Identificar e monitorar os fatores de riscos ambientais (biológicos, físicos e químicos) que tenham relação com a saúde humana.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 11.875.947,00	Empenho Liquidado:	R$ 10.383.605,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 10.383.605,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

1. TAXA DE SECRETARIAS ESTADUAIS DE SAÚDE E SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DAS CAPITAIS COM VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE ESTRUTURADA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 63
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O índice previsto ao final do PPA já foi atingido, dado que em 2006 observa-se um total de 63% das Secretarias de Saúde Estaduais e das Capitais com a Vigilância Ambiental em Saúde estruturada.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As instâncias governamentais têm buscado métodos resolutivos capazes de oferecer respostas rápidas e competentes, não somente aos problemas tradicionais na área da saúde, mas também àqueles que emergem da recente atenção às interações entre o homem e o meio que o cerca. A ocupação territorial, as atividades econômicas e os processos produtivos nas cidades e no campo têm contribuído para uma maior qualidade de vida das populações, mas, também, as expõem a situações prejudiciais a sua saúde.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Disponibilização de informações da qualidade da água para consumo humano para o consumidor nas contas de água e no relatório anual em todas as Unidades da Federação (Decreto nº 5.440/2005);

• Fortalecimento da estruturação da vigilância em saúde ambiental relacionada às populações expostas a solo contaminado por meio de capacitação de 600 técnicos das Unidades da Federação;

• Realização do III Inventário Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental e a produção de mapas de indicadores de saúde ambiental;

• Implantação do Modelo de Atuação da Vigilância Ambiental em Saúde Relacionada aos Desastres Naturais (VIGIDESASTRES) no Estado do Rio Grande do Sul;

• Elaboração de mapa geoprocessado dos Municípios atingidos por desastres naturais em 2005;

• Ampliação do número de Unidades da Federação que desenvolvem atividade de vigilância em saúde ambiental relacionada à qualidade de ar.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Embora a meta prevista de estruturação da vigilância em saúde ambiental tenha sido atingida, deve-se ressaltar que ainda são observadas dificuldades de infra-estrutura logística e de recursos humanos para a implementação dessa vigilância, principalmente nas Secretarias Municipais de Saúde das Capitais.

O cumprimento das metas físicas esteve dentro do previsto. Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram considerados suficientes, mas houve descontinuidade na liberação dos recursos, com prejuízo à execução programada.

As ações previstas para o primeiro semestre sofreram algumas dificuldades devido ao atraso na aprovação da LOA 2006, mas foram possíveis arranjos gerenciais que impediram problemas maiores na execução das atividades durante o ano. Contudo, em decorrência da demora de liberação de recursos e por se tratar de um ano eleitoral, a disponibilização de acesso ao sistema de gestão de convênios (GESCOM) ficou prejudicada. Assim sendo, alguns convênios não tiveram recursos disponíveis até o final do exercício. Foram executados 87,43% dos recursos previstos.

Para um melhor desempenho do Programa, é necessária a superação das seguintes restrições:

a) número de computadores insuficientes, além de alguns ultrapassados, dificuldade de reposição de cartuchos para as impressoras e fotocopiadoras, e ainda infra-estrutura inadequada às funções, rotinas e processos desempenhados no âmbito da equipe gerencial;

b) o estágio de estruturação da área de Vigilância em Saúde Ambiental nas Secretarias Municipais de Saúde e em algumas Secretarias Estaduais de Saúde é um fator limitante para a execução das ações desse Programa , sobretudo, no que se refere à disponibilidade dos recursos materiais. Em virtude do atual estágio de estruturação, as equipes desse Programa são locadas nos setores de Vigilância Epidemiológica ou Sanitária, acarretando dificuldades na execução das ações;
c) a quantidade de pessoas que compõem a equipe gerencial está abaixo do necessário para desempenhar as competências da Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental, expressas na Instrução Normativa nº 1 de 7 de março de 2005;
d) dificuldades na implantação da Vigilância em Saúde Ambiental devido ao reduzido número de profissionais envolvidos com a área.

RECOMENDAÇÕES

• Locação de recursos humanos permanentes para a área de Saúde Ambiental;

• Elaboração de planos de cargos e salários para área de Saúde Pública nas três esferas de gestão;

• Implementação de laboratórios de saúde pública para análises de amostras ambientais e biológicas dos contaminantes químicos;

• Incremento progressivo do orçamento geral da União para a área de Saúde Ambiental;

• Institucionalização de um Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental no âmbito da Vigilância em Saúde.

VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS NÃO-TRANSMISSÍVEIS

OBJETIVO

Implantar o sistema nacional de vigilância das doenças e agravos não-transmissíveis e seus fatores de risco, produzir análises específicas, divulgar orientações e informações técnicas, induzir, articular, apoiar e avaliar ações de prevenção e controle das DAnT no País.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 9.490.000,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 8.394.187,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 8.394.187,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE ÓBITOS POR DOENÇAS CARDIOVASCULARES NA FAIXA ETÁRIA DE 30 A 49 ANOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ÓBITOS PELO MESMO GRUPO DE DOENÇAS NOS MAIORES DE 30 ANOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 9,25
Índice previsto ao final do PPA: 9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
É provável que ao final do PPA o alcance do índice proposto não seja alcançado. Ressalta-se ainda que o registro de mortalidade é computado com uma certa defasagem temporal.

2. TAXA DE SECRETARIAS ESTADUAIS DE SAÚDE E SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DAS CAPITAIS COM UNIDADES DE ATENÇÃO ÀS DOENÇAS E AGRAVOS NÃO-TRANSMISSÍVEIS (DANT) IMPLANTADAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 100
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O índice previsto para o final do plano foi atingido em 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As Doenças e Agravos não-Transmissíveis (DAnT) lideram as causas de morte no País e respondem por elevada carga de morbidade e despesas com assistência médico-hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS). Apesar disso, não há um sistema de vigilância para as DAnT implantado no Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Implementação do Vigilância de Fatores de Risco para Doenças Crônicas não-Transmissíveis por Entrevistas Telefônicas (VIGITEL);

• Conclusão do estudo sobre a formulação de políticas de vigilância e prevenção de Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT);

• Produção, validação e publicação da Tabela Brasileira com Indicadores de Doenças Evitáveis;

• Implantação do projeto Vigilância de Acidentes e Violências em Serviços Sentinela em 39 Municípios e 27 Estados;

• Lançamento do sítio eletrônico REDEPAZBRASIL, <http://www.redepazbrasil.ufms.br> em parceria com Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O programa não conta, no âmbito do PPA, com metas físicas definidas para o seu acompanhamento. Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram considerados suficientes e o fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Foram executados 88,45% dos recursos previstos.

Os recursos materiais e humanos insuficientes nas equipes gerencial e executores, a infra-estrutura inadequada nas equipes executoras, a quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes gerencial e executoras e a insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras são apontados como restrições ao melhor desempenho do Programa.

RECOMENDAÇÕES

• Não há recomendações.

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

OBJETIVO

Prevenir e controlar doenças, surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas de maneira oportuna; reduzir a morbimortalidade por doenças transmitidas por vetores e zoonozes.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.474.563.149,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 1.390.719.933,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 1.390.719.933,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. INCIDÊNCIA DO SARAMPO

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 0
Índice previsto ao final do PPA: 0

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
Será possível atingir o índice dentro do programado.

2. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE PARALISIA FLÁCIDA AGUDA

Unidade de medida: 1/100.000
Índice apurado em 2006: 1
Índice previsto ao final do PPA: 1

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
Será possível atingir o índice dentro do programado.

3. TAXA DE INVESTIGAÇÃO *IN LOCO* EM EMERGÊNCIAS EPIDEMIOLÓGICAS DE RELEVÂNCIA NACIONAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 100
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
Será possível atingir dentro do programado.

4. TAXA DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA ENCERRADOS OPORTUNAMENTE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 73
Índice previsto ao final do PPA: 80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
Problemas operacionais na vigilância epidemiológica e na transição da versão *Windows* para a versão NET do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) podem prejudicar o alcance da meta.

5. INCIDÊNCIA DE RAIVA HUMANA TRANSMITIDA POR ANIMAL DOMÉSTICO

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 6
Índice previsto ao final do PPA: 0

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

6. TAXA DE LETALIDADE POR LEISHMANIOSE VISCERAL (CALAZAR)

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 7,48
Índice previsto ao final do PPA: 5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Devido à complexidade da intervenção, que envolve diferentes aspectos relacionados à organização do serviço, desde a assistência na rede básica até procedimentos de média e alta complexidade, a expectativa de atingir a meta programada para esse indicador é baixa.

7. TAXA DE MUNICÍPIOS COM PELO MENOS 80% DE COBERTURA VACINAL CANINA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 83,5
Índice previsto ao final do PPA: 85

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
Será possível atingir dentro do programado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Ainda hoje se verifica um sub-registro da ocorrência das doenças de notificação compulsória, uma detecção tardia e uma limitada análise sobre problemas de saúde pública prioritários, levando a uma limitação da capacidade de intervenção na prevenção e no controle de doenças e agravos de interesse em saúde pública. Dessa forma, faz-se necessário fortalecer o processo de reestruturação e implementação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (Sisvan) e incrementar a Prevenção e o Controle de Doenças Transmissíveis com o intuito de consolidar as estruturas permanentes e descentralizadas capazes de dar sustentabilidade à execução de ações que produzam o necessário impacto sobre os indicadores de morbimortalidade de importantes agravos no Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Investigação de 100% dos surtos e epidemias de relevância nacional;
- Formulação do Plano de Preparação para a Pandemia de *Influenza*;
- Certificação internacional pela interrupção da transmissão da doença de Chagas pelo T infestans e da interrupção da transmissão da tripanossomíase transfusional nos Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná;
- Implantação da vigilância das infecções por rotavírus;
- Implantação de 85 Núcleos Hospitalares de Vigilância Epidemiológica;
- Manutenção da interrupção da transmissão do sarampo.

O Brasil acumula resultados favoráveis na vigilância epidemiológica e controle das doenças transmissíveis, o que contribui para a redução da mortalidade evitável, da morbidade e para a melhoria da qualidade vida da população.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O cumprimento das metas físicas esteve parcialmente dentro do previsto, contudo, grande parte das ações tem como produto população coberta. Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram considerados suficientes, mas o fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Foram executados 94,31% dos recursos previstos.

Algumas atividades programadas deixaram de ser executadas em razão da falta de liberação ou da liberação tardia do limite de empenho orçamentário. Dentre as iniciativas prejudicadas estão: celebração de convênios, realização de visitas de supervisão e assessoria técnica aos Estados e Municípios.

O Programa enfrentou as seguintes restrições, que impediram a obtenção de um melhor desempenho:

a) falha no suprimento de insumos de informática e manutenção de máquinas;
b) falhas na produção, aquisição e distribuição de medicamentos para o controle de doenças e reagentes para diagnóstico de laboratório;
c) algumas equipes executoras trabalham em condições precárias de infra-estrutura;
d) necessidade de ampliação da equipe técnica para fortalecer as ações de vigilância epidemiológica e a melhoria das relações de trabalho, pois a carência de um quadro técnico qualificado na equipe tem causado dificuldades para a celebração de convênios na gerência.
e) falta priorização das ações de Vigilância em Saúde, em relação à qualificação de recursos humanos;
f) devido a vínculos de trabalho precários das equipes estaduais e municipais, os profissionais mantêm mais de um emprego, o que dificulta sua participação em atividades de capacitação.

Apesar da dificuldade de execução orçamentária de parte de alguns Estados e Municípios, o que tem reflexo no baixo desempenho dos mesmos, a média do País é considerada satisfatória.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E ATENÇÃO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

OBJETIVO

Reduzir a incidência da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS e de outras doenças sexualmente transmissíveis, melhorando a qualidade de vida dos pacientes.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.305.357.000,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 1.279.494.376,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 1.279.494.376,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR AIDS

Unidade de medida: 1/100.000
Índice apurado em 2006: 6
Índice previsto ao final do PPA: 5,09

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Conforme atualização dos dados e revisão das estimativas e das previsões, o índice final indicativo no PPA, em 2007, provavelmente não será atingido.

2. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE AIDS

Unidade de medida: 1/100.000
Índice apurado em 2006: 18
Índice previsto ao final do PPA: 10,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Conforme atualização dos dados e revisão das estimativas e previsões, o índice final indicativo no PPA, em 2007, provavelmente não será atingido.

3. TAXA DE DETECÇÃO DE CASOS DE SÍFILIS CONGÊNITA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 46
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Conforme atualização dos dados e revisão das estimativas e previsões, o índice final indicativo no PPA, em 2007, poderá ser atingido, como resultado das ações e atividades promovidas pelo Programa junto aos gestores estaduais e municipais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Estudo realizado pelo Ministério da Saúde (MS) estima a existência de 600 mil casos de infecção pelo vírus da aids, considerando a população de 15 a 49 anos. As regiões Sul e Sudeste concentram 83% do total de casos notificados desde o início da epidemia.

Considerando a razão de casos entre homens e mulheres, o indicador variou de 6,5 casos entre homens para cada caso entre mulheres, em média, no período de 1980 a 1990 para:

a) 1999: dois casos em homens para cada caso em mulher;
b) 2000: 1,8 caso em homens para cada caso em mulher;
c) 2001: 1,7 caso em homens para cada caso em mulher.

Particularmente, na faixa etária de 13 a 19 anos, esta razão entre homens e mulheres apresenta sinais de inversão entre 1998 e 2001:

a) 1998: 0,9 caso em homens para cada caso em mulher;
b) 1999: 0,9 caso em homens para cada caso em mulher;
c) 2000: 0,8 caso em homens para cada caso em mulher;
d) 2001: 0,6 caso em homens para cada caso em mulher.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Implementação do programa de Saúde e Prevenção das DST/Aids nas Escolas em 50% dos Municípios brasileiros;

• Distribuição de 253 milhões de preservativos masculinos e de 1,3 milhão de preservativos femininos;

• Disponibilização de antirretrovirais (ARV) para 180 mil pacientes com HIV/AIDS e talidomida para 100% das pessoas com indicação de tratamento ARV;

• Tratamento de 60% das gestantes HIV+ e ampliação da testagem de 69% para 95% da sífilis em gestantes;

• Implantação do diagnóstico do HIV e da sífilis nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), aumentando de 34% para 68% a testagem;

• Ampliação em 90% da capacidade nacional para produção de testes rápidos para o HIV e sífilis;

• Implantação da vigilância epidemiológica da sífilis na gestação nas 26 capitais de Estados e no Distrito Federal;

• Ampliação em 28%, de 548 para 688, da rede de serviços ambulatoriais em HIV/AIDS;

• Implantação do tratamento das lipodistrofias em pessoas que vivem com HIV/AIDS nos 26 Estados e no Distrito Federal;

• Disponibilização de *kits* diagnóstico e insumos de laboratórios para o HIV 1 e 2 e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) para todo o País.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O cumprimento das metas físicas esteve parcialmente dentro do previsto. Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram suficientes, sendo executados 98,02% dos recursos previstos. Contudo, os 2% não executados representam mais de R$ 25,7 milhões, que não foram empenhados por falta de liberação tempestiva do limite para empenho.

Essa descontinuidade no fluxo de recursos prejudicou a execução física e provocou a inscrição de R$ 328,07 milhões em restos a pagar, que representam cerca de 25% do orçamento aprovado em 2006.

Os recursos de restos a pagar são uma constante anual, nos últimos oito anos, no Programa e, em geral, resultantes da combinação de três situações principais:

a) limite e contingenciamento dos tetos financeiros para o MS no decreto de programação financeira anual;
b) aprovação tardia pelo Congresso Nacional das suplementações orçamentárias, geralmente em final de novembro ou em dezembro de cada ano, mesmo quando a solicitação é encaminhada no mês de março do ano;
c) teto para empenho pelo MS insuficiente, principalmente no último trimestre de cada ano.

Os restos a pagar do ano de 2005 foram no valor de mais de R$ 85 milhões, sendo que R$ 16,9 milhões passaram ainda de 2006 para 2007, e os restos a pagar de 2006 para 2007 são mais de R$ 328 milhões.

Os recursos humanos que atualmente prestam serviços ao Programa Nacional estão adequados, mas a sua situação funcional é precária, pois a grande maioria é contratada como consultores pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC), e depende atualmente de prorrogação periódica do Termo de Ajuste de Conduta (TAC), feito com o Ministério Público do Trabalho (MPT), o que gera insegurança nos contratados e pode colocar em risco os resultados e metas previstas no Programa. O TAC está prorrogado até junho 2008, com obrigação do MS realizar concurso público no período. No caso das equipes dos Estados e Municípios, verifica-se a carência de recursos humanos em vários Estados, principalmente nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O Programa enfrentou dificuldades em licitações e celebração de contratos. O processo de aquisição de 1 bilhão de unidades de preservativos masculinos, dentro dos procedimentos do Acordo de Empréstimo do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), do Projeto Aids III e do MS, não conseguiu superar as etapas burocráticas, de forma que não foi realizado o empenho dos recursos em 2006, tendo conseqüências no orçamento 2007. Também ocorreram dificuldades nas licitações para aquisição de testes de carga viral.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa dispõe de mecanismos operacionais que resultam em boa gestão e implementação, bons resultados, efeitos e impactos:

a) cooperação internacional com UNESCO e UNODC, que agiliza a realização das aquisições de bens e de serviços de menor monta, bem como de atividades administrativas e burocráticas de implementação com parceiros executores;
b) maioria da equipe do Programa composta por consultores com *expertise* e grande conhecimento dos assuntos pertinentes, contratados pela UNESCO e pela UNODC, que estão conscientes de seu papel na causa e na luta contra a epidemia do HIV/AIDS e de outras DST.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DA MALÁRIA E DA DENGUE

OBJETIVO

Reduzir a ocorrência da malária e da dengue mediante controle vetorial.

PÚBLICO-ALVO

População residente em áreas receptivas e vulneráveis à malária e à dengue.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 66.577.677,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 64.568.114,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 64.568.114,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE DENGUE

Unidade de medida: 1/100.000
Índice apurado em 2006: 185
Índice previsto ao final do PPA: 83,16

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O País possui mais de 3.500 Municípios infestados por *Aedes aegypti*, com condições climáticas muito favoráveis a esse vetor.

2. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE MALÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL

Unidade de medida: 1/100.000
Índice apurado em 2006: 2.260
Índice previsto ao final do PPA: 1.180

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Com a introdução de novo esquema terapêutico para os casos de *Plasmodium falciparum*, com a mobilização dos gestores e com o aumento dos pontos de diagnóstico, a tendência é uma redução significativa no número de casos de malária.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A malária constitui um importante problema de saúde pública no Brasil, especialmente na Amazônia Legal, onde se concentram mais de 99% dos casos registrados no País.

A dengue é um problema de saúde pública no Brasil, com a circulação simultânea de três sorotipos em 22 Estados da Federação e a tendência de aumento no número de casos de febre hemorrágica de dengue e óbitos. Cerca de 3.500 Municípios do País encontram-se infestados por *Aedes aegypt*.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Redução de 10,5% no número de casos de malária na Amazônia Legal em relação a 2005;

• Redução do número de casos de malária em sete dos nove Estados da Amazônia Legal;

• Aumento de 13,1% no número de unidades para diagnóstico da malária na Amazônia Legal;

• Redução do número de casos de dengue nas Regiões Norte (-23%) e Nordeste (-17%).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Apesar do cumprimento das metas físicas, o Programa teve um fraco desempenho, com um considerável crescimento no número de casos de dengue registrados.

Os recursos orçamentários foram considerados suficientes e o fluxo de recursos esteve compatível com a programação. Foram executados 96,98% dos recursos previstos.

A maioria dos recursos é referente ao Teto Financeiro de Vigilância em Saúde, com repasse regular e automático para as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde pelo mecanismo fundo a fundo.

A implementação do Programa compete às três esferas de Governo. A integração inicia-se com o processo de pactuação de metas e prioridades e consolida-se nas reuniões de avaliação, onde as três esferas de gestão são envolvidas.

O baixo desempenho do programa pode ser atribuído, em parte, às seguintes restrições:

a) muitos Municípios não possuem agilidade administrativa para a aquisição de insumos essenciais e equipamentos para apoio aos agentes que executam as ações de campo, nesse sentido o Ministério da Saúde (MS) procura minimizar o problema aportando recursos do seu orçamento para aquisição de veículos, embarcações, microscópios e computadores;

b) a maioria dos Municípios alega os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal como impedimento para a contratação de profissionais no quantitativo adequado para a execução das ações de controle, de acordo com as normas técnicas. Além disso, a alta rotatividade dos agentes de campo nos Municípios gera uma demanda permanente por capacitações, assim como impede a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população;
c) os Municípios e as Secretarias Estaduais de Saúde possuem pouca estrutura e agilidade para a realização dos processos licitatórios, comprometendo a continuidade das ações de controle.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O controle da dengue exige a implantação de ações intersetoriais no âmbito municipal, assim como a manutenção do número de agentes de campo, de forma a viabilizar a visita domiciliar a cada dois meses, o que não é realizado em um número significativo de Municípios, que alegam os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal para a não contratação de pessoal.

A diminuição dos riscos da ocorrência de epidemias de dengue também depende da indução de políticas públicas que promovam ações e planos integrados em regiões metropolitanas, principalmente quanto à mobilização social, abastecimento de água e resíduos sólidos. No que concerne ao abastecimento de água, é fundamental a implantação de políticas que garantam a regularidade do abastecimento, uma vez que o acúmulo de água em tambores e tonéis favorece o aparecimento do mosquito transmissor.

O programa disponibiliza, por meio do sítio <http//www.saude.gov.br>, boletins epidemiológicos periódicos sobre a malária e a dengue.

Como mecanismo de promoção da participação social, deve ser destacado o papel do Conselho Nacional de Saúde (CNS), fórum onde as ações relativas ao controle da dengue e malária, inclusive a execução orçamentária, são discutidas.

Dado preocupante é que, em 2006, foi registrado um aumento de 59,1% no número de casos de dengue em relação a 2005.

RECOMENDAÇÕES

• Não há recomendações.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS, SERVIÇOS E AMBIENTES

OBJETIVO

Prevenir riscos à saúde da população mediante a garantia da qualidade dos produtos, serviços e dos ambientes sujeitos à vigilância sanitária.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 251.936.299,00	Empenho Liquidado:	R$ 249.565.211,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 249.565.211,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE REAÇÃO ADVERSA GRAVE A MEDICAMENTOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 33,29
Índice previsto ao final do PPA: 19,25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Em 2006, foi implantado o Sistema de Notificação para a Vigilância Sanitária (Notivisa), sistema de informações da Anvisa para notificações relacionadas à farmacovigilância, tecnovigilância, hemovigilância e outras queixas técnicas. Como se trata de um sistema de notificação que se encontra em fase inicial, o esperado é que o número total das notificações aumente. Tal melhoria do sistema de notificações é expressa pela média anual de notificações que cresceu de 33,11%, em 2005, para 33,3%, em 2006. No entanto, pela peculiaridade desse indicador, após um aumento expressivo do número de notificações, espera-se que, em determinado intervalo de tempo, o número das notificações de reações adversas graves comece a diminuir, demonstrando a eficácia da vigilância pós-mercado. Isso se refletirá no decréscimo da relação percentual encontrada nesse indicador, porém, não em 2006, como foi projetado.

2. PERCENTUAL DE HOSPITAIS ALIMENTANDO O BANCO DE DADOS DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO PARA O CONTROLE DE INFECÇÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE - SINAIS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 12
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Até dezembro de 2006, 106 hospitais alimentaram o banco de dados nacional do Sistema Nacional de Informação para o Controle de Infecções em Serviços de Saúde (SINAIS), o que representa 12% do total de 877 hospitais prioritários.

Essa alimentação foi dificultada pelo fato de que Estados com maior número de hospitais prioritários (São Paulo e Rio de Janeiro) não aderiram à utilização do sistema, em função do atraso na entrega do Módulo de consulta *web*.

A consulta *web* tinha o seu funcionamento previsto para 15 de maio de 2006, mas ainda não está acessível aos gestores, reduzindo a motivação dos representantes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (Sinavisa) dos Estados e Municípios e, conseqüentemente, dificultando a execução de ações de promoção para a implantação do SINAIS.

3. TAXA DE COBERTURA DAS AÇÕES DE INSPEÇÃO SANITÁRIA EM RELAÇÃO AOS PARÂMETROS PACTUADOS NO TAM (TERMO DE AJUSTES E METAS)

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 91,43
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Em 2006, foram mais de 175 Municípios pactuados no Termo de Ajustes e Metas (TAM), totalizando, assim, 791. Esses Municípios, em conjunto com os Estados, cumpriram a meta estabelecida - a cada caso - para a realização de inspeções.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O campo de atuação da vigilância sanitária brasileira é principalmente a proteção da saúde, incluindo também ações de promoção. Assim, sua finalidade é proteger a saúde da população por intermédio do controle sanitário da produção, da circulação e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados.

Produção, distribuição e comercialização de medicamentos, cosméticos, saneantes, alimentos e outros produtos de saúde, bem como a prestação de serviços de saúde, podem se converter em um risco para a população, caso esses processos não tenham sido feitos com um padrão de qualidade que garanta a sua utilização de forma segura.

A circulação de pessoas, por intermédio dos meios de transporte provenientes do exterior ou de outros Estados brasileiros, é outro foco de atuação da vigilância, inclusive no controle das condições sanitárias dos portos, aeroportos, fronteiras e terminais alfandegados por onde transitam viajantes e mercadorias. Por meio dessa ação, previne-se a entrada e a disseminação de doenças, seus agentes, vetores e reservatórios.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realização de cerca de 990 mil fiscalizações sanitárias em portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegados;

• Realização de 13.700 fiscalizações de produtos e de serviços sujeitos ao controle da vigilância sanitária;

• Realização de 31.048 inspeções sanitárias, contemplando todas as áreas pactuadas no TAM com Estados e Municípios;

• Implantação do Bulário eletrônico no sítio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);

• Proibição da fabricação e distribuição de 255 medicamentos similares, de alto risco sanitário, devido à insuficiência dos testes de biodisponibilidade relativa, a serem realizados em seres humanos;

• Avaliação dos preços para a entrada no mercado de 2.859 novas apresentações e medicamentos novos, em cumprimento à Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003;

• Inspeções internacionais em aproximadamente 843 unidades fabris de medicamentos, que exportam para o Brasil, nivelando-as ao padrão de qualidade nacional;

• Introdução da temática da vigilância sanitária nas escolas de ensino fundamental e médio.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O cumprimento de metas físicas esteve parcialmente dentro do previsto. A construção da sede da Anvisa, cuja meta era de 20% de conclusão do projeto, não teve início. A grande dificuldade imposta para começar a execução da ação está relacionada à obtenção de terreno em dimensões adequadas para a construção de unidade física, capaz de atender às reais necessidades da Agência.

Com relação à Ação 6133 – Vigilância Sanitária de Produtos, sua avaliação é feita por meio das informações fornecidas pelos Estados e Municípios, relativas ao cumprimento do TAM. Entretanto, há uma defasagem de tempo entre a realização das inspeções e o repasse das informações pelos Estados para a Anvisa, dando a falsa impressão de baixo desempenho físico da meta.

Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram suficientes e os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Foram executados 99,06% dos recursos previstos.

Não foram apresentadas quaisquer restrições à execução do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Para o monitoramento das ações, a Anvisa se utiliza de informações do Sinavisa, que está em operação em alguns Estados. Contudo, em discussão com o Sinvisa (em fóruns tripartites), observou-se a necessidade do seu aprimoramento.

É importante registrar as dificuldades em relação à temporalidade entre a captação dos dados e o período de alimentação do sistema de informações do Governo Federal (Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Ações em Saúde - SISPLAM), visto que as informações são geradas nos Municípios e consolidadas nos Estados.

O Programa possui diversos mecanismos de participação social, dos quais cabe destacar:

a) reunião com grupos de interesse, nos quais os integrantes das câmaras reúnem-se semestralmente, quando identificam temas prioritários e propõem diretrizes estratégicas sobre eles, a serem seguidos pela Anvisa. As Câmaras Setoriais têm em sua composição representantes de outras instâncias governamentais, do setor regulado e dos usuários de produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária. Atualmente, a Anvisa conta com 10 Câmaras Setoriais, sendo que seis foram constituídas em 2005 e quatro (sangue, tecidos e órgãos, saneantes, alimentos e portos, aeroportos e recintos alfandegados) em 2006;
b) Conselho Setorial, onde os assuntos de relevância da Vigilância Sanitária são levados para discussão no Conselho Nacional de Saúde (CNS). Em 2006, o Plano Diretor de Vigilância Sanitária (PDVISA) foi levado como pauta a três reuniões ordinárias do CNS e da Câmara de Farmacoepidemiologia e Vigilância Sanitária;
c) Conselho Consultivo da Anvisa, que consiste em outro canal de comunicação, formado por representantes de instituições da administração pública, da sociedade civil organizada e da comunidade científica. Em 2006, o Conselho Consultivo se reuniu trimestralmente, dentre as deliberações, pode ser destacado o apoio à Pactuação tripartite do PDVISA, encaminhado, em forma de moção, ao Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (Conass), ao Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems), ao Ministério da Saúde (MS) e ao CNS. Também foi efetivo o trabalho de avaliação do cumprimento das metas do contrato de Gestão firmado entre a Anvisa e o Ministério da Saúde.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.



MINISTÉRIO DAS CIDADES

Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte

Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte

Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

Financiamento Imobiliário Habitacional

Fortalecimento da Gestão Urbana

Habitação de Interesse Social

Mobilidade Urbana

Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H

Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais

Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos

Serviços Urbanos de Água e Esgoto

Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério das Cidades (MCidades), foram utilizados **R$ 10.610.079.013,97** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 5.103.413.785,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 3.710.390.235,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**R$ 10.508.085.946,41**	**Realizado não-orçamentário:**	**R$ 6.899.688.778,97**
Total previsto:	**R$ 15.611.499.731,41**	**Total realizado:**	**R$ 10.610.079.013,97**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MCidades não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 1.688.977.400,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 975.614.570,00**.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Na área de habitação foram destinados recursos da ordem de R$ 14,1 bilhões, quantia que supera em 53% os R$ 9,2 bilhões contratados no ano anterior. As Ações do Programa de Habitação de Interesse Social com recursos do FGTS continuaram sendo focalizadas em famílias com renda familiar de até cinco salários mínimos, com expressivo volume de subsídios em suas operações, em especial àquelas destinadas à população na faixa de renda de um salário mínimo. Na Ação Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda, foram contratados R$ 128,9 milhões. As obras encontram-se em fase de execução e, quando concluídas, deverão beneficiar 11.500 famílias. No Programa Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, destacam-se:

a) Ação Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários, com recursos contratados da ordem de R$ 893,1 milhões, cujas obras encontram-se em fase de execução e, quando concluídas, deverão beneficiar cerca de 81.200 famílias;
b) Ação Habitar-Brasil/BID – no componente Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS) beneficiou cerca de 1.300 famílias;

• O Programa de Financiamento Imobiliário Habitacional superou a meta estabelecida, especialmente, em função do elevado volume de contratações nas Ações de Financiamento à Pessoa Física para Aquisição de Imóvel Usado (recursos do FGTS) e de Financiamento Imobiliário (recursos SBPE/SFI operados pela Caixa Econômica Federal), superando em 200% a meta estabelecida. A execução financeira global do Programa superou em 40% a meta originalmente prevista;

• Na Ação Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos

Informais em Áreas Urbanas, foram firmados 59 contratos com diversos Municípios, no valor de R$ 13,4 milhões que deverão beneficiar, quando concluídos, cerca de 104,2 mil famílias;

• Quanto aos programas da área de saneamento, as 2.940 obras de infra-estrutura concluídas nos Municípios com população urbana de até 100 mil habitantes corresponderam a investimentos de R$ 466 milhões entre 2002 e 2006. Foram empenhados mais de R$ 669 milhões para obras de infra-estrutura no ano de 2006, beneficiando 3.695 Municípios quando as intervenções forem concluídas. Nos Municípios com população urbana acima de 100 mil habitantes, 1.007 obras de infra-estrutura foram concluídas, o que corresponde a investimentos de aproximadamente R$ 200 milhões entre 2002 e 2006. Cerca de 256 Municípios serão beneficiados quando as intervenções forem concluídas com R$ 256 milhões empenhados em 2006;

• No Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto, a conclusão de 172 obras de saneamento no País, corresponde a investimentos de R$ 62,3 milhões, beneficiando em torno de 270 mil famílias. Foram formalizados 54 convênios e empenhados R$ 199,05 milhões no Projeto de Saneamento em Regiões Metropolitanas empreendido em conjunto pelo Ministério das Cidades (MCidades) e pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para iniciativas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e desenvolvimento institucional, beneficiando 79 Municípios;

• Na área de mobilidade urbana, o MCidades apoiou projetos que favoreceram os deslocamentos não-motorizados e o transporte coletivo, reduzindo os efeitos negativos da circulação urbana, e contribuindo para a melhoria da prestação de serviços de transportes metro-ferroviários estaduais ou municipais por meio da modernização e expansão dos respectivos sistemas. O Programa Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta – Bicicleta Brasil, que visa ao incentivo do uso da bicicleta como meio de deslocamento e à sua integração aos demais sistemas de transporte urbano, investiu R$ 2,7 milhões na construção de 25 ciclovias e em dois projetos de ciclovias. A implantação do Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano – Trecho Parque Dom Pedro II – Cidade Tiradentes (SP), com 31,8 km de extensão, terminais interligados às linhas do metrô e ao sistema de trens urbanos da CPTM, atenderá 1,5 milhão de usuários, em sua maioria de baixa renda, reduzindo o tempo médio de deslocamento de 130 para 70 minutos. O Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana – Brasil Acessível investiu cerca de R$ 1 milhão em sete projetos de acessibilidade para construção de rampas, passeios e rotas acessíveis e publicou seis cadernos informativos e de capacitação;

• No Programa de Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros, os principais resultados atingidos foram:

a) Linha 1 do metrô de Belo Horizonte, Eldorado-Vilarinho: intervenção em plena execução;
b) Projeto Metrô do Recife: retomada plena das intervenções, com vistas à conclusão da Linha Sul, entre a Estação Recife e Cajueiro do Recife;
c) Natal: inauguração de mais uma estação, Nordelândia;
d) João Pessoa: em 2006, ultrapassou a demanda transportada pelo sistema de Natal,

e vem concluindo recuperação de carros de passageiros e de uma locomotiva;

e) Maceió: empenhados recursos para recuperação da via, para recuperação de uma locomotiva e para a reforma da Estação da Satuba;
f) Fortaleza: intervenção em plena execução;
g) Salvador, trecho Lapa-Acesso Norte: frentes de trabalho nas estações Lapa, Campo da Pólvora, Brotas e Acesso Norte, iniciando a execução do elevado Bonocô II e III;
h) Salvador-Calçada-Paripe: as obras de recuperação da via, lastro, substituição de trilhos e dormentes, drenagem e capina, foram iniciadas, programando-se a substituição da ponte São João e da subestação retificadora de Lobato;

• O Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) promoveu em todo o Território Nacional, diversos cursos, sendo:

a) Curso para Integração dos Municípios ao SNT;
b) cursos específicos de Engenharia de Tráfego;
c) Curso Técnico Básico de Trânsito;
d) Curso de Educação de Trânsito, capacitando um total de 4.096 profissionais, incluindo órgãos municipais de trânsito, sendo o último realizado em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), por meio de Termo de Cooperação.

PRINCIPAIS DIFICULDADES/RESTRIÇÕES E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

O Ministério das Cidades possui aderência entre a atual estrutura programática e a sua estrutura organizacional. A articulação entre as unidades é satisfatória, mas não é ideal. Os programas/ações estão devidamente alocados nas diversas unidades e são compatíveis com os objetivos do órgão. Face às demandas existentes, que crescem continuamente, a estrutura organizacional do órgão tornou-se insuficiente. O MCidades possui um quadro de pessoal muito reduzido e a falta de qualificação é preocupante. O espaço físico também é inadequado e insalubre, gerando insatisfação e desmotivação nos servidores. Diante de tais fatos o MCidades está elaborando a sua revisão organizacional, com o intuito de melhorar a comunicação entre os processos, racionalizar os fluxos de informações e otimizar as suas atividades, dentre outros benefícios. Quando da sua implementação haverá uma melhor aderência entre a estrutura organizacional e a estrutura programática.

A execução das intervenções propostas pelo órgão também foi prejudicada por dificuldades na realização de licitações, celebração de contratos e convênios. Em grande medida, isso ocorreu por motivo de inadimplência dos entes federativos que acessam os recursos, sobretudo, no que tange à regularidade fiscal e previdenciária, ou mesmo por conta de sua baixa capacidade institucional para apresentação dos documentos exigidos pela legislação em vigor para descentralização dos recursos.

Outra dificuldade é a dispersão de recursos imposta pelo grande número de emendas parlamentares introduzidas na programação do Ministério. Muitas vezes, referem-se a localidades não compreendidas entre as prioridades estabelecidas, se sobrepõem a outras

iniciativas do órgão, ou mesmo não possuem projetos básicos necessários à implementação das obras. Em alguns programas, a magnitude das emendas parlamentares atinge quase a totalidade dos recursos disponíveis, dificultando o planejamento das iniciativas e comprometendo a qualidade do gasto público.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Muitas iniciativas do MCidades têm caráter de execução plurianual, envolvendo a execução de obras de engenharia complexas, para as quais são exigidos licenciamentos ambientais, elaboração de projetos básicos e executivos, demandam, portanto, maior tempo e apresentam inúmeras variações. Assim, em alguns casos, não se pode esperar que haja execução física significativa no mesmo exercício de contratação da intervenção. Além disso, o MCidades, ao trabalhar mediante contratos de repasse, só efetua o desembolso financeiro de cada etapa da obra após a sua conclusão, aferida pela Caixa Econômica Federal, de forma que a execução física de muitas de suas ações precede à sua liquidação financeira.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICÍPIOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE

OBJETIVO

Apoiar a implantação e/ou adequação de recursos de infra-estrutura urbana que contribuam para a qualidade de vida da população por meio de obras ou ações que não se enquadrem nas ações típicas de outros programas.

PÚBLICO-ALVO

População urbana de Municípios com mais de 100.000 habitantes.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 434.917.800,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 255.662.216,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 255.662.216,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

O Programa não possui indicadores.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Baixa qualidade de infra-estrutura urbana em Municípios de médio e grande porte, prejudicando o desenvolvimento sustentável local.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Conclusão de 1.007 obras de infra-estrutura no País, correspondendo a investimentos de aproximadamente R$ 200 milhões entre 2002 e 2006.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa foi criado pelo Congresso Nacional, sendo a totalidade de seus recursos proveniente de emendas parlamentares que contemplam diversas modalidades de intervenções destinadas a milhares de Municípios e a todos os Estados da Federação. A seleção dos Municípios ou Estados a serem beneficiados é realizada por meio de ação conjunta da Presidência da República e dos respectivos parlamentares autores das emendas. Nesse sentido, o fato dos entes beneficiados definirem as obras que serão executadas somente

depois de emitido o empenho correspondente dificulta um melhor aproveitamento dos rhecursos do Programa e a sua compatibilização com as políticas direcionadas a enfrentar o deficit de infra-estrutura urbana existente nas cidades brasileiras.

A execução de recursos orçamentários foi positiva, entretanto, o Programa teve seu desempenho comprometido pelo fluxo insuficiente e descontínuo de recursos financeiros. Destaca-se que em vista do tempo médio de conclusão das intervenções, os recursos financeiros de um exercício estão completamente ou quase comprometidos com o pagamento das despesas das obras contratadas em anos anteriores e em execução. Outras restrições foram: as dificuldades em celebração de convênios e contratos, a lentidão no processo de licenciamento ambiental e o atraso na prestação de contas de Estados e Municípios. Tudo isso determina a paralisação de obras e o encarecimento das intervenções.

A carência de recursos materiais, infra-estrutura e recursos humanos também foram prejudiciais. Mesmo após a execução de concurso público para criação de quadro próprio do Ministério das Cidades, a infra-estrutura ainda não está adequada para atender satisfatoriamente às necessidades, principalmente, devido à carência de sistema de informática e espaço físico apropriado. Ademais, a quantidade de recursos humanos alocados na Gerência do Programa não é suficiente para atender ao grande número de atividades finalísticas e administrativas necessárias para a execução do Programa.

O monitoramento do Programa, por motivo da grande pulverização das intervenções é outro problema fundamental. Assim, a partir de 2006, adotou-se como rotina a efetivação de vistorias presenciais para acompanhamento da execução de algumas obras para as quais foi aplicado valor significativo de recursos, ou mesmo, daquelas operações estrategicamente posicionadas, sendo as vistorias selecionadas por amostragem, com cobertura nacional. O acompanhamento da evolução das obras contratadas ocorre, também, por meio de consultas às informações disponibilizadas na Internet, na página da Caixa Econômica Federal.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

É importante esclarecer que as iniciativas de melhoria de obras de infra-estrutura urbana são plurianuais por envolverem a execução de obras de engenharia para as quais é previamente exigido, em muitos casos, o licenciamento ambiental, contratação de projetos básicos e executivos. Tais aspectos demandam tempo para a concretização. Levantamento empreendido pela equipe da Secretaria Nacional de Saneamento demonstra que já foram concluídas mais de 2.900 intervenções de melhoria de infra-estrutura urbana financiadas pelo Ministério entre 2002 e 2006. Nesse contexto, é equivocado se esperar que haja execução física significativa no mesmo ano de contratação da intervenção. Por isso, a apuração da execução física deveria ser empreendida em cada ano, a partir das iniciativas concluídas durante aquele exercício, e cujo desembolso está computado essencialmente na rubrica de restos a pagar de anos anteriores. Também não é adequada a apropriação parcial da execução física das intervenções efetuada ano a ano a partir dos desembolsos

financeiros realizados, pois as obras de melhoria de infra-estrutura urbana somente beneficiam a população após a sua conclusão, e não durante sua execução. A esse respeito é importante destacar que a forma de execução da ação determina a maneira como se interpreta o desembolso financeiro. O Ministério das Cidades, trabalha por meio de contratos de repasse, só efetua o desembolso financeiro de cada etapa da obra após a execução física, aferida pela Caixa Econômica Federal, de forma que a execução física precede à financeira. Essa forma de trabalho pode comprometer o resultado de qualquer avaliação fundamentada em indicadores de desempenho financeiro.

RECOMENDAÇÕES

• Incorporar ao Programa uma seleção criteriosa de projetos regida pela equipe técnica do Ministério das Cidades. A realização de seleção pública, pautada em critérios técnicos, para a escolha de propostas, é um instrumento para romper a cultura de ineficiência e clientelismo que caracterizava a aplicação dos recursos no setor de saneamento ambiental urbano. Nesse sentido, é possível listar uma série de exigências que contribuem para incrementar a eficiência técnica, econômica e operacional dos projetos apoiados pela União, destacando-se:

a) condicionar o aporte de recursos à regularização da situação da concessão;
b) condicionar o aporte de recursos à cobrança de taxa ou tarifa específica para o serviço, conforme o caso;
c) condicionar o aporte de recursos à exigência de um grau de institucionalização mínimo para que o proponente possa acessar os recursos;
d) condicionar o aporte de recursos à comprovação do pleno andamento das obras anteriores financiadas ou apoiadas com recursos da União e implementadas pelo tomador (se existem obras anteriores paralisadas, não-iniciadas ou concluídas, mas sem operação regular, o proponente não pode acessar os recursos enquanto não regularizar a situação);
e) condicionar o acesso aos recursos a níveis mínimos de eficiência na prestação dos serviços pelo tomador.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE

OBJETIVO

Apoiar a adequação urbana por meio da adequação de recursos de infra-estrutura urbana que contribuam para a qualidade de vida da população, inclusive adequação de vias para sistemas motorizados e não-motorizados.

PÚBLICO-ALVO

População urbana de Municípios com até 100.000 habitantes.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 869.552.213,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 668.294.707,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 668.294.707,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

O Programa não possui indicadores.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Baixa qualidade de infra-estrutura urbana em Municípios de pequeno porte, prejudicando o desenvolvimento sustentável local.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Conclusão de 2.940 obras de infra-estrutura no País, correspondendo a investimentos de R$ 466 milhões entre 2002 e 2006.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa foi criado pelo Congresso Nacional, sendo a totalidade de seus recursos proveniente de emendas parlamentares que contemplam diversas modalidades de intervenções destinadas a milhares de Municípios e a todos os Estados da Federação. A seleção dos Municípios ou Estados a serem beneficiados é realizada por meio de ação conjunta da Presidência da República e dos respectivos parlamentares autores das emendas. Nesse sentido, o fato dos entes beneficiados definirem as obras que serão executadas somente

depois de emitido o empenho correspondente dificulta um melhor aproveitamento dos recursos do Programa e a sua compatibilização com as políticas direcionadas a enfrentar o deficit de infra-estrutura urbana existente nas cidades brasileiras.

A execução de recursos orçamentários foi positiva, entretanto, o Programa teve seu desempenho comprometido pelo fluxo insuficiente e descontínuo de recursos financeiros. Destaca-se que em vista do tempo médio de conclusão das intervenções, os recursos financeiros de um exercício estão completamente ou quase comprometidos com pagamento das despesas das obras contratadas em anos anteriores e em execução. Outras restrições foram: as dificuldades na celebração de convênios e contratos, a lentidão no processo de licenciamento ambiental e o atraso na prestação de contas de Estados e Municípios. Tudo isso determina a paralisação de obras e o encarecimento das intervenções.

A carência de recursos materiais, infra-estrutura e recursos humanos também foram prejudiciais. Mesmo após a execução de concurso público para criação de quadro próprio do Ministério das Cidades, a infra-estrutura ainda não está adequada para atender satisfatoriamente, principalmente, devido à carência de sistema de informática e espaço físico apropriado. Ademais, a quantidade de recursos humanos alocados na Gerência do Programa não é suficiente para atender ao grande número de atividades finalísticas e administrativas necessárias para a execução do Programa.

O monitoramento do Programa, por motivo da grande pulverização das intervenções é outro problema fundamental. Assim, a partir de 2006, adotou-se como rotina a efetivação de vistorias presenciais para acompanhamento da execução de algumas obras para as quais foi aplicado valor significativo de recursos, ou mesmo daquelas operações estrategicamente posicionadas, sendo as vistorias selecionadas por amostragem, com cobertura nacional. O acompanhamento da evolução das obras contratadas ocorre, também, por meio de consultas às informações disponibilizadas na Internet, na página da Caixa Econômica Federal.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

É importante esclarecer que as iniciativas de melhoria de obras de infra-estrutura urbana são plurianuais por envolverem a execução de obras de engenharia para as quais é previamente exigido, em muitos casos, o licenciamento ambiental, contratação de projetos básicos e executivos. Tais aspectos demandam tempo para a concretização. Levantamento empreendido pela equipe da Secretaria Nacional de Saneamento demonstra que já foram concluídas mais de 2.900 intervenções de melhoria de infra-estrutura urbana financiadas pelo MCidades entre 2002 e 2006. Nesse contexto, é equivocado se esperar que haja execução física significativa no mesmo ano de contratação da intervenção. Por isso, a apuração da execução física deveria ser empreendida em cada ano, a partir das iniciativas concluídas durante aquele exercício, e cujo desembolso está computado essencialmente na rubrica de restos a pagar de anos anteriores. Também não é adequada a apropriação parcial da execução física das intervenções efetuada ano a ano a partir dos desembolsos financeiros realizados, pois as obras de melhoria de infra-estrutura urbana somente beneficiam a

população após a sua conclusão, e não durante sua execução. A esse respeito é importante destacar que a forma de execução da ação determina a maneira como se interpreta o desembolso financeiro. O MCidades, por trabalhar por meio de contratos de repasse, só efetua o desembolso financeiro de cada etapa da obra após a execução física, aferida pela Caixa Econômica Federal, de forma que a execução física precede à financeira. Essa forma de trabalho pode comprometer o resultado de qualquer avaliação fundamentada em Indicadores de Desempenho Financeiro.

RECOMENDAÇÕES

• Incorporar ao Programa uma seleção criteriosa de projetos regida pela equipe técnica do MCidades. A realização de seleção pública, pautada em critérios técnicos para a escolha de propostas, é um instrumento para romper a cultura de ineficiência e clientelismo que caracterizava a aplicação dos recursos no setor de saneamento ambiental urbano. Nesse sentido, é possível listar uma série de exigências que contribuem para incrementar a eficiência técnica, econômica e operacional dos projetos apoiados pela União, destacando-se:

a) condicionar o aporte de recursos à regularização da situação da concessão;
b) condicionar o aporte de recursos à cobrança de taxa ou tarifa específica para o serviço, conforme o caso;
c) condicionar o aporte de recursos à exigência de um grau de institucionalização mínimo para que o proponente possa acessar os recursos;
d) condicionar o aporte de recursos à comprovação do pleno andamento das obras anteriores financiadas ou apoiadas com recursos da União e implementadas pelo tomador (se existem obras anteriores paralisadas, não iniciadas ou concluídas, mas sem operação regular, o proponente não pode acessar os recursos enquanto não regularizar a situação);
e) condicionar o acesso aos recursos a níveis mínimos de eficiência na prestação dos serviços pelo tomador.



EDIÇÃO DE HOJE: 770 PÁGINAS

(OS: 15274/2007)